

Portugal

Pequena história de um grande jornalismo I

Da manufatura à indústria

Jorge Pedro Sousa

Ficha Técnica

Título

Portugal — Pequena história de um grande jornalismo I: da manufatura à indústria

Title

Portugal — A short story of a great journalism I: from manufacturing to industry

Autor

Jorge Pedro Sousa

Data de publicação

2021, Coleção ICNOVA

ISBN

978-989-9048-17-1

[Suporte: Eletrónico]

978-989-9048-16-4

[Suporte: Impresso]

DOI

<https://doi.org/10.34619/hyc1-qblv>

Edição

ICNOVA — Instituto de Comunicação da NOVA
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Universidade Nova de Lisboa
Avenida de Berna, 26-C
1069-061 Lisboa
icnova@fcsh.unl.pt
www.icnova.fcsh.unl.pt

Direção da coleção

Francisco Rui Cádima
Maria Lucília Marques
Cláudia Madeira

Gestora editorial

Patrícia Contreiras

Design

Tomás Gouveia

Apoio

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia

A edição deste livro é financiada por fundos nacionais através da FCT — Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto PTDC/COM-JOR/28144/2017 — Para uma história do jornalismo em Portugal.



O conteúdo desta obra está protegido por Lei. Qualquer forma de reprodução, distribuição, comunicação, publicação ou transformação da totalidade ou de parte desta obra carece de expressa autorização do editor e dos seus autores. Os artigos, bem como a autorização de publicação das imagens, são da exclusiva responsabilidade dos autores.

A presente publicação encontra-se disponível gratuitamente em:
www.icnova.fcsh.unl.pt

Título:

Portugal — Pequena história de um grande jornalismo I: da manufatura à indústria

Resumo: Entre 1641, ano em que surge o primeiro periódico português, a *Gazeta*, e 1926, ano em que sobreveio o golpe militar que instituiu a Ditadura, registaram-se consideráveis mudanças na paisagem jornalística portuguesa. Este livro pretende registar essas mudanças, por meio de uma abordagem geral, sistemática e diacrónica, da história do jornalismo em Portugal. Justifica-se a sua edição porque obras de síntese, como esta, introduzem um assunto, nos seus aspetos gerais, a uma comunidade de leitores. A narrativa é pautada pelo surgimento e desaparecimento de meios jornalísticos e pelos intérpretes da atividade em cada momento histórico — os jornalistas. A obra obedece, na sua ordenação e exposição, à interpretação pessoal do autor sobre o devir histórico, já que a sucessão de factos ao longo da história, alguns mais notáveis e notados do que outros, não tendo significado *a priori*, necessita de interpretações que a tornem inteligível e assimilável. A perspetiva pessoal do autor sobre a história do jornalismo português revela-se não apenas na forma como a sua visão da história se expressa na narrativa, mas também na extensão cronológica abordada, já que se considera que atividade de produção de notícias e periódicos noticiosos que emerge na Modernidade é uma forma, ainda que arcaica, de jornalismo, merecendo, portanto, ser incluída numa história do jornalismo português; e revela-se, igualmente, na proposta de periodização do jornalismo em Portugal, cuja formulação é um dos objetivos da obra. Propõe-se, até 1926, a seguinte periodização para a história do jornalismo português entre 1641 e 1926: 1) Periodismo artesanal noticioso (dos finais do século XVI até 1730); 2) Segmentação da imprensa e domínio da imprensa artesanal informativa (1730-1820); 3) Imprensa artesanal segmentada e domínio da imprensa artesanal política (1820-1834); 4) Imprensa pré-industrial segmentada (1834-1864); e 5) Imprensa industrial segmentada e desenvolvimento dos diários noticiosos de massas (1864-1926). A narrativa termina em 1926, com a imposição da Ditadura. Um segundo volume procurará trazê-la até à alvorada do século XXI.

Title:

Portugal — A short story of a great journalism I: from manufacturing to industry

Abstract: Between 1641, the year in which the first Portuguese newspaper, the *Gazeta*, appeared, and 1926, the year of the military coup that instituted the Dictatorship, there were considerable changes in the Portuguese journalistic landscape. This book intends to record these changes, through a general, systematic and diachronic approach to the history of journalism in Portugal. Its edition is justified because synthesis works, like this one, introduce a subject, in its general aspects, to a community of readers. The historical narrative is guided by the emergence and disappearance of journalistic media and by the interpreters of the activity in each historical moment - the journalists. The work obeys, in its ordering and exposition, to the author's personal interpretation of history, since the succession of facts throughout time, some more notable and noticed than others, having no *a priori* meaning, needs interpretations that make it intelligible. The author's personal perspective on the history of Portuguese journalism is revealed not only in the way his vision of history is expressed in the narrative, but also in the chronological extension addressed, since it is considered that news production activity and news periodicals that emerges in Modernity is a form, although archaic, of journalism, therefore deserving to be included in a history of Portuguese journalism; and it is revealed, also, in the proposal of periodization of journalism in Portugal that is made as a conclusion of the narrative. The following periodization is proposed for the history of Portuguese journalism between 1641 and 1926: 1) Artisanal news reporting (from the late 16th century to 1730); 2) Segmentation of the press and dominance of the informative artisanal press (1730-1820); 3) Segmented artisanal press and dominance of the political artisanal press (1820-1851); 4) Segmented pre-industrial press (1851-1864); and 5) Segmented industrial press and development of mass news newspapers (1864-1926). The narrative ends in 1926, with the imposition of the Dictatorship. A second volume will seek to bring it up to the dawn of the 21st century.

Jorge Pedro Sousa

Universidade Fernando Pessoa e ICNOVA — Instituto de Comunicação da NOVA

jpsousa@ufp.edu.pt

ORCID ID: 0000-0003-0814-6779 **CIÊNCIA ID:** 4110-C40A-9ACF

Índice

Introdução	6
-------------------	----------

CAPÍTULO I: O periodismo artesanal noticioso e a génese da imprensa informativa (dos finais do século XVI a 1730)

1.1 Condições nacionais para o surgimento da imprensa informativa em Portugal	12
1.2 A ordem jurídica portuguesa no Antigo Regime e as publicações noticiosas	16
1.3 As publicações ocasionais monotemáticas e a sedimentação da narrativa reportativa em Portugal	18
1.4 Dando forma às futuras gazetas: a primeira publicação noticiosa seriada portuguesa	24
1.5 Os primeiros periódicos noticiosos portugueses	27
1.5.1 A <i>Gazeta</i> (1641-1642)	31
1.5.2 A <i>Gazeta de Novas Fora do Reino</i> (1642-1647)	34
1.5.3 O <i>Mercúrio Português</i> (1663-1667)	37

CAPÍTULO II: Segmentação da imprensa e domínio da imprensa artesanal informativa (1730-1820)

2.1 O jornalismo português sob o signo do Iluminismo	46
2.2 A <i>Gazeta de Lisboa</i>	55

CAPÍTULO III: Imprensa artesanal segmentada e domínio da imprensa artesanal política (1820-1834)

3.1 Condições facilitadoras do desenvolvimento da imprensa política arcaica em Portugal	63
3.2 Modelos de jornalismo em Portugal na alvorada de Oitocentos	65
3.3 O periodismo da Primeira Emigração Liberal	73
3.4 A Revolução Liberal e o novo regime normativo da imprensa (1820-1834)	80
3.5 A imprensa vintista (1820-1823)	90
3.6 A imprensa no primeiro retorno ao Absolutismo (1823-1826)	104
3.7 A imprensa na primeira vigência da Carta Constitucional (1826-1828)	106
3.8 A imprensa durante o Miguelismo (1828-1834)	112
3.9 A imprensa da Segunda Emigração Liberal e dos liberais durante a Guerra Civil	115
3.10 A imprensa portuguesa na Monarquia Constitucional entre 1834 e 1851	120
3.10.1 Ordenamento jurídico da imprensa (1834-1851)	120

3.10.2 Jornais e revistas (1834-1851)	122
3.10.2.1 Os jornais	125
3.10.2.1.1 O símbolo do período: <i>A Revolução de Setembro</i>	154
3.10.2.2 As revistas culturais e de difusão do conhecimento	168
3.10.2.2.1 O símbolo das revistas ilustradas: <i>O Panorama</i>	176
3.11 Os jornalistas (1800-1864)	180

CAPÍTULO IV:

Imprensa pré-industrial segmentada (1851-1864)

4.1 Condições facilitadoras da organização industrial da imprensa em Portugal	201
4.2 Nova legislação para a imprensa (1851-1864)	204
4.3 A imprensa na Monarquia Constitucional entre 1851 e 1864	206
4.3.1 Jornais político-noticiosos, noticiosos e especializados (1851-1864)	210
4.3.2 As revistas culturais e ilustradas (1851-1864)	222

CAPÍTULO V:

Imprensa industrial segmentada e desenvolvimento dos diários noticiosos de massas de grande informação (1864-1934)

5.1 Condições para o surgimento e ascensão da imprensa noticiosa industrialmente organizada (jornalismo como negócio)	230
5.2 Conceitos e contextos: a imprensa na Monarquia Liberal	237
5.3 O <i>Diário de Notícias</i>	243
5.4 As repercussões do Diário de Notícias e as transformações no jornalismo português	264
5.5 A imprensa portuguesa no final do século XIX e início do século XX	270
5.5.1 A grande imprensa no Porto no final do século XIX	
5.5.2 O <i>Diário de Notícias</i> , <i>O Século</i> e <i>O Mundo</i> no panorama da grande imprensa de Lisboa no final do século XIX e início do século XX	317
5.5.3 A expansão da iconografia informativa na imprensa, as revistas ilustradas e o surgimento do fotojornalismo	331
5.5.3.1 <i>A Ilustração Portuguesa</i> e o nascimento do fotojornalismo em Portugal	341
5.5.4 Alterações nos processos de produção de informação e no estatuto dos jornalistas no Portugal de Oitocentos	367
5.6 Outros jornais na viragem do século XIX para o XX	393
5.7 A Imprensa informativa e político-informativa na I República	394
5.8 Consequências da imposição da República para o jornalismo	418
5.9 A imprensa portuguesa ao tempo da Grande Guerra	425
5.10 O interesse dos grandes grupos económicos pela imprensa	444
5.11 Os jornalistas e a produção de informação na I República: o triunfo do repórter	446
5.11.1 Um caso paradigmático: Reinaldo Ferreira, o “Repórter X”	466

Conclusões	478
Bibliografia	484

Introdução

O célebre jornalista e editor Rocha Martins deu à estampa, em 1942, um livro intitulado *Pequena História da Imprensa Portuguesa*. Foi uma obra importante para sistematizar, condensadamente, informação dispersa por outras monografias sobre a história do jornalismo português. Este livro tem o mesmo espírito e segue idêntico objetivo: ser um contributo para que se elaborem histórias gerais do jornalismo feito em Portugal. Histórias condensadas, como esta, ou de grande fôlego. Justifica-se a sua edição porque as obras de síntese introduzem um assunto, nos seus aspetos gerais, a uma comunidade de leitores. Além disso, há já muita e relevante bibliografia sobre a história do jornalismo e dos jornalistas em Portugal cujos dados, dispersos, podem e devem ser reunidos em obras de síntese. Para isso e por isso, o livro recorre, assumidamente, a fontes secundárias fiáveis, incluindo a investigação anterior do autor.

Aqui encontrará o leitor não mais do que uma *narrativa histórica*, ou, dito de outro modo, uma *história narrativa* sobre o jornalismo e os jornalistas portugueses, cronológica e sistemática, na qual se adota uma perspetiva *cultural* e não crítica nem dialética. O seu objetivo não é destacar questões de poder ou lutas de classes. Afirma-se, ao invés, como um retorno à “velha história”. O seu fim último é contribuir para a teorização de propostas de periodização do jornalismo português. Também não é seu objetivo cooperar para a eterna luta simbólica em torno de conceitos como o de *jornalismo* e de *jornalistas*. Não alimentará, pois, polémicas sobre a partir de que momento histórico se pode falar de *jornalismo* e de *jornalistas*. Mas, num certo sentido, tem uma visão de fundo que assenta na ideia de que se pode falar de jornalismo a partir da Modernidade, quando surge o periodismo noticioso como ofício e ocupação e quando aparecem suportes impressos que, sob um determinado título, veiculam, periodicamente, mensagens noticiosas idênticas a um número lato de pessoas.

Não pretende, portanto, este livro ser mais do que uma narrativa de síntese sobre a história do jornalismo português e sobre os seus intérpretes — os jornalistas, elaborada a partir de fontes secundárias, entre dois marcos históricos: o surgimento da *Gazeta*, em 1641; e a segmentação mediática das fontes informativas, assinalada pela implantação dos serviços noticiosos da Emissora Nacional, em 1933/1934. Abarca o *tempo dos media* que se estende da Modernidade à Contemporaneidade, tendo, no entanto, por fronteira simbólica mais recente, o fim da I República, a 28 de maio de 1926, para que, num próximo volume, se considerem as repercussões da imposição de um regime opressivo e ditatorial sobre os meios jornalísticos em Portugal.

O primeiro marco desta história do jornalismo português é, portanto, a *Gazeta* de 1641. Na verdade, começa-se a narrativa com as publicações ocasionais que antecederam a *Gazeta*, mas esta publicação é o marco cronológico de referência, por ser o primeiro periódico português de que há registo. O último marco histórico desta narrativa seria o do surgimento do jornalismo radiofónico em Portugal, aqui já não abordado, a partir de 1933/1934, coincidente no tempo com a instituição do Estado Novo e com um novo período na história do jornalismo português. Um segundo volume desta história do jornalismo português considerará as transformações que o rádiojornalismo, o cinejornalismo, o telejornalismo e o ciberjornalismo trouxeram ao sistema mediático, e especificamente jornalístico, em Portugal.

Sendo esta uma narrativa histórica de síntese, justifica-se a utilização do adjetivo *Pequena* no título; sendo uma narrativa que tem por objeto o jornalismo, uma atividade de comunicação em sociedade importantíssima na história de Portugal, que contou, ao longo do tempo, com alguns intérpretes de excelência, justifica-se, igualmente, o recurso ao adjetivo *Grande*.

Grande, no título deste livro, refere-se, também, ao jornalismo de que aqui se vai tratar — o jornalismo generalista que elege por referentes discursivos os principais acontecimentos e problemas de interesse geral e notáveis da atualidade, vulgarmente caracterizado por jornalismo de *grande informação*.

Os meios e órgãos dos jornalisismos especializados — como o jornalismo desportivo, o jornalismo cultural, o jornalismo de tempos livres e viagens e o jornalismo económico — são referidos, ao longo da obra, quando se afigurou relevante, mas situaram-se fora do escopo da investigação. Seria, no entanto, incompreensível abordar a história do jornalismo português de grande informação sem referir o papel que o periodismo noticioso, o jornalismo político e político-noticioso e o publicismo cultural tiveram, de Seiscentos a Oitocentos, na germinação do jornalismo de grande informação e, sobretudo, na edificação de comunidades de leitores de jornais, constituição de públicos, formatação de correntes de opinião e, em geral, na edificação de uma *cultura do impresso* e no estabelecimento de um certo conceito de *jornalista*. Daí que, sempre que necessário, a investigação tenha explorado os campos afins ao do jornalismo noticioso de “grande informação”.

Eis pois a *Pequena História de um Grande Jornalismo*.

Portugal é a primeira palavra do título. Circunscreve o objeto. Trata-se, aqui, do jornalismo feito em Portugal. Embora se reconheçam influências estrangeiras relevantes no surgimento e desenvolvimento do jornalismo no País, descrevê-las não foi preocupação central do autor. Também ficou fora do objeto da investigação o jornalismo feito nas ex-colónias e o jornalismo feito por portugueses noutros países.

Quando se partiu para a elaboração desta obra, a partir de apontamentos elaborados para as aulas de Teoria e História da Comunicação e do Jornalismo, Teoria e História Comparada do Jornalismo e Grandes Temas da História e do Jornalismo, lecionadas na Universidade Fernando Pessoa, no Porto, cedo se chegou a uma hipótese que se veio a comprovar: é

possível, partindo, essencialmente, de fontes secundárias, produzir relatos genéricos sobre a história do jornalismo em Portugal. As investigações que têm sido produzidas, seja sobre assuntos concretos e delimitados no tempo, seja sobre a história da imprensa portuguesa no seu conjunto, já produziram abundante conhecimento sobre o que foi o jornalismo nacional no passado e, para o que a esta obra diz respeito, até ao Estado Novo. Também sobre os jornalistas portugueses já existem pesquisas que permitem entender quem estes foram e são e como a atividade evoluiu, em Portugal, até se tornar uma profissão.

Enquanto obra de síntese, este livro vive, pois, sem complexos, da revisão bibliográfica. É um livro com *memória bibliográfica*. É amplamente tributário da bibliografia assinalada no final, incluindo estudos desenvolvidos anteriormente pelo autor e aqui reproduzidos, no todo ou em parte, com ou sem alterações. No entanto, vive também de investigação complementar. Para a sua redação também se consultaram fontes primárias, designadamente legislação, dados de tiragens e circulação, documentos institucionais e livros de memórias de jornalistas.

Uma das preocupações que presidiu à elaboração do livro foi a sistematicidade na apresentação dos dados. Daí o recurso a tabelas e gráficos, sempre que possível.

Entre as fontes bibliográficas, cumpre assinalar, em particular, a obra de 2017, organizada pelo autor e por Helena Lima, Antonio Hohlfeldt e Marialva Barbosa, intitulada *Uma História da Imprensa Lusófona — Portugal*; e, claro, para a história da imprensa até ao final da Monarquia, as obras seminais de Alfredo da Cunha (1941), *Elementos para a História da Imprensa Periódica Portuguesa*, e de José Tengarrinha (1965; 1989; 2013), *História da Imprensa Periódica Portuguesa e Nova História da Imprensa Portuguesa das Origens a 1865*. Mas se já existem outras obras que abordam o mesmo tema, nomeadamente a citada *História da Imprensa Lusófona*, na qual o autor participou, porquê mais uma?

Há três razões que justificam o surgimento desta *Pequena História de um Grande Jornalismo*, que aqui tem o seu primeiro volume:

Primeiro, esta obra regista a interpretação do autor, e somente do autor, sobre a história do jornalismo português. É um contributo pessoal para a sistematização dessa história, mas que regista, inevitavelmente, a interpretação do autor sobre o passado.

Segundo, a divisão da narrativa ancora-se num esboço de periodização do jornalismo português, opção não evidente no livro *Uma História da Imprensa Lusófona — Portugal*. Embora neste livro se tenham tomado, tal como na obra *Uma História da Imprensa Lusófona — Portugal*, os sucessivos sistemas políticos de Portugal por base estrutural da narrativa histórica, nele também se procuram delimitar períodos históricos imanentes ao próprio jornalismo. Isto é, embora se reconheça que o jornalismo português foi estimulado ou condicionado pelos sistemas político-normativos vigentes ao longo da história em Portugal (no caso, Monarquia Absoluta, Monarquia Constitucional,

I República), também se reconhece que a evolução histórica do jornalismo não resultou somente da formatação imposta ao jornalismo por esses sistemas político-normativos, mas também do desenvolvimento do próprio jornalismo, por etapas, devido a fatores externos ou internos. É nas características do jornalismo nestes momentos que se deve buscar a base para desenhar a sua periodização. Assim, reconhece-se que a natureza dos regimes políticos e a lei influenciam o estabelecimento interpretativo de uma periodização para a história do jornalismo, mas as formas de funcionamento do jornalismo e as plataformas por meio das quais são veiculados conteúdos jornalísticos também contribuem para definir períodos e fases da história do jornalismo.

Terceiro, Uma História da Imprensa Lusófona, a exemplo de outras obras historiográficas, centra-se na imprensa. Esta *Pequena História de um Grande Jornalismo* procurará atender a outros meios de comunicação, designadamente a rádio e a televisão, ainda que em volume próximo, pelas razões já aduzidas, e ainda por mais uma – o facto de ter sido a imprensa a iniciar o jornalismo português, só tendo tido a companhia da rádio, da televisão e da Web e da Internet no século XX. Juntou-se, ademais, a memória do jornalismo à memória dos seus intérpretes, os jornalistas.

Esta *Pequena História de um Grande Jornalismo* é, portanto, um livro modesto. Não se esperem dele revelações surpreendentes, nem inovadoras perspetivas sobre os assuntos que nele se abordam, embora não se renuncie a uma interpretação própria sobre a história do jornalismo e dos jornalistas em Portugal. A periodização a que se procedeu, por exemplo, é aquela que resulta do entendimento do autor. Uma ressalva, sobre este assunto. O autor não é historiador, nem se assume como aquilo que não é. O livro inscreve-se no campo dos Estudos Jornalísticos, ainda que possa dar um pequeno contributo à historiografia do jornalismo português. É uma narrativa sistemática e, tanto quanto possível, sintética, iniciada no século XVII e terminada no advento da Ditadura e do Estado Novo, sobre a história do jornalismo português. Não é mais do que isso. Não se enquadra, propositadamente, numa tendência historiográfica e muito menos numa tendência sedimentada na teoria da historiografia. Se isso acontece, é por mero acidente. Propõe-se, somente, construir uma narrativa sustentada e informada sobre essa nobre atividade de comunicação social que tem por nome *jornalismo*, tendo por modelo, conforme anunciámos, a velha forma de escrever a história — *narrativa e cronológica* (que tanta falta faz!).

Repise-se que também não se pode entender este livro como uma narrativa crítica, embora, pontualmente, a crítica aflore à superfície da narrativa. Já existe crítica suficiente ao jornalismo e aos jornalistas. Não seria necessário produzir mais um livro crítico. Estamos em crer que a crítica, por vezes desenfreada, que, na academia e na sociedade, se faz ao jornalismo e aos jornalistas em Portugal, estimula a desconfiança sobre ambos, relegando para segundo plano os contributos positivos do jornalismo para o País e para os portugueses, ao longo dos últimos séculos. Estamos em crer, de facto, que os jornalistas portugueses, quase

sempre trabalhando contra o relógio e em condições de incerteza, procuram, maioritariamente, desempenhar a sua profissão o melhor que sabem e podem e não merecem o tom de algumas críticas, aliás cada vez mais inquinadas pelo exacerbamento do discurso “politicamente correto” e dos radicalismos na sociedade, na política e na academia. A crítica pela crítica tudo devora à sua passagem.

Esta é, pois, uma obra pela positiva, que procurará enaltecer o jornalismo que se fez em Portugal, por vezes em condições difíceis, e os seus intérpretes — os jornalistas. Até porque, às vezes, parece que mais do que criticar o jornalismo, o que se faz é propagar um ódio absurdo ao jornalismo, atividade de interesse e relevância social e cultural, essencial para a democracia e para o desenvolvimento de Portugal.

Uma advertência. Quem está no presente tende a apreciar o passado recente como sendo mais importante do que o passado longínquo e tende a olhar, anacronicamente, para o passado pela lente do presente. Por isso, às vezes algumas leituras sobre o jornalismo do passado estão poluídas pela visão e apreciação a partir do presente. Ora, quando o passado era o presente para os nossos antepassados, a realidade que eles experimentavam e a realidade do seu passado recente eram, obviamente, aquelas que mais lhes importavam. Procurar-se-á, pois, ao longo da narrativa, contornar o problema da *anacronia*, que resulta desse olhar para o passado com base nos valores, ideias e perspetivas do presente.

Capítulo I

O periodismo artesanal noticioso e a génese da imprensa informativa (dos finais do século XVI até 1730)

1.1 Condições nacionais para o surgimento da imprensa informativa em Portugal

A imprensa jornalística portuguesa teve a sua génese entre os séculos XVI e XVII, acompanhando o intenso movimento editorial europeu que se verificou nessa época. Imitando exemplos surgidos noutros pontos da Europa, também os portugueses se lançaram, nesse tempo, na grande aventura que haveria de concretizar-se no jornalismo como hoje o concebemos. O País já reunia, nessa altura, condições materiais que tornaram possíveis crescentes fluxos de notícias e a edição de publicações noticiosas impressas em Portugal, primeiro ocasionais, depois periódicas:

1. Introdução, no País, da tecnologia tipográfica de Gutenberg, por volta de 1487;
2. Consolidação, em Portugal, da indústria manufatureira do papel;
3. Instituição de serviços postais nacionais e internacionais (o primeiro serviço de correio público em Portugal foi criado em 1520);
4. Construção e beneficiação de algumas vias de comunicação terrestres e recurso crescente às vias de comunicação naturais (navegação fluvial e marítima), facultando o comércio, a mobilidade e a troca de informações;
5. Existência de capital disponível para investimento.

As publicações informativas vieram, além disso, satisfazer várias necessidades socio-culturais do País.

1. As primeiras publicações informativas portuguesas, nomeadamente os primeiros periódicos nacionais, a *Gazeta* (1641-1642), a *Gazeta de Novas Fora do Reino* (1642-1647) e o *Mercúrio Português* (1663-1667), saciaram interesses régios no domínio da propaganda (Dias, 2006, 2010; Sousa, coord. *et al.*, 2011, 2013; Sousa, 2013; Teixeira & Sousa, 2015). Efetivamente, esses periódicos vinham ao encontro da necessidade de encontrar veículos de propaganda, de contrapropaganda e de troca de informações sentida pela Casa Real portuguesa, na sua tentativa de consolidação e concentração de poder.
2. Havia dinheiro para investir em pequenos novos negócios e vontade de o fazer, mesmo correndo riscos. Essa cultura de empreendedorismo, ainda que a uma escala reduzida, marcou a transição da Idade Média para o Renascimento e para a Idade Moderna. Foi promovida pela melhoria das condições económicas e financeiras e pelo incremento do comércio, motivado pela primeira globalização, detonada pelos Descobrimentos. Embora não se possa afiançar que o móbil dos primeiros empreendedores portugueses do setor mediático tivesse sido exclusivamente o *lucro*, é

presumível que lucrar, materialmente, com a publicação de um periódico deverá ou poderá ter estado entre os seus objetivos.

3. Os periódicos noticiosos satisfaziam o apelo renascentista à aquisição de uma *cultura geral*, estimulada pelos Descobrimentos, pela atenção aos “factos” do mundo material e pela convivência das elites em espaços de sociabilidade, designadamente na corte. Os cortesãos necessitavam de ter bagagem cultural, ou seja, o que Bourdieu designava como *capital cultural*, para sustentarem conversas e argumentações e sobressaírem entre si e perante o seu soberano.
4. Os periódicos alimentavam a e alimentavam-se da *cultura do impresso*, sustentada, tecnologicamente, pela tipografia e pela indústria do papel e, economicamente, pelo desempenho dos editores e pelo aumento do número de consumidores; portanto, pelo incremento no número de compradores de livros e jornais.
5. Florescia, também, em Portugal, uma cultura orientada para o mundo material, que substituíra a obsessão medieval pela metafísica religiosa. Nascia o culto dos *factos* (Shapiro, 2000) que, inclusivamente, terá tido um contributo importante para a posterior formação de uma ética jornalística (Ward, 2004). Por alguma razão, os primeiros periódicos portugueses possuíam um cunho noticioso e um tom factual, ainda que obedecendo às necessidades da propaganda régia (abundavam as notícias total ou parcialmente falsas — as *fake news* não são um fenómeno contemporâneo — e as notícias empoladas e enviesadas, com um cunho propagandístico, em favor da guerra pela independência e dos novos reis da Casa de Bragança). Os periódicos propunham ao leitor “factos” prontos a consumir sob a forma de notícias.
6. Formava-se uma esfera pública incipiente — surgia um *público* (Habermas, 1984) em Portugal. Esse público configurava-se:
 - a) Como *espetador* da encenação do poder real, na corte, e do poder religioso, nas missas e demais cerimónias religiosas que marcavam a vida do País e eram já incipientemente mediatizadas pelos relatos periodísticos; e
 - b) Como *audiência* (mais ou menos crítica) de eventos culturais, como o teatro, a ópera e os concertos, por vezes também mediatizados.

Parte desse público rapidamente se converteu num *público leitor*. Os primeiros periódicos satisfaziam necessidades informativas e interesses das pessoas alfabetizadas e seduzidas pelos assuntos públicos e daqueles que, na leitura, procuravam

instrução e entretenimento. Alguns dos indivíduos *leitores* eram, igualmente, um *público crítico* e alguns deles tornaram-se, inclusivamente, nos primeiros críticos nacionais dos *media*. São famosas, por exemplo, as críticas do padre António Vieira ao *Mercúrio Português* e ao seu editor, António de Sousa de Macedo. O primeiro acusava este último de ser desbocado, colocando graves problemas ao País num momento de conflito com Espanha (cf. Azevedo, 1926). No entanto, as críticas de Vieira indiciam, eventualmente, a frustração de um religioso ao ver que os periódicos e os livros roubavam protagonismo e influência aos sacerdotes, que até ao final da Idade Média eram os senhores quase absolutos da verdade pública na Europa Ocidental.

Pode considerar-se, por outro lado, que se o padre António Vieira criticava o *Mercúrio Português* nas suas cartas, alguma influência o periódico teria e algum alvoroço suscitava, entre amigos, adversários e inimigos. Pelo menos, criava expectativa — o público habituava-se a esperar por um periódico, como o reconhece, irónica mas realisticamente, o próprio padre António Vieira (*cit. in* Azevedo, 1926, p. 104): “A oração de *Mercúrio* também deve sair este mês: temos muito e bom latim para os estudantes das classes menores”.

Registe-se que também o militar português Luís Marinho de Azevedo, destacado no Alentejo, refletiu, num opúsculo publicado em 1644, sobre a verdade e a mentira jornalísticas, a propósito das alegadas falsidades propagandeadas pelas “relações de Castela” e pela *Gazeta de Génova*, que classificavam o resultado da batalha do Montijo (Espanha), travada entre os exércitos de Portugal e de Castela, como uma vitória espanhola. Tal como as críticas do padre António Vieira, o opúsculo de Luís Marinho de Azevedo relembra o impacto que os periódicos noticiosos estavam a adquirir em Portugal, a exemplo do que sucedia na restante Europa (tanto assim é que a primeira tese de doutoramento sobre jornalismo foi apresentada por Tobias Peucer, em 1690, na Universidade de Leipzig). E enfatiza também as pontes que eram estabelecidas entre os valores da historiografia clássica, orientada pelo valor da verdade histórica, e o periodismo. O periodista da Modernidade via-se a si mesmo como um historiógrafo que registava, com verdade, a história do seu tempo presente, por vezes mesmo do seu tempo imediato, eventualmente sem consciência aguda dos enviesamentos que, pela sua ação, destruíam a verdade histórica do relato, devido, sobretudo, à sua contaminação pela propaganda, fosse esta régia, nacional, religiosa ou outra. Num ecossistema mediático em que as Luzes ainda não tinham feito, totalmente, a sua aparição, podem, pois, ser perdoados aos primeiros periodistas portugueses, quase todos clérigos, algumas crenças ingénuas sobre a constante intervenção do divino no mundo material, que, por exemplo, os levavam a publicar como factos notáveis e verídicos relatos de alegados milagres, como acontece, amiúde, na *Gazeta* de 1641-1642.

7. Os indivíduos envolvidos nos negócios públicos e privados tinham necessidade de informações¹. Algumas dessas informações podiam ser subministradas aos interessados pelos periódicos noticiosos. Além disso, a vida na corte lisboeta impôs aos cortesãos um espaço de sociabilidade no âmbito do qual os indivíduos, enquanto iam aprendendo a fazer política, se foram consciencializando da necessidade de obterem informações importantes para a ação, para a conversação e para a argumentação. Os periódicos contribuíam para atenuar as necessidades informativas sentidas por esses indivíduos e pela generalidade das pessoas interessadas nos assuntos públicos.
8. Instituíam-se redes transeuropeias e nacionais de correspondentes cultos e alfabetizados que trocavam cartas com informações entre si. Algumas dessas cartas eram autênticos relatos (ou *relações*) noticiosos. Os dois números seriados da *Relação* de Manuel Severim de Faria, primeira publicação seriada noticiosa impressa portuguesa, foram impressos a partir, eventualmente, de cartas manuscritas endereçadas a outros indivíduos, conservadas numa coletânea (a menos que o autor tenha introduzido nos textos fórmulas próprias do género epistolar por mera questão retórica). Além disso, no âmbito da paz de Vestefália (1648) e do processo de nascimento dos estados-nação, os estados colocaram embaixadores e outros diplomatas no estrangeiro e estes encarregavam-se, muitas vezes, de alimentar os periódicos dos seus países de origem com notícias, diretamente ou por via da correspondência diplomática. Nas guerras, alguns dos líderes militares instruídos não deixavam, também, de abastecer os periódicos com relatos sobre as batalhas e escaramuças, quase sempre enaltecendo o seu papel — foram uma espécie de “correspondentes de guerra”.
9. Antes de surgirem os primeiros relatos de acontecimentos em forma impressa e os primeiros periódicos portugueses, já se tinha inculcado, em Portugal, o hábito de imprimir e ler livros, almanaques, prognósticos, calendários e reportórios (Tengarrinha, 2013, pp. 41-45). Apesar de, no século XVII, a maioria da população portuguesa ser analfabeta, foi-se também inculcando, junto de determinados *públicos*, o hábito de escutar a leitura pública de notícias em lugares de sociabilidade (feiras, tabernas, agremiações, adros das igrejas e, mais tarde, cafés...).

¹ As cartas noticiosas da família de mercadores Fugger, conhecidos por *Fuggerzeitungen*, documentam bem esta necessidade, surpreendendo a excelência e variedade dos seus conteúdos, relacionados com acontecimentos políticos, sociais e militares e também com alguns assuntos comerciais e económicos: *The Fuggerzeitungen: An early modern informative medium and its indexing. Something about the Fuggerzeitungen....* Disponível em: http://www.univie.ac.at/fuggerzeitungen/en/?page_id=52. Consultado a 7 de maio de 2014.

POr mandado do Illustrissimo & Reuerendissimo
senhor Bispo dom Fernão Martins Mascare-
nhas Inquisidor geral destes Reynos de Por-
tugal, vi esta Relação, não tem cousa contra nossa
santa Fé & bons costumes, antes me parece curiosa,
& honesta, pello que se lhe pode dar licença para ser
impressa. São Francisco d'Enxobregas a 14. de Abril
de 626.

Frey João Cardoso.

Pode-se imprimir. Lisboa 16. de Abril de
1626.

O Bispo Inquisidor geral.

Pode-se imprimir. Lisboa 17. de Abril de
1626.

Eugenio Cabreira.

Que se possa imprimir esta Relação, visto as licen-
ças do S. Officio & Ordinario, & depois de impresso
torne para se taxar, & sem isso não correrá a 2.
de Outubro de 626.

Aratijo, Cabral.

Esta Gazeta está conforme com seu original. Em
S. Domingos de Lisboa 3. de Dezembro de 641.

O Mestre Fr. Ignacio Galvão.

Visto estar conforme com o Original pode correr
esta Gazeta. Lisboa 3. de Dezembro de 1641.

Fr. João de Vasconcellos.

Pero da Silva.

Francisco Cardozo de Tormeo. Sebastião Cesar.

Taxasse esta Gazeta em seis reis. em
Lisboa 5. de Dezembro de 1641.

Antonio Coelho de Carvalho.

Figura 1

Referências ao licenciamento e censura em publicações
noticiosas seiscentistas portuguesas. Fonte: *Relação* de Manuel
Severim de Faria (1626); *Gazeta* (1641).

1.2 A ordem jurídica portuguesa no Antigo Regime e as publicações noticiosas

As condições legais refrearam o surgimento e manutenção de periódicos em Portugal até ao século XIX. Aparecidas intempestivamente, algo incómodas para o poder, as publicações impressas motivaram, efetivamente, o aparecimento e sucessivo reforço de leis censórias e de outros mecanismos de controlo sobre as informações e ideias que podiam chegar ao espaço público por meio da imprensa, como o licenciamento.

A imprensa foi, simultaneamente, aliada do poder e ameaça para o poder. Reproduzindo os constrangimentos à liberdade de imprensa então existentes na generalidade dos países europeus (Pizarroso Quintero, 1994, pp. 43-45; Braojos Garrido, 1999, pp. 29-31; Guillamet, 2004, p. 53), Portugal não escapou aos mecanismos da censura civil e eclesiástica à imprensa, ao licenciamento prévio de tipografias e editores e ao pagamento de taxas de circulação, que encareciam o periódico enquanto mercadoria e contribuíam para o tornar um produto de luxo. As Ordenações do Reino em vigor impunham a censura civil, eclesiástica e inquisitorial às publicações informativas, periódicas e não periódicas:

Por se evitarem os inconvenientes que se podem seguir de se imprimirem em nossos reinos e se-
nhorios ou de se mandarem imprimir fora deles livros ou obras feitas por nossos vassalos, sem pri-
meiro serem vistas e examinadas, mandamos que nenhum morador nestes reinos imprima, nem
mande imprimir neles nem fora deles obra alguma, de qualquer matéria que seja, sem primeiro

ser vista e examinada pelos desembargadores do paço, depois de ser vista e aprovada pelos oficiais do Santo Ofício da Inquisição. E achando os ditos desembargadores do paço que a obra é útil para se dever imprimir, darão por seu despacho licença que se imprima, e não o sendo, a negarão. E qualquer impressor livreiro ou pessoa que sem a dita licença imprimir ou mandar imprimir algum livro ou obra, perderá todos os volumes que se acharem impressos e pagará cinquenta cruzados, a metade para os cativos e a outra para o acusador. (*Ordenações do Reino*, livro 5º, título 102).

Uma carta régia, datada de 26 de Janeiro de 1627, reforçou as normas prescritas nas *Ordenações do Reino*:

De alguns anos a esta parte se tem introduzido nesta cidade escrever e imprimir relações de “novas gerais”; e porque em algumas se fala com pouca certeza e menos consideração, de que resultam graves inconvenientes, ordenareis que se não possam imprimir sem as licenças ordinárias e que antes de as dar se revejam e examinem com especial cuidado.

A restauração da independência de Portugal, a 1 de dezembro de 1640, e a consequente ascensão da dinastia de Bragança ao trono português, não trouxeram mudanças no regime jurídico a que a imprensa estava sujeita. Aliás, devido a uma lei de 19 de agosto de 1642, que proibia a publicação de gazetas “com notícias do reino ou de fora, em razão da pouca verdade de muitas e do mau estilo de todas elas”², a *Gazeta* “da Restauração”, primeiro periódico português, foi extinta. Foi sucedida pela *Gazeta de Novas Fora do Reino*, em outubro de 1642. Este novo periódico publicava quase somente notícias do estrangeiro, traduzidas da *Gazette* de França (Teixeira & Sousa, 2015, pp. 81-100), que não incomodavam, na generalidade, o poder régio.

A 29 de janeiro de 1643, nova lei, promulgada pelo rei D. João IV, reforçou o sistema de licenças prévias e censura (“que não se imprimam livros sem licença de el-rei”), revigoradas por um decreto de 14 de agosto de 1663, no qual se lia: “não se dê licença sem consulta a obras em que se envolvam as coisas do Estado ou reputação pública”. A 2 de novembro de 1663, novo decreto impunha especial cuidado à publicação de notícias sobre o Reino.

De uma forma geral, o sistema de censura e licenciamento — civil, eclesiástico/canónico e inquisitorial — manteve-se até à Revolução Liberal de 1820, com alguns aperfeiçoamentos. Um deles foi a instituição da Real Mesa Censória, por iniciativa do marquês de Pombal, a 5 de abril de 1768, no âmbito da sua política de centralização administrativa e de subjugação

2 Por algum motivo, a *Gazeta* “da Restauração”, o periódico que então se publicava, terá perdido a confiança do poder régio. Lendo-se a publicação, poder-se-á colocar por hipótese que a suspensão se terá devido à publicação de notícias que revelavam informações sobre o dispositivo militar português na guerra pela independência que Portugal travava contra Espanha.

do País à doutrina do despotismo iluminado. Esta entidade jurídica, que juntava, pela primeira vez, censores civis e eclesiásticos, passou a centralizar toda a censura, podendo, de acordo com o seu regimento, datado de 18 de maio desse mesmo ano, inspecionar livrarias, bibliotecas, tipografias e todas as obras impressas. O mesmo documento proibia, nomeadamente, as obras que veiculassem ideias “supersticiosas, ateias e hereges”.

Por meio de uma Carta de Lei de 21 de junho de 1787, a rainha D. Maria I substituiu a Real Mesa Censória pela Mesa da Comissão Geral sobre o Exame e Censura dos Livros, cuja atuação se estenderia a todo o Império Português. A partir de 17 de dezembro de 1794, por força de nova legislação³, a censura voltou, porém, a ser tripartida, como era antes da instituição da Real Mesa Censória, repartindo-se pela Inquisição, pelas autoridades civis e pelas autoridades eclesiásticas nacionais. Contudo, a partir do início do século XIX, a publicação de periódicos portugueses no estrangeiro permitiu a chegada regular ao País de publicações (liberais) não censuradas, apesar de a censura ter apertado. Um decreto de 19 de abril de 1803 impunha que todos os periódicos e folhas volantes fossem impressos na Imprensa Régia, mas os protestos das tipografias concorrentes foram tão intensos que o Governo recuou nessa matéria, por decreto de 18 de julho desse mesmo ano.

1.3 As publicações ocasionais monotemáticas e a sedimentação da narrativa reportativa em Portugal

O jornalismo promove o conhecimento sobre *singularidades*, um conhecimento que, não sendo científico, também se afasta do senso-comum. Seguindo exemplos europeus (Braojos Garrido, 1999, pp. 16-33; Guillamet, 2004, pp. 43-76), foram surgindo, em Portugal, a partir da segunda metade do século XVI, publicações ocasionais manuscritas e impressas, consagradas ao relato de um assunto singular e, por isso, designadas, frequentemente, por “relações” (no sentido de serem *relatos*). Reportavam descobertas relacionadas com a expansão portuguesa, naufrágios, ocorrências na corte, batalhas e outros acontecimentos⁴.

Essas primeiras folhas ocasionais portuguesas, à semelhança das suas congéneres europeias, que, surgidas antes, lhes serviram de modelo, tiveram o intuito manifesto de levar

3 O novo regime censório, estabelecido por Carta de Lei, terá sido provocado pela circulação do periódico *Medicina Teológica*.

4 Tengarrinha (2013: 36-37) fez um levantamento das publicações noticiosas ocasionais portuguesas de que se tem conhecimento ou que ainda se conservam, publicadas entre 1552 e 1641 (ano em que surge a *Gazeta*, primeiro periódico português estável), tendo chegado ao número de 33, abarcando as seguintes temáticas: (1) Expansão marítima, naufrágios, relações com povos e descrições de terras distantes, proselitismo religioso: 15 (45,5%); (2) Assuntos religiosos: 6 (18,2%); (3) Notícias da corte: 6 (18,2%); (4) Acontecimentos gerais do País e o estrangeiro: 3 (9%); (4) Batalhas: 2 (6,1%); (5) Descrição de Lisboa: 1 (3%).

informações sobre ocorrências do passado — normalmente, de um passado *próximo* — ao conhecimento de um *público*, que se ia formando em torno do consumo destas publicações. Assim, foi possível a alguns portugueses ler ou ouvir narrativas — reais ou fantasiosas — sobre acontecimentos mais ou menos recentes, tidos por relevantes ou, simplesmente, interessantes.

Possivelmente, as primeiras publicações ocasionais impressas portuguesas que relatavam um determinado acontecimento, com maior ou menor profundidade, foram relatos de naufrágios, já que o País se empenhava na epopeia dos Descobrimentos e do comércio transoceânico. A primeira dessas relações impressas poderá ter sido a *História da Muito Notável Perda do Galeão Grande São João em que se Recontam os Casos Desvairados que Aconteceram ao Capitão Manuel de Sousa de Sepúlveda, e o Lamentável Fim que Ele e Sua Mulher e Filhos e Toda a Mais Gente Houveram, o Qual Se Perdeu no Ano de 1552, a 24 de Junho, na Terra do Natal*, eventualmente impressa em Lisboa, entre 1554 e 1556 (**figura 2**). Composta sob a forma de livro de formato *in quarto* (cerca de 14 por 20 cm), com centenas de páginas e, possivelmente, editada, pela primeira vez, entre 1554 e 1556, seria reeditada posteriormente, em várias ocasiões, sempre com intuítos comerciais.

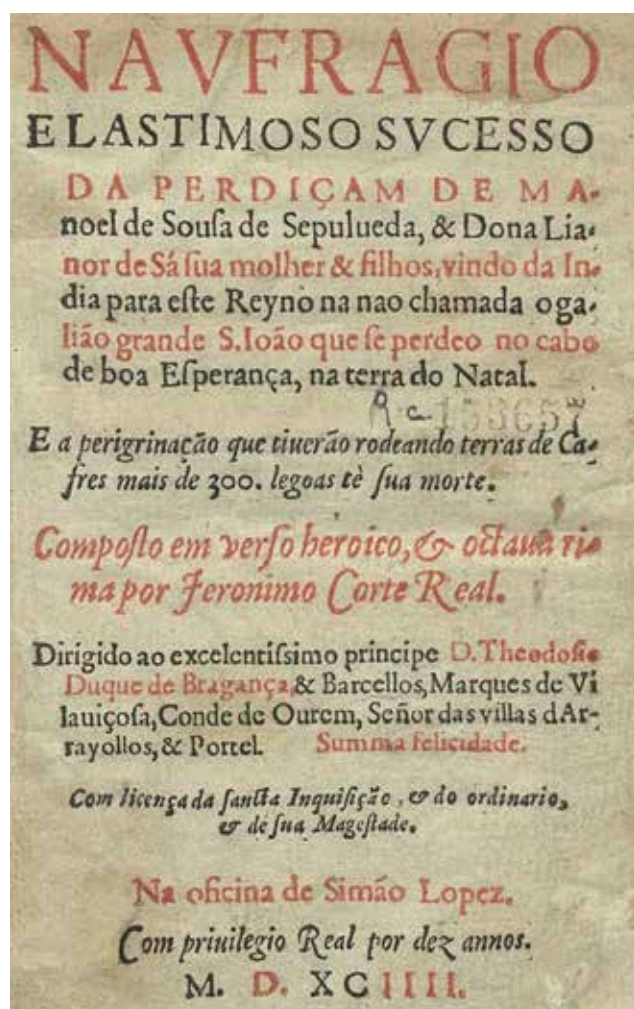


Figura 2

Capa da relação do *Naufrágio do Galeão São João*. Fonte: reprodução da capa da reedição de 1594 da relação do *Naufrágio do Galeão São João*, com 422 páginas, reescrita em verso por Jerónimo Corte-Real.

Figura 3

Capa de *La Entrada que en el Reino de Portugal Hizo la S.C.R.M. de Don Philippe, Invictissimo Rey de las Españas, Segundo deste Nombre, Primero de Portugal, Así con su Real Presencia, como Con el Exercito de Su Felice Campo*, de 1583. Fonte: reprodução do original.



Algumas dessas *relações* adequam-se a um género de relato *reportativo* que, embora tenha antecedentes estruturais e estilísticos na crónica medieval e em géneros narrativos da Antiguidade, já prefigura a futura *reportagem jornalística*.

As primeiras publicações ocasionais portuguesas impressas — de que são exemplo as relações de naufrágios — terão tido um intuito comercial. Mas outras há cuja finalidade terá sido política. Por exemplo, um dos primeiros relatos ocasionais que circulou em Portugal é um panegírico à ascensão de D. Filipe II de Espanha (D. Filipe I de Portugal) ao trono português, datado de 1583. Teve finalidades propagandísticas e políticas, sendo de destacar a preocupação do autor de justificar, a todo o tempo, a entronização do novo Rei e de enaltecer a figura real. Foi, sintomaticamente, escrito em castelhano, pelo cortesão Isidro Velazquez Salamantino, e intitula-se *La Entrada que en el Reino de Portugal Hizo la S.C.R.M. de Don Philippe, Invictissimo Rey de las Españas, Segundo Deste Nombre, Primero de Portugal, Así con su Real Presencia, como con el Exercito de Su Felice Campo* (**figura 3**). Aliás, as relações quinhentistas e seiscentistas impressas em Portugal nem sequer são, na totalidade, escritas em português (o castelhano foi muito usado), nem são todas da autoria de autores portugueses (no contexto da monarquia dual ibérica, são vários os autores castelhanos que viram as suas obras impressas em Portugal, nomeadamente em Lisboa).

La Entrada afasta-se no tema e na finalidade das primeiras relações impressas de acontecimentos publicadas em Portugal. Obra com 332 páginas, elaborada para justificar e legitimar a ascensão de D. Filipe I de Portugal (D. Filipe II de Espanha) ao trono português, trata-se de um relato politicamente motivado e politicamente enquadrado dos acontecimentos relacionados com a crise sucessória de 1580. Por este motivo, tem o interesse adicional de desenvolver e discutir a problemática política da época, ainda que o faça propagandisticamente. Começa *La Entrada* com a justificação e defesa da polémica entronização de D. Filipe II, recorrendo, como elementos de prova, entre outras citações, à menção das decisões das Cortes e do juramento de fidelidade de outro possível pretendente ao trono, o duque de Bragança. Mas a narrativa evolui para a descrição da entrada do novo Rei — devidamente acompanhado do seu exército — no seu novo domínio, dando conta das escaramuças travadas com as tropas do rival português ao trono, D. António, prior do Crato. Relata a obra, ainda, várias e entrecruzadas ocorrências singulares relacionadas com o processo, como sucederia numa reportagem contemporânea.

Ao visualizar-se a paisagem das publicações ocasionais portuguesas que contribuíram para a vulgarização das formas de relato que estão na origem da moderna reportagem ao longo dos séculos XVI e XVII, constata-se que ela é variada e segmentada. As publicações ocasionais portuguesas que, pelos seus conteúdos, formatos e formas de relato, contribuíram para a fixação dos temas e das formas de narrar os acontecimentos de que o jornalismo se viria a apropriar são diversificadas, estendendo-se desde os relatos de tragédias aos relatos de acontecimentos militares e políticos, passando pela exploração de outras temáticas, como sejam, apenas para dar alguns exemplos quinhentistas:

1. As viagens de interesse etnográfico e geográfico e as ocorrências relacionadas com os Descobrimentos, casos, por exemplo, do *Itinerario y Compendio de las Cosas Notables que Hay Desde España Hasta el Reino de la China y de la China a España, Volviendo por la India Oriental, Después de Haber Dado Vuelta a Casi Todo el Mundo (...)*, da autoria de frei Juan Gonzalez de Mendonza, impresso em Lisboa, em 1586; e da *Relação Verdadeira dos Trabalhos Que o Governador D. Fernando de Souto e Certos Fidalgos Portugueses Passaram no Descobrimento da Província da Flórida, Agora Novamente Feita Por Um Fidalgo de Elvas*, saída em Évora, em 1557, a qual, a acreditar no título, terá mesmo sido uma reedição de um texto precedente.
2. Os acontecimentos religiosos, centrais na vivência das gentes da época, de que é exemplo a *Relação do Solene Recebimento que se Fez em Lisboa às Santas Relíquias que se Levaram à Igreja de São Roque da Companhia de Jesus aos 25 de Janeiro de 1588*, da autoria de Manuel de Campos e impressa em 1588, em Lisboa.

3. Os problemas religiosos internacionais, caso da *Historia Ecclesiástica del Cisma del Reino de Inglaterra (...)*, da autoria do padre Pedro de Ribadeneyra, impressa por António Alvarez em Lisboa, em 1588.
4. Os acontecimentos religiosos, militares, políticos e outros, caso da *Relação das Exéquias d'el Rei D. Filipe Nosso Senhor, Primeiro deste Nome dos Reis de Portugal, com Alguns Sermões que Neste Reino se Fizeram*, impressa em 1600, em Lisboa, por Pedro Crasbeeck.
5. Os acontecimentos religiosos, militares, políticos e outros ocorridos nas possessões ultramarinas e noutros pontos do globo, podendo dar-se como exemplo *Alguns Capítulos Tirados das Cartas que Vieram este Ano de 1588 dos Padres da Companhia de Jesus que Andam das Partes da Índia, China, Japão e Reino de Angola*, coligidos pelo padre Amador Rebelo, publicação impressa, em Lisboa, pelo livreiro António Ribeiro, em 1588, tendo, como muitas outras, formato de *in-quarto*, com 64 fólios, o que totaliza 128 páginas úteis de texto;

A vulgarização da tipografia e da gravura de metal permitiu, concomitantemente, a popularização da informação visual. Os portugueses — mesmo os analfabetos — puderam, graças às imagens com conteúdo informativo, construir uma ideia dos seus soberanos e de outras personalidades (**figura 4**), viajar mentalmente até determinados lugares (**figura 5**) e visualizar acontecimentos ou mesmo situarem-se (graças aos mapas) (**figura 6**). Os mapas são, aliás, a variante da informação visual que está na origem dos modernos gráficos informativos. Os esquemas de movimentações de tropas em batalhas e noutras situações tiveram um papel fulcral neste processo.

Pode dizer-se, assim, que graças à vulgarização das publicações ocasionais impressas — em texto e em imagem — Portugal foi adquirindo, desde o século XVI, hábitos de consumo de informações variadas sobre singularidades, condição fulcral para o surgimento das primeiras publicações seriadas e dos primeiros periódicos noticiosos. Cultivando um estilo de narração reportativa diacrónica, a mesma que Conboy (2010, p. 14) identifica nos primeiros periódicos noticiosos ingleses, os relatos singulares de acontecimentos popularizados pela denominação de *relações* antecipam o género jornalístico da reportagem.



Figura 4
Imagem do rei D. Filipe I, cerca de 1600. Fonte: reprodução do original.



Figura 5
Imagem de Lisboa vista do Tejo, cerca de 1600.
Fonte: reprodução do original.



Figura 6
Mapa da possessão portuguesa de Goa, na Índia, cerca
de 1600. Fonte: reprodução do original.

1.4 Dando forma às futuras gazetas: a primeira publicação noticiosa seriada portuguesa

Terá sido em 1626 que pela primeira vez foi impresso um livro noticioso⁵ em Portugal, uma espécie de anuário⁶, uma coletânea de notícias, que já se aproxima da forma e da estrutura que teriam as futuras gazetas. Trata-se da *Relação Universal do que Sucedeu em Portugal e Mais Províncias do Ocidente e Oriente, desde o mês de Março de [1]625 até todo Setembro de [1]626*, redigida pelo clérigo Manuel Severim de Faria, de Évora (**figura 7**). Com 32 páginas, a primeira das relações de Severim de Faria foi reimpressa, em Braga, em 1627, sinal do sucesso que obteve. Um segundo livro noticioso do mesmo autor, com 18 páginas, foi impresso em 1628 (**figura 7**). Também ostenta no título a palavra *Relação*. A existência de dois números e de uma reimpressão do primeiro número faculta a atribuição do conceito de *publicação seriada*, ainda que não periódica, às relações de Manuel Severim de Faria.

Nessas publicações, como viria a suceder nos primeiros periódicos noticiosos, as notícias dispunham-se umas a seguir às outras sem particulares preocupações de ordem e hierarquia, provavelmente pela mesma ordem com que eram recebidas ou, quando muito, pela ordem cronológica dos eventos que relatavam (**figura 8**). No entanto, na *Relação* de 1627, Severim de Faria teve a preocupação de separar as notícias de Portugal, das notícias das “Conquistas de Portugal” e ainda das notícias alusivas a países terceiros, encimadas pelo nome do país a que aludiam.

As relações impressas de Manuel Severim de Faria foram extraídas de um conjunto de folhas noticiosas manuscritas escritas com uma periodicidade mais ou menos anual⁷, do mesmo autor, um dos mais importantes analistas do Portugal da sua época⁸. Várias dessas relações têm a forma de cartas a correspondentes. As redes de correspondentes, nesses tempos, eram importantes estruturas de circulação de notícias e outras informações entre os

5 Por *livro noticioso* entendem-se as coletâneas impressas de notícias e de outros relatos de acontecimentos que antecederam as gazetas periódicas. As notícias dessas relações eram muitas vezes recolhidas de publicações ocasionais. Em alguns casos, eram traduzidas, reescritas e sumariadas. O modelo terá sido estabelecido pelo *Mercurius Gallobelgicus*, surgido em Colónia, em 1594. Este *Mercurius Gallobelgicus* era uma publicação seriada (mantinha o título) e, possivelmente, foi a primeira publicação noticiosa periódica, já que, numa primeira fase, foi editado semestralmente. Escrito em latim, suscitou interesse por toda a Europa.

6 Uma carta régia, datada de 26 de janeiro de 1627 e dirigida por Filipe III ao chanceler-mor do reino, Cristóvão Soares, conservada na Torre do Tombo, no maço da correspondência do Desembargador do Paço, fol. 19, regista, no entanto, que, nessa data, já existiam *relações de notícias* há alguns anos em Portugal: “De alguns anos a esta parte se tem introduzido nesta cidade escrever e imprimir relações de “novas gerais”.

7 O conjunto de anuários manuscritos foi intitulado *História Portuguesa e de Outras Províncias do Ocidente, Desde o Ano de 1610 Até o de 1640 da Feliz Aclamação d’El Rei D. João o IV Escrita em Trinta e Uma Relações*.

8 Escreveu dois importantes livros sobre o Portugal da sua época: *Discursos Vários Políticos* (1624), no qual o autor advoga, por exemplo, a transferência da corte de Madrid para Lisboa, e *Notícias de Portugal* (1655), no qual Severim de Faria se debruça sobre personalidades civis e religiosas do seu tempo, a milícia, a nobreza, a moeda, as universidades, a evangelização e a carreira das naus da Índia e do Brasil, entre outros assuntos.

eruditos europeus e entre os diplomatas e os governos e outras personalidades dos seus países de origem.

Ambos os números da *Relação* misturam arcaísmos com novidade. O formato (*in-quarto*), o design (com frontispício na primeira página, a lembrar um *livro*) e a disposição das notícias é similar à das publicações noticiosas europeias da época (cf. Finberg & Itule, 1990, pp. 13-24; Canga Larequi, 1994, p. 19; Lester, 1995, pp. 138-148; Gürtler, 2005, p. 17-58), mas, na realidade, as relações de Severim de Faria são “cartas de novidades” — o início e o final revelam que o seu intuito⁹ seria — pelo menos, em termos retóricos — o de fornecer notícias, recolhidas, predominantemente, em Lisboa, a determinados correspondentes:

Pede-me vossa mercê *novas* do Reino, Corte e Mundo, dizendo que todas elas vêm parar nesta cidade de Lisboa (...). Brevemente aponto as que pude alcançar (...). [*Relação*, 1626, itálico nosso]

Mandou-me V. M. que (...) corresponda à sua curiosidade e gosto, *apontando (...) todas as novas dos sucessos deste ano*, vindas a esta grande cidade de Lisboa (...).” [*Relação*, 1628, itálico nosso]

Desse ponto de vista, as relações de Severim de Faria demonstram que, em Portugal, tal como na Europa, os letrados estabeleciam redes de correspondentes que promoviam o intercâmbio noticioso e, com ele, o interesse e a expectativa pela informação (Lisboa, Miranda & Olival, 2002, p. 15), facto que deu um contributo notório ao desenvolvimento do jornalismo (Espejo, 2011, pp. 189-202).

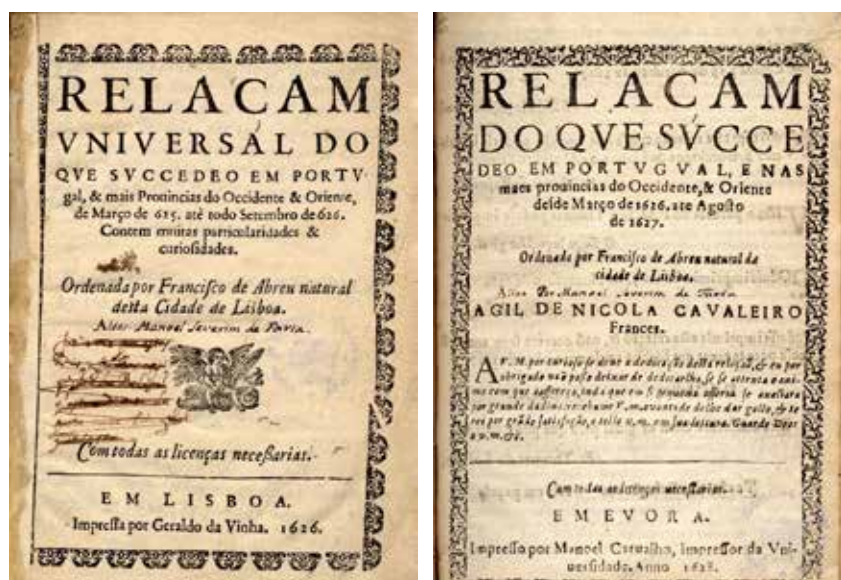


Figura 7
Frontispícios da *Relação* de Manuel Severim de Faria. Fonte: reproduções dos originais de 1626 e 1628.

9 No entanto, conforme se intui da tese pioneira de Tobias Peucer (1690) e de outros escritos da época, o jornalismo emergente confundia-se com a historiografia. Isto é, os primeiros redatores de publicações informativas ocasionais, seriadas ou periódicas ver-se-iam a si mesmo como historiógrafos e cronistas.

Figura 8
 Página interior da *Relação* de 1626.
 Fonte: reprodução do original.



O conteúdo de ambos os números impressos da *Relação* de Severim de Faria é, todo ele, de tom noticioso, ainda que se trate de informação pouco atual¹⁰. O discurso oscila entre o propagandístico (havia que propagandear o poder real), o analítico e o fatual:

Em Castela, foi promovido no Conselho de Estado de Espanha (...) D. Duarte, irmão do Duque de Bragança (...), *demonstração grande do amor que Sua Majestade tem aos portugueses, pois não só os escolhe para o governo de sua Real Casa mas ainda para o supremo de sua Monarquia.* [*Relação*, 1626, itálico nosso]

A fertilidades destes dois anos mostrou claramente que sem vir de fora pão se podia sustentar o reino, e porque o cuidado da sua agricultura é grande parte da abundância, mandou Sua Majestade renovar a lei de el-rei Dom Fernando, ordenando aos corregedores que, por conta das câmaras, fizessem lavrar todas as herdades que estivessem sem lavrador, para que a avareza dos donos não fosse causa da esterilidade da terra. [*Relação*, 1626]

Percentualmente, quanto ao tema, as peças dos dois números da *Relação* podem dividir-se pelas seguintes categorias:

10 Este problema subsistiu até ao século XIX — muitas das novidades singulares narradas nos jornais sob a forma de notícias, crónicas e reportagens não eram atuais.

1. Assuntos políticos, administrativos e diplomáticos: 23%;
2. Assuntos sociais e religiosos: 29%;
3. Assuntos económicos: 3%;
4. Assuntos militares, guerras e batalhas: 36%;
5. Catástrofes naturais e acidentes: 7%;
6. Doenças e fome: 1%;
7. Acontecimentos insólitos: 1% (Sousa, coord. *et al.*, 2007).

No que respeita aos temas das notícias, as relações de Manuel Severim de Faria — como, aliás, sucederia nas publicações posteriores — não se afastam muito daquilo que hoje é notícia nos jornais generalistas, pois os padrões de noticiabilidade, conforme argumentam Mitchell Stephens (1988, pp. 33-35) e Nelson Traquina (2002, p. 276), têm sido relativamente estáveis ao longo do tempo. Ontem, como hoje, a política e a administração dos países, a guerra e os acontecimentos relevantes da vida em comunidade constituíam grande parte das notícias, até porque afetavam, tanto quanto afetam hoje em dia, a vida de uma grande quantidade de pessoas.

As notícias de ambos os números da *Relação* foram transcritas de publicações europeias congêneres, várias delas resultantes das cartas diplomáticas e das missivas trocadas no seio das redes europeias de correspondentes; outras resultaram de cartas enviadas pelos correspondentes de Severim de Faria; e outras ainda advieram da recolha direta de informação junto de determinadas fontes pelo autor ou mesmo da sua observação direta dos acontecimentos (Sousa, coord. *et al.*, 2007, pp. 117-118), replicando os métodos de recolha e processamento de informações prevalecentes nas publicações noticiosas europeias do século XVII (Dooley, 2001, p. 8; Woolf, 2001, pp. 88-94; Espejo, 2011, pp. 189-202). Foi esse o padrão de recolha de informações para as publicações noticiosas portuguesas até meados do século XIX.

1.5 Os primeiros periódicos noticiosos portugueses

O surgimento dos primeiros periódicos em Portugal, como noutros países, resultou de um processo evolutivo que começou com a publicação de relatos reportativos ocasionais, normalmente monotemáticos; continuou com a *Relação* de Manuel Severim de Faria, já exemplo de uma publicação seriada, pois os seus dois números impressos conhecidos foram encadeados, contínuos e unidos por um título; e desembocou, finalmente, na publicação de periódicos.

A *Gazeta* (1641-1642), a *Gazeta de Novas Fora do Reino* (1642-1647), e o *Mercúrio Português* (1663-1667) foram as primeiras publicações portuguesas que cabem no conceito de periódico. Além do encadeamento e da manutenção do título, foram publicadas com intervalos

relativamente regulares¹¹. Possuíam, igualmente, características que se podem considerar jornalísticas, no sentido que lhes dá Groth (1960): *publicitavam*, no sentido de *tornarem pública*, a informação; apresentavam *periodicidade*; tiveram um *carácter noticioso*; publicavam um *noticiário universal*, no sentido de ser um noticiário *generalista* capaz de interessar a uma *universalidade* de destinatários; e disponibilizavam informação de *atualidade*. Tiveram, também, um título unificador ao longo do tempo, característica suscetível de conferir identidade a um jornal (Stephens, 1988, p. 150).

A *Gazeta* e a *Gazeta de Novas Fora do Reino* formam o conjunto das “gazetas da Restauração”. O epíteto “da Restauração” refere-se ao facto de terem sido publicadas no contexto do processo que conduziu à independência de Portugal, em 1640.

A *Gazeta*, a *Gazeta de Novas Fora do Reino* e o *Mercúrio Português* simbolizam, pois, para o caso português, a entrada na era do *periodismo*, ultrapassando a ocasionalidade dos primeiros relatos reportativos e a serialidade da *Relação* de Manuel Severim de Faria, a qual se pode considerar uma publicação contínua e seriada, mas não periódica.

Tabela 1

Algumas publicações seiscentistas portuguesas.

Título	Datas	Características	Redatores prováveis
<i>Gazeta</i> ¹² Pode consultar-se aqui: http://labcom.ubi.pt/livro/19 E aqui: https://purl.pt/12080 https://purl.pt/12094	1641-1642	Noticioso	Manuel de Galhegos (clérigo, detentor do alvará), cronologicamente o primeiro periodista, ou, se quisermos, <i>jornalista</i> português. Por hipótese, também poderão ter redigido estas gazetas, ou colaborado com elas, o desembargador João Pinto Ribeiro e Miguel Mascaranhas de Azevedo. Link biográfico: https://pt.wikipedia.org/wiki/Manuel_de_Galhegos https://pt.wikipedia.org/wiki/Jo%C3%A3o_Pinto_Ribeiro

11 A *Gazeta de Novas Fora do Reino* foi inconstante na periodicidade e, a partir de 1644, cabe mais no conceito de publicação seriada do que no conceito de publicação periódica.

12 O primeiro número intitulava-se *Gazeta em Que Se Relatam as Novas Todas que Houve Nesta Corte e Que Vieram de Várias Partes no Mês de Novembro de 1641*.

<i>Gazeta de Novas Fora do Reino</i> Pode consultar-se aqui: http://labcom.ubi.pt/livro/19	1642-1647	Noticioso. Publicava quase somente notícias traduzidas da <i>Gazette</i> de França. Com a <i>Gazeta</i> de 1641-1642, forma o conjunto das “gazetas da Restauração”. A <i>Gazeta de Novas Fora do Reino</i> tem sido apresentada como uma segunda série da <i>Gazeta</i> , mas, tendo em conta que o título é diferente, os conteúdos diferentes (a produção própria de notícias nacionais é quase inexistente e, quando ocorrem, várias são traduzidas da <i>Gazette</i>) e que também diferentes foram os redatores prováveis e o detentor do alvará, fará mais sentido considerar-se um novo periódico.	João Franco Barreto (detentor do alvará) e, hipoteticamente, frei Francisco Brandão (clérigos). Links biográficos: https://pt.wikipedia.org/wiki/Jo%C3%A3o_Franco_Barreto https://pt.wikipedia.org/wiki/Francisco_Brand%C3%A3o
<i>Mercúrio Português</i> Pode consultar-se aqui: http://purl.pt/12044	1663-1667	Noticioso. Importante repositório noticioso-propagandístico sobre a guerra contra Espanha pela restauração da independência de Portugal e da figura do Rei D. Afonso VI. Destaca-se pelas notícias de produção própria, algumas resultantes de cartas de correspondentes de Sousa de Macedo, sobre acontecimentos ocorridos em Portugal ou relevantes para o País e os portugueses, entre 1663 e 1666.	António de Sousa de Macedo, secretário de Estado, e um redator anónimo nos números de 1667. Autores como Tengarrinha consideram Sousa de Macedo o primeiro jornalista <i>de facto</i> em Portugal, pela consistência, duração e envergadura do trabalho executado no <i>Mercúrio Português</i> .
<i>Notícias de Constantinopla</i>	1688	Noticioso (só terão saído três números), traz, essencialmente, notícias do conflito entre os otomanos e a Santa Liga, maioritariamente tiradas de cartas diplomáticas e comerciais. Terá sido uma simples tradução de uma publicação estrangeira.	Anónimo (N. N.), provavelmente o embaixador francês em Constantinopla, Gerardin.
<i>Mercúrio da Europa</i> ¹³	1689	Noticioso (só terão saído três números, mas de periodicidade semanal: 20 e 28 de maio e 7 de junho de 1689, com ligeiras alterações no título). Traz, essencialmente, notícias do estrangeiro, recolhidas de cartas diplomáticas e de relações e gazetas de outros países.	Anónimo, provavelmente estrangeiro.

13 Tal como a *Gazeta* fez em várias ocasiões, o primeiro número teve um título extenso que funcionava como manchete: *Mercúrio da Europa Com Suas Notícias Principais Não Só dos Sucessos da Liga Sagrada Contra Infiéis, Mas Descreve-se o Caminho Que Fez El-Rei de Inglaterra Jacobo II Defensor da Fé Desde que Saiu de Londres a França Até Chegar à Irlanda Aonde Fica de Caminho para Vir ao Reino da Escócia. E Descrição do Reino de Inglaterra.*

Publicações ocasionais similares a jornais			
<i>Relação Universal (...) + Relação do que Sucedeu em Portugal (...)</i>	1626 (1º número, reeditado em 1627) e 1628	Livros-noticiosos (anúários) de valor historiográfico e noticioso. Apesar de somente terem sido publicados dois números, a <i>Relação</i> pode considerar-se uma publicação seriada, pois mantém no título a palavra <i>Relação</i> como elemento unificador e identificador.	Manuel Severim de Faria, sob o pseudónimo de Francisco de Abreu. Links biográficos: https://pt.wikipedia.org/wiki/Manuel_Severim_de_Faria https://www.infopedia.pt/\$manuel-severim-de-faria
<i>Mercurius Ibernicus Que Relata Algunos Casos Notables Que Sucederan en Irlanda Después Que Tomó las Armas por Defender la Religión Católica</i>	1645	Mistura de historiográfico e noticioso, escrito em espanhol, procura propagandear a causa independentista irlandesa em Portugal, associando-a à defesa do catolicismo. Só terá saído um número.	Anónimo
<i>Continuação Histórica</i>	1684 e 1685	Anuário de valor historiográfico e noticioso, centrado nos acontecimentos políticos e militares da Santa Liga. Terão saído dois números, reeditados, por diferentes editores, até 1689, com pequenas alterações no título.	Anónimo
<i>Notícias Católicas e Políticas de Inglaterra</i>	1687	Folha noticiosa combativa, defensora dos direitos de Jaime II Stuart ao trono inglês e do catolicismo. Conhece-se um número, mas, possivelmente, houve outro precedente, o que a colocaria no patamar de publicação seriada, como a <i>Relação</i> de Severim de Faria.	Anónimo
<i>Notícias de Inglaterra</i>	1689	Publicação seriada, com dois números, datados de 1 e 3 de Janeiro de 1689. Reporta-se ao início da Revolução Gloriosa e ao exílio de Jaime II em França.	Anónimo
Outras publicações			
<i>Le Mercure Portugais ou Relations Politiques de la Fameuse Révolution d'Etat Arrivée en Portugal Depuis la Mort de D. Sebastien Jusque au Coronnement de D. Jean IV</i>	1643	Obra historiográfica e narrativa em fascículos periódicos, dedicada à restauração da independência de Portugal. Não possui características jornalísticas. Foi editada em Paris, para propagandear a justiça da causa independentista portuguesa na Europa. Por ter sido uma publicação periódica, é mencionada nas histórias do jornalismo português, daí esta referência.	François de Chastonniers de Grenaille, sob patrocínio e a pedido do nobre restauracionista conde da Vidigueira.
<i>Gazeta do Parnaso Prologetica</i>	1649 (?)	Publicação obscura escrita em espanhol, com 164 páginas e de que terá sido publicado um único número. Não se localizaram quaisquer exemplares.	Anónimo

Fonte: produção própria a partir das obras referidas na bibliografia e investigação pessoal.

1.5.1 A *Gazeta* (1641-1642)

A *Gazeta* (**figura 9**), primeiro periódico português de que se tem conhecimento, foi publicada, comprovadamente, entre 1641 e 1642, num contexto dominado pela guerra com Castela, desencadeada pela restauração da independência do Reino, a 1 de dezembro de 1640, após 60 anos de união monárquica entre os dois principais países ibéricos.

O momento era de crise, não somente política, mas também económica. A economia do Reino estava em recessão e era afetada por uma fiscalidade agressiva que havia que mudar em proveito do financiamento do processo civil e militar de restauração da independência (Costa, Lains & Miranda, 2011, pp. 143-207).

A nova dinastia de Bragança, que ascendeu ao trono português na sequência da revolução independentista do primeiro dia de dezembro de 1640, necessitava de meios de informação e de propaganda suscetíveis de contribuir para o esforço de guerra, para a legitimação da nova Casa Real e para o combate à propaganda castelhana. Controlar a informação difundida no País, fazendo chegar mensagens idênticas às pessoas, permitia manter o poder, ontem como hoje. A *Gazeta* cumpriu esse papel, acompanhando os primeiros anos de reinado de D. João IV. Não se sabe, porém, se a *Gazeta* foi um projeto do novo regime — designadamente do poder real ou do grupo de nobres que desencadeou a restauração da independência — ou se foi um projeto que, embora resultante da iniciativa privada, foi acolhido pelo poder régio. Este não deixou, todavia, de vigiar a publicação. Relembre-se que a ordem jurídica portuguesa previa a censura de publicações e o licenciamento prévio não apenas de publicações mas também de tipografias.

O editor da *Gazeta* terá sido o clérigo, escritor e poeta Manuel de Galhegos, a quem foi concedido o primeiro alvará régio para publicar um periódico em Portugal. Porém, Daniel Magalhães Porto Saraiva (2006) diz que João Pinto Ribeiro, desembargador supranumerário do Paço Real e ativo defensor e propagandista da restauração da independência, futuro guarda-mor da Torre do Tombo (arquivo nacional), foi o fundador da *Gazeta*, depreendendo-se, portanto, das palavras deste autor, que Manuel de Galhegos — o detentor do alvará régio — teria sido apenas uma espécie de testa-de-ferro de um grupo de restauradores independentistas. O padre António Vieira atribuiu, em 1686, numa das suas cartas a redação de gazetas ao padre jesuíta Pedro Soares, mas, com grande probabilidade, Vieira não se referia à primeira *Gazeta* “da Restauração” e sim a outras publicações. José Tengarrinha (2006, p. 29) afirma que Manuel de Galhegos atribuiu a Miguel Mascarenhas de Azevedo a tarefa de redigir a *Gazeta*. Quem efetivamente redigiu a primeira *Gazeta* “da Restauração” é, apesar de tudo, um mistério que dificilmente será resolvido. Na verdade, é somente uma curiosidade histórica. Tanto quanto indicam as fontes documentais, pode presumir-se — embora esta posição não seja consensual — que Manuel de Galhegos, provável promotor da publicação, interveio na sua redação, sendo, pois, cronologicamente, o primeiro *periodista* português, ou, arriscando mais na palavra, o primeiro *jornalista* português.

O primeiro número da *Gazeta* foi lançado em novembro de 1641, sob o título *Gazeta em Que Se Relatam as Novas Todas Que Houve Nesta Corte e Que Vieram de Várias Partes no Mês de Novembro de 1641*. A publicação teve periodicidade mensal. Mas em julho de 1642, após terem saído (que se saiba) nove números, a *Gazeta* suspendeu a publicação por força de uma lei promulgada a 19 de agosto de 1642, que proibia as gazetas “com notícias do Reino ou de fora, em razão da pouca verdade de muitas e do mau estilo de todas elas”. Na realidade, conforme diagnosticam Sousa, coord. *et al.* (2011, pp. 66-67), a *Gazeta* terá sido suspensa pelo poder régio devido ao “excesso de verdade”, designadamente devido à possibilidade de, inadvertidamente, providenciar informações passíveis de serem usadas pelo inimigo castelhano.

A *Gazeta* serviu de matriz aos periódicos portugueses subsequentes. Formalmente, apresentava-se em formato de quarto (sensivelmente 13,5 x 19 cm). Somente o primeiro número apresentava frontispício, no qual se referia, em acréscimo, talvez pela novidade, que se tratava de uma publicação impressa “com todas as licenças necessárias”. Os restantes números, como exemplos de uma espécie de *literatura urgente*, não têm frontispício, sendo a primeira página ocupada pelo título da publicação, que incluía o mês (*Gazeta do Mês de Y de 16XX*), o que acentuava a ideia de periodicidade; e por informações. As notícias sucediam-se umas às outras sem muitas preocupações com a ordem ou a hierarquia, sendo possível que fossem redigidas à medida que fossem sendo recolhidas, embora também tenham subjacente um critério cronológico na sua apresentação, acentuando o seu cariz historiográfico. Toda a *Gazeta* era paginada a uma coluna, em fonte similar à Elzevir, da família romana. Cada número tinha, habitualmente, dezasseis páginas.

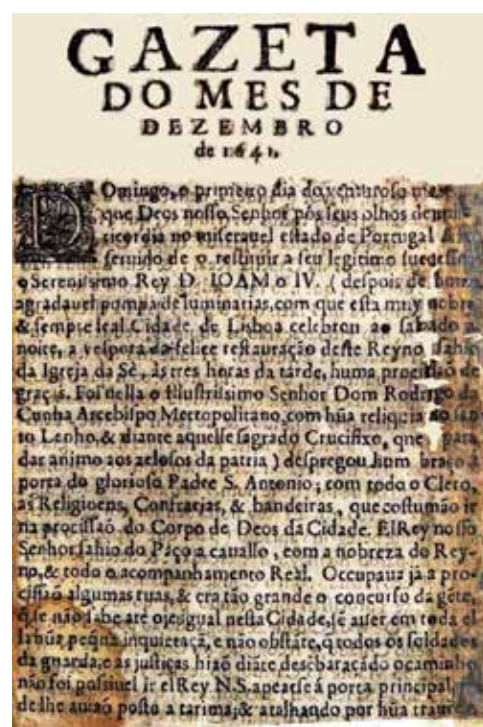


Figura 9
Capas dos dois primeiros números da *Gazeta* de 1641-1642. Fonte: reprodução dos originais.

A *Gazeta* teve, pelo menos, periodicidade mensal, já que, comprovadamente, foram publicados nove números, entre novembro de 1641 e julho de 1642, possibilitando ao seu parco público o consumo cíclico de novas notícias e outras informações com regularidade.

O conteúdo da *Gazeta* é, quase todo ele, noticioso, versando, principalmente, assuntos como a guerra, os eventos religiosos, a política e administração do Reino, a atividade do novo Rei e a diplomacia. Ocasionalmente, a *Gazeta* também publicou notícias sobre economia, acontecimentos insólitos, crime e justiça, catástrofes naturais e acidentes. O temário reparte-se assim:

1. Guerra e assuntos militares: 47%
2. Política, diplomacia, administração: 17%
3. Sociedade e cultura, incluindo celebrações religiosas: 23%
4. Assuntos económicos e comerciais: 2%
5. Doenças, fome e catástrofes naturais: 3%
6. Crime e justiça: 3%
7. Acontecimentos insólitos: 2%
8. Outros assuntos: 3% (Teixeira & Sousa, 2015).

A matriz de noticiabilidade da *Gazeta* corresponde, pois, em grande medida, àquela que se detetaria, hoje, em qualquer meio jornalístico (Teixeira & Sousa, 2015, pp. 121-207).

O tom do discurso da primeira *Gazeta* “da Restauração” oscila, tal como o da *Relação* de Severim de Faria, entre o factual, o propagandístico, ligado, nomeadamente, ao enaltecimento do Rei e, às vezes, o fantasioso, pois havia que provar, propagandisticamente, ao leitor o favor divino à causa da restauração da independência de Portugal e à Casa de Bragança. Em linguagem de hoje, o periódico estava cheio de *fake news* e, neste sentido, propagava boatos e matérias desinformativas e propagandísticas, ainda que nem sempre de propósito — seria grande a credulidade dos redatores e das outras pessoas da época, principalmente quando se misturavam factos com religião.

O conde da Castanheira, que estava preso numa torre de Setúbal pediu a el-rei nosso senhor que lhe mudasse a prisão por quanto estava indisposto e el-rei nosso senhor *usando sua natural benignidade* o mandou trazer para o castelo de Lisboa. [itálico nosso] [Novembro de 1641]

Na comarca de Miranda falou um menino mudo e disse: “viva el-rei D. João IV”. Isto se sabe de certo e agora se está fazendo um instrumento de testemunhas por ordem da sé de Miranda. [Novembro de 1641]

O general Martim Afonso de Albuquerque (sabendo que o inimigo estava em Valverde prevenindo-se para dar em Olivença) juntou do terço de Dom João da Costa, de Aires de Saldanha e de todas as fronteiras do Alentejo três mil e tantos homens e a 27 de Outubro saiu da cidade de Elvas, no dia seguinte pela manhã chegou a Valverde com a infantaria repartida por três esquadrões e quinze mangas volantes e a cavalaria em sete tropas. Foi visto pelos inimigos, acudiram todos à defesa, prevenindo-se os nossos para o assalto. Investiram e ganharam logo a primeira e a segunda trincheira e arrimando escadas entraram na vila, na qual não havia rua que não defendesse a entrada com uma peça de artilharia. Porém, os nossos romperam e destruíram tudo e os inimigos se retiraram para uma Igreja ao pé da qual havia um reduto, de onde se defenderam valorosamente, e estando já os nossos ao pé da terceira trincheira e o lugar quase rendido, houve da nossa parte quem gritou que se retirassem, e cuidando todos que era ordem do general, obedeceram, e cessou a destruição, que foi tão grande que não ficou no local casa alguma que os soldados não saqueassem e o que não podiam trazer ou o despedaçavam ou lhe punham fogo. Tornaram por fim para Elvas alegres com a vitória e deixaram na vila mortos mais de 400 castelhanos (...). Trouxeram 55 prisioneiros, tomaram três bandeiras (...). Da nossa parte morreram pouco mais de trinta homens. [Novembro de 1641]

Vieram algumas naus de França, as quais trouxeram muitos soldados portugueses que militavam por El-Rei Dom Filipe nas praças da Catalunha.

O General Martim Afonso de Melo mandou algumas tropas de gente sobre a Codesseira vila de Castela, na qual entraram. E depois de fazerem recolher o inimigo com grandíssimo dano, foram saqueando o lugar e se pôs fogo à maior parte dele.

Estão declarados os capitães da armada Real que se vai aprestando para sair este Verão, que consta de famosos galeões do Estado. [Maio de 1642]

Ainda assim, a *Gazeta* manteve sempre um tom noticioso e reportativo, dando atenção ao notável, factual e singular, ou seja, à notícia, e nunca caindo no exacerbamento retórico que faria escola nos periódicos políticos dois séculos depois.

A política, nos primeiros periódicos portugueses de Seiscentos, era tratada sob a forma de *notícia*.

1.5.2 A *Gazeta de Novas Fora do Reino* (1642-1647)

A *Gazeta de Novas Fora do Reino* (**figura 10**) foi publicada entre outubro de 1642 e setembro de 1647 (a partir de 1644, com alguma irregularidade) e terá tido por editor João Franco Barreto, clérigo e escritor, que teve, por alvará régio, direito a republicar em Portugal conteúdos das gazetas e relações francesas — nomeadamente da célebre *Gazette* fundada por Théophraste Renaudot.

Patrícia Teixeira (2014) verificou que notícias publicadas na *Gazeta de Novas Fora do Reino* resultaram, efetivamente, da tradução de notícias de números sucessivos ou intercalados da *Gazette* francesa. Embora a *Gazeta de Novas Fora do Reino* também tivesse publicado, ocasionalmente, notícias sobre Portugal, algumas delas eram até meras traduções das notícias sobre o País publicadas na *Gazette* de França (Teixeira, 2014).

A *Gazeta de Novas Fora do Reino* tem sido apresentada como uma segunda série da *Gazeta*, mas, na verdade, deverá ser considerada uma nova publicação, com diferente título, diferente periodicidade inicial, diferente editor e mesmo diferentes conteúdos, já que, enquanto a *Gazeta* apostou na produção própria de notícias sobre Portugal, a *Gazeta de Novas Fora do Reino* foi dominada por notícias acerca de países terceiros meramente traduzidas da *Gazette* francesa (Sousa, coord. et al., 2011; Teixeira & Sousa, 2015).



Figura 10
Capas de dois números da *Gazeta de Novas Fora do Reino*. Fonte: reproduções dos originais de outubro de 1642 e janeiro de 1645.

Pontualmente, na redação da *Gazeta de Novas Fora do Reino* poderá ter colaborado, a partir de 1645, frei Francisco Brandão (Cunha, 1941a: 52-58; Sousa, coord. et al., 2011: 54-57), autor de duas partes da obra de exaltação nacional *Monarquia Lusitana* e cronista-mor do reino. Francisco Brandão e João Franco Barreto eram clérigos afetos à causa da restauração da independência. Seja como for, quem redigiu a *Gazeta de Novas Fora do Reino* foi — ou foram — mais tradutor(es) e editores do que verdadeiro(s) gazeteiro(s), no sentido de que quase não ofereceram aos seus leitores notícias produzidas por si, nomeadamente notícias sobre a realidade nacional. Mesmo algumas notícias sobre Portugal, como se disse, foram traduzidas da *Gazette* francesa:

De Lisboa, aos 5 de outubro

No mês passado fez Sua Majestade mercê ao conde da Vidigueira do título de marquês de Niza e havendo respeito a ele se haver portado com tão bom sucesso na embaixada de França, o tornou Sua Majestade a nomear com embaixada extraordinária às majestades Cristianíssimas com negócios de suma importância, conforme se entende.

Também Sua Majestade confirmou a Dom Diogo de Lima o título de visconde de Vila Nova de Cerveira por renúncia ao mesmo do visconde seu pai.

Nomeou assim mais Sua Majestade por arcebispo de Lisboa a D. Manuel da Cunha, bispo de Elvas, e seu capelão mor, que estava nomeado arcebispo de Évora. [Setembro e outubro de 1646]

Em algumas ocasiões, a *Gazeta de Novas Fora do Reino* serviu para contrariar os boatos e as versões dos acontecimentos pouco condizentes com os interesses restauracionistas:

Não é para deixar de advertir sobre o que o vulgo (...) diz, encaixando-se-lhe logo na cabeça qualquer nova que ouve sem probabilidade alguma, como a saída que dizem fez o inimigo de Badajoz, porque já afirmavam que tinham cercado Ouguela e Campo Maior como se ele não soubesse o presídio em que estas como as demais praças fronteiras estão. O certo é que os inimigos, à maneira de comediantes (...), não fizeram mais que uma mostra, saindo por uma porta e entrando por outra. Pelo contrário, ao mesmo tempo, mandando o senhor de Castelo Melhor buscar uma língua a Castela, entraram por ela dentro oito soldados de cavalaria e encontrando trinta castelhanos que vinham com seu comissário tomar armas a Badajoz, os renderam com muita facilidade, e os trouxeram com toda a bagagem a mãos lavadas. E destes e de outros (...) semelhantes encontros pudéramos cada dia (a Deus graças) fazer muitas e muito notáveis relações, pois os portugueses prezam-se tanto dos rasgos da pena como dos da espada. E assim por mais que os nossos contrários finjam e escrevam, manifesta a verdade, todos os seus triunfos se hão de converter em tumbas, todos seus troféus em fúnebres aparatos e todo o seu riso em amargo pranto. Aquele que quiser reduzir seus pensamentos à gloriosa meta das vitórias e dos triunfos, tenha o olhar no céu, que de lá de cima vêm guiadas todas as nossas ações, com segurança tal que não podem deixar de ter felicíssimo fim. [Agosto de 1645]

Curiosamente, o temário da *Gazeta de Novas Fora do Reino* é estruturalmente semelhante ao da primeira *Gazeta*, com a guerra a merecer destaque:

1. Guerra e assuntos militares: 46%
2. Política, diplomacia, administração: 21%
3. Sociedade e cultura, incluindo celebrações religiosas: 20%
4. Assuntos económicos e comerciais: 3%
5. Doenças, fome e catástrofes naturais: 2%

6. Crime e justiça: 2%
7. Acontecimentos insólitos: 2%
8. Outros assuntos: 4% (Teixeira & Sousa, 2015).

A *Gazeta de Novas Fora do Reino* (1642-1647) seguiu o esquema de design da *Gazeta* de 1641-1642, mas, a partir de 1643, tornou-se comum a inserção de uma chamada promocional e apelativa relativa ao tema forte, logo após o título, quase como uma manchete (**figura 10**). O seu número de páginas oscilou entre seis (número de março e abril de 1644) e dezoito (número de novembro de 1646), sendo doze o número de páginas da maioria dos números comprovadamente publicados.

1.5.3 O *Mercúrio Português* (1663-1667)

Após cerca de dezasseis anos, a publicação de periódicos em Portugal foi retomada, em 1663, com o surgimento do *Mercúrio Português* (**figura 11**), pela mão de António de Sousa de Macedo (1606-1682) (**figura 12**), diplomata afeto à causa da restauração e estadista, secretário de Estado e correligionário, na corte, da facção do conde de Castelo Melhor, que orquestrou o golpe palaciano que afastou da regência a rainha-mãe, D. Luísa de Gusmão, e se tornou “valido” do jovem rei D. Afonso VI.

José Tengarrinha (1989, p. 41) considera Macedo “o primeiro jornalista português” (ainda que não cronologicamente), por ter sido o primeiro a apresentar “uma verdadeira constituição de jornalista”. Ele foi, dos conhecidos introdutores do jornalismo em Portugal no século XVII, o único que não era clérigo, mas sim um político envolvido com uma facção da corte, o que teve consequências no discurso do *Mercúrio Português*, um periódico apoiante do conde de Castelo Melhor e das suas políticas, apologético da guerra pela restauração da independência e do jovem e incapaz Rei D. Afonso VI.

O *Mercúrio Português* foi publicado até 1667, cobrindo um período de intensa intriga palaciana¹⁴ e de intensificação do conflito independentista com Castela¹⁵, embora o seu fundador apenas o tenha redigido até dezembro de 1666, ano em que foi forçado a afastar-se da

14 O Rei D. Afonso VI, um indivíduo impotente, mentalmente débil e de carácter violento, tinha-se emancipado como monarca na sequência de um golpe palaciano orquestrado, em 1662, pelo conde de Castelo Melhor, contra a regente, a Rainha-Mãe, D. Luísa de Gusmão. As rédeas do poder régio transitaram para Castelo Melhor e os seus partidários, entre os quais António de Sousa de Macedo, redator do *Mercúrio*. Mas o poder real era minado pelos que queriam levar à regência o príncipe D. Pedro, irmão do Rei. O *Mercúrio Português* pode, assim, inserir-se dentro da estratégia governamental de enaltecimento da figura do Rei, de ocultação dos defeitos do monarca e de apoio à política governamental e à guerra contra Castela pela independência do Reino.

15 Duas das mais importantes — senão as mais importantes — batalhas da Guerra da Restauração ocorreram no dia 8 de junho de 1663 (Ameixial) e no dia 17 de junho de 1665 (Montes Claros), com vitórias portuguesas.

corte devido a um desentendimento com a rainha D. Maria Francisca de Saboia, esposa de D. Afonso VI. Permanecem no anonimato o redator, ou redatores, dos últimos sete números do *Mercúrio Português*, editados em 1667.



Figura 11
O frontispício do primeiro número do *Mercúrio Português* e a primeira página, já sem frontispício, da edição de fevereiro de 1664. Fonte: reproduções dos originais.



Figura 12
António de Sousa de Macedo, fundador e redator do *Mercúrio Português*. Fonte: reprodução do original.

Com o *Mercúrio Português*, relançou-se o *periodismo* em Portugal. Ao longo da sua existência saíram, com rigorosa periodicidade mensal (algo que as duas gazetas de 1641-1647 não tinham conseguido manter), 55 números e dois suplementos (o jornal foi o primeiro a publicar em Portugal números especiais, em junho de 1664 e em junho de 1665¹⁶).

O número de páginas do *Mercúrio* não era constante, tal como ocorreu na *Gazeta* e na *Gazeta de Novas Fora do Reino*. Um número podia ter seis páginas (como o de março de 1663), enquanto outro podia ter trinta (caso do número de junho de 1664). A quantidade de informação disponível ditaria o número de páginas do jornal.

O *Mercúrio Português* foi o primeiro periódico nacional a dizer ao que vinha, por meio de uma espécie de declaração de intenções que funcionou como verdadeiro estatuto editorial. António de Sousa de Macedo explicava, pois, num texto programático, que o periódico surgia quer para suprir a necessidade de informação dos políticos, quer para contrabalançar as alegadas inverdades que os castelhanos difundiriam através das suas publicações, que chegavam mais ou menos clandestinamente a Portugal:

Saber os sucessos de outros reinos e províncias não é só curiosidade, mas necessidade dos políticos (...). Este serviço puderam fazer ao bem-comum os castelhanos melhor do que os portugueses, porque os seus engenhos sempre se aplicaram mais a escrever como os portugueses só a obrar (...). Porém, ou pouco informados ou muito ligeiros, ou com demasiada paixão, referem as coisas tão erradamente que fica a relação sem (...) verdade e sua lição muito prejudicial a quem lhe dá crédito (...). [Janeiro de 1663]

Vários valores relevantes da historiografia clássica plasmam-se nesse texto doutrinário de Sousa de Macedo. Ele salienta que se apegaria à verdade, pois sabia que perder o crédito seria o maior infortúnio para um periodista; e também relembra que a sua tarefa enquanto periodista seria servir o “bem público”:

Para servir ao bem público da Europa com novas *certas* [itálico nosso] da guerra entre portugueses e castelhanos se dispõe *Mercúrio*, (...) nem (...) ficará suspeito no que relatar (...), antes o receio desta suspeita o fará mais acautelado para que (...) se não desvie dos raios do sol da verdade sob pena de perder o crédito. [Janeiro de 1663]

16 Serão três os suplementos, caso se inclua entre eles a *Relación Verdadera, y Pontual, de la Gloriosísima Victoria que en la Famosa Batalla de Montes Claros Alcanzó el Ejercito del Rey de Portugal, de que es Capitán General Don Antonio Luis de Meneses Marqués de Marialva, Conde de Cantañede, Contra el Ejercito del Rey de Castilla, el Marqués de Carracena, el día diez de Junio de 1665. Con la Admirable Defensa de la Plaza de Villa Viciosa*. No entanto, os dois outros números extraordinários do *Mercúrio* intitulam-se, precisamente, *Mercúrio Extraordinário*, o que não acontece com esta publicação.

A retórica de Sousa de Macedo só convocou, no entanto, a credibilidade dos ingênuos. As matérias do *Mercúrio Português* sofreram um enviesamento propositado, de acordo com as motivações políticas do seu redator, que não hesitou, por exemplo, em fantasiar e exagerar os alegados feitos de armas dos portugueses na guerra pela independência do Reino travada contra Espanha, enquanto, noutras ocasiões, municiaava o inimigo com informações relevantes. Por isso, o padre António Vieira criticou o *Mercúrio Português* nas suas cartas. Mas também se deve ponderar que Vieira, um sacerdote, certamente não gostaria que o jornalismo desafiasse a Igreja Católica na difusão social de ideias e notícias.

No número de dezembro de 1666, o último que redigiu, Sousa de Macedo enfatizou, num texto de balanço e despedida, o intento infopropagandístico que presidiu ao *Mercúrio Português* e justificou o estilo “simples” pela necessidade de veicular informações com sinceridade e de alimentar com documentos o trabalho de futuros historiadores:

(...) tem *Mercúrio* referido em cada mês dos quatro anos (...) passados tudo o que chegou a sua notícia dos principais sucessos que (...) viu este reino. O estilo foi simples e corrente, ajustando-se sempre com a maior certeza que pôde alcançar, sem afetar locuções altas que desdissem da sinceridade de uma pura narração. Conseguiu o intento que o incitou a escrever, que foi tapar a boca aos castelhanos, que, vendo-nos mudos, imprimiam licenciosamente relações fantásticas do que desejavam, fiados em que os estrangeiros lhes davam crédito, parecendo-lhes que em calarmos, consentíamos. E depois que *Mercúrio* escreveu, nem se atrevem a prosseguir (...). A pena que destes quatro anos escreveu (...) se acha (...) com esta glória e com a de dar matéria (...) a quem escrever nossas histórias, para as quais estas relações hão de ser o melhor documento (...). [Dezembro de 1666]

O discurso do *Mercúrio*, conforme foi timbre nos periódicos portugueses seiscentistas e posteriores, oscilou entre o noticioso e o propagandístico, mas, em relação à *Gazeta* e, sobretudo, em relação à *Gazeta de Novas Fora do Reino*, teve uma novidade: pela pena de Sousa de Macedo, o periódico centrou-se na produção própria de informação sobre Portugal e os portugueses, em especial sobre a guerra que se travava com Espanha pela restauração da independência do Reino. O editor e redator do *Mercúrio*, sendo secretário de Estado de Portugal, beneficiou, para isso, do concurso de várias fontes e do acesso à informação privilegiada que afluía ao paço real através de indivíduos, cartas, relações nacionais e estrangeiras, gazetas estrangeiras e documentos. Estando em Lisboa e no centro da vida na corte, foi testemunha de variadíssimos acontecimentos, que relatou no seu periódico:

Diogo Gomes de Figueiredo, general de artilharia (...), tendo notícia da gente que o duque [D. João da Áustria] conduzia (...), reforçou como lhe foi possível as praças (...) e foi-se meter na de Almeida, acompanhado somente de 25 cavaleiros auxiliares, e entrou nela no primeiro dia deste mês de julho, pela manhã.

Logo na noite seguinte deram sinal as atalaias que no campo havia inimigos e pouco depois disseram os vigias que marchava um grosso e muito grande [contingente de tropas]. Deu-se o alarme e duvidando-se para onde iriam [as tropas inimigas], se viu quase de repente que, sentindo-se descobertas, corriam com gritos a investir contra essa mesma praça de Almeida. Achavam-se nela 400 para 500 auxiliares do terço de Pinhel, duas companhias de infantaria paga e 150 cavaleiros, além dos moradores da terra, com os quais o general de artilharia Diogo Gomes dispôs a defesa (...). O inimigo trazia quatro para cinco mil infantes e seiscentos cavaleiros.

Antes de romper o dia, avançou [o inimigo] por cinco partes, por duas em que pretendeu fazer diversão e por três com todo o vigor, encostando muitas escadas, reforçando-se mais pelo chafariz e baluarte de São Francisco. Subiram muitos com grande resolução enquanto a sua mosquetearia atirava chuveiros de balas e outros metiam bombas e granadas na praça. O escuro da noite acrescentava a confusão e o perigo animava mais aos defensores a desprezá-lo. Todavia, os inimigos investiam, de modo que nenhum baixou senão morto ou muito ferido. Ao mesmo tempo, atiraram um petardo contra a porta a que chamam do Barro, onde estava pronta a cavalaria para entrar. Quis Deus que o petardo rebentou e fez pouco efeito na porta e matou ou feriu muitos dos seus. Contudo, era tal a persistência dos que queriam entrar, que chegaram alguns a meter-se por um buraco que se abriu na porta, mas estando com meio corpo dentro eram mortos com facilidade. Os de fora tentavam desentupir o buraco dos cadáveres, pretendendo entrar outros, até que os [nossos os] matavam. Eram já oito horas da manhã e o duque de Osuna, que estava um pouco retirado entre um batalhão, vendo que os seus começavam a fraquejar, quis ir exortá-los, mas uma bala de artilharia levou-lhe o cavalo e das muralhas foi visto ir fugindo embrulhado num capote, e chegando-se todos os seus a ele, o montaram num cavalo de um soldado, em que logo voltou a correr, e todos os que pelejavam o seguiam, e era quem mais corria, sem ordem alguma, deixando todas as escadas, armas e munições e apetrechos que traziam e nem os mortos retiraram. E a artilharia da praça, com balas miúdas, lhe foi dando alcance, fazendo neles grandíssimo dano. Indo fugindo, passaram junto do nosso forte de Vale-de-Mula, que com uma bala de uma peça quase atingia o duque (...), que se benzeu mil vezes, e dali até se recolher na sua casa de Ciudad Rodrigo não cessou de se benzer, e se entende que se benzeu para não tornar mais àquela parte nem empreender semelhante cavalgada.

Morreram do inimigo, além de outros muito feridos, quase quatrocentos, entre os quais alguns homens de qualidade, e foi fuzilado com sete balas um espião que os tinha conduzido. Da nossa parte morreu um alferes e dois soldados e houve alguns feridos, mostrando-se o especial favor com que Deus assiste às armas de Sua Majestade (...). [Julho de 1663]

Coroa-se a relação deste mês com a ação que el-rei nosso Senhor obrou em 12. Era segunda-feira e indo sua majestade a cavalo para a quinta de Alcântara (...) encontrou o Santíssimo Sacramento da paróquia de São Paulo. Apeou-se sua majestade com aquela piedade herdada de seus avós e acompanhou o Senhor até à casa da doente que ia visitar, e sabendo que era uma mulher muito pobre,

lhe mandou dar 50 cruzados, deixando ordem para se lhe dar o mais de que necessitasse. (...) Em 22 deste, sendo sua majestade informado da necessidade que padecem as crianças que nesta cidade de Lisboa se enjeitam, por não haver dinheiro bastante para seu sustento, e paga das amas que as criam (...), foi servido fazer mercê de três mil cruzados de renda cada ano, pagos a cem mil réis cada mês, para ajuda da criação dos ditos enjeitados (...). Não pode ser vencido quem por tantas vias procura o favor de Deus. [Novembro de 1663]

Domingo 17 celebrou-se em Lisboa o Auto da Fé (...) no qual, além de muitos penitentes que se reconciliaram com a Santa Madre Igreja, se executou sentença de morte em três homens e duas mulheres, havidos por obstinados. [Agosto de 1664]

Por vezes, o redator do *Mercúrio* foi explicativo e analítico (no texto abaixo, já não terá sido Macedo):

Mercúrio, correio dos deuses, planeta (...), calando os efeitos das influências celestes começa a dar notícia a todos de como se acham os terrestres astros que dominam a melhor parte da nossa Europa, para que mais facilmente possa cada qual inferir os acontecimentos de todo o ano (...). França (...) tem acumulado riqueza (...), [é] o poder árbitro na Europa, que aumenta sempre devido aos conflitos entre os seus vizinhos (...), mostrando que com os parentescos (...), sem rompimentos exteriores, pode conseguir com maior dano a total ruína dos seus émulo.

Inglaterra, mundo separado do mundo, cujo rei depende de si mesmo, trata de continuar as guerras com a Holanda e a França, ainda que se espera em breve mais bonançosa esta tormenta, graças à mediação [de] (...) Portugal (...).

O [Sacro-]Império, dependente de Castela, receoso de França, cercado (...), sem ação própria, está naquele conveniente sossego enquanto o deixam os inimigos, contra os quais pode ter o socorro dos príncipes do (...) círculo imperial.

Os outros reinos setentrionais, (...) não se estendem fora dos seus entornos e estão entre si [em] (...) concordância (...).

Holanda, ocupada toda com a discórdia com Inglaterra, (...) ainda que bem socorrida pela França, (...) se conseguir a paz escolherá (...) o descanso para se refazer do dispêndio que ocasionou a guerra (...).

Itália, província em que há muitos anos tem feito seu assento a inquietação, politicamente os príncipes que a dominam não têm outro cuidado maior do que a conservação própria, contrapondo o poder dos príncipes vizinhos, já que naquele circuito se põem todos contra aquele que for mais poderoso.

Castela, que em todas estas disposições pretende conseguir o mais vantajoso contra Portugal, (...) ainda não foi enganada. O novo governo (...) tem formado um poderoso exército e uma copiosa armada para esta conquista, e espera da Alemanha dez mil homens, e de Itália seis mil,

que com os que agora se acham nos seus exércitos, julgam ser número ajustado ao intento, e para a Primavera prometem invadir Portugal, valendo-se para isso do cabedal dos particulares que vinha na sua frota (...).

Desta forma começa na Europa o ano de 1667 e (...) Mercúrio (...) declara (...) as melhoras [de Portugal] (...) no número, na qualidade e na justiça, e ainda na esperança, porque os socorros estrangeiros mais se hão de inclinar para Portugal do que para Castela, e brevemente o mundo verá (...) descoberta esta verdade e só a paixão cega encobre (...) quem se cegou para não ver. [Janeiro de 1667]

Periódico noticioso criado, conforme o anúncio de intenções do frontispício do primeiro número, para anunciar “as novas da guerra entre Portugal e Castela”, o *Mercúrio Português* não deixou de, em sintonia com a conjuntura, destacar os acontecimentos bélicos entre os seus conteúdos. De acordo com Sousa, Tuna & Lima (2012), 67% das matérias que publicou centram-se na guerra. As restantes matérias do *Mercúrio Português* repartem-se por categorias como:

1. Vida política, administrativa e diplomática (14%);
2. Vida social e religiosa (7%);
3. Vida económica (5%);
4. Catástrofes naturais e acidentes (1%);
5. Doenças e fome (1%);
6. Crimes e justiça (2%);
7. Acontecimentos insólitos (2%).

É de destacar, neste pormenor, a relevância das notícias de economia no *Mercúrio*, devido, particularmente, à intensificação do comércio entre Portugal e o Brasil após a restauração da independência e aos movimentos pendulares das frotas.

O desaparecimento do *Mercúrio Português* levou Portugal, num quadro de intensificação do absolutismo, a ficar sem publicações periódicas consistentes até ao surgimento do jornal oficioso *Gazeta de Lisboa*, em 1715. O fim da guerra pela independência de Portugal (formalmente, no início de 1668, apesar de o conflito ter esmorecido a partir da derrota espanhola na batalha de Montes Claros, travada em 1665) também esfumou um dos pretextos da publicação do *Mercúrio*, pois este, no seu primeiro número, propunha-se, no próprio título, oferecer “as novas da guerra entre Portugal e Castela”.

Formalmente, o *Mercúrio* é muito semelhante aos periódicos seus antecessores (**figura 11**). Tinha formato de “quarto” ou *in-quarto*, sensivelmente o atual formato A5. As páginas impressas variaram entre as seis e as trinta. Os primeiros três números apresentavam frontispício (onde se mencionava o facto de o periódico possuir “todas as licenças necessárias”),

mas, a partir do quarto número, o frontispício só voltou a ser usado em janeiro de 1664, num número que relata uma visita real a Santarém. Neste caso, no frontispício surge, alusivamente, o escudo real português.

A partir do quarto número, o *Mercúrio* passou, à semelhança da *Gazeta*, a abrir cada número com o título, no qual se incluía a alusão ao mês (por exemplo, *Mercúrio Português Com as Novas do Mês de Fevereiro do Ano de 1664*). Tal como na *Gazeta de Novas Fora do Reino*, em certos casos, como no referido número de janeiro de 1664, ao título sucedia-se uma chamada, em jeito de “manchete”. Além disso, a exemplo dos periódicos que o precederam, as matérias do *Mercúrio* sucediam-se umas às outras sem grandes preocupações com a ordem ou a hierarquia, a uma coluna, em fonte similar à Elzevir, da família romana.

Capítulo II

Segmentação da imprensa e domínio da imprensa artesanal informativa (1730-1820)

2.1 O jornalismo português sob o signo do Iluminismo

O século XVIII foi propício ao surgimento em Portugal, de publicações que se afastavam da matriz noticiosa cultivada pelos periódicos portugueses desde o século anterior. O primeiro sinal, que marca, a montante, este novo período, foi dado pelo lançamento do *Folheto de Ambas Lisboas*, em 1730, um periódico jocoso e de crítica social.

A imprensa portuguesa entrou, assim, pela primeira vez, num processo de segmentação. Beneficiando dos exemplos estrangeiros, surgiram no país, nomeadamente, publicações de índole científica, cultural e literária, que apontam já para um jornalismo especializado e segmentado que se sedimentaria, posteriormente, na paisagem mediática portuguesa. O poder régio vigiava e controlava ferreamente todas as publicações, mas a aparição de periódicos diferentes terá, certamente, contribuído para alterar a perceção que os portugueses tinham do mundo em que viviam.

Algumas dessas publicações segmentadas setecentistas portuguesas podem ser consideradas *revistas*. Distinguiam-se dos jornais não só pelos temas abordados, mas também pela forma com que os apresentavam. As revistas continham mais artigos — redigidos com maior ou menor profundidade — do que notícias. Embora o público leitor fosse reduzido — provavelmente, quem lia os periódicos noticiosos de informação geral também lia os periódicos especializados — essas publicações destinavam-se aos segmentos de público que queriam aprofundar o seu conhecimento sobre áreas específicas do conhecimento. Beneficiaram, aliás, de todo o ambiente iluminista, racionalista e do movimento enciclopedista, que se afirmaram, paulatinamente, a partir do meio do século e que tiveram ecos em Portugal.

Ainda assim, à entrada no século XVIII nada faria prever que a imprensa portuguesa se iria diversificar ao longo desses cem anos, mesmo que se tenha mantido num estágio evolutivo artesanal, caracterizado não somente pelo carácter simples dos processos produtivos, mas também pelo facto de os periódicos resultarem de iniciativas individuais e serem mantidos por indivíduos isolados ou por pequenos grupos, não assumindo, portanto, o carácter organizacional e muito menos empresarial que, mais tarde, será matriz dos projetos jornalísticos.

Efetivamente, se não se contabilizarem publicações esporádicas, pode dizer-se que entre 1667 e 1715 não surgiram periódicos estáveis em Portugal. Esse longo silêncio periodístico foi quebrado, em 1715, com a publicação da *Gazeta de Lisboa* — um periódico oficioso que se transformaria no diário oficial português e que, inicialmente, se apresentou com um perfil editorial noticioso, que em quase nada o distinguia dos periódicos seiscentistas. O século XVIII acabaria por ser marcado pelo desenvolvimento da imprensa informativa, noticiosa e generalista ou especializada.

Entre 1715 e 1800, publicaram-se pelo menos 54 novos periódicos de índole variada em Portugal (**gráfico 1**). É o caso, por exemplo, da *Gazeta Extraordinária de Londres*, surgida a 30 de setembro de 1762, tradução portuguesa da *London Gazette* (havia esse hábito, hoje

estranho, de suprimir as debilidades informativas nacionais pela tradução de publicações estrangeiras, um processo de *colonização informativa* de Portugal pelas grandes potências da época). Ou ainda o caso do *Hebdomadário Lisbonense ou Notícias do Comércio*, surgido em dezembro de 1763, por iniciativa do impressor Pedro Ferreira. A conjuntura económica era favorável, sendo caracterizada pelo crescimento sustentado e pela expansão da economia (Costa, Lains & Miranda, 2011, pp. 209-289). O ambiente cultural iluminista, por seu turno, apelava ao conhecimento do mundo e a reforma pombalina tinha transformado o sistema educativo, motivando o abandono da tradição escolástica.

No entanto, entre 1768 e 1777 não se publicou qualquer periódico, devido ao agravamento do controlo e vigilância sobre a imprensa portuguesa. A instituição, em 1768, da Real Mesa Censória, pelo marquês de Pombal, não foi alheia a esta situação. Incrementaram-se, igualmente, as medidas repressivas contra os críticos do poder régio e do poder pombalino e prevaricadores¹⁷.

O novo organismo de vigilância da imprensa, a Real Mesa Censória, trazia uma novidade: era controlado por civis e não por eclesiásticos. Essa opção pombalina visava furtar poder à Igreja para o centralizar nas instituições civis do Estado, de forma a sustentar a estratégia governativa de modernização do País.

Até ao final do reinado de D. José I e do governo do marquês de Pombal, a censura e a repressão contribuíram para que somente tenha surgido cerca de uma vintena de novos periódicos em Portugal, a maioria dos quais de vida curta e tiragens reduzidas. O reinado de D. Maria I (1777-1716, com regência do futuro D. João VI a partir de 1799), por causa do medo insuflado pela Revolução Francesa, também não foi o mais propício à fundação de novas publicações periódicas. Menos de vinte novos títulos surgiram nesse período (**gráfico 1**).

Por outro lado, o reinado da devota D. Maria I foi marcado pelo retrocesso político, cultural e educativo. A Real Mesa Censória, por exemplo, foi substituída, em 1787, pela Real Mesa da Comissão Geral sobre o Exame e a Censura dos Livros, na qual voltaram a predominar os eclesiásticos. Em 1794, regressou-se, inclusivamente, à censura tripartida do Santo Ofício, dos bispos e da Mesa do Desembargo do Paço, modelo que vigorava em Portugal antes da instituição da Real Mesa Censória. Por causa dessa conjuntura adversa, em 1779 apenas dois periódicos eram autorizados em Portugal. As publicações eram, ainda, afetadas pelo facto de os censores demorarem muito tempo a examiná-las, o que dificultava a atividade dos editores de periódicos (Tengarrinha, 1989, p. 106).

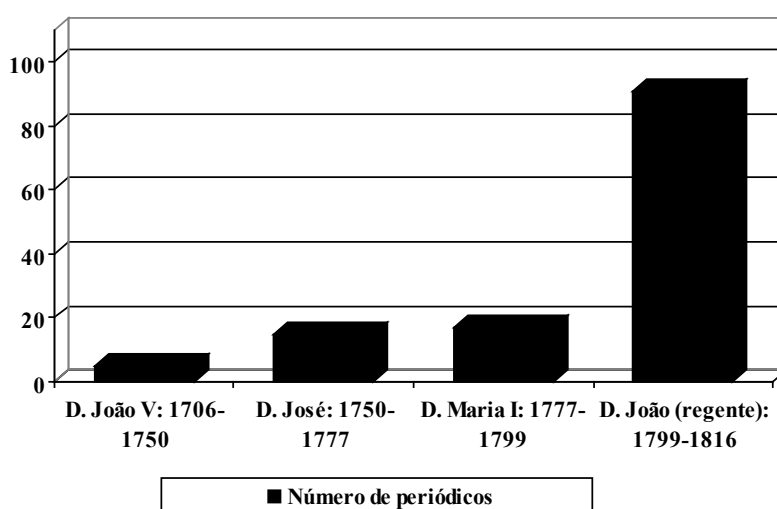
No entanto, a ascensão de D. Maria I ao trono, apesar dos constrangimentos à imprensa, permitiu o recomeço da publicação, a 4 de Agosto de 1778, do principal jornal noticioso

17 O periodista Pedro Correia Garção, por exemplo, morreu na prisão, por ter feito críticas veladas ao marquês de Pombal.

generalista de então, a *Gazeta de Lisboa* (interrompida, por ordem de Pombal, a 15 de junho de 1762), bem como o aparecimento de periódicos como o *Mercúrio Histórico, Político e Literário de Lisboa* (1794-1797) ou o *Correio Mercantil e Económico de Portugal Que Contém Toda a Qualidade de Anúncios* (1794-1810). O título do *Correio Mercantil*, como noutros jornais, inclui a palavra “correio” — um jornal era (e é) entendido como uma espécie de carta com novidades.

Gráfico 1

Número de periódicos portugueses surgidos entre 1704 e 1816 em Portugal, por reinados.



Fonte: elaboração própria a partir de dados de José Tengarrinha (1989, pp. 3-57), da Porbase e bibliografia citada.

Os aspetos mais caracterizadores da imprensa portuguesa em Setecentos são a diversificação de títulos e a segmentação editorial. Seguindo o exemplo do que ocorreu noutros países da Europa a partir do século XVII, apareceram, em Portugal, periódicos especializados em ciência (em sintonia com as reformas do ensino e com a fundação da Academia das Ciências de Lisboa, em 1779), literatura e filosofia, teatro e música, bem como jornais enciclopédicos. Os periódicos literários, filosóficos, científicos e, em geral, de divulgação do conhecimento, tiveram um importante papel em Portugal ao promoverem o espírito revolucionário do enciclopédismo e das Luzes, que abriu as portas à imposição da democracia liberal, no século XIX. Ainda assim, quem os lia era somente uma minoria letrada e interessada nos negócios públicos e privados e na governação — a mesma minoria de entre a qual saíram os liberais que detonariam, a 24 de agosto de 1820, a mais profunda revolução que Portugal atravessou na sua história — a Revolução Liberal.

Uma lista dos 197 leitores-assinantes da *Gazeta Literária* (figura 13), um periódico cultural publicado entre 1761 e 1762, publicada no primeiro número de 1762, permite caracterizar o seu público-leitor (e por arrasto o público-leitor de periódicos em Portugal): burgueses (42,1%), letrados — profissionais liberais (18,3%), religiosos (20,3%), nobres (19,3%). Seriam, precisamente, os burgueses, os letrados e a pequena nobreza a providenciar a base social para a transformação de Portugal no século XIX.

A *Gazeta Literária*, publicada em pleno período de governação pombalina, representa a nova atitude mental propiciada pelo Iluminismo: a ilustração pessoal seria condição prévia para o justo exercício da razão. No entanto, apesar de sujeita a vigilância e censura, conforme demonstram as várias licenças que teve de obter, a *Gazeta Literária* foi suspensa pelo marquês de Pombal, devido a “veladas alusões desfavoráveis” à sua governação (Tengarrinha, 1989, p. 47). Uma análise de Joaquim Fernandes (1993) ao periódico permitiu concluir que mais de 50% das matérias que incluiu se podem inserir na categoria de “ciências”, cerca de 30% na de “medicina”, 10% na de “literatura” e 5% na de “história”, apresentando as categorias “geografia”, “política”, “astronomia”, “direito”, “filosofia” e “educação” valores residuais.



Figura 13
Gazeta Literária (1761-1762): frontispício e licenças.
Fonte: reprodução do original.

Outro periódico importante para a abertura mental das elites letradas portuguesas, em pleno Iluminismo, foi o *Jornal Enciclopédico* (figura 14), lançado em 1779 e relançado em 1788, tendo durado até 1793. O seu título revela, precisamente, o seu propósito de ir ao encontro do espírito enciclopedista da obtenção, diversificação e categorização racional de conhecimentos, marca indelével do Iluminismo setecentista. O seu objetivo era “derramar a

luz” sobre os indivíduos, conforme se observa, metaforicamente, na gravura de abertura do jornal (**figura 14**); era contribuir, portanto, para a promoção geral do conhecimento, em especial do conhecimento científico, considerado essencial para o exercício ilustrado da razão. O homem ideal do Iluminismo deveria ser um homem cultivado, um homem culto.

Um estudo de Fernando Egídio Reis (2005) permite concluir que o *Jornal Enciclopédico* tinha, somente, 466 subscritores, todos da “elite da sociedade portuguesa” de então, entre os quais a Família Real, a Academia das Ciências de Lisboa, altos funcionários, militares de alta patente, clérigos, professores e reitores, advogados, ministros, boticários e cirurgiões. Os textos repartem-se, com algum equilíbrio, por várias categorias (um perfil bastante mais diversificado do que o da *Gazeta Literária*): história natural (15%), medicina (17%), economia (10%), belas-artes (11%), anedotas (9%), filosofia (11%), produções literárias (16%), relações políticas (16%).

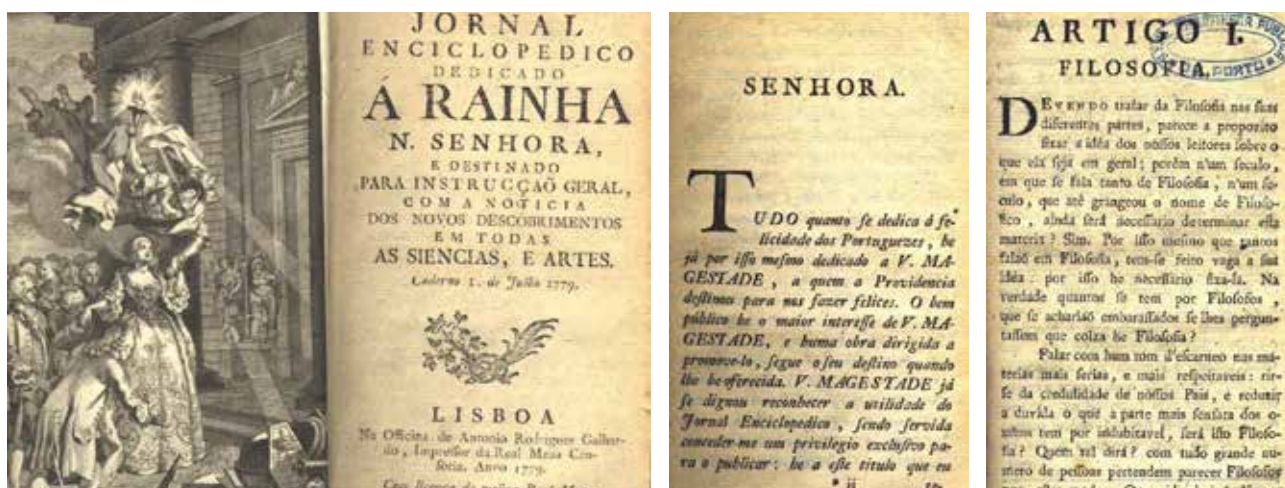


Figura 14
Jornal Enciclopédico. Gravura e o frontispício do primeiro número; primeira página da dedicatória à rainha D. Maria I e primeira página do primeiro artigo, devotado à “Filosofia”. Fonte: reprodução do original.

Foram editados, também em Setecentos, os primeiros periódicos mercantis portugueses, vocacionados para a informação comercial e económica e ainda periódicos de crítica social. (**tabela 2**). Embora nem todos os periódicos fundados ao longo do século XVIII em Portugal possam ser considerados jornalísticos¹⁸, o aparecimento de publicações de crítica

18 Isto é, não satisfaziam, no todo ou em parte, as seguintes características de um jornal: *publicitarem* (no sentido de *tornarem pública*) a informação; apresentavam *periodicidade*; terem *carácter noticioso*; publicarem um *noticiário universal* (no sentido de ser um noticiário *generalista* capaz de interessar a uma *universalidade* de destinatários); e disponibilizarem informação de *atualidade* (embora o horizonte de atualidade tenha variado de época para época — no século XVII, podiam passar-se dias e até meses antes de se saber de uma notícia).

social e de uma imprensa cultural e científica foi importante para divulgar novas ideias e visões do mundo, propiciando a atitude de formação cívica, de interesse pelos assuntos públicos e de abertura mental que seria necessária para a futura implantação de um regime demoliberal e de um estado de direito. Além disso, ao ampliarem o leque do noticiável, os periódicos setecentistas portugueses, apreciados no seu conjunto, contribuíram para a multiplicidade de conteúdos que hoje caracteriza a imprensa generalista, ao mesmo tempo que demonstraram a viabilidade da imprensa especializada em Portugal.

Um outro aspeto relevante do periodismo setecentista em Portugal relaciona-se com a reivindicação pelos redatores de periódicos informativos dos valores da *verdade* e da *factualidade* que ainda hoje estruturam o jornalismo. Nesse aspeto, os “jornalistas” comparavam-se a historiadores (para eles, escrever periódicos noticiosos seria registar a história) capazes de registar somente os factos, deixando a interpretação dos mesmos para os leitores. Na apresentação do *Mercúrio Político e Histórico*, por exemplo, o redator (sendo o periódico uma tradução de uma publicação francesa, possivelmente trata-se de Jean Rousset de Missi) explicita que esta folha tinha por finalidade “referir exata e fielmente os factos históricos”, fazer uma “história verdadeira e imparcial que, sem fazer acusações nem panegíricos, e limitando-se a referir simplesmente os factos, deixará inteiramente ao leitor a liberdade de os julgar segundo o seu próprio discernimento e segundo os seus princípios”, não produzindo “outras notícias senão aquelas que forem certas ou pelo menos tão autorizadas e verosímeis que se não possa racionalmente duvidar da sua veracidade” para, assim, ser “útil ao leitor que desejar instruir-se na história do tempo presente”.

Apesar da vitalidade aparente no cenário da imprensa portuguesa setecentista, traduzida pelo aumento do número de títulos, a maioria dos periódicos portugueses de Setecentos teve vida curta e tiragens reduzidas, apresentando, vários deles, conteúdos que são meras traduções de publicações estrangeiras (**tabela 2**). A *Gazeta de Lisboa*, o *Hebdomadário Lisbonense* e o *Expresso da Corte* são três das raras exceções, já que se esforçaram por produzir informação sobre Portugal e os portugueses e tiveram alguma repercussão pública. O título *Expresso da Corte* remete, curiosamente, para um fetiche muito contemporâneo do jornalismo: a *velocidade*. Ao mesmo tempo, aponta para o espaço de sociabilidade e luta pelo poder onde se ia sabendo das coisas e onde mais se faziam sentir as necessidades informativas — a corte.

Tabela 2

Exemplos de periódicos setecentistas portugueses.

Título	Datas	Características	Redatores prováveis
Periódicos noticiosos			
<i>Gazeta Primeira em Que Se Referem as Novas do Reino (...)</i> + <i>Gazeta Segunda do Mês de Outubro Que Contém Várias Notícias dos Principais Reinos (...)</i>	1704	Noticioso. Terão saído dois números. Importante por fazer a ponte entre os periódicos noticiosos seiscentistas e a <i>Gazeta de Lisboa</i> .	Anónimo
<i>Gazeta de Lisboa</i> (nasceu sob o título <i>Notícias do Estado do Mundo</i> e também adotou o título <i>Gazeta de Lisboa Ocidental</i> , entre outros, ao longo do tempo, sendo antecessora do atual <i>Diário da República</i> , diário oficial da República Portuguesa).	1715 — (...)	Noticioso e oficioso, gradualmente foi-se tornando o periódico oficial português. Foi o mais importante periódico português entre 1715 e meados do século XIX. António Correia de Lemos foi o seu primeiro impressor, por alvará régio de 29 de maio de 1715, e talvez tenha sido o idealizador e promotor da publicação, contratando, para a redigir, o escritor José Freire Montarroio Mascarenhas, primeiro redator da publicação e que veio a obter a licença de impressão do periódico em 1752. A <i>Gazeta de Lisboa</i> começou por ser um semanário, mas, entre 1742 e 1752, publicou o <i>Suplemento à Gazeta de Lisboa</i>, que funcionava como um segundo número semanal, o que a tornava, na prática, um bissemanário. Tinha, quando surgiu, um mínimo de quatro páginas. Porém, ao longo do tempo o número médio de páginas aumentou e variou. De metamorfose em metamorfose, a <i>Gazeta de Lisboa</i> é atualmente publicada sob o título bem conhecido de <i>Diário da República</i>. Mais sobre a sua história: https://pt.wikipedia.org/wiki/Gazeta_de_Lisboa Números digitalizados aqui: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/GazetadeLisboa/GazetadeLisboa.htm	José Freire de Montarroio Mascarenhas (escritor, redator da <i>Gazeta de Lisboa</i>, teve também alvará régio de licença de impressão do periódico, a 3 de Junho de 1752). Foi sucedido por oficiais da Secretaria dos Negócios Estrangeiros e da Guerra; Pedro António Correia Garção (poeta); Félix António Castrioto (escritor e publicista) e outros, ao longo do tempo. Links biográficos: https://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_Freire_Monterroio_Mascarenhas http://escritoreslusofonos.net/2019/01/02/jose-freire-de-montarroio-mascarenhas/ https://pt.wikipedia.org/wiki/Pedro_Ant%C3%B3nio_Correia_Gar%C3%A7%C3%A3o
<i>O Expresso da Corte e Emprego de Curiosidade nas Cidades de Lisboa Oriental e Oriental</i>	1740	Semanário noticioso, concede amplo espaço ao noticiário nacional, focalizado na família real e na corte. Teve por impressor António Isidoro da Fonseca. Foi publicado entre janeiro e outubro de 1740.	José Barbosa, cronista da Casa de Bragança. Link biográfico: https://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_Barbosa_(1674%E2%80%931750)
Periódicos económicos			
<i>Hebdomadário Lisbonense ou Notícias do Comércio</i>	1763-1767	Periódico noticioso e de anúncios, focado na atividade mercantil. Surgiu por iniciativa do impressor Pedro Ferreira.	É possível que o periódico tenha sido redigido pelo impressor Pedro Ferreira, seu fundador.

<i>Correio Mercantil e Económico de Portugal</i>	1787-1810	Semanário, publica anúncios e informações sobre comércio e economia, movimentos de navios nos portos, descobertas com interesse comercial e económico, preços correntes, etc. Em janeiro de 1790 iniciou nova numeração.	António Manuel Policarpo da Silva, editor e livreiro lisboeta, autor da conhecida obra satírica <i>O Piolho Viajante</i> , entre outros livros.
Periódicos de crítica social			
<i>Folheto de Ambas Lisboas</i>	1730-1731	Noticioso, jocoso e de crítica social. Parodia, principalmente, a <i>Gazeta de Lisboa</i> . A sua fórmula foi copiada por outras publicações, como o <i>Almocreve das Petas</i> . Números digitalizados aqui: http://purl.pt/27097	Jerónimo Tavares Mascarenhas de Távora e Vitorino José da Costa
<i>Almocreve das Petas ou Moral Disfarçada para Correção das Miudezas da Vida</i>	1797-1800	Jocoso e de crítica social. Teve grande impacto nas elites da época.	José Daniel Rodrigues da Costa
Periódicos literários e de difusão do conhecimento			
<i>Mercúrio Político e Histórico</i>	1742 — 1745 (?)	Tradução de textos do <i>Mercure Historique et Politique</i> , publicado em Haia, por Jean Rousset de Missi. Mistura o caráter noticioso com preocupações de difusão do conhecimento.	Juan Buitrago, espanhol estabelecido em Lisboa (tradutor e editor).
<i>Zodiaco Lusitano-Délfico</i>	1749	Primeiro jornal editado no Porto, de natureza científica, teve somente um número, o de janeiro de 1749. Representa a primeira tentativa de criar um periódico “científico” dedicado à difusão do conhecimento em Portugal e a primeira tentativa de o fazer no Porto.	Manuel Gomes de Lima Bezerra, cirurgião, e outros.
<i>O Anónimo Repartido pelas Semanas para Divertimento e Utilidade do Público</i>	1752-1754	Periódico de notícias e de divulgação de conhecimentos, foi elaborado a partir da tradução francesa, anónima, do periódico britânico <i>The Spectator</i> .	Bento Morganti, tradutor e editor.
<i>Gazeta Literária (...)</i>	1761 - 1762	Periódico erudito destinado, predominantemente, à divulgação cultural e do conhecimento. Números digitalizados aqui: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/GazetaLiteraria/GazetaLiteraria.htm Ficha histórica da Hemeroteca aqui: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/FichasHistoricas/GazetaLiteraria.pdf	Padre Francisco Bernardo de Lima
<i>Diário Universal de Medicina, Cirurgia e Farmácia</i>	1764	Publica matérias de médicos portugueses, nomeadamente dos que pertenciam à Real Academia de Medicina e Cirurgia (do Porto), que o editou, sob a liderança de Manuel Gomes de Lima Bezerra, o fundador do <i>Zodiaco Lusitano-Délfico</i> . Os três primeiros números, impressos no Porto, saíram regularmente em janeiro, fevereiro e março de 1764, mas o número de abril, com que termina, foi publicado mais tarde.	Manuel Gomes de Lima Bezerra e outros.

<i>Paládio Português ou Clarim de Palas</i>	1796-1797	Periódico de difusão de conhecimentos úteis, na linha que, mais tarde, animaria, por exemplo, <i>O Panorama</i> . Impresso na tipografia de João Procópio Correia da Silva. Trata da divulgação de novas descobertas científicas, invenções e técnicas, desde a perspectiva da utilidade e da aplicação em Portugal. Foi, possivelmente, o primeiro periódico português a encartar gravuras coloridas.	Frei José Mariano da Conceição Veloso, botânico e diretor da Imprensa Régia, e outros. Link biográfico: http://cvc.instituto-camoes.pt/ciencia/p16.html
<i>Jornal Enciclopédico (...)</i>	1779; 1788-1793	Periódico de divulgação científica, por vezes inclui matérias de outra índole, como notícias mercantis. Números digitalizados aqui: http://purl.pt/33878	Félix António Castrioto e outros.
<i>Mercúrio Histórico, Político e Literário de Lisboa</i>	1794-1797	Periódico de divulgação literária, histórica, filosófica e científica. Publicava matérias traduzidas de periódicos estrangeiros, mas também tinha produção própria de informação. Aproxima-se do formato revista. Impresso na oficina de Simão Tadeu Ferreira.	João Baptista Reyceud, livreiro, que também o vendia.
Periódicos artísticos			
<i>Teatro Cómico Português Ou Coleção das Óperas Portuguesas Que Se Representam na Casa do Teatro Público do Bairro Alto de Lisboa</i>	1759-1787	Periódico de divulgação do teatro e da ópera, inclui várias peças, em fascículos.	António José da Silva, Guilherme Francisco Lourenço Debrie, Francisco Luís Ameno e outros.
<i>Jornal de Modinhas</i>	1792-1793	Periódico de divulgação musical. Insere várias partituras musicais.	Francisco Domingos Milcent

Fonte: elaboração própria a partir de dados de José Tengarrinha (1989: 3-57), da Porbase e bibliografia citada.

Normalmente, fala-se de um “Novo Jornalismo” para se referir o jornalismo popular sensacionalista industrial e de massas surgido nos Estados Unidos na última década do século XIX; ou o jornalismo de cunho literário surgido na década de 1960, caracterizado pela profundidade nos conteúdos, pela investigação jornalística e, por vezes, pela subjetividade assumida do enunciador. Na verdade, ao longo dos séculos houve vários “novos jornalis-mos”. Um deles foi, sem dúvida, o periodismo cultural, científico e filosófico de cariz enciclo-pédico, muito ligado ao espírito da Ilustração, que, em Portugal, apareceu no século XVIII. Este “novo jornalismo”, ou, pelo menos, “novo periodismo”, que se afastava do noticiário generalista para se dedicar à promoção do conhecimento, às vezes de cariz enciclopedista, foi importante para abrir o jornalismo a novos temas e a novos géneros.

Uma nota final. Se, nos conteúdos, os periódicos se foram diversificando ao longo do século XVIII, ao ponto de podermos falar da *segmentação da imprensa*, em termos formais poucas ou nenhuma foram as mudanças registadas. Mantinham as dimensões dos livros (normalmente, formato *in-quarto*, cerca de 15 por 20 cm). Normalmente, eram paginados a

uma única coluna, tal e qual como os livros. Seriam encarados, pois, mais como objetos literários e menos como dispositivos de informação e de comunicação possuidores de uma identidade própria e caracterizados pela rápida perda da sua atualidade.

2.2 A Gazeta de Lisboa

A *Gazeta de Lisboa* surgiu no mercado a 10 de agosto de 1715, sob a denominação *Notícias do Estado do Mundo* (figura 15). Mas, a partir do segundo número, o jornal passou a ostentar o título que o unifica e pelo qual é conhecido: *Gazeta de Lisboa* (figura 15).



Figura 15
Frontispício e primeira página de conteúdos do primeiro número da *Gazeta de Lisboa* e segundo número, que já ostenta somente o título *Gazeta de Lisboa*. Fonte: reprodução dos originais.

Não se sabe, exatamente, de quem foi a iniciativa de publicação da *Gazeta de Lisboa*. António Correia de Lemos foi o seu primeiro impressor, obtendo alvará régio a 29 de maio de 1715, e talvez tenha sido o promotor da publicação, contratando, para a idealizar e redigir, o erudito e escritor José Freire Montarroio Mascarenhas. José Freire Montarroio Mascarenhas tornou-se, no entanto, o nome que mais se associa à *Gazeta de Lisboa*, já que foi ele a redigi-la até 1760. Os coevos apelidavam mesmo a *Gazeta de Lisboa* de “*Gazeta do Montarroio*”. Aliás, foi-lhe concedido alvará régio para a impressão do periódico, a 3 de junho de 1752.

Depois da morte de Montarroio, em 1760, a *Gazeta de Lisboa* continuou, com outros redatores e, também, com outros títulos, após esse ano, tornando-se o principal periódico português até meados de Oitocentos. Era lida, principalmente, nos ambientes políticos e

letrados (corte, universidade e outras escolas, mosteiros...), mas também circularia, certamente, entre negociantes e empresários endinheirados.

Inicialmente, a *Gazeta de Lisboa* funcionou como uma espécie periódico oficioso do regime, mas, com o tempo, foi assumindo um carácter cada vez mais oficial. Num certo sentido, é o mais antigo jornal português em publicação contínua, já que, passando por várias metamorfoses (**figuras 15 e 16**), deu origem ao diário oficial português — atualmente, o *Diário da República*.

A 6 de janeiro de 1718, o título da *Gazeta de Lisboa* mudou para *Gazeta de Lisboa Ocidental*, devido à divisão administrativa da cidade de Lisboa em duas dioceses (Lisboa Ocidental e Lisboa Oriental), ocorrida no ano anterior. Assim se manteve até ao número de 31 de agosto de 1741. No número seguinte, já retomava a denominação *Gazeta de Lisboa*, que manteve até 22 de julho de 1760, data em que passou a ser publicada sob a denominação *Lisboa*. Entre 1760 e 1762, a *Gazeta de Lisboa* foi redigida e publicada pelo poeta Pedro António Correia Garção e pelos funcionários da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, por privilégio real (para permitir que esses funcionários aumentassem os seus rendimentos), passando, então, a ser conhecida, popularmente, como “*Gazeta dos Oficiais da Secretaria*”. Beneficiou, mesmo, da criação de uma tipografia dedicada. A partir dessa altura, a *Gazeta de Lisboa* passou a seguir uma orientação ainda mais administrativa, fornecendo a primeira matriz para um diário oficial português.

Apesar da sua condição de diário oficioso, quase de diário oficial, a publicação da *Gazeta de Lisboa* foi suspensa pelo “primeiro-ministro” de então, o marquês de Pombal, entre 15 de junho de 1762 e 4 de agosto de 1778. Nesta data, já sob o reinado de D. Maria I, afastado Pombal das rédeas do governo do reino, a *Gazeta de Lisboa* reapareceu, sob a direção de Félix António Castrioto, conservando este título até 30 de dezembro de 1820. Entre 30 de dezembro de 1820 e 5 de junho de 1823, foi reintitulada, saindo, já na condição de diário oficial, com os títulos *Diário do Governo* (até 10 de fevereiro de 1821 e de 5 de julho de 1821 a 4 de maio de 1823) e *Diário da Regência* (12 de fevereiro de 1821 a 4 de julho de 1821). Voltou a adotar o título *Gazeta de Lisboa*, entre 5 de junho de 1823 e 23 de julho de 1833, coincidindo com as tentativas de retorno ao absolutismo protagonizadas por D. João VI (entre 1823-1826) e D. Miguel (entre 1828-1834). Desde 25 de julho de 1833 a 30 de junho de 1834, saiu com o título *Crónica Constitucional de Lisboa*; de 1 de julho a 4 de outubro de 1834, foi editada com o título *Gazeta Oficial do Governo*; e entre 6 de outubro e 31 de dezembro de 1834, saiu com o título *Gazeta do Governo*. De 1 de janeiro de 1835 a 31 de outubro de 1859 e de 2 de janeiro de 1869 a 9 de abril de 1876, passou a designar-se *Diário do Governo*, sendo que entre 1 de novembro de 1859 e 31 de dezembro de 1868, numa interrupção, teve por título *Diário de Lisboa*. A 10 de abril de 1876, o título do jornal sofreu nova alteração, para *Diário da República*, que mantém até hoje.

A *Gazeta de Lisboa* teve, para a época, grande sucesso editorial, sinal da avidez por informação que denotava uma sociedade em mudança, que se expressava, identicamente, pela



Figura 16
Diversos títulos da publicação
que começou como *Gazeta de Lisboa*.
Fonte: reproduções dos originais.



recetividade que havia em relação às publicações noticiosas ocasionais que continuaram a surgir. Entre 1740 e 1748, por exemplo, a tiragem dos números regulares da *Gazeta de Lisboa* poderá ter atingido 1500 exemplares, a que se somariam, a partir de 1742, mil exemplares do *Suplemento*, que, na verdade, era um segundo número semanal.

O design da *Gazeta de Lisboa* aproximava-se do design dos seus antepassados seiscentistas. Tratava-se, como então era comum, de um periódico de números encadeados feito para ser conservado, colecionado e encadernado em volumes anuais, imitando os livros (**figura 14**). Oferecia notícias sobre o país e o estrangeiro, de acordo com o escrito no frontispício do primeiro volume: *História Anual Cronológica e Política do Mundo e Especialmente da Europa* — um título que se refletia, inclusivamente, na ordenação das notícias, feita, habitualmente, por ordem cronológica, ficando a informação mais recente (ou recebida em último

lugar) para o fim, diferenciando o periódico do jornalismo atual, que privilegia as notícias mais recentes.

O título inicial da *Gazeta, História Anual Cronológica e Política do Mundo e Especialmente da Europa*, documenta, ainda, que, para os redatores de periódicos noticiosos do século XVIII, o “jornalismo” era uma forma de historiografia. Uma tese que vai ao encontro das ideias de Tobias Peucer na primeira tese doutoral sobre jornais e jornalismo, defendida em 1690.

Até ao século XIX, o noticiário internacional da *Gazeta de Lisboa* predominou sobre o noticiário nacional, este centrado no Rei, na Família Real, em alguns cortesãos, no Governo (em especial, as nomeações) e nas cerimónias religiosas.

O periódico criou uma ampla rede de recolha de informações em Portugal, para dar resposta à necessidade de elaborar notícias sobre acontecimentos que podiam ocorrer em qualquer lugar. Esses correspondentes muitas vezes também vendiam o periódico. As matérias sobre o estrangeiro eram recolhidas das publicações de outros países e da correspondência diplomática, bem como de algumas cartas especificamente enviadas à *Gazeta de Lisboa* por personalidades portuguesas que, por motivos oficiais ou privados, habitavam fora do País.

Causa alguma estranheza, à distância, a inexistência de grandes preocupações com o desenvolvimento de temas que, hoje em dia, se contariam entre os mais noticiáveis. O terramoto de 1 de novembro de 1755 que destruiu Lisboa e outras localidades portuguesas, por exemplo, foi noticiado, pela primeira vez, apenas cinco dias depois, no final do número de 6 de novembro da *Gazeta de Lisboa*, já que se tratava de uma notícia recente¹⁹, e o enfoque foi dado à descoberta dos cofres reais e de particulares (certamente, gente rica) no meio dos destroços. Efetivamente, a *novidade* estava no achado dos cofres, em especial dos cofres reais. O resto não era novidade para a maioria daqueles que liam a *Gazeta*. Na verdade, a informação, nessa época, corria ainda, sobretudo, oralmente. O redator da *Gazeta de Lisboa*, José Freire de Montarroio Mascarenhas, sabia que as pessoas que poderiam ler ou ouvir ler o periódico já estariam a par do que tinha acontecido. Os lisboetas, que tinham vivenciado o terramoto e podiam observar diretamente os seus efeitos, não se iriam, obviamente, inteirar do acontecimento por um jornal de circulação restrita e quase limitada à capital e à corte, como a *Gazeta de Lisboa* o era.

Curiosamente, a *Gazeta de Lisboa* foi dando, nos números subsequentes (concretamente, até meados de 1756), mais algumas informações lacónicas sobre o que se ia passando em Lisboa depois do terramoto, mas a centralidade de algumas dessas notícias continuou a ser a vida da Família Real.

19 A ordenação da informação na *Gazeta de Lisboa* era cronológica; no primeiro número depois do terramoto, o destaque foi dado à morte de frei Joaquim de São José, quer porque esta se tratava de uma notícia anterior (ou anteriormente recebida), que pôde ser, calmamente, preparada e redigida, quer também porque o periódico se eximia a noticiar sobre acontecimentos e demais temas que pudessem perturbar a ordem social estabelecida.

Se o laconismo imperou nas notícias da *Gazeta de Lisboa* sobre os efeitos do terramoto de 1755 na capital, já o mesmo não aconteceu nas matérias sobre as consequências do terramoto noutras zonas de Portugal que foram sendo publicadas até meados de 1756. Estas últimas peças — relatos do Algarve, de Castelo de Vide, de Guimarães, de Alenquer, de Linhares, de Mafra e da Ericeira — tenderam a ser mais extensas e completas, pois, na verdade, tinham por intenção *contar* aos leitores da *Gazeta de Lisboa*, maioritariamente concentrados na capital, como o terramoto tinha sido sentido no resto do País. Além disso, refletiam os métodos e os propósitos de Montarroiio Mascarenhas: só escrever sobre os assuntos depois de confirmados através de várias cartas e de relatos diretos (o que às vezes retardava a publicação das notícias por semanas ou meses) e fazê-lo de forma seletiva, contida e numa linguagem algo oficiosa e até repetitiva. Essa tática de processamento das informações destinava-se quer (a) a credibilizar a informação e apor à *Gazeta de Lisboa* um rótulo de qualidade (o que a distinguiu das publicações seiscentistas portuguesas, que não se importavam de publicar notícias falsas ou nitidamente propagandísticas, e também a diferenciava de outras publicações, como os folhetos ocasionais, que continuavam a ser publicados com sucesso), quer (b) a evitar quaisquer sobressaltos à sobrevivência de uma publicação da corte, licenciada pelo poder régio, que ostentava o brasão real e que tinha por função preservar a ordem social e participar no processo de encenação propagandística do poder real e de projeção da Monarquia absoluta.

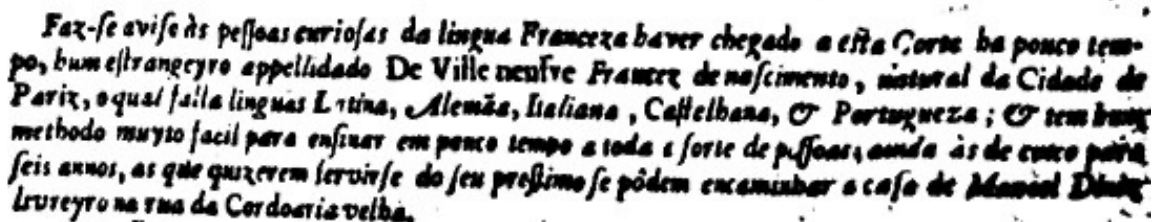


Figura 17
Primeiro anúncio publicado na imprensa portuguesa *Gazeta de Lisboa*. Fonte: reprodução do original (*Gazeta de Lisboa*, 31 de agosto de 1715).



Figura 18
Primeira notícia ilustrada publicada na imprensa portuguesa. Fonte: reprodução do original (*Gazeta de Lisboa*, 1 de agosto de 1716).

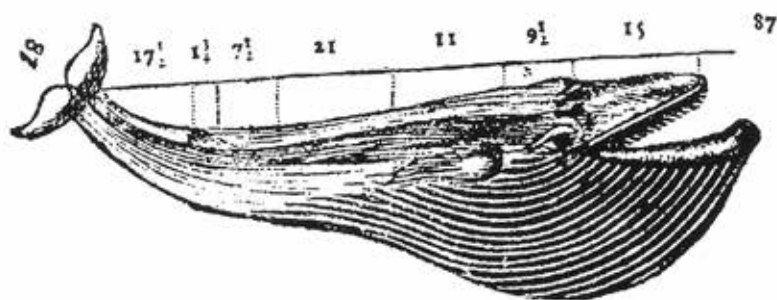


Figura 19
Primeira infografia publicada na imprensa portuguesa (dimensões de uma baleia). Fonte: reprodução do original (*Gazeta de Lisboa*, 21 de janeiro de 1723).

A *Gazeta de Lisboa* introduziu algumas práticas inovadoras no periodismo português. A 31 de agosto de 1715, por exemplo, publicou aquele que se considera ser o primeiro anúncio publicitário (na altura designado *aviso*) publicado na imprensa portuguesa, num tempo em que a publicação de um anúncio só ocorria por intercessão pessoal junto do redator ou editor (**figura 17**):

Faz-se aviso às pessoas curiosas de língua francesa haver chegado a esta corte há pouco tempo um estrangeiro apelidado *De Ville Neuve*, francês de nascimento, natural da cidade de Paris, o qual fala língua latina, alemã, italiana, castelhana e portuguesa, e tem um método fácil para ensinar em pouco tempo toda a sorte de pessoas, ainda às de cinco para seis anos. As que quiserem servir-se do seu préstimo podem encaminhar-se a casa de Manuel Dinis, livreiro, na rua da Cordoaria Velha.

No número de 1 de agosto de 1716, a *Gazeta de Lisboa* editou, também, aquela que se considera ser a primeira ilustração sobre um acontecimento publicada na imprensa portuguesa, um desenho de gémeos siameses unidos pelo ventre, que dizia a respeito a uma notícia desse mesmo teor (**figura 18**). A 21 de janeiro de 1723, publicou aquele que se considera ser primeiro infográfico publicado na imprensa portuguesa, relativo às dimensões de uma baleia (**figura 19**).

Capítulo III

Imprensa artesanal segmentada e domínio da imprensa artesanal política (1820-1834)

3.1 Condições facilitadoras do desenvolvimento da imprensa política arcaica em Portugal

O século XIX foi o século de explosão da imprensa em Portugal. A *intensificação da diversificação e segmentação da imprensa periódica* constituiu o principal eixo de desenvolvimento do jornalismo português nesse tempo.

Ao longo de Oitocentos, uma *cultura do impresso*, quiçá mesmo uma *cultura do jornal e do jornalismo*, solidificou-se entre as elites do País, apesar de, ou, paradoxalmente, por causa das crises políticas, das guerras civis, dos problemas sociais, como o analfabetismo e a pobreza, e dos problemas económicos e financeiros²⁰. Efetivamente, a instabilidade terá intensificado a procura de informações e ideias que só a imprensa poderia difundir a grande escala. Esta é uma *primeira razão* para justificar o desenvolvimento da imprensa política arcaica no País.

Uma *segunda razão* encontra-se na *progressiva politização* das elites portuguesas, cada vez mais interessadas nos *assuntos públicos* após a Revolução Francesa e as invasões napoleónicas. O constitucionalismo e a Monarquia Liberal intensificaram essa tendência. Além disso, querendo influenciar a governação do Reino, as elites nacionais — um conjunto de indivíduos letrados e, habitualmente, endinheirados ou com rendimentos regulares — começaram a associar-se. Emergiram forças políticas. Numa primeira fase eram relativamente inorgânicas; mas, após o sucesso do movimento regenerador de 1851, constituíram-se como partidos.

Ora, os partidos precisavam de ter vozes públicas que, rompendo as fronteiras do Parlamento, amplificassem a sua mensagem, defendessem o partido e os seus líderes, influenciassem a formação e consolidação de correntes de opinião, fidelizassem a “*militância*”, arregimentassem novos apoiantes entre os indecisos, se digladiassem com os opositores e orientassem o sentido de voto, num ambiente politicamente competitivo. Os jornais políticos e político-noticiosos foram a resposta a essas necessidades. Já não sendo, após 1851, jornais de um indivíduo, mas jornais de grupos políticos liderados por gente que tinha uma certa capacidade económica, esses periódicos já possuíam, em vários casos, estruturas empresariais complexas, sólidas e tipografia própria e receitas estáveis por via das assinaturas (dos correligionários políticos) e de alguns anúncios publicitários, ou mesmo do apoio financeiro de mecenas políticos interessados em ter um jornal que os apoiasse. Assim, alguns desses periódicos lograram ter tiragens crescentes e uma certa longevidade. Beneficiando de liberdade de imprensa, cada vez mais tiveram o papel ritual de, em democracia, publicitar, noticiar, analisar, apoiar ou criticar, às vezes, denunciar, os atos dos poderes, nomeadamente do Governo, para permitir a sua avaliação pelos cidadãos, com correspondência no voto, e o controlo cívico destes poderes.

20 Decorrentes, primeiro, da perda do monopólio do comércio com o Brasil e, depois, do endividamento galopante, motivado pela necessidade de modernizar o país e de o dotar de infraestruturas (particularmente durante o Fontismo).

Como confirma Júlia Leitão de Barros (2021, p. 41):

a liberdade de imprensa antecipa e concentra nos seus benefícios aqueles atributos que viriam a ser processualmente consagrados pelos regimes democráticos, e referimo-nos à defesa do princípio da competição política, da responsabilização por atos governativos e ao fomento da participação política (inclusão).

Espaço público “desmaterializado” e simbólico, engajados na luta política, os jornais políticos e político-noticiosos converteram-se na arena pública por excelência da democracia, quer durante a Monarquia Liberal, quer depois, na I e na III Repúblicas. Foram (e são), pois, uma pedra basilar do contrato social democrático que permite aos governantes governarem os governados, por consentimento destes. Materializaram, nas suas páginas, o direito democrático ao apoio e à oposição, ao consenso e ao dissenso, à concordância e à discordância, à proposta e à contraproposta. Por eles intuíram os políticos, acertada ou desacertadamente, quais eram as correntes de opinião pública mais relevantes sobre os diferentes temas da atualidade de cada momento histórico, mesmo que as correntes identificáveis na opinião publicada nem sempre coincidam com as correntes de opinião entre os cidadãos. Alguns serviram, certamente, indivíduos ávidos de poder, mas o peso da imprensa política ultrapassou esta dimensão de interesse pessoal.

Uma *terceira razão* explicativa do sucesso da imprensa periódica poderá encontrar-se no desejo de aquisição rápida e acessível de informações e conhecimentos pelas elites portuguesas de Oitocentos, cheias de vontade de intervir nos assuntos públicos e sobressair junto dos seus pares. A formação dos cidadãos inseria-se, aliás, nos ideais da Monarquia Liberal. Os homens queriam, além disso, passar por cavalheiros ilustrados e capazes. Alguns deles desejavam ter acesso a informações especializadas que promovessem os seus negócios. As mulheres dos estratos mais elevados da população desejariam, por sua vez, obter pela imprensa o conhecimento do mundo que lhes era socialmente vedado e informações que lhes facultassem a interação social. Por isso, a imprensa especializada — cultural, literária, económica e comercial ou de entretenimento (musical, teatral, jocosa) — floresceu a par da imprensa política e político-noticiosa, contribuindo para a instituição da *cultura do jornal* e do *impresso* à qual já se aludiu. Alguns exemplos bem-sucedidos de jornais predominantemente noticiosos de baixo preço, capazes de alcançar mais pessoas, também concorreram para que essa tendência se consolidasse. Esses jornais apontavam já para a ideia de usar a *notícia* como *mercadoria* capaz de gerar lucro. A notícia, no entanto, precisava de ser de *interesse geral*. Se tivesse *interesse humano*, funcionava ainda melhor.

Uma *quarta razão* explicativa da forma como evoluiu a imprensa periódica no País em Oitocentos encontra-se na legislação da imprensa. Portugal consolidou o seu Estado de Direito ao longo do século XIX, daí que a compreensão da história do jornalismo português

ao longo desses anos obrigue não apenas à compreensão da evolução da conjuntura — social, política, militar, económica e financeira — do País mas também à compreensão da sua expressão legislativa. Efetivamente, durante a Monarquia Liberal, as leis favoreceram ou, pelo contrário, refrearam a imprensa periódica. A legislação, ao sabor da marcha do tempo, promoveu, mas também restringiu ou proibiu, a liberdade de expressão do pensamento pela imprensa. Existiram períodos, ao longo do século XIX, em que se fizeram sentir, por força da Lei, fortes constrangimentos à liberdade de imprensa; mas noutros períodos a jurisprudência favoreceu a livre expressão do pensamento pelos jornais e revistas. Em consequência, os jornais viveram quer momentos de grande expansão, quer momentos em que foram reprimidos. As leis de imprensa foram, aliás, elementos estruturantes da implantação do regime liberal. Em especial, o triunfo da Revolução Liberal de 1820 permitiu que, pela primeira vez, Portugal experimentasse a liberdade de imprensa. A conquista da liberdade de imprensa foi um dos fatores que possibilitaram o desenvolvimento da *imprensa política* arcaica, uma tendência que, no entanto, se adivinhava desde o início do século (Cunha, 1941a; Tengarrinha, 1965; 1989; 2013; Alves, 2005; 2013; 2018; Sousa, 2008; 2017).

3.2 Modelos de jornalismo em Portugal na alvorada de Oitocentos

A principal novidade trazida pela Revolução Liberal de 24 de agosto de 1820 à imprensa portuguesa foi o exercício da liberdade de imprensa. O novo regime normativo e o novo clima social em Portugal detonaram o surgimento de um número considerável de periódicos políticos. Mas esse periodismo não foi uma verdadeira novidade no País. Nem inaugurou um novo modelo de negócio.

O jornalismo de cariz político e político-noticioso foi, de facto, introduzido em Portugal durante as invasões francesas (1807-1811), mais de dez anos antes da revolta dos liberais no Porto. Foi, precisamente, no contexto da resistência contra os invasores napoleónicos que se assistiu, entre 1808 e 1809, à fundação de periódicos de intervenção política, vários deles antifranceses. José Tengarrinha (1989, p. 61) inventaria 24 jornais surgidos em Portugal só em 1809, durante a segunda invasão francesa, “o que dá uma imagem expressiva da efervescência dos ânimos e do dinamismo e combatividade da opinião pública”. A imprensa política, ainda que arcaica, *introduziu o político* na sociedade portuguesa e *redefiniu e alargou o espaço público*, entendido, idealmente, como o espaço da argumentação, povoado por cidadãos aptos a receberem, emitirem e discutirem racional e criticamente argumentos políticos. A proliferação dos periódicos em Portugal no contexto das guerras napoleónicas teve ainda por efeito a expansão e solidificação de uma *cultura do jornal impresso* na sociedade portuguesa, que haveria de persistir até ao século XXI.

No entanto, a racionalidade que idealmente caracterizaria o debate público raramente pautava, ao tempo, o discurso periodístico. Os periódicos das primeiras décadas de Oitocentos eram artefactos artesanais, que orbitavam em redor de um único indivíduo ou de um pequeno grupo de indivíduos, que deles se serviam para divulgar os seus pontos de vista, mercê, por vezes, de uma linguagem desbocada, que, ocasionalmente, raiava o puro insulto ou pautava-se por este.

A proliferação de periódicos anti e pró-napoleónicos apontava já para a implementação de um novo paradigma comunicacional público e orientado para a intervenção política, no qual o periodista, ou jornalista, assumia a *centralidade*. Um político, aliás, tinha, frequentemente, de brilhar por meio de um jornal. Ou tinha de ter ao seu serviço jornais que o fizessem brilhar. Os clérigos, que até então, a partir do púlpito, detinham quase um monopólio da voz pública, viram-se relegados a um papel secundário no contexto da comunicação pública, a ponto de a Igreja Católica se ter visto forçada a criar os seus próprios meios de comunicação social para influenciar a conversação pública.

Assim, em Portugal, ao longo do século XIX, a política, anunciada, estrepitosamente, pela nova imprensa combativa, substituiu a religião enquanto foco da vida social. A sociedade portuguesa moderna e contemporânea, mesmo que marcada pela religião, pôde redefinir-se em torno de uma laicidade crescente. A voz do clero, outrora onnipresente e quase onnipotente a partir dos inúmeros púlpitos das igrejas, perdeu importância perante a nova voz pública do periodista político, cujos escritos simbolizam o espaço racional, e já não religioso e dogmático, de uso da razão crítica. O escrito político veiculado por meio da imprensa tornou-se, pois, o espaço privilegiado para o desenvolvimento da argumentação política e da crítica, mais ou menos racional. Os textos da imprensa política alimentaram a conversação pública com temas e com enquadramentos interpretativos para estes temas. *O espaço público português foi-se deslocizando para o espaço simbólico da imprensa*. Por isso, esse espaço público alargou-se, permitindo a participação de mais cidadãos nos processos políticos e nas discussões políticas.

Por meio da imprensa política combativa, os periodistas portugueses afirmaram o seu poder simbólico. Começaram, mesmo, a experimentar novos géneros jornalísticos, como o artigo de fundo, ou simplesmente *fundo*, que antecedeu o editorial político. Foi no artigo de fundo que o periodista, consciente do seu papel e do seu poder, melhor plasmou, simbolicamente, a sua nova condição de autoassumido representante, ainda que não eleito, de um grupo político ou mesmo da sociedade em geral, do Povo ou Nação.

Portanto, aquando da Revolução Liberal de 1820, já se tinham publicado, no contexto específico das invasões francesas, em território nacional, periódicos de cariz político (**tabela 4**). Esses periódicos — que acompanharam, ademais, toda uma série de folhetos ocasionais, legais ou clandestinos — tiveram por objetivo combater ideologicamente os invasores. O periodismo diário em Portugal começou, inclusivamente, em 1809, durante esses tempos conturbados das

invasões francesas, com o surgimento do *Diário Lisbonense*, um jornal anti-napoleónico, que antecedeu, por algum tempo, a conversão do periódico oficial, a *Gazeta de Lisboa* (**tabela 3**), em diário. Apareceram, aliás, vários outros jornais de periodicidade diária, embora de vida efémera, como o *Novo Diário de Lisboa* (1809, previsto para ser diário, só se conhece um número), o *Jornal de Lisboa ou Folha Diária* (1809), o *Correio da Tarde* (1809), o *Mensageiro* (1809, só terá publicado dois números) e *A Minerva Lusitana* (surgiu em 1808, tornando-se diário em 1809). O jornalismo diário terá, certamente, aprofundado o interesse imediato pelo que havia de novo no País e no mundo, tanto mais que a guerra desestabilizava e ensanguentava a Europa, onde novas ideias se propagavam, agudizando a necessidade de informações. Afinal, quanto mais uma sociedade está sujeita à instabilidade e mudança, mais os seus membros querem informações que lhes permitam orientar a vida. Esse constante aumento da necessidade de informações e do interesse pelo que se passava no mundo retroativamente aprofundou a necessidade social de jornais, enquanto veículos de ideias e notícias.

Excluindo a *Gazeta de Lisboa*, financiada e editorialmente orientada direta e indiretamente pelo Governo (inclusivamente, era redigida por funcionários do Estado), o modelo de negócio dos periódicos portugueses baseava-se, simplesmente, no retorno providenciado pelas assinaturas, pelas vendas e/ou pelo alto patrocínio de mecenas interessados. Estes mecenas da imprensa podiam ser líderes políticos interessados em influenciar a opinião pública e congregar seguidores, mas também podiam ser o Rei e o Governo. Importantes periódicos dos exilados liberais da Primeira Emigração (**tabela 7**), como o *Correio Brasiliense* e *O Investigador Português em Inglaterra*, por exemplo, beneficiaram de altos patrocínios. Esse modelo de negócio, ainda que rudimentar e arcaico, foi suficiente para permitir a alguns redatores e editores de jornais e revistas viverem desta ocupação e torná-la em algo permanente ou quase permanente — assumindo, pois, a condição de jornalistas.

Conscientes do poder da imprensa sobre a formação de correntes de opinião, os invasores franceses também esgrimiram as suas “balas de papel”. Durante a primeira invasão (1807-1808), controlaram, nomeadamente, o periódico oficial, a *Gazeta de Lisboa*, que converteram num instrumento de propaganda política pró-napoleónica. Durante a segunda invasão (1809), lançaram o *Diário do Porto* quando esta cidade foi ocupada.

Tabela 3O periódico oficial: *Gazeta de Lisboa*.

Título	Fundação	Características
<i>Gazeta de Lisboa/Diário do Governo (...)</i>	1715	Inicialmente trazia artigos e notícias, mas, com o tempo, tornou-se, essencialmente, o repositório oficial da legislação que ia sendo publicada. Nos primeiros anos de Oitocentos foi redigida pelo médico e professor Francisco Soares Franco, entre 1809 e 1813; pelo padre José Agostinho de Macedo e, eventualmente, por Félix Avelar Brotero; e ainda, entre 1813 e 1831, por Joaquim José Pedro Lopes, José Liberato Freire de Carvalho e José Basílio Rademaker, entre outros. Tornou-se diário em 1809. É antecessor do atual <i>Diário da República</i>. Foi, ao longo de muitos anos, o principal — por vezes, o único — fornecedor autorizado de notícias gerais em Portugal. Durante a primeira invasão francesa, foi colocado ao serviço dos invasores, sob a coordenação de Pierre Lagarde. Entre 30 de dezembro de 1820 e 5 de junho de 1823, a <i>Gazeta de Lisboa</i> foi reintitulada, enquanto diário oficial, saindo com os títulos <i>Diário do Governo</i> (até 10 de fevereiro de 1821 e de 5 de julho de 1821 a 4 de maio de 1823) e <i>Diário da Regência</i> (12 de fevereiro de 1821 a 4 de julho de 1821). Voltou a adotar o título <i>Gazeta de Lisboa</i>, entre 5 de junho de 1823 e 23 de julho de 1833. Desde 25 de julho de 1833 a 30 de junho de 1834, saiu com o título <i>Crónica Constitucional de Lisboa</i>; de 1 de julho a 4 de outubro de 1834, foi editada com o título <i>Gazeta Oficial do Governo</i>; e entre 6 de outubro e 31 de dezembro de 1834, saiu com o título <i>Gazeta do Governo</i>. De 1 de janeiro de 1835 a 31 de outubro de 1859 e de 2 de janeiro de 1869 a 9 de abril de 1976, passou a designar-se, novamente, <i>Diário do Governo</i>, sendo que entre 1 de novembro de 1859 e 31 de dezembro de 1868, numa interrupção, teve por título <i>Diário de Lisboa</i>. Hoje, como se disse, a <i>Gazeta de Lisboa</i> circula, enquanto diário oficial, com o título <i>Diário da República</i>.

Fonte: produção própria a partir de dados de Tengarrinha (2013) e outros autores (cf. bibliografia).

Tabela 4

Exemplos pioneiros de periódicos portugueses de cariz político e político-noticioso do início do século XIX.

Título	Fundação	Características
<i>Minerva Lusitana</i>	1808	Periódico bissemanal e trissemanal, convertido em diário em 1809. Durou até 1811. Publicado em Coimbra, com quatro páginas, foi um dos periódicos antifranceses mais combativos. Denunciou, por várias vezes, as atrocidades cometidas pelos invasores franceses e os feitos da resistência aos invasores. Terá sido redigido por professores da Universidade de Coimbra, como frei Luís do Coração de Maria, frei Fortunato de São Boaventura, José Bernardo de Vasconcelos Corte-Real e Joaquim Navarro de Andrade. Foi o primeiro jornal coimbrão, descontando as <i>Efemérides Astronómicas</i> , datadas de 1803.
<i>O Leal Português</i>	1808	Semanário antifrancês, foi publicado no Porto. Suspenso aquando da segunda invasão francesa, em 1809, que ocupou a cidade, teve a publicação retomada após a expulsão dos invasores. Durou até 1810. Foi redigido pelo juiz José Joaquim de Almeida e Araújo Correia de Lacerda, futuro ministro do Reino de D. João VI. Tinha oito páginas e, normalmente, mais um suplemento de quatro páginas.

<i>O Telégrafo Português</i>	1808	Bissemánario anti-napoleónico, fundado e redigido por Luís de Sequeira Oliva, com a colaboração de outros autores, ou “gazeteiros”, conforme se dizia na altura, nomeadamente o seu associado Teodoro José Biancardi. Inicialmente tinha um tom jocoso, mas tornou-se sério. Sucede, inclusivamente na numeração (começa no número 9), a <i>O Lagarde Português ou Gazeta para Depois do Jantar</i> (21 de novembro a 15 de dezembro de 1808). Começa a publicar-se a 19 de dezembro de 1808 com o título <i>O Telégrafo Português ou Gazeta para Depois do Jantar</i> , mas, a 9 de fevereiro de 1809, muda-o para <i>O Telégrafo Português</i> e, ainda, para <i>O Telégrafo Português: Gazeta Antifrancesa</i> . A 16 de fevereiro de 1809, passa a apresentar periodicidade semanal, mas, em compensação, o seu número de páginas aumenta de quatro para oito. Voltou a ter periodicidade bissemanal a partir de 4 de maio de 1809. Foi interrompido entre 15 de junho de 1809 e 4 de janeiro de 1812. Terminou com o número de 31 de dezembro de 1814.
<i>Diário Lisbonense</i>	1809	Jornal antifrancês. Primeiro diário português de raiz, publicado de segunda a sábado. Foi fundado por Estêvão Brocardo e promovido pelo livreiro António Manuel Policarpo da Silva, em cuja livraria se vendia e assinava. Cada exemplar tinha, habitualmente, quatro páginas, paginadas a duas colunas, e custava 20 réis. Os conteúdos — maioritariamente sobre Portugal e a Europa — oscilavam entre a informação e a opinião, conforme era usual, abarcando a política, a guerra, a sociedade, acontecimentos da capital, entradas e saídas de navios (informação muito comum à época), preços dos géneros (também notícia comum nos jornais, ao tempo), notícias do Brasil, etc. Dura até 1813. Incentivou a criação de outros diários político-noticiosos lisboetas, como os efémeros <i>Novo Diário de Lisboa</i> , <i>Jornal de Lisboa ou Folha Diária</i> e <i>O Mensageiro</i> . Uma análise mais pormenorizada do periódico encontra-se aqui: http://www.revistas.usp.br/viaatlantica/article/view/170191/166827
<i>Diário do Porto</i>	1809	Publicado no Porto durante a breve ocupação da cidade pelos franceses, durante a segunda invasão, propagandeou, principalmente, a figura do marechal Soult.
<i>Semanário Lusitano</i>	1809	Semanal, teve por fundador e redator Teodoro José Biancardi, que colaborara com o <i>Telégrafo Português</i> . Cada número de doze páginas — alguns dos quais continham ainda um suplemento de quatro páginas — incluía notícias gerais e reflexões opinativas sobre política, a guerra, sociedade e literatura. Foi publicado de 3 de maio de 1809 até 1812, gozando de algum sucesso devido ao rigor da informação. Sucedeu ao <i>Telégrafo Português</i> . Continuou-se com o <i>Mercúrio Lusitano</i> . Cada exemplar avulso custava 60 réis.
<i>Correio da Tarde</i>	1809	Periódico político e noticioso antifrancês e insinuantemente liberal, foi fundado e redigido por Luís Caetano de Altina Campos. Continha, essencialmente, notícias e reflexões sobre a marcha dos acontecimentos na Europa. Inicialmente trissemanal, converteu-se em diário. Foi suspenso em 1810, na sequência de uma queixa do núncio apostólico, que o acusou de publicar falsidades.
<i>Correio da Península ou Novo Telégrafo</i>	1809	Bissemánario editado pelos liberais João Bernardo da Rocha Loureiro e Nuno Álvares Pereira Pato Moniz, continuou o <i>Telégrafo Português</i> . Noticiava e comentava, às vezes num tom insidiosamente satírico, informações recolhidas da imprensa estrangeira e cartas ao jornal. Foi suspenso em 1810.
<i>Mercúrio Lusitano</i>	1812	Diário fundado e redigido por Teodoro José Biancardi, continua, agora diariamente, o <i>Semanário Lusitano</i> . Apresentava uma linha editorial anti-napoleónica e publicava, essencialmente, notícias comentadas dos acontecimentos na Europa, traduzidas da imprensa estrangeira. Terá encerrado em 1815 por força da pressão das autoridades, que não terão encarado bem notícias sobre as Cortes Espanholas de Cádiz.

<i>Correio de Lisboa</i>	1812	Diário lisbonense anti-napoleónico, publicado entre 1 de outubro e 30 de novembro de 1812. Com quatro páginas, vendia-se por 20 réis, preço habitual dos jornais da época. Publicava notícias da guerra europeia em curso, que obtinha, conforme revela, traduzindo notícias de periódicos estrangeiros e por correspondentes. Também publicava textos próprios ou transcritos sobre descobertas científicas, economia, história, direito e outros assuntos.
--------------------------	------	--

Fonte: produção própria a partir de dados da Porbase, Tengarrinha (2013) e outros autores (cf. bibliografia).

Um outro tipo de publicações periódicas pré-vintistas informativas assentava no mesmo modelo enciclopédico (**tabela 5**) de publicações congêneres do século XVIII²¹. O seu objetivo residia na divulgação geral de conhecimentos, de forma racionalmente organizada, de acordo com os princípios iluministas do enciclopedismo. Tratou-se de um modelo de periodismo publicista que alargou o leque de assuntos abordados pelos jornais e revistas e que teve excelente acolhimento em Portugal após o triunfo liberal na Guerra Civil de 1831-1834 e ao longo de todo o século XIX. Aliás, entre 1810 e a Revolução Liberal de 24 de agosto de 1820, os jornais fundados no País, nesse decénio, seguiram, predominantemente, um modelo de jornalismo erudito, versando as letras e as artes, havendo, ainda, a registar o surgimento de publicações humorísticas e de entretenimento, que não ameaçavam nem corroíam o poder régio absoluto (Tengarrinha, 1989, p. 73).

Tabela 5

Exemplos de periódicos portugueses culturais e enciclopédicos do início do século XIX.

Título	Fundação	Características
<i>Novidades Literárias, Filosóficas, Científicas, Poéticas e Mercantis</i>	1802	Periódico de divulgação geral do conhecimento, em cadernos colecionáveis, publica algumas gravuras encartadas, entre as quais várias coloridas.
<i>Gazeta de Agricultura e Comércio de Portugal</i>	1811	Semanário (depois, bissemanário) cultural e técnico, editado e redigido pelo médico e professor Francisco Soares Franco, redator da <i>Gazeta de Lisboa</i> entre 1809 e 1813. Durou até 1813. Distinguiu-se pelo diálogo que manteve com o público, por meio de cartas e artigos.
<i>Jornal de Coimbra</i>	1812	Mensário publicado em Lisboa, foi redigido por José Feliciano de Castilho e professores da Universidade de Coimbra. Destinava-se a uma elite culta e interessada na ciência, na literatura e temas culturais, mas também publicava notícias nacionais e do estrangeiro. Durou até 1820.

21 Como o *Jornal Enciclopédico* e a *Gazeta Literária*.

<i>Jornal das Belas Artes ou Mnemosine Lusitana</i>	1816	Periódico cultural e literário, de discurso patriótico, dedicou grande atenção ao património, história e literatura de Portugal. Inseriu algumas estampas (gravação em metal). Foi editado e redigido por Pedro Alexandre Cavoé, que também desenhou as gravuras. Durou somente até 1817, já que o seu autor terá sido forçado a exilar-se no Brasil, devido às suas ideias liberais.
<i>O Observador Português</i>	1818	Trimensário cultural mas com um cunho insinuantemente liberal. Cada número custava 40 réis. Foi editado por António Pedro Lopes, teve por redator principal Nuno Álvares Pereira Pato Moniz e por colaboradores José Maria da Costa e Silva e António Maria do Couto. Durou, somente, até 1819, já que foi extinto pelas autoridades, devido à polémica exacerbada que manteve com <i>O Espetador Português</i> .
<i>Jornal Enciclopédico de Lisboa</i>	1820	Mensário cultural e técnico, no qual se publicaram interessantes matérias sobre agricultura, manufaturas, novas técnicas e tecnologias, comércio e governação. Redigido por uma célebre dupla pró-absolutista constituída pelo padre José Agostinho de Macedo e pelo redator da <i>Gazeta de Lisboa</i> Joaquim José Pedro Lopes, apresentava uma linha editorial pró-absolutista e contra os periódicos dos emigrados liberais, materializada na valorização do que era português. Sobreviveu à Revolução Liberal de 24 de agosto de 1820, tendo o seu último número sido publicado em dezembro deste ano.

Fonte: produção própria a partir de dados da Porbase, Tengarrinha (2013) e outros autores (cf. bibliografia).

Há, ainda, a considerar, entre as publicações pré-vintistas que forneceram os modelos para a evolução posterior do jornalismo português, os periódicos de perfil cariz económico e comercial, simbolizados, essencialmente, pelo *Correio Mercantil e Económico de Portugal*, surgido em 1787 e publicado até 1810 (**tabela 6**).

Tabela 6

Exemplo de periódico económico, financeiro e comercial no início do século XIX.

Título	Fundação	Características
<i>Correio Mercantil e Económico de Portugal</i>	1787	Semanário editado por António Manuel Policarpo da Silva entre 1787 e 1810, publica anúncios e informações sobre comércio e economia, preços correntes, câmbios, movimentos de navios nos portos, descobertas com interesse comercial e económico, etc. Em janeiro de 1790 iniciou nova numeração, podendo considerar-se uma segunda série.

Fonte: produção própria a partir de dados da Porbase, Tengarrinha (2013) e outros autores (cf. bibliografia).

Portanto, no dealbar do século XIX Portugal já tinha modelos relevantes de periodismo, um, generalista, outro, especializado, que forneceram as matrizes para o desenvolvimento ulterior da imprensa nacional e mesmo o modelo de negócio jornalístico prevalecente até ao surgimento da imprensa industrial, simbolizada pelo nascimento do *Diário de Notícias*, em 1864.

Na verdade, no que respeita aos conteúdos, muitos periódicos apostavam num perfil misto, noticioso, publicista e político, até porque é sempre difícil fugir à atração pela

atualidade e à sua conversão em notícia, mesmo quando interpretada. A notícia publicada e, portanto, pública, era, afinal, a resposta à eterna questão “o que há de novo?”. O texto de apresentação do número 1 de *O Mensageiro*, um diário surgido a 1 de setembro de 1809²², confirma a tese:

São muitos os periódicos que debaixo de vários títulos circulam nesta capital, mas a curiosidade de os ler não tem por isso diminuído; antes pelo contrário, tem cada vez mais aumentado o desejo de saber novidades (...). E um critério prudente extremará as falsas das verdadeiras, as prováveis das oficiais.

No seu conjunto, os periódicos portugueses do início de Oitocentos — verdadeiros jornais e revistas — deram sequência simbólica e textual aos sentidos de Nação e de modernidade que já se anunciavam nas primeiras publicações ocasionais, seriadas e periódicas noticiosas portuguesas dos séculos XVII (cf. Sousa, 2013; Teixeira & Sousa, 2015) e XVIII. Igualmente apontavam para esse caminho quando os seus redatores faziam, como se pode constatar pelo pequeno excerto de texto anterior, reflexões metalinguísticas sobre o seu próprio papel e o papel dos jornais, contribuindo para a solidificação de uma teoria e de uma deontologia do jornalismo, cujos princípios mais recentes, fundados na ideia de *verdade*, vinham, diretamente, do século XVII, e mais remotamente da historiografia clássica, conforme é bem patente na tese pioneira de Peucer.

Assim, no dealbar do século XIX, em Portugal havia:

- a) Um periodismo eminentemente *noticioso*, ainda que, ocasionalmente, perseguisse finalidades políticas e até mesmo propagandísticas, que já vinha do surgimento da imprensa periódica em Portugal no século XVII e que, em certos casos, era também oficial, ou oficioso, já que acolhia a publicação das leis que regiam a vida do País — e do qual a *Gazeta de Lisboa* era o principal intérprete;
- b) Um periodismo *político doutrinário* consubstanciado nos periódicos anti- napoleónicos e pró-napoleónicos;
- c) Um periodismo *enciclopedista* que, tendo por objetivo a promoção geral de conhecimentos, tinha raízes nos jornais setecentistas do mesmo cariz.
- d) Um periodismo que assentava a sua matriz na informação *económica, financeira e comercial*.

22 Provavelmente, terá fechado logo após o segundo número, datado de 2 de setembro.

Há, ainda, outros perfis editoriais que também concorreram para a pujança revelada pelo jornalismo nacional até 1910, caso, entre outros, dos periódicos femininos, entre os quais o pioneiro *Correio das Modas* (1807), e dos periódicos jocosos e de crítica social, como o famoso *Almocreve das Petas*, que, editado e redigido por José Daniel Rodrigues da Costa, chegou a 1800. Estes periódicos bem-humorados tiveram a sua importância na criação e divulgação crítica e na sua aceitação social e abriram caminho às publicações humorísticas de Oitocentos, como aquelas que foram editadas por Bordalo Pinheiro — entre as quais o célebre *António Maria*, que impunha aos indivíduos caricaturados um saudável exercício quotidiano da tolerância.

3.3 O periodismo da Primeira Emigração Liberal

Se as invasões francesas (1807-1811) e a fuga da Família Real para o Brasil, em 1808, permitiram a atenuação da censura, a expulsão definitiva dos invasores franceses de Portugal gerou um retrocesso. Voltou a incrementar-se a política de constrangimentos à imprensa. As autoridades reforçaram a censura e o controlo na atribuição de licenças de impressão e edição para impedir a propagação das ideias liberais no País. Porém, liberais²³ fugidos às perseguições políticas, religiosas e antimaçónicas, lançaram, desde países mais tolerantes, como Inglaterra, jornais políticos, publicistas e, ocasionalmente, noticiosos (**tabela 7**) que conseguiam fazer circular, por vezes clandestinamente, em Portugal, no Brasil e mesmo nas colónias portuguesas, procurando intervir na formação de correntes de opinião entre as elites lusófonas. Esses jornais antecipam a aparição de uma imprensa opinativa política em português e, ao mesmo tempo, o desenvolvimento, em terras lusófonas, do *publicismo*, isto é, da atividade de difusão, por meio da imprensa, de novas ideias, invenções e técnicas por pessoas ilustradas — os *publicistas*. Alguns periódicos das duas emigrações liberais exibiam, aliás, já ao tempo, uma linguagem sofisticada, dando notícias de maior ou menor extensão e abordando os assuntos com profundidade, elevação e mesmo tolerância — caso, por exemplo, do *Correio Brasiliense*. O seu formato era similar ao dos livros (cerca de 15 por 20 cm), fazendo lembrar pequenos opúsculos ou mesmo livros noticiosos (como *O Observador Lusitano em Paris* e o *Correio Brasiliense*). A sua periodicidade era mensal ou quinzenal, raramente semanal. O mercado era demasiado exíguo e pouco exigente para absorver periódicos mais

23 Um conjunto multifacetado de burgueses, juristas, profissionais liberais, funcionários, intelectuais, militares e alguns nobres que tinham em comum o desejo de implantarem um regime constitucional e democrático (ainda que de voto censitário) em Portugal, no âmbito do qual, de algum modo, pudessem intervir na condução dos assuntos públicos e na governação (Ramos (coord.), Sousa & Monteiro, 2009, pp. 461-462). A emigração desses indivíduos é conhecida por Primeira Emigração.

frequentes, compostos, ademais, por dezenas de páginas. Havia, pois, jornais quadrimestrais (como *O Observador Lusitano em Paris*, lançado em 1815), mensais (como *O Português*, de 1814) ou quinzenais (como *O Campeão Português*, que depois passou a mensal, em 1819).

Redigir e editar um periódico tornou-se, para alguns dos exilados liberais, uma maneira de garantir o sustento no estrangeiro. Usavam textos próprios, mas traduziam, também, muitas peças dos periódicos dos países de acolhimento, igualmente seguidos nas escolhas de temas. Ao tempo, os direitos autorais não estavam definidos, o que estava escrito nos periódicos era entendido como um *bem público* (de) que todos (se) podiam aproveitar e a tradução, o plágio e a cópia eram, conseqüentemente, aceites como normais e praticados corriqueiramente.

O jornalismo da Primeira Emigração Liberal é, pois, outro exemplo, ainda que arcaico, de periodismo político e publicista, em português, prévio à Revolução Liberal. O jornalismo político e publicista combativo e doutrinário dominaria, aliás, a paisagem jornalística portuguesa até às últimas décadas do século XIX, sendo caracterizado pela sobrevalorização da opinião sobre a informação e pelo arrebatamento retórico, opção editorial que, nos jornais da Primeira Emigração, se agudiza a partir de 1818, renunciando a Revolução Liberal de 1820. As marcas da oratória política tornar-se-iam, aliás, uma das particularidades do discurso jornalístico de cunho político que fez escola em Portugal durante grande parte de Oitocentos (Tengarrinha, 1989, pp. 123-212).

Os periódicos liberais publicados em Inglaterra e, mais tarde, em França (depois de definitivamente vencido Napoleão), cedo contaram com a oposição do regime absolutista sob o qual Portugal vivia. O poder régio ilegalizou a circulação desses periódicos em Portugal e ameaçou com penalizações, da multa à prisão e ao degredo, aqueles que os comprassem, vendessem ou conservassem.

O primeiro desses periódicos a surgir, e seu modelo inicial, foi o *Correio Brasiliense*, de 1808, um mensário redigido pelo jurista e intelectual Hipólito José da Costa. Ilustrando um tempo em que Portugal e o Brasil tomavam parte de um Reino Unido, o *Correio Brasiliense* é reivindicado, simultaneamente, por portugueses e brasileiros como fazendo parte do seu património jornalístico nacional, o que o torna, na verdade, um exemplo do património cultural comum da lusofonia. Vários outros se lhe seguiram, como o célebre *O Investigador Português em Inglaterra*, de 1811, adversário do *Correio Brasiliense*.

Tabela 7

Alguns periódicos da Primeira Emigração liberal.

Título	Fundação	Características
<i>Correio Brasiliense ou Armazém Literário</i>	1808	Mensário que poderia ser classificado como revista, fundado, redigido e editado por Hipólito José da Costa, foi o pioneiro do jornalismo político e publicista liberal da Primeira Emigração, abrindo caminho para outras iniciativas editoriais semelhantes. O primeiro número do <i>Correio Brasiliense</i> data de junho de 1808. Durou até dezembro de 1822, ano da independência do Brasil. Publicado em Londres, é celebrado pelo Brasil como o seu primeiro periódico. É também reconhecido na história da imprensa portuguesa como um dos periódicos elaborados pelos exilados liberais da Primeira Emigração. O seu conteúdo é político, filosófico, científico-tecnológico, literário e mercantil. Após a Revolução Liberal de 1820, tornou-se profundamente crítico para com a atitude que o Governo liberal e as Cortes devotam em relação às reivindicações brasileiras e é a partir deste momento que começou, insinuantemente, a defender a independência do Brasil. É o grande competidor do <i>Investigador Português em Inglaterra</i>, surgido, em 1811, para combater a influência do <i>Correio</i>. Em Portugal, teve direito a periódicos que surgiram especificamente para o combater, como a <i>Abelha do Meio-Dia</i> e <i>Reflexões Feitas em Abono da Verdade Sobre o Correio Brasiliense</i>, ambos de 1809, o segundo da autoria de frei José Joaquim de Santo Agostinho Brito França Galvão, e <i>Exame dos Artigos Históricos e Políticos Que se Contêm na Coleção Periódica Intitulada Correio Brasiliense ou Armazém Literário no Que Pertence Somente ao Reino de Portugal</i>, redigido, provavelmente, pelo editor do <i>Leal Português</i> — José Joaquim de Almeida e Araújo Correia de Lacerda. Cada número do <i>Correio Brasiliense</i> tinha entre 72 e 140 páginas, mas alguns ultrapassavam as 200. O seu formato era <i>in-quarto</i>, mais ou menos o de um livro A5. A informação era organizada por secções: Política, Comércio e Artes (aqui no sentido de manufaturas), Literatura e Ciências, Miscelânea (dividida entre Correspondência e Reflexões). Mas os títulos das secções são algo enganadores. Por exemplo, na secção de Literatura e Ciências, Hipólito podia comentar obras sobre comércio, sobre as forças armadas, etc. Na Miscelânea surgem comentários políticos do autor misturados com notícias diversas. O perfil do <i>Correio</i> era, pois, informativo-opinativo-publicista, bastante diferente, portanto, das gazetas do Antigo Regime, como a <i>Gazeta de Lisboa</i> ou a <i>Gazeta do Rio de Janeiro</i> (sucessora da <i>Gazeta de Lisboa</i> quando a Corte Portuguesa chega ao Brasil), essencialmente noticiosas e oficiais (publicação de legislação e nomeações para cargos públicos). A circulação do <i>Correio</i> era formalmente proibida e perseguida no Brasil e em Portugal, o que não impediu que circulasse, mesmo entre as autoridades. O <i>Correio Brasiliense</i> chegou, aliás, a ser financiado pelo poder régio português. Barman (1988, p. 51) sustenta mesmo que Hipólito José da Costa inaugurou, no Brasil, um sistema de relações promíscuas entre a imprensa e o Governo, pois teria celebrado um acordo secreto com D. João VI (na altura, este ainda era somente o príncipe-regente), negociado pelo embaixador português em Londres, Domingos de Sousa Coutinho. Segundo o acordo, Hipólito José da Costa moderaria eventuais críticas ao poder real e, em troca, o Governo compraria um determinado número de exemplares de <i>O Correio Brasiliense</i> e daria ao seu autor uma pensão anual. Pode consultar-se aqui: https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm-ext/1303
<i>Argus Lusitano ou Cartas Analíticas</i>	1809	Editado em Londres por José Anselmo Correia Henriques, foi um periódico de curta longevidade (provavelmente só terão sido editados quatro números), de pendor absolutista, destinado a combater as ideias liberais prevalecentes entre os emigrados portugueses em Inglaterra.

<i>O Investigador Português em Inglaterra</i>	1811	Periódico liberal publicado em Londres pelos médicos Bernardo José de Abrantes e Castro (redator principal), Vicente Pedro Nolasco da Cunha e Miguel Caetano de Castro e, a partir de 1814, principalmente por José Liberato Freire de Carvalho. Chegava a Portugal — como os restantes periódicos liberais — com dificuldade. Não obstante, foi publicado até 1819, ano em que foi substituído pelo <i>Campeão Português</i>. No início da sua vida, tornou-se adversário do <i>Correio Brasiliense</i> e terá sido financiado pelo Governo português com essa finalidade específica, mas, devido, eventualmente, à falta de leitores ou mesmo a razões de rutura ideológica e discordância política, endureceu, sobretudo depois de José Liberato Freire de Carvalho assumir a redação (1814), a crítica ao regime português, o que lhe valeu o fim da subvenção governamental. Todavia, foi compensado com o apoio de liberais como o conde de Palmela e de comerciantes que se sentiam lesados com os acordos de comércio — que previam a abertura dos portos brasileiros aos ingleses — celebrados entre Inglaterra e o Reino Unido de Portugal e do Brasil. O fim do patrocínio dos mecenas ditou o fim do periódico. Tal como o <i>Correio Brasiliense</i>, também <i>O Investigador</i>, além da intervenção política, publicou matérias relacionadas com ciência, tecnologia, literatura, filosofia, comércio e outras. O <i>Correio Brasiliense</i> e o <i>Investigador</i> foram os principais periódicos da Primeira Emigração Liberal e, em certos momentos, foram dos periódicos mais críticos do Governo português. O número prosopeto, de 136 páginas, data de julho de 1811. Compõe-se das seguintes partes: Prosopeto (apresentação do periódico), Literatura Política (análise de uma obra sobre a política militar e instituições britânicas, cronologia de 1810, publicação de uma ode portuguesa), Ciências (história da química, história da medicina), Agricultura e Comércio (carta sobre a educação de um agricultor, reflexões sobre a agricultura em Portugal, géneros que entraram na barra de Lisboa) e Correspondência (logo no número prosopeto, uma carta sobre a população de Portugal com tabelas demográficas) e Política (decretos de D. João, cartas que chegaram ao Rio de Janeiro sobre assuntos de Portugal, etc.). Pode consultar-se aqui: https://digitalis-dsp.uc.pt/handle/10316.2/27570
<i>Espelho Politico e Moral</i>	1813	Semanário redigido e editado por João Bernardo da Rocha Loureiro e José Anselmo Correia Henriques, entre 4 de maio de 1813 e 1 de fevereiro de 1814, em Londres, antes do primeiro prosseguir com <i>O Português</i>. As óbvias diferenças de pontos de vista entre os dois editores estarão entre as causas do fim do periódico. Constituiu uma experiência arcaica de jornalismo semanal de notícias comentadas (muitas delas extraídas de periódicos estrangeiros) entre os emigrados. Pode consultar-se aqui: https://books.google.pt/books?id=hERgAAAAcAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-PTv=onepage&q&f=false#v=onepage&q&f=false
<i>O Português ou Mercúrio Político, Comercial e Literário</i>	1814	Mensário redigido e editado, tal como o <i>Espelho</i>, por João Bernardo da Rocha Loureiro, entre abril 1814 e outubro de 1826, em Londres. Foi um dos mais exuberantes periódicos apoiantes da Revolução Liberal de 24 de agosto de 1820 e do regresso do Rei a Portugal, opondo-se, neste ponto, ao <i>Correio Brasiliense</i>. Arrojadamente, insinua a ideia de União Ibérica. Pode consultar-se aqui: http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=realgabobrasraras&pagfis=13294
<i>Microscópio de Verdades ou Óculo Singular</i>	1814	Periódico de curta duração redigido e editado por Francisco Alpoim de Meneses, em Londres, entre o final de 1814 e meados de 1815. Manifesta-se contra os tratados de Comércio e Navegação de 1810, coadjuvando o <i>Correio Brasiliense</i>. Cada número constitui um capítulo de um volume. Pode consultar-se aqui: http://purl.pt/24765

<i>O Observador Lusitano em Paris ou Coleção Literária, Política e Comercial</i>	1815	Um dos periódicos dos exilados liberais portugueses publicados em Paris, <i>O Observador Lusitano</i> foi redigido e editado por Francisco Solano Constâncio. Durou apenas quatro meses (janeiro a abril de 1815). Tal como os seus congéneres londrinos e parisienses (estes últimos, o <i>Anais das Ciências, das Artes e das Letras</i> , 1818-1822, igualmente de Francisco Solano Constâncio; e <i>O Contemporâneo Político e Literário</i> , 1820, de Manuel Inácio Martins Pamplona Corte-Real e Cândido José Xavier e José da Fonseca), caracterizou-se por misturar conteúdos políticos com artigos de feição enciclopedista destinados à promoção geral de conhecimentos (publicismo). Pode consultar-se aqui: http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=realgabobrasraras&pagfis=38150
<i>O Campeão Português ou o Amigo do Rei e do Povo (Jornal Político, Publicado Todos os Quinze Dias para Advogar a Causa e o Interesse de Portugal)</i>	1819	Mensário publicado em Londres, de julho de 1819 até junho de 1821, por José Liberato Freire de Carvalho, depois de ter abandonado <i>O Investigador</i> . Em matéria de conteúdos, era idêntico aos seus congéneres. Apoia o Governo liberal português, as Cortes e o retorno do Rei a Portugal, opondo-se ao <i>Correio Brasiliense</i> , que preconiza uma Monarquia com sede no Rio de Janeiro. Será continuado pelo mesmo editor, já em Lisboa, por <i>O Campeão Português em Lisboa ou o Amigo do Povo e do Rei Constitucional</i> . Pode consultar-se aqui: http://purl.pt/36212
<i>O Padre Amaro ou Sovela Política e Literária</i>	1820	Periódico redigido e editado, entre janeiro de 1820 e maio de 1826, pelo padre Joaquim José Ferreira de Freitas (igualmente editor de <i>O Correio dos Açores</i> , e <i>O Cruzeiro ou A Estrela Constitucional dos Portugueses</i>). Assume uma posição liberal moderada. Critica o ultraliberalismo, tal como o desprezo com que as Cortes de Lisboa tratam as questões do Brasil. Foi sucedido pelo <i>Apêndice ao Padre Amaro</i> , publicado, igualmente, em Londres, até 1830. Pode consultar-se aqui: https://books.google.pt/books?id=ZHIEAAAAQAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-PT&source=gbg_summary_r&cad=o#v=onepage&q&f=false E aqui (os restantes volumes): https://books.google.pt/books?id=WQYYAQAIAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-PT&source=gbg_summary_r&cad=o#v=onepage&q&f=false
<i>O Zurrage Político das Cortes Novas Publicado por uma Sociedade Amiga do Rei e da Pátria</i>	1821	Mensário editado em Londres por José Anselmo Correia Henriques, do qual somente terão saído dois números, devido às movimentações dos exilados liberais. É pró-absolutista, defende a extinção das Cortes e o retorno ao Antigo Regime.

Fonte: produção própria a partir de dados da Porbase, Tengarrinha (2013) e outros autores (cf. bibliografia).

Embora a imprensa política e doutrinária da Primeira Emigração Liberal não tenha, como se viu, inaugurado o periodismo político em Portugal — que começou com as Invasões Francesas — e tenha obedecido a rivalidades por vezes mais pessoais do que ideológicas, exerceu ou reforçou papéis importantes dos jornais e revistas, como sejam:

- a) Estimulou a “aprendizagem da cidadania” (Vargues, 1997);
- b) Contribuiu para a formação e alimentação de correntes de opinião liberais entre as elites portuguesas e, portanto, para a reestruturação e ampliação da esfera pública e para a própria reconfiguração da sociedade portuguesa, tornando-a mais aberta, ainda que nem sempre mais tolerante, e moderna;

- c) Fomentou a circulação de ideias, quer próprias, quer açambarcadas de outros periódicos, por meio de discussões, republicações transcritas, traduções de artigos e notícias de publicações noutras línguas, etc. Não existindo a noção de direito de autor e de plágio, os próprios editores gabavam-se dessas práticas, como fez o redator de *O Mensageiro*, que no seu número 1, datado de 1 de setembro de 1809, escreve: “eu (...) darei por extrato ou por cópia todas as notícias das melhores folhas estrangeiras de que sou assinante”.
- d) Habitou aquelas elites ao exercício prático quotidiano da liberdade de imprensa e à disputa simbólica (os periódicos dos emigrados liberais esgrimiam argumentos entre si);
- e) Forneceu modelos ao periodismo político português subsequente à Revolução Liberal de 24 de agosto de 1820;
- f) Ajudou a criar um *público* que se habituou a esperar pelos jornais e mesmo a contribuir civicamente para os mesmos, por meio de cartas (cartas dos leitores), mas também de artigos, de notícias e de colaborações literárias, dilatando a participação cívica na esfera pública — uma prática que se manteve até hoje;
- g) Concorreu, de algum modo, para a eclosão da Revolução Liberal de 24 de agosto de 1820 e para a consequente adoção da liberdade de imprensa em Portugal;
- h) Demonstrou aos governos europeus que existia uma forte corrente de opinião portuguesa contrária à manutenção da ordem social e política do Antigo Regime no País;
- i) Auxiliou o campo liberal a manter-se mobilizado e relativamente informado;
- j) Embora não fosse uma novidade²⁴, facultou a vários indivíduos exercerem o jornalismo como uma atividade permanente e remunerada, ainda que no âmbito de um modelo funcional e de negócio arcaico e, normalmente, patrocinado por mecenas interessados, em alguns casos o próprio poder régio e governamental, noutros casos indivíduos envolvidos na política e burgueses, que queriam influenciar o processo de tomada de decisões e o debate político sem necessariamente se envolverem neles.

Os apoiantes do regime não ficaram calados e também souberam esgrimir a sua voz pela imprensa (**tabela 8**). Aliás, seria difícil, já nesses tempos, fazerem ecoar a sua posição ideológica na sociedade sem o recurso às publicações impressas, já que somente a Igreja Católica ainda podia, no País, usar, predominantemente, a comunicação oral para a argumentação e persuasão do povo — graças aos púlpitos de onde, dominicalmente, milhares de sacerdotes arengavam aos fiéis. Vários periódicos foram, assim, publicados contra os periódicos liberais

²⁴ Desde o século XVII que, em Portugal, vários indivíduos exerceram o jornalismo ou, pelo menos, uma atividade arcaica que, estruturalmente, é similar ao jornalismo, enquanto ocupação remunerada e permanente.

da Primeira Emigração, contribuindo para a inflação do espaço público, cada vez mais simbólico e imaterial, que se ia afirmando, sobretudo, em torno da imprensa periódica (**tabela 8**).

Tabela 8

Alguns periódicos antagonistas dos periódicos da Primeira Emigração liberal.

Título	Fundação	Características
<i>Abelha do Meio-Dia</i>	1809	Periódico português destinado a combater ideologicamente pelo Antigo Regime, contra as ideias francesas e Napoleão mas também contra o <i>Correio Brasiliense</i> . Indivíduos subvencionados pelo Governo português, com idêntico propósito lançaram, ainda, o <i>Exame dos Artigos Históricos e Políticos Que Se Contêm na Coleção Periódica Intitulada Correio Brasiliense ou Armazém Literário no Que Pertence Somente ao Reino de Portugal</i> (1809) e o <i>Reflexões Feitas em Abono da Verdade Sobre o Correio Brasiliense</i> (1809).
<i>Motim Literário em Forma de Soliloquios</i>	1811	Periódico jocoso e satírico, tradicionalista e antiliberal, redigido pelo campeão da retórica absolutista, padre José Agostinho de Macedo. Os volumes III e IV podem consultar-se aqui: https://books.google.pt/books?id=TL4GAAAAQAAJ&pg=PA1&dq=motim+liter%C3%A1rio&hl=pt-PT&sa=X&ved=2ahUKewjEo9fexeDqAhWZCWMBHbxdDuoQ6AEwAHoECA_YQAg#v=onepage&q=motim%20liter%C3%A1rio&f=false
<i>O Espião Patriota ou Cartas de Paulo Mendes Mirrado a um Seu Amigo em Lisboa Participando-lhe os Passos do Exército Francês</i>	1812	Periódico político tradicionalista e antiliberal, redigido, em estilo epistolar, por José António da Silva Freire.
<i>O Espetador Português: Jornal de Crítica e de Literatura</i>	1816	Jornal político pró-absolutista redigido pelo truculento padre José Agostinho de Macedo. Destinou-se a combater as publicações liberais que, publicadas em Inglaterra e em França, chegavam a Portugal e ao Brasil. Tinha entre oito e doze páginas. A assinatura semestral custava 800 réis. Termina no número 26, em 1818, na sequência de uma polémica com Nuno Álvares Pereira Pato Moniz, redator de <i>O Observador Lusitano</i> . Pode consultar-se aqui: https://archive.org/details/oespectadorportuoomace
<i>O Desaprovador</i>	1818	Mais um dos periódicos políticos pró-absolutistas editados e redigidos pelo prolixo padre José Agostinho de Macedo. Aparece na sequência da extinção de <i>O Espetador Português</i> pelas autoridades. Foram publicados 25 números até 1819. Pode consultar-se aqui: https://archive.org/details/odesaprovadoroomace

Fonte: produção própria a partir de dados da Porbase, Tengarrinha (2013) e outros autores (cf. bibliografia).

Em conclusão, pode afirmar-se que antes do Vintismo já existia entre os portugueses das elites — os do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves e os emigrados — não somente o *hábito do jornal* mas também o *hábito* de usar este instrumento impresso para discussão e crítica dos assuntos da política, do governo e das relações internacionais, entre outros, tornando-os públicos e tornando o sentido dos discursos alvo de disputa simbólica, ideológica e política. Já havia, ademais, um *público* para as publicações periódicas.

Mais precisamente, a imprensa, na sua diversidade, cultivava *públicos*, que se iam constituindo, por adesão e identificação, à volta de cada título. Disseminava informações e ideias. Noticiava. Entretinha quem a lia. Alimentava conversas e discussões nas casas, na rua, nas empresas, nos cafés, tavernas e clubes, na corte e nas Cortes. Promovia conhecimentos, distanciando, socialmente, quem os adquiria por lhe ter acesso de quem não os obtinha, por não lhe ter acesso. Fornecia argumentos de substância que podiam ser usados nas conversas e discussões de circunstância. Reforçava identidades políticas, mas também sedimentava a identidade nacional. A imprensa funcionava, pois, como uma *plataforma de sociabilidade, conhecimento, cultura e entretenimento*. Portugal, na alvorada do século XIX, já não podia passar sem ela. Para a controlar, o poder sentiu a necessidade de a regulamentar.

3.4 A Revolução Liberal e o novo regime normativo da imprensa (1820-1834)

A 24 de agosto de 1820, uma revolução de cariz liberal e constitucionalista eclodiu na segunda maior cidade portuguesa, o Porto, e impôs a um País cujas instituições e práticas ainda eram as do Antigo Regime um novo regime político — o demoliberalismo censitário, assente numa *Constituição*. O País viveu, assim, a sua primeira experiência de vivência numa Monarquia liberal e constitucional, entre 24 de agosto de 1820, data da Revolução Liberal, um dos principais momentos transformadores que Portugal teve na sua história, e 27 de maio de 1823, o golpe da Vilafrancada²⁵, que detonou o regresso ao Absolutismo²⁶. A 30 de abril de 1824, a Abrilada²⁷, segundo golpe intentado pelo príncipe D. Miguel para se assenhorar do poder e eliminar a

25 A Vilafrancada foi um golpe insurrecional liderado pelo ultrarreacionário Infante D. Miguel, a 27 de maio de 1823, eventualmente com o fim de obrigar D. João VI a abdicar. No entanto, as coisas não correram como planeado, já que o Rei conseguiu impor-se e até mesmo retomar à sua condição de Rei Absoluto, ainda que tivesse exercido o resto do seu reinado de forma moderada. Na sequência dos acontecimentos, as Cortes dissolveram-se e muitos liberais partiram para o exílio. O período, aliás, foi fértil em conspirações. Por exemplo, antes da Vilafrancada descobriu-se a conspiração absolutista da rua Formosa (abril de 1822), que os contrarrevolucionários classificaram como uma invenção do Governo liberal para exercer arbitrariamente o poder. A alegada aparição da Senhora da Rocha, em Carnaxide, em maio de 1822, também foi aproveitada pelos contrarrevolucionários para argumentar que Portugal perdera o favor divino quando enveredara pelo liberalismo.

26 São várias as razões que ajudam a explicar a queda do constitucionalismo entre 1823 e 1824. Torgal (1980), por exemplo, elenca a oposição do alto clero e da alta nobreza ao regime constitucional; a desmoralização e a crise económica detonada pela independência do Brasil e consequente perda do comércio colonial; a falta de resolução dos problemas rurais pelo Governo liberal; a anuência do exército, que não retirara do constitucionalismo vantagens relevantes; a descrença geral nas lutas parlamentares, que os contrarrevolucionários caracterizavam e propagandeavam como estéreis e geradoras de inação política; e a falta de apoio internacional, designadamente inglês, ao regime vintista (o regime liberal espanhol tinha sido, inclusivamente, liquidado pelas tropas francesas ao serviço da Sacra Aliança). Tengarrinha (2013, p. 338) adiciona o clima de instabilidade e pressão suscitado pelo terror absolutista (incêndios de edifícios públicos, assassinatos e agressões, ameaças, cartas anónimas...).

27 Abrilada foi o nome dado à segunda intentona do Infante D. Miguel, então generalíssimo do Exército Português, para se assenhorar do poder, a 30 de abril de 1824, e liquidar a “pestilenta cáfila de pedreiros-livres” liberais. Mais uma vez, o moderado D. João VI conseguiu impor-se e D. Miguel foi deportado para Viena.

oposição liberal interna — e que o levou ao exílio — liquidou, no imediato, as esperanças liberais. A Vilafrancada e a Abrilada foram, aliás, aproveitadas por D. João VI para se converter na figura tutelar do Reino, até à sua morte²⁸, em 1826, e para fazer o País regredir para o Antigo Regime, ainda que de uma forma moderada.

Até 24 de agosto de 1820, a imprensa publicada em Portugal regulava-se pela Carta de Lei de 17 de dezembro de 1794 e pelo Alvará de 30 de julho de 1795, que impunham a censura, por meio dos Ordinários, da Mesa do Desembargo do Paço e, até à extinção da Inquisição, do Santo Ofício. Mas, na sequência da Revolução Liberal, durante o Primeiro Liberalismo, o País beneficiou pela primeira vez, ainda que por um breve triénio (1820-1823), da liberdade de imprensa. Não uma liberdade absoluta, já que foi mantida a censura prévia para certos assuntos relacionados com a Monarquia, a religião católica, a chefia do Estado, a *Constituição* e as relações internacionais, mas uma liberdade suficiente para serem publicados periódicos de intervenção política e doutrinária no País. A censura, efetivamente, nunca acabou, mas as condições políticas entre 1820 e 1823, as divergências no campo liberal, os conflitos de poder entre as autoridades e entre os próprios órgãos do Estado e o ritmo intenso de publicação de novos periódicos tornaram-na relativamente inoperacional.

A evolução da legislação consta da **tabela 9**. Devem assinalar-se as normativas introduzidas pelos legisladores contra periódicos publicados no estrangeiro — a legislação procurava regular não apenas os periódicos publicados em Portugal, mas também os periódicos publicados no estrangeiro que circulavam no País.

Tabela 9

Legislação da imprensa (1820-1834).

Data	Legislação
21 setembro 1820	Portaria reguladora da censura prévia.
5 outubro 1820	Portaria regula a entrada e circulação em Portugal de periódicos em língua portuguesa publicados no estrangeiro.
6 dezembro 1820	Portaria reguladora da responsabilidade dos editores de periódicos em textos insultuosos e ofensivos.
9 março de 1821	<i>Bases da Constituição</i> instituem a liberdade de imprensa.
12 julho 1821	Lei reguladora da liberdade de imprensa.
8 janeiro 1822	Decreto de nomeação dos membros do Tribunal Especial de Proteção da Liberdade de Imprensa.
29 janeiro 1822	Decreto responsabiliza os editores dos jornais se os autores de escritos neles publicados não comparecessem para serem inquiridos sobre abusos de liberdade de imprensa.
2 julho 1822	Carta de Lei regula o funcionamento do Tribunal Especial de Proteção da Liberdade de Imprensa.

²⁸ É possível que o Rei tenha sido envenenado.

30 janeiro 1822	Portaria reforça a responsabilidade dos editores e impressores pelos escritos publicados da autoria de terceiros.
24 setembro 1822	<i>Constituição</i> vintista institui o direito à “livre comunicação do pensamento”.
26 outubro 1822	Decreto regula as penalizações para quem vendesse, publicasse ou distribuisse escritos que atacassem o Estado, mesmo se impressos no estrangeiro.
13 novembro 1823	Instituição de penalizações para quem assinasse periódicos publicados no estrangeiro não autorizados pelas autoridades.
6 março 1824	Abolição da Carta de Lei de 12 de julho de 1821 e reinstituição do regime de controlo da imprensa do Antigo Regime.
29 abril 1826	<i>Carta Constitucional</i> reinstitui a liberdade de imprensa.
21 agosto 1826	Portaria institui instruções acerca da regulação do princípio de liberdade de imprensa vertido na <i>Carta Constitucional</i> .
22 setembro 1826	Decreto obriga a que só se apregoassem impressos com licença do Intendente Geral da Polícia, em Lisboa, ou dos seus delegados, fora da capital.
23 setembro 1826	Decreto divide os censores em duas turmas.
26 janeiro 1834	Projeto-lei para punição dos abusos de liberdade de imprensa ²⁹ .
5 dezembro 1834	Lei reguladora da liberdade de imprensa, baseada nas instruções de 21 de agosto de 1826.

Fonte: produção própria.

O triunfo liberal deu ao País liberdades cívicas que este nunca tinha conhecido. A liberdade de imprensa, enquanto manifestação do direito à livre comunicação do pensamento, foi uma das principais liberdades instituídas em Portugal, pela primeira vez, pelo regime liberal. Mas o vintismo não trouxe consigo a extinção da censura prévia a livros e periódicos, que provinha do Antigo Regime, apesar das disposições legais e constitucionais que, à partida, induziriam a uma diferente leitura da situação. O que o vintismo trouxe de novo foi a determinação dos assuntos cuja abordagem obrigava à submissão de provas aos censores, deixando todos os restantes à consideração mais ou menos livre dos autores e editores, ao abrigo do preceito constitucionalmente acolhido da liberdade de imprensa — enquanto forma de livre expressão do pensamento.

Assim, até à Revolução Liberal mantiveram-se as práticas de licenciamento e censura prévia exercidas arbitrariamente pelos representantes do Estado (poder civil) e da Igreja Católica (poder religioso) sobre todos os assuntos; após 24 de agosto de 1820, foi estabelecida a tipologia de conteúdos passíveis de censura prévia, ainda que o controlo sobre a imprensa tenha vindo a ser sucessivamente apertado, face à intensificação das críticas aos governos liberais, a partir dos últimos meses de 1820³⁰.

29 Disponível em: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/LeisdeImprensa/1827/27Jan1827/27Jan1827_item1/index.html
30 Por exemplo, o *Astro da Lusitânia* foi impedido pelos censores de publicar um artigo em que relatava uma repreensão de que tinha sido alvo na Intendência-Geral da Polícia por ter acusado o Governo pelo atraso na investigação a um incêndio no Terreiro do Paço, tido por um atentado contra a ordem liberal. O *Patriota* viu censurado um artigo

Os conteúdos de livros e periódicos passíveis de obrigarem a exame prévio foram estabelecidos entre setembro e outubro de 1820, ao mesmo tempo que foi nomeada uma comissão³¹ de cinco censores, dois dos quais transitados diretamente da censura régia do Antigo Regime, centrada no Desembargo do Paço. No entanto, esta comissão, ainda que incómoda para os editores dos periódicos mais interventivos — necessariamente mais controlados — ou que não cumpriam as regras de obtenção de licença de circulação, a breve trecho deixou de ter controlo totalmente eficiente sobre o enorme afluxo de textos para exame, ainda que, por receio, os jornais moderassem as críticas quando anteviam que podiam ter problemas com a censura e ver a sua publicação suspensa (Tengarrinha, 2013, p. 351).

Efetivamente, o Governo Interino de Lisboa, instituído a 15 de setembro de 1820, promulgou, logo a 21 de setembro (publicada na *Gazeta de Lisboa* a 22 de setembro), uma portaria reguladora da censura prévia, seguida de anúncio oficial regulador, que impunha como limites à liberdade de imprensa a religião, o Rei e a dinastia reinante, a futura Constituição, a urbanidade e os bons costumes³², nomeadamente os insultos pessoais, e as críticas às nações estrangeiras (**figura 20**). De algum modo, o Governo Interino intuía que a explosão de liberdade vintista se materializaria na proliferação de novos periódicos, de cariz político, obrigando à sua regulamentação provisória, o que veio a fazer nos termos da portaria de 21 de setembro, “enquanto pelo poder legislativo, em Cortes, a quem compete, se não fixa uma regra invariável”. Nesse aspeto, o Governo interino opunha-se à *Constituição* de Cádiz³³, que tinha sido aceite pelos liberais revolucionários e pelos militares (dos quais, em última instância, podia depender a sorte da Revolução Liberal), a 11 de novembro de 1820, como documento norteador do funcionamento do Estado português até ao estabelecimento das *Bases da Constituição* e de uma *Constituição* própria para o Reino.

em que acusava o Governo de não fazer reformas, pelo que, em jeito de protesto, o publicou, deixando em branco os espaços cortados pela censura (número de 3 de novembro de 1820). *O Amigo do Povo ou Sentinela da Liberdade* foi repreendido, algo levianamente, por ter traduzido e republicado um artigo sobre a condessa de Berry, originalmente publicado no *London Chronicle*.

31 Conta Tengarrinha (2013, p. 350) que esta comissão de censura teve vários problemas não apenas com os periódicos censurados mas também com a Imprensa Régia, que não lhe enviava os textos que imprimia; com os serviços alfandegários, que não procuravam o aval da comissão para impedir ou autorizar a entrada e saída de livros e periódicos do Reino; e com o Desembargo do Paço [seria hoje equivalente ao Supremo Tribunal de Justiça], que não cedia de bom grado à comissão os poderes que antes eram seus.

32 Os censores bateram-se contra os insultos pessoais dos frequentemente desbocados periódicos deste tempo.

33 No art.º 371º a *Constituição* Espanhola de Cádiz assegurava aos espanhóis a “liberdade de escrever, imprimir e publicar as suas ideias políticas sem necessidade de licença, revisão ou aprovação alguma anterior à publicação”.

O Governo Interino estabelecido em Lisboa expedio a seguinte

P O R T A R I A.

»Sendo necessario nas actuaes circumstancias satisfazer aos ardentes desejos do Publico, e facilitar a impressão, e leitura dos bons livros, e papeis Nacionais, e Estrangeiros para que se não retarde a noticia dos acontecimentos interessantes, nem a communicação de idéas uteis para se dirigir a Opinião Publica, segundo os principios de huma bem entendida liberdade Civil; em quanto pelo Poder Legislativo em Cortes, a quem compete se não fixa huma regra invariavel sobre este objecto assás importante: Manda provisionalmente o Governo Interino estabelecido em Lisboa, que huma Commissão composta dos Censores *Sebastião Francisco Mendo Trigozo*, Reverendo *Lucas Tavares*, *Pedro José de Figueiredo*, e Reverendo *José Portelli*, concorrendo diariamente em huma das Casas da Impressão Regia, e Conformando-se com a Instrucção, que será com esta, assignada pelo respectivo Secretario do Governo, e depois de vencida a approvação, seja authorisada para conceder as licenças necessarias, não só á impressão dos Escriptos Nacionais, mas tambem á mais prompta expedição dos Estrangeiros. As Authoridades a quem competir o tenham assim entendido, e o fação executar sem demora. Palacio do Governo em 21 de Setembro de 1820. = *Principal Decano. Conde de Sampaio. Conde de Rezende. Conde de Penafiel. Mathias José Dias Azedo. Hermano José Braamcamp de Sobral. José Nunes da Silveira. Luiz Monteiro. Francisco de Lemos Bettencourt. Bento Pereira do Carmo.*»

A V I S O.

»O Governo Interino estabelecido em Lisboa Manda que a Commissão de Censura nomeada por Portaria na data deste se regule no sentido da primeira Proclamação do mesmo Governo de 17 do corrente, tendo em vista os principios adoptados unanimemente por toda a Nação Portuguesa, de sermos fieis á Religião Catholica Romana, a ElRei Nosso Senhor, e Sua Augusta Dynastia, e a Constituição, que hão de fazer os Representes da Nação em Cortes, devendo a mesma Commissão ter em particular consideração, que a Impressão não seja vehiculo de paixões particulares, e de principios subversivos da ordem e tranquillidade publica, nem de doutrinas ou ainda expressões, que possam alterar a harmonia, e relações politicas, que felizmente subsistem com as outras Nações, mas sim hum meio de illustrar o verdadeiro patriotismo, e de consolidar a moderação, fraternidade, e generoso esquecimento dos males passados. O que participo a V. m. por ordem do mesmo Governo. = Deos guarde a V. m. Palacio do Governo em 21 de Setembro de 1820. = *Filippe Ferreira de Araujo e Castro*»

Senhor Sebastião Francisco Mendo Trigozo, Reverendo Lucas Tavares, Pedro José de Figueiredo, e José Portelli.

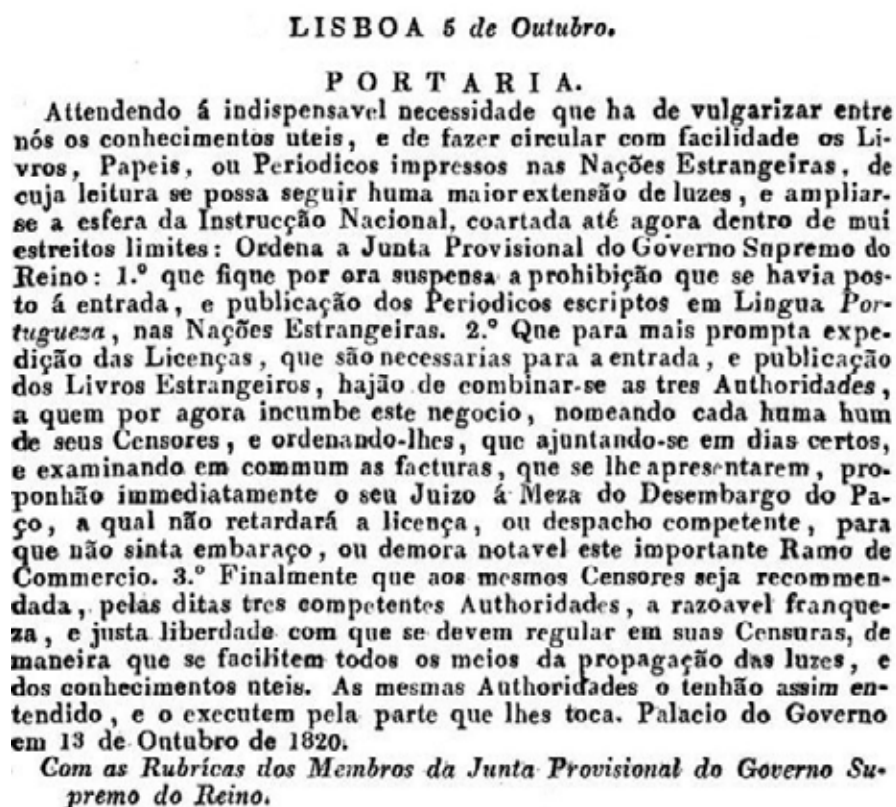
Figura 20

Portaria reguladora da censura de 21 de setembro de 1820 e anúncio oficial anexo. Fonte: reprodução do original (*Gazeta de Lisboa*, 229, 22 de setembro de 1820: 4).

Nova portaria, datada de 5 de outubro de 1820 e publicada na *Gazeta de Lisboa* de 14 de outubro de 1820, permitiu a entrada e circulação em Portugal de periódicos em língua portuguesa publicados no estrangeiro (**figura 21**), ainda que sujeitos à censura da comissão nomeada nos termos da portaria de 21 de setembro, da Igreja e do poder judicial (Desembargo do Paço), sendo este o organismo que conferia a licença de circulação.

Figura 21

Portaria de 5 de outubro de 1820 permitindo a entrada e circulação em Portugal de periódicos escritos em português mas editados no estrangeiro. Fonte: reprodução do original (*Gazeta de Lisboa*, 248, 14 de outubro de 1820: 6).



Alguns periódicos liberais — como o *Astro da Lusitânia*, crescentemente antigovernamental — protestaram contra a manutenção da censura prévia, por vezes exacerbadamente, acabando por motivar a promulgação de nova portaria restritiva da liberdade de imprensa, a 6 de dezembro de 1820 (**figura 22**). Essa portaria responsabilizava os editores de periódicos e outros impressos “pelos ataques e insultos feitos a pessoas particulares”, principalmente quando resultavam da publicação de “cartas, notas ou comunicações anónimas”.

A instituição da liberdade de imprensa no País foi incluída, posteriormente, nas *Bases da Constituição* aprovadas pelas Cortes a 9 de março de 1821, e a 12 de julho deste mesmo ano, foi ratificada pelo Rei a primeira lei portuguesa sobre liberdade de imprensa (promulgada nas Cortes no dia 4), que aboliu, formalmente, a censura prévia, embora previsse a condenação dos abusos dessa liberdade. A lei foi publicada ao longo de três números do *Diário do Governo*

PORTARIA.

Para Sebastião Francisco Mendo Trigozo, Lucas Tavares, João Vicente Pimentel Maldonado, Pedro José de Figueiredo, e José Portelly.

A Junta Provisional do Governo Supremo do Reino Ordena que a Comissão de Censura, em observancia dos Principios Geraes que se lhe derão para seu Regulamento, e dos que regulão a Liberdade da Imprensa em todas as Nações civilisadas e Livres, declare aos Redactores dos Periodicos, e papeis, que se imprimem nestes Reinos, que serão responsaveis á Justiça pelos ataques, e insultos feitos a pessoas particulares, quando em seus Periodicos inserirem Cartas, Notas, ou Communicações anonimas, contra cujos Authores as pessoas offendidas não podem requerer, e promover seu direito.

Deos guarde a V. m. Palacio do Governo em 6 de Dezembro de 1820.
Manoel Fernandes Thomás.

Figura 22

Portaria de 6 de dezembro de 1820. Fonte: reprodução do original (*Gazeta de Lisboa*, 297, 11 de dezembro de 1820: 4).

— dos dias 26, 27 e 28 de julho de 1821³⁴. A nova lei regulava a propriedade intelectual, obrigava à indicação do lugar, ano de impressão e impressor nos impressos (art.º 4.º), determinava a responsabilidade de autores e editores pelos escritos (art.º 7.º), explicitava que os abusos da liberdade de imprensa podiam decorrer de escritos contra o catolicismo, o Estado, os bons costumes e os particulares (art.º 8.º), impunha penalizações, estabelecia juizes de facto em vários distritos e suas competências e instituía o Tribunal Especial de Proteção da Liberdade de Imprensa, estabelecendo as suas funções. Os cinco membros do Tribunal na primeira legislatura foram nomeados por decreto aprovado a 8 de janeiro de 1822 e publicado no *Diário do Governo* de 14 de janeiro de 1822³⁵ e o funcionamento do mesmo foi estipulado em Carta de Lei de 2 de julho de 1822, publicada no *Diário do Governo* de 9 de julho de 1822³⁶. Entretanto, um decreto de 30 de janeiro 1822 reforçava a responsabilização do editor ou impressor pelos escritos dos autores (os periódicos inseriam cartas e outras colaborações espontâneas dos leitores) e pelos ataques ao Estado, ao Rei e às autoridades religiosas, à religião católica e outros.

A *Constituição* liberal de 1822, aprovada a 24 de setembro, a primeira que Portugal teve, assegurava, no entanto, nos artigos 7.º e 8.º, o direito à “livre comunicação do pensamento”, princípio estruturante da liberdade de imprensa, nos seguintes termos:

Art.º 7.º A livre comunicação dos pensamentos é um dos mais preciosos direitos do homem. Todo o Português pode consequentemente, sem dependência de censura prévia, manifestar as suas opiniões em qualquer matéria, contanto que haja de responder pelo abuso desta liberdade nos casos, e pela forma que a lei determinar.

34 Pode consultar-se aqui: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/LeisdeImprensa/1821/4Julho1821/4Julho1821_item1/index.html

35 Pode consultar-se aqui: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/LeisdeImprensa/1822/8Janeiro1822/8Janeiro1822_item1/index.html

36 Pode consultar-se aqui: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/LeisdeImprensa/1822/2Julho1822/2Julho1822_item1/index.html

Art.º 8.º As Cortes nomearão um Tribunal Especial, para proteger a liberdade da Imprensa, e coibir os delitos resultantes do seu abuso, conforme a disposição dos art.ºs 177.º e 189.º. Quanto, porém, ao abuso, que se pode fazer desta liberdade em matérias religiosas, fica salva aos Bispos a censura dos escritos publicados sobre dogma e moral e o Governo auxiliará os mesmos Bispos, para serem punidos os culpados.

No Brasil haverá também um Tribunal Especial como o de Portugal.

Os artigos 177º e 189.º da *Constituição* de 1822, por seu turno, dispunham o seguinte:

Art.º 177.º Haverá juízes de facto assim nas causas crimes como nas cíveis, nos casos e pelo modo que os códigos determinarem. Os delitos de abuso da liberdade de imprensa pertencerão desde já ao conhecimento destes Juízes.

Art.º 189.º Da decisões dos Juízes de facto se poderá recorrer à competente Relação, só para o efeito de se tomar novo conhecimento e decisão no mesmo ou em diverso conselho de Juízes de facto nos casos, e pela forma que a lhe expressamente declarar.

Nos delitos de abuso de liberdade de imprensa pertencerá o recurso ao Tribunal especial [previsto no artº. 8.º] para o mesmo efeito.

Ou seja, a *Constituição* consagrava a liberdade de imprensa, mas também previa formas de punir o seu “abuso” — designadamente por intervenção dos juízes de facto e de um tribunal especial. Todavia, como já se disse, apesar das disposições constitucionais e legais, as condições políticas entre 1820 e 1823, os conflitos de poder entre os políticos, as autoridades e entre os próprios órgãos do Estado e o ritmo intenso de nascimento de novos periódicos, cada um defendendo determinados pontos de vista, deslocando, crescentemente, o espaço público, enquanto espaço de discussão sobre a política e o Governo, para o espaço simbólico dos jornais, tornaram relativamente inoperacionais as tentativas de controlo da imprensa. Efetivamente, vários jurados não funcionaram de todo e só terá havido 45 denúncias por abuso de liberdade de imprensa, das quais resultaram, somente, a condenação de um jornalista antiliberal — Cândido de Almeida Sandoval (Tengarrinha, 2013, p. 332). O Tribunal Especial de Proteção da Liberdade de Imprensa, por seu turno, também sofreu problemas burocráticos e jurídicos que emperraram a sua ação e o tornaram inoperante, apesar de ver as suas funções reguladas pela já referida Carta de Lei de 2 de julho de 1822 (publicada a 9 de julho no *Diário do Governo*).

Foi, entretanto, promulgada nova legislação limitadora da liberdade de imprensa, a 26 de outubro de 1822, publicada a 31 de outubro de 1822 no *Diário do Governo*³⁷. O novo decreto impunha penas para quem vendesse, publicasse ou espalhasse escritos em português, ainda que impressos no estrangeiro, que atacassem o Estado.

A partir do início de 1823, adivinhando-se a contrarrevolução absolutista, o Governo liberal começou a reprimir a imprensa contrarrevolucionária e a imprensa liberal antigovernamental, suspendendo as garantias legais e constitucionais. É nesse ambiente tenso que os periódicos se vão passar a mover. Mas as coisas piorariam para a imprensa. A partir da Vilafrancada, de 27 de maio de 1823, começou a lenta, mas inexorável, marcha que haveria de reconduzir Portugal ao Antigo Regime e D. João VI ao papel principal na política portuguesa, como Rei absoluto.

A preocupação com os periódicos e outros escritos portugueses publicados no estrangeiro sem serem autorizados pelas autoridades portuguesas foi reforçada com um decreto de 13 de novembro de 1823, publicado no *Diário do Governo* de 15 de novembro do mesmo ano³⁸, instituindo penas de multa e prisão, ou de expulsão do território (no caso de estrangeiros), a quem assinasse esses periódicos.

A partir de 1824, as pulsões absolutistas ganharam novo fôlego com a Abrilada, mais um golpe ultraconservador e absolutista protagonizado por D. Miguel, que redundou, não obstante, no seu exílio e no confinamento da rainha D. Carlota, a mais importante apoiante do filho rebelde, ao palácio de Queluz. D. João VI, com o decisivo apoio do corpo diplomático — particularmente do inglês — permaneceu, até à sua morte, em 1826, a figura-charneira do regime, rejeitando quer os ultraconservadores, quer os liberais.

Em consonância com os acontecimentos, um decreto de 6 de março de 1824, publicado na *Gazeta de Lisboa* de 12 de março de 1824³⁹, aboliu a Carta de Lei de julho de 1821 e reinstituiu o regime de controlo da imprensa instituído pela Carta de Lei de 17 de dezembro de 1794 e pelo Alvará regulador de 30 de julho de 1795. A censura prévia aos jornais e outras publicações pela Mesa do Desembargo do Paço⁴⁰ regressou, assim, ao Reino de Portugal.

A 10 de março de 1826, D. João VI morre. D. Pedro, imperador do Brasil, é aclamado Rei de Portugal, como D. Pedro IV. Outorga, então, ao país, sem passar por Cortes eleitas pelos cidadãos, uma *Carta Constitucional*, segunda constituição que Portugal teve. A *Carta* vigorou entre abril de 1826 (outorga da *Carta*) até maio de 1828 (aclamação de D. Miguel como Rei absoluto),

37 Pode consultar-se aqui: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/LeisdeImprensa/1822/26Outubro1822/26Outubro1822_item1/index.html

38 Pode consultar-se aqui: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/LeisdeImprensa/1823/13Novembro1823/13Novembro1823_item1/index.html

39 Pode consultar-se aqui: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/LeisdeImprensa/1824/6Marco1824/6Marco1824_item1/index.html

40 O Desembargo do Paço equivaleria, hoje, grosso modo, ao Supremo Tribunal de Justiça.

de agosto de 1834 (triunfo liberal) até setembro de 1836 (Revolução Setembrista e restauração provisória da *Constituição* de 1822) e de janeiro de 1842 (golpe de estado de Costa Cabral) até outubro de 1910 (implantação da República), perfazendo um total de 72 anos não ininterruptos. Ao longo desse tempo sofreu quatro revisões — os *Atos Adicionais*. Na sua primeira versão, de 1826, a *Carta* reforçava o princípio da liberdade de imprensa, nos seguintes termos:

Art. 145.^o

§. 3 Todos podem comunicar os seus pensamentos por palavras, escritos, e publicá-los pela imprensa sem dependência de censura, com tanto que hajam de responder pelos abusos, que cometerem no exercício deste direito nos casos, e pela forma, que a Lei determinar.

A 21 de agosto de 1826 é publicado na *Gazeta de Lisboa* um decreto de 18 de agosto que institui instruções acerca da regulação do princípio de liberdade de imprensa vertido na *Carta Constitucional*⁴¹. Essas instruções obrigavam a que os escritos sobre a Igreja Católica fossem submetidos à Mesa do Desembargo do Paço; proibiam escritos ofensivos para com o Rei ou a Infanta Regente, a futura D. Maria II, bem como escritos que exortassem à desobediência às leis e autoridades, expusessem a vida privada dos cidadãos, prejudicassem as relações com outros estados, ofendessem a moral ou fossem anónimos. Permitiam, por outro lado, a análise das leis e dos atos dos funcionários públicos e governantes e a exposição de crimes públicos. Outra legislação punia alegados abusos de liberdade de imprensa.

Durante o consulado de D. Miguel (1828-1832), a repressão abateu-se, novamente, sobre a imprensa, que, tacitamente, voltou a ser controlada nos mesmos termos do Antigo Regime. Mas o triunfo liberal na Guerra Civil e a retoma da *Carta Constitucional* de 1826 facultou, enfim, a regulamentação do ponto §. 3 do seu art.^o 145, já prevista desde um projeto lei publicado na *Gazeta de Lisboa* a 21 de agosto de 1926⁴². A nova lei, publicada no *Diário do Governo* de 22 de dezembro de 1834⁴³ mas aprovada a 5 deste mês, basicamente instituía os mesmos princípios das instruções de 21 de agosto de 1826, estabelecia as penas para os abusos de liberdade de imprensa, regulava a instrução dos processos relativos aos delitos de abuso de liberdade de imprensa e alargava o carácter regulador da nova legislação à instalação e funcionamento de oficinas de tipografia e gravura

41 Pode consultar-se aqui: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/LeisdeImprensa/1826/21Agosto1826/21Agosto1826_item1/index.html

42 Pode consultar-se aqui: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/LeisdeImprensa/1826/21Agosto1826/21Agosto1826_item1/index.html

43 Pode consultar-se aqui: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/LeisdeImprensa/1834/22Dezembro/22Dezembro_item1/P5.html

3.5 A imprensa vintista (1820-1823)

Assinalando o fim do Antigo Regime em Portugal, a Revolução Liberal de 24 de agosto de 1820 teve importantes repercussões na imprensa portuguesa e, portanto, na evolução do jornalismo nacional (Cunha, 1941; Tengarrinha, 1965; 1989; 2013; Alves, 2005; 2013; 2018; Sousa, 2008; 2017).

A *Constituição* de 1822, tal como as *Bases da Constituição* e a própria *Constituição Espanhola* de Cádiz, que serviram de referentes reguladores antes da promulgação da *Constituição*, propunham a elevação do súbdito a cidadão, com direitos e deveres, e a definição de um poder tripartido (executivo, judicial, legislativo), limitado pela Lei Fundamental. A mudança era acentuada. O poder real deixava de ser absoluto e arbitrário. A soberania passou a assentar na Nação.

Se, juridicamente, a soberania assentava na Nação, então havia que formar cidadãos cultos e ilustrados capazes de participar nos processos de decisão política, de debater política e de fazer política. Ao abrigo do ideal maior de promoção cívica do debate político, a imprensa tornou-se um instrumento ao serviço dos políticos, nela se centrando, mais do que no Parlamento, a luta política:

A uma escala mais elevada na sociedade, os liberais tinham o país em grande conta. (...) O objetivo dos governos foi, a esse respeito, criar o ambiente certo para multiplicar o tipo de ser humano que convinha ao estado liberal: o cavalheiro ilustrado, amador de ciências e de literatura, frequentador de clubes, conferências, recitais de poesia e música e gabinetes de curiosidades. (...) A necessidade de participar num espaço público definido pelo debate, onde importava a capacidade de escrever, falar e argumentar, criou público. (Ramos, coord., Sousa & Monteiro, 2009, pp. 512-513)

O Vintismo trouxe consigo as ideias da *liberdade de imprensa* como extensão da *liberdade de pensamento*, direito natural do homem plasmado na *Constituição*, que Alexandre Herculano (1907, p. 17) apelidava “um dogma, o primeiro da religião política moderna”. Em acréscimo, o aparecimento regular de jornais políticos permitiu a solidificação da esfera pública burguesa em Portugal.

A vitória do liberalismo trouxe consigo um grande impulso à imprensa e à tribuna parlamentar. (...) Estes dois géneros têm na literatura uma função importante: é através deles que se estabelece o nexa entre a literatura e o dia-a-dia. O estilo imposto pelo jornalismo e pela tribuna política a escritores que têm de se fazer entender por um público quantitativamente vasto projeta-se inevitavelmente noutros géneros literários e forja grandes correntes de gosto. (Carrasco, Cunha & Pintassilgo, 1983, p. 66)



ASTRO DA LUSITANIA.

Num. I.

*Eu desta vida só fico contente,
Que a minha terra ame, e a minha gente.*
Ferreira.

LISBOA, 30 DE OUTUBRO DE 1820.

INTRODUÇÃO.

PORTUGAL acaba de fazer huma revolução, que nas idades futuras passará por milagrosa, e servirá ainda de prova de que seus habitantes conservarão alguns restos de Virtude, apesar dos continuos assaltos do Desporismo, que não podendo entender o Scripto d'ago sobre huma Nação morigerada, unicamente tratava de fazer-nos perder aquelle caracter com que tanto se illustrão os nossos maiores nos doutados seculos da Monarchia Lusitana.

Por hum systema desde longo tempo combinado forão os Portuguezes privados de tudo quanto pertencia ao Governo, á Legislação, e administração da Fazenda: todos estes importantes objectos forão reservados unicamente para certos individuos privilegiados, e que dispunhão de toda a responsabilidade alguma: não havia entre nós quem ouzasse pedir contas das rendas do Estado, quem pedisse as razões, e os motivos de tantas Leis ineptas, e parciais: nós não tenhamos verdadeiramente Patria.

Por outra parte os premios, e as apa-

ratosas honras, concedidas áquelles que mais se embeverão em devorar a substancia da Nação, ou illudir com a capa da hypocrisia hum Principe que a Providencia destinou para fazer a felicidade dos seus povos, fazião desviar do caminho da Virtude aquelles, que se não contentavão só com a doce satisfação de haver cumpido com o seu dever. Estas, e outras muitas causas cuja narração seria longa, e penosa, arrojá-rão a Nação em hum pelago de malice, cuja existencia todos nós sentiamos, e para cuja reforma temos feito huma revolução unica no seu genero. He pois digno de notar-se que havendo hoje em Portugal tantos homens de Lettras occupados em escrever Jornaes, e Periodicos, ainda nenhum delles se lembrasse de patentear aos olhos do povo Portuguez, quaes erão esses vicios, esses abusos, essas instituições monstruosas, que nascidas nos seculos da mais caliginosa ignorancia, se tem conservado até os nossos dias, a despeito do bom senso, e da Filosofia: ainda nenhum entre nós se lembrou de apontar os remedios indicados pela nova Ordem das cousas em que somos entrados. A Nação Portuguesa em geral

Figura 23

Primeira página do primeiro número do *Astro da Lusitânia*. Fonte: reprodução do original (30 de outubro de 1820).

O redator do *Astro da Lusitânia* (**figura 23**), Joaquim Maria Alves Sinval, defendia e justificava, no número de 18 de novembro de 1820 do periódico, a liberdade de imprensa recém-adquirida pelos portugueses nos seguintes termos:

Sem imprensa livre não há liberdade civil. Todos conhecem que o exercício de tal liberdade é que faz conter os satélites do despotismo, os ministros pouco amigos de dar a cada um o que é seu e os administradores da fazenda pública que não desejam dar conta das suas administrações. E que o exercício (...) daquele direito (...) sustenta (...) o grande edifício da sociedade.

Oitenta anos mais tarde, ao percorrer a legislação da imprensa portuguesa ao longo do tempo, Silva Pereira (1901, p. 28) acrescentava, laudatoriamente, à defesa da liberdade de imprensa, as seguintes palavras:

Pretender tolher o cérebro que pensa, que se rasga, por assim dizer, em dilúvios de luz para iluminar o mundo (...), é um crime contra a civilização, é tolher a carreira gloriosa do progresso, é pretender intercetar os trabalhos intelectuais que ligam os séculos aos séculos, é tirar a força ao que é útil, nobre e bom, é aniquilar tudo quanto é glorioso.

O sucesso da imprensa de intervenção política portuguesa, feita primeiro, sobretudo, em nome individual (até 1834, sensivelmente) e, depois, em nome coletivo e mesmo especificamente partidário, teve várias causas. Júlia Leitão de Barros (2021, p. 34), embora num trabalho respeitante à imprensa política republicana do início do século XX e, concretamente, a *O Mundo*, esclarece:

Numa cultura política forjada na luta contra o abuso do poder real, a imprensa era consensualmente tida como o único meio disponível para submeter as decisões do poder à crítica, à discussão e à controvérsia, recurso legítimo das sociedades escaparem à tirania. A imprensa política, em particular (...), assumiria no liberalismo português oitocentista a função judicativa inerente à democracia. Era nela que repousava a possibilidade reconhecida de, a qualquer momento, se exprimirem juízos sobre a coisa pública. E não será novidade afirmar que a imprensa foi tomada como meio privilegiado de democratização política e vivenciada como experiência democrática, espécie de célula viva da própria democracia.

Em particular, as forças políticas (...) e os jornalistas políticos tendem a enfatizar a imprensa como “tribuna”, mas também “tribunal” e “pelourinho” (...).

A tomada do poder pelos liberais em todo o País após a revolta de 24 de agosto de 1820 não foi imediata. A revolução eclodiu no Porto, mas os liberais somente ganharam Lisboa quase um mês depois. De permeio, foram conquistando as principais cidades do centro e do

norte para a sua causa. A 15 de setembro, um movimento de oficiais subalternos derrubou, em Lisboa, a Regência, e constituiu o Governo Interino de Lisboa. A 28 de setembro de 1820, formou-se um Governo provisório com o encargo de conduzir o País e organizar eleições para as Cortes Constituintes, pela fusão da Junta Provisional do Governo Supremo do Reino, que tinha sido instituída, no Porto, a 24 de agosto, com o Governo Interino instituído, em Lisboa, a 15 de setembro. Os liberais reivindicaram a convocação de Cortes Constituintes para elaborar uma primeira *Constituição* para o País, o imediato retorno do Rei a Portugal e a restauração da exclusividade de comércio com o Brasil (reinstauração do Pacto Colonial), vista como essencial para a economia da metrópole.

A Revolução Liberal e a subsequente promulgação de legislação sobre liberdade de imprensa, com acolhimento na *Constituição* de 1822, detonaram um imparável movimento de fundação de novos periódicos⁴⁴, em Portugal, nos domínios ultramarinos portugueses⁴⁵ e no reino unido do Brasil⁴⁶. Esse movimento beneficiou do retorno ao País de muitos dos indivíduos da primeira vaga de emigração liberal. Eles trouxeram para Portugal as técnicas, táticas, tendências e estratégias dos jornais europeus mais avançados da época — o inglês e o francês. A indústria tipográfica portuguesa, crescentemente solicitada, teve avanços significativos, ao adotar a tecnologia mais avançada disponível.

As elites, normalmente homens letrados e endinheirados (burgueses, pequena nobreza, funcionários e militares) que se queriam envolver nos assuntos públicos, queriam estar informadas para se destacarem na luta política. Compravam jornais e, por vezes, até os publicaram, convertendo-se em editores e redatores. Outras vezes, intervinham civicamente nos periódicos por meio de cartas aos editores e mesmo de artigos. Alguns, mais endinheirados, sustentavam jornais que os engrandeciam e apoiavam nas lutas políticas.

Para estimularem a cidadania, que só poderia emancipar-se numa sociedade devidamente formada e informada, os liberais tentaram estimular a leitura pública de periódicos e livros por meio da criação de uma rede de gabinetes de leitura — bibliotecas — no País e seus domínios.

Os novos jornais e revistas do vintismo beneficiaram, pela primeira vez, da instituição, ainda que condicionada⁴⁷, da liberdade de imprensa no País, conforme foi previsto nas *Bases da Constituição*, aprovadas pelas Cortes, a 9 de março de 1821. Os periódicos vintistas eram,

44 Tengarrinha (2013, pp. 320 e 328) inventaria 112 jornais criados em Portugal continental, nas ilhas adjacentes e nos domínios portugueses entre 1820 e 1823, dos quais 71 (64%) de cariz político, 79 (70%) dos quais publicados em Lisboa.

45 Notem-se, por exemplo, a *Gazeta de Goa* (1821-1826), periódico oficial da colónia; e *A Abelha da China*, periódico macaense (1822-1823).

46 Tais como: *O Compilador Mineiro*, *O Semanário Cívico*, *A Sentinela Baiense*, *O Imparcial*, *O Brasileiro Imparcial*, *Mina Brasiense*, *O Conciliador do Reino Unido*, *O Amigo do Rei e da Nação*, *O Constitucional*, *O Conciliador (do Maranhão)*, o *Revérbero Constitucional Fluminense* e outros. Alguns destes periódicos contribuíram para gerar um clima de opinião favorável à independência do Brasil, concretizada a 7 de setembro de 1822.

47 Ver o ponto anterior deste texto.

todavia, artesanais e, normalmente, individuais, como os seus antecessores, escritos numa linguagem simples e direta por um único indivíduo ou um pequeno grupo de indivíduos (dois ou três), ficando vinculados à sua perspetiva pessoal.

José Tengarrinha (2013, p. 345) refere-se aos periódicos vintistas nos seguintes termos: “foi visível a falta de consistência do debate político e ideológico na imprensa tanto por óbvia impreparação e imaturidade dos jornalistas como porque a sua análise se circunscrevia, em geral, ao imediato e casuístico.” António José Saraiva e Óscar Lopes (1979, p. 810) caracterizam-nos como “panfletos políticos em séries editadas periodicamente”, mas salientam que, em vários deles, “exercitaram a pena os melhores escritores da época”.

A ausência de sofisticação no discurso dos novos periódicos facilitava, no entanto, a difusão das novas ideias junto da população (Vargues, 1997). Carlos Carrasco, Cecília Cunha e Joaquim Pintassilgo (1983, p. 66) notam que o vintismo trouxe consigo “o gosto pelo jornal”, faceta não despicienda para a evolução do jornalismo português e que permitiu a solidificação de uma esfera pública burguesa em Portugal, a partir dos periódicos políticos.

Os jornais começaram, nessa altura, a ser apregoados e vendidos nas ruas, competindo entre eles pela atenção do público. Os próprios ardinas, que, naturalmente, queriam ver o seu rendimento aumentar, estimulavam a competição, cada um gritando pelo seu jornal mais alto do que o colega. O principal crítico coevo da liberdade de imprensa, o padre José Agostinho de Macedo (1821a, p. 13), descreveu nos seguintes termos o novo ambiente:

Quem não conhece o peso desta praga devastadora (...) quando pela manhã (...) uma nuvem de rapazes, ministros executores da praga, levanta as desconcertadas vozes e grita (...): “Quem leva o *Astro*? Quem vem ao *Liberal*? (...)”. Isto em todos os becos, em todas as alfurjas, às portas de todas as tabernas.

O padre José Agostinho de Macedo distinguiu-se entre os mais prolixos adversários da imprensa política livre trazida pelo liberalismo vintista. Em fevereiro de 1821, lançou o seu panfleto *Exorcismos Contra Periódicos e Outros Malefícios*⁴⁸. Nele, Macedo sustenta que a profusão de periódicos com posições políticas díspares e exacerbadas contribuiria para instaurar a anarquia e impediria a necessária obtenção dos consensos e da tranquilidade que a governação exigiria.

48 Lançou ainda outros, como *Cordão da Peste ou Medidas contra o Contágio Periodiqueiro* e, eventualmente, *Forja dos Periódicos ou Exame do Aprendiz Periodiqueiro*, o *Brás (Braz) Corcunda*, *O Brás já sem Corcunda* e *Já Fui Corcunda ou a Zanga dos Periódicos*. Corcunda era o epíteto metafórico dos defensores do autoritarismo régio (corcundas porque se vergavam servilmente ao poder real).

Ao século da política, que outra praga se devia adotar que não fosse a dos periódicos políticos? (...) Portugal está coberto, alastrado, entulhado de periódicos (...). A multidão dos faladores fez parar a majestosa Torre da Babilónia: onde todos falam ninguém se entende. (...). Mentem, tanto dizem, tanto desdizem, tão mal, tão fora do tempo querem propor coisas, demolindo em lugar de conservar, que o povo alucinado (...) cuida que se obra no Governo e no Congresso como os periodiqueiros falam, têm as mesmas ideias incendiárias, subversivas, destampadas, que há impressas nos periódicos (...), [que] revoltam e desorientam a Nação (...). É justo ganhar dinheiro (...), mas três vinténs por parvoíces... (Macedo, 1821a, pp. 1-14)

No mesmo opúsculo (*Exorcismos Contra Periódicos e Outros Malefícios*), Agostinho de Macedo critica, ainda, os que abandonavam os seus ofícios para se consagrarem a um periodismo de fraca qualidade. Em acréscimo, dá pistas não só para se perceber a origem social e cultural de muitos dos “jornalistas” portugueses das primeiras décadas de Oitocentos, mas também para se compreender como funcionavam e eram vendidos (segundo ele, aos incautos) os periódicos de então:

Mas quem são os periodiqueiros? (...) Sapateiros (...), livreiros, passamaneiros, cabeleireiros (...). A quem lembraria que no momento em que Portugal mais necessitava de mais luzes, mais ciência, mais conhecimentos, que coadjuvassem a mais árdua e difícil empresa, (...) tudo seria desamparado e (...) os seus cultores se convertiam em periodiqueiros? Parece que para a grande arte de escritor se não necessita de outra coisa mais que saber formar bem ou mal, tortos ou direitos, os caracteres do alfabeto. (...) Fugi diabos, ide para as vossas oficinas, tornai para a enchó, para o sarrafo. Se podes fazer bem uma cadeira, para que te metes a fazer tão mal um periódico? (...)

Ora se é praga deixar o próprio ofício para ser periodiqueiro, ainda é maior flagelo não ter ofício nenhum senão o de periodiqueiro. Vivía um ocioso pelos cantos dos botequins (...) e de repente salta ao mundo com um periódico (...). Que quer este diabo com a folha diária ou semanária? Ilustrar a Nação? Como? Copiando muito mal da aluvião dos periódicos castelhanos (...), retalho aqui, fala acolá, reflexão além, mas tudo sem ordem, sem uma ideia dominante, sem um fim, e quando este devia fixar a opinião sobre um objeto único, grande, público, vantajoso à causa, não faz mais que desvairá-la de tal maneira que ninguém se entende (...). O pior é abrir as portas às correspondências, ou reais, ou fantasiosas, e transcrever quantos desaforos lhe enviam, ou fingem que lhe enviam. Que vantagens tem tirado a Nação desta praga periodical (...)? Talvez maiores males do que bens. Segue-se a uma mal entendida liberdade de falar uma mais mal entendida liberdade de pensar, e obrar. (...)

É preciso ilustrar a Nação (...), é preciso que o povo conheça o que se faz, para aprovar o que se faz, (...) porém os meios são os periódicos? Basta que qualquer diabo (...) pegue na pena e escreva um periódico (...) e o último diz o mesmo que o primeiro, e todos com uma linguagem avessa (...) e (...)

parvoíce em política. Eu os tenho observado (...), são verdadeiros camaleões, tomam a tintura do ar que respiram. Nove meses os vi franceses de gema, nunca falavam em Napoleão que não viesse o trambolho “O Grande” (...). Pois este (...) periodiqueiro apenas aí aportaram os ingleses parecia um cidadão de Londres.” (Macedo, 1821a, pp. 3-8)

Ainda em 1821, Agostinho de Macedo deu à estampa o seu segundo panfleto contra a liberdade de imprensa. Teve por título *O Cordão da Peste ou Medidas Contra o Contágio Periodiqueiro*. No panfleto, profundamente reacionário, o autor desenvolve um dos seus temas prediletos: o da ignorância de grande número de redatores de jornais, quer sobre a alma dos portugueses, quer sobre os mecanismos da governação, sobre os quais sentenciavam sem sequer a sua vida saberem gerir:

Eu não falo daquela ignorância que provém da absoluta carência de luzes, de instrução e conhecimentos, que provém da instituição de alguns nos ofícios braçais, tão úteis à Pátria (...); nem falo daquela ignorância que noutros provém da ociosidade e pobreza (...); falo daquela ignorância em que os (...) da política e publicismo [outro sinónimo então usado para jornalismo] exibem a respeito da índole, do carácter e dos sentimentos da Nação para quem escrevem e que eles querem, ou dizem que querem, ilustrar. (...) Eis a primeira bostela, a ignorância do carácter geral da Nação (...). O que estes homens (...) querem é governar. E a si, sabem eles governar-se? Alguns conheci eu, antes de rebentar a peste, e que agora dão grandes *planos* de economias, de *finanças* e melhoramentos, que não digo que sabiam governar a sua casa, porque não a tinham, nem eira, nem beira, nem ramo de figueira.” (Macedo, 1821b, pp. 9-15)

Um segundo ponto que merece, novamente, a atenção de José Agostinho de Macedo no *Cordão da Peste* prende-se com a nefasta influência dos jornais sobre a opinião pública. Para o autor, o público é iludido pelos jornais, “cuidando que os periodiqueiros são os órgãos (...) do Governo e que o Governo quer fazer o que os periodiqueiros dizem. (...) Não só querem ser os mestres da Nação, mas os mestres do Governo” (Macedo, 1821b, pp 12-14). Essas breves frases têm ainda outra leitura. Macedo notava já que a imprensa se tendia a substituir aos mecanismos próprios da democracia representativa — ou seja, ao Parlamento — no processo decisório e que cada jornal se arrogava ser o representante da Nação.

Um outro problema trazido pelos periódicos, segundo Agostinho de Macedo, era o de alarmarem as pessoas, que ficariam a pensar que o Governo se preparava para fazer o que os jornalistas pediam: “Que será de nós? diz a gente das províncias. Isto que está impresso vai executar-se? E o Governo, que consente estes planos, também quererá que se cumpram?” (Macedo, 1821b, p. 16).

Apesar das críticas mordazes, algumas eventualmente pertinentes, que os contrarrevolucionários fizeram à imprensa vintista, entre a Revolução Liberal de 24 de agosto de 1820 e

a Vilafrancada de 27 de maio de 1823 nasceram e circularam vários periódicos liberais, vinculados não a partidos políticos, que ainda não existiam como organizações políticas, mas somente aos pontos de vista pessoais dos indivíduos que os promoviam, redigiam e editavam (**tabela 10**). À *Gazeta de Lisboa* e ao seu sucessor, o *Diário do Governo*, competia trazerem a público as posições oficiais do poder governamental⁴⁹.

Tabela 10

Alguns periódicos vintistas liberais.

Título	Fundação	Características
<i>Diário Nacional</i>	1820	O <i>Diário Nacional</i> foi o primeiro periódico liberal publicado no País, afeto à Junta Provisional do Governo Supremo do Reino e, portanto, editado no Porto. Durou, somente, de 26 de agosto a 5 de setembro de 1820. Foi sucedido por <i>A Regeneração de Portugal</i> , também de breve duração (18 a 26 de setembro de 1820) e, depois, por <i>O Correio do Porto</i> (27 de setembro de 1820 a 7 de maio de 1834).
<i>O Correio do Porto</i>	1820	Diário editado e redigido por João António Frederico Ferro e Joaquim Rodrigues de Andrade, circulou, com interrupções, entre 27 de setembro de 1820 e 7 de maio de 1834. Surgido como liberal, converteu-se ao Absolutismo, altura em que nele terão colaborado o padre Alvito Buela Pereira de Miranda e António José Gomes Pinto. Impresso, inicialmente, no Porto, António José Gomes Pinto, fugindo ao exército liberal, em 1832, passou a editá-lo em Coimbra, até 7 de Maio de 1834, quando a derrota de D. Miguel era iminente. <i>O Correio do Porto</i> tinha um perfil predominantemente noticioso. Talvez tenha sido essa linha editorial a salvá-lo da repressão aos periódicos da Oposição levada a efeito pelo Governo liberal, no início de 1823. Curiosamente, a cópia disponível no GoogleBooks começa com um número 1 datado de 1 de janeiro de 1822: https://books.google.pt/books?id=M-UKAQAAIAAJ&printsec=frontcover&dq=%22Correio+do+Porto%22&hl=pt-PT&sa=X&ved=2ahUKEwjV2Lfx8vzqAhUNoRQKH_XldC_YQ6AEwAXoECAQQAQ#v=onepage&q=%22Correio%20do%20Porto%22&f=false
<i>O Pregoeiro Lusitano</i>	1820	Semanário liberal editado e redigido por Clemente José de Mendonça, durou entre 20 de setembro de 1820 e 17 de abril de 1821.
<i>Génio Constitucional</i>	1820	Publicado entre 2 de outubro de 1820 e 30 de dezembro do mesmo ano, foi o mais importante periódico liberal português em circulação enquanto foi publicado, suplantando o <i>Diário Nacional</i> e o <i>Correio do Porto</i> . Foi redigido e editado por Alfredo Braga e António Luís de Abreu.
<i>Manifesto da Razão</i>	1820	Periódico liberal editado em Coimbra, em 1820, pouco longo (eventualmente, só terão sido publicados dois números). É possível que o <i>Manifesto da Razão Sobre o Estado Presente das Coisas de Portugal, e Partido, que Cada Um Deve Tomar, Conforme os Verdadeiros Princípios da Justiça e Moral Cristã</i> , igualmente de 1820, seja a sua continuação.

⁴⁹ Entre 1820 e 1831, a *Gazeta de Lisboa* terá sido redigida, principalmente, por Joaquim José Pedro Lopes, um funcionário público tradicionalista, conservador e absolutista, com uma eventual interrupção entre 1821 e 1823, já que, neste período, se aliou a José Agostinho de Macedo na redação e edição do jornal contrarrevolucionário *Gazeta Universal*. Entre 31 de dezembro de 1820 e 5 de junho de 1823, a *Gazeta de Lisboa* foi substituída, enquanto diário oficial, saindo com os títulos *Diário do Governo* (fundado a 16 de outubro de 1820, perdurou até 10 de fevereiro de 1821 e de 5 de julho de 1821 a 4 de maio de 1823) e *Diário da Regência* (12 de fevereiro de 1821 a 4 de julho de 1821). Joaquim José Pedro Lopes foi, também, o redator do *Diário do Governo*, entre 16 de outubro de 1820 e março de 1821. Quando o título retornou, a *Gazeta de Lisboa* foi redigida por José Liberato e, no Miguelismo, por José Basílio Rademaker.

<i>O Português Constitucional</i>	1820	Periódico liberal editado e redigido por Nuno Álvares Pereira Pato Moniz (que já tinha editado <i>O Telégrafo</i>), durou de 22 de setembro de 1820 a julho de 1821. Foi um dos primeiros jornais a ser fundado após a Revolução Liberal de 1820. O seu título aponta para o espírito vintista: a subordinação do poder a uma Constituição. Editado em Lisboa, foi sucedido por <i>O Português Constitucional Regenerado</i> (1 de agosto de 1821 a 30 de março de 1822), que seria sucedido pelo <i>Jornal da Sociedade Literária Patriótica</i> (16 de abril a 11 de outubro de 1822). Deste último jornal, o texto do primeiro número encontra-se acessível aqui: https://archive.org/stream/A11203719/A11203719_djvu.txt E um exemplar aqui: https://archive.org/details/A11203719 Há outro jornal com o mesmo título, fundado em 1836.
<i>Mnemosine Constitucional</i>	1820	Jornal editado por Henrique de Campos Ferreira de Lima, com a colaboração de Pedro Alexandre Cávroé, que por vezes é mencionado como redator principal; Foi publicado, em Lisboa, entre 25 de setembro de 1820 a 30 de junho de 1821.
<i>O Liberal</i>	1820	Publicado entre 28 de setembro de 1820 e 29 de agosto de 1821 por António Maria do Couto. Foi editado em Lisboa.
<i>O Amigo do Povo ou Sentinela da Liberdade</i>	1820	Periódico redigido e editado por Manuel José Gomes de Abreu Vidal. Surgido no campo liberal, acabou por se tornar num crítico do liberalismo. Publicou-se entre 1820 e 1821, em Lisboa. Há outro jornal <i>O Amigo do Povo</i>, este liberal, publicado, em Coimbra, em 1823, pelos irmãos Passos Manuel e José da Silva Passos.
<i>O Astro da Lusitânia</i>	1820	O trissemanário <i>O Astro da Lusitânia</i> foi, a par de <i>O Independente</i>, um dos mais impactantes periódicos liberais portugueses publicados no período subsequente à Revolução Liberal. Foi redigido e editado por Joaquim Maria Alves Sinval. Aguerrido e radical, tornou-se notado pelas críticas que não hesitava em fazer ao Governo liberal. Foi editado em Lisboa. Encerrou em 1823, quando os governos liberais procuraram calar as vozes críticas para salvarem o poder — ou mesmo a natureza liberal e constitucional do regime, já ameaçado pelo regresso ao Absolutismo. Durante a sua publicação manteve aguerridas polémicas com <i>O Independente</i> e outros periódicos liberais moderados. Número 34 digitalizado aqui: https://archive.org/details/A11012617
<i>O Independente</i>	1821	Periódico liberal moderado, liderado por José Joaquim Ferreira de Moura e Manuel Fernandes Tomás. Foi publicado, em Lisboa, entre 1821 (número prospecto) e 1822. Foi, entre os periódicos políticos vintistas, o que mais procurou fugir à retórica grandiloquente e agressiva mas, frequentemente, oca, característica do periodismo vintista, para se centrar, com circunspeção, na análise das grandes questões que se colocavam ao desenvolvimento político, económico e social do país. Noticiava, abundantemente, sobre as Cortes. Polemizou, frequentemente, com os jornais ultraliberais — incluindo o popular <i>Astro da Lusitânia</i> — e pró-absolutistas. No <i>Independente</i>, segundo a avaliação de Alves (2013), estão presentes a maioria dos temas, conceitos e polémicas que marcaram a vida política vintista. Os primeiros 72 números, incluindo suplementos, podem consultar-se no Google Books: https://books.google.cz/books?id=vovAAAAYAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-PT&source=gbp_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false
<i>O Campeão Lisbonense</i>	1821	Jornal ultraliberal publicado em Lisboa, entre 18 de outubro de 1821 e 7 de abril de 1823, por António Joaquim Nery. O jornal acabou quando, perseguido pelas autoridades liberais, o seu redator foi exilado.
<i>O Patriota Portuense</i>	1821	Influente diário liberal do Porto, foi publicado somente entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 1821. Editado por Azevedo Soares.

<i>Borboleta Constitucional</i>	1821	Influente diário liberal portuense, noticioso e político, redigido e editado por João Nogueira Gandra, dono da tipografia em que se imprimia, a partir de 12 de maio de 1821. Saiu, igualmente, com os títulos <i>Borboleta dos Campos Constitucionais</i> (14 de maio a 25 de agosto de 1821) e <i>Borboleta Duriense</i> (2 de janeiro a 30 de junho de 1823). O seu encerramento deveu-se ao fim da experiência liberal vintista, a primeira que o País teve. No entanto, voltou a ser publicado durante o primeiro período de vigência da <i>Carta Constitucional</i> , entre 16 de julho de 1826 e 5 de março de 1828, sob o título <i>Borboleta</i> , antecedido por uma breve publicação denominada <i>Notícias</i> (6 a 15 de julho de 1826). Foi suspenso de 15 de setembro a 2 de outubro de 1827, já durante a escalada que levaria ao regresso ao Absolutismo protagonizado por D. Miguel, por não ter submetido os originais a dois censores. Pode consultar-se aqui: http://purl.pt/14340
<i>O Analista Portuense</i>	1822	O periódico liberal do Porto intitulado <i>Analista Portuense</i> faz parte de um conjunto de jornais liberais que surgiram e foram publicados entre 1822 e 1823 para se digladiarem com os jornais absolutistas, cada vez mais presentes e vociferantes. Iniciou a publicação a 1 de janeiro de 1822 e foi redigido e editado por António de Santa Bárbara. Durou até data incerta de janeiro de 1823, já que existe um suplemento datado deste mês.
<i>O Campeão Português em Lisboa ou o Amigo do Povo e do Rei Constitucional</i>	1822	Trata-se de mais um dos periódicos fundados em 1822 para fazerem face à tonitruante ofensiva ideológica contrarrevolucionária protagonizada pelos jornais abertamente absolutistas. Foi redigido e editado por José Liberato Freire de Carvalho que, com este projeto, continuou o importante <i>Campeão Português ou o Amigo do Rei e do Povo</i> , que tinha editado em Londres enquanto esteve exilado (Primeira Emigração Liberal). Foi publicado em Lisboa, entre 6 de abril de 1822 e 31 de maio de 1823. Pode consultar-se aqui: https://catalog.hathitrust.org/Record/009718851?filter%5B%5D=publishDateTrie%3A%5B%221800%22%20TO%20%221905%22%5D&fqor-language%5B%5D=Portuguese&fqor-format%5B%5D=Book&sort=yearup&ft=ft
<i>O Conciliador Lusitano ou o Amigo da Paz e União</i>	1822	Trata-se de um dos semanários afetos ao Governo liberal lançados, em 1822, com o fim de combaterem, ideologicamente, os jornais absolutistas e, também, as calúnias dirigidas aos governantes e as notícias falsas e alarmistas, como aquelas que davam conta de uma intervenção dos países da Santa Aliança na Península Ibérica para liquidarem os regimes liberais. Impresso em Lisboa, durou, somente, entre 10 de junho e 23 de dezembro de 1822. Pode consultar-se aqui: https://books.google.pt/books?id=tExgAAAAcAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-PT&source=gbg_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false
<i>O Censor Lusitano ou o Mostrador dos Poderes Políticos e Contraste dos Periódicos</i>	1822	Diário oficioso do Governo Liberal, que tinha nele e no <i>Diário do Governo</i> as suas principais vozes impressas, tornou-se, com este, um dos periódicos que mais circulavam no País, apesar de ser publicado em Lisboa. Lançado a 9 de setembro de 1822, durou até data incerta de abril de 1823. O facto de ser distribuído gratuitamente a deputados e altos funcionários e nas repartições públicas contribuiu para explicar o seu sucesso. Originou, entre os adversários, a necessidade de o combaterem com periódicos específicos, como <i>O Contra Censor pela Galeria</i> e, entre os aliados, novos periódicos que o apoiavam, como o <i>Reforço Patriótico ao Censor Lusitano</i> (Lisboa, 1822), <i>O Censor Provinciano</i> (Coimbra, 1822-1823), o <i>Borboleta Duriense</i> (continuação do <i>Borboleta Constitucional</i> , Porto, 1823) e o <i>Amigo do Povo</i> (1823, Coimbra, editado por Passos Manuel e seu irmão José da Silva Passos), entre outros. Primeiro número digitalizado aqui: https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=hvd.hnke68
<i>Reforço Patriótico ao Censor Lusitano</i>	1822	Jornal especificamente criado para reforçar o papel do <i>Censor Lusitano</i> , era impresso em Lisboa. Só terá tido dez números. Disponível aqui: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/bndigitalo242/bndigitalo242.pdf
<i>O Amigo do Povo: Periódico Redigido pelos Irmãos Passos</i>	1823	Jornal liberal fundado, dirigido e redigido pelos irmãos Passos — Passos Manuel e José da Silva Passos. Circulou somente de 3 a 24 de maio de 1823. Foi um dos jornais da Oposição liberal surgidos para combater <i>O Censor Lusitano</i> . Pode consultar-se aqui: https://digitalis-dsp.uc.pt/bg4/UCBG-R-5-13a/UCBG-R-5-13a_item1/index.html

Fonte: produção própria a partir de dados da Porbase, Tengarrinha (2013) e outros autores (cf. bibliografia).

A **tabela 10** demonstra quanto a imprensa do campo liberal do período 1820-1823 era diversificada. Havia várias correntes de opinião entre os redatores e editores de jornais políticos liberais.

Entre os jornais liberais de mais sucesso contam-se alguns antigovernamentais e radicais, como o *Astro da Lusitânia*, surgido a 30 de outubro de 1820, pela mão do intelectual Joaquim Maria Alves Sinval, e que terá sido, a dado momento, o mais difundido dos jornais vintistas. Com uma perspetiva combativa, o *Astro* procurava influenciar a governação e não temia assumir-se como “porta-voz” dos leitores e até do povo em geral, a ponto de o Governo ter sido impelido a não apenas usar o *Diário do Governo*⁵⁰, fundado a 16 de outubro de 1820, para se embrenhar na luta política, mas também a fundar periódicos pró-governamentais, como *O Censor Lusitano* (9 de setembro de 1822 a 11 de abril de 1823). No campo do liberalismo moderado, grave e circunspeto deverá assinalar-se *O Independente* (1821-1822), de José Joaquim Ferreira de Moura e Manuel Fernandes Tomás, um jornal que também teve grande sucesso entre os liberais moderados.

Para se entender melhor o periodismo vintista, caracterize-se o primeiro número de *O Independente*, de oito páginas *in-quarto*, um formato próximo do A5 (mais ou menos as dimensões de um livro). Abria com um artigo de antevisão de 1822, no qual se debatem os pressupostos do novo regime liberal e constitucional; narra a sessão das Cortes de 11 de dezembro de 1821 (espaço noticioso comum nos periódicos da época), ao longo de seis páginas, com objetividade, reportando-se, cronologicamente, às intervenções de cada deputado e aprovações; refere-se a notícias do estrangeiro, antecedidas pelo nome do país, cidade e data; e encerra com um texto apreciativo, marcado pela benevolência, sobre o novo regime constitucional português e o trabalho parlamentar.

O primeiro número de *O Independente* teve um suplemento de quatro páginas no qual, na primeira peça, combate um artigo do *Astro da Lusitânia* sobre a Santa Aliança, ao longo de três páginas; na segunda peça, faz uma apreciação sobre o papel da imprensa radical e insultuosa nas cisões sociais (uma indireta óbvia ao *Astro da Lusitânia*); na terceira peça incluem-se várias notícias do resto de Portugal, todas, curiosamente, reportando crimes, extraídas das cartas enviadas para o Governo central pelos responsáveis políticos e judiciais locais; e na quarta e última peça referem-se os movimentos de navios no porto de Lisboa.

O redator do diário *Argos Lusitano*, publicado entre 9 de janeiro de 1823 e 28 de novembro de 1826, caracterizava da seguinte maneira, no seu primeiro número, as fações políticas da época e a sua repercussão na atividade periodística:

50 A *Gazeta de Lisboa* vinculou-se ao *Diário do Governo* a 30 de dezembro de 1820, data em que, com a *Gazeta*, saiu também o *Diário do Governo*.

O anticonstitucional composto de servis e de aristocratas, sustentado pela *Gazeta Universal* e pela *Trombeta Lusitana*; e o ministerial, composto de grandes funcionários e seus dependentes, sustentado pelos *Diário do Governo*, *O Censor Lusitano*, *Régulateur* e *Conciliador*.

A implementação do demoliberalismo e a consequente expansão da imprensa em Portugal suscitaram reações. De algum modo, o país profundo, católico, conservador e rural, não se revia nele, mas sim no Antigo Regime e na ideia de um Rei sem árbitro (os liberais queriam um Rei sem arbítrio). A liberdade de imprensa foi, curiosamente, aproveitada pelos seus inimigos para denegrir o regime liberal. Logo a partir de setembro de 1820, pouco mais de um mês depois da Revolução Liberal, surgiram, em Portugal, vários periódicos contrarrevolucionários⁵¹ (**tabela 11**), ferozmente antiliberais e truculentos, como a *Gazeta Universal*, o *Brás [Braz] Corcunda*, *O Patriota* e o *Trombeta Lusitana*.

Tabela 11
Alguns periódicos contrarrevolucionários vintistas.

Título	Fundação	Características
<i>O Patriota</i>	1820	<i>O Patriota</i> (27 de setembro de 1820 a 17 de dezembro de 1821) foi um jornal contrarrevolucionário e antiliberal lançado e redigido por Cândido de Almeida Sandoval, que também lançou, entre 1 e 17 de março de 1821 (somente cinco números), o periódico contrarrevolucionário <i>O Verdadeiro Liberal: Periódico Político, Filosófico e Literário</i> . Foi substituído por <i>O Patriota Sandoval</i> , editado pelo mesmo Sandoval, mas somente de 4 a 25 de janeiro de 1822, até que foi suspenso. Sandoval voltou à carga com <i>O Novo Hércules</i> (28 de setembro a 4 de dezembro de 1822). Todos os seus periódicos foram editados em Lisboa.
<i>Gazeta Universal Política, Literária e Mercantil</i>	1821	A <i>Gazeta Universal</i> , principal periódico dos defensores do autoritarismo régio, surgida a 1 de maio de 1821 e terminada a 6 de março de 1823, teve por redatores principais Joaquim José Pedro Lopes, que fora redator da <i>Gazeta de Lisboa</i> no momento da Revolução Liberal, e o famoso e truculento padre José Agostinho de Macedo, campeão intelectual da luta pela reinstauração do Absolutismo ⁵² . O jornal veio a ser encerrado pelo ministro da Justiça, sinal de que também os liberais não conviviam muito bem com a crítica pró-absolutista ao demoliberalismo. Joaquim José Pedro Lopes foi preso e exilado na sequência do encerramento do jornal. Editou-se em Lisboa. Pode consultar-se aqui: http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=realgabobrasraras&pagfis=12728

51 Alguns dos quais, no início da sua publicação, para sondar o terreno, sem mostrar ao que verdadeiramente vinham, pareciam alinhar pelo diapasão liberal, casos da própria *Gazeta Universal*, do *Correio do Porto* e de *O Patriota*.

52 Outros nomes distintos da causa absolutista foram Acúrsio das Neves, autor das *Cartas de um Português aos Seus Conciudadãos*; José da Gama e Castro, o mais bem preparado intelectual absolutista coevo; o seu irmão Francisco de Assis de Castro e Mendonça, autor de *A Facécia Liberal* e o *Entusiasmo Constitucional* e da sucessão de periódicos antiliberais irónicos iniciados por *A Trombeta Lusitana*; e Almeida Sandoval, autor e editor dos periódicos *O Patriota Sandoval* e *O Novo Hércules*, entre outros.

<i>A Facécia Liberal e o Entusiasmo Constitucional: Diálogo entre um Solitário e um Entusiasta</i>	1822	Periódico antiliberal lisboeta, da autoria de Francisco de Assis de Castro e Mendonça, sarcástico e bem-humorado, marcado pelo dialogismo, conquistou uma audiência digna de registo entre as elites conservadoras contrarrevolucionárias. Foi publicado entre 15 de agosto de 1822 e data incerta de janeiro de 1823.
<i>Trombeta Lusitana</i>	1822	O exacerbado trisemanário <i>Trombeta Lusitana</i> foi um camuflado jornal antiliberal, que se apresentava, não obstante, como apenas insatisfeito com o rumo do Primeiro Liberalismo. Era vendido a 60 réis. Surgiu, possivelmente, a 14 de novembro de 1822 e encerrou, provavelmente por pressão das autoridades, a 1 de março de 1823, tendo ressurgido entre 10 e 19 de junho do mesmo ano. Cada número tinha quatro páginas (alguns surgiram com seis), não numeradas, impressas a duas colunas. Foram seus redatores, entre outros, Manuel Joaquim da Rosa e Silva, Manuel José Gomes de Abreu Vidal, Duarte Gorjão da Cunha Coimbra Botado e Francisco de Alpoim de Meneses. Também terá tido por colaborador, ou mesmo financiador, Januário da Costa Neves, proprietário da Imprensa Liberal. Pode consultar-se aqui: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/ATrombetaLusitana/ATrombetaLusitana.htm
<i>O Contra Censor pela Galeria: Semanário Político</i>	1822	Publicado entre 20 de setembro e 13 de dezembro de 1822, o <i>Contra Censor</i> foi um dos periódicos criados no campo absolutista para se digladiarem especificamente, conforme o título indica, com o diário oficioso do Governo liberal — o <i>Censor Lusitano</i> . Gerou como resposta no campo liberal o jornal <i>Reforço Patriótico ao Censor Lusitano</i> .
<i>O Noticiador Conciso</i>	1823	Jornal antiliberal nascido e morto em Coimbra, em 1823, tendo durado de 15 de maio a 3 de julho, já que não se justificaria a sua continuação depois da Vilafrancada.
<i>O Rabecão</i>	1823	<i>O Rabecão</i> (4 de janeiro a 8 de março de 1823), <i>A Segarrega</i> (15 de fevereiro a 12 de março de 1823), <i>A Gaita</i> (22 de fevereiro a 5 de março de 1823), <i>O Serpentão</i> (março de 1823) e <i>A Sanfona</i> (1823) foram truculentos, mas irónicos, periódicos antiliberais, redigidos e editados por Francisco de Assis de Castro e Mendonça, obrigado a exilar-se pelo Governo liberal após a repressão que se abateu sobre os jornais oposicionistas, em 1823. O redator imprimiu ao discurso um tom sarcástico. Isso nota-se logo nos títulos das publicações, que, nas suas palavras, com o <i>Trombeta Lusitana</i> , formavam “uma orquestra completa”.
<i>Argos Lusitano: Jornal Antiministerial</i>	1823 e 1826	Publicado entre 9 de janeiro e 4 de abril de 1823, como jornalpositor ao Governo liberal em funções. Retomou a publicação a 27 de outubro de 1826, já depois da Vilafrancada, com o título <i>Argos Lusitano</i> , mas sem um perfil ideológico definido. Neste segundo período de vida foram publicados, somente, sete números, até 28 de novembro do mesmo ano. Teve por redator principal João Damásio Roussado Gorjão. Houve um outro jornal <i>Argus Lusitano</i> , de título completo <i>Argus Lusitano ou Cartas Analíticas</i> , publicado em Londres, em 1809, por José Anselmo Correia Henriques, com linha editorial absolutista.

Fonte: produção própria a partir de dados da Porbase, Tengarrinha (2013) e outros autores (cf. bibliografia).

Paradoxalmente, ou talvez não, os periódicos contrarrevolucionários foram perseguidos pelas autoridades liberais, teoricamente defensoras da liberdade de imprensa, e, alguns deles, censurados ou mesmo suspensos, como o já referido *O Patriota Sandoval*⁵³ e mesmo o mais moderado *Gazeta Universal*, que cessou a publicação em março de 1823, no estertor da ordem

53 Chegou a ser publicado em Badajoz, onde o seu redator, perseguido pelo poder liberal, se refugiou.

constitucional. Outro folheto periódico (ou, pelo menos, semiperiódico ou seriado) contrarrevolucionário, intitulado *Navalha de Figaró ou a Palmatória do Padre Mestre Inácio Administrada aos Seus Discípulos*, possivelmente redigido por Almario Mendes Gaveta, do qual se conhecem três números, terá circulado no País e entre os emigrados liberais em Londres. Esse folheto não hesitou em propagar o boato de que os líderes liberais Fernandes Tomás e Borges Carneiro teriam recebido dinheiro de Inglaterra (exemplo concreto de *fake news*).

A partir do início de 1823, adivinhando-se a contrarrevolução, o regime liberal apertou o controlo sobre a imprensa e adotou medidas repressivas contra periódicos contrarrevolucionários e antiministeriais, recorrendo, inclusivamente, à censura e admoestações e inquirições dos seus editores pela polícia. Por isso, vários deles sucumbiram até abril desse ano (casos da *Gazeta Universal*, *Trombeta Lusitana*, *Astro da Lusitânia*, etc.).

O que se pode concluir deste fenómeno conhecido por imprensa vintista?

- a) Sinalizou as virtudes do exercício quotidiano da liberdade de imprensa e habituou as elites à disputa simbólica entre ideias e argumentos opostos nos assuntos da política e do governo.
- b) Assinalou, também, quanto o exercício desregulado da liberdade de imprensa podia resvalar para o insulto e para a crítica desbocada. Facultou, aliás, a confusão entre o debate público dos assuntos e a pura crítica política sem regras de civilidade e urbanidade, uma inclinação que, aliás, veio a ser perigosamente seguida em Portugal em tempos futuros.
- c) Demonstrou o poder que os jornais podiam ter na formação de correntes de opinião num clima de liberdade.
- d) Destacou o aproximar do fim de um tempo em que os periódicos podiam ser concebidos, redigidos e editados artesanalmente por um único indivíduo (ainda que com subcontratação dos imprescindíveis serviços tipográficos)⁵⁴.
- e) Alargou as fronteiras do Parlamento, ao dar conhecimento do que se passava nas Cortes, normalmente desde um ponto de vista crítico. Os periódicos foram-se tornando extensões dos grupos políticos, suas vozes públicas, tornando-se essenciais para que, num regime liberal e constitucional, os problemas do País fossem discutidos não somente entre os deputados, mas também pelos cidadãos.

54 Após a vitória liberal de 1834, os jornais sofisticaram-se, exigindo investimentos cada vez mais vultuosos, e organizaram-se não em torno de indivíduos isolados mas sim dos embriões daqueles que seriam os partidos políticos da Monarquia Liberal e Constitucional.

- f) Reforçou a tendência para a estruturação do espaço público em torno dos periódicos, com o que isso tem de positivo (publicidade e ampliação da discussão dos assuntos, que se tornam, verdadeiramente, *assuntos públicos*) e negativo (exclusão daqueles que pelos mais variados motivos não tinham acesso aos periódicos, nem como leitores, nem como colaboradores, e fomento do exacerbamento da crítica política).
- g) Incentivou a circulação de ideias, muitas vezes opostas. Realce, neste aspeto, para a manutenção do hábito, que vinha de trás, de republicar, transcrever e traduzir matérias da mais variada índole de jornais e revistas portuguesas e estrangeiras, muitas vezes sem qualquer indicação da origem (puro plágio num tempo em que essa ação não seria malvista).
- h) Robusteceu o *hábito* do jornal e *criou público*. As elites já não dispensavam jornais e revistas para acompanharem a atualidade e se sintonizarem com os argumentos *prêt-à-porter* que aí podiam ser colhidos para serem esgrimidos na luta política.
- i) Mostrou que a *comunidade de leitores* que se ia formando em torno de cada periódico também o podia influenciar indiretamente (os editores tinham de passar a ter em conta os interesses e inclinações de quem assinava ou comprava os seus periódicos) ou diretamente (por meio de contribuições voluntárias propostas aos editores, como sejam cartas aos leitores, artigos e textos literários de prosa e poesia). Por esta via, os periódicos dilataram a participação cívica na esfera pública.
- j) Garantiu uma forma de sustento e uma ocupação permanente — de “jornalista” — a alguns dos que se arrojavam a lançar um periódico.

Uma nota somente para lembrar que a imprensa opinativa política vintista, ainda que hegemónica, não perfez todo o universo da grande imprensa portuguesa do período. Deve destacar-se que entre 1820 e 1823 foram publicados vários periódicos informativos, tais como: o noticioso *Diário Portuense* (1823); o bissemanário *Periódico Mercantil da Cidade do Porto* (1822-1828), especializado em comércio e economia; e o mensário *Anais da Sociedade Promotora da Indústria Nacional* (1822-1854), do grémio com o mesmo nome, com conteúdos dedicados à indústria e comércio, mas também às ciências, tecnologias e agricultura.

3.6 A imprensa no primeiro retorno ao Absolutismo (1823-1826)

Em 1823, Portugal entrou num período de instabilidade política e militar, desencadeada pela reação absolutista ao demoliberalismo, pelas divisões no campo liberal, pela diminuição da base social e política de apoio ao regime constitucional, do qual as pessoas comuns pouco

ou nada beneficiavam, e mesmo por causa das ameaças de intervenção em Portugal dos países da Santa Aliança⁵⁵.

Um dos sintomas da divisão entre os liberais residiu no aparecimento de periódicos de facções e individualidades antagónicas. O *Astro da Lusitânia*, por exemplo, evoluiu para uma crítica ultraliberal às autoridades, motivo que levou à sua suspensão antes do golpe da Vilafrancada. Tornou-se, também, inconstante a velocidade a que apareciam novos periódicos.

A insurreição miguelista da Vilafrancada, a 3 de julho de 1823, detonou a queda do regime constitucional. A reinstituição do Absolutismo Régio levou à promulgação, a 6 de março de 1824, de uma nova lei, que revogou a legislação liberal e restabeleceu a censura e o regime de licenças para a fundação de jornais. Assim, entre julho de 1823 e abril de 1826 apenas se publicaram em Portugal continental, além do diário oficial, a *Gazeta de Lisboa*⁵⁶, periódicos absolutistas (como *O Punhal dos Corcundas* e *O Mastigoforo*), periódicos predominantemente noticiosos ideologicamente ambíguos (caso do *Argos Lusitano*) e periódicos de outra índole, como o feminino *Periódico das Damas*, de 1823-1824 (**tabela 12**).

Tabela 12

Exemplos de periódicos que circularam em Portugal entre 1823 e 1826.

Título	Fundação	Características
<i>O Punhal dos Corcundas</i>	1823	Publicado entre 1823 e 1824 pelo monge cisterciense frei Fortunato de São Boaventura, teve um cariz pró-absolutista e antiliberal. Pode consultar-se aqui: https://archive.org/stream/opunhaldoscorcunoosobo?ref=ol
<i>O Mastigoforo / Pelo Autor do Maço Férreo Anti-Maçónico (o título vai variando)</i>	1824	Novo periódico antiliberal e anti-maçónico redigido e editado pelo monge cisterciense frei Fortunato de São Boaventura, entre data incerta de 1824 e julho de 1829. Apesar de ser antiliberal e anti-maçónico, curiosamente vários dos seus números foram assiduamente criticados em vários opúsculos pelo padre José Agostinho de Macedo. Primeiros números acessíveis aqui: https://archive.org/details/introducaaomastioosobo/page/n29/mode/2up

Fonte: produção própria a partir de dados da Porbase, Tengarrinha (2013) e outros autores (cf. bibliografia).

No estrangeiro, porém, alguns liberais publicaram, durante o regresso ao absolutismo do período 1823-1826, periódicos livres que iam circulando clandestinamente em Portugal, como *O Popular: Jornal Político, Literário e Comercial* (1824-1826), *O Correio Intercetado* (1825-1826),

55 Rússia, Prússia, Áustria-Hungria e, mais tarde, a França. Tropas francesas intervieram em Espanha, mandatadas pela Santa Aliança, para reconduzirem o Rei absolutista Fernando VII, aprisionado pelos liberais em Cádiz, ao poder, a 31 de agosto de 1823.

56 O *Diário do Governo* voltou a adotar o título *Gazeta de Lisboa* entre 5 de junho de 1823 e 23 de julho de 1833. Neste período, a *Gazeta* foi redigida por Joaquim José Pedro Lopes. Mais tarde foi redigida por José Luís Pinto Queiroz, José Liberato Freire de Carvalho, José Basílio Rademaker e António Vicente Dellaneve.

O Cruzeiro ou a Estrela Constitucional dos Portugueses (1826-1827) e *O Padre Amaro ou Sovela Política, Histórica e Literária* (1820-1826). Essa imprensa era significativamente mais interessante e apelativa do que aquela que era publicada no País e era, igualmente, aguerrida na defesa retórica das convicções dos seus promotores, editores e redatores.

Desta fase, há a considerar, principalmente, o medo das autoridades e dos partidários do Absolutismo à imprensa livre.

3.7 A imprensa na primeira vigência da *Carta Constitucional* (1826-1828)

Entretanto, a 10 de março de 1826, D. João VI morreu, possivelmente envenenado. Por algum tempo pareceu que uma Monarquia Constitucional voltaria a ser reinstituída em Portugal.

Efetivamente, na sequência da morte do monarca, D. Pedro I, Imperador do Brasil, filho primogénito de D. João VI, herdou o trono e foi aclamado Rei de Portugal, a 26 de abril de 1826. Ainda no Brasil, D. Pedro outorgou a Portugal uma nova Constituição, a *Carta Constitucional*, a 29 de abril de 1826, num gesto mal recebido pela esquerda liberal, cujos líderes desejavam que a Constituição resultasse de um Parlamento constituinte e não que fosse imposta pelo Rei. No dia 2 de maio de 1826, após a outorga da *Carta Constitucional*, D. Pedro abdicou do trono português em favor da sua filha, a Rainha D. Maria II.

O campo liberal dividiu-se, assim, entre os que defendiam a *Constituição* de 1822 (“progressistas”, especialmente membros da baixa e média burguesia, que estiveram, mais tarde, na génese do movimento setembrista); e os que defendiam a *Carta Constitucional* (conservadores, mais tarde conhecidos como “cartistas”, essencialmente membros da alta burguesia e da alta nobreza). A cisão entre os liberais conduziu, após 1834, à instabilidade política e militar que agitou o País até à Regeneração de 1851.

A *Carta Constitucional* devolvia ao monarca vários poderes e privilégios que lhe tinham sido retirados pela *Constituição* de 1822, por meio da instituição, na Lei Fundamental, de um poder moderador, atribuído ao Rei. O Soberano podia, nos termos da *Carta Constitucional*, intervir sobre os restantes poderes. No que respeita ao jornalismo, a *Carta* assegurava, formalmente, a liberdade de imprensa. A 21 de agosto de 1826, chegou a ser promulgada uma portaria com instruções a serem seguidas na nova legislação reguladora da liberdade de imprensa, em preparação. No entanto, o incremento da contestação absolutista à *Carta Constitucional* gerou, por parte das autoridades, uma intensificação da censura, para salvaguardar a ordem constitucional e o regime liberal.

A partir de meados de 1827, o rumo político alterou-se. Os liberais foram perdendo a sua posição de força até que, em 1828, D. Miguel foi proclamado Rei absoluto de Portugal. Assim, após 1827, os censores intensificaram a sua ação, mas desta vez fazendo a defesa do Absolutismo. Sofreram a interferência da censura os mais importantes periódicos do campo

liberal, tais como: *O Português*, de Midosi, no qual colaborava Almeida Garrett; *O Cronista*, do próprio Garrett; e *A Borboleta Constitucional* (ou *Duriense*), de João Nogueira Gandra, do Porto, entre outros. As autoridades também se apressaram a substituir o então redator da *Gazeta de Lisboa*, o liberal José Liberato Freire de Carvalho, pelo absolutista José Basílio Rademaker.

Na vigência da *Carta Constitucional* criaram-se, não obstante, condições para o aparecimento de novos periódicos (**tabela 13**), até 1828, sendo de realçar os importantes e inovadores diários *O Português* (cartista independente e moderado), de 1826, e o *Periódico dos Pobres* (noticioso e independente, alinhou, depois, pelo cartismo moderado).

Apesar de precocemente liquidado pelas autoridades, *O Português* foi, dentro das circunstâncias, o primeiro projeto de jornalismo político-noticioso moderno e sólido que surgiu em Portugal, por iniciativa do escritor, publicista e jornalista Almeida Garrett e outros empreendedores liberais do seu tempo; o *Periódico dos Pobres*, igualmente de 1826, foi o primeiro jornal português de baixo custo e, portanto, “popular”.

É pois de assinalar no período 1826-1828 o sucesso de periódicos político-noticiosos, como *O Português* e o *Periódico dos Pobres*, nos quais as notícias eram dadas mas, também, comentadas. A sociedade portuguesa, crescentemente complexa e sofisticada, já não podia viver sem notícias... e sem opiniões...

Tabela 13Exemplos de periódicos fundados no período 1826-1828, durante a primeira vigência da *Carta Constitucional*.

Título	Fundação	Características
<i>O Português: Diário Político, Literário e Comercial</i>	1826	Influente matutino político e noticioso, de tendência cartista moderada, mas independente, foi redigido e editado por Almeida Garrett, mentor do projeto e um dos inovadores do jornalismo português em Oitocentos, e por João António dos Santos, com colaborações de Paulo Midosi e Luís Francisco Midosi, entre outros. Projeto jornalístico consistente, contou, desde o início, com correspondentes nas principais cidades portuguesas, em Londres e em Paris. Publicado entre segunda-feira e sábado, <i>O Português</i> saía, pontualmente, às 9 horas, feito único entre os jornais da época. Mas a partir de abril de 1827 começou a ter problemas com a Comissão Geral de Censura, tendo-se queixado às autoridades de que a retirada do censor privativo, que tinha, impedia a sua publicação diária, já que os censores não reuniam com a assiduidade e no tempo exigido. <i>O Português</i> circulou entre 30 de outubro de 1826 e 17 de setembro de 1827, data em que foi suspenso e o mentor do projeto, Almeida Garrett, foi preso, tal como outros colaboradores, acusados de se encontrarem entre os promotores das manifestações a favor da ordem liberal que ficaram para a história com a designação de Archotadas (julho de 1827). <i>O Português</i> apresentava-se com quatro páginas, paginadas a três colunas — foi o primeiro jornal português a adotar este modelo gráfico. Quando se justificava, publicou edições de seis páginas e suplementos. Logo no número 3, as suas páginas cresceram em dimensão. Foi mesmo o primeiro periódico português a deixar de ser publicado sob o formato <i>in-quarto</i>, próximo do atual A5. Conforme anunciou, podia, assim, publicar “amplíssimos extratos das Cortes Gerais nas duas câmaras” — narrações objetivas e cronológicas das sessões. <i>O Português</i> foi, também, o primeiro jornal português a adotar uma estrutura empresarial, sob a forma de sociedade por ações, pontificando, entre os acionistas, Almeida Garrett, Paulo Midosi, Luís Francisco Midosi, Carlos Morato Roma, Joaquim Larcher e António Maria Couceiro. A empresa, com tipografia própria, empregava cerca de cem trabalhadores. A tiragem ascendia a dois mil exemplares, dos quais 1500 eram vendidos por assinatura (chegaria, portanto, a cerca de dez mil leitores, se cada exemplar fosse lido, em média, por quatro ou cinco pessoas). O preço por exemplar avulso era de 60 réis. Com essas bases, <i>O Português</i> tinha condições para poder vingar. Efetivamente, teve sucesso e foi influente na vida política nacional. Porém, sofreu bastante com a censura devido à sua tendência ideológica, camuflada pelo privilégio dado às notícias, muitas delas comentadas, e foi suspenso, como se disse, a 17 de setembro de 1827, não sem antes ter denunciado a perseguição por parte das autoridades. Enquanto periódico cartista e liberal, mas independente e crítico, <i>O Português</i> manteve polémicas acesas com o absolutista José Agostinho de Macedo e com a <i>Gazeta de Lisboa</i>, que defendia o Governo cartista das indagações e críticas dos jornalistas. Foi no <i>Português</i> que surgiu, nos jornais portugueses, pela mão de Garrett, o género do <i>folhetim</i>, que deixaria a sua marca na imprensa de Oitocentos e muito contribuiu para a sua popularização. Ainda que esse primeiro folhetim português não tivesse sido um conto ou novela por capítulos, conforme depois se tornou moda, mas antes uma crónica crítica sobre uma ópera (28 de abril de 1827), já reunia algumas das características do género. Pode consultar-se aqui: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/OPortuguez/OPortuguez.htm

<i>Periódico dos Pobres</i>	1826	O <i>Periódico dos Pobres</i> foi um dos primeiros jornais populares de baixo preço (quando comparado com os preços habituais) publicados em Portugal. Com quatro páginas, atingiu, rapidamente, uma tiragem de três mil exemplares, feito notável para a época, que progrediu até aos seis mil exemplares, dos quais cinco mil vendidos por assinatura (poderá, assim, ter conquistado cerca de 25 mil leitores diretos, considerando que cada exemplar poderia ser lido por quatro a cinco pessoas). Tornou-se diário a partir do número 11. O “baixo preço” de dez réis (tendo em conta que os jornais políticos tradicionais podiam custar três a seis vezes mais) tornava-o “popular” no custo, ainda que não tanto na linguagem. Lançado a 30 de setembro de 1826, teve uma vida relativamente longa para o que era timbre na época, já que o seu último número data de 31 de março de 1848. Ideologicamente inócuo e muito noticioso para escapar à censura absolutista, teve, ainda assim, vários problemas com as autoridades, quer logo em 1826, em que foi suspenso, quer durante o Miguelismo, de 1828 a 1834, anos durante o qual viu a sua publicação igualmente suspensa em alguns momentos. Após o triunfo liberal na Guerra Civil, assumiu um perfil editorial cartista (direita liberal), ainda que moderado, dando sequência, aliás, à matriz ideológica com que tinha nascido, em 1826. Foi redigido e editado por António José Cândido da Cruz, que merece ser considerado um dos inovadores do jornalismo português em Oitocentos. Nos primeiros tempos, associou-se ao projeto o dono da tipografia em que foi impresso, João Nunes Esteves, que se desligou do empreendimento para fundar o <i>Periódico para os Pobres</i> .
<i>Paquete Estrangeiro</i>	1826	Trissemanário noticioso, publicado, no Porto, por António Pedro Gonçalves, entre 3 de julho e 20 de dezembro de 1826. Continha, predominantemente, notícias do estrangeiro.
<i>O Velho Liberal</i>	1826	Bissemanário dissimuladamente absolutista e anticonstitucionalista, apesar de se afirmar defensor da <i>Carta Constitucional</i> . Foi publicado em Lisboa, por Vicente José Ferreira Cardoso da Costa, entre data incerta de agosto de 1826 a 17 de outubro do mesmo ano.
<i>O Velho Liberal do Douro</i>	1826	Bissemanário liberal publicado no Porto e, depois, em Lisboa, entre 1826 e 1828 e entre 1832 e 1834, com interrupções, pelo padre Inácio José de Macedo, um homem fiel à Monarquia Liberal que havia sido editor e redator do periódico brasileiro <i>A Idade d'Ouro do Brasil</i> , o primeiro jornal baiano. A interrupção da publicação, em 1828, decorreu da tomada de poder por D. Miguel e do consequente aprisionamento do padre Inácio José de Macedo. O jornal voltou a publicar-se em 1832 graças à entrada do exército liberal no Porto. Terminou com a morte do editor, em 1834. Foi muito influente entre os liberais moderados e cartistas. Pode ser consultado aqui: (https://books.google.pt/books?id=a1rgYgEACAAJ&pg=PA1&hl=pt-PT&source=gbs_selected_pages&cad=2#v=onepage&q&f=false)
<i>Imparcial</i>	1826	Bissemanário liberal portuense. Surgiu a 28 de julho de 1826 e cessou publicação a 1 de julho de 1828. Foi seu editor Joaquim José da Silva Maia.
<i>Noticiador Conimbricense</i>	1827	Periódico de perfil noticioso, mas liberal, publicado em Coimbra entre 2 de janeiro e 6 de maio de 1827. Foi continuado por <i>O Noticiador</i> , entre 22 de maio e 25 de junho de 1828, até à entrada dos miguelistas na cidade, a 26 de junho do mesmo ano.
<i>O Periódico para os Pobres: Diário Literário, Político e Comercial</i>	1827	O <i>Periódico para os Pobres</i> seguiu o mesmo modelo do <i>Periódico dos Pobres</i> e até no título procurou mimetizar o seu antecessor e concorrente. Publicou-se entre 7 de julho de 1827 e 30 de junho de 1828 pela mão de João Nunes Esteves, dono da tipografia onde se tinha impresso o <i>Periódico dos Pobres</i> e que tinha sido coproprietário deste último. Andando ao sabor das modas, o <i>Periódico para os Pobres</i> apresentou-se como cartista, mas depois derivou, ideologicamente, para a defesa do Absolutismo.
<i>O Cronista</i>	1827	Semanário liberal editado por Almeida Garrett entre 4 de março e 26 de agosto de 1827. Enfrentando, assiduamente, a censura, acabou por soçobrar.

<i>A Trombeta Final: Folha Religiosa, Política e Literária</i>	1827	Periódico absolutista e miguelista, redigido pelo padre Faustino José da Madre de Deus. Foi publicado entre 4 de setembro de 1827 e 18 de maio de 1832, tendo sido um dos periódicos autorizados a circular em Portugal durante o Miguelismo. Foi muito influente entre os miguelistas.
<i>O Defensor da Liberdade</i>	1827	Periódico liberal, de título expressivo, foi publicado no Funchal após a Vilafrancada, entre 2 de junho de 1827 e 26 de março de 1828, altura em que deixou de ter condições para prosseguir. Foi seu editor e redator o professor Alexandre Luís da Cunha.

Fonte: produção própria a partir de dados da Porbase, Tengarrinha (2013) e outros autores (cf. bibliografia).

O surgimento de *O Periódico dos Pobres*, em 1826 (diário a partir do número 11), ilustra, ainda antes da industrialização do jornalismo português, a primeira tentativa de produção de um jornal barato, acessível à generalidade da população leitora em Portugal, num tempo em que somente cerca de 10% da população do país era alfabetizada. Embora “popular” no preço — dez réis — não o era tanto no conteúdo, já que, embora cultivasse uma linguagem menos elaborada do que os seus congêneres, se assumia como um jornal político-noticioso, alinhando, ainda que com alguma independência, pelo cartismo moderado (o cartismo pode ser identificado com a ala direita do campo liberal). Vendido a dez réis, o que o colocava ao alcance de um maior número de bolsas (os jornais políticos das elites praticavam preços que algumas vezes atingiam 60 réis ou mais por exemplar avulso), *O Periódico dos Pobres* foi publicado até 1846 e chegou a ter pelo menos cinco mil assinantes (Tengarrinha, 1989, p. 141). Inicialmente semanal, teve tanto sucesso que foi convertido em diário a partir do número 11.

O Periódico dos Pobres já apontava, pois, para um modelo de negócio baseado num baixo preço de comercialização, conforme viria a ser típico dos jornais industriais. Num certo sentido, inaugurou o “jornalismo popular” em Portugal. O seu aparecimento mostra que algumas das ideias que estavam, na mesma época, a permitir a lenta transformação “industrial” da imprensa norte-americana e europeia também ecoavam em Portugal. O seu texto de apresentação ao público explicitava:

Começamos pois a publicar esta folha em que o título, o preço, o estilo, tudo é pobre, e como trabalhamos para os pobres, injustiça seria querer lucrar com eles. A nossa intenção, vendendo esta folha a 10 réis, é que ela possa chegar a todos e não qualquer ideia de prejudicar alguém, o que seguramente protestamos. O nosso estilo é rasteiro, mas estará por isso ao alcance das pessoas para quem escrevemos.

Portanto, em boa verdade, uma das inovações mais interessantes para o desenvolvimento futuro do jornalismo português não veio do jornalismo estritamente político e erudito, mas sim do jornalismo político-noticioso “popular” — entendido, no entanto, mais como um jornalismo “de baixo preço” do que como jornalismo com linguagem e temas de interesse para a generalidade da população. O modelo foi copiado por novos jornais de quatro páginas,

como o malsucedido bissemanário liberal lisboeta *O Cidadão Constitucional Desvalido* (10 a 17 de outubro de 1826) e o diário liberal *O Pobre Generoso*, sucessor do jornal *Sentinela Constitucional*, publicado em Lisboa entre 10 de outubro e 16 de novembro de 1826 (alguns números de oito páginas custavam 20 réis).

No panorama dos periódicos foi igualmente interessante, desde o ponto de vista do modelo de negócio, o surgimento, no Porto, do bissemanário *Periódico dos Anúncios*, a 19 de outubro de 1827⁵⁷. Tratava-se de uma folha que recebia anúncios a baixo preço (e não a 40 réis a linha, como acontecia com os jornais) e de forma “automática”, isto é, sem necessitar de se interceder junto do editor. Apesar de não ser inovador e de não ter tido sucesso, pois só foram publicados 15 números, apontava para a venda de espaço para anúncios publicitários como instrumento de financiamento dos jornais.

Desta fase da história do jornalismo português há, portanto, a considerar, sobretudo:

- a) A hegemonia de uma imprensa política arcaica, retoricamente tonitruante, de cariz opinativo, caracterizada pelo facto de editores e redatores defenderem as suas próprias posições políticas mais do que a posição de um partido, mesmo se inorgânico;
- b) O incremento da censura, após 1827, pelo Governo liberal, ao arrepio do valor da liberdade de imprensa acolhido pela *Carta Constitucional* (D. Miguel encerrou as Cortes a 14 de março de 1828);
- c) A diversidade de perfis editoriais, no qual se incluíam, além do jornal oficial, a *Gazeta de Lisboa*, diversos jornais de cariz predominantemente noticioso e mesmo populares de baixo preço, como *O Periódico dos Pobres*;
- d) A primeira experiência de um jornal político-noticioso moderno em Portugal — o *Português*;
- e) A compreensão de que o anúncio publicitário poderia ser a base para o negócio jornalístico, dado o papel que tiveram periódicos só de anúncios, como o *Periódico dos Anúncios*;
- f) Uma certa propensão para o jornalismo diário, já que, tal como escreveu Garrett, fazendo o papel de advogado do diabo, “agradam mais os escritos diários, os quais pela rapidez com que dão as novas satisfazem melhor a curiosidade do momento e ansiedade das crises” (*O Cronista*, número prospeito, 24 de fevereiro de 1827), mas sem que os semanários, nomeadamente as revistas culturais e devotadas à promoção de conhecimentos, perdessem importância.

⁵⁷ Distinguia-se por não por ter notícias, mas sim anúncios a baixo preço por linha. Publicado no Porto, entre 19 de outubro e 10 de dezembro de 1827, durou, somente, 15 números, mas mostrou que a publicação de anúncios publicitários era uma forma de obter receitas para os jornais e realizar lucro.

3.8 A imprensa durante o Miguelismo (1828-1834)

A partir de 1827, com a conivência de D. Miguel, deram-se novas sublevações absolutistas. Nesse mesmo ano, D. Pedro nomeou D. Miguel regente de Portugal. A 2 de fevereiro de 1828, D. Miguel regressou a Portugal, aceitando, previamente, casar-se com D. Maria II e governar de acordo com as leis liberais, tendo mesmo chegado a jurar a *Carta Constitucional*. Mas logo nesse dia, ao desembarcar, foi vitoriado por populares como Rei absoluto. A 26 de fevereiro assume a regência do Reino, em nome de D. Maria II. A 14 de março, encerra as Cortes liberais. Assumindo as rédeas do poder. A 5 de maio convocou novas Cortes Gerais, segundo as normas tradicionais. As Cortes aclamaram-no Rei absoluto, a 23 de junho. A sua ascensão ao trono, fosse ela legítima ou ilegítima, iniciou um novo período de instabilidade e de revoltas, que culminou numa guerra civil. O povo, no entanto, ter-se-á revisto na figura desse Rei autoritário que prometia trazer ordem a um País dilacerado politicamente e que ainda sofria os efeitos da crise detonada pelas invasões francesas e pela instabilidade liberal.

A proclamação de D. Miguel como Rei absoluto e antiliberal, em 1828, e a perseguição que ele encetou aos liberais asfixiaram, novamente, a imprensa nas malhas da censura (a cargo da Mesa do Desembargo do Paço), das licenças prévias e da repressão, nos mesmos termos da Carta de Lei de 6 de março de 1824. Vários cidadãos-jornalistas foram presos (como Almeida Garrett, editor de *O Português*). Outros tiveram de exilar-se. Pelo menos um jornalista e político liberal foi condenado à morte: José Sousa Bandeira, editor de *O Azemel Vimaranesense*, de Guimarães (acabou por não morrer na forca devido à entrada providencial do exército liberal em Lisboa).

Os escassos jornais que se publicaram legalmente em Portugal Continental no período miguelista, além da oficial *Gazeta de Lisboa*⁵⁸, ou eram inócuos para o Absolutismo (caso, por exemplo, da *Folha Comercial do Porto*, publicada entre 1828 e 1836) ou enalteciam a figura de D. Miguel (**tabela 14**). Distinguiram-se, nessa tarefa, entre outros, o padre José Agostinho de Macedo, editor de *A Besta Esfolada* e *O Desengano*; o padre Alvito Buêla Pereira de Miranda, editor de *Defesa de Portugal*; Francisco Recreio, redator e editor de *O Cacete*; e ainda outro religioso, frei Fortunato de São Boaventura, editor de *A Contra Mina* e de *O Mastigoforo*, que tinha surgido já em 1824 e durou até 1829.

58 Em 1820, a *Gazeta de Lisboa* era redigida por Joaquim José Pedro Lopes. Joaquim José Pedro Lopes manteve o cargo de redator da *Gazeta* até 1831, com várias interrupções, até porque interveio na fundação e redação de outros periódicos, como seja, entre 1821 e 1823, com José Agostinho de Macedo, a redação e edição do jornal contrarrevolucionário *Gazeta Universal*. Entre 31 de dezembro de 1820 e 5 de junho de 1823, a *Gazeta de Lisboa* foi substituída, enquanto diário oficial, saindo com os títulos *Diário do Governo* (fundado a 16 de outubro de 1820, perdurou até 10 de fevereiro de 1821 e de 5 de julho de 1821 a 4 de maio de 1823) e *Diário da Regência* (12 de Fevereiro de 1821 a 4 de julho de 1821). Joaquim José Pedro Lopes foi, também, o redator do *Diário do Governo*, entre 16 de outubro de 1820 e março de 1821. O *Diário do Governo* voltou a adotar o título *Gazeta de Lisboa* entre 5 de junho de 1823 e 23 de julho de 1833, tendo sido redigida, neste período, por Joaquim José Pedro Lopes. Intervieram, igualmente, na sua redação, em determinados períodos, José Luís Pinto Queiroz, José Liberato Freire de Carvalho, José Basílio Rademaker e António Vicente Dellaneve.

Tabela 14

Exemplos de periódicos que circularam em Portugal Continental durante o Miguelismo.

Título	Fundação	Características
<i>Folha Comercial do Porto</i>	1828	Periódico portuense especializado em informação comercial, económica e financeira. Inócuo, por isso, para o poder miguelista. Durou de 1 de julho de 1828 até 12 de agosto de 1836, com interrupções. Bernardo José Duarte foi seu editor e redator até 1831, ano em que morreu. Foi sucedido por José Maria Alves, que lhe alterou o título para <i>Folha Comercial</i> (janeiro de 1832). Cada número avulso custava 160 réis, mas, apesar do preço, teve considerável aceitação entre a burguesia comercial e industrial — sinal de que a informação comercial, financeira e económica era apreciada principalmente por aqueles que dela necessitavam e estavam dispostos a pagar por ela. Tal como era habitual nas publicações especializadas da área, inseria, sobretudo, notícias das taxas de câmbio, preços dos produtos, movimento de navios, estatísticas e números absolutos da produção agrícola e industrial, etc.
<i>Folha Mercantil da Cidade do Porto</i>	1828	Concorrente da <i>Folha Comercial do Porto</i> , publicava o mesmo tipo de informações especializadas. Conotada com o Absolutismo, viu a sua tipografia assaltada e destruída aquando da revolta liberal do Porto, em maio de 1828, não tendo, por isso, sido publicado entre 24 de maio e 4 de outubro deste ano. Publicou-se até 1832.
<i>A Estrela Lusitana</i>	1828	Trissemanário miguelista publicado, em Lisboa, entre 5 de janeiro e 21 de agosto de 1828.
<i>O Realista Portuense</i>	1828	Trissemanário miguelista publicado no Porto entre 2 de setembro e 29 de novembro de 1828. Poderá ter sido redigido pelo padre Alvito Buela Pereira de Miranda.
<i>Correio de Lisboa: Jornal Histórico, Político e Mercantil</i>	1828	Jornal político pró-absolutista que, no entanto, também publicava notícias sobre economia, comércio e finanças e mesmo artigos de promoção do conhecimento histórico, apresentando, portanto, um temário mais variado do que os seus congéneres. Publicou-se em Lisboa, entre 7 de maio e 19 de julho de 1828, ao longo de somente 30 números.
<i>A Besta Esfolada</i>	1828	Publicação opinativa absolutista, redigida e editada pelo padre José Agostinho de Macedo. Assume um tom de crítica desbocada para com os liberais e perfila-se sem reservas como uma das vozes do Absolutismo miguelista. Durou até 1831.
<i>O Desengano: Periódico Político e Moral</i>	1830	Trata-se de mais um da longa série de periódicos redigidos e editados pelo campeão periodístico do Absolutismo Régio — o padre José Agostinho de Macedo. Ferozmente desbocado e exaltado, mas analítico, irónico e até comicamente surpreendente, observador arguto da realidade, Macedo, o mais prolixo dos “escritores públicos” portugueses do seu tempo, usou os seus melhores dotes oratórios para produzir periódicos que contribuíssem para a causa absolutista, inflamando os apoiantes de D. Miguel, dos quais <i>O Desengano</i> foi o último, datando o 27.º e último número, de setembro de 1831, de data posterior a 9, dia em que concluiu o número 26, e anterior a 19, dia em que adoeceu para não mais recuperar (Macedo morreu a 2 de outubro de 1831). O seu primeiro número é de setembro de 1830.
<i>A Contra Mina: Periódico Moral e Político</i>	1830	Periódico antiliberal redigido e editado pelo monge cisterciense frei Fortunado de São Boaventura, entre 2 de dezembro de 1830 e 29 de abril de 1832. Pode consultar-se aqui: https://books.google.pt/books?id=jBJgAAAACAAJ&printsec=frontcover&dq=A+contra+mina.+Peri%C3%B3dico+moral,+e+politico&hl=pt-PT&sa=X&ved=2ahUKEwjzrZOM9vzqAhVtCWMBHW DVAsQ6AEwAHoECAMQAg#v=onepage&q=A%20contra%20omina.%20Peri%C3%B3dico%20moral%20e%20politico&f=false

<i>O Cacete: Periódico Antirrevolucionário</i>	1831	Publicação seriada antiliberal e apologética de D. Miguel, sem periodicidade definida, redigida e editada pelo padre Francisco Recreio, num estilo bastante semelhante ao do campeão pró-absolutista padre José Agostinho de Macedo. Nos primeiros números, o autor não se identifica. Durou onze números e deixou de ser publicado em 1832.
<i>Defesa de Portugal: Semanário Político e Moral</i>	1831	Jornal antiliberal redigido e editado pelo padre Alvito Buela Pereira de Miranda. Teve cem edições, entre 16 de julho de 1831 e 7 de março de 1833. Copiou o subtítulo do periódico <i>O Desengano</i> . Alguns números acessíveis no Google Books: https://books.google.pt/books/about/Defeza_de_Portugal.html?id=zSMrAQAAMAAJ&redir_esc=y
<i>Aí Vem o Papão</i>	1831	Editado e redigido por José Luís Pinto de Queirós, este jornal miguelista foi publicado em Lisboa, entre 13 de dezembro de 1831 e 16 de abril de 1832. Por vezes era sarcástico — opção que se revela no próprio título, já que o “papão” era, obviamente, D. Pedro.
<i>Museu Literário, Útil e Divertido</i>	1833	Quinzenário cultural editado pelo jurista António Mascarenhas de Mesquita Pimentel de Carvalho e Melo, com a colaboração do conhecido miguelista Joaquim José Pedro Lopes, redator da <i>Gazeta de Lisboa</i> e de periódicos da sua iniciativa, como o importante <i>Gazeta Universal</i> (1821). Foi publicado entre janeiro e julho de 1833. Ocasionalmente, publicava, também, peças de natureza política. Pode consultar-se aqui: https://catalog.hathitrust.org/Record/007436201?type%5B%5D=all&lookfor%5B%5D=portuguese&ft=ft

Fonte: produção própria a partir de dados da Porbase, Tengarrinha (2013) e outros autores (cf. bibliografia).

Destaque para o facto de durante a revolta liberal ocorrida no Porto entre maio e julho de 1828, a Junta Provisória do Porto ter publicado periódicos oficiais: o *Diário do Porto*⁵⁹ (18 a 26 de maio de 1828) e o seu sucessor, a *Gazeta Oficial*, entre 27 de maio e 2 de julho do mesmo ano. O poder, fosse ele qual fosse, já não podia passar sem periódicos que funcionassem como correia de transmissão de informações e posições políticas. Desempenhavam, igualmente, uma função perlocutória, enquanto depositários dos atos oficiais.

As perseguições políticas desencadeadas em Portugal pelos absolutistas originaram, por outro lado, uma segunda emigração de liberais, em número bastante superior aos da primeira vaga emigratória. Alguns desses novos exilados liberais que rumaram a Espanha, França e Inglaterra, reproduzindo a situação verificada anos antes, editaram jornais políticos (alguns deles também satíricos) e político-noticiosos (tabela 13), que enviavam, clandestinamente, para Portugal. A estes podem ser adicionados, no campo liberal, os jornais constitucionais publicados nos Açores, designadamente a *Crónica da Terceira*, e no Porto, nomeadamente a *Crónica Constitucional do Porto*.

59 Pode consultar-se aqui: https://books.google.pt/books?id=DlosAAAAYAAJ&printsec=frontcover&dq=Diario+do+Porto&hl=pt-PT&sa=X&ved=2ahUKewj_nNW99fzqAhWJfXQKHScuBvsQ6AEwAXoECAEQAg#v=onepage&q&f=false

Após a queda de D. Miguel, vários absolutistas exilaram-se noutros países, nos quais fundaram jornais legitimistas, ainda que com pouca expressão e curta longevidade — como *A Península* (Londres, 15 de abril a 15 de maio de 1840).

3.9 A imprensa da Segunda Emigração Liberal e dos liberais durante a Guerra Civil

O regresso do Absolutismo Régio entre 1823 e 1826, intensificado durante o Miguelismo, entre 1828 e 1834, provocou mais uma vaga de emigrantes liberais portugueses. Desta vez, as elites liberais — onde se destacavam o duque de Palmela, o duque de Saldanha e Sá da Bandeira — foram acompanhadas por muitos indivíduos anónimos que, mais tarde, engrossaram o exército liberal de D. Pedro. Seria esse o exército que aniquilou o Miguelismo na Guerra Civil de 1832-1834.

Alvos de perseguições políticas e religiosas em Portugal, os refugiados liberais encontraram abrigo, principalmente, em Inglaterra e em França. Lá publicaram periódicos (**tabela 15**) que faziam chegar a Portugal, onde circulavam clandestinamente, mantendo viva a chama liberal.

Foi esse o último grito da imprensa política artesanal e individual, ou quase individual, em Portugal. Os periódicos liberais refletiam as divisões no campo liberal — os moderados e anglófilos, defensores da *Carta Constitucional* de 1826 e da regência de D. Pedro, agrupavam-se em torno do duque de Palmela e do chefe liberal, D. Pedro, duque de Bragança⁶⁰; os mais radicais e francófilos, defensores da *Constituição* vintista, congregavam-se em torno do marechal duque de Saldanha.

Além de granjear reputação aos editores, redatores e colaboradores, editar um periódico era uma ocupação rentável, que contribuía, tal como tinha ocorrido durante a Primeira Emigração, para o sustento destes indivíduos. O seu modelo de negócio e de funcionamento era em tudo idêntico ao da Primeira Emigração Liberal. Dependiam do patrocínio de mecenases ricos envolvidos na política, das vendas e das assinaturas. Os redatores escreviam sobre o que observavam, o que iam sabendo ou mesmo, quiçá, o que lhes mandavam escrever os altos patrocinadores, não se abstendo de copiar — e traduzir — textos de outros periódicos. Por vezes, publicavam cartas dos leitores (algumas das quais meramente inventadas, para induzir a sensação de diálogo) e outras colaborações literárias, políticas e publicistas.

60 Antigo Rei de Portugal como D. Pedro IV; primeiro Imperador de Brasil, como D. Pedro I, de cujo trono abdicou em favor do seu filho, o Imperador D. Pedro II, para se colocar à frente das forças liberais na guerra civil contra os absolutistas.

Tabela 15

Exemplos de periódicos da Segunda Emigração Liberal e do Constitucionalismo Liberal durante a Guerra Civil (1823-1826 e 1828-1834)

Título	Fundação	Características
<i>O Popular: Jornal Político, Literário e Comercial</i>	1824	Periódico liberal moderado, de periodicidade irregular, publicado em Londres, a partir de 1 de outubro de 1824, por Francisco Simões Margiochi e Silva Carvalho. Durou até 30 de novembro de 1826. José Joaquim Ferreira de Moura e outros ex-deputados das Cortes vintistas terão sido colaboradores do periódico.
<i>O Correio Intercetado</i>	1825	Periódico liberal moderado, impresso em Londres, entre 1 de novembro de 1825 e 24 de agosto de 1826, redigido e editado por José Ferreira Borges. Assume o género epistolar para se ir pronunciando sobre a situação política portuguesa.
<i>O Cruzeiro ou a Estrela Constitucional dos Portugueses</i>	1826	Periódico liberal publicado, em Londres, entre 1 de novembro de 1826 e 13 de fevereiro de 1827.
<i>O Padre Malagrida ou a Tesoura: Periódico Político e Literário</i>	1828	Fundado em Plymouth, em novembro de 1828, primeiro local onde se refugiaram os exilados liberais portugueses em Inglaterra, foi redigido e editado por José Pinto Rebelo de Carvalho. Fechou em abril de 1829, ao cabo de apenas três números. Malagrida referia-se, sarcasticamente, ao bispo de Viseu e ministro de D. Miguel, frei Alexandre Lobo. Pode consultar-se aqui: http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=realgabobrasraras&pagfis=34602
<i>O Português Emigrado ou Realista Constitucional</i>	1828	Promovido por Cândido José Xavier e redigido pelo padre Marcos Pinto Soares Vaz Preto, foi publicado em Plymouth, entre outubro de 1828 e fevereiro de 1829. Era escrito em português e inglês.
<i>O Pacote de Portugal</i>	1829	Redigido e editado, em Londres, por Rodrigo da Fonseca Magalhães, entre 25 de agosto de 1829 e 16 de agosto de 1831, tornou-se o principal periódico do campo liberal, antes de ser sucedido por <i>A Aurora</i> . Apoiava D. Pedro, Palmela e os moderados cartistas contra os mais radicais apoiantes de Saldanha e da <i>Constituição</i> vintista. Entre os seus colaboradores contaram-se José Liberato Freire de Carvalho — até se tornar opositor a Palmela, passando para as hostes dos fiéis a Saldanha — e José da Silva Carvalho, bem como o padre Marcos Pinto Soares Vaz Preto.
<i>O Chaveco Liberal</i>	1829	Redigido por José Ferreira Borges, Almeida Garrett e Paulo Midosi, foi publicado, em Londres, entre 9 de setembro e 30 de dezembro de 1829. Procurou conciliar os dois campos liberais em nome da causa maior da implantação de um regime constitucional em Portugal e de combate ao Absolutismo miguelista.
<i>O Palinuro</i>	1829	Periódico redigido e editado por José Ferreira Borges entre 2 de agosto e 5 de dezembro de 1830. Tal como o <i>Chaveco</i> , distinguiu-se pelo seu tom conciliador entre os dois polos do liberalismo português. Teve alguma influência, pois, em Lisboa, frei Fortunato de São Boaventura viu-se compelido a publicar o <i>Antipalinuro</i> .

<i>Crónica da Terceira</i>	1830	Jornal liberal oficioso publicado na única parcela do território português nas mãos dos liberais — a ilha Terceira, nos Açores. Fundado a 14 de abril de 1830 (lançamento do número prospeito), durou até 27 de março de 1831. Colaboraram com este periódico nomes gradados do liberalismo português, tais como Simão José da Luz Soriano, seu primeiro redator-principal, José Estêvão Coelho de Magalhães, Elias José de Moraes e, mais tarde, como redator principal, João de Eduardo Abreu Tavares. Era o jornal que acolhia, na parte oficial, as deliberações do poder liberal. Foi sucedido por <i>A Crónica: Semanário da Terceira</i> , publicado entre 3 de abril de 1831 e 29 de maio de 1832 (a 4 de maio de 1832, muda o subtítulo para <i>Semanário dos Açores</i> , devido à transferência para Ponta Delgada, onde se organizava a força expedicionária que haveria de partir para Portugal para combater e destronar D. Miguel). Este jornal foi ainda sucedido pela <i>Crónica dos Açores</i> (publicado entre 6 de janeiro e 29 de dezembro de 1833), <i>Crónica Constitucional de Angra</i> (5 de janeiro de 1834 a 11 de junho de 1835) e <i>Crónica Constitucional do Porto</i> , depois da tomada desta cidade pelas forças liberais.
<i>A Aurora</i>	1831	Igualmente redigido e editado em Londres por Rodrigo da Fonseca Magalhães e pelo padre Marcos Pinto Soares Vaz Preto, entre 6 de dezembro de 1831 e 9 de outubro de 1832, sucedeu ao <i>Paquete de Portugal</i> . A exemplo do seu antecessor, tornou-se o mais importante periódico liberal publicado no exílio enquanto durou. Apoiava, tal como o <i>Paquete</i> , a moderação liberal reunida em torno de D. Pedro e Palmela. Nele colaboraram Cândido José Xavier (secretário de D. Pedro e tutor de D. Maria II) e D. Luís Rego Barreto, barão de Rendulfe, e Francisco de Almeida. Travou acesas polémicas não apenas com os periódicos absolutistas mas também com outros periódicos do campo liberal, designadamente com <i>O Pelourinho</i> , da esquerda liberal adepta da <i>Constituição</i> vintista, reunida em torno de Saldanha, José Liberato Freire de Carvalho, irmãos Passos, Francisco Margiochi e Francisco Solano Constâncio, entre outros.
<i>Le Courier des Émigrés Portugais</i>	1831	Jornal dos liberais radicais que apoiavam a <i>Constituição</i> vintista e se congregavam em torno do duque de Saldanha contra os moderados reunidos em torno do duque de Palmela e de D. Pedro. Foi publicado em França, presumivelmente em Paris, na segunda metade de 1831.
<i>O Independente</i>	1831	Periódico liberal radical editado em França entre 1831 e 1833.
<i>O Pelourinho</i>	1831	Redigido por José Pinto Rebelo Carvalho, foi o principal periódico do liberalismo radical que não se revia na moderação de D. Pedro e na <i>Carta Constitucional</i> . Tendo uma linguagem algo virulenta, a sua edição foi mais ou menos clandestina e ainda hoje não se sabe com exatidão onde era produzido, se em Inglaterra, se em França. Durou até 1832.
<i>O Português Constitucional em Londres</i>	1832	Redigido e editado por Paulo Midosi, em Londres, entre 27 de março e 19 de junho de 1832, foi um dos jornais liberais da oposição radical a D. Pedro e aos cartistas. Foi suspenso por um motivo menor: infringir a lei do selo. Pode consultar-se aqui: http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=realgabobrasraras&pagfis=24835
<i>O Perguntador</i>	1832	Jornal de redator e editor anónimo, de tendência liberal radical, foi publicado em Londres, entre 1832 e 1834. Os últimos números poderão ter sido publicados em Lisboa.
<i>Crónica Constitucional do Porto</i>	1832	Periódico oficial do Governo liberal no Porto, foi publicado entre 11 de julho de 1832 e 31 de dezembro de 1833. Foram seus redatores João de Sousa Pinto Magalhães, António Pereira dos Reis e João António Lobo de Moura. Como outros periódicos oficiais da época, não era um mero repositório de leis e editais, como acontece hoje em dia. Também dava notícias e apresentava as posições do Governo perante os assuntos públicos. Foi sucedido pela <i>Crónica Constitucional da Cidade do Porto</i> (7 de janeiro de 1834 a 2 de janeiro de 1835) e pelo <i>Diário do Porto</i> (19 de janeiro a 11 de julho de 1835).
<i>Notícias de Portugal</i>	1833	Anónimo e radical, insurgindo-se contra a regência de D. Pedro, cujo triunfo na Guerra Civil se adivinhava, foi publicado entre data incerta do final de 1833, provavelmente em Londres, e 14 de abril de 1834, eventualmente já em Lisboa.

<i>Crónica Constitucional de Lisboa</i>	1833	Jornal oficial do Governo liberal publicado logo após a tomada de Lisboa pelas forças liberais e que entronca na sequência iniciada pela <i>Gazeta de Lisboa</i> mais de um século antes. Surgiu, a 25 de julho de 1833. Foi reintitulado <i>Gazeta Oficial do Governo</i> (1 de julho de 1834) e, finalmente, <i>Diário do Governo</i> (1835), título que perdurará quase sem interrupções até ser convertido no atual <i>Diário da República</i> . Além de repositório de legislação e avisos, também continha notícias e artigos de fundo com a posição do Governo sobre os assuntos públicos. Pode consultar-se aqui: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/CronicaConstitucional/1833/CronicaConstLisboa_Indice1833.HTM
<i>Meia Folha Só</i>	1833	Curiosa publicação periódica de apenas duas páginas, paginadas a duas colunas, que batalhava pela reconciliação nacional, sob o lema “Esquecer o passado, respeitar o presente”. Foi publicada em Lisboa entre 28 de julho de 1833, praticamente logo após a entrada das forças liberais na capital (24 de julho), e data incerta do mesmo ano. Os conteúdos eram variados — notícias, legislação, poesia. Foi redigido e editado por João Nunes Esteves, dono da tipografia onde se imprimia.
<i>Revista Semanal</i>	1833	A <i>Revista Semanal</i> surgiu, em Lisboa, a 3 de novembro de 1833, e teve grande aceitação. Inicialmente, pautou a sua linha editorial pela moderação, apoiando a <i>Carta</i> e o Governo liberal liderado pelo duque de Palmela, mas depois tornou-se sua adversária, ainda que não se tivesse colado à ala esquerda do campo liberal, isto é, aos futuros setembristas. Teve por colaboradores importantes políticos e intelectuais liberais cultivados nas coisas do jornalismo, tais como: Rodrigo da Fonseca Magalhães, que terá sido o seu promotor e principal redator, Bartolomeu dos Mártires Dias e Sousa, António Pereira Reis e A. de Azevedo Melo Ferreira Portugal. A partir de 2 de julho de 1834 passou a denominar-se, simplesmente, <i>A Revista</i> , e passou a publicar-se quatro vezes por semana, em folhas de maior dimensão, podendo, portanto, atendendo à classificação da UNESCO, considerar-se um diário. Publicou-se até 4 de novembro de 1836.

Fonte: produção própria a partir de dados da Porbase, Tengarrinha (2013) e outros autores (cf. bibliografia).

A Guerra Civil entre absolutistas e liberais começou a 4 de outubro de 1828, com a deserção da ilha Terceira, nos Açores, para o campo liberal (batalha do Pico do Seleiro), e foi reafirmada com a derrota de invasores absolutistas na batalha da Praia da Vitória, a 11 de agosto de 1829. Nessa altura, as forças liberais concentradas na ilha começaram a aumentar em número pela chegada de muitos dos exilados liberais que estavam em Inglaterra e na França. A cidade de Angra, mais tarde rebatizada como Angra do Heroísmo, tornou-se a base de operações das forças liberais. Entretanto, a 7 de abril de 1831, D. Pedro, incapaz de lidar, ao mesmo tempo, com os problemas de Portugal e do Brasil, abdicou do trono brasileiro em favor do seu filho, D. Pedro II, e pôs-se à frente das forças liberais, que desembarcaram no território continental, no Mindelo, a 8 de julho de 1832, e derrotaram definitivamente os absolutistas, em 1834.

A conquista da Terceira pelos liberais impulsionou a publicação de um importante periódico liberal no local — a *Crónica da Terceira*. Fundado a 14 de abril de 1830 (lançamento do número prospetado), durou até 27 de março de 1831. A *Crónica* foi, a seu modo, o jornal oficioso do poder liberal. Nele colaboraram alguns dos liberais que se haveriam de distinguir na cena política e jornalística portuguesa pós-1834 — como Simão José da Luz Soriano, José Elias de

Morais, João Eduardo de Abreu Tavares e José Estêvão. Foi sucedido por outros periódicos oficiais do poder liberal nos Açores e, já depois do desembarque do Mindelo, pela *Crónica Constitucional do Porto*, publicada entre 11 de julho de 1832 e 31 de dezembro de 1833 e redigida por João de Sousa Pinto Magalhães, António Pereira dos Reis e João António Lobo de Moura. Logo após a tomada de Lisboa pelas forças de D. Pedro, surgiu, a 25 de julho de 1833, a *Crónica Constitucional de Lisboa*, reintitulada *Gazeta Oficial do Governo* (1 de julho de 1834) e, finalmente, *Diário do Governo* (1835), título que perdurará quase sem interrupções até ser convertido no atual *Diário da República*. Todo o poder político instituído precisa, afinal, de periódicos oficiais que corporizem o princípio da publicidade dos atos de poder e das leis.

Dando sequência ao periodismo político do vintismo e da Primeira Emigração, os periódicos liberais e constitucionais da Segunda Emigração e da Guerra Civil foram decisivos para a evolução do jornalismo nacional, já que:

- a) Mantiveram mobilizado e, até certo ponto, informado o campo liberal;
- b) Consolidaram a necessidade que os grupos políticos sentiam para expandirem publicamente a sua voz por meio de periódicos;
- c) Facultaram a comunicação e o contacto entre os emigrados liberais e entre estes e os liberais que permaneciam em território português e recebiam, clandestinamente, esses jornais;
- d) Abriram-se à participação dos leitores. Estes, voluntariamente, enviavam notícias, artigos e textos literários para os jornais não somente para darem voz pública às suas ideias e criações literárias — ou até às novidades de que iam sabendo — mas também para obterem notoriedade e capital político e social e serem reconhecidos.

Embora os jornais liberais portugueses publicados no exílio e na ilha Terceira se caracterizassem, principalmente, pela luta política simbólica, os seus conteúdos não se reduziām à política. Aliás, a intelectualidade liberal no exílio integrava indivíduos cultos, falantes de línguas estrangeiras. Essa elite social, que desejava fazer corresponder, frequentemente, o capital financeiro e o capital político-social ao capital cultural, dificilmente se contentaria com a oferta exclusiva de conteúdos sobre política nesses periódicos. Assim, os respetivos editores fizeram esforços para traduzirem e publicarem artigos da imprensa dos países de acolhimento, respeitando o espírito publicista⁶¹. A vontade que as elites liberais manifestavam de despendem esforços para se cultivarem culturalmente permitiu, aliás, que no mercado surgissem

⁶¹ Publicismo pode considerar-se a atividade de *tornar público*, por meio da imprensa e outros *media*, as grandes questões da atualidade numa determinada época, com certa profundidade, abarcando assuntos políticos, económicos, de relações internacionais, religiosos, sociais, científicos e tecnológicos e outros. Em vários dicionários o termo é sinónimo de jornalista, mas podem distinguir-se os conceitos.

publicações eminentemente culturais, algumas de feição enciclopédica, direcionadas especificamente para os emigrados liberais portugueses, como são os casos, por exemplo, dos *Anais das Ciências e das Artes Dedicados aos que Falam a Língua Portuguesa em Ambos os Hemisférios*, periódico publicado em Paris, entre janeiro e julho de 1827, por José Diogo Mascarenhas Neto; e de *A Abelha ou Coleção de Conhecimentos*, um periódico enciclopédico redigido por Francisco Ladislau Álvares de Andrade, em 1830, igualmente publicado em França.

3.10 A imprensa portuguesa na Monarquia Constitucional entre 1834 e 1851

3.10.1 Ordenamento jurídico da imprensa (1834-1851)

Somente após o triunfo liberal na guerra civil de 1831-1834, que se iniciou com a conquista liberal dos Açores e terminou com a derrota do Miguelismo e a assinatura da Convenção de Évora-Monte (26 de maio de 1834), é que o País voltaria a beneficiar de uma imprensa (mais ou menos) livre. O regime constitucional foi reposto, baseado na *Carta Constitucional* que D. Pedro IV tinha outorgado ao país em 1826. A *Carta* — recorde-se — consagrava a liberdade de comunicar livremente os pensamentos por meio da imprensa, remetendo para lei específica a regulação deste princípio e a condenação dos abusos de exercício desta liberdade. É assim que logo a 5 de dezembro de 1834 foi promulgada uma lei reguladora da liberdade de imprensa⁶² (publicada a 22 de dezembro no *Diário do Governo*), baseada nas instruções de 21 de agosto de 1826. D. Pedro, porém, já não viu essa lei. Morreu a 24 de setembro de 1834, quando contava somente 35 anos, privando o campo liberal da sua principal referência unificadora, o que teve por consequência a intensificação da luta política e uma grande instabilidade, que se prolongaria até 1851.

Até 1851, no quadro da luta política, a imprensa ainda foi objeto de nova regulamentação por nova legislação nas seguintes datas (cf. tabela 14):

- a) 10 de novembro de 1837 (publicada a 15 de novembro no *Diário do Governo*)⁶³,
- b) 19 de outubro de 1840 (publicada a 24 de outubro no *Diário do Governo*)⁶⁴
- c) 23 de outubro de 1840 (publicada a 24 de outubro no *Diário do Governo*)⁶⁵

62 Pode consultar-se aqui: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/LeisdeImprensa/1834/22Dezembro/22Dezembro_item1/index.html

63 Pode consultar-se aqui: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/LeisdeImprensa/1837/N270/N270_item1/index.html

64 Pode consultar-se aqui: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/LeisdeImprensa/1840/N253/N253_item1/index.html

65 Pode consultar-se aqui: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/LeisdeImprensa/1840/N253P/N253P_item1/P1.html

d) 3 de agosto de 1850 — “Lei das Rolhas” (publicada a 10 de agosto no *Diário do Governo*)⁶⁶.

Além disso, embora sem afetar o princípio da liberdade de imprensa, há que relembrar que a *Constituição* de 1820 foi reposta pelos setembristas após o sucesso da Revolução de Setembro (9 de setembro de 1836) e transformada na *Constituição* setembrista de 1838; e que a *Carta Constitucional* foi reposta por um golpe de Costa Cabral, a 10 de fevereiro de 1842.

A cronologia da principal legislação consta da **tabela 16**.

Tabela 16

Principal legislação da imprensa (1834-1850).

Data	Legislação
5 dezembro 1834	Carta de Lei reguladora da liberdade de imprensa, baseada nas instruções de 21 de agosto de 1826, que visavam sedimentar o princípio da liberdade de expressão do pensamento pela imprensa, expresso na <i>Carta Constitucional</i> . Prevê a obrigatoriedade de registo de periódicos e tipografias, responsabiliza os editores pelos seus escritos e, na sua falta, os impressores. Institui as penalizações por crimes de abuso de liberdade de imprensa, como sejam: colocar em dúvida dogmas da Igreja Católica ou injuriá-la; ofender a moral e os bons costumes; incitar à rebelião ou anarquia; atacar a ordem constitucional; injuriar os monarcas portugueses ou estrangeiros e injuriar cidadãos privados ou dar a conhecer factos da sua vida privada. Estatui a forma de instruir os processos por crimes de abuso de liberdade de imprensa. Publicada a 22 de dezembro de 1834 no <i>Diário do Governo</i> .
9 de setembro 1836	Sucesso da Revolução de Setembro repõe, provisoriamente, em vigor a <i>Constituição</i> vintista, sem consequências para a preservação da liberdade de imprensa.
10 novembro 1837	Por iniciativa do Governo setembrista de Sá da Bandeira, Carta de Lei estabelece os requisitos para ser editor responsável de um periódico: ser cidadão português maior de 25 anos, ter livre administração da sua pessoa, possuir bens até um conto e duzentos mil réis que pudessem segurar em juízo hipotéticas condenações por crime de abuso de liberdade de imprensa, ou, em alternativa, dar fiador, ou depositar judicialmente essa quantia. Institui que caso parte dessa quantia fosse usada em juízo por crime de abuso de liberdade de imprensa, o valor total teria de ser reposto para que um periódico voltasse a publicar-se. Previa a hipoteca das tipografias onde os periódicos eram impressos para assegurar o pagamento de indemnizações por crimes de abuso de liberdade de imprensa. Estabelece o direito de resposta. Regula o processo por crimes de abuso de liberdade de imprensa. Publicada a 15 de novembro no <i>Diário do Governo</i> .
20 março 1838	A nova versão da <i>Constituição</i> vintista, conhecida por <i>Constituição</i> setembrista, é aprovada. Foi publicada no <i>Diário do Governo</i> a 24 de abril de 1838. No seu artigo 13.º institui o princípio da liberdade de imprensa, nos seguintes termos: “Todo o cidadão pode comunicar os seus pensamentos pela Imprensa ou por qualquer outro modo, sem dependência de censura prévia. § 1.º — A Lei regulará o exercício deste direito; e determinará o modo de fazer efetiva a responsabilidade pelos abusos nele cometidos. § 2.º — Nos processos de liberdade de Imprensa, o conhecimento do facto e a qualificação do crime pertencerão exclusivamente aos Jurados.

66 Pode consultar-se aqui: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/LeisdeImprensa/1850/N187/N187_item1/index.html

19 outubro 1840	Lei repressiva dos abusos de liberdade de imprensa, emanada do Governo de iniciativa da Rainha liderado pelo conde do Bonfim, do qual Costa Cabral é ministro da Justiça e eminência parda, estabelece que todo o periódico tem de ter um editor responsável que depositasse a quantia necessária para garantia contra condenações por crimes de abuso de liberdade de imprensa (um conto e duzentos mil réis, tal como a legislação de 10 de novembro de 1837) e tivesse bens não hipotecados no valor mínimo de dois contos e quatrocentos mil réis, que pudessem ser arrestados para cobrir indemnizações judiciais. Estabelece os requisitos para integrar júris que apreciem processos por crimes de abuso de liberdade de imprensa e a instrução dos processos judiciais neste mesmo âmbito. Publicada a 24 de outubro no <i>Diário do Governo</i> .
23 outubro 1840	Portaria aclara alguns dos pontos da Lei de 19 de outubro de 1840. Publicada a 24 de outubro de 1840 no <i>Diário do Governo</i> .
10 fevereiro 1842	Restauração da <i>Carta Constitucional</i> por ação de Costa Cabral. Salvaguardada, nos termos da <i>Carta</i> , a liberdade de imprensa.
3 agosto 1850	Lei do Governo cartista liderado por Costa Cabral (jocosamente apelidada de “Lei das Rolhas”) restringe a liberdade de imprensa ao ampliar a enumeração do que poderia ser considerado crime por abuso de liberdade de imprensa e ao reforçar as garantias pedidas aos editores e as penas aos prevaricadores. Publicada a 10 de agosto no <i>Diário do Governo</i> .

Fonte: produção própria.

Os aspetos normativos-legislativos não podem ser descurados quando se procura explicar a evolução do jornalismo em Portugal, num tempo em que o País já ia adquirindo a conformação de um Estado de Direito.

3.10.2 Jornais e revistas (1834-1851)

O período que medeia entre 1834 e 1851 foi vibrante, mas, igualmente, tumultuoso, para a imprensa portuguesa.

O triunfo das forças liberais, em 1834, permitiu o surgimento de agremiações políticas, embriões dos partidos políticos, que refletiram as divergências no campo liberal. Nesse contexto, surgiram no País vários jornais políticos “de partido”, alguns clandestinos, outros legais, que ajudaram a consolidar o papel da imprensa portuguesa como espaço público e arena pública, embora a leitura de jornais e a participação no processo decisório estivessem circunscritos, nessa época, à minoria alfabetizada, elitista, detentora de capital social e cultural e, frequentemente, também de capital financeiro. Ainda em 1834, aliás, foi promulgada nova legislação reguladora da liberdade de imprensa (a Carta de Lei de 5 de dezembro de 1834, publicada a 22 de dezembro no *Diário do Governo*), relativamente permissiva, que suscitou um reflorescimento da imprensa portuguesa um pouco por todo o país, reforçando a formação de correntes de opinião. Mas o ofício de jornalista, num tempo de forte combatividade política e ampla liberdade de imprensa, podia ter consequências adversas:

O ofício de periodiqueiro tem seus ossos (...). A entrada é de rosas. Os colegas cumprimentam o redator esperançoso, que debuta, e auguram-lhe um grande futuro. Poucos dias depois, chamam-lhe

asno, boçal e estúpido. Passam seis meses, e se ele sobe as escadas de uma secretaria, acusam-no de ladrão e de concussionário, e por dá cá aquela palha mandam-lhe a casa dois padrinhos (...) para combinarem com outros dois sujeitos chamados também padrinhos o modo mais decente de o matarem ou de serem mortos por ele. (Teixeira de Vasconcelos, 1859, p. 78)

Ao tempo, a imprensa política, dominante em Portugal, entrava na segunda fase do seu desenvolvimento. Se a sua primeira fase⁶⁷ foi caracterizada por periódicos artesanais, lançados por iniciativa de indivíduos isolados ou de pequenos grupos de indivíduos, nesta segunda fase cada periódico surgia como porta-voz público de um conjunto de indivíduos agrupados num grupo político. As agremiações políticas, ao tempo, agregavam indivíduos vagamente unidos por interesses e por algumas ideias comuns, mais do que por uma ideologia sólida e por programas de governo bem definidos. Eram, portanto, inorgânicas. Foi, no entanto, a partir delas que emergiram os partidos políticos da Monarquia Constitucional.

Os periódicos desta segunda fase da imprensa política em Portugal, do qual o jornal *A Revolução de Setembro* (1840-1892 e 1901) é o símbolo máximo, já exigiam uma estrutura mais sofisticada, empresarial, que, frequentemente, englobava uma tipografia própria. Outros periódicos alargavam a esfera do que era noticiado, como o *Correio Mercantil*, especializado em informação financeira, comercial e económica, editado em Lisboa entre 16 de julho de 1838 e 1 de julho de 1839.

Os jornais desse tempo tinham, porém, uma enorme dificuldade: eram pouco comprados (vendiam-se, principalmente, por assinatura) e pouco lidos (cerca de 90% da população continuava a ser analfabeta, embora fossem lidos em voz alta em aglomerações de indivíduos e nas tavernas e cafés). As tiragens eram reduzidas, conforme revela *O Periódico dos Pobres no Porto*, de 5 de abril de 1850:

É raríssimo um jornal (excetuando o *Diário do Governo*) que mesmo na capital tenha mil assinaturas e extraia 1200 folhas [exemplares] diárias (...). O termo médio de 500 assinaturas e a totalidade de 600 folhas extraídas diariamente [isto é, 600 exemplares de tiragem] é (...) alto.

Os jornais eram, além disso, produtos caros. Um número avulso de um jornal político como *A Revolução de Setembro*, podia custar 60 réis — uma fortuna para a generalidade da população. Outros jornais, porém, seguindo o modelo do *Periódico dos Pobres*, de 1826, apostaram no baixo preço e na obtenção de receitas quer por meio de tiragens elevadas — que nem sempre logravam conseguir — quer pela captação de alguns anúncios publicitários — pagos

67 Corresponde, grosso modo, aos periódicos anti-napoleónicos surgidos após 1808, aos periódicos dos exilados liberais e aos periódicos vintistas.

por linha. São os casos do *Periódico dos Pobres no Porto* (Porto, 1834), do *Periódico do Pobre* (Lisboa, 1837), do *Dez Réis: Jornal de Utilidade Pública* (1841) e do efêmero *O Cinco Réis: Jornal de Interesse Público* (1843). Estes jornais, ainda que de perfil político-noticioso, demonstram que, ao tempo, em Portugal, e seguindo exemplos estrangeiros⁶⁸, já se tinha inculcado a noção de que se podia financiar uma publicação fazendo pouco lucro por exemplar vendido, mas lucrando até mais, no global, pelo aumento do número de exemplares vendidos, o que ajudava, retroativamente, a captar publicidade. A venda de espaço publicitário viria mesmo a ser a primeira fonte de receitas dos jornais.

A legislação assente no princípio da liberdade de imprensa e a extinção da censura deu aos empreendedores do jornalismo a base legal para se aventurarem na proposta de novos periódicos ao mercado. No entanto, conforme atesta Tengarrinha (2013, p. 479), a partir de 1834 há outros ventos de mudança a atingir a imprensa portuguesa, materializados em torno de quatro eixos:

grande expansão do movimento jornalístico, não apenas quanto ao muito maior número de jornais, mas também quanto à sua mais ampla penetração no Reino (...); maior diversificação dos géneros, com especial destaque para os temas literários e culturais, científicos e técnicos e económicos, de acordo com a preocupação de desenvolvimento do País; relação mais estreita de fidelidade entre o jornal e o leitor, de que resulta maior estabilidade do quadro periodístico, aumento de tiragens e longevidade, até aí nunca atingida, de alguns jornais; e melhoria dos meios técnicos e da qualidade jornalística. Para algumas dessas alterações contribuiu também a influência da imprensa estrangeira.

Se a reposição da *Carta Constitucional* em vigor e se a Carta de Lei de regulação da liberdade de imprensa de 5 de dezembro de 1834 criaram condições para o reaparecimento de jornais políticos, de várias cores políticas, em Portugal, o triunfo da Revolução de Setembro (10 de setembro de 1836) e o restabelecimento da *Constituição* de 1822, mais liberal do que a *Carta Constitucional*⁶⁹, aceleraram o ritmo de criação de periódicos. A *Constituição* setembrista de 1838, irmã mais nova da *Constituição* vintista, também reconhecia, de acordo com os princípios liberais, no seu artigo 13.º, entre os direitos dos cidadãos, o princípio da liberdade de imprensa, em termos bastante abertos: “Todo o cidadão pode comunicar os seus pensamentos pela Imprensa ou por qualquer outro modo, sem dependência de censura prévia”. Mas, no mesmo artigo, dois parágrafos previam, como era, de resto, usual, que o

68 Como a primeira geração da imprensa popular norte-americana, casos de: *The New York Tribune*, de Horace P. Greeley; *The New York Daily Times*, de Henry Raymond; *The New York Herald*, de James Gordon Bennett; e *The New York Sun*, de Benjamin Day e, depois, de Moses S. Beach.

69 O setembrismo correspondia à esquerda — não socialista — do campo liberal.

exercício desse direito fosse regulado pela lei e que quem dele abusasse fosse responsabilizado.

Germinava, também, ao tempo, um certo espírito filantrópico e associativo ente as elites liberais, animadas por exemplos do estrangeiro, como o da londrina Society for the Duffusion of Useful Knowledge, editora da *Penny Magazine*. Foram, assim, várias as organizações que, nessa altura, com o objetivo de fazer avançar a “civilização” no país e de o fazer trilhar um caminho de progresso — de progresso material, científico e cultural, explicita-se — começaram a publicar periódicos de promoção das ciências, das artes e das letras, nos quais desaguavam as preocupações que os seus membros manifestavam com a promoção do conhecimento e que marcavam a posição dos seus redatores no espaço público. Essas publicações — que deram sequência às revistas portuguesas do século XVIII e do dealbar do século XIX e ainda a certas publicações dos exilados liberais — podem mais bem classificar-se como revistas do que como jornais. Alguns indivíduos empreendedores também editaram periódicos culturais e literários do mesmo tipo.

Após 1834, situação que se manterá até ao final de 1864, a imprensa informativa portuguesa de grande circulação agrupou-se, pois, essencialmente em torno de três tipos de publicações:

- a) Os jornais políticos, periódicos combativos que, não obstante, assumiam, crescentemente, uma linha editorial político-noticiosa, e que dominavam o cenário da imprensa;
- b) As revistas culturais e literárias, dedicadas à difusão do conhecimento. Estas podiam ser ilustradas ou não ilustradas, sendo as primeiras as mais bem-sucedidas editorialmente;
- c) Os periódicos informativos especializados, como os de natureza comercial, financeira e económica, que supriam algumas das carências de informação de determinados nichos do mercado.

3.10.2.1 Os jornais

Os jornais puramente políticos arcaicos foram-se convertendo, ao longo do século XIX, em jornais político-noticiosos, cada vez mais sofisticados, direcionados, principalmente, para a burguesia industrial e comercial e para os latifundiários agrícolas que tinham interesse em acompanhar os assuntos públicos e o quotidiano da governação e em sintonizarem-se com os argumentos políticos lançados pelos jornais da sua preferência, que podiam usar nas discussões públicas e que contribuíam, indo ao encontro das suas expectativas, para reforçar as suas crenças (expomo-nos mais facilmente às mensagens que vão ao encontro das nossas expectativas e contribuem para solidificar a nossa visão do mundo).

Os jornais políticos, cada um com o seu público mais ou menos fiel, apresentavam “um novo conteúdo ideológico, aparecendo como órgãos de partidos, ou mesmo (...) de fações dentro do mesmo partido” (Tengarrinha, 1989, p. 153). Permitiam, conseqüentemente, aos leitores confirmarem e validarem a visão do mundo com a qual se identificavam. Davam ao seu público uma sensação de pertença a um grupo político que pensava da mesma maneira e desejava orientar e influenciar a governação e os negócios.

A tendência para a solidificação de um modelo de jornalismo político-noticioso, que agregava informação de atualidade e especificamente noticiosa à retórica política, desenvolveu-se após 1834. No entanto, os jornais políticos portugueses entre 1834 e 1851 ainda se socorreram, amiúde, como os seus antepassados vintistas, de uma retórica inflamada e agressiva que, por vezes, roçava o insulto, a insinuação torpe e a calúnia. Mas tinham de se orientar para a atualidade, mesmo fazendo leituras políticas dos acontecimentos e problemas do quotidiano. A partir de 1834, tornou-se cada vez menos possível a um periódico, mesmo que político, sobreviver da pura retórica desbocada que tinha sido imagem de marca de uma certa imprensa política arcaica, simbolizada por vários jornais vintistas.

O público habituou-se a esperar de um periódico informação nova. Notícias, enfim. Cada vez menos um jornal podia desprezar a novidade. Essa tendência modernizadora do jornalismo acentuou-se a partir do momento em que a imprensa política enfrentou o seu maior desafio — o surgimento de uma imprensa noticiosa independente e sólida que também podia ter voz na discussão dos assuntos públicos. Mas esse desafio apenas se tornou premente no fim de 1864, com o *Diário de Notícias*.

Os periódicos pós-1834 tornaram-se, por outra parte, mais sofisticados e complexos, diferenciando-se dos anteriores “por dois [aspetos] fundamentais: maior segurança nos processos jornalísticos e apetrechamento técnico mais desenvolvido” (Tengarrinha, 1989, p. 153). Começaram, desde logo, a organizar melhor os conteúdos, tendência que se acentuou a partir de 1840. Abriam, normalmente, com uma “parte oficial”, na qual se registavam, principalmente, os diplomas legais que iam sendo promulgados e os atos oficiais. Seguia-se, habitualmente, a parte nobre do jornal — o *fundo*. O artigo de fundo, antepassado do editorial, era o elemento fulcral do jornal, no qual este, pela pena do redator principal, apresentava a sua interpretação da atualidade política. Por isso, ser redator principal e poder redigir o artigo de fundo era a grande ambição daqueles que colaboravam nos jornais políticos. Apareciam, depois, outros artigos, notícias (em número reduzido), informações de utilidade pública (como os movimentos de navios e as taxas de câmbio) e anúncios.

Estruturalmente, os periódicos pós-1834 foram adquirindo a configuração de empresas jornalísticas. Tinham uma sede que, na urbe oitocentista, dava presença física ao título. O edifício albergava a redação, serviços administrativos e de expedição e, por vezes, uma tipografia própria. Criar um jornal obrigava a pensar, portanto, na sustentabilidade de uma estrutura cada vez mais pesada, que exigia crescentes meios tecnológicos, financeiros e

humanos, alimentada, sobretudo, com o dinheiro das vendas e, só mais tarde, dos anúncios publicitários.

Com o passar do tempo, a redação deixou de ser um espaço meramente frequentado pelos promotores e redatores políticos e literários do jornal para se converter num local de trabalho quotidiano, com uma estrutura organizada e hierarquizada, na qual assumia especial preponderância o redator principal. Mais tarde teriam também protagonismo na redação o chefe de redação, coordenador e supervisor do trabalho dos jornalistas, e o secretário de redação, que se encarregava de um conjunto de tarefas que podiam ir da planificação do trabalho às questões administrativas e burocráticas, passando, ainda, pelos contactos com colaboradores e fontes de informação.

A 9 de setembro de 1836, um golpe orquestrado pela esquerda liberal — a Revolução de Setembro — repôs em vigor a *Constituição* vintista (10 de setembro) até à promulgação de uma nova *Constituição*, a 20 de março de 1838.

Para a imprensa, a Revolução de Setembro não deveria ter tido consequências negativas, já que os jornais e revistas beneficiavam das amplas liberdades formais que a *Carta Constitucional*, quer a *Constituição* vintista (reposta, provisoriamente, em vigor entre 11 de setembro e 20 de março de 1838), quer ainda a *Constituição* setembrista de 1838 lhe garantiam. A *Carta Constitucional*, que vigorou no Reino entre 26 de maio de 1834 e 9 de setembro de 1836 e entre 10 de fevereiro de 1842 e 5 de outubro de 1910, reconhecia a liberdade de imprensa como um direito dos cidadãos, tal como o faziam a *Constituição* de 1822 e a *Constituição* setembrista de 1838 (vigorou entre 20 de março de 1838 e 9 de fevereiro de 1842). A situação política, porém, tornou-se muito agitada. E se, legalmente, os periódicos beneficiavam de ampla liberdade de imprensa que, à partida, garantiria condições para o combate político se travar nas páginas dos impressos, na verdade os periódicos cartistas e os miguelistas, com receio de represálias, atenuaram, ou silenciaram, as suas vozes públicas entre setembro de 1836 a e 1838. Mais tarde, com a reação do Cartismo e a chegada de Costa Cabral ao poder, foram os jornais setembristas a verem-se compelidos a moderarem o seu discurso — o que, na verdade, nem sempre fizeram, sofrendo as consequências.

A instabilidade e desordem da situação política prolongaram-se até à Regeneração de 1851. O poder setembrista que se afirmou após o sucesso da Revolução de Setembro de 1836, por exemplo, foi logo ameaçado pelos contragolpes cartistas⁷⁰, anulados, da Belenzada (4 e 5 de novembro de 1836) e da Revolta dos Marechais (12 de julho de 1837 a 20 de setembro de 1837). Essa instabilidade política trouxe constrangimentos à imprensa, principalmente após se iniciar a ascensão gradual de Costa Cabral à liderança de facto do Governo e do Estado, após 1838. Ao tentar modernizar o Estado e instituir a ordem com “mão-de-ferro”, Cabral

70 Isto é, dos defensores da *Carta Constitucional*, alinhados com a Rainha e, mais tarde, com Costa Cabral.

granjeou inúmeros inimigos — quer entre os ultraconservadores miguelistas, quer entre a esquerda liberal setembrista.

Assim, depois de 1838, o poder político — protagonizado, principalmente, por Costa Cabral — sentiu, em várias ocasiões, necessidade de controlar a animosidade discursiva que se fazia notar nos jornais setembristas e miguelistas. Num Estado que, pelo menos na forma, se instituía, gradualmente, como um Estado de Direito, a lei tornou-se o principal instrumento do poder político para regular o exercício da liberdade de imprensa. Mas houve formas de pressão e controlo menos subtis e mesmo violentas.

A animosidade e a inimizade entre os líderes liberais dos diferentes partidos ou dos grupos dentro de um mesmo partido tiveram tremendas repercussões na imprensa. As circunstâncias demonstravam, por outro lado, que os indivíduos, grupos e partidos políticos necessitavam de um jornal com o qual se identificassem, que os reunisse e que lhes desse voz pública, congregando apoio público. A retórica era muito importante — era sempre de bom-tom para os partidários reunidos à volta de um jornal que este atacasse, de preferência violentamente, os adversários políticos, intolerantemente encarados como inimigos. Às vezes, os jornais de cada partido, grupo ou indivíduo, mais do que sustentarem as suas posições políticas, distinguíam-se por atacar desenfreadamente os adversários e, não raras vezes, apelavam, direta ou indiretamente, a revoltas e sublevações.

Embora tivessem, por norma, uma filiação partidária, por vezes os jornais iam, curiosamente, variando na orientação, de acordo com as alianças estabelecidas pelos seus promotores. As amizades e inimizades que se faziam e desfaziam no mundo da política e dos negócios também se repercutiam na linha editorial que cada periódico seguia em cada momento. Em resultado deste estado de coisas, houve muita inconstância no jornalismo político português de 1834-1851. Alguns periódicos, como o *Correio de Lisboa* e o *Diretor*, por exemplo, nasceram setembristas e tornaram-se cartistas. Reagiram, assim, sobretudo o primeiro, à desordem nas ruas. Mas também acompanharam a transferência de poder do Setembrismo para o Cartismo.

Foi nesse turbilhão que Costa Cabral se impôs na política portuguesa. Costa Cabral tinha-se feito notar enquanto jovem e radical advogado setembrista, mas começou a moderar-se cada vez mais face à desordem social, consequência direta da instabilidade política e militar provocada pelos egos inflados e tonitruantes dos líderes liberais, que se consideravam donos do regime e da razão e se digladiavam abertamente nas Cortes, nos jornais e, por vezes, também em duelos.

Na qualidade de administrador-geral de Lisboa, Costa Cabral, então já um setembrista moderado, conseguiu, por exemplo, esmagar um levantamento da Guarda Nacional, a 13 de março de 1838, e expurgá-la dos setembristas radicais, sempre prontos a sublevarem-se. Visto, a partir daqui, como um traidor pelos setembristas radicais e desiludido com o fervor revolucionário permanente de alguns dos seus líderes, como José Estêvão, Costa Cabral aproximou-se das posições cartistas e tornou-se, por meio de alianças (que, na verdade,

tanto fazia como desfazia), o protagonista do poder. Tomou posse como ministro da Justiça e Negócios Eclesiásticos a 26 de novembro de 1839, num Governo setembrista, mas moderado. Distinguiu-se por ter, autoritariamente, impulsionado a modernização do País, abrindo as portas para aquelas que seriam as políticas da Regeneração. A sua reforma judiciária de 1841 foi a base do Direito português por mais de um século.

Consequência direta da política de modernização à força do Estado e do País e do aumento do seu poder autoritário, Costa Cabral tornou-se a personalidade política mais atacada do seu tempo — em boa verdade, era detestado por uns e amado por outros, conforme, normalmente, acontece. Era atacado pelos opositores nas Cortes, nos jornais, nas ruas. Foi, provavelmente, um dos políticos mais violentamente vilipendiados de todo o século XIX em Portugal. É verdade que enriqueceu sem justificação aparente, mas, durante o período em que participou do Governo, foi também alvo de calúnias desonestas. Um desses boatos acusava-o de ser amante da Rainha. Certo é que também reuniu uma vasta legião de apoiantes entre aqueles que desejavam a ordem social e a modernização do País, incluindo a Rainha, a alta burguesia, o alto clero e os altos funcionários. O povo comum, pobre e analfabeto, arregrado dos processos políticos e decisórios, na verdade seria algo indiferente à situação política, e o que mais quereseria seria ordem e tranquilidade para viver e ganhar a sua vida.

Terão sido os ataques pessoais constantes da imprensa setembrista — da qual o jornal *A Revolução de Setembro* era o máximo expoente — e o clima de sublevação permanente que terão levado Costa Cabral a tentar constranger as amplas liberdades de que os jornais e os jornalistas beneficiavam. Fê-lo pela via legislativa... com alguma violência à mistura. E fê-lo sempre que exerceu o poder.

Elaborada por Costa Cabral, uma nova lei, de 19 de outubro de 1840 (publicada a 24 do mesmo mês), criou, pois, certas restrições ao exercício da liberdade de imprensa. A nova legislação obrigou os editores de jornais a preencherem determinados requisitos cívicos e a depositarem um conto e duzentos mil reis para sustentarem, como garantia, indemnizações e multas em juízo (este postulado da lei já se encontrava na legislação de 10 de novembro de 1837), bem como a terem bens não hipotecados, no valor de dois contos e quatrocentos mil réis, que pudessem ser arrestados em caso de condenação por abuso de liberdade de imprensa — o que constituía uma novidade.

As novas circunstâncias normativas e o crescente grau de complexidade dos jornais e revistas, que exigiam investimentos cada vez mais vultuosos, conluiaram-se para diminuir o ritmo a que novos periódicos foram criados. Mesmo assim continuaram a ser fundados e publicados jornais políticos (na verdade, cada vez mais político-noticiosos) de diversas tendências, demonstrando o setor um certo dinamismo, que correspondia, ademais, à efervescência política (**tabelas 17 e 18**). Datam desse período conturbado das décadas de Trinta e Quarenta do século XIX da vida política portuguesa, entre outros, jornais como: *O Nacional* (setembrista, 1834-1843); *O Tempo* (esquerda liberal, 1835-1839); *O Diretor* (cartista, 1836-1840); *O*

Portugal Velho (miguelista, 1837-1843); *O Procurador dos Povos* (esquerda setembrista radical e algo desalinhada dos principais movimentos políticos, 1837-1848); *A Lança* (esquerda liberal setembrista, 1840); *O Azorrague* (independente, 1838-1839); e o mais bem-sucedido de todos eles, *A Revolução de Setembro* (esquerda liberal setembrista, regenerador após 1851, que dura de 1840 a 1892, ressurgindo, esporadicamente, em 1901) (**tabela 17**). Ao *Diário do Governo* competia defender o Governo em funções, fosse ele qual fosse. Num número de julho de 1840, o *Periódico dos Pobres no Porto* (*cit. in* Tengarrinha, 2013, p. 531) fazia o seguinte diagnóstico à imprensa política:

Temos a favor do Ministério [Governo], o *Diário do Governo*, o *Correio [de Lisboa]* e a *Vedeta [da Liberdade]*; oposição cartista, *O Diretor*; oposição setembrista, *O Nacional*, o *Franco-Português [Le Franco-Portugais]*, *A Revolução de Setembro* e *O Atleta*; oposição republicana, *O Democrata* e *O Procurador dos Povos*; oposição miguelista, *O Eco* e o *Portugal Velho*; neutralidade armada, *Pobres do Porto*; desarmada, *Pobres de Lisboa*.

Tabela 17

Exemplos de periódicos políticos e político-noticiosos portugueses (1834-1851).

Título	Fundação	Características
<i>O Universal: Legislação, Decisões e Discussões de Tribunais, Política e Literatura</i>	1834	<i>O Universal</i> foi um dos periódicos que iniciou a sua publicação, em Lisboa, no estertor da Guerra Civil, mas já depois da tomada da capital pelas forças liberais. Circulou de 20 de agosto de 1834 a 12 de março de 1835. Cartista, incluía, além de artigos políticos, noticiário diverso e legislação e alguns textos de natureza cultural e literária conforme era timbre à época. Não teve grande sucesso, mas a sua fundação demonstra que, após o triunfo liberal, voltavam a existir condições para a publicação de jornais políticos de diferentes tendências.
<i>Sentinela Conimbricense</i>	1834	Redigido e editado pelo padre António de Jesus Maria de Castro, foi o primeiro jornal a sair em Coimbra após a ocupação da cidade pelas tropas liberais. O seu primeiro número data de 25 de outubro de 1834, cessando a publicação a 15 de janeiro de 1835. Moderado, intervém menos nas lutas entre a direita e a esquerda liberal que se intensificam após a reabertura das Cortes, a 3 de outubro de 1834, do que na contestação às ideias, vencidas, do Antigo Regime.

<i>O Nacional</i>	1834	Diário editado por A. C. Dias, foi publicado em Lisboa, entre 3 de novembro de 1834 e 19 de janeiro de 1843, na sequência de uma cisão entre os redatores do periódico <i>A Águia do Ocidente: Diário Político, Literário, Analítico e Mercantil</i> (publicado de 1 a 31 de outubro de 1834). <i>O Nacional</i> terá sido promovido por Saldanha, pelos irmãos Passos, por Vicente Gonçalves, barão de Rio Tinto, e por Vieira da Silva, que colaboraram na sua redação, a par de Paulo Midosi e Miguel António Moreira de Sá. Foi seu redator principal Leonel Tavares Cabral. Desde o ponto de vista ideológico, <i>O Nacional</i>, embora preservasse uma certa independência e exibisse alguma moderação, pode considerar-se um dos veículos de afirmação do Setembrismo, apresentando, por exemplo, posições próximas das de Passos Manuel, líder setembrista e ministro do Reino entre 10 de setembro de 1836 e 1 de junho de 1837 (uma vez que o Parlamento não reunia, o Governo setembrista governou, durante meses, em “ditadura administrativa”, tempo durante o qual algumas das importantes reformas de Passos Manuel — na educação, na administração e na fazenda pública — foram implementadas). <i>O Nacional</i> foi o primeiro diário que, conforme o título sugere, procurou circular em todo o País, desempenhando um importante papel na ligação entre os deputados setembristas na capital e o resto do território nacional. Foi também este jornal o primeiro a concretizar a ambição de se substituir às forças políticas organizadas e ao Parlamento na ação política, ao lançar uma petição pública a favor da queda do Governo, em 1835. Notabilizou-se, ainda, no combate político a Costa Cabral e às políticas cabralistas, o que lhe valeu processos judiciais e ataques. Sucederam-lhe, em linha direta, <i>O Patriota</i> (1843) e <i>O Português</i> (1853). Note-se que houve um outro jornal <i>O Nacional</i>, este publicado no Porto, entre 1846 e 1870 (ver entrada nesta tabela). Os títulos de jornais repetiam-se amiúde, ainda que raramente ao mesmo tempo.
<i>Periódico do Pobre</i>	1834	Diário de baixo preço, foi publicado em Lisboa, entre 1 de janeiro e 20 de dezembro de 1834. Pode considerar-se cartista moderado, mas adotou, predominantemente, um perfil noticioso. Circulou outro jornal com o mesmo título e impresso na mesma tipografia de 22 de abril a 5 de julho de 1837, podendo considerar-se uma segunda série do primeiro.
<i>Periódico dos Pobres no Porto</i>	1834	Periódico político-noticioso popular, cartista moderado, foi, porém, particularmente crítico para os governos setembristas e, em especial, para com o líder setembrista Passos Manuel. Circulou entre 15 de janeiro de 1834, na fase final da Guerra Civil, e 31 de março de 1858. Foi editado no Porto, na tipografia de Joaquina Torquato A. Ribeiro, que além de sua proprietária poderá ter sido a sua mentora (feito notável para uma mulher, ao tempo). Nele colaborou José de Sousa Bandeira, também redator do <i>Artilheiro</i> e do <i>Brás Tisana</i> (1851), antigo e célebre redator do <i>Azemeil Vimaranesense</i>, que nele publicava, em jeito de folhetim, as “Crónicas do Brás Tisana”. É um importante repositório de notícias sobre a cidade do Porto, ao tempo. Apresentava-se, inicialmente, com apenas duas páginas e vendia-se, avulso, a dez réis, mas passou a ter quatro páginas e a vender-se por vinte réis a partir de 16 de agosto de 1834. Absorveu, em 1837, o diário cartista português <i>O Artilheiro</i>. Algumas primeiras páginas digitalizadas aqui: https://ephemerajpp.com/2018/01/20/periodico-dos-pobres-no-porto/
<i>Açoriano Oriental</i>	1835	Fundado a 18 de abril de 1835 por Manuel António de Vasconcelos, ainda publicado, é o mais antigo jornal português a circular ininterruptamente com o mesmo título (https://www.acorianooriental.pt/). Embora nascido como jornal político semanal, tornou-se, com o tempo, um jornal de informação geral. É diário desde 1 de janeiro de 1979.

<i>A Vedeta da Liberdade</i>	1835	Influente diário político portuense, é conhecido por ter sido nele que se estreou o principal jornalista político português de Oitocentos — António Rodrigues Sampaio, futuro redator principal do mais importante diário político português até cerca de 1880 — <i>A Revolução de Setembro</i> . Circulou entre 1 de maio de 1835 e 31 de dezembro de 1839. Politicamente, evoluiu da esquerda liberal que deu origem ao Setembrismo para uma posição mais ambígua à medida que se fazia sentir a influência de Costa Cabral na política portuguesa. No entanto, antes de a sua publicação cessar, o jornal anunciou a sua fidelidade à <i>Constituição</i> setembrista. Além de Rodrigues Sampaio, que chegou a ser seu redator principal, colaboraram com o jornal o antigo monge beneditino e padre António do Carmo Velho de Barbosa, conhecido por “padre Vedeta” devido, precisamente, ao seu papel preponderante no diário; e o jurista e magistrado Francisco de Paula e Sousa Vilas Boas, antigo governador-civil de Castelo Branco e futuro redator principal do diário oficial <i>Diário de Lisboa</i> (título que assumiu a <i>Gazeta de Lisboa/Diário do Governo</i> entre 1 de novembro de 1859 e 31 de dezembro de 1868).
<i>O Eco: Jornal Crítico, Literário e Político</i>	1835	Bissemário insinuantemente legitimista e miguelista, ainda que, devido aos tempos adversos, nunca o tenha afirmado claramente. Teve considerável influência entre os adeptos do Antigo Regime e de D. Miguel, os quais, apesar da derrota militar, ainda eram muitos em Portugal. A preferência do seu público-alvo assegurou-lhe uma certa longevidade — publicou-se entre 4 de agosto de 1835 e 13 de agosto de 1840. Pode consultar-se aqui: https://catalog.hathitrust.org/Record/100383438?type=B%D=title&lookfor=B%D=O%20eccc%3A%20jornal%20cr%C3%ADtico%2C%20litterario%20e%20pol%C3%ADtico&ft=ft E aqui (a partir do número 438 de 4 de janeiro de 1840): https://books.google.pt/books?id=hyYqAQAAIAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-PT&source=gbg_summary_r&cad=ov=onepage&q&f=false#v=onepage&q&f=false
<i>O Artilheiro</i>	1835	Influente, irónico e sarcástico jornal portuense, inicialmente bissemanal e depois diário, foi publicado entre 22 de agosto de 1835 e 14 de julho de 1837. Alinhava pelo Cartismo moderado, ainda que com independência. Opôs-se com vigor ao Setembrismo. Foi absorvido pelo mais importante <i>Periódico dos Pobres no Porto</i> . Teve por redator principal José de Sousa Bandeira, o célebre redator do <i>Azemel Vimaranesense</i> que, estando preso a mando das autoridades durante o Miguelismo, tinha escapado à morte pela entrada do exército liberal em Lisboa e que depois lançou, em 1851, o <i>Braz [Brás] Tisana</i> , identicamente irónico. Teve, seguidamente, por redator principal João Nogueira Gandra.
<i>Gazeta de Portugal</i>	1835	Trissemanário lisboeta moderado e pragmático que alinha inicialmente pelo Setembrismo, contra o Governo de então, para depois, face aos excessos dos setembristas e à violência nas ruas, se manifestar a favor da lei e da ordem, aproximando-se do Cartismo. Foi publicado entre 21 de outubro de 1835 e 10 de fevereiro de 1837.
<i>O Movimento</i>	1835	Semanário da esquerda liberal que haveria de culminar no Setembrismo, foi publicado em Lisboa entre 1 de novembro de 1835 e 28 de agosto de 1836.
<i>O Tempo</i>	1835	Diário lisboeta da esquerda liberal — e posteriormente setembrista — circulou, promovido por José Estêvão, entre 4 de março de 1835 e 24 de agosto de 1839. Fundiu-se com <i>A Lança</i> , em 1840, para darem origem ao grande periódico da esquerda liberal e do Setembrismo — <i>A Revolução de Setembro</i> (que seria, mais tarde, também o principal periódico dos regeneradores). Foi antecedido por <i>O Constitucional</i> (Lisboa, 2 de janeiro a 28 de fevereiro de 1835).
<i>O Independente: Jornal Político, Literário e Comercial</i>	1836	Diário cartista moderado, mas independente. Trata-se de um periódico que não hesitava em criticar o poder, mas também deu importância a temas politicamente transversais, batalhando pelo desenvolvimento material do País e pela generalização das escolas públicas. Publicou-se entre 20 de janeiro e 4 de novembro de 1836. Foi antecedido por outro jornal <i>O Independente</i> , trissemanário, publicado, em Lisboa, entre 3 de janeiro e 7 de março de 1835 (o título evocava, ademais, <i>O Independente</i> de 1821-1822, de Manuel Fernandes Tomás e José Joaquim Ferreira de Moura).

<i>O Toureiro</i>	1836	Jornal da esquerda radical liberal, a partir da qual se gerou o Setembrismo, foi publicado, sem regularidade, em Lisboa, entre 3 de maio de 1836 e 6 de junho de 1840. Incisivo, exerceu certa influência, facto comprovado pela republicação de alguns dos seus textos noutros jornais — conforme era, de resto, comum à época.
<i>O Português Constitucional</i>	1836	Usurpando um título que já tinha história na imprensa portuguesa, este novo diário <i>O Português Constitucional</i> apresentou-se como independente, crítico e anticorrupção, mas pode identificar-se com a esquerda liberal que corporizou o movimento setembrista. Foi publicado entre 2 de julho e 31 de outubro de 1836, em Lisboa, sendo de realçar que findou após o sucesso da <i>Revolução de Setembro</i> — talvez porque tendo os setembristas subido ao poder não tinha quem criticar.
<i>O Examinador</i>	1837	Diário político-noticioso cartista lisboeta, editado por J. César, circulou entre 13 de fevereiro e 14 de julho de 1837, sucedendo ao também cartista <i>O Popular</i> , que circulou entre 24 de dezembro de 1836 e 9 de fevereiro de 1837. Muitos jornais não exibiam, nesse tempo, constância na manutenção dos títulos. Teve alguma influência no campo cartista, possivelmente por causa do noticiário parlamentar e dos conteúdos sobre legislação, avisos, etc., parte relevante dos jornais políticos de então, justamente denominada “parte oficial”.
<i>O Procurador dos Povos</i>	1837	Diário da esquerda setembrista radical e democrática (isto é, empenhada na extensão do direito de voto e igualitária, num sentido mais socializante do que socialista). Exibia por lema “Liberdade e igualdade perante a lei”. Terá sido fundado em data incerta de dezembro de 1837, tendo perdurado até 1848. Teve uma certa dimensão, porque não só durou onze anos de publicação ininterrupta como tinha sede com tipografia própria. É possível que o jornal começado no final de 1837 seja a continuação — uma espécie de segunda série — de um semanário com o mesmo título, também publicado em Lisboa, e que circulou entre 12 de março e 13 de julho de 1833, ainda durante o Miguelismo. Nele colaborou aquela que terá sido a primeira mulher portuguesa a dedicar-se ao periodismo — a poetisa Maria José Silva Canuto. Teve por editor e redator principal José Manuel de Moura Lampreia, mais conhecido, simplesmente, por “o Lampreia”. Tal como <i>O Azorrague</i> , exibiu posições democráticas (no sentido da universalização do direito de voto) e igualitárias, num sentido, como se disse, socializante mas não socialista, favorável ao reconhecimento do mérito em detrimento da linhagem e do trabalho em detrimento da riqueza herdada. <i>O Periódico dos Pobres no Porto</i> considerava-o, em julho de 1840, um jornal republicano. A sua sede foi atacada nesse mesmo ano por desordeiros cabralistas.
<i>Correio de Lisboa</i>	1837	Trissemanário inicialmente setembrista e antimiguelista, foi mudando de posição à medida que crescia a instabilidade, nomeadamente depois dos sangrentos motins de março de 1838 em Lisboa, provocados pela sublevação da Guarda Nacional, transformando-se num diário do conservadorismo cartista, profundo antagonista do Setembrismo e dos periódicos setembristas e da anarquia que se vivia nas ruas. Foi publicado em Lisboa entre 23 de outubro de 1837 e 22 de janeiro de 1842. Teve por editor J. R. G. Falcão e por redator principal Rodrigo da Fonseca Magalhães, ministro do Reino, primeiro aliado e depois opositor e inimigo de Costa Cabral.
<i>O Portugal Velho</i>	1837	<i>O Portugal Velho</i> foi o primeiro periódico legitimista e miguelista a afirmar, com clareza, a sua ideologia após a derrota militar do Miguelismo, pregando sempre as virtudes do “Portugal Velho”. Foi também, por isso, a mais influente das publicações desse campo político. Publicou-se entre data incerta de 1837 e 20 de novembro de 1843. A partir de 1839, sem abandonar a sua linha legitimista, situou-se no campo anticabralista, seguindo, aliás, a tendência que se desenhava para a contranatura aliança entre miguelistas — absolutistas — e setembristas.

<i>O Diretor</i>	1838	Fundado por António Luís de Seabra e José António Magalhães, <i>O Diretor</i> inicialmente afirmou-se como um diário independente, sem ideologia bem definida, mas próxima do Setembrismo, que parecia imparável. Chegou a apoiar o Governo setembrista, eventualmente para obter favores políticos, antes de se converter em cartista, isto é, defensor da <i>Carta Constitucional</i> , situado, portanto, na direita liberal. No entanto, a partir de novembro de 1839 combateu o Governo de Rodrigo da Fonseca e Costa Cabral, até que, em nova inflexão, passou a apoiá-lo, eventualmente por interesse privado e não por ideologia. Por causa disso, alguns dos seus colaboradores abandonaram a redação — casos de Manuel G. de Miranda, Joaquim António de Aguiar e outros. Tornaram-se, então, seus redatores os deputados cartistas críticos António Luís de Seabra e António de Oliveira Marreca. Foi publicado em Lisboa entre 2 de janeiro de 1838 e 24 de dezembro de 1840.
<i>O Constitucional</i>	1838	Influente diário político pragmático, relativamente independente, ainda que possa ser conotado com a ala moderada do Setembrismo. Teve bastante aceitação entre o público, cansado das lutas aparentemente incessantes e, em alguns casos, violentas (por exemplo, as revoltas do Arsenal e da Guarda Nacional que ensanguentaram Lisboa entre 4 e 13 de março de 1838 e contribuíram para a ascensão de Costa Cabral), entre as esquerdas e direitas do Liberalismo. Redigido pelo deputado Cardoso Castelo Branco, circulou, em duas séries, com interrupções, entre 10 de janeiro de 1838 e data incerta de julho de 1842. Era editado em Lisboa. Opôs-se veementemente às políticas cabralistas (Costa Cabral entrou, pela primeira vez, no Governo, em 1839).
<i>O Azorrague: Jornal do Povo</i>	1838	Politicamente independente, é um periódico denunciador que, em nome de um Povo que mais não é do que uma noção abstrata, atinge todos os políticos e movimentos partidários por igual. Ontem como hoje, jornais como <i>O Azorrague</i> denotavam a desilusão de uma parte significativa dos cidadãos com a política e os políticos e queixavam-se do afastamento dos políticos das realidades do País e do Povo. <i>O Azorrague</i> surge, aliás, na mesma linha de outros periódicos independentes publicados à época — casos de <i>O Independente</i> , 1838-1839; <i>O Mensageiro: Jornal da Tarde e das Províncias</i> , 1838-1839; e o <i>Chega a Todos</i> , 1838-1839. Foi publicado em Lisboa, entre 18 de agosto de 1838 e 10 de junho de 1839, e teve por redator e editor o padre João Cândido de Carvalho, alcunhado “padre Rabecão”. Foi continuado, na mesma linha, por <i>O Democrata: Jornal do Povo</i> , publicado em Lisboa, igualmente pelo mesmo padre João Cândido de Carvalho, entre 12 de junho de 1839 e 11 de agosto de 1840.
<i>O Atleta</i>	1838	Influente jornal setembrista portuense, foi publicado entre 1 de junho de 1838 e 31 de dezembro de 1841. Terá sido promovido por José Estêvão. Circulou com o título <i>Defensor do Atleta</i> , entre janeiro e março de 1841. Devido ao duro combate que empreendeu contra Costa Cabral, foi um dos periódicos mais atingidos pela repressão cabralista a partir de 1840 e teve mesmo a sua sede assaltada. Curiosamente, há um outro periódico intitulado <i>O Atleta</i> , com o subtítulo <i>Periódico Semanal, Histórico e Recreativo</i> , publicado em Lisboa, em 1838, do qual terão sido publicados somente seis números.
<i>O Português</i>	1840	Diário setembrista, com alguma influência pública, publicado entre data anterior a 8 de janeiro de 1840 e 1 de julho do mesmo ano. Foi seu editor e proprietário Manuel de Jesus Coelho, futuro proprietário de <i>O Patriota</i> (1843) e de outro diário intitulado <i>O Português</i> (1853), que continuaram o importante <i>O Nacional</i> (1834).
<i>A Lança</i>	1840	Periódico setembrista fundado por Joaquim da Fonseca Silva Castro, José Estêvão e Manuel José Mendes Leite. Só publicou 25 números, todos em 1840. Fundiu-se com <i>O Tempo</i> e desapareceu para se criar o diário <i>A Revolução de Setembro</i> . Um assalto por uma turba cabralista à sua sede, em 1840, terá contribuído para acelerar o seu desaparecimento,

<i>A Revolução de Setembro</i>	1840	Fundado em 1840, <i>A Revolução de Setembro</i> tornou-se o principal diário político português, entre 1851 (Regeneração) e 1882, ano da morte de António Rodrigues Sampaio. Foi lançado, a 22 de junho de 1840, por um grupo de liberais da ala esquerda do Setembrismo, entre os quais José Estêvão, Manuel José Mendes Leite e Joaquim da Fonseca Silva Castro, mas contou com a colaboração de outros setembristas, como António Rodrigues Sampaio. Sampaio, com o tempo, tornou-se o protagonista e mentor do periódico, como redator principal. Teve, no entanto, outros nomes gradados da política e do publicismo português Oitocentista como colaboradores, como José Maria Latino Coelho e António Pedro Lopes de Mendonça. Surgido como um diário radical setembrista, <i>A Revolução de Setembro</i> foi um dos periódicos que mais combateu Costa Cabral e o Cartismo, tendo, por isso, sido o alvo predileto da fúria das autoridades e dos cabralistas. Após 1851, com a Regeneração, o jornal foi-se moderando, tornando-se, tal como o seu mentor, António Rodrigues Sampaio, em apoiante do Partido Regenerador. Também se modernizou, ultrapassando, como outros periódicos, o seu perfil puramente político para dar abrigo à informação de atualidade, num modelo que mais-bem se pode denominar como político-noticioso, principalmente após 1847. Foi publicado até 23 de março de 1892, mas, nesta altura, já era somente um pálido reflexo do que tinha sido até dez anos antes. A sua publicação foi interrompida, voltando um grupo de regeneradores a tentar relançar o título, sem sucesso, numa segunda série. Em 1901, suspendeu, de vez, a publicação. Vários números podem consultar-se aqui: http://purl.pt/14345
<i>O Português</i>	1840	Este segundo jornal de 1840 a intitular-se <i>O Português</i> , ao contrário do outro, era cartista. Teve por editor F. R. Isac. Foi publicado entre 14 de dezembro de 1840 e 1 de abril de 1841.
<i>Jornal de Utilidade Pública (O Dez Réis)</i>	1841	Diário político-noticioso “popular”, vendido por 10 réis, um preço muito inferior aos restantes jornais político-noticiosos. Conhecido quer por <i>Jornal d’Utilidade Pública</i> (título oficial unificado) quer por <i>O Dez Réis</i> , foi editado em Lisboa. Circulou entre 1 de janeiro de 1841 e data incerta de 1846. Os primeiros oito números foram somente intitulados <i>Jornal de Utilidade</i> .
<i>O Correio Português</i>	1841	Diário político-noticioso cartista, antissetembrista, editado por Manuel António Ferreira Portugal, em Lisboa, circulou entre 1 de dezembro de 1841 e terminou a 31 de dezembro de 1845, tendo, no entanto, sido continuado por <i>A Restauração da Carta</i> , publicado entre 2 de janeiro e 20 de abril de 1846. Foi público apoiante de Costa Cabral e do movimento para a restauração da <i>Carta Constitucional</i> (o que aconteceu em 1842, por ação de Cabral), em substituição da <i>Constituição</i> setembrista de 1838, imposta na sequência da Revolução de Setembro. Foi um jornal moderno que, além dos artigos políticos, nomeadamente do fundo, englobava, como outros à época, uma parte oficial (legislação, nomeações, avisos...), notícias do Reino e do estrangeiro, informações sobre espetáculos, informações comerciais (movimento de navios, preços correntes, taxas de câmbio...), etc. Foi continuado pelo diário <i>A Restauração da Carta</i> (1846), no qual se notabilizou um importante jornalista português de Oitocentos: José da Silva Mendes Leal Júnior.
<i>A Restauração</i>	1842	Diário cartista e cabralista, teve sede em Lisboa. Foi lançado a 25 de maio de 1842. O seu último número data de 14 de outubro de 1846. Foi seu editor Manuel António Ferreira Portugal.

<i>O Patriota</i>	1843	<i>O Patriota</i> foi o direto sucessor do importante diário setembrista <i>O Nacional</i> (1834). Propriedade de Manuel de Jesus Coelho, terá sido idealizado pelo deputado setembrista Leonel Tavares Cabral, mentor do empreendimento. Com sede em Lisboa, circulou entre 1 de janeiro de 1843 e 9 de abril de 1853. Colaboraram com o jornal importantes nomes da política e das letras do miolo de Oitocentos, como Paulo Midosi, Bernardino Martins da Silva, João Félix Rodrigues e Firmino Leal de Almeida. Devido ao seu inflamado discurso anticabralista, foi processado judicialmente pelo Governo várias vezes, por abuso de liberdade de imprensa, ainda que tenha sido sempre absolvido, quer antes da queda e exílio de Cabral, a 20 de maio de 1846, quer depois do seu regresso ao poder, a 18 de junho de 1849. O seu equipamento tipográfico chegou a ser apreendido pelas autoridades e Leonel Tavares Cabral foi preso. Em 1848, evidenciou simpatias pelo republicanismo e apoiou a instituição da República Francesa, durante o movimento da Primavera dos Povos. Em 1849, apoiou a fundação do efémero Partido Nacional, que reuniu adversários de Costa Cabral — cartistas, setembristas e miguelistas — regressado à chefia do Governo a 18 de junho de 1849 (os seus adversários dos mais diversos quadrantes moveram-lhe uma oposição nunca vista em Portugal). Em 1851-52, foi um dos periódicos que mais atacaram a saída dos setembristas do Governo regenerador de Saldanha, que os afastou para dar lugar a moderados como Rodrigo da Fonseca Magalhães e Fontes Pereira de Melo. Sucedeu-lhe <i>O Português</i> (1853), bastante mais moderado e centrista, face ao descrédito dos radicalismos de esquerda e de direita, igualmente propriedade de Manuel de Jesus Coelho, no qual colaborou Alexandre Herculano. Alguns suplementos burlescos (ilustrados) do jornal digitalizados aqui: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/SuplementoBurlescoaoPatriota/Suplementoburlescoapatriota.htm Números de 1851 digitalizados no Google Books: https://books.google.pt/books?id=n1YxKI8zxI4C&printsec=frontcover&dq=editions:E5XiZafziyQC&hl=pt-PT&sa=X&ved=2ahUKEwiKp53MgO3qAhXH3oUKHU3rA6AQ6AEwAHoECAAAQAg#v=onepage&q&f=false
<i>A Coalizão [A Coallisão]</i>	1843	Com sede no Porto, este influente jornal anticabralista circulou entre 2 de janeiro de 1843 e 23 de abril de 1846. Foi judicialmente processado por várias vezes, chegando a ser suspenso pelas autoridades. Apelou à união de forças contra Costa Cabral e opôs-se à restauração da <i>Carta Constitucional</i>, em 1842. Foi sucedido pelo importante e longo jornal portuense <i>O Nacional</i> (1846). Pode consultar-se aqui: http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=realgabobrasraras&pagfis=28927
<i>O Cinco Réis: Jornal de Interesse Público</i>	1843	Diário político-noticioso popular de baixo preço publicado em Lisboa entre 1 de abril e 7 de agosto de 1843.
<i>A Oposição Nacional: Jornal de Coimbra</i>	1844	Periódico setembrista coimbrão, <i>A Oposição Nacional</i> nasceu no contexto da luta contra Costa Cabral e o Cartismo. Foi publicado entre 9 de julho e 21 de setembro de 1844, tendo sido seu editor literário J. L. Morais. Aguerrido. Teve vários problemas com as autoridades e chegou a ser suspenso. O seu surgimento salienta a importância de Coimbra como cidade sede de vários periódicos, num tempo em que a publicação de jornais começava a alastrar. Foi continuado por <i>O Grito Nacional</i>, entre 19 de maio e 24 de dezembro de 1846; e por <i>O Povo: Jornal de Coimbra</i>, mas já sob a direção de António de Jesus Maria da Costa, publicado até 1851.
<i>O Nacional</i>	1846	Trata-se de um novo jornal <i>O Nacional</i>, mas este foi publicado no Porto entre 25 de maio de 1846 e 11 de novembro de 1870. Na fase inicial da sua vida notabilizou-se pela oposição a Costa Cabral. Moderou o seu discurso após a Regeneração e tornou-se apoiante da Regeneração e do Partido Regenerador. Sucedeu a outro jornal portuense anticabralista — <i>A Coalizão</i>, mantendo o tom e as causas do seu antecessor. Colaboraram com o jornal nomes como Camilo Castelo Branco e José Luciano de Castro, quando ainda era jovem. Não pode confundir-se com o diário lisboeta <i>O Nacional</i> (1834), que depois deu origem a <i>O Patriota</i> (1843) e <i>O Português</i> (1853).
<i>A Restauração da Carta</i>	1846	Diário cartista e cabralista com sede em Lisboa, sucedeu a <i>O Correio Português</i> e circulou entre 2 de janeiro e 20 de abril de 1846. Foi seu editor literário J. H. Guedes. Contou com a colaboração de José da Silva Mendes Leal Júnior.

<i>A Estrela do Norte</i>	1846	Periódico portuense, alinhado com a esquerda setembrista, circulou entre 8 de junho de 1846 e 21 de junho de 1847. Foi continuado por <i>O Eco Popular</i> (1847), por sua vez continuado por <i>O Amigo do Povo</i> (1860).
<i>O Eco Popular</i>	1847	Jornal portuense da esquerda liberal setembrista e, depois, do Partido Histórico. Relativamente longo, influente e bem-sucedido, o seu primeiro número data de 4 de agosto de 1847 e o último de 3 de janeiro de 1860. Sucedeu ao jornal <i>A Estrela do Norte</i> , tendo assumido idêntico alinhamento político e discursivo. Era propriedade dos irmãos J. L. S. de Carvalho e A. L. S. de Carvalho. Foi sucedido por um novo jornal intitulado <i>O Amigo do Povo</i> , que circulou em 1860, alinhado, tal como <i>O Eco Popular</i> , com o Partido Histórico.
<i>O Estandarte</i>	1847	Diário da direita cartista conservadora, foi publicado em Lisboa entre 2 de agosto de 1847 e 22 de novembro de 1851. Embora o seu editor literário fosse Manuel António Ferreira Portugal, o seu mentor, proprietário e redator principal foi o irmão de Costa Cabral, José Bernardo da Costa Cabral, que o fundou após regressar do exílio. Nessa altura, porém, já havia alguma tensão entre os irmãos, pelo que o periódico, para gáudio da imprensa setembrista e da imprensa miguelista, exibiu uma certa independência crítica em relação ao cabralismo e mesmo agressividade até Costa Cabral reassumir a chefia do Governo, em 1849. O seu discurso pode caracterizar-se por uma proposta simultaneamente cartista radical e nacionalista, crítica do Império Britânico, por causa dos termos que tinham conduzido à intervenção estrangeira em Portugal para acabar com a Guerra Civil da Patuleia (1846-1847). Esgrimia, frequentemente, argumentos com os periódicos setembristas (nomeadamente com <i>A Revolução de Setembro</i>) e miguelistas e mesmo com outros periódicos cabralistas mais moderados numa célebre revista da imprensa. Tornou-se apoiante de Saldanha após a Regeneração (1851), digladiando-se, fortemente, com <i>A Lei</i> , de Costa Cabral, já que defendia que o golpe regenerador, liderado por Saldanha, tinha ocorrido por causa da incapacidade do Governo cabralista. Digitalizado aqui: http://purl.pt/14335
<i>A Nação</i>	1847	Jornal conservador, legitimista, nostálgico do Miguelismo. Sobreviveu a todas as vicissitudes e mudanças de regime entre 15 de setembro de 1847, dia do seu primeiro número, e 23 de setembro de 1928. Procurou, essencialmente, desacreditar a Monarquia Constitucional e, depois, a I República. Foi seu primeiro editor responsável A. M. C. Lacerda Coronel. Colaboraram na redação o advogado Manuel Maria da Silva Bruschy (que chegou a defender em juízo o progressista histórico Manuel de Jesus Coelho contra António Rodrigues Sampaio, sinal de que as cumplicidades entre homens extravasavam o campo político), Manuel José Gomes de Abreu Vidal e João de Lemos Seixas Castelo Branco. Digitalizado aqui: http://purl.pt/28600
<i>O Observador: Jornal Político e Literário</i>	1847	Com sede em Coimbra, circulou entre 16 de novembro de 1847 a 20 de dezembro de 1853. Assumiu uma linha moderada, mas relativamente alinhada com a esquerda liberal setembrista. José de Moraes Pinto de Almeida teve nele as funções de redator principal e editor. O importante jornalista, médico e professor universitário coimbrão Joaquim Martins de Carvalho, do <i>Conimbricense</i> , também colaborou com o periódico. Sucedeu-lhe o longo <i>O Conimbricense</i> (1854). Alguns números podem consultar-se aqui: http://purl.pt/23469
<i>O Popular: Jornal da Tarde</i>	1848	Diário vespertino cartista moderado publicado, em Lisboa, entre 14 de abril de 1848 e 8 de setembro de 1849. Foi seu editor literário António Augusto Maria dos Santos. Transferiu os seus assinantes para <i>A Lei</i> , fundado pouco depois do fim de <i>O Popular</i> , sem que o primeiro tenha aceite o legado político do último.
<i>O Jornal do Povo: Redigido Gratuitamente por uma Sociedade de Cartistas</i>	1848	Bisemanário cartista portuense, foi relativamente bem-sucedido, o que se traduziu numa certa longevidade. Foi publicado entre 29 de abril de 1848 e 29 de julho de 1854.

<i>O Regenerador: Jornal do Povo</i>	1848	Alinhado com o espírito da Primavera dos Povos e da proclamação da Segunda República em França (a qual, curiosamente, abriu caminho ao Segundo Império Francês), foi o primeiro periódico republicano português. Teve inspiração maçónica e apelou à união ibérica. Clandestino, tinha por mote a célebre divisa da Revolução Francesa — “Liberdade, Igualdade, Fraternidade”. Foi publicado em Lisboa, entre 16 de abril e 15 de novembro de 1848. Terá tido por redatores João Cândido de Carvalho, o conhecido padre “Rabecão”, e João Daniel de Sines, curiosamente um anticlerical. Abriu caminho a outros periódicos republicanos clandestinos de 1848, tais como o mensário <i>A Alvorada</i> (http://purl.pt/14888), redigido por António Maria Nogueira, entre abril e maio de 1848; <i>O Republicano</i> (http://purl.pt/14891), com cinco números publicados em datas incertas de 1848; e <i>A República: Jornal do Povo</i> (http://purl.pt/14893), igualmente redigido por João Cândido de Carvalho, o padre “Rabecão”, e com cinco números publicados entre 25 de abril e 20 de junho de 1848. Teve, tal como os restantes periódicos republicanos desse ano, pouca repercussão, circulação e influência. Digitalizado aqui: http://purl.pt/14890
<i>A Alvorada</i>	1848	Mensário republicano quase sem expressão (terão sido publicados somente dois números, em abril e maio de 1848),
<i>A Lei</i>	1849	Trissemanário cartista e cabralista, foi publicado, em Lisboa, entre 1 de setembro de 1849 e 13 de agosto de 1853. Passou, depois, a diário, saindo de segunda a sábado, conforme era comum à época. Foi, ao tempo, o principal veículo de Costa Cabral no espaço público, excluindo o <i>Diário do Governo</i> , durante o tempo em que este político chefiou o Ministério. O seu discurso salientava os aspetos positivos do Governo de Costa Cabral (18 de junho de 1849 a 1 de maio de 1851), nomeadamente a criação de novas infraestruturas, e apelava, denodadamente, à lei, à ordem e à tranquilidade públicas. Bateu-se, no espaço público dos impressos, contra os ataques violentos e, frequentemente, caluniosos de todos os adversários do cabralismo, incluindo os que o próprio irmão de Costa Cabral lançava em <i>O Estandarte</i> , porta-voz da direita radical cartista e nacionalista. Reafirmou no número de 11 de setembro de 1849 que, embora tenha aceitado a transferência de assinantes de <i>O Popular</i> , prezava e mantinha a sua independência face a este último periódico. Após a Regeneração, tornou-se adversário de Saldanha, apesar do autoafastamento de Costa Cabral da vida política. Fundiu-se com o jornal <i>A Imprensa</i> , dando origem ao diário <i>Imprensa e Lei</i> (1853-1856). Mas, nessa altura, o cabralismo já não era mais do que um vestígio histórico. Foi seu editor J. M. Figueiredo.
<i>A Pátria</i>	1849	Jornal legitimista (miguelista) e católico, circulou no Porto, entre 7 de fevereiro de 1849 e 25 de fevereiro de 1851. Foi continuado por <i>O Portugal</i> (1851) — o qual seria, por sua vez, continuado por <i>O Povo Legitimista</i> (1861).
<i>O Porto e a Carta</i>	1850	Importante diário cartista portuense, durou entre data incerta de 1850 e 1860. Teve por editor Jerónimo José da Silva e por administrador João Rodrigues da Silva Santos. É um importante repositório de notícias sobre a cidade do Porto durante a década de 1850.
<i>O Portugal</i>	1851	Continuação de <i>A Pátria</i> (1849), foi um periódico conservador, católico e legitimista (miguelista) publicado no Porto entre 15 de fevereiro de 1851 e 2 de maio de 1857. Foi seu editor José Ferreira da Silva.
<i>O Ateneu: Jornal Literário, de Administração e Economia Social</i>	1851	Periódico socialista e republicano publicado, em Lisboa, entre 6 de janeiro de 1850 e 30 de março de 1851, na sequência da intensificação dos debates sobre o rumo da sociedade industrial capitalista resultantes da publicação do <i>Manifesto do Partido Comunista</i> , por Marx e Engels, em 1848. Foi seu editor António de Serpa Pimentel e teve por colaboradores, entre outros, João de Andrade Corvo, Joaquim Júlio Pereira de Carvalho, José Maria Latino Coelho, Tomás de Carvalho, Luís de Almeida e Albuquerque, Joaquim Tomás Lobo de Ávila, José Eduardo de Magalhães Coutinho, Albino Francisco de Figueiredo, António Joaquim de Figueiredo e mesmo José Maria do Casal Ribeiro, antes da sua adesão ao Partido Regenerador do marechal Saldanha. Foi o primeiro jornal socialista importante no País. Cópia digital disponível aqui: http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=realgabobrasraras&pagfis=24443

<i>Diário dos Pobres</i>	1851	Diário cabralista popular, de baixo preço, publicado, em Lisboa, sob a batuta de José Cândido da Silva, entre 2 de janeiro e 3 de junho de 1851. Foi continuado pelo diário <i>O Conservador</i> (1851-1852).
--------------------------	------	---

Fonte: produção própria a partir de dados da Porbase, Tengarrinha (2013) e outros autores (cf. bibliografia).

Tabela 18
Exemplo da distribuição de periódicos pelos campos políticos (1834-1851)

Cartistas	Setembristas	Legitimistas	Independentes
<i>O Universal</i> <i>Periódico do Pobre</i> <i>Periódico dos Pobres no Porto</i> <i>O Artilheiro</i> <i>O Independente</i> <i>O Examinador</i> <i>Correio de Lisboa*</i> <i>O Diretor*</i> <i>O Português</i> <i>O Dez-Réis</i> <i>O Correio Português</i> <i>A Restauração</i> <i>O Cinco-Réis</i> <i>A Restauração da Carta</i> <i>O Estandarte</i> <i>O Popular</i> <i>O Jornal do Povo</i> <i>A Lei</i> <i>O Porto e a Carta</i> <i>Diário dos Pobres</i>	<i>O Nacional*</i> <i>A Vedeta da Liberdade</i> <i>Gazeta de Portugal</i> <i>O Movimento</i> <i>O Tempo</i> <i>A Lança</i> <i>A Revolução de Setembro</i> <i>O Constitucional</i> <i>O Toureiro</i> <i>O Português Constitucional</i> <i>O Procurador dos Povos</i> <i>O Constitucional</i> <i>O Atleta</i> <i>O Português</i> <i>O Patriota</i> <i>A Coalizão</i> <i>A Oposição Nacional</i> <i>A Estrela do Norte</i> <i>O Eco Popular</i> <i>O Observador</i>	<i>O Eco</i> <i>O Portugal Velho</i> <i>A Nação</i> <i>A Pátria</i> <i>O Portugal</i>	<i>Sentinela Conimbricense</i> <i>O Azorruque</i> <i>O Mensageiro</i> <i>Chega a Todos</i> <i>O Democrata</i>

Fonte: produção própria.
*Mudaram a orientação política.



Figura 24
O Açoriano Oriental, fundado, a 18 de abril de 1835, é hoje o mais antigo jornal português em circulação.
Fonte: reprodução do original.

Apesar da onnipresença hegemónica da imprensa política e político-noticiosa no meio do século XIX em Portugal, não se perdeu, no País, a tradição da grande informação noticiosa, fosse ela especializada (caso de periódicos como a *Folha Comercial da Praça de Lisboa*) ou generalista (casos de *O Correio*, *A Estrela* e, com título apropriado, *O Noticioso*), conforme se observa pelos exemplos da **tabela 19**. Um outro subsector que revelou vitalidade e o desejo de usar a imprensa como meio publicitário para obtenção de lucro foi o dos jornais de anúncios (**tabela 20**), aqui referido unicamente para documentar que a ideia que veio a constituir a base do modelo de negócio da imprensa organizada industrialmente já havia germinado em Portugal em meados de Oitocentos.

Tabela 19

Exemplos de periódicos informativos especializados e generalistas (1834-1851).

Título	Fundação	Características
<i>Folha Comercial da Praça de Lisboa</i>	1834	Jornal especializado publicado, a partir de 4 de janeiro de 1834, por Henrique Daniel Wencke, em Lisboa. Trazia, à semelhança dos seus congéneres, notícias sobre movimentos de navios, câmbios, preços dos bens nos mercados, etc. Alterou o título, por simplificação, para <i>Folha Comercial de Lisboa</i> , com o número de 5 de abril de 1834. Surgiu, ainda, no estertor da Guerra Civil, mas já com a capital na posse dos liberais — um sinal de esperança, portanto. Circulou até 31 de maio de 1862.
<i>O Correio</i>	1836	Bissemanário noticioso publicado, em Lisboa, entre 3 de dezembro de 1836 e 23 de dezembro de 1837. Poderá ter sido um típico periódico editado por uma tipografia — a Impressão Galhardo & Irmãos — para gerar lucro.
<i>A Estrela</i>	1837	Trissemanário noticioso lisboeta, durou de 28 de dezembro de 1837 a 11 de outubro de 1839. Sobreretudo republicava notícias e outros textos extraídos da imprensa nacional e estrangeira (neste caso, traduzidos), num tempo em que a noção de plágio era fluída.
<i>Correio Mercantil</i>	1838	Jornal comercial, económico e financeiro, direcionado para a burguesia comercial, industrial e agrícola. Nos conteúdos pouco se distinguia dos demais periódicos especializados em matéria económica e comercial. Foi publicado, semanalmente, entre 16 de julho de 1838 e 1 de julho de 1839. Era redigido por três corretores da bolsa: Massa, McBride e Moser. Recuperou, parcialmente, o título do <i>Correio Mercantil e Económico de Portugal</i> . Houve outros periódicos intitulados <i>Correio Mercantil</i> , um editado em Lisboa entre 5 de julho e 14 de outubro de 1862; e outro, subintitulado <i>Revista Hebdomadária Comercial, Industrial e Política</i> , que circulou entre 14 de novembro de 1856 e 29 de junho de 1857).
<i>O Noticioso</i>	1840	Periódico noticioso portuense publicado entre 1840 e 1842
<i>O Comércio</i>	1841	Periódico portuense, especializado em notícias financeiras, económicas e comerciais, foi publicado entre 24 de maio de 1841 e 9 de maio de 1842. É um de um vasto conjunto de jornais especializados em economia, comércio e finanças que sai no Porto, que se ia afirmando como a principal cidade industrial e mercantil de Portugal (o Porto produz para Lisboa gastar, dizia-se e ainda se diz). Terá sido continuado por um periódico de idêntico teor intitulado <i>O Cosmopolita</i> , entre 1843 e 1846. Este, por sua vez, será continuado pelo <i>Preços Correntes</i> (1844).

<i>Revista dos Jornais Políticos</i>	1843	Interessante diário generalista e totalmente independente que se distinguiu por republicar artigos e notícias de jornais de todas as tendências políticas, fazendo, tal como o seu título prometia, uma autêntica revista da imprensa política. Demonstrou que o público, não podendo acompanhar de perto a enorme quantidade de periódicos políticos que existiam e se sucediam, alguns de existência efêmera, cultivava já um certo gosto por uma publicação que seleccionasse textos dos vários periódicos (como hoje em dia faz a revista <i>Courrier International</i>), numa autêntica revista da imprensa (os periódicos políticos também faziam uma espécie de revista da imprensa comentada, na qual atacavam os periódicos opositores, transferindo o debate público para as suas páginas). Foi publicado em Lisboa, de 3 de abril a 12 de agosto de 1843, tendo por editor responsável T. J. J. de Sampaio.
--------------------------------------	------	---

Fonte: produção própria a partir de dados da Porbase, Tengarrinha (2013) e outros autores (cf. bibliografia).

Tabela 20
Exemplos de outros periódicos (1834-1850).

Título	Fundação	Características
<i>Folha de Anúncios</i>	1834	Embora não possa ser considerado um jornal como os demais, já que não continha artigos, notícias, folhetins, crónicas ou quaisquer conteúdos que se possam considerar jornalísticos, tem interesse referi-lo por seguir a via aberta em Portugal pelo <i>Periódico dos Anúncios</i> e outros semelhantes — um modelo de negócio centrado na captação de anúncios publicitários. Foi editado bissemanalmente, em Lisboa, em 1834. Em 1835, um periódico com idêntico título e idêntica finalidade foi editado no Porto, entre 1 de abril e 24 de agosto. Há vários exemplos de periódicos semelhantes, ainda que de vida curta.

Fonte: produção própria a partir de dados da Porbase, Tengarrinha (2013) e outros autores (cf. bibliografia).



Figura 25
Primeira página do primeiro número de *A Nação*. Fonte: reprodução do original (15 de setembro de 1847).

Embora mais sofisticados do que a imprensa vintista, os jornais políticos de 1834-1851 não deixaram de ser tremendamente aguerridos e, por isso, o seu discurso, frequentemente, era agressivo e, pontualmente, desbocado, ofensivo e calunioso. A imprensa romântica era pouco — muito pouco — profissional e excedia-se, habitualmente, no discurso, contaminado pelos valores e estilo da oratória política de então. Alguma da intelectualidade da época não tinha, em consequência, boa opinião da imprensa combativa e de opinião do Romantismo, acusando-a, inclusivamente, de invadir a esfera privada que, ancorada no individualismo liberal, se ia estabelecendo por contraposição à esfera pública. Luz Soriano (1854: 22), seu coevo, apelidava-a de “depravada”, “imprensa de partido (...) monopolizada nas mãos de meia-dúzia de jornalistas, só serve para falar às paixões, aos ódios e aos rancores pessoais, indo como tal (...) devassar tudo quanto há de mais privado”. Também Teixeira de Vasconcelos (1859, p. 27), por seu turno, escrevia:

A influência dos jornais é grande em Portugal e podia ser muito maior se os ataques à vida particular dos cidadãos e a pouca compostura de linguagem lhes não diminuíssem consideravelmente a autoridade. Há muita gente que finge em público desprezá-los, mas que os lê com avidez em particular. (...) Esses mesmos, se uma linha os molestou (...), acodem logo ao escritório do periódico ou à caça dos redatores com uma resposta de duas colunas e se as coisas públicas não andam a seu gosto, não largam os redatores.

Mais tarde, Guimarães Fonseca (1874, p. 19), numa carta aberta endereçada a um dos mais importantes jornalistas políticos portugueses do século XIX, António Rodrigues Sampaio, salientava:

A moderna geração não visa tão alto no diurno gladiar de questiúnculas e nas apoteoses guindadas aos anónimos viscondes do *high-life*. A imprensa, com honestíssimas e brilhantes exceções (...), negoceia as vulgaridades argentárias, ou adula os dispensadores das graças régias. Não discute com a ciência dos factos, com a crítica dos acontecimentos. Não agride o mal, não verbera o crime (...), acusa fantasiosamente, deprime por cálculos egoístas, rouba o estímulo do louvor (...), assim desvirtuada, esta grande vestal da opinião pública, assim prostituída e esguedelhada nas orgias imundas, assim arrastada no lodo vil das paixões brutais.

Os jornais políticos de meados de Oitocentos eram lidos, principalmente, pela “burguesia triunfante”, essa mesma que, segundo Teixeira de Vasconcelos (1859), não largava os redatores, e que “não tinha uma educação literária requintada (...) nem cultura profunda, nem grandes preocupações e exigências formais, e procurava sobretudo uma aquisição fácil e rápida de conhecimentos gerais e o debate dos problemas concretos da administração pública.” (Tengarrinha, 1989, p. 151) A generalidade dos jornais publicados em Portugal nesse tempo

prosseguia, grosso modo, a tradição da apaixonada e individualista combatividade política dos pasquins de um homem só do vintismo. Pautavam-se, também, pela diversidade, correspondendo à segmentação das ideias políticas do público burguês. Tengarrinha (1989, p. 155) é da mesma opinião:

Surpreendemos no jornalismo político após 1834 (...) um novo conteúdo ideológico (...). A imprensa vintista (...) exprimia a luta entre o absolutismo e o constitucionalismo (...). Agora aparecem jornais progressistas defensores dos estratos mais baixos da população, em especial da pequena burguesia, e jornais partidários de uma ordem cartista moderada, que beneficiava especialmente os grandes proprietários de terras e a alta burguesia comercial. Mas além destes, surgem também os primeiros periódicos (...) nem progressistas nem moderados (...). O que neles se exprime (...) é apenas um estado de insatisfação, de desacordo (...), uma posição meramente negativa.

A complexidade da paisagem político-jornalística portuguesa foi-se complexificando na década de 1840, devido à ascensão de Costa Cabral ao poder e à adoção de um certo autoritarismo administrativo como princípio da governação modernizadora do País e do Estado. Entre os defensores da *Carta Constitucional*, os cabralistas afastaram-se dos cartistas moderados. Mas entre os setembristas, radicais e moderados também se afastaram uns dos outros. Os miguelistas ainda estavam ativos. Tudo isto teve repercussões na imprensa. Periódicos cartistas, como o *Correio de Lisboa* e o governamental *Diário do Governo*, hostilizaram ativamente o setembrismo; *A Revolução de Setembro* e *O Nacional* hostilizaram os cartistas e, em especial, os cabralistas. *A Nação*, legitimista, já de 1847, hostilizava-os a todos e queria, na verdade, o regresso de D. Miguel.

Qual seria a real influência dos periódicos políticos oitocentistas após 1834? Conjetura José Tengarrinha (1989, pp. 205-206):

Foi nesta (...) época que o jornalismo exerceu mais vincada influência na opinião pública. O âmbito dos leitores alargou-se (...) até à pequena burguesia. (...) Os jornais (...) eram (...) o centro da vida política e social. Por eles se liam os debates nas câmaras, se conheciam as disposições oficiais, se discutiam as diretrizes do partido ou da facção expressas nos artigos de fundo, se sabiam os principais acontecimentos (...), se adquiriam conhecimentos (...), se dispunha de um meio de distração e divertimento. Essa influência é tanto mais evidente quanto é certo que os leitores se agrupavam em torno dos jornais com que se identificavam (...), sendo de admitir (...) que as opiniões expostas (...) fossem reforçar ou corrigir as suas ideias. (...) Mas neste ponto da questão não podemos esquecer a esclarecida afirmação de R. Manevy: “A imprensa *faz* a opinião (...) na medida em que esta se quer deixar fazer”.

Com a vantagem de com eles conviver, Teixeira de Vasconcelos (1859, pp. 28-29) reflete, identicamente, sobre a influência que os periódicos da sua época teriam na sociedade portuguesa e, pertinentemente, conjectura sobre os efeitos do jornalismo na própria língua portuguesa:

Os jornais têm, pois, uma importância considerável nos negócios públicos, como é de justiça num governo livre, e tanto os periódicos políticos, como os literários, contribuem diariamente para a propagação da leitura, instruem e recreiam as pessoas (...) e excitam a mocidade ao exercício das funções literárias. A língua portuguesa perdeu por intervenção deles uma parte da sua pureza vernácula (...), mas adquiriu maior elasticidade do que tinha antes. Eu creio que a cessação dos jornais em Portugal seria uma grande calamidade pública, porque ao governo faltaria o meio mais fácil de conhecer a opinião geral, e aos governados o desafogo de pôr no papel as suas boas e más paixões, que teriam de manifestar-se por outros meios, mais perigosos. O jornal contribui para obstar às conspirações, como o duelo evita a (...) emboscada (...).

A permanente agitação política e militar em que o país viveu ao longo da primeira metade do século XIX teve, no entanto, uma consequência positiva para a imprensa: o interesse pela informação e pela opinião sobre o País recrudescceu. O Reino ocupava cada vez mais páginas nos jornais, enquanto o noticiário do estrangeiro se reduzia na mesma proporção (Tengarrinha, 1989, p. 156). Porém, teve também uma consequência negativa, pois, por variadas vezes, se constrangeu, normativamente, a liberdade de imprensa no País, apesar da *Constituição* de 1838 e da *Carta Constitucional* instituírem esta liberdade como direito constitucionalmente consagrado.

Entre 1839 e 1842, Costa Cabral foi o expoente da decadência do Setembrismo e da ascendência do Cartismo na política portuguesa. O seu golpe principal foi dado em fevereiro de 1842. Já totalmente alinhado com os cartistas, orquestrou um pronunciamento militar que, no dia 10 desse mês, com a conivência da Rainha, repôs em vigor a *Carta Constitucional* (seria, com emendas, a Lei Fundamental do País até 5 de outubro de 1910). Durante o Cabralismo⁷¹, a liberdade de imprensa foi regulada, ou, mais precisamente, constrangida por vários diplomas.

A *Carta Constitucional* instituiu a liberdade de imprensa. Porém, a imprensa oposicionista foi atingida por numerosas formas de censura indireta e outros constrangimentos, entre

⁷¹ Período durante o qual Costa Cabral, como ministro da Justiça (1839-1842), ministro do Reino (1842-1846) ou chefe do Governo (18 de junho de 1849 a 26 de abril de 1851), foi a principal personalidade da política e do Governo em Portugal. Durante a sua liderança carismática consolidou-se o Estado Liberal e o Miguelismo foi definitivamente ultrapassado. Lançaram-se as bases da política de modernização da administração e da política de obras públicas e fomento que teriam particular expressão após a Regeneração, predominantemente durante o Fontismo. Mas isso foi feito à custa de políticas autoritárias que revoltaram e sublevaram a Oposição.

os quais atos administrativos, processos sucessivos por abuso de liberdade de imprensa, impedimento de circulação por correio, pagamento a arruaceiros que destruíam as tipografias dos jornais da Oposição, sequestro dos equipamentos tipográficos pelas autoridades, etc..

A 4 de fevereiro de 1844, os setembristas intentaram um levantamento militar contra o regime de Costa Cabral, em Torres Novas. As garantias constitucionais à imprensa foram retiradas após essa intentona e vários jornais, com o setembrista *Revolução de Setembro* à cabeça, foram administrativamente impedidos de sair desde 6 de fevereiro até 24 de maio de 1844. Certos jornalistas, como José Estêvão, tiveram de exilar-se. Essa decisão de Estêvão abriu as portas do cargo de redator principal do *Revolução de Setembro* a António Rodrigues Sampaio, que se veio a distinguir como o principal jornalista político — ou político-jornalista — português de Oitocentos. A repressão abateu-se, então, sobre os jornais oposicionistas, particularmente os setembristas, com o aguerrido *Revolução de Setembro* à cabeça⁷².

O Governo cabralista, efetivamente, mandou fechar a tipografia onde o *Revolução de Setembro* era impresso, selar as instalações e prender os distribuidores conhecidos, mas um dia em que o cerco policial se apertava, segundo Tengarrinha (1963, p. 9 e p. 18), Sampaio fugiu com duas caixas com tipos e desde 22 de julho de 1844, apesar das investigações policiais e da repressão, o *Revolução de Setembro* passou a ser redigido, composto, impresso e distribuído “ilegalmente” por todo o Reino. Durante meses, poucos sabiam onde se encontrava Rodrigues Sampaio, que então vivia numa espécie de semiclandestinidade, nem onde se imprimia o

72 O jornal *A Revolução de Setembro* narra a perseguição que lhe moveram em 1844. A 25 de maio, sai mais cedo, justificando-se com a necessidade de se antecipar a “um ataque a todas as tipografias constitucionais” que estaria em preparação. A última folha do jornal, inclusivamente, sai em branco, pois não houve tempo para a compor: “Este número vai mais cedo para o prelo porque sabemos com certeza que se tenciona dar um ataque a todas as tipografias constitucionais. Vai parte desta folha em branco para denunciarmos ao país este atentado, que nem essa denúncia poderíamos fazer se demorássemos a impressão.” A 28 de maio, noticia que vários dos seus distribuidores tinham sido presos. A 29 de maio, insere a notícia de que só poderia publicar meia folha, porque tinham prendido quatro dos compositores e impressores e um distribuidor: “Publicamos só meia folha porque 4 dos nossos compositores e os impressores foram hoje presos (...), apesar de nos acharmos munidos de um despacho do juiz competente. Um distribuidor também foi preso. Amanhã, na Boa-Hora o nosso editor responderá por estas publicações e aí apresentará os títulos legais em que se autoriza. (...) Os nossos assinantes têm sofrido muitas faltas que não podemos remediar. Todos os regedores de paróquia e cabos de polícia têm ordem para prenderem os distribuidores (...). Mas (...) não consentimos numa violação flagrante que se passasse em silêncio seria o estabelecimento do despotismo.” A 30 de maio, escrevia: “Ainda não podemos publicar folha inteira por causa da perseguição da autoridade administrativa.” Mais tarde, apesar de o jornal e o seu editor terem sido ilibados durante o julgamento de pronúncia, que decorreu entre 31 de maio e 5 de junho, a vigilância das autoridades não abrandou. Por isso, a 22 de junho, o *Revolução* noticia que continuavam as perseguições. Aliás, entre 30 de maio e 5 junho de 1844, o jornal incluía o seguinte aviso: “Ainda não podemos publicar folha inteira por causa da autoridade administrativa”. No dia 24 de outubro, um longo texto evoca os marcos da ofensiva contra o jornal, apesar de, em juízo, se ter provado que nem o jornal nem o editor nem a tipografia eram culpados de ilícitos. Relembra-se nesse texto, por exemplo, que o distribuidor Ricardo Siles Coutinho foi preso uma vez por vender o *Revolução* e outra por ter sido falsamente acusado de o vender. Com ironia, regista-se que “o déspota”, o governador-civil de Lisboa, irmão de Costa Cabral, parodiado de “homem honesto e inteligente”, “mandou assaltar a oficina da *Revolução*” tendo levado “um prelo, caixas, letra” de cujo paradeiro não se sabia. E acrescenta-se, mantendo-se o tom corrosivamente irónico: “É edificante ouvir o Sr. Silva Cabral a falar em legalidade e a querer superintender nas decisões dos tribunais”.



Figura 26
António Rodrigues Sampaio.



Figura 27
Caricatura de António Rodrigues Sampaio. Fonte: Rafael Bordalo Pinheiro, *Álbum das Glórias*.

jornal, que aparecia por todo o país, apesar da proibição da sua expedição pelos correios⁷³:

o periódico não cessa, os assinantes recebem-no, os curiosos encontram-no nos cafés, os próprios ministros deparam com ele em toda a parte. A polícia corre (...), mas não descobre onde durante 11 meses e 4 dias ele se imprime nem onde param os redatores. (...) O visconde de Castro, ministro dos Estrangeiros, proíbe o correio de expedir a *Revolução* para as províncias. É tempo perdido. Lá chega do mesmo modo. A nação é cúmplice de Sampaio. (Vasconcelos, 1859, p. 76)

Somente a 29 de abril de 1845 é que os tribunais decidiram a favor do *Revolução*, que pôde, então, regressar à sua normal publicação. Com essa vitória, António Rodrigues Sampaio viu crescer imenso o seu prestígio como jornalista, ou, talvez de forma mais rigorosa, como “político de jornal”, num tempo em que fazer jornalismo e fazer política eram quase sinónimos:

⁷³ Soares (1982: XIX) acredita que o jornal, para ser expedido pelos correios, era metido dentro de outros.

Estes acontecimentos aumentaram muito a reputação de Sampaio. Os artigos escritos por ele eram lidos com avidez e o Governo atormentava-se de o não poder obrigar a calar-se.” (Vasconcelos, 1859, p. 77)

Mesmo assim, houve assim tempos em que, no *Revolução*, se trabalhava com as portas e janelas trancadas e as armas ao alcance da mão (Aranha, 1907, p. 67). Pedro Venceslau de Brito Aranha (1907, p. 67) relembra, da seguinte forma, esses tempos atribulados:

naquela época, graças ao regime cabralista de espionagem e terror, todos ali andavam receosos (...) e era vulgar perguntarmos uns aos outros (...) quando seria assaltada a nossa casa ou quando entraríamos na cadeia (...), ou quando surgiria (...) a (...) polícia municipal (...). De uma vez (...) tivemos que pôr nas oficinas algumas espingardas carregadas com que contávamos, no primeiro assalto, repelir o ataque e a afronta.

Fazendo um balanço da repressão cabralista e dos ataques às sedes e tipografias dos periódicos oposicionistas, o jornal *A Revolução de Setembro*, que se ia afirmando, apesar de contar somente cinco anos de idade, como o principal periódico político da ala esquerda dos setembristas, publicou a seguinte matéria, a 30 de abril de 1845:

Faremos uma breve resenha do que temos sofrido (...) para explicar aos nossos assinantes (...) os motivos ou por que não têm recebido o jornal ou por que o têm recebido muito irregularmente.

Fomos intimados há quase um ano pela autoridade administrativa para não publicarmos o *Revolução* por haverem caducado as habilitações do editor, em razão de não pagar este o censo legal. Não obedecemos a essa ordem porque emanava de uma autoridade incompetente e porque se fundava numa base falsa. (...) Fomos acusados de desobediência perante o poder judicial — recorreu-se também a este para nos intimar a suspensão da publicação do periódico. Sentámo-nos no banco dos acusados, alegámos o nosso direito, apresentámos os documentos que o comprovavam, e o juiz competente fez-nos justiça julgando-nos habilitados, e por conseguinte com faculdade plena de publicarmos o jornal.

Ainda antes desta decisão, os distribuidores haviam sido presos nas ruas, e os impressores e compositores na tipografia. Houve um luxo de perseguição como nunca se viu. (...) Para que fosse mais duro o nosso tormento, a autoridade da polícia não mandava, como é de lei e prática, os presos perante o juiz criminal. Conduzia-os diretamente ao Limoeiro [prisão] e estava com a ampulheta na mão a contar as 24 horas da reforma para os entregar ao poder judicial — sofisma ridículo e grosseiro que mata a liberdade com uma interpretação irritante e forçada da letra da lei que mata o seu espírito.

Ao mesmo tempo que éramos levados perante os tribunais, cujas decisões se não cumpriam quando nos eram favoráveis, ordenava-se ao inspetor dos correios e postas do Reino que não desse

expediente às nossas folhas! (...) Mas não foi só isto. A nossa oficina foi atacada, levaram-nos letra, caixas e prelos. Pregaram as portas que haviam arrombado. (...).

Requeremos que se nos tomasse querela contra os destruidores do nosso estabelecimento, contra os arrombadores das nossas portas, contra os que nos tinham despojado violentamente da nossa propriedade. O agente do Ministério Público recusou assistir ao auto, o procurador-geral da Coroa entendia que este funcionário era obrigado a assistir, mas para salvar os delinquentes, pelo Ministério da Justiça expediu-se uma portaria na qual se ordenava que o delegado não assistisse ao auto do corpo de delito, sem ordem posterior daquele Ministério. Ficou assim, por ordem do Governo, paralisada a ação da justiça!

Não tivemos desde essa época garantia nenhuma. A polícia perseguia-nos por toda a parte, e a casa que é (ou deve ser) para todo o cidadão um asilo inviolável, não o era para nós. Compor, imprimir e distribuir, tudo se fazia às ocultas — a polícia era mais cruel do que a Inquisição. (*Revolução de Setembro*, 30 de abril de 1845)

A revolta popular conservadora da Maria da Fonte⁷⁴, iniciada a 22 de março de 1846, condicionou, de novo, a imprensa oposicionista. Aliás, o Governo cartista do duque da Terceira, do qual Costa Cabral era a eminência parda, continuou em funções. O Governo decretou, novamente, a suspensão de garantias e o *Revolução* viu a sua publicação interrompida durante cerca de sessenta dias. Rodrigues Sampaio, seu redator principal, foi preso.

A 20 de maio de 1846, o Governo do duque da Terceira caiu. O país, endividado por causa dos empréstimos contraídos para a sua modernização, estava perto da bancarrota. Costa Cabral, derrotado, foi destituído de funções junto com os seus pares. Refugiu-se em França e, depois, em Espanha, países de onde continuou a influenciar a política portuguesa. Mesmo assim, durante uns breves meses de acalmia, sob a liderança de um Governo — igualmente cartista, mas moderado — do duque de Palmela⁷⁵, criaram-se condições para, em agosto de 1846, ser fundada uma Liga Promotora dos Melhoramentos da Imprensa, primeiro grémio jornalístico do País. A Liga foi promovida por Almeida Garrett, José Estêvão e António Rodrigues Sampaio. Todavia, devido às vicissitudes da história, essa associação teve vida curta, apesar do interesse que os seus trabalhos geraram (Ribeiro, 1871-1886, VIII, pp. 51-54) e do marco que constitui para o associativismo jornalístico português.

74 Revolta popular iniciada no Minho e que se alastrou a todo o País contra as políticas modernizadoras do Governo de Costa Cabral: novas leis de recrutamento militar; reforma do sistema fiscal, com introdução de um imposto sobre o património edificado; e proibição de enterros nas igrejas e nos seus adros — passando a ser obrigatório fazer os enterros em cemitérios. Teve por consequência a substituição do Governo de Costa Cabral por outro presidido pelo duque de Palmela. Costa Cabral exilou-se em França e, depois, em Espanha, onde foi nomeado embaixador pela Rainha, a 6 de novembro de 1846, mas continuou a ser a eminência parda da política portuguesa.

75 20 de maio a 6 de outubro de 1846.

Teixeira de Vasconcelos (1859, p. 86) revela que, nessa altura, o duque de Palmela terá instado António Rodrigues Sampaio, que apoiava, no *Revolução de Setembro*, o novo Governo, a fundar um novo jornal, com tipografia própria e com uma subvenção do duque durante um ano. O autor explica que Palmela acreditava na força dos jornais, como homem acostumado a viver em Inglaterra (Vasconcelos, 1859, p. 86). A colaboração de Sampaio ser-lhe-ia útil porque a luta contra Costa Cabral dera a Sampaio uma popularidade imensa e enorme reputação como “escritor público” em Lisboa e nas províncias. Inclusivamente, de acordo com a promessa de Palmela, se o jornal fosse viável passado esse ano, ficaria na posse de Sampaio, sendo que, caso contrário, este teria uma pensão vitalícia, paga pelo duque. Mas Sampaio recusou a proposta porque esse novo jornal faria perigosa concorrência ao *Revolução* e porque queria conservar a sua liberdade de redator. “Não quis criar uma folha rival do periódico do seu amigo, ainda então ausente” (Vasconcelos, 1859, p. 86). Brito Aranha (1907, pp. 96-97) evoca, assim, o episódio:

De outra vez, ofereceram-lhe criar um jornal independente da *Revolução de Setembro*. A resposta foi pronta e decisiva:

— Então eu podia largar a *Revolução de Setembro*?! Que diria de mim o José Estêvão? Era uma traição. Nenhum interesse me leva a atraí-lo.

Sampaio continuou, por isso, a viver parcamente do seu trabalho na *Revolução de Setembro*, jornal que — até à Regeneração — manteve a linha editorial definida por José Estêvão (Tengarrinha, 1963, p. 9 e p. 18).

Entretanto, a 6 de outubro o Governo do duque de Palmela caiu e o cabralismo voltou ao poder, num Governo liderado pelo duque de Saldanha. Os protestos foram de tal grau que, estimulados pelos ecos que ainda chegavam da Maria da Fonte, detonaram uma Guerra Civil — a Guerra Civil da Patuleia⁷⁶, entre outubro de 1846 e junho de 1847. O Porto e o Minho foram os principais bastiões dos revoltosos.

O conflito levou à interdição dos jornais de combate político oposicionistas, como *A Revolução de Setembro*, embora vários destes se tivessem continuado a publicar clandestinamente. Outros foram fundados e editados por oposicionistas que entraram na clandestinidade.

76 Guerra Civil que, ao longo de oito meses, entre 1846 e 1847, opôs uma aliança improvável de miguelistas, setembristas e outros populares contra cartistas. Veio na sequência da Maria da Fonte. Foi detonada pela contestação à substituição, por iniciativa da Rainha, do Governo do duque de Palmela por um Governo cartista e cabralista presidido pelo duque de Saldanha, ainda que sem Costa Cabral, a 6 de outubro de 1846. Durante a guerra, o País teve dois governos, um revoltoso, no Porto (Junta Provisória do Supremo Governo do Reino), e o oficial, em Lisboa. O conflito terminou com a Convenção de Gramido, imposta pela intervenção de forças militares estrangeiras apoiadas por Espanha, França e Inglaterra, a 30 de junho de 1847, o que muito se deveu à ação diplomática de Costa Cabral. Triunfaram as posições cartistas. Costa Cabral regressaria ao País pouco depois e chefiou novo Governo entre 18 de junho de 1849 e 26 de abril de 1851.

O Eco de Santarém e o seu sucessor, *O Espetro*⁷⁷, ambos fundados, redigidos e editados clandestinamente por António Rodrigues Sampaio, com equipamento e materiais subtraídos da tipografia da *Revolução de Setembro*, tornaram-se os principais jornais da oposição setembrista ao Governo⁷⁸ e à influência que Costa Cabral, que estava exilado em Espanha, mantinha sobre a política interna. A sua publicação foi uma aventura. Os jornais eram impressos clandestinamente, quer em casas seguras, quer em lugares improváveis e secretos, como numa barça no meio do Tejo ou as ruínas de um convento. Eram distribuídos camuflados no meio de pão, legumes e outras mercadorias e dentro de barricas. A figura 28 dá conta do aspeto gráfico de um número de *O Espetro*, que exemplifica como se apresentavam os jornais de meados dos anos 1840.

O Espetro foi publicado entre 16 de dezembro de 1846 e 3 de julho de 1847, num total de 63 números e nove suplementos com notícias importantes de última hora. Ostentava o design típico do período vitoriano e caracteres romanos. Era um periódico que seguia o formato comum para a época, o formato de *quarto* (26 x 18,5 cm, para uma mancha gráfica de 23 x 15 cm). O título, central, rodeado de uma significativa quantidade de espaço vazio, que lhe dava maior impacto visual, era antecedido pela menção ao número, à esquerda, pela data da publicação, ao centro, e pelo ano, à direita. A seguir ao título, seguia-se, evocando a respetiva missão, o lema do jornal, traduzido na epígrafe *Admonet in somnis et turbida terror imago — Hórrido espetro me atormenta em sonhos*.

O jornal era paginado a duas colunas, separadas por um espaço em branco, e tinha, normalmente, quatro páginas. Os textos, corridos, alguns dos quais iniciados com letra capitular, seguiam-se uns aos outros, mas segmentados por um arremedo de secções, que não eram fixas e que também nem sempre eram antecedidas de qualquer denominação identificadora. Quando o eram, os caracteres não eram padronizados (a denominação da secção podia surgir em caracteres normais, em itálico ou em maiúsculas, indiferenciadamente).

Normalmente, o periódico tinha três ou quatro partes, por vezes divididas por um filete horizontal ou outro recurso gráfico, ocasionalmente com identificador (por exemplo, “Parte Oficial” ou “Correspondência Intercetada”). Iniciava-se por um artigo de fundo, habitualmente localizado e datado (a redação do artigo de fundo em Lisboa representava, inclusivamente, um desafio ao poder cabralista na capital). Podia seguir-se-lhe uma secção de notícias enquadradas e comentadas, provenientes de várias fontes, incluindo transcrições de outros jornais e de correspondência, notícias trazidas pelos barcos, etc. Depois, poderiam aparecer os atos oficiais da Junta do Governo Supremo do Reino, no Porto, os seus decretos e

⁷⁷ Pode consultar-se aqui: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/OEspetro/OEspetro.htm>

⁷⁸ Governo cartista do marechal Saldanha (6 de outubro de 1846 a 28 de abril de 1847). Governo cartista de iniciativa régia e apoio internacional (28 de abril a 18 de dezembro de 1847).

proclamações (“Parte oficial”⁷⁹), o que levava o jornal, de certa forma, a funcionar como um dos periódicos oficiosos ao serviço da mesma, a par do *Nacional*, do Porto. Finalmente, em certas ocasiões, havia ainda um espaço para informações de última hora (“À última hora”) ou para a publicação da “Correspondência Intercetada” do inimigo. No entanto, a ordem das secções não era fixa.

A secção “À Última Hora” acentua a ideia de urgência na informação, tornando-a mais apetecível para o leitor, e ao mesmo tempo mostra que a *cronomentalidade* se inculcava no mundo jornalístico.

A secção “Correspondência Intercetada”, apesar de ser ocasional, é uma das mais interessantes partes do *Espectro*, pois são nela publicadas cartas privadas e documentos políticos e militares apanhados aos cabralistas.



Figura 28
O *Eco de Santarém* e O *Espectro*, jornais clandestinos da Patuleia redigidos e editados por António Rodrigues Sampaio. Fonte: reprodução dos originais.

79 A “Parte Oficial” era uma secção comum nos jornais portugueses da época. Por exemplo, o próprio Sampaio transcreve frequentemente no *Espectro* notícias e outros textos inseridos nas partes oficiais de outros jornais, inclusive do *Diário do Governo*.

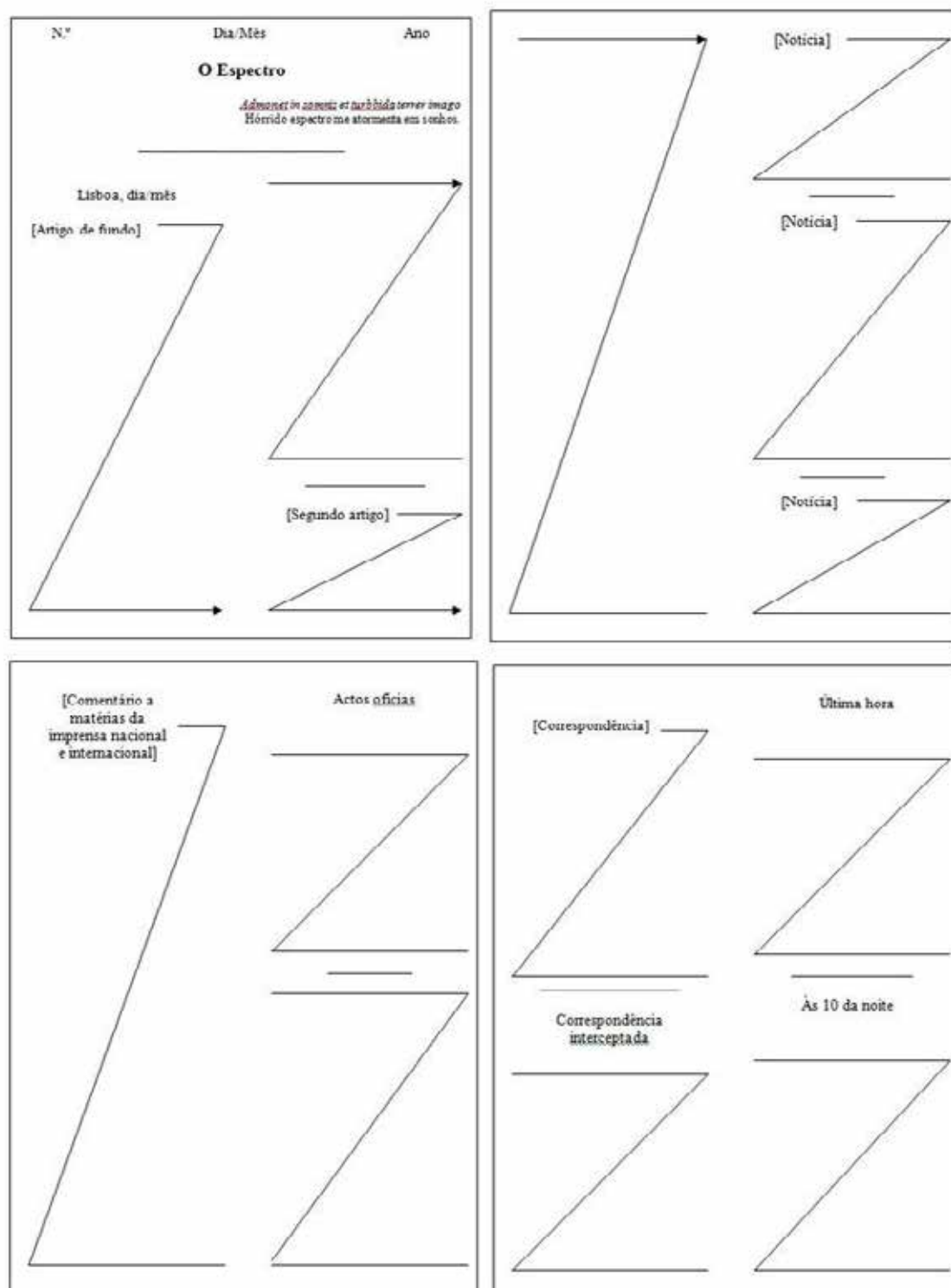


Figura 29
Esquema gráfico de um número do *Espectro*.
Fonte: produção própria.

O termo da Guerra Civil da Patuleia, graças à Convenção de Gramido, a 29 de julho de 1847, não pôs fim à instabilidade e à violência. A implantação da República em França (1848), a Primavera dos Povos e a difusão das ideias revolucionárias e republicanas agudizaram o clima de instabilidade que se vivia em Portugal, com repercussão na fundação de jornais políticos, caso dos republicanos *A Alvorada*, *O Republicano*, *A República* e *A Fraternidade* (figura 30).



Figura 30
Jornais republicanos portugueses de 1848 (Primavera dos Povos). Fonte: reprodução dos originais.

As eleições de 1848 reconduziram Costa Cabral, conde de Tomar, ao poder, revigorando os ataques da imprensa contra si.

Perante as violentas agressões verbais da imprensa oposicionista, de setembristas, de outros cartistas (sobretudo os da direita conservadora liberal, chefiada pelo seu próprio irmão) e dos miguelistas, Costa Cabral, na chefia do Governo desde 18 de junho de 1849, agastou-se. O Governo cabralista apresentou um projeto de lei de imprensa.

Embora duramente criticada, a nova legislação foi promulgada a 3 de agosto de 1850, tendo ficado popular e simbolicamente conhecida por “Lei das Rolhas”. A nova lei aumentou o valor que das garantias preconizadas na lei de 19 de outubro de 1840 e enumerou uma longa lista de temas que não podiam ser tratados pela imprensa, resultando, na prática, num forte constrangimento à liberdade de imprensa. Repetiram-se os assaltos a jornais e tipografias. Assim, o clima repressivo continuou a dificultar a vida à imprensa oposicionista, principalmente aos jornais setembristas, até 1851, apesar de não ter impedido a circulação de periódicos.

A promulgação da “Lei das Rolhas” originou protestos em todo o País, mesmo entre os jornais mais neutros ou que alinhavam, comedidamente, pelas posições governamentais, pois o diploma definia tantos e tão vagamente os crimes e delitos por abuso de liberdade de imprensa que facilmente as autoridades podiam incriminar quem quer que tivesse a veleidade de criticar o Governo. As infrações à lei eram punidas com penas de prisão e multas, proibindo-se as subscrições públicas para as pagar.

A “Lei das Rolhas” também dificultava a fundação de jornais, pois obrigava os editores a depositarem previamente avultadas quantias de dinheiro e darem garantias de solvência financeira pessoal para garantirem o pagamento de multas e indemnizações por hipotéticos crimes de abuso de liberdade de imprensa.

A “Lei das Rolhas” foi revogada em maio de 1851, na sequência de um golpe militar liderado pelo duque de Saldanha que conduziu o país à Regeneração, período de acalmia e de rotativismo na governação. A estabilidade política, o crescimento económico baseado na industrialização e na construção de infraestruturas e a permissiva legislação reguladora da liberdade de imprensa permitiram, finalmente, o desenvolvimento da imprensa portuguesa e o aparecimento dos primeiros jornais portugueses “de massas” (apesar de as restrições ligadas ao baixo índice de alfabetização e escolarização e ao baixo poder de compra sempre terem impedido o surgimento de um amplo mercado para a imprensa em Portugal ao longo de Oitocentos).

Em conclusão, talvez se possa dizer que o poder da imprensa política combativa, romântica e de opinião, residiu, principalmente, na capacidade de dar expressão simbólica e pública aos mecanismos de poder, contrapoder, balanceamento e arbitragem que, permanentemente, interagem no espaço social, quer em momentos de equilíbrio, quer em momentos de rutura. Em alguns casos, a publicação de um jornal permitia mesmo a grupos não representados nas duas câmaras do Parlamento a possibilidade de usufruírem de uma *voz pública*. Era o jornalismo, enfim, que facultava aos grupos de cidadãos fazerem-se ouvir na esfera pública, num tempo em que as forças políticas apresentavam, ainda, uma estrutura embrionária, algo inorgânica, e debilidade ideológica e doutrinária. Na verdade, esses grupos políticos refletiam, sobretudo, a segmentação da elite social em grupos de interesses.

3.10.2.1.1 O símbolo do período: *A Revolução de Setembro*

Muitos dos jornais publicados entre 1834 e 1851, por falta de assinantes, tiveram existência efémera, mas outros, como *A Revolução de Setembro*, o mais importante dentre eles, chegaram a tiragens de dois mil exemplares e superiores (Tengarrinha, 1989, pp. 150-151) e duraram vários anos, o que demonstra que as elites alfabetizadas da época, constituídas,

predominantemente, pela pequena e alta burguesia, estavam, de facto, engajadas na atividade política. Esse engajamento refletia-se na leitura de jornais. A imprensa configurava, assim, um *novo espaço público*, mais simbólico do que material e entendido, essencialmente, como *arena pública*.



Figura 31
Diário *A Revolução de Setembro* em 1840 e em 1847.
Fonte: reprodução dos originais.

A Revolução de Setembro, surgido em 1840 como diário político radical afeto à ala esquerda do campo liberal (o “setembrismo”), foi um dos jornais políticos portugueses mais importantes do século XIX — foi mesmo o mais importante entre 1851 e 1882 — e ilustra bem o período de hegemonia da imprensa política romântica e de opinião em Portugal. Nascido da iniciativa de dois setembristas radicais e mantido, inicialmente, de forma quase artesanal, acabou por se tornar um projeto jornalístico com uma linha editorial mais moderada e estruturas mais consistentes e sofisticadas, com tipografia própria. Depois de 1851 (duraria até 1892 em publicação contínua), converter-se-ia mesmo numa espécie de órgão oficioso de um dos “partidos de poder” portugueses de então — o Partido Regenerador. Nele se distinguiu, como redator principal, António Rodrigues Sampaio, o principal jornalista político português de Oitocentos, um homem que, fazendo da redação do jornal a sua ocupação principal, permanente e remunerada, haveria de chegar a parlamentar, ministro e, por breves meses, chefe do Governo.

Sampaio encarna como poucos o espírito do período hegemónico da imprensa romântica e de opinião, devido à oratória inflamada que impunha aos seus textos à chama exacerbada que, por consequência, imprimia ao debate político. Também encarna o típico político português oitocentista, já que, ao longo da vida, foi-se, gradualmente, moderando. Se na juventude era um inflamado panfletário e até, suspeita-se republicano, como ministro procurou controlar, ainda que pontual e circunstancialmente, a imprensa, e reconciliou-se totalmente com a Monarquia.

Marques Gomes (1882, p. 61), um jornalista do Porto, no livro de homenagem que a imprensa portuense dedicou a Sampaio, explica como ele entrou para o *Revolução de Setembro*:

Estando um dia José Estêvão ausente de Lisboa, e tendo também de ausentar-se Mendes Leite, ofereceu-se Rodrigues Sampaio (...) para escrever o artigo para o dia seguinte. Aceite o oferecimento, Rodrigues Sampaio escreveu com efeito o artigo, que merecendo plena aprovação de José Estêvão, fez com que ele lhe entregasse desde logo a direção política do jornal.

Centrado na atualidade política da capital, o jornal *A Revolução de Setembro* teve, inicialmente, um formato de quarto (cerca de 26 x 18,5 cm, para uma mancha gráfica de 23 x 15 cm). Era paginado a duas colunas, separadas por um filete, opção característica do design vitoriano de periódicos. O título encimava a primeira página, como acontecia com a generalidade dos jornais da época. Tinha uma menção ao número, no cabeçalho, à esquerda, e ao ano, também no cabeçalho, à direita. Depois do título, surgia a data da publicação do número em causa. Ao longo do tempo, porém, o seu design modificou-se, devido à necessidade de introdução de mais informações e anúncios e também devido ao surgimento de novas secções. Uma das mudanças ocorreu no formato (maior: cerca de 44 x 31,5 cm, para uma mancha gráfica de cerca de 41 x 28 cm) e no número de colunas, que passaram a três.

No início da sua vida, *A Revolução de Setembro*, normalmente, tinha quatro páginas, abrindo com o artigo de fundo — principal texto do jornal, datado e localizado. Os textos eram dispostos em sequência, coluna a coluna, embora ordenados por temas. Ocasionalmente, podia sair com seis páginas, mas nos tempos quentes da repressão cabralista (1842-1846) sobre a imprensa independente chegou a publicar-se apenas com duas.

Apesar do *Revolução* contar já com mil assinantes um mês depois de ter saído o primeiro número (Tengarrinha, 2006: 138), conforme relembra Brito Aranha (1907, p. 66), esse número era insuficiente:

Era um jornal pobre, de minguido número de assinantes e de pequena tiragem, o que não admirava, pois não havia ainda a febre da leitura que se desenvolveu com o aparecimento das folhas baratas, muito noticiosas e de ampla circulação, que vemos hoje nas mãos de milhares e milhares de pessoas de toda as classes e de todas as condições e cuja divulgação irá aumentando na proporção em que se alargar o meio intelectual em que elas devem e hão de girar.

O *Revolução* surgiu, portanto, como um jornal político típico da primeira metade do século XIX. Nele, os factos eram comentados ou interpretados de forma pessoal e particular: a oferta do jornal centrava-se mais em comentários à atualidade do que propriamente em informações factuais. Destinava-se, pois, a um público que desejava informação interpretada e que se sintonizava com a linha editorial e doutrinária do periódico. No entanto, também providenciava notícias — sob pena de, não o fazendo, se tornar desinteressante.

Um pequeno número de indivíduos com grande capital cultural e social, ainda que de poucos recursos económicos (para além de António Rodrigues Sampaio, o jornal contou com José Estêvão, Lopes de Mendonça e Latino Coelho, entre outros setembristas), zelava pela redação do *Revolução de Setembro*. O funcionamento da sua redação era paradigmático das redações oitocentistas dos jornais doutrinários: pequenos grupos de indivíduos privados congregavam-se para fundarem um periódico que lhes permitisse apresentar pública e regularmente as suas convicções políticas, modificando ou atualizando a linha orientadora do jornal de acordo com as suas próprias mudanças no espectro político. A forma de trabalhar era pouco ou nada profissional. Havia pouco profissionalismo nos jornais de então e mesmo *A Revolução de Setembro*, o mais importante deles, exibia níveis de amadorismo relevantes. A *profissionalidade* jornalística dava, somente, os primeiros passos. Brito Aranha (1907, pp. 74-75), por exemplo, ao evocar a figura de José Estêvão, um dos fundadores do jornal *Revolução de Setembro*, descreve como se passavam as coisas na sede do jornal, na sala de redação:

José Estêvão entrava na redação, às vezes depois de uma hora [da manhã]. Esperava-o aí um pobre velho, que ele tinha às ordens para escrever o que ditava, pois era sabido que a letra dele ninguém entendia. (...) E José Estêvão zangava-se quando lho diziam e provavam (...).

— Vocês não o entendem? Ora essa! — introjetava ele.

E depois acudia:

— Nem eu... — e ria-se.

O velho secretário, que muito lhe aturou, aguardava a chegada do ilustre jornalista e professor com ar sonolento e aborrecido. José Estêvão não lhe ganhava. Sentava-se à mesa de trabalho na frente do secretário e ditava as primeiras frases do começo do artigo de fundo. Bocejava, fechava os olhos e a cabeça pendia-lhe para a mesa. Passados alguns minutos despertava como se o tivessem acordado com ímpeto e perguntava:

— Então, o que você pôs lá?

Ao que o velho respondia secamente:

— O que ditou.

— Só isso?

— Mais nada.

— É pouco. Vamos ao resto.

E o processo de ditar continuava com as mesmas intermitências. Ao cabo de duas horas, estava o

artigo pronto (...).

Meia hora depois de mandar entregar o original, José Estêvão gritava:

— Chamem-me o Coutinho.

Aparecia logo o chefe da composição tipográfica e, sendo interrogado, respondia:

— O original foi entregue há poucos minutos e era impossível apresentá-lo já em provas. Mas não (...) demora.

No dia seguinte, quem lia a *Revolução de Setembro*, não podia apreciar as ralações por que passara o pessoal operário para a dar ao público, mas regalava-se com o artigo enérgico, fogoso, que tinha saído do cérebro privilegiado de José Estêvão.

Um minguado grupo de compositores e tipógrafos também se integrava, com um estatuto próprio e relevante, na esfera de produção do jornal. Os distribuidores, igualmente em número reduzido, asseguravam que o jornal circulasse. O jornal, conforme este mesmo revela, era vendido em meia dúzia de lugares da capital, sede incluída, e era enviado por correio para os assinantes. Pouquíssima seria a distribuição de rua. O número de “moços dos jornais” (ardinas) apenas explodiria quando apareceu o *Diário de Notícias*, em 1864.

De acordo com o que revela o próprio *Revolução de Setembro*, o editor responsável pelo jornal, cuja identificação era obrigatória pela Carta de Lei de 19 de outubro de 1840, foi Joaquim da Fonseca Silva Castro, até 1842, aquando da sua substituição por José Miguel da Costa, que manteve nominalmente o cargo até 4 de outubro de 1850. Este, por sua vez, a 5 de outubro de 1850, foi substituído por António Rodrigues Sampaio, que se manteve como responsável pelo periódico até 14 de janeiro de 1860. Nesse ano, a 15 de janeiro, Luís da Silva Coutinho Júnior assumiu o cargo que fora de Sampaio (passa a assinar apenas Luís da Silva Coutinho a partir de 1 de abril de 1868, provavelmente por falecimento do seu pai, de idêntico nome).

No rodapé da última página, juntamente com a identificação do editor responsável (cumprindo o articulado legal), eram publicados o nome e o endereço da tipografia onde o jornal se imprimia. A primeira foi a Tipografia de J. B. de A. Gouveia. A partir de 30 de Junho de 1843, o jornal passou a publicar-se na sua própria tipografia — a Tipografia da *Revolução de Setembro*. Entre 14 de setembro de 1844 e 1 de maio de 1845, em pleno cabralismo, o jornal passou a imprimir-se na Tipografia de C. J. C. da Silva, retornando à Tipografia da *Revolução de Setembro* a partir de 1 de maio de 1845, aí permanecendo até 2 de Julho de 1849, quando a impressão foi transferida para a Tipografia da Rua da Bica de Duarte Belo. A partir de 6 de outubro de 1850, a responsabilidade pela impressão passou para a Tipografia de Manuel José Mendes Leite, um dos fundadores do periódico, até regressar, à tipografia própria — a Tipografia da *Revolução de Setembro*.

As características do conteúdo resultavam da própria composição da redação, ou seja, das perceções, desejos e expetativas dos redatores. Os redatores eram políticos de jornal e não o que hoje entenderíamos como jornalistas profissionais. Por isso, inicialmente, o jornal

apenas publicava informação política (legislação, artigos de opinião na coluna “Interior”; relatos das sessões da Câmara de Deputados e da Câmara de Senadores (normalmente, em secções separadas); avisos aos leitores; e referências a notícias de outros periódicos, normalmente associadas a polémicas, na secção “Opiniões da Imprensa”. Havia, ainda, uma secção “Exterior” para notícias do estrangeiro (maioritariamente provenientes de Espanha, França e Inglaterra), retiradas de outros periódicos, sendo a fonte identificada pelo título do jornal e data da publicação do texto inicial.

O *Revolução de Setembro* foi-se transformando ao longo do tempo, só estabilizando — pouco! — a partir de 1847. Sofreu mudanças no formato, relacionadas quer com os progressos técnicos no domínio gráfico, quer com as tentativas de organização e hierarquização do conteúdo, quer ainda com a luta para manter o seu nicho dentro do pequeno, mas competitivo, mercado editorial português oitocentista, onde abundavam os jornais políticos. O jornal tinha, aliás, de lutar quotidianamente para marcar a representação do seu campo político, principalmente no que dizia respeito à avaliação da ação governativa, mas a sua atuação dependia, enormemente, dos interesses, conhecimentos e competências dos colaboradores, que eram pouco profissionais e que estariam empenhados, sobretudo, em *doutrinar e fidelizar os apoiantes* e em *construir um nome e uma reputação* no espaço político. Inclusivamente, apesar da forte e estável liderança impressa ao *Revolução* por Rodrigues Sampaio até à sua morte, o ingresso continuado de novos colaboradores na redação tornava o jornal suscetível às mudanças. As novas secções que iam sendo criadas são um sintoma disso. Por isso, embora o *Revolução de Setembro* tenha nascido como jornal exclusivamente político, no qual os conteúdos não políticos pouco mais eram do que meras pinceladas espalhadas indiferenciadamente ao longo da publicação, a primazia dos conteúdos políticos foi crescentemente atenuada pelas novas secções que iam sendo criadas, diversificando os conteúdos do jornal. Em 1841, por exemplo, copiando outras publicações que falavam dos eventos culturais e da vida literária, criaram-se as secções “Espetáculos” e “Folhetim”, embora sem presença constante no jornal.

A secção “Espetáculos” servia para a divulgação e comentário dos eventos culturais que iam ocorrendo em Lisboa. O jornal, para agradar ao seu público, cada vez mais alargado, precisava, efetivamente, de estender a sua atenção a outros assuntos que não a política e a governação, para melhor se identificar com os interesses gerais, também eles mutáveis, dos leitores.

A secção “Folhetim” não servia somente para a publicação sequencial de romances suscetíveis de reforçar o laço identitário entre o jornal e o seu público. Embora esse fosse o seu principal desiderato, nela, intermitentemente, também se disseminava opinião, embora circunscrita à sociedade e não à política partidária propriamente dita. Era entendida, portanto, muitas vezes, como um espaço de opinião, sendo, normalmente, atribuída a um colaborador regular. Alguns dos primeiros “folhetins”, por exemplo, comentavam a gestão do Teatro São Carlos e noutros narrava-se e comentava-se a vida social e cultural lisboeta ou criticavam-se determinadas obras literárias. Um texto sobre teatro, de Alexandre Herculano, publicado,

inicialmente, na *Revista Universal Lisbonense* a propósito dos problemas relacionados com a construção do Teatro do Rossio, foi transcrito nesse espaço (12 de novembro de 1842), num ato que pode ser entendido quer como homenagem pública ao seu autor, quer como reforço da legitimação mútua das posições expressas nos jornais por meio de referências e citações cruzadas e da publicação de textos uns dos outros.

No “Folhetim” colaboraram, enquanto espaço nobre do jornal, autores como Latino Coelho, Vieira de Castro, Bulhão Pato e Lopes de Mendonça, o mais profícuo. Sem jornalistas profissionais que atuassem como mediadores entre os políticos e o público, o grande número de personalidades influentes ligadas à imprensa periódica oitocentista indicia a importância de jornais e revistas para a publicitação das opiniões e mundividências dos líderes políticos e dos agentes culturais a meios sociais cada vez mais alargados. Atuar na imprensa era um modo de granjear respeito e prestígio, gerar diferenciação e criar notoriedade. Ainda que sem formulação explícita, os princípios do marketing político e pessoal já se encontravam bem presentes nas dinâmicas sociais oitocentistas portuguesas.

É de salientar que os autores portugueses se cruzavam com os estrangeiros nas páginas do *Revolução de Setembro*. Por causa disso, interessantemente, os textos do “Folhetim” eram assinados já na década de 1840, por vezes sob pseudónimo, o que não acontecia no artigo de fundo. De facto, foi somente a partir de 1851 que se tornaram mais comuns os artigos assinados, quando a redação, liderada por António Rodrigues Sampaio, contava, principalmente, com Latino Coelho, Lopes de Mendonça e Júlio César Machado, outros dos grandes nomes do publicismo político da época.

Os conteúdos da secção “Folhetim” permitiam aos leitores reforçarem o sentimento de identificação com o jornal, já que reconheceriam nos conteúdos que lhes eram propostos, mesmo quando ficcionais, o seu próprio meio, as suas atitudes e comportamentos, a sua visão do mundo e da vida, as suas expectativas, desejos e aspirações, materializadas, frequentemente, nas ações das personagens corporizadas pela narrativa.

Com a introdução das secções “Espetáculos” e “Folhetim”, o diário *A Revolução de Setembro* reproduzia, afinal, aquela que era a estrutura típica dos jornais políticos da época. Era o modelo conhecido e aquele que, aparentemente, resultava. Seguindo essa política, o jornal lutava para manter o interesse dos leitores fiéis, correspondendo às suas expectativas, sempre em evolução, e captar novos públicos. No entanto, essa política agudizaria, igualmente, a tendência para uma certa homogeneização formal dos periódicos, que, aliás, também se verificava ao nível gráfico, ainda que os conteúdos pudessem ser diferentes em cada um deles.

A atualidade política era tratada, predominantemente, nas secções “Interior” e “Opiniões da Imprensa”. A secção “Interior” funcionava como artigo de fundo e editorial (era nela que António Rodrigues Sampaio, normalmente, escrevia, principalmente enquanto esteve à frente do jornal). Era a mais ampla e destacada, surgindo, muitas vezes, logo na primeira página, podendo invadir a segunda. Centrava-se, principalmente, na apresentação, interpretação e

comentário da governação e da ação dos principais políticos e partidos da época. Sendo doutrinária, ainda que, habitualmente, referenciasse factos políticos, essa secção visava influenciar a formação de correntes de opinião pública que seguissem o rumo definido e defendido pelo *Revolução de Setembro*. Contribuiria, certamente, para a consolidação das opiniões do segmento de leitores politizados que se identificava com o jornal.

Era na secção “Interior” que os redatores do jornal mais se empenhavam. O tema principal da secção “Interior” — sobretudo do artigo de fundo — era a luta política, amiúde direccionada para os ataques aos jornais adversários (o espaço público movia-se, efetivamente, para o espaço imaterial e simbólico da imprensa). O autor do artigo de fundo, que preenchia a totalidade, ou a quase totalidade, dessa secção, pertencia, normalmente, ao quadro de colaboradores regulares do jornal. A partir do momento em que Sampaio foi nomeado redator principal, o texto foi, quase sempre, da sua responsabilidade, pelo menos enquanto exerceu o cargo. Mas, por vezes, essa tarefa era atribuída a outrem, nomeadamente a correspondentes do periódico. Aliás, depois de 1851, torna-se frequente serem outros — e não Sampaio — a elaborar o artigo de fundo. De facto, já na década de 1850 tornam-se regulares as colaborações de Latino Coelho, Lopes de Mendonça, J. T. Lobo, Ricardo Guimarães, L. A. Palmeirim, Vieira da Silva, A. M. de Távora, Duarte Gustavo, A. Lima e outros. Muitos artigos, inclusivamente, não eram assinados, e outros apenas o eram com iniciais (como F.). Em determinadas alturas, os textos deixavam de ser assinados, todos eles, e passado algum tempo, sem razão aparente (isto é, não provocada pelo contexto político e legal), voltavam a sê-lo, pelo menos alguns deles — não havia, portanto, constância na política editorial, pelo menos no que respeita à atribuição da autoria dos conteúdos, e é provável que este tema motivasse aguerridas discussões no seio da redação — deveria o jornal ser assumido como uma *obra coletiva* que apagava as individualidades ou como o *somatório de contributos pessoais*? A partir de meados da década de 1860, até 1882, os textos do “Interior” raramente foram assinados.

Algumas secções do *Revolução de Setembro* foram nascendo e/ou morrendo. São os casos, por exemplo, das secções “Boletim do Dia”, “Últimas Notícias”, “Correio Estrangeiro”, “Ultramar”, “Agricultura”, “Comércio”, “Política Estrangeira”, etc. A ordem de inserção das secções no jornal também ia variando. Por exemplo, podia surgir, durante um determinado período de tempo, a secção “Interior” em primeiro lugar, mas no momento seguinte já poderia ser antecédida pela secção “Últimas Notícias”, pela “Boletim do Dia” ou por outra qualquer. A instabilidade na apresentação e hierarquização dos conteúdos era notória. De qualquer modo, pela leitura do periódico, era possível a um leitor sintonizar-se e familiarizar-se com o que sucedia no país e no mundo. Eis uma notícia de um conhecido duelo:

Duelo — Lê-se no *Braz Tisana* de 7 do corrente:

Verificou-se ontem, pelas 9 horas da manhã, para os lados da Arca d’Água [Porto], o duelo entre o Sr. Quental e o Sr. Ramalho Ortigão, batendo-se à espada e ficando ferido no braço direito o Sr. Ortigão.

Os ilustres contendores houveram-se com dignidade e cavalheirismo. (*A Revolução de Setembro*, 9 de fevereiro de 1866)

As notícias e cartas publicadas permitem concluir que o *Revolução de Setembro* mantinha uma rede de correspondentes e informantes. A publicação de cartas dos leitores permitia, ademais, ao jornal abordar questões de fora de Lisboa e alargar a sua penetração e influência ao resto do País, apesar de o noticiário e os comentários se centrarem na vida da capital e no que o Governo fazia... ou não fazia. A influência do *Revolução* era, de resto, multiplicada pela transcrição das suas notícias e mesmo de comentários por outros jornais, prática comum da época.

Por vezes, *A Revolução de Setembro* publicava notícias enviadas pelos correspondentes e redatores dos outros periódicos, além daquelas de produção própria. O fundador e primeiro diretor do *Diário de Notícias*, Eduardo Coelho, colaborou, como noticiarista, com *A Revolução de Setembro*.

Apesar dos condicionalismos que sabemos existirem nos transportes e nas vias de comunicação (entre Lisboa e Porto, por exemplo, antes da abertura da via-férrea, viajava-se de navio, e não havia qualquer estrada para o Algarve), surpreende o desfasamento cronológico que, frequentemente, ocorria entre o acontecimento e a publicação da respetiva notícia, mesmo nas chamadas notícias “à última hora”, que provavelmente tinham essa denominação mais por serem conhecidas e processadas pouco tempo antes da composição e impressão do jornal do que por terem ocorrido os factos imediatamente antes da publicação de um novo número do periódico. No entanto, após 1851, graças à revolução nos transportes, ao início da utilização de selos de correio e ao alargamento da utilização do telégrafo, esse desfasamento diminuiu — e também permitiu que os leitores recebessem mais cedo o jornal.

Numa primeira fase, o noticiário do estrangeiro do *Revolução de Setembro*, normalmente surgido na secção “Exterior”, assentava, exclusivamente, na tradução de notícias e outros textos publicados na imprensa estrangeira, com identificação do periódico de onde eram extraídos. Assombra a diversidade de fontes jornalísticas usadas, o que demonstra a profusão de jornais estrangeiros que eram lidos em Portugal, em particular, para o caso, pelos redatores do *Revolução de Setembro*.

É de dizer, no entanto, que a seleção das notícias do estrangeiro (publicadas quer na secção “Política Estrangeira”, quer na editoria “Correio Estrangeiro”) parece estar associada à sua contribuição para os objetivos políticos do jornal, aos temas abordados nos artigos de opinião, à perspetiva que se tinha dos negócios do Reino no exterior e à possibilidade de se tecerem comparações entre o que se passava cá e “lá fora”.

Foi também instituída no *Revolução de Setembro* a secção “Correspondência” (ou “Correspondências”), que juntava cartas à redação ou a alguns dos seus membros com textos que, principalmente, comentavam artigos saídos no jornal ou problemáticas e assuntos públicos.

Número	Dia mês		Ano
A Revolução de Setembro			
(Expediente)			
Actos oficiais e legislação			
Interior			
Folhetim			

Interior (continuação)		
	Câmara de deputados	
Folhetim (continuação)		

Opiniões da imprensa		
		Espectáculos
	Exterior	

Correspon- dência	Publicações literárias	[Utilidades]
Anúncios		
Editor e tipografia		

Figura 32
Modelo gráfico do diário *A Revolução de Setembro*
em 1850. Fonte: produção própria.

A secção “Correspondências” constituía a principal interface entre o jornal e o seu público. Quem escrevia para o *Revolução de Setembro* procuraria, certamente, dar expressão pública ao seu pensamento, legitimando-o pelo ato de publicação num jornal. Mas essa secção serviria também para perceber, indiretamente, quais eram os temas que o público do jornal consideraria mais importantes e qual o impacto que o próprio jornal estaria a ter. Era, portanto, uma secção de grande importância e interesse para o público, pelo que se justifica, assim, o elogio que Delfim Almeida (1875, p. 1) fez à correspondência publicada no *Revolução de Setembro*. Na sua ótica, as cartas publicadas no jornal permitiam chamar “a atenção dos homens competentes” para os problemas e preocupações dos cidadãos.

Haveria, seguramente, por parte dos redatores do *Revolução*, uma certa preocupação para que fossem selecionadas para publicação cartas em que as posições dos leitores se sintonizassem com as posições dos jornalistas. É notória, por isso, em cada número, uma certa consonância entre os temas e as posições expressas no artigo de fundo da secção “Interior” e os temas e posições que surgiam nas cartas. As cartas inseridas na “Correspondência” agiam, assim, como indutoras do reforço das posições doutrinárias expressas nos artigos de opinião, podendo, igualmente, corroborar essas posições através da narração de casos comprovativos.

Em 1840, não existia um mercado publicitário como o atual. Um anúncio, para ser publicado num periódico, precisava do consentimento, ou mesmo da intervenção, da redação. Por vezes, somente as pessoas da rede social dos redatores conseguiam inserir anúncios num determinado jornal. Concludentemente, é de realçar que o diário *Revolução de Setembro*, logo após a fundação, permitia a inclusão gratuita de anúncios, sendo estes selecionados pela redação, de acordo com as normas fixadas no “expediente”. É visível, aliás, que a ideia de “anúncio” se misturava com a de notícia:

Publicar-se-ão todos os escritos de interesse público gratuitamente. Também são gratuitos os anúncios literários. Aceitar-se-ão todas as notícias e comunicações sobre objetos públicos. Afiança-se o mais inviolável segredo a respeito das coisas de que possa resultar comprometimento ou dano, e sobre eles a redação articulará como for conveniente ao bem público e sob a responsabilidade do seu editor. Toda a publicação será revista e sujeita à censura da redação, visto publicar-se sobre a sua responsabilidade. (*Revolução de Setembro*, 1 de julho de 1840)

O texto da secção “Expediente” atrás citado documenta não apenas a preocupação pela obtenção de informações, mas também, interessantemente, a garantia de confidência e proteção do anonimato das fontes, um dos dogmas sagrados do jornalismo. Evidencia, igualmente, a preocupação em disponibilizar informação “de interesse público”, outro dos vértices da legitimidade social do jornalismo, cumprindo, conseqüentemente, os ideais iluministas da Ilustração.

A partir de meados de 1841, os anúncios “de interesse particular” passaram a ser tabelados em 20 réis por linha, possivelmente quer por questões de sustentabilidade do próprio jornal, quer porque, eventualmente, o afluxo de pedidos à redação seria excessivo para o espaço disponível. Interessantemente, os anúncios continuaram a ser publicados mesmo durante o primeiro período de governação cabralista (1844-1846), quando o *Revolução* vinha para a rua apenas com duas páginas.

Inicialmente, os anúncios eram publicados indiferenciadamente, misturados. Podiam encontrar-se na mesma secção, sem qualquer preocupação de ordem ou hierarquia, referências às decisões judiciais, anúncios de venda de produtos, alusões ao aparecimento de novas associações, etc., mas, aos poucos, à medida que crescia, a secção apresentou-se cada vez mais organizada e segmentada.

Desde o início, a última página do *Revolução de Setembro* aparecia dividida em várias secções, mas essa opção formal e de conteúdo só se tornou mais marcante a partir de 1850. Nela, a partir dessa altura, começam a ser publicadas informações úteis (necrologia, horários de transportes, movimento de navios, taxas de câmbio, cotações dos fundos, etc.) e anúncios. Estes, por sua vez, estavam seccionados em dois tipos: os pagos, de interesse particular; e os não pagos, respeitantes a informações de “interesse público”, nomeadamente a acontecimentos de interesse cultural, como acontecia, por exemplo, com a publicação de novos livros. O teor das informações e dos anúncios permite, indiretamente, reforçar a convicção — ou talvez melhor dito, a constatação — de que o *Revolução de Setembro*, tal como a generalidade dos periódicos doutrinários da época, se destinava à burguesia que se interessava pelos negócios do Estado. Em 1857, a secção “Anúncios”, já internamente bastante organizada, ocupava toda a última página do jornal. Às vezes, invadia, também, a página 3.

Os anúncios “de interesse público” eram da presumível responsabilidade dos próprios membros da redação do jornal. Eventualmente, eram redigidos e publicados devido às relações de amizade e cumplicidade que uniam os redatores à sua constelação de relações sociais. Não é de excluir que a máxima “favores com favores se pagam” de algum modo se pudesse aplicar a essa situação, já que é possível que vários anúncios tenham sido publicados com o objetivo de garantir aos redatores do *Revolução* a promoção das suas próprias pessoas, em termos políticos e sociais (assegurando, por exemplo, ofertas e benesses), e das suas próprias obras, já que quase todos eles eram, também, escritores. Inclusivamente, mais tarde, o jornal criou a secção “Publicações Literárias”, somente para dar conta do lançamento de novas obras.

Quer nos “Anúncios”, quer na secção das “Publicações Literárias”, as referências à aparição de novos periódicos, não sendo frequentes, também não eram raras, já que a dinâmica jornalística, excluindo os períodos de repressão, era intensa. A imprensa era o grande meio de expressão pública da época.

Provavelmente amanhã aparece este desejado jornal *As Farpas*, que circunstâncias excepcionais têm impedido de aparecer mais depressa. (*A Revolução de Setembro*, 15 de junho de 1871)

Publicou-se o 1.º número da *Lanterna Mágica*, ilustrada com belas e muito engraçadas caricaturas e recheada de artiguinhos humorísticos, alguns dos quais são capazes de alegrar o espírito ao mais sorumbático dos mortais. Nós agradecemos a remessa do exemplar com que a empresa da *Lanterna* nos brindou. (*A Revolução de Setembro*, 20 de maio de 1875)

Recebemos o 1.º fascículo da *Revista Ocidental*, correspondente à primeira quinzena de fevereiro. Esta excelente publicação tem por fim provocar a reunião dos elementos da nova renascença intelectual da Península e a formação das novas escolas espanhola e portuguesa. De bom auxílio se torna digna a empresa de tão interessante e instrutiva revista. (*A Revolução de Setembro*, 16 de fevereiro de 1875)

Algumas das referências à publicação de novos jornais são curiosas. Por exemplo, no número de 26 de agosto de 1844, anuncia-se o aparecimento do jornal *Oposição Nacional*, em Coimbra, um periódico que se inseria na linha política anti-cabralista e setembrista seguida pelo *Revolução de Setembro*. A notícia revela, igualmente, que o *Revolução* receberia correspondência e pedidos de assinatura para o novo jornal, o que demonstra a existência de relações de cumplicidade e colaboração entre os jornais que seguiam a mesma doutrina e certamente entre os indivíduos que corporizavam esses projetos jornalísticos e políticos. Já no número de 8 de fevereiro de 1850, anuncia-se a saída de *O Eco dos Operários*, de Lopes de Mendonça, que também era colaborador do *Revolução de Setembro*, mas a notícia revela, igualmente, que a correspondência para *O Eco dos Operários* deveria ser dirigida aos escritórios do *Revolução de Setembro*. Prova-se, assim, que a colaboração dos redatores nos jornais nem sempre se processava em exclusividade nem com estabilidade, até porque o ritmo da fundação e desaparecimento de jornais era intenso, conforme se prova lendo as memórias de jornalistas como Brito Aranha (1907). Eis várias notícias de saída de novos jornais publicadas no *Revolução de Setembro*:

O Popular — Jornal da Tarde. Publicou-se o primeiro número deste jornal e continua a sair todos os dias não santificados, depois das 4 horas da tarde, contendo: artigos de polícia; parte oficial publicada nesse dia; sessões das Câmaras; notícias estrangeiras, recebidas no mesmo dia; etc.

Assina-se no escritório da redação, travessa do Convento de Jesus, nº 40. Por um mês, 400 réis, por três meses 1200, por seis meses 2400, por ano 4000 réis. Número avulso 20 réis. Anúncio por linha 10 réis. (*A Revolução de Setembro*, 28 de abril de 1848)

O Século — Jornal Filosófico e Literário. Vende-se nas lojas de Lavradio e Langlet. Preço 30 réis. (*A Revolução de Setembro*, 13 de abril de 1848)

O Século — Jornal Filosófico e Literário. Saiu à luz a quinta folha deste jornal e vende-se nas lojas de Langlet, Rua Nova do Almada e de Lavado, à rua Augusta, nº 8, onde também se assina. — Preço 30 réis. (*A Revolução de Setembro*, 10 de maio de 1848)

No seu trabalho sobre a forma como a música foi reportada no *Revolução de Setembro*, Leitão da Silva (2006, p. 201) explica que num jornal como este era preciso, afinal, alinhar o discurso pelas diferentes necessidades, o que tinha por resultado “múltiplas utilizações do discurso”. Os jornalistas do *Revolução* tinham, portanto, de ser maleáveis, já que escreviam para uma pequena publicação periódica que contava “com um número relativamente reduzido de colaboradores.” O referido autor, dá, com bastante pertinência, exemplos da diversidade discursiva que nesse periódico se observa graças à plasticidade adaptativa dos seus redatores, que tinham de assegurar “A transmissão de informação (...), a publicitação de eventos ou bens (...), o relato de ocorrências”. E, atentamente, acrescenta:

Na maioria dos casos, é frequente a sobreposição de contextos: os folhetins de Lopes de Mendonça, por exemplo, apresentam-se como textos redigidos por um agente da esfera literária (codificando um género que sobrepõe as esferas jornalística e literária), relatando determinados eventos e situações (características presentes no campo jornalístico) e realizando uma apreciação num estilo individual trabalhado sobre os assuntos abordados (características presentes no campo literário). O conjunto desses artigos contribuiu decisivamente para a criação de atualidade no plano da socialização (...) e para a inferência dos diferentes percursos da vida social. (Silva, 2006, p. 201)

É de salientar que, apesar de toda a influência que detinham sobre os sectores politizados da população, os jornais políticos não tinham o exclusivo monopólio do espaço público. Cidadãos feridos pela imprensa não hesitavam, por exemplo, em combater o que deles era dito nos jornais por meio da publicação de obras de contra-ataque. Barreto Feio (1844, p. 4), por exemplo, queixava-se de que “a volúvel folha (...) *Revolução de Setembro*, sem provocação alguma da minha parte, me tem feito alusões pungentes e arremessado sarcasmos”, pelo que procurou, na sua obra *Duas Palavras à Revolução de Setembro*, combater o que dele era dito nas páginas do jornal. Já o conselheiro Luís José Ribeiro (1851, p. 5), por seu turno, queixava-se de que a redação do *Revolução de Setembro* teria “manifestado (...) tendência para desconceituar a Junta do Crédito Público” a que ele presidia, pelo que tenta esclarecer a opinião pública da sua versão dos factos na sua obra *Carta do Conselheiro Luís José Ribeiro em Resposta ao que Acerca da Junta do Crédito Público Escreveu o Jornal Denominado Revolução de Setembro*. E encontram-se várias outras obras que combatiam o que dos seus autores era dito no referido

jornal (Almeida, 1854; Conde de Rio Maior, 1880; Almeida, 1875) e até obras anónimas contra o *Revolução de Setembro* (Anónimo, 1861).

Em suma, pode dizer-se que, numa sociedade instável e em constante mudança, o *Revolução de Setembro* foi tentando, ao longo de um período de tempo considerável (22 de junho de 1840 a 23 de março de 1892), reportar as dinâmicas da época, registar as mudanças que se iam verificando e influenciar o sentido em que estas se davam, através de um discurso politicamente engajado, consubstanciado em artigos de opinião, que podiam surgir nos diversos espaços do jornal, e correspondências. A sua relativa longevidade, dentro do jornalismo romântico e político da época, só se tornou possível graças à estabilidade e coesão do seu corpo redatorial e à liderança afirmativa de António Rodrigues Sampaio. O sucesso do jornal no terceiro e no início do quarto quartel de Oitocentos deveu-se muito ao sucesso político desse jornalista. E tanto assim foi que, desaparecido este, e enfrentando a concorrência de outros periódicos político-noticiosos (incluindo os republicanos) e informativos (como o *Diário de Notícias*), o *Revolução* entrou num gradual declínio até que, incapaz de reconverter-se, viria a desaparecer em 1882, apesar da tentativa frustrada de retoma do título no dealbar do século XX.

De destacar, finalmente, que até 1855 o jornal publicava-se de segunda-feira a sábado, mas depois passou a sair de terça-feira a domingo. Não publicava ilustrações informativas a acompanhar os textos jornalísticos — era um jornal para ser *lido*, não para ser *visto*.

3.10.2.2 As revistas culturais e de difusão do conhecimento

O regime liberal nascido da Guerra Civil foi particularmente estimulante para a edição de periódicos. Os liberais viam, de algum modo, na escolarização e na imprensa instrumentos a usar na formação cultural e cívica dos portugueses, indispensável quer para dar solidez ao regime liberal e o tornar imune ao revanchismo do conservadorismo absolutista, quer para garantir o progresso do País (Silva, 1998: 86-88).

O Setembrismo — após o sucesso da Revolução de Setembro de 1836 — acentuou essa tendência. Nessa conjuntura, foram surgindo, após 1834, um conjunto vasto de publicações dedicadas à cultura e à difusão do conhecimento (publicismo), que publicavam uma série de amenidades, peças literárias (incluindo muita poesia e alguma prosa, nomeadamente romances *folhetins* e peças dramáticas) e conteúdos de interesse geral, muitas vezes traduzidos de publicações congêneres estrangeiras⁸⁰. Várias dessas publicações são denominadas

80 Na primeira revista ilustrada enciclopédica portuguesa, *O Recreio*, o redator nem se deu ao trabalho de traduzir alguns artigos — mas, na verdade, provavelmente o seu público-alvo, ainda que português, encontrava-se nas elites que dominavam perfeitamente o francês — que era, inclusivamente, a língua da Corte.

enciclopédicas porque, ainda que os seus conteúdos se apresentassem com uma *miscelânea* de peças que cobriam assuntos díspares, a sua vocação mais genuína era a promoção geral do conhecimento sobre assuntos diversos mas concretos (**tabela 21**). Uma boa parte delas era *ilustrada*, primeiro com litografias, depois, mais vulgarmente, com gravuras, elaboradas com base em técnicas xilográficas. As ilustrações conferiam *identidade* a essas publicações e demonstravam que a informação gráfica podia ter um lugar relevante na imprensa.

Tabela 21

Exemplos de revistas portuguesas (1834-1850).

Título	Fundação	Características
<i>O Recreio: Jornal das Famílias</i>	1835	<i>O Recreio</i> iniciou a publicação a 1 de janeiro de 1835. Foi a primeira revista ilustrada enciclopédica portuguesa. Durou até dezembro de 1842. Foi produzida, como as demais desta lista, para ser colecionada e encadernada em volumes anuais, aos quais era apenso um índice geral. Mensal, cada número tinha, normalmente, 32 páginas. As estampas, litográficas, eram encartadas e podiam ser adquiridas, ou não, com o resto do periódico. Cada exemplar custava 160 réis, ficando mais caro com a estampa litográfica que dele fazia parte. Pode consultar-se no Google Books: https://books.google.pt/books?i=d=flooAQAAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-PT&source=gbg_summary_r&cad=o#v=onepage&q&f=false
<i>Biblioteca Familiar e Recreativa Oferecida à Mocidade Portuguesa</i>	1835	A <i>Biblioteca Familiar e Recreativa</i> foi a segunda revista ilustrada enciclopédica a ser publicada em Portugal. Apesar do preço elevado (80 réis), pois durou de 1835 a 1846, em duas séries ininterruptas, começando a segunda em 1842. Inicialmente a sua periodicidade foi quinzenal, mas passou a semanal. Teve dois formatos. Nos dois primeiros anos, apresentou-se com dimensões de cerca de 9,5 x 14,4 cm, e tinha 32 páginas, paginadas a duas colunas; depois, apareceu com 16 páginas, mas com dimensões de aproximadamente 18,5 x 25,5cm, igualmente paginadas a duas colunas.
<i>Jornal Enciclopédico</i>	1836	A revista mensal <i>Jornal Enciclopédico</i> surgiu em novembro de 1836 e durou somente até fevereiro de 1837, num total de quatro números. O número avulso vendia-se por vinte réis e apresentava-se com 24 páginas. Encartava litografias.
<i>O Museu</i>	1836	A revista enciclopédica ilustrada <i>O Museu</i> foi publicada irregularmente entre 1836 e 1838. Apresentava-se paginada a duas colunas, num formato comum para a época, com as páginas a atingirem as dimensões de cerca de 18,9 x 25,1 cm. As gravuras que inseriu eram toscas.
<i>O Arquivo Popular: Semanário Pitoresco</i>	1837	A revista semanal <i>Arquivo Popular</i> surgiu em 1837, por iniciativa de António José Cândido da Cruz, seu editor. Foi a primeira publicação portuguesa estável (durou até 1844) a optar pela inserção regular de gravuras (de madeira) em detrimento das litografias encartadas. Cada número continha, normalmente, oito páginas, paginadas a duas colunas. A assinatura anual custava 960 réis, a semestral custava 500 réis e avulso cada número ficava por 20 réis.
<i>O Passatempo: Jornal d'Instrução e Recreio para Ambos os Sexos</i>	1837	A revista mensal <i>O Passatempo</i> foi publicada, em Lisboa, entre 1 de maio de 1837 e 30 de novembro de 1838. Cada número custava 60 réis e tinha doze páginas. Encartava litografias.

<i>O Panorama: Jornal Literário e Instrutivo</i>	1837	<i>O Panorama</i> foi a principal revista portuguesa de divulgação histórica, científica e cultural na primeira metade do século XIX. De periodicidade semanal, tirava cinco mil exemplares, feito singular na paisagem da imprensa portuguesa da época. Surgiu em Lisboa, a 6 de maio de 1837, sob a chancela da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, uma empresa filantrópica que tinha, inclusivamente, tipografia própria, e sob a direção de Alexandre Herculano, o mais notável intelectual português do seu tempo. A revista inglesa <i>Penny Magazine</i> foi o seu modelo. Grande parte do seu êxito deveu-se à colaboração da intelectualidade da época. Além de Herculano, colaboraram com a revista, entre muitos outros, o economista António de Oliveira Marreca e o escritor António Feliciano de Castilho. O número avulso, com oito páginas de dimensão de cerca de 18,5 por 27 cm, paginadas a duas colunas, custava 30 réis, saindo a assinatura anual por 1200 réis e a semestral por 640 réis (o preço dos portes acrescia ao valor das assinaturas para os assinantes de fora de Lisboa e Porto). Até 1868, teve cinco séries, sendo as mais notáveis as duas primeiras, ininterruptas (1837-1844), as únicas publicadas sob a chancela da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis. Embora as tecnologias tipográficas disponíveis não permitissem grande variabilidade nas soluções de design, <i>O Panorama</i> distinguiu-se pela introdução de gravuras de grande dimensão nas capas e no miolo. O cultivo da gravura de madeira pelas revistas a partir do lançamento de <i>O Panorama</i> foi tão importante que incrementou a indústria da xilogravura em Portugal. A litografia, mais perfeita, mas mais cara, complicada e morosa, foi sendo abandonada aos poucos enquanto tecnologia relevante para a imprensa periódica. O mesmo sucederia com a gravura, destronada pela fotografia, mas somente no final de Oitocentos. Mais informações aqui: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/FichasHistoricas/Panorama.pdf Pode ser consultado aqui: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/OPanorama/OPanorama.htm
<i>O Ramalhete: Jornal d'Instrução e Recreio</i>	1837	A revista semanal <i>O Ramalhete</i> surgiu a 23 de novembro de 1837, seguiu o modelo da revista <i>O Recreio</i> . Cada número, contava, habitualmente, com 16 páginas, paginadas a duas colunas. Durou até 13 de junho de 1844. Terá sido seu redator Francisco Xavier Pereira da Silva. Podia assinar-se por 2080 réis por ano, custo que aumentava para 3120 réis caso o assinante pretendesse que as litografias encartadas na publicação lhe chegassem em papel velino, custando o número avulso 50 réis.
<i>O Recreativo: Jornal Semanário</i>	1838	A revista ilustrada semanal <i>O Recreativo</i> , subintitulada <i>Jornal Semanário</i> , surgiu em Lisboa, a 1 de fevereiro de 1838, tendo-se publicado até 28 de dezembro deste mesmo ano. Custava 20 réis por exemplar, ficando a assinatura anual por 960 réis (durou, no entanto, menos de um ano). Cada número tinha 8 páginas, ilustradas com gravuras. Foi seu promotor e editor Francisco Duarte de Almeida Araújo.
<i>Revista Literária: Periódico de Literatura, Filosofia, Viagens, Ciências e Belas- Artes</i>	1838	Editada no Porto, a <i>Revista Literária</i> foi publicada entre 15 de julho de 1838 e data incerta de 1844. Cada número tinha oito páginas, paginadas a uma coluna. Era pouco ilustrada. Foi, entre as publicações enciclopédicas ilustradas portuguesas, não apenas a primeira a autodenominar-se <i>revista</i> mas também a primeira a editar-se no Porto. Inicialmente quinzenal, passou a mensal em 1839. Teve por diretor Agostinho Albano da Silveira Pinheiro e por redatores D. Francisco de São Luís, Inácio Morais Sarmiento, José Pereira Reis e J. J. Pereira Caldas. Incluiu várias litografias de página inteira da autoria de Joaquim Cardoso Vitória Vilanova (1792 ou 1793 — 1850), normalmente retratos ou monumentos, a partir de desenhos de J. Alves.

Pode consultar-se aqui: https://books.google.pt/books?id=Jb9gEEuG5I8C&hl=pt-PT&source=gbs_navlinks_s

<i>O Museu Portuense: Jornal de História, Artes, Ciências Industriais e Belas Letras</i>	1838	A revista <i>O Museu Portuense</i> constituiu uma das muitas tentativas de imitação do modelo de <i>O Panorama</i>. Foi publicada no Porto, entre agosto de 1838 e janeiro de 1839, por iniciativa da Tipografia Comercial Portuense, que já tinha uma impressora movida a vapor. Avulso, o preço por número de 16 páginas atingia 60 réis, custando a assinatura semestral 600 réis. O design assentava numa paginação a duas colunas, padrão à época. Tal como <i>O Panorama</i>, o <i>Museu Portuense</i> era ilustrado com quatro ou cinco gravuras (impressas a partir de moldes de madeira) por número. Mais informações aqui: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/FichasHistoricas/OMuseuPortuense.pdf Pode consultar-se aqui: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/OMuseuPortuense/OMuseuPortuense.htm Também se encontra digitalizado no Google Books: https://books.google.pt/books?id=ELJiAQAAIAAJ&pg=PA101&dq=%22O+MUSEU%22+%2B+1836&hl=pt-PT&sa=X&ved=2ahUKEwjLy-rpnfLqAhVnRhUIHSomB7UQ6AEwBHoECAMQAg#v=onepage&q=%22O%20MUSEU%22%20%2B%201836&f=false
<i>O Mosaico: Jornal d'Instrução e Recreio</i>	1839	<i>O Mosaico</i> foi uma revista semanal de oito páginas, publicada às segundas-feiras, publicada entre 14 de janeiro de 1839 e data incerta de 1841. Custava, avulso, 40 réis, saindo a assinatura anual por 1920 réis, a semestral por 960 réis e a trimestral por 480 réis. Teve por editor Francisco Manuel Raposo de Almeida e por colaboradores, referidos no primeiro número, José da Silva Mendes Leal Júnior, Diogo Pires Monteiro Bandeiro, Paulo Midosi Júnior e Tomás Oom Júnior. O seu título invoca, metaforicamente, a miscelânea de conteúdos com que se apresentava. Pode consultar-se aqui: http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=realgabobrasraras&pagfis=28210 E aqui: https://books.google.pt/books?id=K8Y_AAAAYAAJ&printsec=frontcover&dq=%22O+mosaico:+jornal+d%27instruc%C3%A7%C3%A3o+e+recreio%22&hl=pt-PT&sa=X&ved=2ahUKEwjD5M7E8fzqAhU95uAKHSOLBvcQ6AE-wAHoECAEQAg#v=onepage&q&f=false
<i>Universo Pitoresco: Jornal d'Instrução e Recreio</i>	1839	De periodicidade mensal, o primeiro número do <i>Universo Pitoresco</i>, periódico dirigido por Inácio de Vilhena Barbosa, foi lançado em janeiro de 1839, tendo a revista sobrevivido até 1844. Cada número continha 16 páginas, paginadas a duas colunas, conforme era habitual na época. Encartava litografias, algumas coloridas, tendo publicado, ao longo dos três volumes que perfazem a coleção, 92 de produção própria, sobre temas portugueses. Pode consultar-se aqui: http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=realgabobrasraras&pagfis=10711

<i>Revista Universal Lisbonense</i>	1841	A <i>Revista Universal Lisbonense</i> foi uma das mais importantes revistas oitocentistas portuguesas generalistas. Contra a corrente, não era ilustrada, o que não a impediu de obter êxito significativo, especialmente entre os leitores da capital. De periodicidade semanal (saía às quintas-feiras), com doze páginas, impressa a duas colunas, a <i>Revista Universal Lisbonense</i> foi editada, regularmente, entre 1 de outubro de 1841 e 16 de junho de 1853, em duas séries, tendo perdurado, com publicação irregular, até 1859. Tentou-se mesmo a lançar uma terceira série da revista, com periodicidade mensal e 80 páginas, em agosto de 1853. O primeiro número da publicação saiu com o título <i>Revista Universal, Crónica Judicial, Artística, Científica, Literária, Agrícola, Comercial e Económica de Todo o Mundo</i>. O título <i>Revista Universal</i> foi adotado no número de 6 de janeiro de 1842. A partir de 20 de janeiro de 1842, no número 3 deste ano, a revista adotou o seu título definitivo — <i>Revista Universal Lisbonense</i>. A partir do n.º 25, de 24 de março de 1842, a revista começou a compartimentar os conteúdos em secções, como sejam: “Conhecimentos úteis”, “Variedades” e “Notícias”. O primeiro redator principal da <i>Revista Universal Lisbonense</i> foi o escritor, poeta, pedagogo e publicista ultrarromântico António Feliciano de Castilho. A Castilho sucederam o escritor (dramaturgo), jornalista e político José Maria da Silva Leal, redator principal entre 1846 e 1847, e o escritor e jornalista Sebastião José Ribeiro de Sá, entre 1848 e 1853. Colaboraram com a publicação as grandes individualidades do panorama literário e cultural da época — Almeida Garrett (aí publica, em folhetim, <i>Viagens na Minha Terra</i>), Alexandre Herculano, Camilo Castelo Branco, Luís Augusto Rebelo da Silva, José da Silva Mendes Leal, António Pedro Lopes de Mendonça, João de Andrade Corvo, Raimundo António de Bulhão Pato, António da Silva Túlio, Silvestre Pinheiro Ferreira e outros, incluindo Júlio César Machado, um dos primeiros indivíduos a assumir o cargo de revisor numa redação portuguesa. Mais informações aqui: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/FichasHistoricas/RUL.pdf Pode consultar-se aqui: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/RUL/RUL.htm
<i>Museu Pitoresco: Jornal d’Instrução e Recreio</i>	1842	O <i>Museu Pitoresco</i> apresentou-se ao público, em maio de 1842, em grande formato: as suas dimensões eram, sensivelmente, 28 por 39,5 cm. Teve, provavelmente, periodicidade mensal. Cada número tinha oito páginas, paginadas a duas colunas, conforme era timbre na época, e custava 320 réis. Encartava litografias que podiam ser compradas, separadamente, por 140 réis. A coleção anual completa da revista ficava por 4800 réis, litografias incluídas.
<i>O Instrutor Portuense: Periódico Mensal</i>	1844	A revista ilustrada do Porto <i>O Instrutor Portuense: Periódico Mensal Contendo Diferentes Artigos de Educação, Literatura, Moral, História, Ciências e Artes</i>, dirigida por José Fernandes Ribeiro, teve periodicidade mensal, datando o primeiro número de 1 de janeiro de 1844 e o último de abril de 1845. Encartava litografias de página inteira, da autoria do próprio editor da revista, José Fernandes Ribeiro, ou do litógrafo e xilografador portuense Joaquim Cardoso Vitória Vilanova.
<i>A Ilustração: Jornal Universal</i>	1845	Entre as revistas ilustradas portuguesas, esta <i>Ilustração</i> foi a primeira a prestar atenção à cobertura gráfica de acontecimentos da atualidade, como peças de teatro e concertos. Foi fundada pelo jurista, escritor, político e jornalista António Augusto Teixeira de Vasconcelos, em abril de 1845, e contou com a colaboração de grandes nomes da literatura e do jornalismo da época, casos de Almeida Garrett, Alexandre Herculano, Oliveira Marreca, Mendes Leal Júnior e Silva Leal. O último número da revista data de setembro de 1846. Pode consultar-se aqui: http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=realgabobrasraras&pagfis=28210

<i>Jardim Literário: Semanário de Instrução e Recreio</i>	1847	A revista semanal ilustrada <i>Jardim Literário</i> foi publicada entre 1847 e 1854, mas as datas de saída do primeiro e do último número são desconhecidas. Promovida, editada e redigida pelo poeta, dramaturgo e romancista Francisco Gomes de Amorim, com a colaboração de literatos como Matias Pinheiro da Silveira Botelho e José Augusto da Silva, cada número tinha oito páginas, diagramadas a duas colunas. O seu preço era mais baixo do que o da concorrência, o que ajuda a compreender a longevidade da publicação. Um número avulso custava somente 10 réis, ficando a assinatura anual por 520 réis (e a semestral por 260 réis). Pode consultar-se aqui: https://catalog.hathitrust.org/Record/008696610
<i>Revista Popular: Semanário de Literatura, Ciência e Indústria</i>	1848	A <i>Revista Popular</i> foi uma das primeiras publicações periódicas ilustradas portuguesas a denominar-se, com propriedade, “revista”. Foi lançada a 4 de março de 1848. Cada número era vendido por 20 réis, um preço relativamente baixo quando comparado ao de outras publicações semelhantes. Foram seus fundadores Francisco Pereira de Almeida e o gravador José Maria Baptista Coelho, diretor artístico até 1850, que se ocupava da produção e publicação de gravuras. O seu redator principal, até 1852, foi Joaquim Henrique Fradesso da Silveira. Em 1850, Francisco Augusto Nogueira da Silva assumiu a direção artística da revista. Em 1853, Sebastião José Ribeiro de Sá assumiu a propriedade da revista, que duraria somente mais dois anos, até 1855. Nessa altura já o projeto seria insustentável, pois se a revista manteve 16 páginas até 9 de julho de 1853, depois desta data surgia com oito, seis ou mesmo quatro páginas. A referência à data de publicação também desapareceu da revista depois dessa altura, facto que poderá indiciar o abandono da periodicidade regular. Era paginada a duas colunas. A assinatura anual custava 960 réis e a semestral ficava por 480 réis. Avulso, cada número custava 20 réis. Pode consultar-se aqui: https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=mdp.39015034730542;view=1up;seq=5 E aqui: https://books.google.pt/books?id=1ZM9AAAAYAAJ&printsec=frontcover&dq=revista+popular+:+seman%C3%A1rio&hl=pt-PT&sa=X&ved=2ahUKEwiM8ZX57PzqAhVz8OAKHR8IDfwQ6AEwAHoECAIQAg#v=onepage&q=revista%20popular%20%3A%20seman%C3%A1rio&f=false
<i>A Época: Jornal de Indústria, Ciências, Literatura e Belas-Artes</i>	1848	A <i>Época</i> surgiu em data incerta de 1848 e cessou a publicação igualmente em dia incerto do ano seguinte. Semanal, cada número tinha 16 páginas, paginadas a duas colunas. A assinatura anual custava 2880 réis, ficando o número avulso por 70 réis, um valor bastante elevado que terá contribuído para o insucesso da revista. A assinatura semestral custava exatamente metade da anual (1440 réis) e a trimestral, também possível, ficava por 720 réis. Foi editada por João de Andrade Corvo e Luís Augusto Rebelo da Silva. Pode consultar-se aqui: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/AEpoca/AEpoca.htm http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=realgabobrasraras&pagfis=2404

Fonte: produção própria.

Vários e ecléticos projetos jornalísticos diversificaram, pois, a imprensa e, em particular, o segmento das revistas (cf. tabela 21). *O Panorama* foi, possivelmente, a mais importante das revistas culturais portuguesas da primeira metade de Oitocentos. Mas outras merecem destaque, entre elas *A Revista Universal Lisbonense* (**figura 33**), surgida em 1841, por iniciativa de António Feliciano de Castilho (um escritor cego), seu redator principal, e outros indivíduos. Além de textos de “cultura geral”, incluía, entre outras, matérias relativamente leves sobre a atualidade nacional e internacional, nomeadamente sobre acontecimentos de índole cultural e problemas sociais. Segundo Silva Túlio (*cit. in* Cunha, 1914, p. 44), a *Revista Universal Lisbonense* foi a

primeira publicação portuguesa a criar uma secção específica para as notícias. De acordo com o mesmo autor, a palavra *noticiário* foi usada por ele próprio, pela primeira vez, em 1851, na revista *A Semana — Jornal Literário e Instrutivo*, lançada, em 1850, por João de Lemos Seixas Castelo Branco (Silva Túlio, *cit. in* Cunha, 1914, p. 45). A *Revista Universal* foi também pioneira na criação de um cargo que se afirmaria, ao longo do século XIX, nas redações portuguesas — o de revisor. O primeiro revisor dessa publicação foi Júlio César Machado.



Figura 33
Capa do primeiro número da
Revista Universal Lisbonense. Fonte:
reprodução do original.

Outra revista a salientar é *A Ilustração: Jornal Universal* (**figura 34**), já que nela se encontram as primeiras gravuras publicadas na imprensa portuguesa que se reportam a acontecimentos da atualidade, como as peças de teatro (**figura 35**). A cobertura dos espetáculos teatrais que decorriam em Lisboa, cidade sede da revista, acentuava o tom atual das informações e satisfazia as elites que frequentavam os teatros, a ópera e os concertos e compareciam a eventos sociais, constituindo o público-alvo da publicação. Repare-se que imagens como aquela que foi escolhida para exemplo possuem várias das características “de atualidade”: (1) referem-se a um facto socialmente notório, com valor noticioso⁸¹, recente; e (2) representam um aspeto central e relevante desse acontecimento.

⁸¹ Ou seja, obedece a um ou mais critérios de relevância informativa, ou valores-notícia, valores estes que tornam um facto socialmente relevante e digno de se tornar notícia. São critérios como a proximidade; o número de implicados ou afetados pelo acontecimento; a importância das pessoas envolvidas no acontecimento; a importância dos países onde o acontecimento teve lugar, etc.



Figura 34
Primeira página do primeiro número de *A Ilustração: Jornal Universal*, datado de abril de 1845. Fonte: reprodução do original.

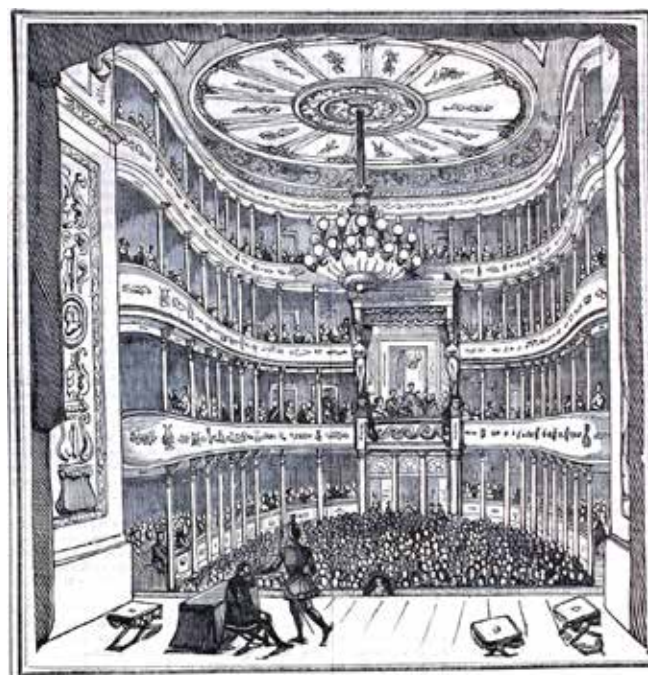


Figura 35
Exemplo de cobertura gráfica de acontecimentos da atualidade (espetáculo de teatro). Fonte: *A Ilustração: Jornal Universal*, maio de 1846.



Figura 36
Repositório Literário da Sociedade das Ciências Médicas e de Literatura do Porto. Fonte: reprodução do original (capa do n.º 1).

A Ilustração: Jornal Universal foi assim, cronologicamente, a primeira das revistas ilustradas que, sem desprezar os conteúdos culturais, apontava já para a cobertura da atualidade por meio da gravura informativa.

Nem só de revistas direcionadas para o público em geral viveu o segmento da imprensa cultural e literária portuguesa do período entre 1834 e 1851. Várias sociedades científicas e culturais encontram-se entre as instituições nacionais que primeiro deram conta da importância de terem um periódico que — a exemplo do que sucedia com as agremiações políticas — se centrasse na sua área de atuação.

Nessa época, esses organismos tinham “um papel fundamental na vida cultural do país”, desenvolvendo “uma ativa sociabilidade cultural (...) através (...) dos seus periódicos”, recordam Torgal e Vargues (1998: 581). Por exemplo, a Sociedade das Ciências Médicas e de Literatura do Porto, fundada em 1833, lançou, em 1834, o *Repositório Literário da Sociedade das Ciências Médicas e de Literatura do Porto* (**figura 36**), cuja edição, não obstante, cessaria logo em 1835. A Sociedade Promotora da Indústria Nacional, relançou, em 1834, o seu periódico, *Anais da Sociedade Promotora da Indústria Nacional*, fundado em 1822, cuja edição tinha sido interrompida. Foi publicado até 1854. A Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa surgiu em 1835 e editou o *Jornal da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa*, que, publicado ininterruptamente, perduraria até hoje, já na Internet e de acesso livre⁸². A Sociedade dos Amigos das Letras, criada em 1836, lançou, por sua vez, o *Jornal da Sociedade dos Amigos das Letras*⁸³, nesse mesmo ano. E ainda pode ser considerado o *Anais da Ciência Jurídica*, igualmente de 1835.

3.10.2.2.1 O símbolo das revistas ilustradas arcaicas: *O Panorama*

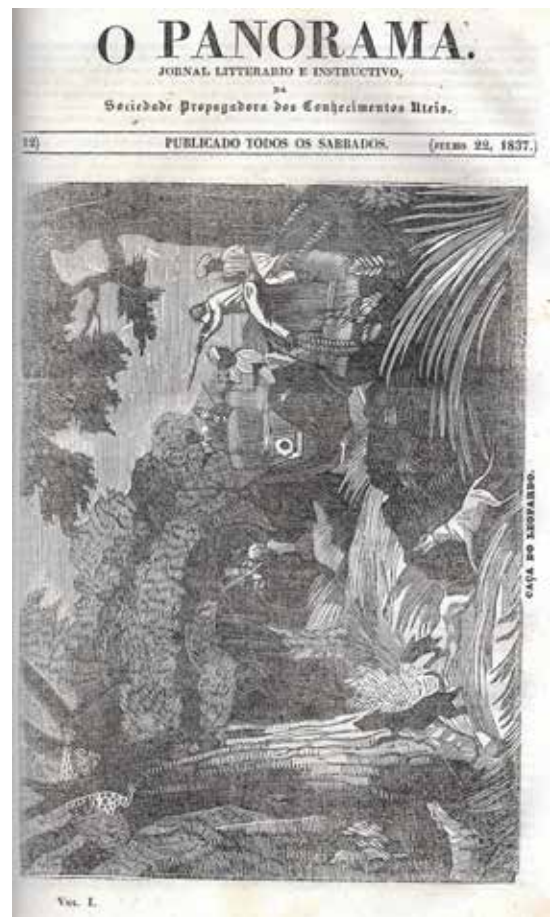
Entre as revistas ilustradas surgidas entre 1834 e 1850, a mais importante foi *O Panorama* (**figura 37**), lançada por um grupo de intelectuais esclarecidos com base no modelo da revista britânica *Penny Magazine*. Tanto quiseram copiar o bem-sucedido modelo da *Penny Magazine* que dotaram a revista de uma estrutura empresarial — a Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis⁸⁴.

82 Pode consultar-se aqui: <http://www.scmmed.pt/index.php/component/content/category/81-jornal>

83 Pode consultar-se aqui: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/JornaldaSociedadedosAmigosdasLetras/JornaldaSociedadedosAmigosdasLetras.htm>

84 O nome deriva da Society for the Diffusion of Useful Knowledge, editora da *Penny Magazine*.

Figura 37
Capa de um número de *O Panorama*.
Fonte: *O Panorama*, 22 de julho de 1837 (capa).



A revista *O Panorama*, surgida em 1837, durou até 1868. Foi uma das herdeiras do jornalismo enciclopedista de Setecentos e do espírito da Ilustração, mas diferenciava-se dos periódicos enciclopédicos setecentistas por se destinar a toda a população leitora e não apenas às elites cultas, quer pelo estilo simples que cultivava, longe do carácter erudito, rebuscado e complexo da prosa barroca setecentista, quer pela variedade temática dos seus conteúdos. Foi, também, a primeira publicação portuguesa a recorrer, sistematicamente, às imagens para reforçar os conteúdos textuais e permitir uma “visualização” do que era dito⁸⁵.

O Panorama cativou homens e mulheres⁸⁶. Teve instantâneo sucesso, atingindo cinco mil exemplares de tiragem, o que demonstra que a população letrada (ou, pelo menos, alfabetizada), privada do acesso ao conhecimento por força de constrangimentos históricos, tinha vontade de se instruir e de obter uma vasta, ainda que fragmentada e ligeira, “cultura

⁸⁵ Estimulou, assim, a indústria da gravura de madeira em Portugal.

⁸⁶ Um crescente número de mulheres lia periódicos, conforme é comprovado, inclusivamente, pelo surgimento de jornais e revistas direccionados para o público feminino, tais como: *O Correio das Modas* (1897), o pioneiro do género em Portugal; *O Periódico das Damas* (1823-1824); *O Correio das Damas: Jornal de Literatura e de Modas* (1836-1852); e *O Mensageiro das Damas: Jornal de Modas*, mais tardio (1853-1862).

geral”, que lhe permitisse interpretar e entender o mundo, conversar com pessoas instruídas, frequentar reuniões sociais sem destoar das restantes pessoas e intervir nos debates políticos e económicos sobre a “coisa pública”. O feito da revista *O Panorama* é, efetivamente, impressionante, caso se tenha em consideração, apesar da enorme vontade de conhecimento e descoberta manifestada pelo público leitor, a conjuntura adversa da época: cerca de 90% da população era analfabeta ou funcionalmente analfabeta e o poder de compra era reduzido.

O primeiro redator principal da revista *O Panorama* foi Alexandre Herculano, talvez o intelectual liberal português de maior projeção no século XIX. Herculano distinguiu-se como introdutor da historiografia científica em Portugal, como publicista e como romancista histórico. A ele se deveu muito do sucesso do periódico, no qual publicava assiduamente os seus textos, nos primeiros anos.

Aberto a acolher notícias de inovações tecnológicas que pudessem ser aproveitadas pelos portugueses, foi *O Panorama* a publicar a primeira gravura elaborada a partir de um daguerreótipo realizado em Portugal, no número de 20 de março de 1841 (**figura 38**). A revista impulsionou, aliás, a indústria da gravura de madeira em Portugal (**figura 39**), já que esta tecnologia foi adotada pela generalidade das revistas ilustradas até ser derrubada pela fotografia, a partir do final do século. *O Panorama* foi também a primeira revista portuguesa⁸⁷ a publicar mapas e infográficos com certa regularidade (**figuras 40 e 41**).



PARTE DA FRENTE DO PAÇO D'AJUDA, COMPREHENDIDA ENTRE OS DOIS TORREÕES, LADO ORIENTAL.

Figura 38

Primeira reprodução de um daguerreótipo na imprensa portuguesa (por meio da sua transcrição para uma gravura de madeira). Fonte: *O Panorama*, 20 de março de 1841.

87 Existem exemplos de infográficos, no entanto, em *O Recreio* e mesmo, como encartes, no *Paládio Português*, de 1796, entre outros casos.



Figura 39
Gravura do interior da igreja do Carmo, em Lisboa, a primeira de produção própria a ser inserida na revista *O Panorama*. Fonte: *O Panorama*, 6 de maio de 1837 (n.º 1).



Figura 40
Mapa. Fonte: *O Panorama*, 16 de novembro de 1839.

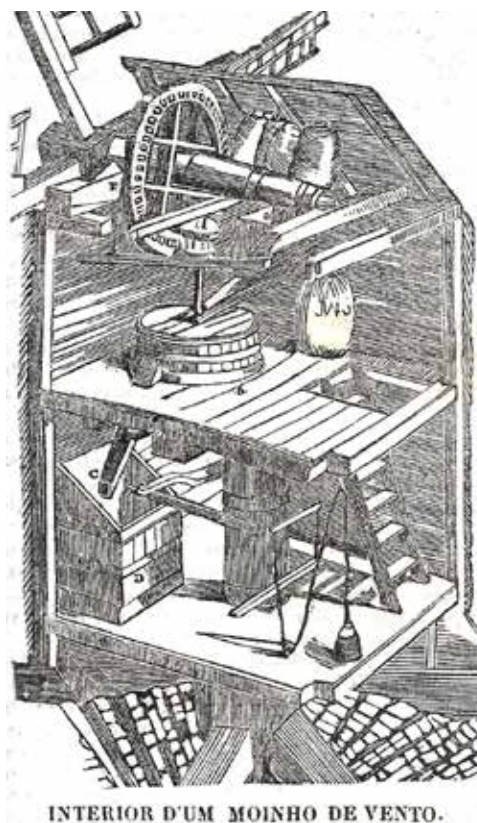


Figura 41
Infográfico de recorte de um moinho. Fonte: *O Panorama*, 25 de maio de 1839.

Apesar de apartidário, *O Panorama* foi um genuíno representante do publicismo então em voga. Em pleno Romantismo, alguns dos seus redatores não se coibiram de intervir politicamente em assuntos públicos, ainda que não em nome de um partido, mas sim do bem-comum da Nação. Herculano, por exemplo, defendeu no *Panorama* a causa da preservação dos monumentos nacionais. Outros redatores defenderam causas tão diversas como a reconversão da agricultura, a adoção de políticas de industrialização e de construção de infraestruturas de transporte e o alargamento do ensino público a toda a população infantil.

No seu primeiro número, datado de 6 de maio de 1837, pela pena de Alexandre Herculano, seu redator-principal, *O Panorama* apresentava-se como um periódico destinado a derramar sobre o público uma vasta soma de “conhecimentos úteis”:

Neste estado (...) da ilustração e do progresso, o que mais importa é o (...) introduzir em todas as classes da sociedade o amor da instrução, porque este é o espírito do nosso tempo, e porque esta tendência é generosa e útil. Mas como se dilataria a instrução, como se faria descer a variada ciência até aos últimos degraus da escala social, se houvéssemos de empregar nisto essa multidão de escritos (...), esses inumeráveis livros (...) acumulados em bibliotecas (...)? Fora baldada empresa (...). Além disso, o homem público, o artista, o agricultor, o comerciante, ligados a uma vida necessariamente laboriosa, poucas horas têm de repouso para dar à cultura do espírito, e nenhum ânimo, por certo, seria assaz curioso de instrução para gastar esses curtos momentos em folhear centenares de volumes e embrenhar-se em meditações profundas (...). Que é (...) necessário fazer para que seja satisfeita a necessidade de generalizar a instrução (...)? A solução deste problema encontra-se (...) (n)os jornais de instrução popular. (Alexandre Herculano, Introdução, *O Panorama*, 1837, I (1): 1.)

João Lourival Silva (2012, pp. 257-259), que escreveu uma tese de doutoramento sobre o periódico, chegou à conclusão de que a temática predominante da revista *O Panorama* é a história, com 26,4% das peças, seguindo-se a filosofia, ideias e moral (17,2%), a geografia física e humana, etnografia e antropologia (15,1%) e as ciências naturais e exatas (8,7%).

3.11 Os jornalistas (1800-1864)

O apreço das elites que compravam jornais e revistas pela cultura e pela sofisticação discursiva revelou-se, também, no sucesso que tiveram as grandes figuras do pensamento e das letras chamadas a colaborar com a imprensa no Oitocentos. O jornalista, à época, era, aliás,

encarado, essencialmente, como o escritor de jornal⁸⁸, ou o político de jornal, alguém que fazia política ou exercia os seus dotes literários nos jornais. O repórter ainda estava por vir — devendo a sua entrada nas redações aos jornais de informação geral, empresarialmente organizados, cujo primeiro exemplo português veio a ser o *Diário de Notícias* (1864). Teixeira de Vasconcelos (1859, pp. 26-27), contemporâneo desses tempos, escreveu o seguinte a propósito da aparição dessa classe de indivíduos que se identificavam com o conceito de *jornalista*:

A fundação dos periódicos políticos e de uma grande quantidade de folhas literárias criou a nova e importante classe dos jornalistas, na qual entraram, ou nela se formaram, poetas, historiadores, críticos, filósofos, economistas e homens de grande valia nas ciências e nas letras, e dela saíram para as cadeiras das Câmaras ou do Ministério e para os mais altos lugares do Estado. (...) Os escritores que são hoje o ornamento das letras nacionais, todos receberam o batismo na pia jornalística. (Vasconcelos, 1859, pp. 26-27)

É questão discutível denominar de *jornalistas* os redatores e demais autores de conteúdos da imprensa portuguesa entre o início do século XIX e 1864, ano em que surge o *Diário de Notícias*. Caso se considere que ser-se jornalista era simplesmente sinónimo, ao tempo, de escrever em jornais e revistas, esses indivíduos podem considerar-se verdadeiros jornalistas. Caso se entenda que jornalista é o indivíduo profissional de perfil técnico que faz do jornalismo a sua ocupação principal, permanente e remunerada, cuja função é, principalmente, transformar acontecimentos em notícias, para o que necessita de possuir um conjunto de conhecimentos e competências, estando ainda sujeito a uma deontologia profissional, então esses produtores de conteúdos para a imprensa oitocentista portuguesa não podem ser considerados jornalistas. Mas à luz daquele que era, ao tempo, o conceito de *jornalista*, sem dúvida que eram jornalistas. Olhar o passado pelo óculo do presente gera *anacronias*, interpretações enviesadas do passado.

Quem eram esses indivíduos? A **tabela 22** oferece pistas sobre alguns deles.

88 Alguns escritores escreviam os *folhetins* dos periódicos, que, habitualmente, se apresentavam como narrativas literárias sequenciais e seriadas (em cada número do jornal era publicado um capítulo), cujo enredo, cheio de peripécias, era feito para entreter e agarrar o leitor. No entanto, os folhetins podiam assumir outras nuances e às vezes não passavam de meros textos opinativos, como sucedeu, amiúde, no *Revolução de Setembro*, conforme já se referiu, e noutros jornais. Esse género literário fez escola em Oitocentos, nele se distinguindo escritores maiores das Letras Portuguesas, como Garrett, Herculano, Eça e Ortigão. Um periódico, fosse este político-noticioso de partido, apartidário e de informação geral, ou ainda cultural e literário, dificilmente podia deixar de passar sem o seu *folhetim*.

Tabela 22

Alguns personagens que colaboraram na imprensa portuguesa (1800-1864).

Alexandre Herculano de Carvalho Araújo (1810-1877) 	Historiador. Escritor. Redator principal de <i>O Panorama</i> (1837), onde ganhava 40 mil réis. Redator principal do <i>Diário do Governo</i>, em 1838, cujo perfil editorial mudou. Mentor de <i>O País</i> (1851), que ajudou a fundar. Colaborou em inúmeros periódicos, como <i>O Português</i>, que também ajudou a fundar (1853), <i>A Ilustração: Jornal Universal</i>, o <i>Jornal do Comércio</i>, <i>A Ilustração Luso-Brasileira</i> e a <i>Revista Universal Lisbonense</i>. Sobre a vida de Herculano como jornalista, consultar Baptista (1977). Links biográficos: https://pt.wikipedia.org/wiki/Alexandre_Herculano https://www.portaldaliteratura.com/autores.php?autor=331 https://ensina.rtp.pt/artigo/uma-biografia-de-alexandre-herculano/ https://www.ebiografia.com/alexandre_herculano/
Alvito Buela Pereira de Miranda	Clérigo. Redator de <i>O Correio do Porto</i>. Terá também editado e redigido <i>O Realista Portuense</i> e <i>Defesa de Portugal</i>. Link biográfico: https://www.portugalsos.com/index.php/portugal/vilareal/item/17690-miranda,-alvito-buela-pereira-de--
Anselmo José Braamcamp (1817-1885) 	Jurista. Político. Líder do Partido Histórico. Jornalista. Ministro. Presidente do Ministério (primeiro-ministro). Colaborou com <i>O Português</i>. Links biográficos: https://pt.wikipedia.org/wiki/Anselmo_Jos%C3%A9_Braamcamp http://www.politipedia.pt/braamcamp-anselmo-jose-1819-1885/
Antonino José Rodrigues Vidal da Silveira (1808-1879)	Professor universitário. Médico. Editor e redator de <i>O Liberal do Mondego</i>. Link biográfico: https://www.uc.pt/org/historia_ciencia_na_uc/autores/VIDALDASILVEIRA_antoninojoserodrigues

António Augusto Teixeira de Vasconcelos (1816-1878) 	Jurista. Escritor. Jornalista. Político. Fundou e dirigiu <i>A Ilustração: Jornal Universal</i>, o jornal <i>Gazeta de Portugal</i>, o <i>Boletim da Tarde</i> (primeiro vespertino português) e, já em 1871, o <i>Jornal da Noite</i>. Colaborou com a <i>Revista Universal Lisbonense</i> e com a <i>Revista Contemporânea de Portugal e Brasil</i>⁸⁹, entre outros periódicos. Alfredo da Cunha (1891, pp. 56-57) atribui-lhe a introdução do “jornalismo literário” em Portugal. Links biográficos: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ant%C3%B3nio_Augusto_Teixeira_de_Vasconcelos https://www.soveral.info/aatv/default.htm
António Bernardo da Costa Cabral (1803-1889) 	Político. Deputado. Ministro. Presidente do Ministério (primeiro-ministro). Não se distinguiu no jornalismo, mas foi o mentor de <i>A Lei e de Imprensa e Lei</i>, entre muitos outros periódicos cabralistas. Mentor, igualmente, do <i>Diário do Governo</i>, aquando da sua governação. O seu irmão, José Bernardo da Costa Cabral, político e empresário, oscilou entre o apoio e a oposição (pela direita), tendo fundado o jornal <i>O Estandarte</i>. Links biográficos: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ant%C3%B3nio_Bernardo_da_Costa_Cabral https://www.infopedia.pt/\$antonio-bernardo-da-costa-cabral http://www.politipedia.pt/cabral-antonio-bernardo-da-costa-1803-1889/
António da Silva Túlio (1818-1884) 	Escritor e historiador. Bibliotecário. Foi redator principal do <i>Arquivo Pitoresco</i>. Colaborou, nomeadamente, com a <i>Revista Universal Lisbonense</i>, <i>Ilustração Luso-Brasileira</i> e <i>Revista Contemporânea de Portugal e Brasil</i>. Link biográfico: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ant%C3%B3nio_da_Silva_T%C3%BAlvio http://tecop.letras.ulisboa.pt/np4/file/446/Ant_nio_da_Silva_T_lvio__SITE.pdf

89 Pode consultar-se aqui: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/RevistaContemporanea/Revistacontemporanea.htm>

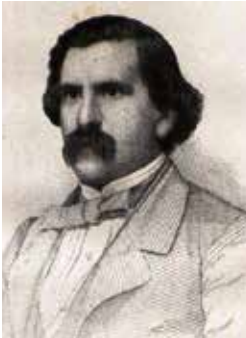
António de Oliveira Marreca (1805-1889) 	Economista. Professor. Escritor. Político. Deputado. Foi um dos fundadores de <i>O Panorama</i>. Colaborou com <i>O Panorama</i>, <i>Revista Universal Lisbonense</i>, <i>A Ilustração</i>, <i>Jornal Universal</i>, <i>A Ilustração Luso-Brasileira</i> e outros periódicos. Link biográfico: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ant%C3%B3nio_de_Oliveira_Marreca https://www.infopedia.pt/\$oliveira-marreca
António Feliciano de Castilho (1800-1875) 	Escritor. Jornalista. Pedagogo. Fundou e dirigiu a <i>Revista Universal Lisbonense</i>. Colaborou com <i>O Panorama</i>, <i>Revista Contemporânea de Portugal e Brasil</i>, <i>Arquivo Pitoresco</i>, <i>Gazeta Literária do Porto</i> e outras publicações. Links biográficos: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ant%C3%B3nio_Feliciano_de_Castilho https://www.infopedia.pt/\$antonio-feliciano-de-castilho
António José Cândido da Cruz (? — 1857)	Professor. Funcionário público. Empresário. Fundador, editor e redator de <i>O Periódico dos Pobres</i> e de <i>O Arquivo Popular</i>.
António Luís de Seabra (1798-1895) 	Jurista. Juiz. Professor. Ministro. Político. Deputado. Reitor da Universidade de Coimbra. Jornalista. Cofundador de <i>O Diretor</i>. Link biográfico: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ant%C3%B3nio_Lu%C3%ADs_de_Seabra
António Maria do Couto (1778-1843)	Escritor. Professor. Jornalista. Redator de <i>O Observador Português</i>. Editor e redator de <i>O Liberal</i>. Link biográfico: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ant%C3%B3nio_Maria_do_Couto

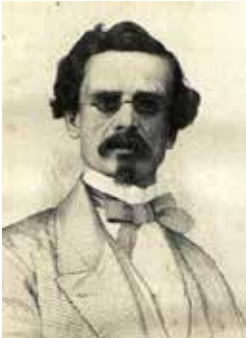
António Pedro Lopes de Mendonça (1826-1865) 	Escritor. Jornalista. Crítico literário. Colaborou com <i>A Revolução de Setembro</i>, <i>O Eco dos Operários</i>, <i>A Semana</i>, <i>Revista Peninsular</i> e <i>Anais das Ciências e das Letras</i>, <i>Revista Universal Lisbonense</i>, <i>O Panorama</i> e <i>Ilustração Luso-Brasileira</i>. Link biográfico: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ant%C3%B3nio_Pedro_Lopes_de_Mendon%C3%A7a
António Pereira dos Reis (1804-1850) 	Funcionário público. Político. Deputado. Jornalista. Redator da <i>Crónica Constitucional do Porto</i>, <i>Crónica Constitucional da Cidade do Porto</i> e <i>Diário do Porto</i>. Colaborou com a <i>Revista Semanal</i>. Link biográfico: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ant%C3%B3nio_Pereira_dos_Reis
António Rodrigues Sampaio (1806-1882) 	Jornalista. Político. Deputado. Ministro. Presidente do Ministério (“primeiro-ministro”). Começou no <i>Vedeta da Liberdade</i>. Distinguiu-se como redator principal e mentor do célebre diário <i>A Revolução de Setembro</i>, onde, no terceiro quartel do século XIX, ganhava 40 mil réis (contra cerca de 15 a 20 mil réis dos redatores da imprensa da época). Durante a Patuleia, publicou os jornais clandestinos <i>O Eco de Santarém</i> e o mítico <i>O Espetro</i>, que o celebrizou. Links biográficos: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ant%C3%B3nio_Rodrigues_Sampaio https://www.infopedia.pt/\$antonio-rodrigues-sampaio http://teoriadojornalismo.ufp.edu.pt/11-outros-textos/antonio-rodrigues-sampaio Livro biográfico: http://labcom.ubi.pt/livro/22

Camilo Ferreira Botelho Castelo Branco (1825-1890) 	Escritor. Jornalista. Colaborou com <i>O Nacional</i>, <i>O Comércio do Porto</i>, a <i>Revista Universal Lisbonense</i>, <i>A Ilustração Luso-Brasileira</i>, a <i>Revista Contemporânea de Portugal e Brasil</i>, o <i>Arquivo Pitoresco</i>, <i>A Esperança</i>, a <i>Gazeta Literária do Porto</i>, a <i>República das Letras</i>, a <i>Ilustração Portuguesa</i> e outras publicações. Links biográficos: https://pt.wikipedia.org/wiki/Camilo_Castelo_Branco https://www.ebiografia.com/camilo_castelo_branco/ https://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?p_pagina=antigos%20estudantes%20ilustres%20-%20camilo%20castelo%20branco Vídeo biográfico: https://ensina.rtp.pt/artigo/camilo-castelo-branco-bio/
Cândido José Xavier Dias da Silva (1769-1833) 	Oficial do Exército. Secretário de D. Pedro IV e tutor de D. Maria II. Foi Ministro do Reino, por duas vezes, em 1833, quando o cargo equivalia ao de primeiro-ministro. Fundador e redator de <i>O Contemporâneo Político e Literário</i> e dos <i>Anais das Ciências, Letras e Artes</i>. Colaborou com <i>A Aurora</i>. Link biográfico: https://pt.wikipedia.org/wiki/C%C3%A2ndido_Jos%C3%A9_Xavier http://www.arqnet.pt/dicionario/xavierdias.html http://www.politipedia.pt/xavier-dias-da-silva-candido-jose-1769-1833/
Eduardo Coelho (1835-1889) 	Iniciou a vida profissional como empregado comercial. Escritor. Jornalista. Empresário. Tipógrafo. Idealizador, fundador e primeiro diretor do <i>Diário de Notícias</i>. Foi noticiário de <i>A Revolução de Setembro</i> e colaborador da revista <i>Jardim Literário</i> e dos jornais <i>O Conservador</i> e <i>Gazeta de Portugal</i>, entre outras publicações, como a <i>Crónica dos Teatros</i>, periódico especializado. Links biográficos: https://pt.wikipedia.org/wiki/Eduardo_Coelho https://www.newsmuseum.pt/pt/imortais/eduardo-coelho Biografia: https://bibliotronicaportuguesa.pt/livro/eduardo-coelho-a-sua-vida-e-a-sua-obra-alfredo-da-cunha/
Eleutério Francisco Castelo Branco (1803-?)	Clérigo. Cônego da Sé de Lisboa. Redator do jornal <i>Imprensa e Lei</i>. Link biográfico: https://pt.wikipedia.org/wiki/Eleut%C3%A9rio_Francisco_de_Castelo_Branco

Fortunato de São Boaventura (1777-1844) 	Clérigo, monge cisterciense, chegou a arcebispo de Évora. Editor e redator de <i>O Punhal dos Corcunda</i>, <i>O Mastigoforo</i>, <i>O Contra-Mina</i> e <i>O Antipalinuro</i>. Terá, também, colaborado no jornal antifrancês <i>Minerva Lusitana</i>. Link Biográfico: https://pt.wikipedia.org/wiki/Fortunato_de_S%C3%A3o_Boaventura https://www.academia.edu/34481712/BOAVENTURA_FREI_FORTUNATO_DE_S%C3%83O_1778-1844_DICION%C3%81RIO_DE_HISTORIADORES_PORTUGUESES http://www.politipedia.pt/sao-boaventura-frei-fortunato-de-m-1844/ http://dichp.bnportugal.pt/imagens/boaventura.pdf
Francisco Gomes de Amorim (1827-1891) 	Escritor. Jornalista. Conservador de museu. Bibliotecário. Fundou e dirigiu a revista <i>Jardim Literário</i>. Colaborou, entre outras publicações, com <i>O Panorama</i>, <i>Revista Universal Lisbonense</i>, <i>Ilustração Luso-Brasileira</i> e <i>Arquivo Pitoresco</i>. Correspondente de jornais brasileiros em Portugal. Link biográfico: https://pt.wikipedia.org/wiki/Francisco_Gomes_de_Amorim http://web.cm-pvarzim.pt/rev_apovoadevarzim/index.php/colaboradores/item/53-francisco-gomes-de-amorim https://www.infopedia.pt/\$gomes-de-amorim https://www.e-cultura.pt/patrimonio_item/12404
Francisco Manuel Raposo de Almeida (1817-1886)	Escritor. Político. Emigrou para o Brasil, onde foi deputado estadual em Santa Catarina. Editor de <i>O Mosaico</i>. Link biográfico: https://pt.wikipedia.org/wiki/Francisco_Manuel_Raposo_de_Almeida
Francisco Soares Franco (1771-1884)	Médico e professor de medicina. Político. Deputado. Jornalista. Fundou e redigiu a <i>Gazeta de Agricultura e Comércio de Portugal</i>. Foi redator da <i>Gazeta de Lisboa</i> (1809-1813). Link biográfico: https://www.uc.pt/org/historia_ciencia_na_uc/autores/FRANCO_francisco Soares
Francisco Solano Constâncio (1777-1846)	Médico. Político. Diplomata. Jornalista. Fundador e redator de <i>O Observador Lusitano em Paris</i> e de <i>Anais das Ciências, das Artes e das Letras</i>. Link biográfico: https://pt.wikipedia.org/wiki/Francisco_Solano_Const%C3%A2ncio
Francisco Xavier Pereira da Silva (1797-1866).	Funcionário público. Editou a revista <i>O Ramalhete</i> (com o irmão, José Xavier Pereira da Silva). Link biográfico: http://www.arqnet.pt/dicionario/xavierpereira.html

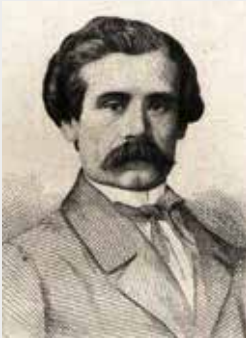
Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça (1774-1823) 	Jurista. Jornalista. Diplomata. Lusobrasileiro, fundou e redigiu o <i>Correio Brasiliense ou Armazém Literário</i>, no qual advogou a independência do Brasil. Links biográficos: https://pt.wikipedia.org/wiki/Hip%C3%B3lito_da_Costa http://www.academia.org.br/academicos/hipolito-da-costa/biografia http://www.arqnet.pt/dicionario/hipolitojosecosta.html http://www.in.gov.br/web/dicionario-eletronico/-/herma-hipolito-jose-da-costa
Inácio de Vilhena Barbosa (1811-1890) 	Historiador. Jornalista. Editou o <i>Universo Pitoresco</i>. Foi redator do <i>Diário do Governo</i> entre 1848 e 1850. Colaborou com <i>A União</i>, <i>O Mosaico</i>, <i>O Panorama</i>, <i>Ilustração Luso-Brasileira</i>, <i>Ramalhete do Cristão</i>, <i>O Comércio do Porto</i> e o <i>Arquivo Pitoresco</i>, entre outras publicações. Links biográficos: https://pt.wikipedia.org/wiki/In%C3%A1cio_de_Vilhena_Barbosa http://www.arquivoalbertosampaio.org/details?id=21141
João António Lobo de Moura (1810-1868)	Diplomata. Político. Deputado. Redator da <i>Crónica Constitucional do Porto</i>, <i>Crónica Constitucional da Cidade do Porto</i> e <i>Diário do Porto</i>. Link biográfico: https://pt.wikipedia.org/wiki/Jo%C3%A3o_Ant%C3%B3nio_Lobo_de_Moura
João Baptista da Silva Leitão de Almeida Garrett (1799-1854) 	Escritor. Político. Diplomata. Fundador, editor e redator de <i>O Português</i>, de <i>O Cronista</i> e de <i>O Chaveco Liberal</i>. Colaborou com inúmeros periódicos, como a <i>Revista Universal Lisbonense</i> e <i>A Ilustração: Jornal Universal</i>. Fundou <i>A Regeneração</i>. Links biográficos: https://pt.wikipedia.org/wiki/Almeida_Garrett https://www.ebiografia.com/almeida_garrett/ http://cvc.instituto-camoes.pt/seculo-xix/almeida-garrett.html#XwXoNG1KhaQ https://www.infopedia.pt/\$almeida-garrett http://www.arqnet.pt/portal/biografias/garrett.html http://dp.uc.pt/conteudos/corpus-de-ficcionistas-a-a-z/item/236-almeida-garrett Vídeo biográfico: https://ensina.rtp.pt/artigo/minibiografia-de-almeida-garrett/

João Bernardo da Rocha Loureiro (1778-1853) 	Jurista. Jornalista. Político. Deputado. Cronista-Mor do Reino. Cofundador e redator do jornal <i>Correio da Península ou Novo Telégrafo</i>. Fundador e redator do <i>Espelho</i>. Fundador e redator de <i>O Português ou Mercúrio Político, Comercial e Literário</i>. Fundador e redator da <i>Revista de Portugal</i>. Links biográficos: https://www.freguesiadegouveia.pt/gouveenses-ilustres/67-joao-bernardo-da-rocha-loureiro http://www.politipedia.pt/loureiro-joao-bernardo-da-rocha-1778-1853/ https://pt.wikipedia.org/wiki/Jo%C3%A3o_Bernardo_da_Rocha_Loureiro
João de Andrade Corvo (1824-1890) 	Jornalista. Político. Deputado. Ministro. Fundou e dirigiu <i>A Época</i>. Foi editor de <i>O País</i>. Foi redator principal de <i>A Regeneração</i>. Colaborou com <i>O Ateneu</i>, com o <i>Jornal do Comércio</i> e com a <i>Revista Universal Lisbonense</i>, entre outras publicações. Links biográficos: https://pt.wikipedia.org/wiki/Jo%C3%A3o_de_Andrade_Corvo http://cvc.instituto-camoes.pt/seculo-xix/joao-de-andrade-corvo.html#XwX3eW1KhaQ https://www.infopedia.pt/\$andrade-corvo http://historiaporumcanudo.blogspot.com/2010/06/joao-de-andrade-corvo.html
Joaquim José Pedro Lopes (1778-1840)	Funcionário Público. Terá sido um dos redatores da <i>Gazeta de Lisboa</i>. Fundou e redigiu, como redator único ou em colaboração com outros, vários periódicos, tais como: <i>Jornal Enciclopédico de Lisboa</i>, <i>Gazeta Universal</i>, <i>Museu Literário Útil e Divertido</i>.
Joaquim Martins de Carvalho (1822-1898) 	Jornalista. Historiador. Foi a dado ponto da vida decano dos jornalistas portugueses. Editor de <i>O Observador</i> e de <i>O Conimbricense</i>. Links biográficos: https://acercadecoimbra.blogs.sapo.pt/coimbra-e-as-suas-personalidades-33203 http://dichp.bnportugal.pt/imagens/martins_carvalho.pdf

José Agostinho de Macedo (1761-1831) 	Clérigo. Um dos mais prolíxos escritores do seu tempo e um dos mais exuberantes defensores do Absolutismo. Terá sido um dos redatores da <i>Gazeta de Lisboa</i>. Fundou e/ou redigiu, como redator único ou em colaboração com outros, periódicos como: <i>Jornal Enciclopédico de Lisboa</i>, <i>Motim Literário em Forma de Solilóquios</i>, <i>O Espetador Português</i>, <i>O Desaprovador</i>, <i>Gazeta Universal</i>, <i>A Besta Esfolada</i>, <i>O Desengano</i> e outros. Links biográficos: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/RaridadesBibliograficas/Exorcismos/BioJAMacedo.pdf https://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_Agostinho_de_Macedo https://www.infopedia.pt/\$padre-jose-agostinho-de-macedo https://arlindo-correia.com/180708.html
José da Silva Mendes Leal Júnior (1818^º-1886) 	Jornalista. Escritor. Dramaturgo. Bibliotecário. Diretor da Biblioteca Nacional. Diplomata. Político. Deputado. Ministro. Editor de <i>Imprensa e Lei</i>. Colaborador de <i>A Restauração da Carta</i>, <i>O Estandarte</i>, <i>O Mosaico</i>, <i>Revista Universal Lisbonense</i>, <i>A Ilustração: Jornal Universal</i>, <i>Jornal do Comércio</i>, <i>O Panorama</i>, <i>A Época</i>, <i>O Clamor Público</i>, <i>Revista Contemporânea de Portugal e Brasil</i>, <i>Política Liberal</i> e outros periódicos. Foi redator principal da revista <i>A Ilustração Luso-Brasileira</i> e do jornal <i>A Aurora</i>. Links biográficos: https://www.infopedia.pt/\$mendes-leal https://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_da_Silva_Mendes_Leal
José da Silva Passos (Passos José) (1802-1863) 	Jurista. Político. Presidente da Câmara Municipal do Porto. Editor e redator de <i>O Amigo do Povo</i> (junto com o seu irmão Passos Manuel). Links biográficos: https://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_da_Silva_Passos https://www.cm-matosinhos.pt/pages/1495?poi_id=27 http://www.arqnet.pt/dicionario/passosjs.html

José de Sousa Bandeira, “o Barbeiro” (1789-1861) 	Escrivão. Jornalista. Redator do <i>Azeme! Vimarane!se</i>, de <i>O Artilheiro</i> e do <i>Brás Tisana</i>. Colaborou com o <i>Periódico dos Pobres no Porto</i>. Links biográficos: http://araduca.blogspot.com/2013/03/escritores-vimaranenses-53-jose-de.html
José Estêvão Coelho de Magalhães (1809-1862) 	Jornalista. Político. Deputado. Colaborou com o jornal <i>Crónica da Terceira</i>. Fundador de <i>O Constitucional</i>, <i>O Atleta</i> e <i>O Tempo</i>. Cofundador de <i>A Lança</i> e <i>A Revolução de Setembro</i>. Mentor de <i>O Campeão do Vouga</i>, <i>O Campeão das Províncias</i> <i>O Progresso</i>, <i>O Futuro</i> e <i>A Política Liberal</i>. Links biográficos: https://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_Est%C3%A3o_Coelho_de_Magalh%C3%A3es http://www.arqnet.pt/dicionario/estevaojose.html https://www.parlamento.pt/VisitaParlamento/Paginas/BiogJoseEstevaoMagalhaes.aspx https://www.infopedia.pt/\$jose-estevao
José Feliciano de Castilho / José Feliciano de Castilho Barreto (1769-1826)	Médico. Professor. Fundador e redator do <i>Jornal de Coimbra</i>. Links biográficos: https://www.uc.pt/org/historia_ciencia_na_uc/autores/CASTILHOjosefelicianode http://www.arqnet.pt/dicionario/castilhojosef1.html
José Ferreira Borges (1786-1838) 	Jurista. Político. Deputado. Fundador, editor e redator de <i>O Correio Intercetado</i>, de <i>O Chaveco Liberal</i> e de <i>O Palinuro</i>. Links biográficos: https://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_Ferreira_Borges https://www.infopedia.pt/\$jose-ferreira-borges http://www.politipedia.pt/borges-jose-ferreira-1786-1838/

José Joaquim de Almeida e Araújo Correia de Lacerda (?-?)	Jurista. Político. Ministro do Reino (correspondente a primeiro-ministro) entre 1825 e 1826, nos últimos meses de reinado de D. João VI. Foi um dos promotores e redator do jornal <i>O Leal Português</i>. É autor do periódico <i>Exame dos Artigos Históricos Políticos que se Contêm na Coleção Periódica Intitulada Correio Brasiliense ou Armazém Literário no que Pertence Somente ao Reino de Portugal</i>. Link biográfico: https://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_Joaquim_de_Almeida_e_Ara%C3%BAjo_Correia_de_Lacerda
José Liberato Freire de Carvalho (1772-1855) 	Jornalista. Político. Deputado. Inicialmente clérigo, abandonou a Ordem a que pertencia. Redator principal de <i>O Investigador Português em Inglaterra</i>. Fundador e redator do jornal <i>O Campeão Português ou o Amigo do Rei e do Povo</i> e do jornal <i>O Campeão Português em Lisboa</i>. Colaborou, brevemente, com <i>O Pacote de Portugal</i>. Foi redator da <i>Gazeta de Lisboa</i>. Links biográficos: https://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_Liberato_Freire_de_Carvalho http://www.politipedia.pt/carvalho-jose-liberato-freire-de-1772-1855/ Autobiografia memorialística disponível no GoogleBooks https://books.google.pt/books?id=sIcDAAAAYAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-PT&source=gbs_ge_summary_r&cad=o#v=onepage&q&f=false
José Luciano de Castro Pereira Corte Real (1834-1914) 	Jurista. Jornalista. Político. Funcionário Público. Deputado. Ministro. Presidente do Ministério ("primeiro-ministro"). Líder do Partido Progressista (1885). Colaborou com <i>O Nacional</i>, <i>Jornal do Porto</i>, <i>Gazeta do Povo</i>, <i>País</i>, <i>Progresso</i> e <i>Comércio do Porto</i>, entre outros periódicos. Fundou e dirigiu a revista especializada <i>O Direito</i>. Links biográficos: https://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_Luciano_de_Castro https://www.infopedia.pt/\$jose-luciano-de-castro https://digitalq.arquivos.pt/details?id=4217285 http://www.arqnet.pt/dicionario/lucianocastrojose.html https://www.wikiwand.com/pt/Jos%C3%A9_Luciano_de_Castro
José Maria da Silva Leal (1812-1883)	Escritor. Jornalista. Funcionário Público. Político. Redator principal da <i>Revista Universal Lisbonense</i>. Colaborou, entre outras publicações, com <i>A Ilustração: Jornal Universal</i>. Links biográficos: https://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_Maria_da_Silva_Leal

José Maria do Casal Ribeiro (1825-1896) 	Jurista. Político. Deputado. Ministro. Colaborou com <i>O Ateneu</i>. Fundou e dirigiu, como redator principal, o jornal <i>A Civilização</i>. Colaborou, ainda, com a <i>Revista Universal Lisbonense</i> e <i>A Semana de Lisboa</i>. Links biográficos: https://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_Maria_do_Casal_Ribeiro https://maislisboa.fcsh.unl.pt/casal-ribeiro-um-jornalista-politico-que-se-fez-conde-e-nome-de-avenida/ https://run.unl.pt/bitstream/10362/9150/1/Patr%C3%ADcia%20Lucas%20Conde%20de%20Casal%20Ribeiro.pdf
José Maria Latino Coelho (1825-1891) 	Engenheiro militar. Professor. Biógrafo. Historiador. Jornalista. Político. Deputado. Ministro. Colaborou com <i>A Revolução de Setembro</i>, <i>A Emancipação</i> (redator principal), o <i>Jornal do Comércio</i> (redator principal), <i>O Ateneu</i>, <i>Revista Peninsular</i>, <i>Revista Contemporânea de Portugal e Brasil</i>, <i>O Panorama</i>, <i>Arquivo Pitoresco</i>, <i>Época</i>, <i>Jornal de Domingo</i>, <i>A Imprensa</i>, <i>Ilustração Luso-Brasileira</i> e noutras publicações. Links biográficos: https://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_Maria_Latino_Coelho http://www.arqnet.pt/dicionario/latinocoelho.html
Júlio César Machado (1835-1890) 	Escritor. Jornalista. Colaborou com a <i>Revista Universal Lisbonense</i>, da qual foi revisor. Foi um dos pioneiros do cargo de revisor em Portugal. Colaborou, também, com <i>A Revolução de Setembro</i> e o <i>Diário de Notícias</i>, entre outros periódicos. Links biográficos: https://pt.wikipedia.org/wiki/J%C3%BAlio_C%C3%A9sar_Machado https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/5352/1/ulfl106439_tm.pdf
Luís Augusto Rebello da Silva (1822-1871) 	Escritor. Jornalista. Historiador. Professor. Político. Deputado. Ministro. Fundou, com Andrade Corvo, <i>A Época</i>, que dirigiu. Editou <i>A Imprensa</i>. Colaborou com o jornal <i>Imprensa e Lei</i>, a revista <i>O Panorama</i>, <i>Arquivo Pitoresco</i>, <i>Revista Contemporânea de Portugal e Brasil</i> e outras publicações. Foi redator principal da revista <i>A Ilustração Luso-Brasileira</i>. Link biográfico: https://pt.wikipedia.org/wiki/Lu%C3%ADs_Augusto_Rebello_da_Silva

Luís de Almeida e Albuquerque (1819-1906) 	Jurista. Economista. Professor. Redator principal do <i>Jornal do Comércio</i>. Colaborou com <i>O Ateneu</i>. Link biográfico: http://memoria.ul.pt/index.php/Albuquerque,_Lu%C3%ADs_de_Almeida_e
Luís de Sequeira Oliva e Sousa Cabral (1778-1815)	Jurista. Fundador e redator de <i>O Lagarde Português</i>, transformado, depois, em <i>O Telégrafo Português</i>. Link biográfico: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/RaridadesBibliograficas/bios/LSCabral.pdf
Manuel Fernandes Tomás (1771-1822) 	Jurista. Juiz. Político. Deputado. Presidente das Cortes Constituintes de 1820-1822. Integrante da Junta Provisional do Governo Supremo do Reino após a Revolução Liberal. Editor e redator de <i>O Independente</i>. Links biográficos: https://pt.wikipedia.org/wiki/Manuel_Fernandes_Tom%C3%A1s https://www.parlamento.pt/VisitaParlamento/Paginas/BiogManuelFernandesTomas.aspx http://www.arqnet.pt/portal/biografias/fernandes_tomas.html https://www.infopedia.pt/\$manuel-fernandes-tomas https://etcetajornal.pt/j/2020/01/manuel-fernandes-tomas/
Manuel José Mendes Leite (1809-1887) 	Jurista. Político. Deputado. Governador Civil. Jornalista. Cofundador e colaborador de <i>A Lança</i> e <i>A Revolução de Setembro</i>. Link biográfico: https://pt.wikipedia.org/wiki/Manuel_Jos%C3%A9_Mendes_Leite

Marcos Pinto Soares Vaz Preto, o “Padre Marcos” (1782-1851) 	Clérigo. Político. Deputado. Redator de <i>O Português Emigrado</i>. Colaborou com <i>O Paquete de Portugal</i> e <i>A Aurora</i>. Link biográfico: http://www.politipedia.pt/marcos-pinto-soares-vaz-preto-padre-m-1851/ http://sesimbraidentidadememoria.blogspot.com/2016/01/marcos-vaz-preto-o-padre-marcos-1782.html
Nuno Álvares Pereira Pato Moniz (1781-1826)	Escritor. Jornalista. Político. Cofundador e redator do jornal <i>Correio da Península ou Novo Telégrafo</i>. Redator principal de <i>O Observador Português</i>. Fundador e/ou redator principal e redator de outros periódicos, tais como: <i>Português Constitucional</i>, <i>Português Constitucional Regenerado</i> e <i>Jornal da Sociedade Literária Patriótica</i>. Link biográfico: https://pt.wikipedia.org/wiki/Nuno_%C3%81lvares_Pereira_Pato_Moniz
Manuel da Silva Passos (Passos Manuel) (1805-1862) 	Jurista. Político. Deputado. Ministro. Editor e redator de <i>O Amigo do Povo</i>. Links biográficos: https://pt.wikipedia.org/wiki/Manuel_da_Silva_Passos https://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?p_pagina=galeria%20de%20retratos%20do%20sal%C3%A3o%20nobre%20-%20manuel%20da%20silva%20passos http://www.arqnet.pt/dicionario/passosms.html https://www.infopedia.pt/\$passos-manuel https://www.parlamento.pt/VisitaParlamento/Paginas/BiogManuelSilvaPassos.aspx Vídeo: https://ensina.rtp.pt/artigo/passos-manuel/
Paulo Midosi	Jurista. Redator de <i>O Português</i>, <i>O Chaveco Liberal</i>, <i>O Português Constitucional em Londres</i> e <i>O Patriota</i>. Pai de Paulo Midosi Júnior (1821-1888), jurista, escritor e jornalista, colaborador do <i>Diário de Notícias</i> e <i>A Ilustração</i>.
Raimundo António de Bulhão Pato (1828-1912) 	Escritor. Ensaísta. Jornalista. Colaborou com a <i>Revista Universal Lisbonense</i>, <i>A Época</i>, <i>Ilustração Luso-Brasileira</i> e outras publicações. Forneceu ao <i>Cozinheiro dos Cozinheiros</i> (1870) a célebre receita das amêijoas à Bulhão Pato. Links biográficos: https://pt.wikipedia.org/wiki/Raimundo_Ant%C3%B3nio_de_Bulh%C3%A3o_Pato http://www.arqnet.pt/dicionario/bulhaopato.html http://dp.uc.pt/conteudos/entradas-do-dicionario/item/292-bulhao-pato

Rodrigo da Fonseca Magalhães (1787-1858) 	Jornalista. Político. Deputado. Ministro. Fundador, editor e redator de <i>O Paquete de Portugal</i> e <i>A Aurora</i>. Redator principal do <i>Correio de Lisboa</i>. Colaborou com <i>A Revista</i>. Foi mentor de <i>A Reforma</i> e <i>A Esperança</i>. No Brasil, fundou o periódico <i>Aurora Pernambucana</i> (1821). Links biográficos: https://pt.wikipedia.org/wiki/Rodrigo_da_Fonseca_Magalh%C3%A3es http://www.arqnet.pt/dicionario/magalhaesrodrigof.html https://www.wikiwand.com/pt/Rodrigo_da_Fonseca_Magalh%C3%A3es https://www.publico.pt/2013/05/20/culturaipsilon/noticia/rodrigo-da-fonseca-o-pacificador-do-liberalismo-portugues-320289 http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/RevistaContemporanea/VolIII_1861/No7/No7_master/RevistaContemporaneadePortugaleBrasil_VolIII_1861_No7.pdf
Simão José da Luz Soriano (1802-1891) 	Médico. Funcionário Público. Escritor. Historiador. Político. Deputado. Colaborou com o jornal <i>Crónica da Terceira</i>, do qual foi redator principal. Links biográficos: https://pt.wikipedia.org/wiki/Luz_Soriano http://www.arqnet.pt/dicionario/luzsoriano.html

Fonte: produção própria.

Num país dominado pelo analfabetismo e pobre, os “jornalistas” portugueses entre 1820 e 1864 foram um conjunto pequeno de homens letrados (juristas, homens de letras, médicos, professores, clérigos, funcionários públicos, bibliotecários...), interessados nos assuntos públicos, normalmente envolvidos na política, que tinham a ambição de serem reconhecidos pelos seus pares e que, frequentemente, usavam a imprensa como trampolim para a política ou para as Letras e, em certos casos, também para, simplesmente, ganharem a vida. Uns queriam intervir nos assuntos públicos, doutrinar, persuadir; outros — às vezes, os mesmos — queriam exhibir os seus dotes literários; outros ainda — que também podiam ser os mesmos — queriam contribuir para “ilustrar” e “informar” os seus concidadãos (*publicismo*), dando-lhes acesso ao conhecimento e permitindo-lhes fazer escolhas qualificadas, quer nas eleições, quer noutras esferas da vida. Uma minoria quereria, somente, obter um salário ou um rendimento — incluindo os *noticiaristas*, cuja função nos periódicos era redigir notícias, por vezes de produção própria, outras vezes transcritas, reescritas ou traduzidas de publicações nacionais e estrangeiras. Alguns eram empreendedores. Tiveram o arrojo, sozinhos ou em grupo, de lançar novos periódicos, alguns destes assentes em sólidos projetos de dimensão empresarial, que foram

singrando num mercado restrito, enquanto outros desses empreendimentos rapidamente sucumbiram, por motivos que nem sempre estiveram relacionados com a qualidade do projeto em si, mas sim com as circunstâncias do momento. Certos deles foram grandes intelectuais, escritores e/ou políticos, que concorreram para dar qualidade ao jornalismo nacional; outros gostariam de ter atingido semelhante dimensão, mas mais não foram do que jornalistas que cumpriram ou tentaram cumprir a sua função, cujos contornos se iam delimitando. Ganhavam pouco. Um redator poderia ganhar 15 a 20 mil réis mensais, o que o obrigava a ter outros empregos remunerados. Mesmo grandes personalidades da imprensa, como Herculano ou Rodrigues Sampaio não ganhariam mais do que cerca de 40 mil réis mensais.

Eram um escol letrado e ativo na sociedade portuguesa do seu tempo. Gente que se movia nos mesmos meios e onde as rivalidades, inimizades, cisões ou, por outro lado, as amizades, cumplicidades e os pactos nem sempre se alinhavam pela ideologia e partido de cada um, mas pelas circunstâncias, pelos interesses e pelas afinidades ou incompatibilidades pessoais. Afinal, eram humanos, na sua complexidade. Por muito que a democracia liberal exigisse deles tolerância, não raras vezes eram verbalmente violentos uns com os outros. Ocasionalmente, chegaram à violência física e ao duelo — um modismo arcaico que, de resto, se manteve até ao início do século XX.

Alguns desses personagens, escrevendo notícias, crónicas — sobretudo, crónicas parlamentares — e *sueños*⁹¹, começaram a *reportar* a atualidade ou a descrever algumas das singularidades do mundo nas revistas culturais.

91 Pequenas notícias interpretadas escritas em estilo livre, podendo conter, por exemplo, componentes dialógicas, análise e opinião, recorrer à ironia e ao humor e a diversas figuras de estilo e poesia. No *suelto*, o facto, que, todavia, importa noticiar, é, essencialmente, um ponto de partida para um exercício linguístico criativo do autor.

Tabela 23

Alguns colaboradores gráficos da imprensa oitocentista portuguesa.

Manuel Maria Bordalo Pinheiro (1815-1880) 	Artista plástico, desenhador, pintor. Colaborou com numerosas revistas ilustradas, como <i>O Panorama</i>, <i>Museu Pitoresco</i>, <i>Jardim Literário</i>, <i>Época</i>, <i>Arquivo Pitoresco</i>, <i>A Ilustração: Jornal Universal</i>, <i>A Ilustração: Periódico Universal</i> e outras publicações. Links biográficos: https://pt.wikipedia.org/wiki/Manuel_Maria_Bordalo_Pinheiro http://www.arqnet.pt/dicionario/bordalommanuel.html
João Pedroso Gomes da Silva (1825-1890)	Artista plástico, desenhador, pintor, gravador. Colaborou em revistas ilustradas como <i>O Panorama</i>, <i>Arquivo Pitoresco</i>, <i>Arquivo Popular</i>, <i>O Ocidente</i>, <i>Ilustração Portuguesa</i>, <i>A Imprensa</i>, <i>Branco e Negro</i> e outras. Publicou, em 1872, <i>A Gravura de Madeira em Portugal</i>, obra na qual insere várias das suas gravuras. Link biográfico: https://pt.wikipedia.org/wiki/Jo%C3%A3o_Pedroso
Tomás José da Anunciação (1818-1879) 	Artista plástico, pintor, desenhador. Colaborou no <i>Arquivo Pitoresco</i> e na <i>Revista Contemporânea de Portugal e Brasil</i>. Links biográficos: https://pt.wikipedia.org/wiki/Tom%C3%A1s_da_Anuncia%C3%A7%C3%A3o https://www.infopedia.pt/\$tomas-jose-da-anunciacao
João Cristino da Silva (1829-1877) 	Artista plástico, pintor, desenhador. Colaborou com o <i>Arquivo Pitoresco</i>. Link biográfico: https://pt.wikipedia.org/wiki/Jo%C3%A3o_Cristino_da_Silva

Caetano Alberto da Silva (1843-1924) 	Gravador. Empresário da imprensa (futuro coproprietário da revista <i>Ocidente</i>). Colaborou com o <i>Arquivo Pitoresco</i>, <i>O Universo Ilustrado</i>, <i>O Camões</i>, <i>A Imprensa</i>, <i>Revista Popular de Conhecimentos Úteis</i>, <i>Gazeta Ilustrada</i>. Lançou a revista <i>O Ocidente</i>, na qual também colaborou como gravador. Link biográfico: https://pt.wikipedia.org/wiki/Caetano_Alberto_da_Silva
--	--

Fonte: produção própria.

É de destacar o papel dos artistas gráficos e dos gravadores que colaboraram com a imprensa. Homens como José Maria Baptista Coelho (gravador), Manuel Maria Bordalo Pinheiro (desenhador, pintor e gravador), João Pedroso Gomes da Silva (desenhador, pintor, gravador), Francisco Augusto Nogueira da Silva (desenhador e gravador), Tomás José da Anunciação (pintor e desenhador), João Cristino da Silva (desenhador), Caetano Alberto da Silva (gravador), entre outros, encontram-se entre os primeiros a manifestar, na imprensa portuguesa, uma intenção reportativa e descritiva do mundo, podendo ser considerados *reporteres visuais*. Eram, até ao meio do século XIX, um grupo muito restrito, mas, depois de meados do século, este grupo aumentou em número e alargou-se aos artistas plásticos, designadamente aos pintores. A convivência destes últimos com as elites literárias contribuiu para aumentar o seu prestígio. Várias revistas culturais ilustradas criaram, inclusivamente, o cargo de diretor artístico. Embora, ao tempo, esses indivíduos não fossem considerados jornalistas como os demais, na verdade desempenharam na imprensa ilustrada da sua época papéis que se podem considerar jornalísticos e, sendo pagos e possuindo inegáveis conhecimentos e competências específicos, podem considerar-se um subgrupo profissional entre os jornalistas da época.

Capítulo IV

Imprensa pré-industrial segmentada (1851-1864)

4.1 Condições facilitadoras da organização industrial da imprensa em Portugal

A enorme vitalidade da imprensa oitocentista portuguesa é simbolizada pelo surgimento e desenvolvimento dos periódicos políticos e político-noticiosos, pelos quais passou muita da luta ideológica que caracterizou o século XIX em Portugal. O espaço público ampliou-se, galgou as fronteiras do Governo, dos círculos políticos e do Parlamento e chegou, simbolicamente, às páginas dos jornais.

A primeira geração de periódicos políticos portugueses, até 1834, foi caracterizada pelo seu carácter artesanal e individual. Muitos desses periódicos foram empreendimentos individuais, obras de indivíduos isolados, e praticavam um discurso inflamado e retórico sobre os problemas e ocorrências da época. Davam poucas notícias sobre os acontecimentos coevos, excluídas, eventualmente, as crónicas parlamentares, nas quais se narravam e comentavam os debates em curso entre os deputados.

Entre o final das “Guerras Liberais”, em 1834, e 1851, Portugal viveu tempos de instabilidade política e militar — bastará recordar as numerosas revoltas e sublevações, os confrontos entre cartistas e setembristas e a guerra civil da Patuleia. Curiosamente, esse foi também o período durante o qual se empreendeu uma política de modernização do País e de fomento, liderada por Costa Cabral. O autoritarismo exibido por Cabral sempre que esteve no Governo foi, no entanto, mal recebido pelos opositores setembristas e legitimistas. A bem da verdade, a situação era tão instável que o Governo só conseguia governar tomando medidas duras.

Em 1851, Portugal virou a página. No primeiro de maio desse ano, um levantamento militar protagonizado pelo marechal Saldanha conduziu à queda do Governo de Costa Cabral. Depois de um interregno de quatro dias, Saldanha tomou posse como presidente do Ministério (“primeiro-ministro”), no primeiro de muitos governos do que veio a ser o Partido Regenerador.

Iniciou-se, assim, o período histórico conhecido como Regeneração. A normalização, urbanização e a suavização da política que caracteriza esse período da história de Portugal permitiram a dois partidos assumir, rotativamente, o Governo (Rotativismo): o Regenerador, centrista, chefiado por Saldanha e, depois, por Fontes Pereira de Melo; e o Histórico, fundado em 1856, herdeiro do Setembrismo, situado mais à esquerda do espectro político, chefiado pelo duque de Loulé, e cujas bases se lançaram quando Saldanha, para dar protagonismo a Rodrigo da Fonseca Magalhães e Fontes Pereira de Melo, afastou os setembristas do seu Governo “de unidade nacional”, ainda em 1851.

No governo regenerador de Saldanha tomou assento, como ministro das Obras Públicas, aquele que seria o mais impactante político português até à sua morte, em 1883 — António Maria de Fontes Pereira de Melo. Foi ele o estratega das políticas de progresso material que modernizaram e transformaram o País, ainda que à custa do endividamento público. Foi sob a liderança de Fontes Pereira de Melo que a Revolução Industrial chegou, enfim, a Portugal.

O desenvolvimento, materializado, sobretudo, na industrialização e na criação de infraestruturas, como o telégrafo, as estradas de macadame e as vias-férreas, e o consequente aumento da dívida pública tornaram-se as preocupações centrais dos governos da Regeneração e dos partidos. “Engrossava (...) uma vaga de fundo que colocava como questão central a necessidade de desenvolvimento do País”, escreve Tengarrinha (2013, p. 652). O problema do analfabetismo colocou-se, inclusive por meio da imprensa, mas não teve resposta verdadeiramente consequente. A educação foi o parente pobre das políticas da Regeneração, independentemente do partido que estava no Governo.

Após 1851, a circulação de periódicos e de informações acelerou-se e facilitou-se graças às infraestruturas de comunicação e à melhoria dos serviços de correio (que beneficiaram da melhoria dos sistemas de transportes). Os debates políticos em curso refletiram-se nos conteúdos da imprensa e atraíram a atenção do público, reforçando o papel dos jornais políticos e aumentando as suas tiragens e a sua circulação:

Multiplicavam-se os artigos sobre temas económicos e os debates sobre as condições básicas para o fomento nacional, em que se reconhecia terem papel fundamental os transportes e comunicações, o fomento industrial e manufatureiro, bem como a instrução (...). (Tengarrinha, 2013, pp. 652-653)

A política, ainda que mais urbana e cordata, assumiu uma enorme centralidade no Portugal da Regeneração, principalmente entre as elites que queriam e podiam interferir na condução dos assuntos públicos pelo debate e pelo voto (censitário). Para ganharem força e representatividade, indivíduos unidos por interesses comuns, mais até do que por opções ideológicas (ainda que estas tivessem a sua importância), começaram a associar-se aos partidos políticos, principalmente ao Partido Regenerador e ao Partido Histórico, também eles em fase de consolidação em Portugal.

Os jornais políticos adaptaram-se aos novos tempos. Tornaram-se vozes extraparlamentares desses partidos e movimentos políticos, ou seja, tornaram-se *jornais de partido*. O jornal político de um homem só e que só a ele representava estava condenado.

No ambiente propício ao investimento, à inovação e à modernização das infraestruturas trazido pela Regeneração, consolida-se, pois, a segunda geração de jornais políticos portugueses, cujas bases, não obstante, tinham sido lançadas entre 1834 e 1851.

A segunda geração de jornais políticos portugueses que se solidifica após 1851 é, pois, caracterizada:

1. Pela empresarialização dos projetos jornalísticos, a reboque da industrialização do País e da revolução das comunicações, sendo de referir, entre as novas empresas jornalísticas, o aparecimento de diversas sociedades por ações;

2. Pela presença física dos jornais no espaço urbano, em sedes bem identificadas, normalmente localizadas no centro das grandes cidades, próximas dos órgãos do poder político;
4. Pela sofisticação tecnológica doravante necessária à implantação sólida de novos projetos jornalísticos, sendo crescente o número de periódicos com tipografia própria;
5. Pela associação frequente a partidos políticos ou fações dentro dos partidos, tornando-se muitos jornais nas vozes extraparlamentares das forças políticas;
6. Pelo crescimento das redações em número de colaboradores — normalmente políticos ou escritores “de jornal” que queriam influenciar o público ou serem reconhecidos pelos seus dotes literários;
7. Pela diversificação dos assuntos cobertos (política, relações internacionais, assuntos militares, agricultura, tecnologia, educação, indústria...) e dos géneros jornalísticos, sendo interessante, entre os novos géneros, o *folhetim*;
8. Pela inclusão de um noticiário (local, regional, nacional e internacional) e de informações comerciais (preços, cotações, movimentos de navios...). Os jornais políticos da Regeneração deram espaço às notícias sobre singularidades atuais e às informações de serviços, metamorfoseando-se em *jornais político-noticiosos*.

Embora não se tenham alcançado progressos notáveis ao nível da alfabetização durante a Regeneração, engrossou o público dos jornais político-noticiosos, que agregavam a informação e argumentação política às notícias gerais e à informação comercial de serviços. Esses jornais cativavam as elites burguesas agrícolas e industriais, pequenos empreendedores manufatureiros, funcionários e outros assalariados que tinham poder de compra suficiente para comprarem jornais e revistas — que, ao tempo, eram, apesar de tudo, um bem caro e não acessível à vasta maioria da população.

Um outro subsetor da imprensa solidificou-se durante a Regeneração — o subsetor das revistas culturais (nomeadamente das revistas ilustradas, que associavam texto iconográfico ao texto verbal). Se os jornais alimentavam os indivíduos do sexo masculino que desejavam adquirir *capital político*, as revistas, por sua vez, alimentavam *consumidores culturais*, indivíduos de ambos os sexos que liam estas publicações por motivos que iam na necessidade de aquisição de *capital cultural* para sobressaírem entre os seus pares à simples curiosidade intelectual, entretenimento e devaneio.

Finalmente, a imprensa económica e comercial também ocupou um lugar relevante na paisagem da imprensa da época. Alguns jornais nascidos nessa esfera tornaram-se, com o tempo, jornais de grande informação.

4.2 Nova legislação para a imprensa (1851-1864)

A Regeneração deu nova e mais benéfica legislação à imprensa. As novas leis evidenciaram o rumo que o País seguiu até 1890 — mais estável, mais tranquilo e tolerante, mais preocupado com o desenvolvimento material e menos com apelos a sublevações e revoltas. À luz da nova legislação, a imprensa floresceu e, sobretudo, recuperou antigas liberdades.

A “Lei das Rolhas” e toda a demais legislação constrangedora da liberdade de imprensa⁹² caiu logo a 22 de maio de 1851, por força de um decreto publicado no *Diário do Governo* de 24 de maio⁹³, ficando a valer a legislação anterior que não contradissesse o novo decreto (**tabela 24; figura 42**). Ou seja, os princípios normativos reguladores da imprensa voltaram a ser aqueles que, partindo do princípio de liberdade de imprensa estatuído no § 3.º do art.º 145.º da *Carta Constitucional* de 1826, foram expressos pelos diplomas de 5 de dezembro de 1834 e 10 de novembro de 1837.

Tabela 24

Legislação da imprensa (1851-1864).

Data	Legislação
22 maio 1851	Decreto revogador da Lei de 3 de agosto de 1850 sobre a repressão dos abusos de liberdade de imprensa. Obriga à identificação do redator principal, como responsável do periódico. Publicado a 24 de maio de 1851 no <i>Diário do Governo</i> n.º 121.
24 maio 1851	Decreto impõe o arquivo dos processos por abuso de liberdade de imprensa estabelecidos na vigência da Lei de 3 de agosto de 1850.
8 julho 1851	Decreto regulador da propriedade literária.
1 outubro 1856	Decreto alarga a liberdade de imprensa às colónias.
12 fevereiro 1862	Decreto amnistia os crimes de abuso de liberdade de imprensa instituídos somente pelo Ministério Público.

Fonte: produção própria.

92 Lei de 19 de outubro de 1840, portaria de 23 de outubro de 1840 e Lei de 3 de agosto de 1850 (“Lei das Rolhas”).

93 Pode consultar-se aqui: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/LeisdeImprensa/1851/N121/N121_item1/index.html

ATTENDENDO a que Lei de 3 de Agosto de 1850 sobre a repressão dos abusos da liberdade de Imprensa excitou a maior animadversão pública apenas foi apresentada ás Côrtes, manifestando-se a opinião illustrada contra uma providencia que as circumstancias ainda aggravaram; e sendo certo igualmente, que a Lei de 3 de Agosto de 1850, longe de assegurar o uso, e de punir o abuso de um direito sacratissimo, solemnemente declarado noCodigo Politico, pelo contrario pôde suspeitar-se haver sido concedida para soffocar e opprimir a Imprensa; Attendendo a que a sobredita Lei é a flagrante violação do § 3.º do artigo 145.º da Carta Constitucional da Monarchia, porque além de difficultar por meio de excessivos depositos a livre manifestação do pensamento, ainda soffisma esse resto de liberdade que permittiu pelo temor de novas penas, e pela classificação dos delictos. E sendo claro outrosim, que a Carta Constitucional quiz, que a Imprensa fosse independente dos vexamos da censura, e de quaesquer disposições preventivas, pondo-lhe só os justos limites da responsabilidade dos abusos; o que a Lei de 3 de Agosto de 1850 destroe declaradamente, viciando a saudavel instituição do Jury, tirando ao accusado muitas das garantias da defesa, e estabelecendo innovações oppressoras na competencia e organização dos Tribunaes, e na fórma do processo, cujos rigores exacerbou: Attendendo a que esta Lei importa a negação dos principios do Direito Constitucional, e de liberdade do pensamento: Usando dos Poderes extraordinarios que nas circumstancias actuaes Julguei dever assumir, Hei por bem Decretar o seguinte:

Artigo 1.º A Lei de 3 de Agosto de 1850 sobre a repressão dos abusos da liberdade de Imprensa fica desde já revogada; e até nova determinação das Côrtes continua em vigor a Legislação anterior, sobre a publicação e responsabilidade dos Jornaes politicos.

Art. 2.º Os responsaveis dos Jornaes politicos receberão dentro do prazo de um mez, a contar da data da publicação deste Decreto, a importancia dos depositos, com que entraram em virtude da Lei de 3 de Agosto de 1850.

Art. 3.º Os artigos dos Jornaes politicos serão assignados em minuta por um redactor principal, cujo nome e appellidos serão inscriptos logo depois do titulo no rosto do jornal. O redactor principal é o responsavel do periodico, devendo habilitar-se, como tal, e reunir as qualidades exigidas na Lei para a habilitação dos editores responsaveis.

§ unico. Os redactores principaes serão considerados como idoneos para responsaveis dos Jornaes politicos, uma vez que paguem a quarta parte do valor das contribuições fixadas no artigo 11.º da Lei de 19 de Outubro de 1840 para os jurados nos delictos por abuso de liberdade de Imprensa.

Art. 4.º Fica revogada toda a Legislação em contrario.

Paço das Necessidades, vinte e dois de Maio de mil oitocentos cincoenta e um.

— RAINHA. — *Duque de Saldanha.* — *José Ferreira Pestana.* — *Joaquim Filippe de Soure* — *Marino Miguel Franzini.* — *Antonio Aluizio Jervis de Atouguia.* — *Marquez de Loulé.*

Figura 42
Decreto de 22 de maio de 1851.

4.3 A imprensa na Monarquia Constitucional entre 1851 e 1864

Durante a Regeneração, assistiu-se a um processo de distensão política e de acalmia militar que tornou mais tolerante, ainda que igualmente vigoroso, o debate público acerca da governação.

O debate político passou a centrar-se em assuntos concretos como a política de investimento público, o grau de endividamento ou a reforma da *Carta Constitucional*. Uma certa sensação de normalidade, depois de mais de quarenta anos de sobressalto, tomou conta de Portugal. O País modernizou-se, a política modernizou-se e, conseqüentemente, a imprensa também se modernizou.

A imprensa aparece assim aos olhos do público com um papel dignificado não apenas pela denúncia da corrupção e das malfeitorias dos governantes e contra as ameaças do despotismo, mas também como instrumento do progresso. (...) O interesse dos debates (...) sobre matéria económica acabou por superar os do Parlamento, que decorriam mornos e desinteressantes. (Tengarrinha, 2013, p. 653)

Nesse ambiente, os jornais de partido dedicaram cada vez mais espaço à informação de atualidade, mesmo quando sobre ela faziam leituras políticas, e às notícias propriamente ditas. Adotaram, portanto, linhas editoriais político-noticiosas. No rescaldo das lutas e da instabilidade entre 1834 e 1851, a economia e a necessidade de desenvolvimento e união do País tornaram-se temas omnipresentes na Regeneração.

Os periódicos políticos não se abstinham, no entanto, de travar guerras verbais simbólicas em torno das opções políticas, estendendo à rua os debates parlamentares. Mas não eram ameaçados no mesmo grau em que o tinham sido entre 1834 e 1851, não só por força da legislação tolerante e permissiva, como também porque o seu discurso se moderou.

Diferendos resultantes dos choques na imprensa eram, ocasionalmente, resolvidos em duelos pela defesa da honra, mas estes, normalmente, terminavam com a reconciliação dos adversários depois do primeiro sangue vertido.

Entre os jornais políticos, *A Revolução de Setembro*, liderado por António Rodrigues Sampaio, convertido em apoiante da Regeneração⁹⁴, tornou-se no diário oficioso do Partido Regenerador. Foi o diário mais representativo e lido de toda a Regeneração.

A omnipresença da imprensa política na sociedade portuguesa, alguma dela ligada a projetos pessoais de poder mais até do que aos partidos políticos, não era isenta de reparos, como demonstra o texto de apresentação da revista semanal *Arquivo Universal*, lançada a 4 de

94 António Rodrigues Sampaio foi parlamentar, ministro e presidente do Ministério pelo Partido Regenerador.

Janeiro de 1859. Um texto que relembra algo que os estudos sobre a persuasão desenvolvidos na primeira metade do século XX demonstraram à saciedade: as pessoas têm mecanismos de resistência à persuasão e tendem a render-se apenas às mensagens que vão ao encontro do seu sistema pessoal de crenças, valores e expectativas:

A imprensa periódica entre nós, quase exclusivamente entregue à política, tem-se visto obrigada a substituir a missão de evangelizar, o propósito de seduzir e afeiçoar seguidores para os seus princípios ou para os seus homens. A discussão e controvérsia sobre a grande ciência do governo e da administração das coisas públicas, suspeitas de servir somente certos interesses individuais, tem afastado de si as simpatias do público imparcial e desta arte inutilizado em grande parte o alcance dos seus intuitos. O leitor que não está (...) alistado no bando a que o jornal pertence desconfia de quanto nele encontra e cerra ouvidos (...). O jornal político que deveria convencer, limitado à esfera dos já convencidos, torna-se inútil e vive mais de influências especiais interessadas na sua sustentação do que das verdadeiras fontes de uma vida segura (...). A imprensa diária, conquanto acompanhe os acontecimentos (...), perde muito em valor crítico por carência de meditação e análise. (*Arquivo Universal*, I (1), 4 de janeiro de 1859, p. 1)

O mercado estava, no entanto, algo saturado por um número suficientemente diverso de periódicos políticos. A conjuntura tendia a dificultar novos projetos editoriais nesse segmento. Já havia, quase sempre, um periódico político para cada nicho de mercado. Existia já, quase sempre, um periódico com o qual um indivíduo com interesse na política se pudesse identificar para fortalecer as suas convicções e no qual podia abastecer-se de argumentos para usar nas discussões sobre política. Por isso, e também porque os novos projetos jornalísticos tinham de ser sólidos para vingarem, durante a Regeneração, criaram-se menos periódicos políticos do que em tempos anteriores.

Não se duvida de que, embora fosse relativamente menor o número de jornais políticos criados neste período, eles continuavam a ter uma considerável massa de leitores fiéis. Era visível, porém, um crescente fastio pelos confrontos políticos que resultavam frequentemente de rivalidades pessoais e intrigas, à margem dos graves problemas do País (...). Para um número cada vez maior de pessoas, os políticos perdiam o crédito, o que explica o crescente alheamento da vida política. (...) Também era posta a nu a venalidade dos jornalistas, acusados (...) de proporem determinadas quantias a políticos para estes serem poupados ou elogiados. (Tengarrinha, 2013, pp. 652-653)

Todavia, havia muitos outros assuntos que iam além da política e que interessavam às pessoas. Os grandes periódicos políticos, além do mais, tendiam a concentrar-se nos grandes temas da política e não nas realidades locais e regionais. Assim, beneficiando de um clima favorável ao empreendedorismo e de um regime normativo benigno, foram surgindo

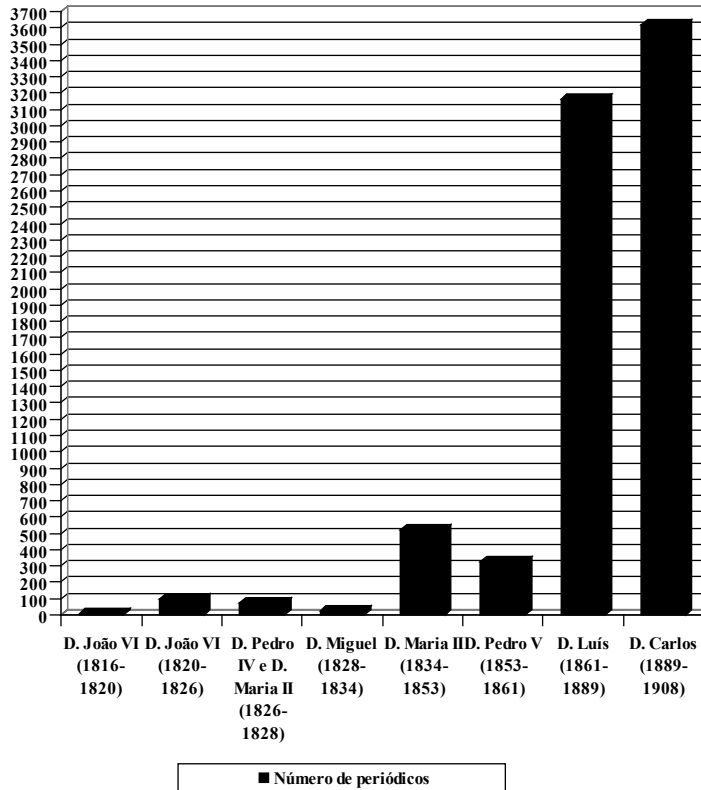
periódicos com outras tipologias que engrossaram e diversificaram o mercado da imprensa. Durante a Regeneração, efetivamente, não só aumentou o número de títulos em circulação como também a edição e consumo de jornais e outros periódicos de índole diversa, ainda que tivesse continuado centrada em Lisboa e, secundariamente, no Porto, estendeu-se à generalidade do território nacional (**figura 43**). Essa tendência justifica o aumento registado nos novos títulos criados (**gráfico 2**).

Se a edição de jornais se estendeu a todo o território, sendo, por exemplo, notório o desenvolvimento da imprensa regional e local, o seu consumo, no entanto, não se estendeu a toda a população. Os jornais e as revistas eram caros e o analfabetismo atingia a esmagadora maioria do povo. A política desenvolvimentista dos governos da Regeneração fracassou no estímulo à escolaridade. Houve, ainda assim, um renovado interesse das elites pela cultura, “a que corresponde um grande aumento dos jornais literários e de conhecimentos gerais dirigidos a um público largo” (Tengarrinha, 2013, pp. 652-653).

Atentando no **gráfico 2**, que sistematiza, por reinados, os números de criação de novos periódicos, verifica-se a ocorrência de um primeiro momento, ainda que fugaz, de intensificação da criação de periódicos, logo a seguir ao triunfo da revolução liberal de 24 de agosto de 1820 e à instituição legal, pela primeira vez em Portugal, do princípio da liberdade de imprensa, bem como a desaceleração provocada pelo retorno ao Absolutismo, durante o reinado de D. Miguel (1828-1834). Os dados permitem também concluir que, apesar de ter atravessado vários períodos de forte instabilidade política e militar em que se implementaram várias medidas legais destinadas ao controlo da imprensa, o reinado de D. Maria II foi, ainda assim, caracterizado pelo aumento de novos títulos, que se manteve durante o reinado do seu filho primogénito, D. Pedro V, e se intensificou nos reinados do seu segundo filho, D. Luís, e do seu neto, D. Carlos, nos últimos decénios do século XIX e nos primeiros anos do século XX, graças à industrialização e à incipiente profissionalização da atividade jornalística, das conquistas técnicas tipográficas e da multiplicação das iniciativas de publicação de periódicos na província.

Gráfico 2

Número aproximado de periódicos portugueses surgidos entre 1816 e 1908 por reinados.



Fonte: produção própria a partir de dados da Porbase, Tengarrinha (2013) e outros autores (cf. bibliografia).



Figura 43

Primeira página do primeiro número de *O Conimbricense*. Fonte: reprodução do original.

Segundo o *Arquivo Pitoresco*, em 1861, três anos antes do surgimento do *Diário de Notícias*, primeiro jornal noticioso industrializado português, publicavam-se em Portugal 131 jornais, dos quais 74 políticos e 57 literários⁹⁵, muitos deles fora dos grandes centros urbanos de Lisboa e Porto. Os principais jornais políticos e político-noticiosos publicados nesse ano, no Porto, eram os seguintes: *Amigo do Povo*, *Braz Tisana*, *Civilizador*, *Comércio do Porto*, *Diário do Povo*, *Direito*, *Independência*, *Jornal do Porto*, *Luso*, *Nacional*, *Primeiro de Dezembro*, *Purgatório* e *Raio [Rayol]*; na capital, eram os seguintes: *Democracia*, *Diário de Lisboa*, *Época*, *Independência — Jornal Anti-Ibérico*, *Jornal do Comércio*, *Liberdade*, *A Nação*, *Opinião*, *Parlamento*, *Política Liberal*, *O Português*, *Povo Legitimista*, *Revolução de Setembro*. Alguns deles (*Independência*, *Primeiro de Dezembro*...) eram manifestamente anti-iberistas, já que voltava a colocar-se a questão do Iberismo.

4.3.1 Jornais político-noticiosos, noticiosos e especializados (1851-1864)

O período que vai de 1851 a 1864 foi um período de liberdade e empreendedorismo à sombra do qual a imprensa floresceu, tendo por marco, no final de 1864, o nascimento do *Diário de Notícias*. Com a contemporaneidade a bater, finalmente, à porta do País e da sua imprensa, os tempos de aventureirismo jornalístico foram, enfim, relativamente ultrapassados. Os novos jornais e revistas, para vingarem no tempo, necessitavam, cada vez mais, de estruturas sólidas, de cariz empresarial, que lhes dessem sustentabilidade e estabilidade. A publicidade, por exemplo, tornou-se um fator importante para garantir a viabilidade de jornais e revistas, ainda que a venda por assinatura e a venda nas ruas e nas bancas continuassem a ser a principal fonte de financiamento dos periódicos.

Além disso, os diários políticos (**tabela 25**) já não podiam viver de pura retórica política. Num tempo em que a informação acelerava e a sociedade se complexificava, era necessário suprir as carências noticiosas da sociedade. As pessoas já não queriam apenas solidificar as suas convicções políticas pelo consumo da imprensa doutrinária. Elas precisavam de informações que, na antecâmara da Revolução Industrial em Portugal, lhes permitissem orientar as suas vidas e interagirem, informadamente, com os outros cidadãos e com as instituições. Careciam, também, de meios que lhes facultassem, simplesmente, algum entretenimento diário.

Era, pois, cada vez mais difícil a um diário político cultivar um público fiel se não o presenteasse com uma dose notável de novidades. As notícias e outras informações, incluindo os

⁹⁵ *Arquivo Pitoresco*, 4.º ano (1861), n.º 44, pp. 251-252. Pode consultar-se aqui: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/ArquivoP/1861/TomoIV/No44/No44_item1/P7.html + http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/ArquivoP/1861/TomoIV/No44/No44_item1/P8.html

anúncios e a informação de serviços (agenda de espetáculos, preços correntes, taxas de câmbio, movimento de navios...), tornaram-se crescentemente importantes para que os diários satisfizessem quotidianamente o público. A imprensa política assumiu, pois, uma orientação político-noticiosa e generalista, cumprindo, cada vez mais, as funções informativas que, ainda hoje, se esperam de qualquer diário de grande informação. Surgiram, inclusivamente, jornais independentes, que davam grande atenção à política e exerciam o direito ao comentário político, em nome de conceitos abstratos como a *razão* e o *bem-comum*, ou em nome do *povo*, dos *cidadãos*, da *Nação*, do *País*, sem se vincularem, explicitamente, a um partido político — ou só o fazendo vagamente. Constituíram uma espécie de pioneiros da imprensa de qualidade. Alguns dos periódicos de fora de Lisboa assumiram-se, por outro lado, como porta-vozes dos interesses locais e regionais e era em defesa destes que, maioritariamente, faziam política, num tempo em que a polémica sobre a municipalização do País excitava os ânimos.

O figurino editorial típico de um jornal político-noticioso do miolo de Oitocentos incluía: um artigo de fundo; um ou mais artigos comentados sobre as sessões parlamentares e assuntos da governação; informação administrativa (decretos, leis, nomeações); um folhetim; crónica teatral e crónica musical; peças literárias ou comentários a obras literárias e outras; gazetilhas⁹⁶, *suelos*⁹⁷ e notícias, por vezes comentadas, de interesse geral, predominantemente das esferas política, económica e internacional; e informação de serviços, além de anúncios publicitários.

Frequentemente, os políticos combatiam-se uns aos outros por intermédio desses jornais, que faziam ecoar a sua voz junto do seu público, formando ou consolidando correntes de opinião — normalmente associadas às ideias e interesses dos partidos políticos com os quais os jornais se alinhavam. Os periódicos políticos e informativos, mesmo os mais baratos, eram, no entanto, somente acessíveis à minoria que tinha rendimentos suficientes e, claro, era alfabetizada, num País onde o analfabetismo atingia a esmagadora maioria da população. Os cidadãos politicamente engajados eram, de facto, uma minoria elitista no Portugal de Oitocentos.

As mudanças que se registaram na imprensa política abriram caminho para o surgimento dos diários noticiosos, politicamente independentes, organizados industrialmente, feitos para darem lucro e não para doutrinar, entre os quais, em Portugal, o *Diário de Notícias* (1864) é o primeiro e mais importante exemplo. Os novos jornais noticiosos e populares — entre os quais sobressai o DN — não hesitavam em noticiar sobre as pequenas questões do quotidiano, os crimes, os assuntos de polícia, os *fait divers*, em secções intituladas, por exemplo,

96 Pequena peça em verso, com intenção moralizadora, frequentemente escrita irónica ou satiricamente.

97 Pequena notícia escrita de forma bem-humorada.

“Notícias diversas” ou “Noticiário”⁹⁸, temas dos quais a grande imprensa político-noticiosa tendia a fugir.

O impacto do DN foi tão grande que detonou transformações profundas nas linhas editoriais de vários jornais político-noticiosos, que, com o tempo, se foram transformando, a exemplo do DN, em jornais politicamente independentes, predominantemente noticiosos, com atração pelas notícias de *interesse humano*, cheios de anúncios publicitários e cujas estruturas empresariais se foram ajustando para que se tornassem em máquinas de gerar lucro. A notícia foi-se tornando, crescentemente, numa mercadoria transacionável e transacionada para garantir fluxos crescentes de publicidade. Exemplos conhecidos são o diário republicano *O Século* (1880), em Lisboa, que, embora não tenha perdido totalmente o seu elã republicano, se transformou num diário generalista como os outros — ainda que exibindo uma qualidade muito acima da média; e os diários portuenses *O Primeiro de Janeiro* (1868) e *Jornal de Notícias* (1888), ambos surgidos com fins políticos e que evoluíram para diários generalistas independentes, o primeiro mais elitista, direcionado para uma camada mais escolarizada da população, o segundo mais popular e vinculado aos interesses do Porto e do Norte do País. Mesmo alguns jornais especializados, como *O Jornal do Comércio* (1853), de Lisboa, e *O Comércio*, depois redenominado *O Comércio do Porto* (1854), evoluíram na mesma direção, tornando-se, essencialmente, diários informativos generalistas independentes — mesmo quando defensores intransigentes do seu público (*O Comércio do Porto*, por exemplo, foi voz da burguesia comercial e industrial do Porto).

Tabela 25

Exemplos de jornais políticos e político-noticiosos (1851-1864).

Título	Fundação	Características
<i>O País</i>	1851	Foi um dos primeiros jornais a ser fundado após o golpe de Saldanha e a queda do Governo de Costa Cabral (1 de maio de 1851). Periódico político independente, foi impulsionado por Alexandre Herculano, agastado com a saída dos setembristas do Governo regenerador e do fim do que se chamava, então, de Partido Nacional. Foi uma das primeiras vozes a erguer-se a favor da Regeneração mas contra a corrupção e os corruptos. Foi seu editor João de Andrade Corvo, o qual, curiosamente, veio a aderir ao Partido Regenerador, do qual foi deputado e ministro. O seu primeiro número data de 23 de julho de 1851 e o seu último de 4 de novembro do mesmo ano. Digitalizado aqui: http://purl.pt/29562

98 Esta designação surge, em Portugal, a meio do século XIX, tendo a sua introdução sido reivindicada por António da Silva Túlho, conforme conta Alfredo da Cunha (1914: 45).

<i>O Conservador</i>	1851	Sucessor do <i>Diário dos Pobres</i> , <i>O Conservador</i> foi um diário cabralista e cartista, afeto à direita política que rejeitou o golpe de Saldanha e a reconciliação nacional oferecida pelo movimento regenerador e que preferiria (man)ter Costa Cabral no poder. Foi, pois, um dos primeiros periódicos a fugir ao “consenso da Regeneração” e a atacar, mas pela direita nostálgica do cabralismo, o “centrão” político que esteve na base do movimento regenerador. Foi também um dos primeiros periódicos a abordar um tema que veio a ser central na imprensa da Regeneração — eram os maus governantes, e não o texto constitucional, que obstruía o desenvolvimento do País. Dirigido por Manuel António Ferreira Portugal, foi publicado, em Lisboa, entre 15 de setembro de 1851 e 14 de fevereiro de 1852, À medida que a situação evoluiu e o movimento regenerador se afirmou pela reconciliação e foi absorvendo a oposição da direita cabralista, o jornal terá deixado de ter relevância e sucumbiu.
<i>O Brás [Braz] Tisana</i>	1851	Periódico político-noticioso, frequentemente irónico, com discurso popular e mesmo desbocado, ao ponto de ser alcunhado de “pasquim”, foi apoiante da causa da Regeneração e do Governo de Saldanha. Teve por redator principal o carismático José de Sousa Bandeira, “o Barbeiro” (<i>Azemel Vimaranesense, Periódico dos Pobres no Porto, O Artilheiro</i>). Publicou-se no Porto, entre 1851 e 1869. Traz muitas notícias sobre a cidade. O título foi extraído das Crónicas do Brás Tisana, que, escritas por José de Sousa Bandeira, serviam de folhetim do <i>Periódico dos Pobres no Porto</i> , antes do seu autor se desvincular deste jornal.
<i>A Reforma</i>	1851	Periódico político apoiante do movimento regenerador, em nome da conciliação nacional, foi publicado, em Lisboa, sob a direção de J. A. Miguéis, mas foi promovido por Rodrigo da Fonseca Magalhães, que queria ser ministro do Governo de Saldanha. Circulou entre 11 de outubro de 1851 e 31 de agosto de 1852. Foi continuado por <i>A Esperança</i> (1852), na mesma linha conciliadora, de resto esgrimida por uma parte importante da imprensa política da época.
<i>O Liberal do Mondego: Jornal Político e Literário</i>	1851	Periódico coimbrão apoiante do movimento regenerador e de Saldanha. Foi publicado de 3 de junho de 1851 a 16 de dezembro de 1852, tendo Antonino José Rodrigues Vidal por editor. Podem consultar-se alguns números aqui: https://digitalis-dsp.uc.pt/html/10316.2/23041/globalItems.html E a partir daqui: https://digitalis-dsp.uc.pt/handle/10316.2/23041
<i>A Regeneração</i>	1851	Jornal fundado por Almeida Garrett, em Lisboa, teve por redator principal João de Andrade Corvo. Circulou, somente, entre 7 de junho e 13 de dezembro de 1851. Afirmou-se pela sua independência, militando, sobretudo, por causas transversais à sociedade, em nome do Povo — a justiça, a ordem, a lei, o combate à corrupção, ao tráfico de influências e ao compadrio. Encontra-se digitalizado aqui: http://purl.pt/14343
<i>A Imprensa</i>	1852	Diário cartista e nostálgico do cabralismo, foi publicado, em Lisboa, entre 15 de janeiro de 1852 e 13 de agosto de 1853. Teve uma certa influência e acabou por se fundir com o jornal cabralista <i>A Lei</i> , dando origem ao importante diário conservador <i>Imprensa e Lei</i> . Tinha tipografia própria. O seu editor foi Luís Augusto Rebelo da Silva. Digitalizado aqui: http://purl.pt/29686 .
<i>A Esperança: Jornal Político, Literário e Noticioso</i>	1852	Periódico político apoiante do Partido Regenerador e da conciliação nacional, foi publicado, em Lisboa, sob a direção de J. A. Miguéis e promoção de Rodrigo da Fonseca Magalhães, entre 1 de setembro de 1852 e 1 de abril de 1854. Deu sequência a <i>A Reforma</i> (1851-1852), do mesmo editor, e foi continuado por <i>O Arauto</i> . Um número digitalizado encontra-se aqui: http://purl.pt/29681
<i>Justiça</i>	1852	Jornal lisboeta, atacou a alegada inação dos regeneradores e a corrupção. Circulou entre 14 de dezembro de 1852 e 8 de outubro de 1853. Foi seu redator principal José Justino de Andrade e Silva. Digitalizado aqui: http://purl.pt/29698

<i>O Campeão do Vouga: Jornal Político, Literário e Comercial</i>	1852	Bissemário político aveirense alinhado com a ala esquerda da Regeneração, herdeira do Setembrismo, e, depois, com o Partido Histórico. Teve por mentor José Estêvão, mas o editor era o jurista e juiz José Maria de Almeida Teixeira de Queirós. Circulou entre 14 de fevereiro de 1852 e 26 de outubro de 1859. Foi continuado pelo famoso <i>O Campeão das Províncias</i> , que teve projeção nacional.
<i>O Português</i>	1853	Nascido, no contexto da Regeneração, como um periódico independente, <i>O Português</i> alinhou-se, depois, com o Partido Histórico, cuja fundação animou, em 1856. Foi um dos periódicos mais influentes do centro-esquerda, adversário dos regeneradores e de António Rodrigues Sampaio, muitas vezes alvo, nas suas páginas, de críticas ferozes dos seus antigos correligionários. Congregou na redação Alexandre Herculano, que se bateu pela compatibilização entre o progresso material do País e a moralidade da vida política e contra a influência do clero católico no Estado (uma posição anticlerical), e outros vultos da política de Oitocentos, como o general Francisco Maria de Sousa Brandão (um dos principais contribuidores para a implementação da ferrovia em Portugal) e Anselmo José Braamcamp, que veio a ser líder dos históricos. Com sede em Lisboa, <i>O Português</i> circulou entre 11 de abril de 1853 e 28 de dezembro de 1866. Era seu proprietário Manuel de Jesus Coelho, dono da tipografia em que se imprimia. Continuou <i>O Patriota</i> (igualmente propriedade de Manuel de Jesus Coelho), que já tinha continuado <i>O Nacional</i> . Há assim uma linha contínua entre estes três jornais esquerdistas: <i>O Nacional</i> , <i>O Patriota</i> e <i>O Português</i> .
<i>Imprensa e Lei</i>	1853	Resultante da fusão dos jornais do cartismo conservador e cabralista <i>A Lei</i> e <i>A Imprensa</i> , teve sede em Lisboa. Circulou entre 16 de agosto de 1853 e 18 de novembro de 1856. Influente e com certa dimensão, tinha tipografia própria. Foi seu editor José da Silva Mendes Leal Júnior. O corpo de redatores incluía António Correia Caldeira, António da Cunha Sotto Mayor, Eleutério Francisco Castelo Branco, J. A. Lobo de Moura, Luís Augusto Rebelo da Silva (que tinha sido editor de <i>A Imprensa</i>), Luís de Vasconcelos e, como noticiário e tradutor de peças da imprensa estrangeira, Francisco Duarte de Almeida e Araújo. O administrador era António Ferreira de Simas Júnior. Alguns números digitalizados aqui: http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=realgabobrasraras&pagfis=34028
<i>A Monarquia</i>	1854	Jornal realista legitimista (miguelista), conservador e católico, publicou-se, no Porto, entre 2 de outubro de 1854 e 2 de maio de 1857.
<i>Atalaia Católica: Jornal Religioso</i>	1854	Publicado em Braga, sede do ultramontanismo católico, foi um dos vários jornais e revistas católicos (tal como <i>O Amigo da Religião</i> , 1853-1866; <i>A Missão Portuguesa</i> , 1854; <i>O Defensor do Catolicismo</i> , 1864...) que, unidos aos periódicos legitimistas, ergueram as suas vozes contra o crescente questionamento dos dogmas religiosos, da universalidade da Igreja Católica e do papel do clero católico por ateus, socialistas, racionalistas e mesmo pelos protestantes, entre outros — como o próprio Alexandre Herculano, que, em jornais como <i>O Português</i> e <i>O País</i> , exibiu o seu anticlericalismo. Nesse sentido, é um jornal político-religioso, dada a sua tentativa de impor o primado do Catolicismo sobre a política. O seu primeiro número data de 2 de janeiro de 1854 e o último de 20 de dezembro de 1854. Foi continuado pela mais moderada <i>Revista Eclesiástica do Arcebispado de Braga</i> .
<i>O Conimbricense: Jornal Político, Instrutivo e Comercial</i>	1854	<i>O Conimbricense</i> (figura 43), talvez por ser editado em Coimbra, sede da mais antiga universidade portuguesa e um dos polos nacionais do saber, teve grande repercussão nacional. Foi seu redator principal o jornalista Joaquim Martins de Carvalho. Continuou <i>O Observador: Jornal Político e Literário</i> (1847-1853) e terá, igualmente, absorvido o jornal lisboeta <i>O Popular</i> (1848-1849), quando este findou devido à intensificação da repressão cabralista sobre os mais aguerridos periódicos da Oposição. Apesar de não ter uma posição política muito definida, apoiou, logo no primeiro número, os regeneradores e Saldanha, num editorial assinado por José Luciano de Castro. Circulou entre 24 de janeiro de 1854 e 1 de julho de 1908.

<i>O Popular</i>	1854	Periódico coimbrão, apoiou o Partido Histórico, que, criado em 1856, se consolidou como adversário do Partido Regenerador. Atacou a corrupção. Circulou entre 30 de março de 1854 e 6 de agosto de 1856. Fundiu-se com outro jornal afeto aos históricos, <i>O Tribuno</i> , dando origem a <i>O Tribuno Popular</i> , que circulou entre 13 de agosto de 1856 até 28 de junho de 1907, tendo Bento Leão da Cunha Carvalhais como editor. <i>O Tribuno Popular</i> tem números digitalizados aqui: https://digitalis-dsp.uc.pt/bg4/B-18-19_24/rosto1.html
<i>O Arauto</i>	1854	Periódico político apoiante do Partido Regenerador, foi publicado, em Lisboa, sob a direção de J. A. Miguéis, entre 17 de abril de 1854 e 16 de setembro de 1855. Surge na sequência direta de <i>A Esperança</i> (1852-1854), que tinha surgido de <i>A Reforma</i> (1851-1852), ambos com o mesmo editor.
<i>O Lidador</i>	1854	Jornal portuense apoiante do movimento regenerador, circulou entre 1 de agosto de 1854 e 5 de maio de 1857. Foi seu editor José Augusto Correia Guimarães, que, mais tarde, haveria de fundar os jornais <i>O Melro</i> (1879), <i>A Máquina</i> (1893) e <i>O Minho e o Douro</i> (1893).
<i>O Progresso: Jornal Político</i>	1854	Animado por José Estêvão, este periódico deu voz à esquerda liberal setembrista desiludida com a Regeneração e Saldanha e desalinhada do movimento oposicionista que deu origem ao Partido Histórico, de centro-esquerda. Estêvão e os seus aliados procuraram, por meio da imprensa, criar um movimento tendente à criação de um partido político à esquerda dos históricos. Publicado em Lisboa, circulou entre 14 de janeiro de 1854 e 7 de maio de 1856, sob a responsabilidade formal de Pedro António Borges, futuro editor de <i>O Eco das Províncias</i> (1856), um jornal de breve longevidade e menor influência. Foi sucedido por <i>O Futuro</i> (1858).
<i>O Leiriense: Periódico Administrativo, Literário e Noticioso</i>	1854	Bisemanário político-noticioso regional independente. Publicou-se em Leiria, entre 1 de julho de 1854 e 4 de janeiro de 1868, sendo imediatamente seguido por <i>O Distrito de Leiria: Periódico Político, Administrativo e Noticioso</i> , publicado, na mesma cidade, entre 27 de outubro de 1860 e 7 de novembro de 1863. Teve considerável influência regional, dada a defesa que fazia das questões que interessavam transversalmente aos leirienses.
<i>A Aurora do Lima</i>	1855	Fundado a 15 de dezembro de 1855, em Viana do Castelo, como um jornal político regionalista e independente, ainda que vagamente alinhado com os históricos, converteu-se num jornal regional de grande informação que sobreviveu ao tempo e ainda hoje existe (https://www.auroradolima.com/), sendo o mais antigo jornal de Portugal Continental em publicação contínua. Teve notável influência regional e é um importante repositório de notícias locais que ajudam a traçar a história do distrito de Viana do Castelo e do Minho. Foi seu editor A. P. de Sousa.
<i>O Viriato: Jornal Político, Instrutivo e Comercial</i>	1855	Trata-se de mais um dos jornais regionais independentes fundados na sequência do movimento regenerador, que deu estabilidade à imprensa portuguesa e permitiu o surgimento de jornais por todo o território português. Foi fundado por um grupo de acionistas viseenses. Com sede em Viseu, circulou entre 3 de abril de 1855 e 31 de maio de 1892. Mudou o subtítulo para <i>Jornal Político, Literário, Noticioso e Comercial</i> , seguindo, afinal, o figurino da generalidade dos jornais da época. Podem consultar-se números digitalizados aqui: http://purl.pt/14342
<i>O Bracarense: Periódico Político e Literário</i>	1855	Jornal regional publicado em Braga, entre 12 de junho de 1855 e 31 de maio de 1892. Tal como outros jornais regionais, teve considerável influência local. Foi fundado e dirigido por Manuel Joaquim Alves Passos. Apoiou o Partido Regenerador e Saldanha. O título foi interrompido entre 16 de setembro de 1862 e 1 de janeiro de 1864. Em 1863, circulou como <i>O Distrito de Braga</i> .
<i>O Povo</i>	1856	Trisemanário legitimista e católico, sob a responsabilidade de José Pedro Duarte de Seixas e Silva, foi publicado, em Lisboa, entre 1 de julho de 1856 e 1 de janeiro de 1861. Será seguido por <i>O Povo Legitimista</i> (1861).

<i>O Futuro: Jornal Político, Religioso, Económico, Literário e Noticioso</i>	1858	Igualmente promovido por José Estêvão para dar voz aos partidários da fundação de um novo partido mais à esquerda do que o Partido Histórico, o diário <i>O Futuro</i> surgiu para continuar <i>O Progresso</i> . O seu subtítulo (era comum, conforme a tabela revela, dotar os títulos dos periódicos de subtítulos) revela todo o programa dos jornais hegemónicos à época: a política era o prato forte, mas havia que falar também da religião, da economia (incluindo-se aqui a informação de serviços — preços correntes, câmbios, cotação de ações, obrigações, movimento dos navios nos portos e receção de mercadorias, etc.), de literatura e, claro, tinha de dar notícias. Em suma, era o programa que interessava aos cavalheiros ilustrados interessados nos assuntos públicos e nas discussões políticas que compravam os jornais, sendo somente a orientação política que os distinguia. Publicado em Lisboa, o primeiro número de <i>O Futuro</i> data de 28 de março de 1858 e o último de 2 de maio de 1860. Fundiu-se com o jornal <i>A Discussão: Jornal dos Interesses Morais e Económicos</i> (Lisboa, 1 de março a 2 de maio de 1860) para dar origem ao periódico <i>A Política Liberal</i> (1860).
<i>O Campeão das Províncias</i>	1859	Apoiante do Partido Histórico, este longo bissemanário aveirense, surgido por inspiração de José Estêvão e do então jovem José Luciano de Castro, continuou <i>O Campeão do Vouga</i> . Foi seu editor proprietário Manuel Firmino de Almeida Maia. Circulou entre 12 de novembro de 1859 e 30 de março de 1910. O título foi recuperado recentemente (https://www.campeaoprovincias.pt/).
<i>O Agapito</i>	1859	Jornal afeto ao Partido Histórico, publicou-se, em Lisboa, sob a direção de Francisco Teixeira Viegas, entre 22 de dezembro de 1859 e 31 de agosto de 1860. Foi continuado por <i>A Época</i> .
<i>O Jornal do Porto</i>	1859	Propriedade de José Barbosa Leão, este diário político-noticioso independente circulou no Porto, entre 1 de março de 1859 e 27 de outubro de 1892. Exemplos digitalizados podem consultar-se aqui: http://purl.pt/14338
<i>A Época</i>	1860	Influente diário afeto ao Partido Histórico, foi publicado, em Lisboa, entre 1 de setembro de 1860 e 22 de novembro de 1863, sob a direção de Francisco Teixeira Viegas. Continuou <i>O Agapito</i> (1859). Há um outro jornal <i>A Época</i> , mas este editado em Coimbra, em 1856, tendo por redator responsável Francisco Veríssimo de Moraes Pimentel Soares. E ainda a revista <i>A Época</i> , de 1848, tratada na tabela 19.
<i>O Amigo do Povo: Jornal Político, Comercial, Industrial e Agrícola</i>	1860	Influente diário portuense afeto ao Partido Histórico, circulou entre 16 de janeiro a 31 de julho de 1860. Surgiu na sequência de dois outros jornais influentes da esquerda liberal setembrista que esteve na génese do Partido Histórico — <i>A Estrela do Norte</i> (1846) e <i>O Eco Popular</i> (1847-1860). Foram seus proprietários A. L. S. de Carvalho e J. L. S. de Carvalho.
<i>A Política Liberal</i>	1860	Impresso na tipografia de <i>O Futuro</i> , resultou da fusão deste último diário com <i>A Discussão</i> . Editado em Lisboa, circulou entre 3 de maio de 1860 e 10 de agosto de 1862. Trata-se de mais um dos jornais apoiante de José Estêvão e dos esquerdistas que, não se revendo no Partido Histórico, queriam fundar um novo partido, que poderia ser denominado Partido Popular.
<i>Diário do Povo de Portugal e Possessões</i>	1861	Diário portuense apoiante de José Estêvão e da esquerda à esquerda do Partido Histórico. Foi seu editor e proprietário João César Pinto Guimarães. Circulou entre 1861 e 1863.
<i>A Liberdade: Jornal Político, Industrial, Agrícola e Comercial</i>	1861	Embora tivesse sido impulsionado por José Estêvão para ser órgão de um novo partido à esquerda dos históricos — o Partido Popular — findou com a constatação, crescentemente notória, da inviabilidade deste projeto político. Publicado em Lisboa, circulou entre 26 de junho e 5 de novembro de 1861. Foi seu redator principal Jacinto Augusto de Freitas Oliveira.
<i>O Povo Legitimista</i>	1861	Trissemanário legitimista (miguelista), conservador e católico, foi publicado em Lisboa e circulou entre 3 de janeiro e 12 de maio de 1861. Vindo na sequência de <i>O Povo</i> (Lisboa, 1 de julho de 1856 a 1 de janeiro de 1861), menciona, no primeiro número, que estava no sexto ano de publicação. Foi seu redator principal e editor responsável José Martiniano da Silva Vieira, um prolixo autor de obras apoloéticas do realismo miguelistas e de D. Miguel.

<i>O Defensor do Trabalho: Folha Dedicada à Defesa das Classes Produtivas</i>	1862	<i>O Defensor do Trabalho</i> foi um dos primeiros periódicos políticos dedicados especificamente à defesa da classe operária em Portugal. Os seus conteúdos já apontavam para opções socialistas. Publicou-se ao longo de 237 números, entre 11 de agosto de 1862 e 4 de setembro de 1865.
<i>Correio de Portugal</i>	1864	Jornal português independente, foi publicado entre 7 de abril e 17 de agosto de 1864, sob a direção de Manuel Forte de Sá.

Fonte: produção própria a partir de dados da Porbase, Tengarrinha (2013) e outros autores (cf. bibliografia).

Tabela 26

Exemplo da distribuição de periódicos pelos campos políticos (1851-1864)

Regeneradores	Históricos	Legitimistas e ultramontanos	Independentes e de outros quadrantes
<i>A Revolução de Setembro</i> <i>O Nacional</i> <i>O Brás Tisana</i> <i>A Reforma</i> <i>A Esperança</i> <i>O Arauto</i> <i>O Liberal do Mondego</i> <i>O Conimbricense</i> <i>O Arauto</i> <i>O Lidador</i>	<i>O Eco Popular</i> <i>O Campeão do Vouga</i> <i>O Português</i> <i>O Popular</i> <i>O Tribuna</i> <i>O Tribuna Popular</i> <i>O Campeão das Províncias</i> <i>O Agapito</i> <i>A Época</i> <i>O Amigo do Povo</i>	<i>A Nação</i> <i>A Monarquia</i> <i>O Povo</i> <i>O Povo Legitimista</i> <i>Atalaia Católica</i>	<i>A Imprensa</i> <i>A Lei</i> <i>Imprensa e Lei</i> <i>O País</i> <i>O Conservador</i> <i>A Regeneração</i> <i>Justiça</i> <i>O Progresso</i> <i>O Futuro</i> <i>O Leiriense</i> <i>O Distrito de Leiria</i> <i>A Aurora do Lima</i> <i>O Viriato</i> <i>O Bracarense</i> <i>A Discussão</i> <i>A Política Liberal</i> <i>O Jornal do Porto</i> <i>Diário do Povo de Portugal e Possessões</i> <i>A Liberdade</i> <i>O Defensor do Trabalho</i> <i>Correio de Portugal</i>

Fonte: produção própria.

Tabela 27

Jornais predominantemente noticiosos (1851-1864).

Título	Fundação	Características
<i>Jornal de Lisboa</i>	1864	Diário noticioso, circulou, em Lisboa, entre 1 de julho de 1864 e 16 de junho de 1867. Foi seu editor Carlos José Barreiros. Imprimia-se, curiosamente, na tipografia Universal, a mesma onde veio a ser impresso o <i>Diário de Notícias</i> , dentro da mesma linha editorial noticiosa e independente.

Fonte: produção própria a partir de dados da Porbase, Tengarrinha (2013) e outros autores (cf. bibliografia).

Apreciando as **tabelas 25, 26 e 27**, pode concluir-se que apesar da propensão para a inclusão abundante de notícias e outras informações, materializada, inclusivamente, na fundação de jornais noticiosos, como o *Jornal de Lisboa* (1864), a maioria dos jornais importantes fundados em Portugal, entre 1851 e 1864, apresentavam um perfil editorial predominantemente político-noticioso, fossem ou não conotados com os partidos da Regeneração — principalmente, o Partido Regenerador e o Partido Histórico (**tabelas 25 e 26**). Juntando-se a outros jornais políticos que já vinham do passado recente — casos de *A Revolução de Setembro* e *O Nacional* — enriqueceram a esfera mediática, que se ia constituindo como o mais relevante espaço de debate público da política em Portugal.

É também de relevar a expansão da imprensa por todo o País, sendo de destacar a aparição de periódicos longevos fora do eixo fundamental Lisboa-Coimbra-Porto, alguns dos quais lograram obter influência considerável, quer a nível local, quer a nível nacional, como *O Campeão das Províncias*, de Aveiro, enquanto outros ultrapassaram todas as vicissitudes da história para se manterem vivos, caso de *A Aurora do Lima*, de Viana do Castelo, atualmente o mais antigo jornal em publicação contínua em Portugal Continental (só é batido, em longevidade, pelo *Açoriano Oriental*).

Podendo apoiar, com mais ou menos intensidade, os partidos políticos de então, esses jornais regionais tornaram-se, sobretudo, vozes defensoras dos interesses das cidades e regiões onde eram publicados, tendo sido muito importantes para a afirmação das identidades locais e regionais e, mais tarde, para a manutenção das conexões ao local de nascença das pessoas que, saídas do meio rural, migravam para as grandes cidades ou para o estrangeiro em busca de uma vida melhor.

Outros segmentos da imprensa revelaram vitalidade no Portugal do miolo de Oitocentos. A imprensa económica, comercial e financeira, direcionada para o segmento de público constituído pela burguesia comercial, industrial e agrícola, por exemplo, teve alguns títulos importantes para a “grande informação” (**tabela 28; figuras 44, 45 e 46**).



Figura 44
Primeira página do primeiro número do *Jornal do Comércio*. Fonte: reprodução do original.



Figura 45
Primeira página do primeiro número de *O Comércio do Porto*. Fonte: reprodução do original.

Figura 46
Fundadores de *O Comércio do Porto*.



Tabela 28

Exemplos de periódicos especializados (1851-1864) que se converteriam em diários generalistas.

Título	Fundação	Características
<i>Jornal do Comércio</i>	1853	Importante diário económico e comercial, foi fundado por Mateus Pereira de Almeida e Silva e José Pereira e Silva, em Lisboa. Teve por redator principal Luís de Almeida e Albuquerque, mas contou com a colaboração de outro jornalista especialista — Antero Albano da Silveira Pinto. Colaboraram com o jornal grandes nomes das Letras e da política do miolo de Oitocentos, tais como: Alexandre Herculano, Andrade Corvo, Latino Coelho, Rodrigues de Freitas, Mendes Leal, Luciano Cordeiro e Pinheiro Chagas. Também se notabilizou no jornal, com artigos sobre agricultura, o agrónomo e político Francisco Simões Margiochi. Foram seus proprietários posteriores Luís de Almeida e Albuquerque (igualmente redator principal), Henry Burnay, Diniz Bordallo-Pinheiro (já nos anos 1930), Fausto Lopo de Carvalho e o Banco Borges e Irmão. Com a nacionalização da banca, em 1975, o jornal passou para as mãos do Estado. Com o tempo, adquiriu um perfil editorial generalista. Dirigido para o público burguês, até 1974 foi um jornal tendencialmente conservador. O primeiro número do <i>Jornal do Comércio</i> surgiu a 17 de outubro de 1853, sucedendo a <i>O Pacote Comercial: Folha Dedicada Exclusivamente ao Comércio</i> (Lisboa, 23 de março de 1852 a 23 de janeiro de 1854). O último número data de 29 de setembro de 1989. Entre 1893 e 1895 publicou como suplemento <i>A Semana de Lisboa: Suplemento ao Jornal do Comércio</i>, dirigida por Alfredo Braga. Mais informações sobre <i>A Semana de Lisboa</i>: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/FichasHistoricas/ASemanadeLisboa.pdf <i>A Semana de Lisboa</i> disponível aqui: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/ASemanadeLisboa/ASemanadeLx.htm

<i>O Comércio [O Comércio do Porto]</i>	1854	<i>O Comércio do Porto</i> apareceu nas bancas a 2 de junho de 1854, como trisemanário, pela mão de Henrique Carlos Miranda e Manuel de Sousa Carqueja, aos quais se juntou, minoritariamente, Francisco de Sousa Carqueja. Surgiu para providenciar informação económica e comercial à burguesia mercantil e financeira do Porto, aliás conforme a promessa contratual que, por meio do título, estabeleceu com o seu público: era um jornal que falaria do comércio e comerciantes do Porto. O projeto solidificou-se, precisamente, com o apoio da Associação Comercial do Porto. O sobrinho de Manuel de Sousa Carqueja, Bento de Sousa Carqueja, mais conhecido por Bento Carqueja, integrou a redação em 1880 e, após a morte do tio, tornou-se coproprietário e diretor do periódico, tendo sido a “grande alma” do jornal. O periódico, ao tempo já transformado num diário matutino de informação geral, distinguiu pelas iniciativas cívicas, como outros dos grandes jornais portugueses da época — construção de bairros operários, fundação de escolas agrícolas móveis e creches. Para angariar apoios para as obras sociais, em 1912 o <i>Comércio do Porto</i> adquiriu um biplano para voos de exibição. Passaram pela sua redação, como jornalistas ou colaboradores, nomes como António Joaquim Pacheco (redator principal), José Luciano de Castro, José Joaquim Rodrigues de Freitas (que também foi, durante algum tempo, seu redator principal), Manuel Pinheiro Chagas (que nele assinou vários folhetins), Camilo Castelo Branco, Luís Augusto Rebelo da Silva, Alfredo Keil, José Malhoa, Viana da Mota, Teixeira de Vasconcelos, Carolina Michaëlis, João de Deus, Arnaldo da Gama e mesmo Bordalo Pinheiro. <i>O Comércio</i> transformou-se num jornal conservador de informação geral que advogava causas importantes para o Porto e para o Norte do país, sob o título <i>O Comércio do Porto</i>. Chegou a ser, até ao <i>Jornal de Notícias</i> lhe ocupar essa posição, o diário que mais circulou do Norte do País, dada a defesa que fez dos interesses do Porto e do Norte, sobretudo da burguesia industrial e comercial que o lia fielmente. Foi publicado até 30 de julho de 2005. Nesse ano, era o segundo mais antigo jornal português em publicação contínua, a seguir ao <i>Açoriano Oriental</i>. Vários números digitalizados aqui: https://arquivo.cm-gaia.pt/creators/13983/ E aqui: https://arquivo.cm-gaia.pt/units-of-description/series/215920/ Mais informações: https://pt.wikipedia.org/wiki/O_Com%C3%A9rcio_do_Porto
---	------	--

Fonte: produção própria a partir de dados da Porbase, Tengarrinha (2013) e outros autores (cf. bibliografia).

Em Lisboa fundou-se, por exemplo, o importante *Jornal do Comércio*, em 1853, que perduraria até 1983 (manutenção de título até 1989). Também se fundou, ou refundou, na sequência de outros periódicos com o mesmo título, o *Correio Mercantil: Revista Hebdomadária, Comercial, Industrial e Política* (1856-1857). No Porto, fundou-se *O Comércio*, que se transformaria no importante diário portuense generalista *O Comércio do Porto* (1854-2005). Apresentou-se como um periódico “de comércio, agricultura e indústria” onde se tratariam “matérias económicas, históricas e instrutivas”. Ideologicamente, manteve-se apartidário e imparcial, mas elegeu como causa a defesa dos interesses transversais da burguesia mercantil do Porto e, por isso, manteve uma linha editorial conservadora. Contou mesmo com o apoio da Associação Comercial do Porto para singrar, converter-se em diário (inicialmente,

era trissemanário) e ter oficina tipográfica própria. Com ele colaboraram individualidades portuenses como José Luciano de Castro, Rodrigues de Freitas e um especialista em assuntos financeiros, José Joaquim de Pinto Coelho. Construiu uma rede de correspondentes consoante com os interesses do seu público-alvo: tinha-os na Europa e no Brasil. O jornalismo especializado foi muito importante para promover a qualidade dos conteúdos no jornalismo e para o advento da análise jornalística, ou seja, a interpretação com base nos factos e a exposição das suas conexões.

4.3.2 As revistas culturais e ilustradas (1851-1864)

As revistas — culturais, científicas, literárias — cultivavam e entretinham as elites alfabetizadas, promovendo o conhecimento sobre temas diversos (**tabela 30**). Por vezes, também abordavam assuntos relevantes da atualidade coeva e, ocasionalmente, procuravam intervir sobre a política seguida em assuntos concretos — como a defesa dos monumentos nacionais ou o fomento da escolaridade básica — em nome não de um partido, mas do Povo, do bem-comum, da Nação ou de qualquer outra abstração similar. Essas revistas abriam-se, também, cada vez mais, à iconografia informativa, graças à proliferação da gravura de madeira. As gravuras, algumas vezes, eram elaboradas a partir de fotografias, mais concretamente de daguerreótipos, sem que isso significasse, no entanto, que o gravador fosse sempre e inteiramente fiel à imagem daguerreotipada.

Tabela 29
Exemplos de revistas culturais (1851-1864).

Título	Fundação	Características
<i>A Ilustração: Periódico Universal</i>	1852	<i>A Ilustração: Periódico Universal</i> surgiu nas bancas a 15 de janeiro de 1852, tendo desaparecido a 4 de outubro do mesmo ano. Revista quinzenal, de grande formato (cerca de 20 por 31 cm), publicada em sábados alternados, foi editada pelo tipógrafo e empresário de tipografia Aguiar Viana. Cada número tinha, habitualmente, oito páginas, paginadas a duas colunas. A assinatura anual custava 1440 réis, mas a revista não chegou a durar um ano. Por uma assinatura de seis meses, pagava-se 720 réis. Avulso, cada número custava 80 réis. A revista era grátis para os assinantes do diário <i>O Globo: Jornal dos Jornais: Publicação da Tarde</i> , igualmente editado pela Tipografia de Aguiar Viana.
<i>O Recreio Popular: Semanário Noticioso e Instrutivo</i>	1855	Lançada a 14 de junho de 1855, a revista semanal <i>O Recreio Popular</i> teve por editor e redator o dramaturgo e literato Pedro Carlos de Alcântara Chaves e durou até 10 de abril de 1856. Tinha, cada número, oito páginas, paginadas a duas colunas. Embora não tenha durado um ano, a assinatura anual de 52 números ficava por 500 réis e a semestral por 250 réis, mas apenas para os assinantes de Lisboa. Para os assinantes da “província” (ou seja, todo o País fora da capital), a assinatura semestral ascendia a 380 réis. Avulso, cada número custava 10 réis.

<i>A Ilustração Luso-Brasileira: Jornal Universal</i>	1856	<i>A Ilustração Luso-Brasileira</i> foi feita para impressionar e conquistar, simultaneamente, o reduzido mercado periodístico português e o emergente mercado brasileiro. Semanal, vendida aos sábados, impressa na tipografia de <i>O Panorama</i>, em Lisboa, de grande formato (cerca de 27 por 39 cm), tinha, por norma, oito páginas, paginadas a três colunas, e surgiu no mercado a 5 de janeiro de 1856, por iniciativa do seu editor e proprietário António José Fernandes Lopes, tipógrafo e livreiro. Teve por redator principal José da Silva Mendes Leal Júnior. Algumas das suas páginas eram exclusivamente reservadas às gravuras, o que devia provocar uma impressão forte nos leitores da época. A assinatura anual da revista ficava por 3600 réis, a semestral por 1920 réis e a trimestral por mil réis. Avulso, cada número vendia-se por 120 réis. Após 1858, a assinatura anual, para os habitantes de Lisboa, ficava por 4 mil réis. O número avulso custava 90 réis, uma diminuição relevante de preço, certamente para aumentar a circulação. Para fora de Lisboa, a revista era expedida, franca de porte, contra o pagamento de 4300 réis anuais. A assinatura anual para o Ultramar e para o estrangeiro ficava por 5 mil réis. Entre os principais colaboradores encontram-se nomes como Alexandre Herculano, Oliveira Marreca, Bulhão Pato e Rodrigo Paganino. Tornou-se diretor, a partir do oitavo número, Luís Augusto Rebelo da Silva, mas num certo momento o empreendimento terá entrado em decadência. Sintoma disso, o último número da revista, datado de 31 de dezembro de 1859, só tinha quatro páginas. Mais informações: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/FichasHistoricas/IlustrLusoBr.pdf Pode consultar-se aqui: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/IlustrLusoBrasil/IlustracaoLusoBrasileira.htm
<i>O Arquivo Familiar: Semanário Pitoresco</i>	1857	Publicada em Lisboa, aos sábados, entre 26 de setembro de 1857 e 10 de agosto de 1861, a revista <i>Arquivo Popular</i>, de periodicidade semanal, apresentava-se ao público em números de oito páginas, paginadas a duas colunas. Cada número avulso custava 20 réis e a assinatura anual 1260 réis, preços habituais para a época. Pretendia ser uma sucessora do <i>Arquivo Popular</i>, que tinha circulado entre 1837 e 1844, conforme era revelado no Expediente do primeiro número.
<i>O Arquivo Pitoresco</i>	1857	Depois de <i>O Panorama</i>, o <i>Arquivo Pitoresco</i> foi a revista ilustrada de natureza cultural e enciclopédica a ter mais impacto em Portugal no século XIX. Seguiu o modelo editorial de <i>O Panorama</i> e coexistiu com esta publicação entre 1857 e 1858 e entre 1866 e 1868, tendo, curiosamente, ambas as revistas findado no mesmo ano. Foi publicado entre 1 de julho de 1857 e dezembro de 1868. Era publicada ao domingo. Entre 1864 e 1866, editaram-se, também, os <i>Anais do Arquivo Pitoresco</i>, uma espécie de suplemento da revista. A sua tiragem, conforme se revela no prólogo do volume VI, de 1863, atingiu cinco mil exemplares. Tinha organização empresarial, com tipografia própria (sofreu um incêndio em 1858). Cada número do <i>Arquivo Pitoresco</i> tinha oito páginas, das quais pelo menos três eram ilustradas (publicava, no mínimo, três ou quatro ilustrações por número), paginadas a duas colunas. O número avulso vendia-se por 50 réis, custando a assinatura anual nacional 2000 réis (2200 réis quando remetido pelo correio para fora de Lisboa) e a mensal 200 réis. A fundação da revista deveu-se a três associados: o empreendedor Tomás de Aquino Gomes e os tipógrafos Vicente Jorge de Castro e João Maria de Castro, proprietários da Tipografia Castro. Os três constituíram a firma Castro, Irmão & C.^a, que editou a revista. A Sociedade Madrépora, do Rio de Janeiro, que agremiava emigrantes portugueses, comprava um determinado número de exemplares, para distribuição benemérita nas escolas portuguesas. Quando cessou esse apoio, o <i>Arquivo Pitoresco</i> extinguiu-se. Mais informações: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/FichasHistoricas/ArquivoPitoresco.pdf Pode consultar-se aqui: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/ArquivoP/ArquivoPN1.htm Também disponível no Google Books: https://books.google.pt/books/about/Arquivo_pittoresco.html?id=zddGAAAAMAAJ

<i>Porto Elegante</i>	1864	A revista quinzenal <i>Porto Elegante</i> foi uma das raras publicações de feição cultural e enciclopédica a ser editada fora de Lisboa. O seu título apelava à ideia de que era uma revista genuinamente portuense, dirigida à nata da sociedade. Só terão sido publicados quinze números, em datas incertas, ao longo de cerca de oito meses. Curiosamente, num tempo em que a gravura de madeira se instituiu como suporte iconográfico dileto na imprensa, a <i>Porto Elegante</i> deu preferência às litografias, inseridas, no entanto, no corpo da revista e não como encartes. A revista <i>Porto Elegante</i> apresentava-se paginada a duas colunas em páginas de com cerca de 18,1 cm de largura por 25 cm de comprimento. O exemplar custava 90 réis e a assinatura anual ficava por 2000 réis. Teve por proprietários Francisco José Carlos Amatucci, desenhador e litógrafo, ao qual se deverão várias das litografias inseridas na revista, e M. A. F. de Sousa Campos.
-----------------------	------	--

Fonte: produção própria.

O arquétipo das revistas culturais ilustradas, no período considerado (1851-1864), foi a revista semanal *Arquivo Pitoresco*, publicada entre 1 de julho de 1857 e dezembro de 1868, saindo aos domingos (**figura 47**). O seu conteúdo repartia-se, tal como era timbre do periodismo enciclopédico e cultural, por uma grande variedade de assuntos, entre os quais se destacam a história, a etnografia, a geografia, as ciências e a tecnologia, a língua e a literatura, a agricultura e a economia, entre outros (Sousa, 2017). Terá tido por modelo a revista francesa *Magazin Pittoresque*. Num tempo em que a maioria das revistas ilustradas gravavam rapidamente xilogravuras a partir de decalques grosseiros das imagens das revistas estrangeiras, o *Arquivo Pitoresco* notabilizou-se pela produção própria de desenhos e gravuras de excelente execução, que o tornaram num dos máximos expoentes da gravura de madeira e das artes gráficas, ao tempo, em Portugal. A revista *O Ocidente*, aliás, reconhecia, em 1902, que o *Arquivo Pitoresco* tinha feito um grande esforço “para levantar a arte da gravura em madeira” nos onze volumes anuais que foram publicados, entre 1856 e 1868 (*O Ocidente*, n.ºs 829 e 830, 10 e 20 de janeiro de 1902, p. 2).

Cada número do *Arquivo Pitoresco* tinha oito páginas, das quais pelo menos três eram ilustradas (publicava, no mínimo, três ou quatro ilustrações por número), e a sua periodicidade era semanal. Paginado a duas colunas, a sua dimensão era de cerca de 19,5 por 29,5 cm. Vendia-se por 50 réis, custando a assinatura anual nacional 2000 réis (2200 réis quando remetido pelo correio para fora de Lisboa) e a mensal 200 réis. A Sociedade Madrépora, do Rio de Janeiro, que agremiava emigrantes portugueses, comprava um determinado número de exemplares, sempre crescente, de cada edição do *Arquivo Pitoresco* para os distribuir gratuitamente pelas escolas primárias nacionais e brasileiras⁹⁹, conforme antes já o tinha feito *O Panorama*. Quando a Sociedade Madrépora deixou de pagar esses exemplares, o *Arquivo Pitoresco* extinguiu-se.

⁹⁹ Segundo o *Arquivo Pitoresco*, em 1860, 300 escolas portuguesas tinham recebido a revista; em 1861, foram já 600 (Prólogo, 1861, n.º 1, p. 2). Em 1865, já seriam 4200 exemplares.

ARCHIVO PITTORESCO

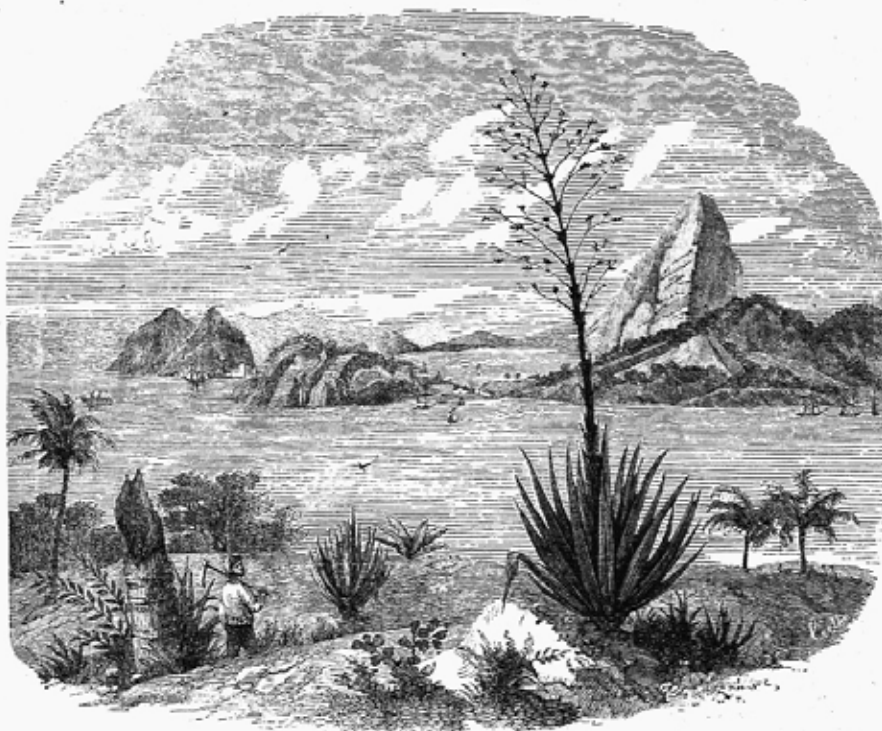
SEMANARIO ILLUSTRADO.

EDITORES PROPRIETARIOS, CASTRO, IRMÃO & C.^ª

Assignatura, anno 2.000 réis — por mes 300 réis — numero avulso 50 réis. — Para as Provincias remettido pelo correio, anno 2.200 réis.
Subscreve-se no escriptorio, rua da Boa-Vista, 4 B. — Vende-se avulso nas principaes livrarias.

1.º ANNO — JULHO 1 — 1857.

BRAZIL.



Vista da entrada do porto do Rio de Janeiro.

INTRODUÇÃO.

Uma empresa, por ventura habilitada com os melhores meios que a arte fornece em Portugal, começa hoje a publicação do semanario *Archivo Pittoresco*.

D'esses meios e da sua habilitação cerra aqui tudo quanto empresas similhantes costumam dizer; e para nem enganar o publico, nem exaggerar o proprio merecimento, contenta-se com apresentar a sua obra, e as suas vocações, á decisão do juizo illustrado dos leitores.

Poucas palavras explicam a missão do *Archivo*, mas essas não consente a obrigação solemne, que a empresa vae contrahir, que se calem, para que ninguém se julgue com direito de exigir ou esperar d'elle, mais do que ella promette.

Indo pedir á plastica a illustração das suas pagi-

nas, o *Archivo* procura fomentar a nossa gravura em madeira, dar relevo á palavra, e abrir campo em que as vistas curiosas espaiçam, sobre as creações da arte, da natureza, ou da phantasia.

Jornal portuguez, e para portuguezes, o fim principal que se propõe é ser util ou agradável a ambos os hemispherios, em que se falla a bella lingua que immortalizou Camões.

Para o conseguir, ha de ir á natureza de Portugal, das suas ilhas, das suas possessões, e do seu irmão o Brazil, copiar os quadros que são dignos de contemplação, e que extasiam os sentidos com a sua magestade.

A cada monumento perguntará a sua historia, a cada geração os seus costumes, a cada seculo a sua civilisação.

Penna e buril dar-se-hão mãos p'este commettimento patriotico.

Tomo 1. — Julho 1 — 1857.

1

Figura 47

Capa do primeiro número de *O Arquivo Pittoresco*.

Fonte: reprodução do original.

Grandes nomes das letras colaboraram ativamente com o *Arquivo Pitoresco*. José de Torres (redator principal até 1860), Pinheiro Chagas, Brito Aranha (gestor da revista a partir de 1866 e coadjuvante de Vilhena Barbosa na redação, a partir de 1866, sendo autor de uma grande quantidade de matérias), Silva Túlio (editor do periódico entre 1860 e 1865), Vilhena Barbosa (editor e redator principal a partir de 1866), Latino Coelho, António Feliciano de Castilho, Inocêncio Francisco da Silva, Silva Túlio, Mendes Leal, Andrade Ferreira e outros concorreram para o êxito da publicação. No entanto, a afirmação da revista no mercado fez-se também pelo elemento informativo que a distinguia e lhe dava notoriedade: a imagem iconográfica. O *Arquivo Pitoresco* contou, desde a fundação, com a colaboração do desenhador Manuel Maria Bordalo Pinheiro (1815-1880) e do gravador José Maria Baptista Coelho, que tinham acumulado enorme experiência na revista *O Panorama* e noutras publicações congêneres. A eles somaram-se desenhadores e gravadores como Tomás José da Anunciação, João Ribeiro Cristino da Silva, Francisco Augusto Nogueira da Silva, João Barbosa de Lima, João Pedroso Gomes da Silva, Caetano Alberto da Silva e João Maria Baptista Coelho Júnior (filho de José Maria Baptista Coelho), que, às vezes, trabalhavam em duo ou trio.

O *Arquivo Pitoresco* chegou a instituir uma oficina-escola de gravura de madeira de topo a buril, em 1862, a primeira de iniciativa particular em Portugal, quer como reação ao preço das gravuras importadas do estrangeiro, quer para dar, filantropicamente, a um conjunto de indivíduos uma oportunidade para aprenderem uma arte e técnica que, então, parecia ter um futuro risonho. Dirigida pelo desenhador Francisco Augusto Nogueira da Silva e pelo gravador João Armando Pedroso, frequentaram essa oficina-escola João Maria Baptista Coelho Júnior, António Vidal, João Barbosa de Lima e Caetano Alberto da Silva. Mas a experiência durou pouco tempo.

Apesar da sua intenção ter sido predominantemente enciclopédica e cultural, a atualidade nem sempre pairou longe da revista (**figuras 48 e 49**). A cobertura — verbal e visual — estendia-se dos acontecimentos do quotidiano aos temas mais intemporais mas, à época, sempre presentes, como o progresso material do País, simbolizado pela ferrovia (**figura 50**) e pela indústria (**figura 51**).

Os acontecimentos importantes para a sociedade da época, como o casamento real entre o rei D. Pedro V e a rainha D. Estefânia, as peças de teatro, o incêndio que destruiu a tipografia do *Arquivo Pitoresco* e outros acontecimentos da atualidade foram, pois, reportados graficamente nas páginas da revista (**figuras 48 a 51**). O *Arquivo Pitoresco*, neste particular, já aponta para um modelo de revista que, perseguindo a *noticiabilidade*, a *atualidade*, enfim, a *notícia gráfica*, não se esgotava no enciclopedismo e na cultura.



Figura 48
Reportagem gráfica do incêndio na sede da revista *O Arquivo Pitoresco*.
Fonte: *Arquivo Pitoresco*, vol. II, n.º 19, novembro de 1858, p. 145.



Figura 49
Aspetos do casamento real entre D. Pedro V e D. Estefânia. Fonte: *Arquivo Pitoresco*, vol. I, 1858, n.º 48, p. 377 e n.º 49, p. 385«.

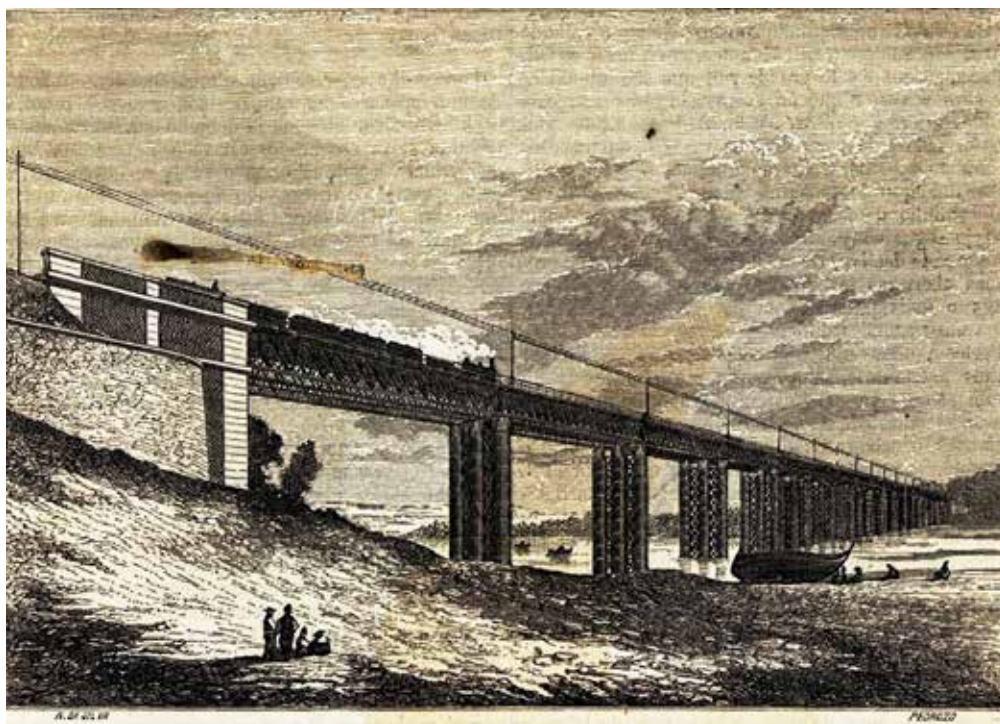


Figura 50
Ponte ferroviária
sobre o rio Tejo. Fonte:
Arquivo Pitoresco, vol.
IX, n.º 4, 1866, p. 25.



Figura 51
Exposição industrial
no Palácio de Cristal,
no Porto. Fonte: *Arquivo
Pitoresco*, vol. VIII, n.º 43,
1865, p. 337.

Capítulo V

Imprensa industrial segmentada e desenvolvimento dos diários noticiosos de massas de grande informação (1864-1934)

5.1 Condições para o surgimento e ascensão da imprensa noticiosa industrialmente organizada (jornalismo como negócio)

A conjuntura política e económica do País após 1851 favoreceu a ascensão da imprensa organizada industrialmente, fosse ela partidária, política e político-noticiosa; fosse ela noticiosa e apartidária; fosse ela cultural ou de outra qualquer tipologia. Os jornais tornaram-se uma peça omnipresente no quotidiano social. As elites cultivavam há séculos a *cultura do impresso*, mas esta foi-se estendendo, na segunda metade do século XIX, também aos operários instruídos, funcionários, professores, profissionais liberais, comerciantes e outros detentores de capital cultural e de um rendimento suficiente para comprar diariamente um jornal de dez réis, já que os preços por exemplar sofreram uma brutal redução, sendo as receitas compensadas pelos anúncios publicitários. O jornal criava dependências. Não saindo os jornais para a rua, conforme por várias vezes sucedeu, depois de 1890, por causa de greves, faltava uma peça importante para as interações sociais e políticas. João Chagas (1905, pp. 283-284) assim o expressa, por ocasião da greve de tipógrafos que impediu a publicação de jornais entre 19 e 25 de abril de 1904:

O jornal é uma necessidade social. (...) É impossível passar sem ele na sociedade. (...) Desaparecem (...) os jornais e (...) tudo está em risco — os direitos políticos, as garantias individuais, o domicílio, a própria vida. (...) Nada se passa (...). (...) Não há jornais. Quer dizer, não há vigilância. (...) A imprensa é hoje uma garantia social (...). O que garante e protege é a imprensa.

Nova legislação de 17 de maio de 1866 favorecia a liberdade de imprensa e favoreceu o desenvolvimento do jornalismo em Portugal (**tabela 30**). Todavia, em 1890, por causa da reação da imprensa ao Ultimato inglês, o ministro da Justiça, Lopo Vaz de Sampaio e Melo, a 29 de março, promulgou legislação restritiva da liberdade de imprensa¹⁰⁰, tal como o fizeram o Governo de Hintze Ribeiro, com a legislação antianarquista de 13 de fevereiro de 1896 e com a

100 Passaram a ser puníveis como abuso de liberdade de imprensa “casos de ofensa, difamação e injúria ou agressão injuriosa, dirigida por meio de pseudónimo, ou por frases alusivas ou equívocas, ou recorrendo a alegorias de pessoas ou países supostos, ou a recordações históricas, ou a quaisquer ficções e artifícios tendentes a encobrir ou evitar a responsabilidade jurídica” (art.º 5.º, 5), embora a lei autorizasse a “discussão e crítica”, desde que “com o fim de esclarecer e preparar a opinião pública para as reformas necessárias pelos trâmites legais”. O preâmbulo da Lei de Lopo Vaz explica as razões da nova legislação de 1890: “Os abusos de manifestação de pensamento por meio da imprensa periódica aumentam e agravam-se de dia para dia à sobra de quase constante impunidade. Escrevem-se as maiores injúrias contra o sistema monárquico representativo fundado na Carta Constitucional e nos seus atos adicionais, ofende-se a pessoa do Rei e os membros da Família Real (...), proclama-se a desobediência (...), ameaça-se a subversão violenta das instituições”. A legislação previa a suspensão e supressão de jornais, multas e prisão de diretores, redatores, repórteres e outros colaboradores da imprensa, nomeadamente aos editores e aos autores das peças abusivas, e acelerava os trâmites processuais, negando aos visados as garantias de defesa que constavam da legislação de 1866.

lei de imprensa de 7 de julho de 1898¹⁰¹, e o Governo “ditatorial” de João Franco, em 13 de abril e 20 de junho de 1907¹⁰², já no estertor da Monarquia, por entre os protestos dos jornalistas¹⁰³.

Apesar dos vários episódios, entre 1890 e 1908, de apreensão e supressão de jornais, querelas de jornalistas e empresas, aplicação de multas, prisão de jornalistas e mesmo de adoção de medidas pontuais de censura prévia, as novas leis, no juízo do historiador Rui Ramos (1994), confirmado pelos factos, foram pouco eficazes no controlo da expansão e sobrevivência da imprensa radical republicana, que teve grande expressão na paisagem jornalística portuguesa no final do século XIX e no início do século XX. Aliás, os governos da Monarquia tentaram apaziguar, por várias vezes, a conflitualidade com os jornalistas e a imprensa (decretos de 30 de maio de 1906, 9 de maio de 1908 e 20 de setembro de 1910, estes dois últimos datados do período de distensão da situação política do reinado de D. Manuel II).

Registe-se que a imprensa era, por vezes, desbocada nas críticas, injuriosa, caluniosa e difamatória, abusando da liberdade de imprensa. Com certa frequência, os jornalistas eram desafiados para duelos ou mesmo agredidos na rua e noutros locais públicos por causa dessa atitude¹⁰⁴. Portanto, nem sempre os órgãos da imprensa e os jornalistas foram alvo de processos, multas e prisões, ou mesmo de agressões e desafios para duelos (muitas vezes realizados) por motivos injustificados e nem sempre a nova legislação sobre abuso de liberdade de imprensa foi totalmente infundada, devendo, aliás, a sua promulgação ler-se num quadro de reação do poder perante a aparente incapacidade de impor limites aos jornalistas e aos jornais e revistas, usando como base legal a legislação existente.

Tabela 30
Legislação da imprensa (1864-1910).

Data	Legislação
17 de maio de 1866	Lei publicada no <i>Diário do Governo</i> , n.º 144, de 17 de maio de 1866. Reforça a abolição de cauções e restrições à imprensa e determina as formalidades a cumprir para a publicação de periódicos. Pode consultar-se aqui: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/LeisdeImprensa/1866/N114/N114_item1/index.html

101 Esta lei, não obstante, clarificava conceitos e reduzia a arbitrariedade repressiva, tendo sido apresentada como um esforço de conciliação das novas necessidades de controlo da imprensa com o espírito liberal da legislação de 1866.

102 Publicado no *Diário do Governo* n.º 136, de 21 de junho de 1907, este Decreto-Lei explicitava no preâmbulo que a nova legislação se devia aos “desmandos de linguagem e pernicioso atitude de grande parte da imprensa periódica”, que obrigavam os governos a “recorrer continuamente às disposições extremas da legislação (...), como a apreensão de jornais, ou a sair para fora da lei, estabelecendo de facto a censura prévia”.

103 Por exemplo: Bento Carqueja (1893).

104 Consulte-se, por exemplo, Barros, 2021.

29 de março de 1890	Decreto-lei do Ministério da Justiça (Lopo Vaz), publicado no <i>Diário do Governo</i> , n.º 76, de 29 de março de 1890, na sequência da agitação provocada pelo Ultimato, regula, restringindo, a liberdade de imprensa. É a primeira machadada séria na permissiva legislação liberal sobre a imprensa promulgada após 1851, em especial a lei de 17 de maio de 1866. Pode consultar-se aqui: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/LeisdeImprensa/1890/N76/N76_item1/index.html
15 de fevereiro de 1896	Decreto-lei do Ministério da Justiça, publicado no <i>Diário do Governo</i> , n.º 37, de 15 de fevereiro de 1896, previne e impede a publicação de textos anarquistas. Pode consultar-se aqui: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/LeisdeImprensa/1896/N37/N37_item1/index.html
18 de julho de 1898	Decreto-lei do Ministério da Justiça regula, mais uma vez, o direito de expressão do pensamento pela imprensa. Publicado no n.º 155, de 18 de julho de 1898, do <i>Diário do Governo</i> . Pode consultar-se aqui: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/LeisdeImprensa/1898/N155/N155_item1/index.html
31 de julho de 1899	Lei publicada no n.º 169 do <i>Diário do Governo</i> , de 31 de julho de 1899, intensifica a responsabilização de editores, autores e donos de periódicos. Pode consultar-se aqui: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/LeisdeImprensa/1899/N169/N169_item1/index.html
30 de maio de 1906	Decreto-lei publicado no n.º 120 do <i>Diário do Governo</i> amnistia os crimes de abuso de liberdade de imprensa cometidos até à data e em que somente fosse parte o Ministério Público. Pode consultar-se aqui: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/LeisdeImprensa/1906/N120/N120_item1/index.html
13 de abril de 1907	Decreto-lei do Ministério da Justiça, publicado no n.º 81 do <i>Diário do Governo</i> , sobre os abusos de liberdade de imprensa aumenta o controlo sobre jornais e revistas, responsabilizando, em particular, editores e autores das peças. Pode consultar-se aqui: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/LeisdeImprensa/1907/DG13Abril1907/DG13Abril1907_item1/P1.html
20 de junho de 1907	Decreto-lei de emergência da Presidência do Conselho de Ministros (João Franco), publicado no n.º 136 do <i>Diário do Governo</i> , intensifica o controlo sobre a imprensa, dando poder aos governadores civis para suspenderem periódicos que atentassem contra a “ordem ou segurança pública”. O próprio decreto previa a sua vigência somente até ao fim de 1907. Pode consultar-se aqui: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/LeisdeImprensa/1907/DG21Junho1907/DG21Junho1907_item1/index.html
9 de maio de 1908	Decreto-lei da Presidência do Conselho de Ministros, publicado no n.º 104 do <i>Diário do Governo</i> , concede amnistia para os delitos de imprensa que não tivessem, à data, qualquer decisão. Pode consultar-se aqui: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/LeisdeImprensa/1908/N104/N104_item1/index.html
20 de setembro de 1910	Decreto-lei da Presidência do Conselho de Ministros publicado no <i>Diário do Governo</i> , n.º 209, amnistia os crimes de abuso de liberdade de imprensa em que somente era parte o Ministério Público. Pode consultar-se aqui: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/LeisdeImprensa/1910/N209/N209_item1/index.html

Fonte: produção própria.

A indústria do jornalismo foi-se, assim, implementando no País, por entre facilidades e dificuldades¹⁰⁵, tendo como ponto simbólico o surgimento do *Diário de Notícias*, no final

105 Conforme se disse, entre 1890 e 1908 os últimos governos constitucionais da Monarquia procuraram controlar a imprensa, sucedendo-se as apreensões e supressões de periódicos, episódios de censura, processos e mesmo prisão de jornalistas, sob uma chuva de protestos que rapidamente alastraram a toda a imprensa, mesmo a mais insuspeita (um excelente levantamento em Barros, 2021). Se bem que os mais atingidos fossem os jornais do republicanismo radical, como *A Pátria* (suprimido) e *O Mundo* (várias vezes querelado e suspenso) e os seus dirigentes (como França Borges, de *O Mundo*), a imprensa dos principais partidos monárquicos e a imprensa independente também foram

de 1864 (embora com publicação regular somente a partir de 1865). Esta imprensa dominou a paisagem jornalística portuguesa até se entrar num novo período, em 1934, com o surgimento em Portugal, já no Estado Novo, da rádio de massas com conteúdos informativos. Subsistiram alguns jornais de nicho ou de menor dimensão¹⁰⁶, sustentados, principalmente, por assinaturas¹⁰⁷ — muito importantes para a estabilidade financeira dos empreendimentos jornalísticos — e vendas diretas ou pelo apoio de “mecenass” interessados¹⁰⁸, mas não lograram obter a circulação da grande imprensa industrialmente organizada, com o DN e *O Século* à cabeça, em Lisboa, e o *Jornal de Notícias*, *O Primeiro de Janeiro* e *O Comércio do Porto*, na Cidade Invicta.

É impossível dissociar a industrialização e empresarialização do jornalismo português da Revolução Industrial. Criada uma certa estabilidade política após 1851, houve condições para intensificar o progresso material do País. Fundaram-se fábricas. Revolucionaram-se os transportes, graças à introdução do caminho-de-ferro e à abertura de estradas macadamizadas. Reestruturaram-se os serviços de correio. Introduziu-se o telégrafo, cuja expansão acompanhou, ademais, o curso das novas ferrovias e, depois, o telefone. Criaram-se bancos e casas de câmbio. Socialmente, sedimentaram-se as bases para o surgimento e progressiva expansão da classe média, uma multidão de pequenos empreendedores e de assalariados — operários, caixeiros, funcionários públicos, professores, profissionais liberais — que, com

atingidas. Por exemplo, a 7 de junho de 1896, ao abrigo da legislação antianarquista, vários títulos que tinham noticiado um atentado à bomba em Barcelona contra uma procissão (da qual resultaram doze mortos e 35 feridos) foram apreendidos e suprimidos, gerando — como era hábito — o seu reaparecimento com novos títulos, por vezes somente com a supressão dos artigos definidos antes dos títulos. *O Correio da Manhã*, *O Dia*, *A Palavra*, *A Vanguarda*, *O País*, *Jornal do Comércio*, *O Tempo*, o *Diário Popular* e, no Porto, o *Jornal de Notícias* foram alguns dos jornais atingidos pela medida. *O Correio da Manhã* passou a, simplesmente, *Correio da Manhã*; *O Tempo*, a *Tempo*; *O Dia*, a *Dia*; *A Palavra*, a *Palavra*; o *Diário Popular*, a *Popular*. Só o *Jornal do Comércio* apareceu como *Folha Popular*.

106 O longo jornal monárquico legitimista *A Nação* é um exemplo. Mas os jornais de nicho ou subdimensionados sobreviviam com muitas dificuldades. O jornalista Mariano Pina (1894), que entre 1884 e 1892 tinha editado, em Paris, a célebre revista *A Ilustração: Revista Quinzenal para Portugal e Brasil* (digitalizada aqui: <https://purl.pt/24301>), revela, no seu opúsculo *O caso do “Diário Popular”*, no qual narra um conflito que teve com o jornalista e político Mariano de Carvalho pelo controlo deste jornal (a dado momento, havia dois *Diário Popular* em circulação), que este diário atravessou muitas dificuldades financeiras.

107 Repare-se como a diminuição das receitas publicitárias levou os jornais atuais, em papel ou online, a voltarem-se para as assinaturas, às vezes com enormes descontos, para assegurarem a sua solvência financeira.

108 Como o *Correio Nacional*, estimulado pelos bispos católicos e que se converteu no órgão oficial do Centro Católico Parlamentar. Ou o *Correio da Noite*, diário afeto ao Partido Progressista, de José Luciano de Castro, que era sustentado por progressistas, como o prior da Lapa. Estes acabavam por ter influência e mesmo poder de decisão sobre os conteúdos que eram ou não publicados, conforme conta Schwalbach (1944, p. 127), e às vezes os jornalistas assumiam responsabilidade por artigos de que não eram os verdadeiros autores, o que lhes podia valer dissabores. José de Alpoim, por exemplo, quando era diretor do *Correio da Noite*, foi obrigado a dar a cara por um artigo antirrepublicano da autoria do prior da Lapa, acabando por ter de se enfrentar em duelo. O mesmo autor, Schwalbach, conta que quando o vespertino *A Tarde*, que ajudou a criar e que veio, mais tarde, depois de se fundir, em 1892, com a *Gazeta de Portugal*, a ser órgão do Partido Regenerador, passou por dificuldades financeiras, a conselho do político e jornalista regenerador Urbano de Castro foi falar com o ministro regenerador Lopo Vaz de Sampaio e Melo para que este apoiasse o jornal, que se converteria num apoiante das suas políticas, e conseguiu-o (Schwalbach, 1944, pp. 130-133). Alberto Bramão (1936, pp. 49-50) regista que *A Tarde* foi sucessivamente “inspirada” por João Franco e Hintze Ribeiro e revela que este supervisionava, diariamente, o conteúdo político do jornal. E Jorge de Abreu (1927, pp. 25-26) revela, igualmente, que Hintze Ribeiro lhe deu instruções sobre o primeiro artigo político que redigiu para *A Tarde*.

alguma alfabetização e rendimento assegurado, se converteram em leitores de jornais. Nesse clima, certos indivíduos continuaram a ver na imprensa uma maneira de ganhar poder e influência política, social, económica e cultural, particularmente junto das elites cultas e endinheiradas que, numa democracia censitária, verdadeiramente lideravam o País. Mas outros entusiastas manifestaram vontade de empreender e investir para obterem lucro, encarando o jornalismo como um negócio, a notícia como mercadoria e o anúncio publicitário como a fonte prioritária de receitas.

Esse clima propício ao investimento, à inovação e à industrialização propagou-se, efetivamente, ao jornalismo. Novos empresários do setor estavam mais interessados no lucro do que na influência política. Do estrangeiro vinham, ademais, notícias de novos, inovadores e bem-sucedidos projetos jornalísticos encarados como investimentos potencialmente lucrativos. Os exemplos de fora sugeriam que “cá dentro” se poderia, também, ter empresas jornalísticas de sucesso, sólidas, tecnologicamente bem apetrechadas, organizadas industrialmente para satisfazerem a demanda, capazes de darem lucro, mercê da implementação de um modelo de negócio que tinha na captação e publicação de anúncios publicitários a sua matriz. A publicação destes anúncios tornou-se a principal fonte de financiamento da imprensa industrialmente organizada. As taxas de alfabetização eram reduzidas e a maioria da população era pobre, mas havia um número crescente de pessoas que podia assinar, comprar e ler jornais e revistas, vendidos abaixo do preço de produção devido ao facto de a maioria das receitas das grandes empresas jornalísticas advirem da publicidade. Normalmente, um diário vendia-se por somente dez réis — quase 3 réis para o papel, quase 3 réis para o vendedor e um pouco menos de 5 réis para as despesas de pessoal, tipografia, impressão, renda das instalações e maquinaria (Noronha, 1913, p. 340), a que se somariam as despesas de comunicações (correio, telefone, telégrafo) e com as agências noticiosas — com a Havas à cabeça — que forneciam um serviço noticioso regular aos jornais. Necessariamente, seriam as receitas de publicidade a gerar lucro.

A industrialização da imprensa dinamizou, por outro lado, a profissionalização do jornalismo, em sintonia com o que se passava no estrangeiro. Jornalista tornou-se cada vez mais aquele que fazia do jornalismo a sua ocupação principal, permanente e remunerada, orientada para a produção de informação de atualidade, e cada vez menos o plúmifio literário ou político que, como colaborador ocasional ou permanente, escrevia na imprensa. O repórter emergiu nas redações, quer nas dos jornais noticiosos independentes, quer nas dos jornais político-noticiosos, mesmo dos mais radicais. Novos géneros jornalísticos — como a entrevista e a reportagem — foram adotados, fazendo companhia aos artigos de fundo, notícias, *sueños*, gazetilhas, folhetins e às omnipresentes crónicas — políticas, de sociedade, culturais (musicais, teatrais) e mesmo, cada vez mais, de denúncia das desigualdades sociais, da pobreza, da mendicidade, da miséria, que condoíam o público. João Chagas (1905, p. 181) apreçoou mesmo que as entrevistas, muitas vezes designadas, ainda, pelo termo anglo-saxónico

interview, eram como uma “corrente de ar” que arejava a imprensa portuguesa, apesar das resistências a serem entrevistados denotadas por políticos e outros agentes de poder. Para entrevistar, usavam-se quer a técnica do diálogo “pingue-pongue”, quer a técnica da paráfrase, quer técnicas mistas, quase sempre com a necessária apresentação do entrevistado e do contexto informativo que dava relevância informativa à peça, ou seja, lhe dava valor como notícia. Muitas entrevistas eram produto da iniciativa jornalística, destinada a valorizar os conteúdos de um jornal e distingui-los em relação à concorrência¹⁰⁹.

Embalado pelas vozes impressas do radicalismo republicano, o sensacionalismo, a denúncia social e a exploração dos escândalos, em especial do crime e dos escândalos políticos (até à Ditadura), fizeram alguma escola na imprensa portuguesa do final do século XIX e início do século XX, em sintonia, de resto, com o que se passava noutros países, com os Estados Unidos à cabeça¹¹⁰. Aliás, essa tendência já vinha do passado. Costa Cabral, por exemplo, foi violentamente atacado nos jornais oposicionistas pelo seu enriquecimento misterioso e por casos como o da caleche¹¹¹. A cedência ao sensacionalismo, para luta política ou para, simplesmente, vencer a concorrência, levava, mais vezes do que o que seria aconselhável, à difusão de informações não confirmadas, de boatos e, num meio em que todos se conheciam e eram capazes de reconhecer os visados e as situações, ao “diz-se, diz-se” e às alusões, conforme se depreende do profundo estudo de Júlia Leitão de Barros (2021) sobre a imprensa portuguesa da transição da Monarquia para a República.

Acompanhando a profissionalização do jornalismo, também houve um impulso para a profissionalização, ou, pelo menos, para a sofisticação da comunicação por parte das entidades políticas e, em especial, do Governo (Ribeiro, 2017). Os governantes atulhavam de informações variadas em primeira-mão e notas oficiosas sobre os mais variados aspetos da atividade governativa os jornais predominantemente noticiosos independentes, como o *Diário de Notícias*¹¹² e *O Século*. Os dois grandes diários da capital podiam, assim, ocupar as

109 Muitos casos poderiam ser relatados, quer entre a imprensa noticiosa independente, quer entre a imprensa político-noticiosa. *O Mundo*, por exemplo, publicou a 1 de julho de 1901 uma entrevista com uma reclusa. Mesmo tratando-se de um diário republicano, não podia deixar cair a produção de informação, pelo que o mesmo jornal, por exemplo, entrevistou candidatos à chefia do Partido Regenerador, entre 1 e 14 de agosto de 1907, e importantes políticos do Partido Progressista, em setembro e outubro.

110 Movimento do “Novo Jornalismo” (*New Journalism*) do final de Oitocentos.

111 O caso da caleche dada ao chefe do Governo em troca de uma comenda foi noticiado a 12 de janeiro de 1850 pelo diário britânico *Morning Post*, num texto em que se insinua o enriquecimento ilícito do líder do Governo e relações imorais entre Costa Cabral e D. Maria II. Cabral processou o jornal nos tribunais ingleses, mas os jornais da oposição anti-cabralista portuguesa, com a *Revolução de Setembro* e Rodrigues Sampaio à cabeça, acusaram-no de corrupto e concussionário.

112 Às vezes a intenção de noticiar primeiro era tanta que os jornais faziam eco imprudente da informação que recebiam dos agentes administrativos. O *Diário de Notícias*, por exemplo, a 3 de abril de 1905, publicitou um resumo de um discurso do Rei antes deste o pronunciar. A restante imprensa, descontente com o acesso privilegiado à informação governamental e partidária (dos partidos de poder na Monarquia Liberal) que o *Diário de Notícias* e *O Século* detinham, frequentemente criticavam a situação, denunciando, nomeadamente, notícias erradas dadas pelos dois diários gigantes de Lisboa (Barros, 2021, pp. 216-224).

suas numerosas páginas com noticiário que se devia ao acesso rotineiro que tinham a fontes dos partidos monárquicos que se revezavam no Governo (Barros, 2021, pp. 208-216). Como o Governo funcionava no Terreiro do Paço, célebre pelos arcos que o rodeiam (Arcada), e era aqui que os repórteres iam sabendo do que se passava, quando se referiam ao local designavam-no, somente, por Arcada. Era no Chiado, nas redondezas de São Bento e na Arcada do Terreiro do Paço que os jornalistas se cruzavam com as mais variadas individualidades da política e da economia e obtinham notícias¹¹³. Eduardo Fernandes (1940, p. 181) recorda, por exemplo, que o ministro João Franco dava informações privilegiadas ao seu camarada de *O Século* Hogan Teves, apesar deste ser um profissional pouco brioso:

João Franco era ministro e o Hogan Teves (...) redator do *Século* (...) fazia no jornal as notícias da Arcada, ou informações políticas, para o que ia ao Ministério [Governo] frequentemente falar-lhe. Como era, porém, um pouco desleixado, combinara com o camarada do *Diário de Notícias* que ali fazia as informações, trocaram as mesmas, indo só ao Ministério [i. é, à sede do Governo] qualquer deles, dia sim, dia não. O homem do *Notícias* era o Eduardo Franco (...).

A coincidência de nomes entre o jornalista Eduardo Franco e o ministro João Franco provocou, aliás, uma hilariante confusão, conforme Esculápio narra, igualmente, nas suas *Memórias*:

Certa noite, o contínuo (...) acercou-se do Hogan Teves e disse-lhe:

— Está ao telefone o senhor Franco, que deseja falar-lhe.

O Teves, calculando que seria o Franco do *Notícias* que vinha transmitir-lhe qualquer informação, acercou-se do aparelho e gritou:

— Estás lá, ó selvagem?

— *Xelvagem*, respondeu uma voz. Aqui é o conselheiro João Franco... (Fernandes, 1940, pp. 181-182)

Em contraponto, os periódicos político-noticiosos, embora investissem na informação aos leitores, faziam leituras políticas dos acontecimentos, às vezes mais analíticas, às vezes mais opinativas, outras vezes explicativas. E alguns deles, conforme já se salientou, recorriam amiúde à reportagem sensacionalista e de denúncia, caso da imprensa republicana radical, com *O Mundo* à cabeça, para, partindo da leitura política dos factos, denegrirem o regime monárquico liberal, o Rei e a Família Real, as ordens religiosas e o clero em geral, com os jesuítas à cabeça. Os ataques pessoais, verbalmente violentos, eram comuns nas páginas dos

113 Alguns jornalistas eram nomeados para cargos e serviços remunerados pelos políticos, tornando-se-lhes subservientes, conforme descreve Tomás da Fonseca (1949, p. 39).

jornais político-noticiosos, muito radicalizados entre 1890 e 1908. Várias notícias políticas eram pessoalizadas, quer as que enalteciam os mecenas de cada periódico, quer as que, nos periódicos adversários, os desfavoreciam, injuriavam e caluniavam¹¹⁴. Os periódicos, amiúde, dialogavam entre si, transcreviam-se, citavam-se, tornando-se esse hábito quase um procedimento rotineiro de validação de informações. Por vezes, cooperavam, graças aos laços de solidariedade profissional e amizade que uniam os jornalistas. Com mais frequência ainda, atacavam-se uns aos outros, perguntando, pedindo explicações, contraditando...

José Miguel Sardica (2009, pp. 18-19) destaca:

Nas últimas décadas do século XIX e nos primeiros anos do século XX, a imprensa tornou-se o meio por excelência para a reorganização sociocultural da nação, e os jornalistas os grandes agentes construtores, intérpretes e porta-vozes desse novo Portugal acordado para uma maior consciência cívica, para uma participação mais exigente e para um renovado desejo de europeização cultural. Consequentemente, esse foi também o tempo em que o jornalismo mais se modernizou — no estilo, nos conteúdos e até no grafismo — atingindo um volume de tiragens, vendas e influência na vida social e nos centros decisores da política que se prolongaria até ao final da I República, e que permanece até hoje inigualado.

A imprensa tinha-se imposto à sociedade portuguesa. Na sua diversidade, era uma força que contava.

5.2 Conceitos e contextos: a imprensa na Monarquia Liberal

A conjuntura política retomada com o triunfo liberal na Guerra Civil (1834) e prosseguida com o Setembrismo (1836), primeiro, e, depois, com a Regeneração (1851), favoreceu o movimento jornalístico. Periódicos voltados para a promoção da cidadania pela via da promoção do conhecimento (publicismo), periódicos políticos, especializados, noticiosos e político-noticiosos compuseram uma paisagem mediática diversa, dinâmica e atraente para um público que ia crescendo, apesar das reduzidas taxas de alfabetização e da pobreza que afetavam a maioria da população.

Outro traço determinante da evolução da imprensa durante a Monarquia Liberal foi a extensão do consumo e edição de jornais e revistas à generalidade do território nacional, ainda que os centros da produção informativa fossem Lisboa e, secundariamente, o Porto e

114 Júlia Leitão de Barros (2021) regista um considerável número de exemplos e fontes para uma compreensão nítida do problema.

Coimbra. A circulação de informações e de periódicos acelerou-se e facilitou-se graças à melhoria das comunicações, simbolizada pelo telégrafo e pelo caminho-de-ferro. Os serviços universais de correio, impulsionados pelo caminho-de-ferro, não foram alheios ao sucesso da imprensa — permitindo que as pessoas recebessem, comodamente, nas suas casas, por todo o País, ainda muito rural, os jornais e revistas da capital, do Porto e de outras grandes cidades, que assinavam.

O surgimento e desenvolvimento de uma imprensa de cariz político e político-noticioso é a marca mais importante da história do jornalismo português de 1809 a 1910. O jornalismo de combate ideológico surgido com as invasões francesas teve continuidade nas décadas subsequentes e suplantou mesmo, durante algumas décadas, o jornalismo noticioso independente e o publicismo enciclopedista, que tinham estruturado o campo jornalístico português até ao dealbar de Oitocentos.

No surgimento e expansão dessa imprensa política combativa podem ser consideradas duas fases. Uma primeira fase é caracterizada pelo surgimento e desenvolvimento da primeira geração de jornais políticos portugueses, artesanais, de que são exemplos os periódicos vintistas *Astro da Lusitânia* e *O Independente*. Nessa fase surgem periódicos de combate político que resultam da iniciativa de indivíduos isolados ou de pequenos grupos, que lançam periódicos arcaicos na forma e no conteúdo, nos quais empregam uma retórica sofrível, mas exuberante, às vezes mesmo desbocada e insultuosa, que vai buscar muitos elementos à oratória. Em 1826, porém, a curta experiência de *O Português* já apontava para projetos jornalísticos mais sólidos, complexos e politicamente independentes (poder-se-ia até apontar também a igualmente curta experiência de *O Independente*, de 1821).

Uma segunda fase, pós 1834, é caracterizada pelo desenvolvimento e afirmação da imprensa política partidária — ainda que os partidos políticos, numa fase meramente embrionária, tivessem, à época, uma dimensão relativamente inorgânica. Os principais jornais, neste modelo, já têm uma estrutura empresarial, muitas vezes possuem tipografia própria, e tornam-se, sobretudo a partir de meados da década de 1840, vozes públicas dos partidos políticos embrionários ou de determinadas organizações. Um caso paradigmático aconteceu com o diário *A Revolução de Setembro*, no qual se distinguiu António Rodrigues Sampaio, inicialmente afeto aos setembristas e, depois, alinhado com os regeneradores.

Essa segunda geração de jornais combativos e partidários acentuou a expansão do debate político para fora das paredes das Cortes, normalmente abertas apenas seis meses por ano, e é mais sofisticada do que a primeira geração da imprensa apolítica nacional, na forma e no conteúdo. Após 1851, os temas da discussão política favoreceram, além disso, um debate político mais urbano e cordato, mesmo que ocasionalmente inflamado e retórico, centrado em questões como as infraestruturas, a educação, a promoção da atividade industrial e da agricultura e a crescente dívida pública. Só a partir de 1890, após o Ultimato Britânico, é que voltou a retórica inflamada, virulenta, desbocada, por vezes pessoalizada, caluniosa e injuriosa, à imprensa

política e político-noticiosa, trazida, em grande medida, pelos jornais republicanos, como *O Mundo* e, mais comedidamente, *O Século*, na primeira fase da sua história.

Os jornais aumentaram, entretanto, de dimensões, para um formato próximo do atual A3, mas mais esguio. Abandonaram, portanto, o tradicional formato *in-quarto*, tipo livro (próximo do A5). Os artigos políticos, nomeadamente o artigo de fundo, ou simplesmente *fundo*, antepassado do editorial, tornaram-se o vértice dos conteúdos dos jornais político-noticiosos. Mais próximo do final do século XIX, os jornais aumentaram, novamente, as suas dimensões. Passaram a ser editados em *grande formato*. Isso deveu-se não apenas ao afluxo de mais notícias e informações, verbais e iconográficas, mas, igualmente, ao afluxo de inúmeros anúncios, muitos deles de uma ou duas linhas. A publicidade converteu-se, no contexto de uma imprensa já organizada industrialmente, na principal fonte de receitas dos jornais, embora os mais frágeis ainda dependessem muito das vendas, particularmente das assinaturas, que garantiam alguma estabilidade financeira às empresas jornalísticas. Ao tempo, segundo Eduardo de Noronha (1913, p. 340), um jornal demorava cinco horas a fazer, 40 minutos a ler e três segundos a imprimir nas rotativas de então.

Gradualmente, a imprensa política partidária assumiu uma linha editorial político-noticiosa, sobretudo a partir de 1864, momento em que foi contaminada — e teve de competir — com a imprensa noticiosa, organizada industrialmente, apartidária, politicamente independente, simbolizada pelo nascimento do *Diário de Notícias*, um empreendimento congeminado pelo jornalista e empresário Eduardo Coelho. Não que antes não se tivesse assistido à publicação de notícias e informações em inúmeros periódicos, não somente políticos, como também especializados, como os periódicos dedicados ao comércio, economia e finanças. O vintista *O Independente*, de 1821, por exemplo, apesar de ser um jornal político, continha relatos relativamente objetivos, cronologicamente estruturados, das sessões nas Cortes e outras notícias de Portugal e do estrangeiro, tal como o fez o importante *O Português*, de 1826, entre outros.

Mas o surgimento do *Diário de Notícias* constitui, em todo o caso, um acontecimento histórico de relevo para a imprensa portuguesa. O DN e os jornais que seguiram, em maior ou menor grau, o seu modelo, ou que a ele se tiveram de render, assentaram num paradigma industrializado de produção de conteúdos em série que elegeu a notícia, mesmo quando politicamente enquadrada e comentada, e não o artigo político, como elemento estruturante.

O modelo de negócio do *Diário de Notícias* baseou-se na captação de anúncios publicitários, que constituíam a sua principal fonte de receitas, e no baixo preço de venda por exemplar, na verdade, abaixo do custo, precisamente porque as receitas de publicidade compensavam as perdas e, inclusivamente, as superavam, tornando as empresas lucrativas. As tiragens elevadas incrementavam o interesse dos anunciantes, incluindo inúmeros particulares que ofereciam serviços, punham bens à venda ou se ofereciam como força de trabalho. Os anúncios também seduziam o público, que se habituou a consultá-los para comprar bens, adquirir serviços, contratar pessoal, entre outros fins. Os anúncios tiveram a sua quota-parte

de responsabilidade no sucesso da imprensa industrialmente organizada, fosse ela noticiosa, fosse ela político-noticiosa, e que seguia o modelo de negócio que ainda hoje domina os meios jornalísticos tradicionais.

O jornalismo noticioso protagonizado pelo DN, dirigido a toda a gente, cultivando uma linguagem simples e direta, apostado na expansão do seu público e na captação de receitas pela venda de espaço para anúncios publicitários teve, no entanto, dificuldades de aceitação pelo resto da imprensa. O meio jornalístico era vincadamente conservador, elitista e politizado. O *Diário de Notícias* foi muito criticado pela imprensa política, que via no privilégio à notícia factual de interesse geral, sobretudo à notícia de *interesse humano*, um abastardamento do jornalismo. Todavia, o DN foi muito bem aceite pelo público em geral e cedo se revelou um empreendimento de sucesso. O anúncio publicitário, aliás, tornou-se também vital para a sobrevivência da própria imprensa política de partido, a partir do momento em que esta teve de competir com a imprensa noticiosa industrialmente organizada e lucrativa.

A imprensa noticiosa independente não era, porém, uma imprensa politicamente amordaçada. Essa imprensa podia ter *voz pública*, por meio de editoriais e artigos de fundo. Mas quando tinha *voz pública*, essa voz era assumida, em abstrato, como a *voz do Povo*, ou a *voz da Nação*, ou a *voz do País*, ou a *voz da razão* e do *bom-senso*, e nunca a voz de um partido ou de uma facção política. Os jornais politicamente independentes, ao considerarem-se representantes dos cidadãos, pareciam, no entanto, querer usurpar as funções representativas do Parlamento. No seguinte exemplo extraído do número de 11 de Janeiro de 1904, o *Diário de Notícias* exigia ao Governo mais investimento na Marinha (de guerra) e a reforma do Arsenal:

Na última crónica (...) apelámos para o discurso da Coroa, pois talvez ele nos desse algumas esperanças de regeneração da marinha de guerra (...). [Mas] Da marinha de guerra o que promete não nos anima, com pesar o dizemos.

A reforma do Arsenal é, sem dúvida, necessária, pois que, nos tempos modernos, ainda mais do que nos antigos tempos, é impossível haver esquadras sem haver onde elas se façam e refaçam (...). Conservando-se o Arsenal onde está, nunca ele poderá desenvolver-se como deve e como convém a um Arsenal marítimo moderno (...). Não podemos, nem devemos, ficar sempre à mercê do estrangeiro para as grandes obras.

(...)

Se nos é lícito, lembraremos que a nossa divisão de reserva deveria sair em abril ou maio, ir até ao Mediterrâneo, ou aos portos de Inglaterra, de França e da Alemanha, com o fim de dar ensejo aos oficiais de se ilustrarem pela vista e pelo estudo das marinhas e arsenais estrangeiros.

Não se oponha a ideia de que os navios são pequenos para se apresentarem ante os grandes couraçados daquelas nações. Mostrem-se os nossos navios condignamente, mostrem-se as suas guardas bem disciplinadas e irrepreensíveis no seu porte, que para o caso é secundário tudo o mais.

A inclusão de gravuras informativas com alguma frequência — incluindo reportagens desenhadas — foi outra mudança relevante nos conteúdos dos jornais diários portugueses a partir do final do século XIX, imitando, aliás, o que as revistas ilustradas faziam desde o meio do mesmo século. As fotografias diretamente reproduzidas chegaram, primeiro, a estas revistas. Só invadiram as páginas dos jornais a partir da segunda década do século XX, já durante a República.

Na segunda metade do século XIX, a corrente transformadora de modernização do setor da imprensa aberta pelo *Diário de Notícias* obrigou à metamorfose dos jornais políticos. Estes, para agregarem valor aos conteúdos, deram destaque crescente às notícias da atualidade, mesmo quando delas faziam leituras políticas. Copiando os diários independentes e noticiosos, também os jornais político-noticiosos usavam títulos chamativos que, em certas circunstâncias, se convertiam em manchetes, para atraírem os leitores, quer para as peças informativas, quer para peças nas quais a informação era, apenas, um pretexto para a luta política.

Por outro lado, o principal desafio para quem criava um novo jornal passou a ser a sustentabilidade e a viabilidade da empresa jornalística que o publicava. Indivíduos arrojados dotados de capital social e político conseguiram criar empresas prósperas editoras de jornais político-noticiosos, Emídio Navarro fez nascer o *Novidades*, em 1885, por causa de uma dissidência na direção política do vespertino *O Correio da Noite*, ligado ao Partido Progressista. Conseguiu arranjar o dinheiro para o investimento inicial, provavelmente entre os adversários do líder progressista Luciano de Castro, e lançou o jornal. Luciano de Castro queixou-se de que Emídio Navarro lhe levava “anunciantes, correspondentes, assinantes, colaboradores” do *Correio da Noite*, e que só lhe tinha faltado levar também o equipamento tipográfico (Luciano de Castro, *cit. in* Schwalbach, 1944, p. 122).

Alguns continuaram a tentar fazer surgir e manter jornais com fracos recursos, vivendo, sobretudo, de assinaturas e vendas diretas, mas com pouco ou relativo sucesso. O jornalista e literato Eduardo Schwalbach (1944, pp. 128-129), que veio a ser diretor do *Diário de Notícias* (e adorava as mordomias inerentes a este cargo), afirma, nas suas *Memórias*, que *A Tarde* fundou-se com um capital de somente 2400 réis e houve um dia em que, para pagar o papel do jornal, uma vez que o fornecedor fechara o crédito, surripiaram um valioso relógio a um colaborador, que colocaram numa casa de prego, para depois o recuperarem e devolverem ao legítimo proprietário com o dinheiro das vendas (Schwalbach, 1944, pp. 129-130). Alberto Bramão (1936, p. 243) diz que *O Nacional* surgiu por iniciativa de “um provinciano endinheirado” que quis, com “pouco dinheiro” publicar um jornal em Lisboa. Neste *Nacional*, a redação tinha apenas três jornalistas: Alberto Bramão, Carlos Sertório e Almeida Campos (Bramão, 1936, p. 243). Certos personagens também compravam — como hoje, aliás — títulos

em dificuldades, mas já com alguma história, sobretudo para terem influência política¹¹⁵. Outros ainda tinham a necessária motivação política para avançarem com pouco capital, vivendo do voluntarismo, caso do portuense *República Portuguesa*, de João Chagas (1900, p. 38), que, apesar de nascer com bases rudimentares, se tornou um empreendimento bem-sucedido e chegou a tirar 25 mil exemplares. Em certas conjunturas, como a do Ultimato inglês de 1890, alguns periódicos político-noticiosos, ainda que assentes em fracos alicerces, conseguiram, de facto, prosperar. O jornal republicano *Pátria*, a dado momento, pôde pagar aos redatores 15 mil réis mensais (Fernandes, 1940, p. 62), antes de ser suprimido, na sequência da vaga repressiva que se abateu sobre os jornais republicanos depois da derrota da intentona republicana de 31 de janeiro de 1891, no Porto.

Ainda assim, a empresa jornalística era, por norma, cada vez maior e mais sofisticada, albergando, por exemplo, tipografia própria¹¹⁶, serviços administrativos e de venda de publicidade e redações cada vez mais povoadas, habitadas, a partir do final do século, também por jornalistas que se viam a si mesmo como repórteres que lutavam por notícias exclusivas e em primeira mão e não como plumitivos que procuravam seduzir o público por meio da erudição ou dos dotes literários.

As mudanças sociais e os novos públicos levaram, igualmente, a transformações progressivas nos jornais. A política perdeu lugar para as notícias de interesse geral, muitas delas emotivas, de *interesse humano*¹¹⁷, e as vendas subiram, bem como a publicidade. Na viragem do século, outras tendências do “moderno jornalismo” teriam também acolhimento na imprensa portuguesa. Os acontecimentos de forte pendor emocional, a entrevista, a reportagem e mesmo o enquadramento sensacionalista dos acontecimentos, por vezes para satisfazer fins políticos, fariam a sua aparição, conquistando e fidelizando novos públicos e trazendo os jornais portugueses para a contemporaneidade.

Barbosa Colen, com a noção muito nítida do que deve ser a reportagem moderna, imprimia um desenvolvimento extraordinário a essa secção. Pode assegurar-se que foi ele, à semelhança de Henry

115 Dezoito indivíduos adquiriram, em 1889, *Os Debates*, um jornal republicano que se debatia com dificuldades (artigo de *A Vanguarda*, de 9 de dezembro de 1895, citado por Barros (2021, p. 81). Em 1901, após a morte do editor e proprietário, António Ennes, a propriedade do jornal *O Dia* foi disputada por vários políticos endinheirados e atingiu valores significativos, conforme relata José Maria Alpoim em carta a José Luciano, citada por Almeida (2001, p. 101). O jornal veio tornar-se, em 1905, órgão de uma dissidência no Partido Progressista liderada por José de Alpoim.

116 Muitos jornais do final do século XIX, como o *Diário de Notícias*, *O Século*, *O Primeiro de Janeiro*, o *Jornal de Notícias*, o *Novidades*, o *Jornal da Manhã*, o *Vanguarda*, o *Portugal* e outros tinham tipografia própria. Os que não tinham recorriam às competitivas e bem apetrechadas tipografias privadas. A competição entre estas fazia com que os jornais, sempre em busca do melhor preço de composição e impressão, fossem mudando de tipografia com regularidade (o papel, os recursos humanos e a composição tipográfica e impressão eram as principais despesas de um jornal — embora alguns jornais de nicho, vivendo do voluntarismo de alguns idealistas, tivessem poucas ou nenhuma despesas com os redatores).

117 O DN, por exemplo, no número programa noticiou o “imoral” rapto de uma virgem por um marinheiro. A moça, contudo, regressou a casa “pura e imaculada”.

Stanley na América do Norte, quem criou entre nós a necessidade da informação minuciosa, agora um exagero quase mórbido e pegajoso. Assim, o casamento simulado de Luz Soriano, a falência Moura Borges, o assassinio do Perna Fria pelo Ferruncho (...) outorgaram de salto às *Novidades* milhares de leitores e avultado número de assinantes. (Noronha, 1913, pp. 88-89)

Certos folhetins também contribuíram para a conquista de público e aumento das tiragens. *O mistério da estrada de Sintra*, de Eça de Queirós e Ramalho Ortigão, impulsionou as vendas do *Diário de Notícias*. No diário republicano *Pátria*, os folhetins antimonárquicos sensacionalistas *Os amores de um príncipe ou a filha do jardineiro*, sobre a paixão juvenil de D. Carlos por uma jovem do povo, e *O roubo no Ministério da Fazenda*, da autoria de Luís Serra, contribuíram para o rápido sucesso do jornal. Noutro diário republicano, o *Vanguarda*¹¹⁸, então dirigido por Magalhães Lima, já depois de ter lançado *O Século*, operaram milagres os sensacionais folhetins *Maria da Fonte* e *Bocage*, do jornalista Rocha Martins.

Para um jornal, mais público significava mais compradores, em banca ou assinantes, tiragens maiores, mais influência e potencialmente mais anúncios publicitários. E também mais receitas.

5.3 O *Diário de Notícias*

O *Diário de Notícias*¹¹⁹ (<https://www.dn.pt/>) foi o primeiro jornal português que se pode identificar com o conceito atual de matutino de informação geral de conceção empresarial. O seu título o diz: era um diário para publicar notícias. Ponto. Outros periódicos recorreram, simbolicamente, a títulos semelhantes que diziam ao que vinham. O *Jornal de Notícias*, por exemplo, mesmo que tenha surgido como um jornal politicamente alinhado, encerrava em si um compromisso com o leitor: ser um diário onde se encontrariam notícias.

O *Diário de Notícias* inaugurou, simbolicamente, em Portugal, o período de organização industrial da imprensa.

A fase industrial da imprensa vai significar a rutura com a imprensa de elite. Aos pequenos grupos de leitores, com afinidades doutrinárias e religiosas, vão suceder os jornais “para todos”, baseados em projetos que visam atingir toda a população alfabetizada. (Mesquita, 2004, p. 12)

118 Exemplares digitalizados disponíveis aqui: <https://purl.pt/14330>.

119 Há inúmeras referências ao *Diário de Notícias* na Web. Algumas podem ser encontradas aqui: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Di%C3%A1rio_de_Not%C3%ADcias_\(Portugal\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Di%C3%A1rio_de_Not%C3%ADcias_(Portugal)) [https://www.infopedia.pt/\\$diario-de-noticias](https://www.infopedia.pt/$diario-de-noticias)

Embora tenham existido, previamente, outros jornais noticiosos generalistas independentes em Portugal, o *Diário de Notícias* foi o primeiro jornal português bem-sucedido a surgir com os objetivos de sustentar a produção e difusão de notícias de interesse geral e dar lucro aos seus promotores (jornalismo como negócio) por meio, sobretudo, da venda de espaço para publicidade e não tanto pelo produto das vendas nas bancas e das assinaturas. Só se entende o seu aparecimento, contudo, no contexto da Revolução Industrial, que, tendo na indústria a sua célula fundamental, estimulou a urbanização (devido ao afluxo de rurais às cidades onde as empresas comerciais e industriais se concentravam), promoveu a alfabetização de novos grupos sociais, como os operários, que necessitavam de saber ler para operarem com as máquinas, e dotou um grande conjunto de pessoas de um salário regular que lhes permitia comprarem um jornal de baixo preço para satisfazerem as suas necessidades informativas, formativas e mesmo de lazer.

A ideia, em si, não era nova, nem em Portugal, nem, muito menos, nos países mais desenvolvidos. A imprensa popular francesa e a imprensa de baixo custo anglófona davam provas diárias do sucesso do jornalismo concebido como negócio. Mas o DN foi o primeiro jornal deste tipo a ter êxito no País, perdurando de 1864 até hoje, graças à robusta estrutura empresarial e jornalística que o sustentou desde o início.

O DN distinguiu-se, ainda, por não pretender ser voz pública de um partido, por não querer ser conotado com qualquer tendência partidária nem ser um veículo de informação especializada¹²⁰. Pelo contrário, sempre se notabilizou pela independência política, pelo carácter generalista dos seus conteúdos e pela implantação de um modelo de negócio jornalístico que não apenas assegura lucro aos investidores como também permite ao jornal gozar de independência. Esse modelo de negócio — ainda hoje dominante — encara a notícia como uma mercadoria transacionável, com valor de troca, e não só como um bem socialmente útil e relevante. A notícia atrai anúncios publicitários, principal fonte de rendimento e lucro do jornal (e não as vendas em banca ou por assinatura). O baixo preço por exemplar, em banca ou por assinatura gera, por si, procura elevada e, conseqüentemente, tiragens grandes, as quais, por sua vez, atraem anunciantes. Nesse modelo, o público — massivo, dado o baixo preço por exemplar — busca a notícia e, só mais raramente, o anúncio; mas é exposto, identicamente, à notícia e ao anúncio, podendo optar por consumir um, os dois ou nenhum.

O DN não apenas mostrou que um projeto moderno, independente de jornalismo informativo generalista podia vingar no País como também que, para sobreviver, um grande

120 Recorde-se que quando o DN surgiu existia uma imprensa informativa especializada, solidamente implantada, apartidária e independente. Havia jornais e revistas culturais e enciclopédicos, literários, musicais, teatrais, sobre belas-artes, económicos etc. Também existiam jornais noticiosos independentes. O que o *Diário de Notícias* trouxe pela primeira vez para Portugal foi um projeto jornalístico informativo, até mais propriamente noticioso, e generalista, apartidário, independente, sólido, que, assente numa organização empresarial, procurava dar lucro aos investidores.

jornal necessitava de possuir um modelo de negócio viável, assente nas receitas da publicidade mais do que nas vendas, e uma organização de tipo empresarial.

O *Diário de Notícias* introduziu uma secção de anúncios a baixo preço (logo no primeiro número, o jornal anunciava que recebia anúncios a vinte réis a linha). Esses anúncios apresentavam-se mais ou menos organizados tematicamente (publicações, vendas, leilões...), o que facilitava a vida ao leitor, e possuíam títulos, que os sinalizavam. Essa opção de design e organização dos conteúdos teve popularidade instantânea. O lucro gerado pela publicidade crescente permitiu, depois, contratar mais colaboradores e adquirir novas rotativas, telégrafo, telefone e outros equipamentos, que possibilitaram o constante aumento da tiragem, numa lógica de racionalização dos custos e processos que assentava, portanto, na valorização e organização dos recursos humanos e na renovação tecnológica. Com o DN, a publicidade tornava-se, finalmente, em Portugal, a fonte prioritária de rendimento de um periódico, o que permitia reduzir o preço por exemplar.

De facto, até ao surgimento do DN, os anúncios, em Portugal, eram, normalmente, poucos e caros e, por vezes, até era preciso alguém que recomendasse o anunciante ao editor de um periódico para que este publicasse um determinado anúncio. Para Alfredo da Cunha (1891, p. 97), o lançamento do DN marcou uma viragem, “o começo do desenvolvimento do anúncio como intermediário (...) dos negócios e condição indispensável para o bom êxito da maior parte das empresas”. À custa da popularização dos anúncios, criaram-se, inclusivamente, agências de anúncios, embriões das agências publicitárias atuais, como a Agência Primitiva de Anúncios, de Luís Maria Pereira de Braun Peixoto, mais conhecido por Peixoto dos Anúncios. Só no primeiro ano, o DN publicou 14402 anúncios, uma média de 48 por número, sendo que vinte anos depois, em 1865, já inseria 180 mil por ano, o que, inclusivamente, obrigou a aumentar as dimensões do periódico (Cunha, 1891, p. 100).

O DN foi criticado por causa da sua dependência da publicidade e por, alegadamente, ser um “elemento de decadência” por viver “do interesse do reclame e do anúncio” (Cunha, 1891, p. 101). Mas a acusação não ficou sem resposta. Por exemplo, no número de 28 de setembro de 1878 escrevia-se no DN que os jornais baratos apenas “alargaram os domínios da publicidade”, já que os anúncios existiam antes deles. Ironicamente, interrogava-se o DN se seriam perniciosos os anúncios “das modistas, dos médicos, dos fabricantes de elixires” que publicava. E acrescentava que, em todo o caso, ao publicar anúncios o *Diário de Notícias* estaria em boa companhia: na do *New York Herald*, do *Times*, do *Daily Telegraph*, do *Figaro*, do *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, e outros. Para o DN, não seriam, assim, os anúncios, encarados como “instrumentos industriais”, que “escravizam, abatem e agrilhoam a imprensa”. Mais, “Se são exagerados e falsos, têm sempre o grande corretivo do escrutínio público”. Em acréscimo, Alfredo da Cunha (1891, p. 102) revela que o DN não autorizava a publicação de anúncios da “vida particular” nem “publicações infamantes” e “perseguia sem tréguas os autores de anúncios falsos”.

O contexto da época era, na verdade, favorável ao projeto de jornal industrialmente organizado e visto como negócio protagonizado pelo *Diário de Notícias*. O DN nasceu em plena Revolução Industrial e no miolo da Regeneração. As políticas da Regeneração preconizavam o progresso material e a modernização do País. Um projeto como o do DN respondia aos anseios de modernidade na imprensa, imitando os diários noticiosos populares, independentes e apartidários que obtinham êxito assinalável em vários países estrangeiros, a vizinha Espanha incluída. Por outro lado, em plena Revolução Industrial, os bens e serviços necessitavam de se tornar notórios e diferenciados para serem consumidos. O anúncio na imprensa era um meio para se atingir esse fim.

Não eram somente comerciantes e industriais que buscavam na imprensa um meio para anunciarem ou demandarem um produto ou um serviço. Particulares que procuravam algo, queriam oferecer os seus préstimos ou queriam vender alguma coisa também precisavam de anunciar na imprensa. O pequeno anúncio, por vezes de uma ou duas linhas, barato para o anunciante, tornou-se o dispositivo mais apropriado para esse fim. E o DN foi o primeiro projeto jornalístico sólido a entendê-lo em Portugal.

Efetivamente, enquanto os jornais políticos e partidários, e mesmo os periódicos especializados, buscavam nas vendas em banca e por assinaturas a sua principal fonte de rendimento, o *Diário de Notícias* procurou desde o seu início gerar lucro pela publicação de anúncios publicitários, curtos ou extensos. O DN tornou a publicação e consulta de anúncios publicitários uma rotina. Era o anúncio a garantir a sobrevivência e o lucro do jornal e, portanto, a receita dos anúncios era, tal como ainda é, a principal fonte de financiamento da operação jornalística. Além disso, o anúncio, retroativamente, gerava interesse pelo jornal e promovia a sua circulação. Isto é, as notícias interessavam ao público, mas os anúncios também.

Os leitores procuravam no DN notícias e informações que lhes permitissem orientar-se na sociedade; interagir, informadamente, com os demais e, quiçá, disfrutar de momentos de ócio e entretenimento. Os jornais de partido, ao invés, buscavam, sobretudo, fidelizar apoiantes, fortalecer as convicções dos militantes já convencidos, mesmo que não pudessem prescindir de dar notícias, normalmente interpretadas em função da corrente ideológico-partidária de cada jornal. As notícias das Cortes e da esfera política governativa e partidária em geral constituem, possivelmente, os casos mais relevantes de matérias nas quais se nota a fusão entre facto/informação e interpretação/opinião nos jornais de partido. Nestes periódicos, inclusivamente, a política era o prato forte. No DN, pelo contrário, a política era somente uma das vertentes do noticiário. A notícia de interesse geral era, no DN, o prato principal. E depois houve a valorização da reportagem e, conseqüentemente, do repórter:

A importância dada ao serviço (...) de reportagem deve-se ao *Diário de Notícias*, que o implantou no País, onde então constituiu uma quase completa novidade. Consideravam-no os jornalistas de há trinta anos [1884] elemento secundário (...), concedendo-lhe (...) duas ou três acanhadas colunas.

Sabe-se, contudo, a que elevado grau de perfeição esse serviço tem chegado em todos os países civilizados, porque de ninguém é ignorado que fabulosas somas com ele despendem as mais importantes folhas do mundo, que pagam, a peso de ouro, a primazia de uma novidade. (Cunha, 1914, p. 43)

O *Diário de Notícias* era, além disso, barato. O seu preço, inferior ao dos principais jornais político-noticiosos de partido, era acessível a muitas bolsas. Só assim lograva atingir uma circulação que lhe garantia o afluxo de publicidade indispensável para a sua sobrevivência.

Assim, o DN vingou e prosperou. Graças ao baixo preço a que era vendido, deu, inclusive, origem a uma explosão do número de ardinhas (Cunha, 1891, pp. 79-85), “moços dos jornais” que andavam pelas ruas propagandeando as notícias e vendendo periódicos, escapando a uma vida de mendicância e de extrema pobreza.

Tabela 31

Números do *Diário de Notícias* no primeiro ano da sua existência.

	1865
Tiragem diária média	7 300
Tiragem mínima diária	5 000
Tiragem máxima diária	9 600
Número máximo de colunas	16
Número máximo de linhas	1 520
Número máximo de letras	40 000
Número de anúncios durante o ano	14 402
Média de anúncios por número	48
Mínimo de anúncios por número	4
Máximo de anúncios por número	141
Números publicados durante o ano	297

Fonte: Cunha, 1891, p. 58.

Um jornal como o DN só conseguia, realmente, sobreviver fidelizando um público massivo. Isso não se obtinha com retórica política para um grupo específico de fiéis. Somente a notícia de *interesse geral*, à qual, muitas vezes, se adicionava *interesse humano*, podia satisfazer uma procura que se queria e era efetivamente crescente. O DN dirigia-se, assim, a todos os portugueses alfabetizados e não a uma elite. Era um jornal manifestamente interclassista: interessava ao homem e à mulher, ao operário e ao burguês, ao idoso e ao jovem.

O DN foi, assim, o primeiro diário de informação geral português a afirmar valores relevantes para o jornalismo contemporâneo como a independência, a imparcialidade e o apartidarismo. Adotou desde o início uma linha editorial cuja matriz era, primeiramente, noticiosa.

O jornalista Eduardo Coelho, seu idealizador e primeiro diretor, imaginou o *Diário de Notícias* tendo por referente a primeira geração da imprensa popular. Essa imprensa afirmou-se primeiramente nos Estados Unidos, nas décadas de 1830 e 1840; mas rapidamente chegou à Europa, como jornais como *La Presse*, surgido em França, em 1836, por iniciativa de Émile de Girardin; *Le Petit Journal*¹²¹, igualmente francês, nascido em 1863, por iniciativa de Moïse Polydore Millaud; *La Correspondencia de España*, fundado em 1859¹²² por Manuel María de Santa Ana; e *Le Figaro*, publicado, em França, desde 1826, inicialmente como um semanário satírico, até ganhar a configuração de matutino de informação geral, em 1866, com 56 mil exemplares de tiragem, pela mão de Hippolyte de Villemessant. Eduardo Coelho (cit. in Cunha, 1891, p. 54) reconheceu explicitamente, aliás, que *Le Petit Journal* e *La Correspondencia de España* foram os modelos *Diário de Notícias*.

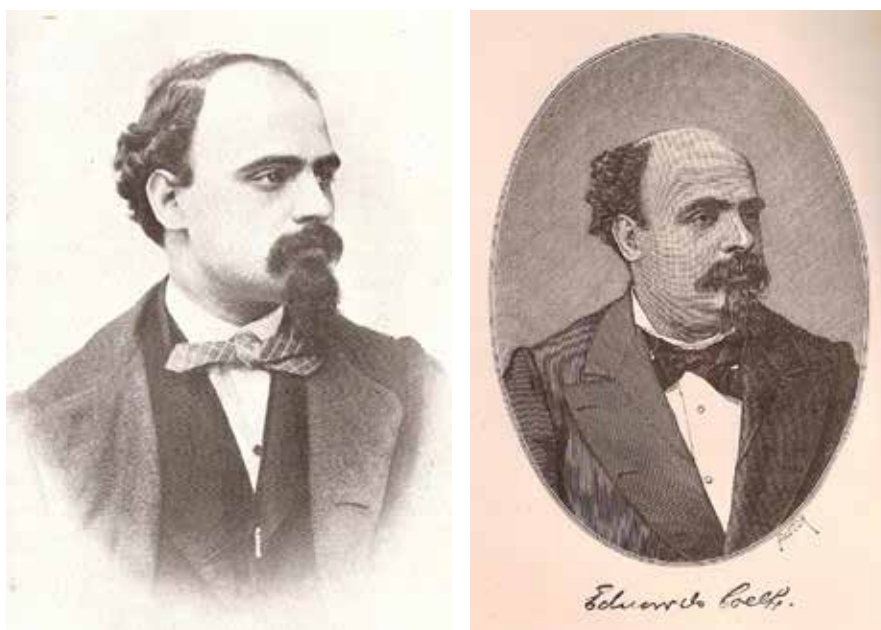


Figura 52

O jornalista Eduardo Coelho, idealizador e primeiro diretor do *Diário de Notícias*, em diferentes fases da vida.

121 O *Petit Journal* teve um enorme êxito ao misturar notícias com reportagens e folhetins, o que também fez o DN, ao lançar um suplemento semanal ilustrado e, ainda, ao organizar competições automobilísticas e ciclistas, que depois cobria em exclusivo. Vinte anos depois do seu lançamento, o *Petit Journal* já tirava um milhão de exemplares diários.

122 Na verdade, o jornal surge na sequência de três periódicos noticiosos anteriores encadeados, todos redigidos e editados por Manuel María de Santa Ana, a partir de 1848: *Carta Autógrafa* (1848-1851), *Correspondencia Autógrafa* (1851-1854); e *Correspondencia Confidencial Autógrafa de España* (1854-1859), um diário que já tirava doze mil exemplares.

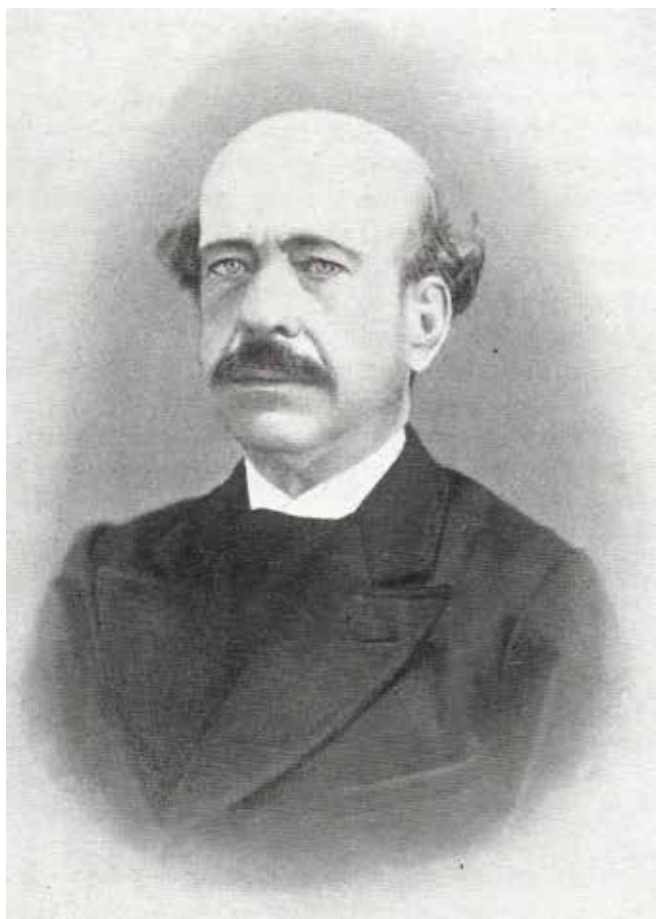


Figura 53
Tomás Quintino, cofundador do *Diário de Notícias*.



Figura 54
Caricaturas de Eduardo Coelho.



Figura 55

As quatro páginas do número programa do *Diário de Notícias*.

Fonte: reprodução do original (29 de dezembro de 1864).

Reprodução aqui: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/DiariodeNoticias_1864/DiariodeNoticias.htm

Não sabemos, mas é de supor que o corpo seja cuidadosamente guardado para ser submetido ao exame da sciencia.

Pelo conselho ultramarino foram postos a concurso — o lugar de contador da junta de fazenda do estado da India com o ordenado de 3.268 xeráms; — o de sub-director da alfândega de Assolá, no mesmo estado, com o ordenado de 761 xeráms; — o de director da alfândega da ilha da Boa Vista, em Cabo Verde, com o ordenado de 240.000 reis, e os emolumentos.

A Assembléa Físicoa celebrou uma das suas reuniões em 11 de noite do 23 do corrente. Contavam-se ali apenas vinte e tantas senhoras. Apesar, porém, de tão limitado numero, houve grande animação. Os estudantes, que de diferentes academias se achavam a fazer em Vizeu foram os que mais brilhante fizeram aquella reunião.

A maioria das folhas inglesas continuam a mostrar-se hostis á mensagem de Lincoln acerca da abolição da escravidão nos Estados Unidos.

Os russos estão praticando toda a sorte de violência na Lituania, cujos povos vivem em continua agitação, e sob uma oppressão horribil.

Falleceu no hospital de Coimbra José Ferreira, que ha dias alli entrara com symptomas de envenenamento. A voz publica diz que, tendo este infeliz vindo em tempo com uma mulher, de que agora se achava separado, esta o chamara a casa e lhe offereceu uma chavena de café que elle accotou. Uma hora depois, estorcia-se elle no meio de horribes agónias. Os esforços da medicina foram baldados. A accusada acha-se nas celas de Santa Cruz.

Corre em Coimbra que varios cavalheiros tem sido convidados para reitor da universidade; mas que todos se tem recusado a aceitar o cargo. O que ha de certo não o sabemos nós; a academia, porém, continúa satisfeita com os optimos servicos do actual vice-reitor, o sr. dr. José Ernesto.

Depois da abertura do parlamento da remota-noticia de todas as resoluções importantes do corpo legislativo.

Em 22 do corrente reuniu-se a casa da escola do sexo masculino da villa da Figueira, a commissão promotora da instrucção popular, para proceder á distribuição dos premios aos alumnos que, por sua applicação e aproveitamento, se tornaram crentes d'aquella distincção.

Acabado este acto, a commissão passou á casa da escola de meninas e procedeu á mesma distribuição, observando em tudo a mesma sollemnidade da anterior. Ninguém pôde negar que os premios á mocidade estudiosa são um poderoso incentivo, que mais tarde mostra brilhantes resultados.

Ha dias foi preso um triado do sr. Gaspar da Rocha, de Viana, por haver attentado contra o poder de uma rapariga da Areosa. O administrador do concelho fez proceder ao competente auto, e o criminoso foi entregue ao poder judicial.

O unico concorrente ao lugar de preceptor e conservador do musen da escola medico-cirurgica do Lisboa, foi o sr. José Joaquim da Silva Amado, que deve ser julgado pelo jury no dia 23 de janeiro, na firma do programma do concurso.

As obras da camara dos dignos pares praguejam com notavel actividade, fi-

cando alli um palacio digno de um paiz constitucional. Não poderão, porém, estar concluidas senão em fim de janeiro, por cujo motivo as sessões do corpo hereditario serão celebradas na sala da bibliotheca das duas camaras, accorde para esse effeito se vai proceder aos necessarios preparativos.

O actual representante e herdeiro da casa dos marqueses de Villette, o sr. Léon Duval, membro da ordem dos advogados da corte imperial do Paris, considerando como um dever seu o restituir ao estado o coração de Voltaire, — que o marquez de Villette, amigo e admirador do grande escriptor, fizera encerrar, depois da morte, em um vaso de metal, e banhado em um preparado chimico, proprio para a sua conservação, — sollicitou de S. M. o imperador a necessaria auctorisação para que na Bibliotheca imperial se desse asilo áquellas preciosas reliquias, que por lei de 30 de maio de 1791, foram consideradas como propriedade da França.

Expeditas as ordens do imperador, s. ex.ª e sr. Duruy, ministro da instrucção publica, foi, no dia 16 do corrente, á Bibliotheca imperial, e em companhia dos membros da commissão conselheira, e na presença do administrador d'aquella estabelecimento, recebeu das mãos do sr. Léon Duval o coração de Voltaire, encerrado num cofre de metal dourado sobre o qual se lêem estas palavras: «O coração de Voltaire. Morreu em Paris, no dia 30 de maio 1778.»

O cofre foi depositado na secção de medalhas da Bibliotheca imperial. Escripção em linguagem portuguezisa, e acompanhada de preciosissimas notas, existe uma biographia de Voltaire, pelo sr. José Gonçalves da Cruz Viza, coeogo honorario e professor no lyceu de Faro, que o leitor, quizerdo, pôde procurar em qualquer livraria do Lisboa.

Segundo o disposto no artigo 18.ª da lei fundamental do estado, verifica-se no dia 2 de janeiro proximo pela 1 hora da tarde na sala das sessões da camara dos arts. depositados a sessão real de abertura das cortes gerais ordinarias da nação Portugueza. Sua Magestade el-rei o sr. D. Luís acompanhado de sua augusta esposa assistirá a esta sollemnidade nacional com as pessoas que formam a corte. Entre, infante D. Augusto desempenhará as funções de condetivel do reino. As 10 horas da manhã assistem os dignos pares e deputados á missa sollemne do Espirito Santo na Sé. Suas Magestades serão recebidas no vestibulo do palacio das cortes por uma grande delegação das duas camaras, e no mais da sessão seguir-se-ha o ceremonial do estilo. Depois de lida a falta do theatro e do larado, abre-se a sessão, serão Suas Magestades acompanhados á porta do palacio das cortes, e uma salva de artilheria no castello, embarcações do estado, e mais fortalezas anunciará a sua saída e a abertura da sessão legislativa de 1865.

A associação dos architectos civis portuguezes inaugurou no dia 15 do corrente nas salas do gremio popular, na calçada do Comércio, uma serie de prelecções sobre architectura, — arte monumental dos povos da antiguidade. No dia vinte e dois foi a segunda prelecção e hoje, 29 é a terceira. Até 27 de maio de 1865 deve haver mais vinte e uma d'essas curtosas e illustrativas sessões, que constituem um importante curso. Este pensamento patriótico é devido ao sr. Joaquim Pissidonio Narciso da Silva, digno architecto da casa real, a quem principalmente se deve a criação do albergue dos invalidos do trabalho.

Os nobres condes do Penafiel dão no proximo carnaval no seu palacio da rua de S. Mamede um sumptuoso baile de

mascaras para o que se estão preparando riquissimos trages em caracter representando diversas epochas, e notaveis personagens.

Estão actualmente a ensaios no theatro de D. Maria II as seguintes peças: Os diffamadores, drama original do sr. Ernesto Hietter. — Luiza, drama em dois actos, que será desempenhado pelos alumnos do conservatorio dramatico em noite designada para as suas provas publicas. — O tio Siaphico, comedia em um acto, traducção. — Preparar-se n'este theatro um variado repertorio de comedias proprias para as noites do carnaval, e a fente surpreendente, engenhosa machina ha pouco tão admirada em Londres, e que será estreada pela primeira vez no drama Os diffamadores, em a noite do beneficio do distincto actor Joaquim José Tasso, servindo depois para os bailes de mascaras.

No dia 2 de janeiro sobe á scena no theatro da rua dos Condes, em beneficio do estimado escriptor popular o sr. Pedro Carlos d'Alcântara Chaves, ponto d'aquella theatro, a comedia original do beneficiado intitulada — O baptizado do filho de José decausa millo. Esta comedia é continuacão das outras duas que sobem o mesmo assumpto ali tem estado em scena, e que tanto excitaram a gargalhada franca e sincera do nosso bom povo.

Participações agricolas do districto de Evora dizem que as sementeiras, interrompidas pelas chuvas do mez passado, se achavam agora quasi concluidas, por lhes haver sido proprio o tempo. As searas offerecem bom aspecto. Está em meio o apanho da azeitona cuja novidade é boa. Os pomares de espinho toem boa apparencia. O tempo corre favoravel para a engorda do gado, e a bolota tem sido bem aproveitada.

As sementeiras dos cereaes colmiferos no districto de Aveiro tem-se feito em optimas condições. As searas já nascidas, as hortas, e hervasens estão em bello estado de vegetação. A apanha da azeitona está quasi concluida. A colheita, porém, é escassa.

Nunca é tarde para uma triste nova. Antonio de Almeida Vizeu, correto da repartição central do ministerio das Obras publicas, foi encontrado morto em sua propria casa. As folhas da capital, não todos, referiram já este triste acontecimento; nós hoje, reproduzindo-o, acrescentamos alguns pormenores que nos fornece um documento policial que temos á vista:

Havendo-se suspeitado que muito grande seria o motivo que ocasionara a não comparencia d'aquella empregado na respectiva repartição, por espaço de 3 dias, o regedor da freguezia da Encarnação procedeu ao exame da sua habitação, que era no 1.º andar do predio n.º 169 da rua dos Calafates; do que resultou deparar-se com o infeliz, na escada, já cadáver, e com um acortusado na testa, do que se deprehende que um violento ataque apopleptico o colheu de subito. Ali foi postado um soldado da guarda municipal, em quanto se não procedeu ao auto do corpo do delicto. A familia do infeliz foi dada a noticia d'este triste successo.

Não temos noticia de nenhum acontecimento notavel da politica do nosso paiz. Continuam a circular boatos descontradidos acerca da substituição de alguns dos cavalheiros que constituem o gabinete, indigitando-se sobretudo varios nomes para a pasta da marinha, e afficando-se cada grupo ás suas predilecções pessoas ou partidarias. A

espectativa publica, porém, está á espera da abertura do parlamento.

As 9 horas da noite no dia 23 do corrente, appareceu assassinada em sua propria casa ao Castello, em Elvas, uma mulher. Foi o assassino um tal Martinho, barbeiro, com quem a infeliz estivera, em tempo, amancebada. Junto do cadaver de sua mãe soltava dorido pranto um filhinho de 5 annos, que foi quem revelou á justiça o segredo do assassino.

No ribeiro da Conceição (Elvas) foi encontrado o cadaver de um guarda de um monte d'aquelles sitios, bado-se teimando em passar o ribeiro, em estado de embriaguez, n'elle se afogou. Este cavalheiro já se achava em Lisboa.

No comboio da manhã de 22 do corrente chegaram a Aveiro, de volta da Feira, os ex.ªs srs. Anselmo José Brazam, camp e José Luciano de Castro. Se ex.ªs acompanhados do sr. governador civil do districto e de varios cavalheiros, visitaram os edificios publicos; depois foram complimentar a ex.ªs sr.ª D. Maria Dorothea, irmã do fallecido orador — José Estevão Coelho de Magalhães.

A 2 de janeiro proximo saem para a Madeira, o palhacote Nove S. Lourenço e a 10, para Pernambuco, o brigue Constante 2.ª. A correspondencia pôde laçar-se na caixa geral até aos referidos dias, e na estação postal do Terreiro do Paço meia hora antes da que ali for annunciada para a partida da mala.

A balnearia Mala Poste saiu no dia 4 do corrente do porto de Lisboa, carregada de ferro, e encomendada para a Figueira afindou-se no dia 13 ás 7 horas, da tarde ao pé das Berlingas, salvando-se a tripulação composta de cinco homens, os quaes se apresentaram no dia 18 ao subdirector da alfândega de Peniche. Pobre gente. Valem-lhe Deus.

No dia 14 do corrente foi arrojado á praia Formosa nas costas da Encrua o casco de uma embarcação da madeira do pinho da terra em pessimo estado, duas vergas de Flandres, uma grande quantidade de phosphoros, e algumas taboas pertencentes a tapetes de caixotes que iam com direcção ao porto da Figueira. O resto do segredo d'este naufragio sabe-o o oceano.

Leitores, fugiu Pelayo, o bravo pelego. Agora este sugio deu em covarde.

— Como assim? — Conto o caso. O sr. Francisco Dominguez, criado de quem o chama ao seu serviço, foi hontem apresentar-se ferido no rosto ao sr. regedor da freguezia de Santa Justa. E interrogado acerca da causa do ferimento declarou que, estando na Praça da Figueira a pjar um charuto se chegaram a elle dois collages, o sr. José Elias, e o sr. Pelayo, agarrando-se-lhe ao pescoço, do que lhe resultou ferir-se no rosto com a navalha. E aconteceu o caso assim, os dois causadores do ferimento puzeram-se em fuga. Por onde se vê que Pelayo fugiu com o seu aio.

Perante o conselho de saude naval e do ultramar está aberto concurso, a dar em 31 do corrente, para o provimento de um lugar de aspirante a facultativo do quadro de saude da provincia do Moçambique, conforme as disposições legais. Os requerimentos são entregues ao hospital da marinha, onde, no dia já mencionado, devem comparecer os candidatos para serem inspecionados.

Foi mandado abrir no ministerio da fazenda um credito supplementar de rs. 500000000 a favor do ministerio da guerra, para serem reparados os esra-

que causados pelo cyclone do dia 13 no castello de S. Jorge, ao hospital militar, no quartel da boa flora em Belem, e em outros edificios.

A santa casa da misericórdia pôe em praça, no dia 30 do corrente, ao meio dia, na sala das suas sessões, e sob as condições que estão patentes, o fornecimento dos seguintes generos para consumo dos hospitais dos expostos, do Amparo e Sant'Anna, e recolhimento das orphãs: a saber: — feijão branco, dito venenho, grão de bico, arroz, manteiga de prato, e grão de tempero.

SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. — Casos a julgar na sessão de 10 de janeiro. — Autos civis do Tribunal commercial de 2.ª instância n.º 10030, recorrente Eduardo Moser, como agente da companhia La Union, relator Manuel Gonçalves de Carvalho, relator Alves de Sá. — Cíveis da relação de Lisboa n.º 10591, recorrente a fazenda nacional, recorrido Libanio Antonio Gomes, relator Alves de Sá.

— Crimes da Relação dos Açores n.º 5894, recorrente Francisco Tavares, recorrido o ministerio publico, crime de ferimentos, relator Viscende de Laga. — Crimes da relação do Porto n.º 5860, recorrente o ministerio publico, recorrido Francisco José dos Reis, crime de estupro em uma menor de 12 annos, sua enxada, relator Alves de Sá.

— Crimes da relação de Lisboa n.º 6014, recorrente o ministerio publico, recorrido Francisco José dos Reis, crime de recusa em prestar a coopeção que lhe foi pedida na qualidade de Regeedor.

Alguns actores do Porto, que se fizeram cargo de reproduzir no theatro Biquet o antigo repertorio do theatro portuguez, representaram alli, no domingo 25, o Taumaturgo, do actor-auctor o sr. Braz Martins.

A companhia portugueza do theatro de D. Luis 1 de Coimbra, fez já a sua estreia no theatro de S. João, do Porto com o drama a Mãe dos escravos, e a comedia Em guerra particular antes do poz geral.

No domingo pariu de Coimbra para Lisboa o celebre prestidigitador húngaro o sr. Vello. Ao artista phantasmagorico offereceu a associação dos artistas de Coimbra o diploma de seu socio honorario, que lhe foi apresentado pelo presidente da direcção, tendo um dos socios, por essa occasião, uma allocução em francez. Vello auxiliando com o producto dos seus espectaculos os cofres d'aquella instituição, bem mereceu semelhante honra.

Belmiro, joven de 24 annos, que na linha do norte exercia o emprego de guarda-freio, indo, no dia 14 do corrente de Lisboa para o Pombal, caiu, ao saltar de um para outro carro, passando-lhe o comboio por cima, deixando-o feio pedação.

No principio do anno proximo vae abrir-se na rua oriental do Passeio publico n.º 2 um notavel estabelecimento para o qual é dever da imprensa chamar a attenção publica. É a officina de gravura em vidro do nosso compatriota o sr. Seraphim da Fonseca e Sá, gravador em chefe da fabrica da Marinha Grande, socio de merito da academia das bellas-arts de Lisboa, da do Rio de Janeiro, creado da casa de S. M. o imperador D. Pedro II, artista que conquistou no Brazil, cede viveu e fez admirado, o engrandecido por todos, mista gloria para a nossa patria. São admiráveis os trabalhos d'este artista, que por certo não tem rival. Sobre o vidro elle reproduz com puzozza delicadeza e precão os desenhos mais difficeis, e as

mais phantasmagoricos. A assembleia legislativa do Rio de Janeiro conferiu-lhe um honroso diploma, a imprensa estrangeira animou-o, o rei-artista o sr. D. Fernando possui d'elle alguns primores; ao publico lisboense cumpre visitar aquelle estabelecimento onde tambem se recebem encomendas para a fabrica da Marinha Grande.

O *Diario de Noticias* — participa aos seus leitores — que não conta só delicias, — que tambem descreve horrores. — Ha agora um casamento? — solta um rio de alegria. — Dão-lhe uma festa ou folia — vereis seu contentamento. — Mas se acaso o alegre noivo — ao dançar caia no chão — o jornal mostra-se triste. — Se um sino faz tillo tillo d'isso, mostrando que não existe — um prestante cidadão, — não traga a ebe do goivo, — e era, pois o christão. — Echo da sociedade, — com ella chora ou sorri, — correndo pela cidade, — entrando aqui e ali; — ante todos se descobre, — visita o burguez, e o nobre — da arte e do artista — descreve a nova conquista, — e com verdade e decencia — conta tudo quanto via — sem caçar a paciencia — ora situado ora a rir. — Os progressos da sciencia — junto à anedota promette — e as boas e más estreias, — mas a ralar não se mette — nem falla em vidas alheias. — Vem já que com tais modos, — é um jornal para todos.

No instituto industrial de Lisboa está exposto o desenho de uma machina de fazer vauilhame pela qual foi concedida patente de invenção aos subditos inglezes residentes em Birmingham John Solomon Benson e Edm'd Lander.

O sr. Carlos Eugenio Loederich, residente em Lisboa, inventou um apparelho para dar corda na argolla dos relógios de algaiteira sem auxilio de chave, e solicitação do governo patente de invenção por cinco annos, a qual lhe foi concedida.

No dia 3 de outubro falleceu ab intestato no logar de S. José dos Indios, termo da cidade do Maranhão, o subdito portuguez José Corrêa do Mello. Parte do seu espolio foi roubado. O resto está sendo arrecadado pelo consulado Portuguez n'aquella cidade. Na mesma provincia falleceu em o mesmo mez o brasileiro adoptivo Antonio Manuel Pereira, natural de S. Jacinta da Marinha do Pôrto, bispo de Braga. Deixou a: 00060000rs. para serem entregues no Porto a seus quatro irmãos.

A 18 do corrente foi julgado em Vienna d'Austria o processo de diffamação intentado em nome do rei da Prussia contra o jornal *Wanderer*. O redactor foi condemnado em tres dias de prisão.

Está doente o celebre publicista francez o sr. Proudhon, auctor de muitas não menos celebres utopias. Dentro em pouco apparecerá um novo livro d'este escriptor no qual elle tratará da capacidade eleitoral das classes operarias, e do seu futuro politico.

Numa das ultimas sessões ordinarias da camara municipal do Porto foi apresentada a proposta para um emprestimo de 300:000:000000 reis, destinados a melhoramentos municipaes: foi approvada, resolvendo-se discuti-la em sessão immediata, sendo para isso convocado o conselho municipal.

A junta das obras municipaes do Porto foi dada ordem para fazer o orçamento de um jardim no Campo da Cordoaria, ou dos Martyres da Patria.

Não foi bom o esquentamento que teve, a noite passada, o aprendiz da carpintaria situado na rua do Almada, n.º 1. Se

a patrulha que girava por aquella rua, ás 2 horas, não dá com ella, e a não vae guardando no quarto da respectiva companhia, a coisa podia ter suas consequências.

— Mas, de que ella falla? — Da chave que o sr. Mesquita, o aprendiz em questão, deixou, por descuido, na porta da loja.

Hoje, acompanhado de um cabo, o sr. Mesquita verificou que nada faltava n'aquelle estabelecimento, mas podia ter-lhe acontecido o contrario.

Toda a gente sabe que o frio está insupportavel, e que quem não andar bem agasalhado soffre inclemencias. Pois o sr. José Garrido, sebeiro, tambem é d'essa opinio, e crecendo de albernoses envergou hontem um na feira da ladra, esmerendo-o, e ficou captivo.

— Captivo do bom panno do albernoses, e captivo pelo ter roubado ao seu proprietario o sr. Francisco Prudencio Apollinario, respeitavel adoleto, que estabeleceu a sua tenda ambulante n'aquella mercado de bagatellas todas as terças feiras.

O ministro dos negocios estrangeiros da Grecia pediu a demissão que lhe foi acciada, ficando em seu lugar Demetrio Budyeni. Esta alteração ministerial coincidiu com a alteração da ordem publica em Danie, n'uma das ilhas anexas.

A nova assembleia de Bucharest que pela primeira vez é constituída de catholicos, armenios, e protestantes foi aberta pelo principe Alexandre, o qual depois de agradecer á Sublime Porta e ás potencias garantas o reconhecimento do acto de 2 de maio, deu vivas ao Sultão, e ás outras nações que asseguraram a autonomia do paiz havendo os senadores, e deputados prestado o devido juramento.

Receberam-se hoje noticias do archipelago Aporiano. Da ilha de S. Miguel alcançam a 21 do corrente. O inverno não tem sido rigoroso n'aquella ilha. A adiantada a sponha e exportação da laranja, seu principal trafego mercantil. Para Inglaterra haviam já sido exportadas 64:528 caixas em 87 navios. O preço por que foram vendidas no mercado inglez variou entre 91 e 30 schellings! Das febres epidemicas que haviam grassado nas Feteiras foram atacados 258 individuos, fallecendo 9. Dos atacados a misericordia soccorreu 237. Haviam-se alli praticado notaveis actos de dedicacão. — No vapor *Maria Pia* partiu para a capital o sr. deputado dr. Paula Medeiros. — Em em progresso as obras do theatro da cidade de Ponta Delgada. Espera-se que ainda este anno ali dê espectaculos uma companhia de zarzuella sob a direcção do illustre maestro compositor o sr. Angelo Frondoni. — No dia 13 falleceu o honrado negociante d'aquella praça o sr. Filipe Maria Bessone. — As obras da doca corrian com grande actividade. O termo medio da pedra lançada semanalmente na muralha era de 3:700 toneladas.

Não são destituições de interesse as noticias da ilha do Fayal. Na primeira semana de novembro começara a apunha da laranja. A producção é menor que o anno passado. — No porto da cidade da Horta haviam entrado alguns navios com agua aberta. — A camara do Fayal fixou a seguinte estiva para a venda do pão no mez de dezembro: — pão de trigo alvo 1/2 kilo 18 rs.; de toda a farinha 38 rs.; de rala 33 rs.; de milho 18 rs. — Reinava socego n'aquella ilha, e o seu estado sanitario era satisfatorio.

As noticias da ilha Terceira dizem que foram orçadas em 200 contos de reis as

perdas ocasionadas pelo naufragio do vapor *Bunder* succedido o mez passado no porto de Angra. — A 18 de novembro fallecera de um ataque apoplectico o sr. Antonio Borges Leal, o mais antigo escrivão do direito da comarca de Angra. Havia sido voluntario ingez de 1828. — O capitão norueguês Paulson offerecera no dia 17 de Novembro um precioso anel de ouro ao sr. João Vieira Rodrigues, creado do vice-consul ingez de Angra, por elle lhe ter salvo a vida com risco da sua propria na occasião do naufragio do navio do seu commando.

O summo pontifice fez expedir uma bolla, datada do 8 de dezembro, anniversario da definição do dogma da immaculada Conceição de Maria; onde são condemnados todos os erros modernos oppositos á doutrina catholica. Parece que havia dois annos que esta bolla estava projectada. Foi redigida por uma commissão de theologos e canonistas, sob a presidencia do cardinal Caterini, e o projecto da mesma enviado aos bispos mais distinctos da igreja, a fim de expenderem a sua opinio. A bolla, segundo se diz, comprehende no cathogoria dos erros modernos alguns dos principios assentados pelos srs. Falloux e Montebert, escriptores distinctos da França.

Encontramos nos folhas hespanholas, de hoje, os seguintes telegramas: — Belim, 23. — Do processo formado contra os polacos, por motivo dos acontecimentos politicos succedidos n'aquelle paiz, resultou que onze polacos foram condemnados á morte, com absolvidos e vinte sete condemnados a prisão por um ou dois annos.

Paris, 24. — Diz o *«Monitor»* que o tractado franco-prussiano começara a vigorar definitivamente desde o 1.º de julho de 1886.

Munich, 23. — Em as negociações de Bamberg, entre o ministro de estado da Baviera, Plöndt, e o de Saxonia, Boett, existe o mais perfeito accordo.

Pela nota estatística dos enterramentos nos dois cemiterios publicos da capital se vê que no dia 27 foram inscriptos no obituario os seguintes nomes.

Cemiterio de N. S. das Prazeres. — Henrique Firmino do Nascimento, natural de Lisboa, 3 mezes do edade, cov. n.º 934. — D. Juliana de Sousa Pamplona, natural de Porto, de edade 45 annos, casada, jazigo n.º 242. — Anthero Augusto Garrido, natural de Lisboa, edade 33 annos, solteiro, guarda livros cov. n.º 935. Na valia foi sepultado em cada vez.

As ultimas noticias politicas da nossa vizinha Hespanha dizem-nos que o ministro Narvaez soffre poderosa opposição na imprensa, e na opinio publica de que aquella é orgão. No parlamento procedia-se á nomeação da commissão de resposta ao discurso da coroa, e acreditava-se que nessa discussão o gabinete seria vigorosamente combatido.

Diz-se que as primeiras leis que se apresentarão no senado serão as que dizem respeito a S. Domingos, á organisação dos tribunales e ao processo criminal. Constituido o congresso em janeiro ser-lhe-ha apresentada a proposta de lei da imprensa, e outras medidas de credito, e de policia.

Ha dias, presenciaram os habitantes de Barbican (Inglaterra) um dos mais dolorosos espectaculos.

Joanna Deacon, joven de 19 annos, com os vestidos incendiados, saltava uns gritos que fazem dó. Acodem os vizinhos: uns lhe deitam agua para cima, outros a arrojão ao chão, e a cobrem de mantas para apagar o fogo. Neste momento apparecem os bombeiros, que suppondo incendiada a casa, d'onde a in-

José saia entre chamas, corria a prestar os socorros costumados.

A justiça, procedendo a averiguações, colheu em resultado os seguintes esclarecimentos:

Joanna estava na sala, quando em tal Whitters, que havia tempo a perseguir com seu amor, entrou, fechou a porta, e, sentando a um campê, quis abraçar a com sinistro intento.

Quia a joven fugir, e o perseguidor de leve-a; ella chegou-se para junto do fogão.

— Vamos, Joanna. Queres ser minha? — perguntou Whitters.

— Meu Deus! — gritou a pobre. Fogos socorro! acudam-me!

— De um abraço, Joanna. O fogo ia tomando incremento, e Whitters, insensível, em vez de a socorrer, cruzou os braços. O resto já os leitores viram.

O tribunal declarou Whitters assassino voluntário.

O tenor Ander, que era ha pouco a crentura querida, a mefina dos olhos dos frequentadores da opera de Vienna, perdeu por tal sorte a memoria que não se lembra de coisa alguma da sua carreira artistica, nem dos seus triumphos, pobre tenor! Convertido-se n'um verdadeiro letheo.

Hoje, 22, de manhã vai o sr. D. José Maria da Almeida e Araújo Correia de Lacerda, digno e illustrado deão da Sé Patriarchal honrar a linda capella do novo edificio que na calçada do Duque mandou construir para o seu collegio o sr. Antonio Florencio dos Santos intelligente director da Eschola Academica. A esta solemnidade religiosa assistem os alumnos do collegio, e suas familias bem como grande numero de convidados, que depois irão examinar aquelle vasto e grandioso edificio.

Leitores, queis praticar uma obra meritoria firmada nos solidos doutrinas do Divino Mestre, agradável a Deus, aos homens e ao vosso coração?... Ide hoje, 22, a noite ao theatro de S. Carlos. Ah! se offerece ao vosso gosto um espectáculo lyrico dos mais escolhidos, e com o qual podereis esquecer-vos por algumas horas das tribulações desta vida de malquerenças. Mas o que mais vos agrada nesse espectáculo é o saber que o preço da vossa entrada vai juntar-se em precioso cofre aos obollos das tantas bem feitas que ali vão concorrer

para a manutenção de setecentas e tantas creancinhas, tuteladas pela caridade, e acolhidas ás casas de asylo de infancia desvalida de Lisboa, e ao asylo de S. João. Demais o publico sabe os altos serviços que a sociedade presta a benemerita sociedade das casas de asylo de infancia desvalida de Lisboa, arrancando a desgraça e talvez ao crime tantos pobres, innocentes, e conhece o asylo de S. João, esse padroeiro de gloria do grande tribuna popular José Estevão Coelho de Magalhães.

Por decreto de 11 de dezembro deite anno, foi approvada a eleição que a academia de inscrições e bellas lettras do Instituto imperial de França fizesse do sr. W. C. Carter.

Dizem de França que o tio celebre orador de Notre-Dame, o padre Jacinthe, está convidado a pregar, na proxima quaresima, na capella das Tulherias, em Paris.

O aparelho telegraphico do sr. Caselli, que reproduz os despatches escriptos, vai, segundo se diz, pôr-se à disposição do publico. Parece que, para tal effeito, vai apparecer um projecto de decreto em França.

Os passageiros entrados a 28 no vapor portuguez Maria Pia são os seguintes: — Da Horta: — A. M. S. Sacramento — Das Velhas: — J. Ignacio d'Ávila. — De Angra: — M. Ignacio da Costa, 4 peysoirs de familia — Theotónio d'Aguilar: 40 no convés — De Ponta Delgada: — 1 passageiro no convés.

O sr. Antonio José Pereira Serzedello Junior, illustre presidente da numerosa e florescente associação dos empregados no commercio e industria inaugura alli no proxima quinta feira um curso de economia politica, com o qual vai prestar importantissimos serviços à classe commercial.

A Rússia acaba de publicar importantes reformas. Debuta publicos, o jury em materia criminal, independência e inamovibilidade dos juizes e equalidade de todos os cidadãos perante a lei, eis as bases d'essas imponentes reformas que affectam profundamente o modo de existir do imperio russo. Este socce-

cimento é mais uma notavel conquista dos principios liberaes que predominam no presente seculo.

Grande offensa à moralidade. — Cress! que foi sr. redactor? Algum attentado contra a virgindade de alguma sobeirona?

— Vade retró! Nem tacto. — Alguma egreja assaltada? — Nada. Repousam em paz os templos. — Algum segredo de familia revelado? — Não senhor. Não tomámos conhecimento desses casos horroresos. — Já sei. Um jornalista atacado. — Os jornalistas agora usam estoque. Foi peor que isso foi um rapto. — Um rapto? De uma velha? — Não senhor de uma virgem. Uma formosa moçama... de pasta que servia de amostra de modas na loja de um acreditado capellista, e que foi raptada por um maricheiro.

— Horrore! E o criminoso foi capturado?

— Sim senhor. Pelo tutor da joven, e ella reposta no seu logar para e intacta como saiu da fabrica.

NOTÍCIAS CIENTÍFICAS

OBSERVAÇÕES METEOROLÓGICAS

Quarta feira, 28 de dezembro, de 9 horas da manhã

Pressão	Temperatura	Vento	Chu
Lisboa 768,0	5,5	N. fr.	Alg. nu.
Porto 768,0	4,5	N. fr.	Grupo
Coimbra 768,0	— 1,4	N.E. fr.	Longo
Castelo Branco 767,8	1,5	N.W. fr.	Longo
Beja 767,8	1,6	Calma	Longo
Faro 767,9	4,5	N. fr.	Longo

Lisboa Temperatura maxima 8,8
Temperatura minima 3,4
Estado do mar Porto ligeiramente agitado.

As alturas barométricas são correctas e reduzidas ao nível do mar.
Observações de infante D. Luiz ao O. Director, Prof. dr. de Sá.

BOLETIM METEOROLÓGICO

SYNOPSIS DE OBSERVAÇÕES DE PARIS

Em 28 de dezembro. O barómetro sobre o Atlântico sul de D. de Inglaterra, e no gulf de Gascanha. A barometria de Medocianos afasta-se para E.

Trova prevail em Lisboa no dia 28 de dezembro.

Vento leve e moderado variavel.

Abriam hoje termo de carga os seguintes navios:

Para Gibraltar vapor inglez Figer. — Para Salhaud brigue noruegues Svanesen — Para Setúbal barca norueguesa Nor.

O rendimento da alfandega grande de Lisboa foi:

até ao dia 27 439-308.6748

no dia 28 12-398.1194

471:703.9942

O rei da Baviera apresenta-se tambem como pretendente à soberania do Schleswig-Holstein. São sete ou oito agora os principes que aspiram à possessão dos ducados cedidos pela Dinamarca à Austria e à Prussia.

Vão amanhã à assignatura os decretos de collocação e promoção dos empregados de novo quadro das alfandegas do reino. Que de esperanças perdidas, que de illusões defleitas para alguns, e que de alegrias para muitos!

Eis a nota do movimento de navios no porto de Lisboa no dia 28.

Entraram: — Vapor paquete inglez *Arctico* de Genova em 30 dias, de Lorient em 19, de Nápoles em 14, de Messina em 10, de Palermo em 8, e de Gibraltar em 36 horas. Traz carga e passageiros.

Vapor paquete portuguez *Maria Pia* das ilhas do Fayal, S. Jorge e S. Miguel.

Hiate portuguez *Sousa*, do Porto. Galeota hollandesa *Zorantien*, de Amsterdam.

Brigue sueco *Fray*, de Cardiff, com carvão.

Vapor paquete francez *Guine* de Bordeaux.

Svidos: — Cabique portuguez *Neco* viajante para Távira.

Hiate portuguez *Flor de Ovar* para a ilha da Madeira, e Desertera.

Brigue inglez *Edgworth*, para Londres em Lastro.

Vapor paquete inglez *Genoa* para Gibraltar.

Cabique portuguez *Marianico*, para Távira.

Hiate portuguez *Nova Esperança*, para Setúbal.

Hiate portuguez *Santa Rita* para a ilha da Nova de Formosa e Sines.

O ultimo numero do *Progresso*, jornal de Lisboa, appareceu tardado do negro: é que commeteram a perda do seu director—gerente, o sr. Chaves, E menos um jornalista distincto.

ANNUNCIOS

OBRAS DO PADRE ANTONIO VIEIRA

Sermões, cada um dos 15 vol. 600 rs.
Cartas 1 vol. 1600 rs. — Obras inéditas 3 vol. 1000 rs. — Obras varias 2 vol. 600 rs. — *Arte de furta* 1 vol. 400 rs. — *Mistério do futuro* 1 vol. 300 rs. — *Vida do nocturno* com retrato 1 vol. 600 rs.

OBRAS DE JULIO CESAR MACHADO

Contos de luar 1 vol. 500 rs. — *Recordações de Paris e Londres* 1 vol. 500 rs. — *Mistérios para gente moça* 1 vol. 300 rs. — *Ecceus da minha terra* 1 vol. 300 rs. — *Poesias e panfletos* 1 vol. 300 rs. — *Amor às céas* comedia n'um acto, 160 rs.

QUADROS D'ALMA

OT A MULHER ATRAVES DOS SEculos
Um volume altamente impresso 800 rs.

A freira enterrada em vida

ou o convento de S. Pincho
Romance historico de D. Garel Sanchez del Pinar, 3 vol. edição attida 1300 rs.

Usurpação realeza e restauração

DE PORTUGAL

por Pinto Ribeiro, 300 rs.

Maravilhas do genio do homem

descobrimientos e invenções descripções historicas divertidas e instructivas sobre a origem

e estado actual dos descobrimientos e invenções mais celebres per Amédée de Bass, versão portuguesa de Mathews Luiz Coelho de Magalhães, annotada por Innocencio Francisco da Silva, 2 vol. so formato charpentier, 1300 rs.

A verdade do christianismo, e sua influencia, 200 rs.

Quadros alphabeticos, para as suptas pelo Methodo Portuguez-Castelha, 4.ª edição com 43 quadros coloridos, 1000 rs.

DILIGENCIA

DO

SOBRAL Á ALHANDRA

Sahe do Sobral á 1 1/2 horas da tarde, e volta da Alhandra ás 8 1/2 horas da manhã. Todos os dias. Vendem-se os bilhetes em Lisboa na rua dos Fanqueiros n.º 235, e no Sobral na loja do sr. Borges.

Todas estas obras se acham a venda na Typographia da Guarda dos Tribunales, rua dos Fanqueiros 235, e nas lojas do costume. — Na Porto em casa do sr. Paulo da Silva, rua da Almeida, 124, em Coimbra na do sr. José de Aguiar, rua das Corras, em Lamego na do sr. José Cardoso, rua de S. Francisco, em Leiria na do sr. José Pereira Carado, em Elvas na do sr. Joaquim Antonio Lopes, e em todas as lojas de livros das principais terras do reino.

O cavalheiro de casa vermelha.

POR ALEXANDRE DUMAS

Reimpresão de este famoso romance, o mais notavel e estimado de todos que tem produzido a pena fecunda do grande escriptor.
É um volume romputo in-4.º, contendo a materia de 4 volumes in-8.º regular, e adornado com 48 gravuras lindas à parte.

Vende-se na Typographia Universal, e nas lojas do costume. Preço 800 rs.

Um duplino como ha muitos.

— Seca comica. Vende-se nas lojas do costume, e na Typographia Universal. Preço 50 rs.

Caricaturas à penna

OBRA CRITICA ADORNADA COM O RETRATO DO AUCTOR

Vende-se nas lojas do costume, e na Typographia Universal, rua dos Caballeros, 110. — Preço 300 rs.

Novo codigo do amor, livrinho economico e indispensavel para os que namoram até para os que hão de namorar e divertida para os que namoraram, 200 rs.

ROBERTO FREIRE DE ANDRADE

Armazem e deposito de geographias nacionaes e estrangeiras
50 — Travessa de S. Domingos — 52

Typ. Universal, rua dos Caballeros, 110

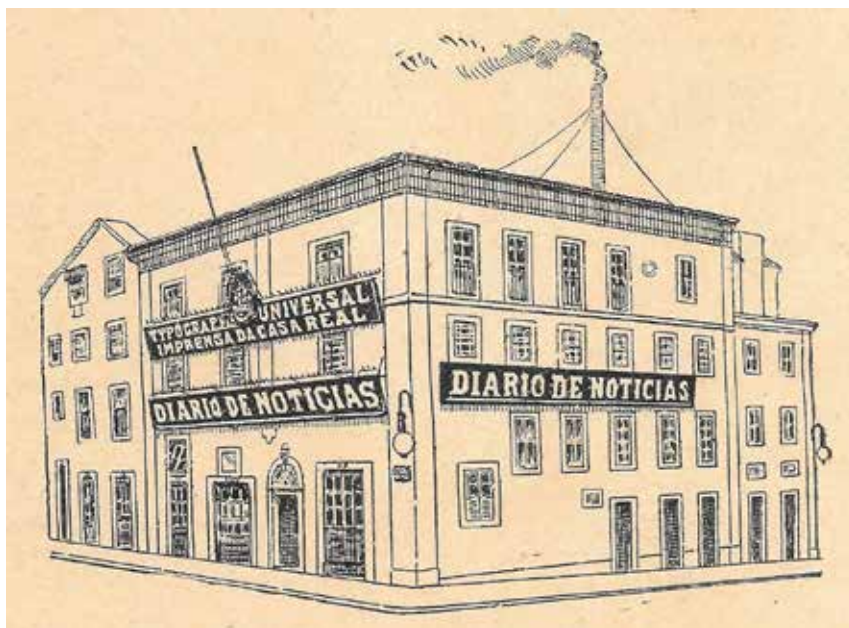


Figura 56
A sede do *Diário de Notícias*, em desenho e fotografia. Fonte: Cunha, 1914.

Para lançar o *Diário de Notícias*, Eduardo Coelho aliou-se, inteligentemente, a um empresário do setor da tipografia, Tomás Quintino, dono da Tipografia Universal, onde o DN foi impresso durante vários anos e onde já era publicado outro diário noticioso, ainda que de fraca solidez — o *Jornal de Lisboa* (1864-1867).

O DN iniciou a sua publicação regular no início de 1865, embora o seu número programa date de 29 de dezembro do ano anterior. Por este motivo, considera-se 1864 como o ano da fundação do jornal, embora, em boa verdade, fosse mais correto considerar-se 1865.

O número programa do *Diário de Notícias* mostrava já um jornal diferente dos restantes jornais portugueses de então, nos conteúdos (predominantemente noticiosos e generalistas), no estilo (claro, conciso, preciso e simples), na forma (paginação a quatro colunas e, depois, a sete e dez colunas, à medida que também aumentava a dimensão das páginas), na dimensão (sensivelmente semelhante aos atuais tabloides, evoluindo, depois, para o *broad-sheet*) e ainda no preço (dez réis por exemplar, menor quando vendido por assinatura). Esta renovada e contemporânea perspetiva do jornalismo noticioso e informativo, generalista, que se propunha ser neutro, ético (separando o público do privado), independente e o mais verdadeiro possível (consciência dos limites), dirigido a toda a população, encarado, essencialmente, como negócio, era, de resto, clara aos olhos dos investidores no projeto, que, na primeira página do primeiro número, anunciavam “Ao Público”:

O *Diário de Notícias* – o seu título o está dizendo – será uma compilação cuidadosa de todas as notícias do dia, de todos os países, e de todas as especialidades, um noticiário universal. Em estilo fácil, e com a maior concisão, informará o leitor de todas as ocorrências interessantes, assim de Portugal como das demais nações, reproduzindo à última hora todas as novidades políticas, científicas, artísticas, literárias, comerciais, industriais, agrícolas, criminais e estatísticas, etc. Eliminando o artigo de fundo, não discute política, nem sustenta polémica. Regista com a possível verdade todos os acontecimentos, deixando ao leitor, quaisquer que sejam os seus princípios e opiniões, o comentá-los a seu sabor. Escrito em linguagem decente e urbana, as suas colunas são absolutamente vedadas à exposição dos atos da vida particular dos cidadãos, às injúrias, às alusões desonestas e reconvenções insidiosas. É pois um jornal de todos e para todos – para pobres e ricos de ambos os sexos e de todas as condições, classes e partidos.

Todos os países ilustrados possuem publicações deste género, e nomeadamente a Inglaterra, a França, a Bélgica, e ainda a nossa vizinha Espanha, publicações que têm atraído considerável número de simpatias, leitores e subscritores.

A ideia não é pois original nossa, senão imitada ou traduzida, como melhor quizerem, para preencher uma notável lacuna do nosso jornalismo. E os meios de publicação que a empresa do *Diário de Notícias* adota, embora pareçam singulares, são também uma cópia fiel do que se usa nesses países onde se compreendem e exploram todos os meios de publicidade.

Eliminando o artigo de fundo, que definia o posicionamento político de um jornal; não sustentando polémicas nem discutindo política; eliminando a linguagem quente e, por vezes, ofensiva, suscitada pelas paixões políticas, em favor de uma atitude neutral, cordata, urbana, contida e politicamente independente; procurando registar os acontecimentos factualmente e “com a possível verdade”; oferecendo, com concisão, informações e notícias sobre os quais todos podiam tecer opiniões, em vez de (raramente...) disponibilizar teorias e opiniões prontas a consumir, o *Diário de Notícias* tinha encontrado a fórmula certa para se fincar com sólidas raízes na paisagem jornalística portuguesa, contribuindo, ademais, para a sua modernização. Alfredo da Cunha (1891, p. 56), no final do século XIX, já reconhecia no programa do DN uma intenção revolucionária para o jornalismo português, a exemplo do que tinha sucedido em França com a aparição de *La Presse*, de Girardin:

Este programa, simples como agora parece, importava, contudo, por si só, uma completa renovação de princípios na imprensa portuguesa.

Estávamos, na verdade (...), pouco mais adiantados do que se estava em França, no tempo da Restauração, no tempo do jornalismo essencialmente doutrinário, em que eram tão grandes os artigos como pequenas eram as tiragens. Porque ainda efetivamente não havia chegado Girardin, o grande revolucionário da imprensa francesa, e com ele o período em que a literatura e as notícias deviam começar a preponderar nos periódicos, cedendo a política, a pouco e pouco, o passo à reportagem e à crónica.

O número programa, por exemplo, alinhava-se da seguinte maneira (cf. **figura 55**):

1. Cabeçalho com o título e restantes informações expectáveis: data, preços de venda e assinatura, preços dos anúncios (10 réis a linha) indicação do proprietário e do redator principal;
2. Secção de Expediente, na qual se indicava que o jornal recebia “informações verbais ou escritas” que pudessem “interessar ao público em geral”, cabendo aos informadores assegurarem “a verdade” das mesmas;
3. Texto de apresentação, “Ao público”;
4. Notícia breve, de duas linhas, segundo a qual Família Real passava bem;
5. Informações sobre o dia 29 de dezembro e sobre o santo do dia, cuja biografia é referida;

6. Dezenas de notícias sucessivas, tematicamente diversas, de Portugal e do estrangeiro, dispostas ao longo das colunas verticais e separadas por filetes horizontais, até à quarta e última página, incluindo várias notícias de *fait divers* e *interesse humano*¹²³;
7. Boletim meteorológico;
8. Notícia da receção de carga para os navios;
9. Mais notícias breves;
10. Movimentos de navios no porto de Lisboa;
11. Notícia do falecimento do diretor-gerente do *Progreso* de León, com que encerra a parte informativa desse número do diário;
12. Secção de anúncios, em rodapé, na última página (tratando-se do número programa, muito reduzida). O anúncio em destaque referia-se aos horários da diligência de Sobral de Monte Agraço a Alhandra (e volta).

Que notícias publicava o DN? Notícias sobre um variadíssimo número de acontecimentos (e até de não-acontecimentos) do quotidiano de *todos* os portugueses, particularmente dos lisboetas, e também notícias internacionais, abarcando a política e a economia, como era hábito da época, mas igualmente o crime, a sociedade, a vida cultural, etc.

As notícias no DN sucediam-se umas às outras, sem grandes preocupações de ordem ou hierarquia. A primeira notícia do número-programa de 1864 dizia respeito à chefia do Estado:

123 Leia-se, por exemplo, esta notícia, em estilo dialógico e enquadrando o facto, com alguma ironia, como “ofensa à moralidade”:
 Grande ofensa à moralidade.
 — Céus? Que foi, Sr. redator? Algum atentado contra a virgindade de alguma solteirona?
 — Vade retro! Nem tanto.
 — Alguma igreja assaltada?
 — Nada. Repousam em paz os templos.
 — Algum segredo de família revelado?
 — Não senhor. Não tomámos conhecimento desses casos horrorosos.
 — Já sei, um jornalista atacado.
 — Os jornalistas, agora, usam estoque. Foi pior do que isso. Foi um rapto.
 — Um rapto? De uma velha?
 — Não senhor. De uma virgem. Uma formosa menina... de pasta que servia de amostra de modas na loja de uma creditado capitalista, e que foi raptada por um marinheiro.
 — Horror! E o criminoso foi capturado?
 — Sim senhor. Pelo tutor da jovem. E ela reposta no seu lugar pura e intacta como saiu da fábrica. (*Diário de Notícias*, número programa, 29 de dezembro de 1864, p. 4).

“Suas Majestades e Altezas passam sem novidade em suas importantes saúdes”. Um não-acontecimento, portanto. Nesta notícia, que se resume a um parágrafo-*lead* (como muitas outras), evidencia-se a mais-valia noticiosa que constitui a referência a pessoas da elite.

A intenção noticiosa do DN evidenciava-se, também, em várias outras notícias, algumas de conteúdo administrativo e social, outras de conteúdo económico (é de notar os floreios na linguagem e a polidez com que se tratavam as pessoas, gentilezas perdidas historicamente em favor da noção da “verdade nua e crua dos factos”), mas todas breves e escritas numa linguagem acessível, onde é notória a noção de *lead*. Em algumas delas, dão-se pistas para entender o fluxo nacional e internacional de notícias, como naquelas em que se indicia a consulta da folha oficial e de jornais estrangeiros (citados), o que revela iniciativa dos jornalistas; noutras, repara-se na iniciativa de fontes interessadas, embora, para o caso, não oficiais, que procuram usar o jornal em seu benefício (por exemplo, a queixa de um leitor relativa ao lixo acumulado); e noutras ainda, constata-se a iniciativa de colaboradores do próprio jornal. É interessante observar, igualmente, que em algumas dessas notícias se notam vestígios do género epistolar, que constitui um dos alicerces do género noticioso, como acontece, por exemplo, quando o jornal interpela, diretamente, os protagonistas das notícias, para os elogiar, desejar melhoras, etc. Finalmente, é de registar que, mesmo noticioso, o jornal não se coíbe de fazer “intervenção social”, como quando apela à resolução de problemas por parte das autoridades. Vejam-se, então, os seguintes exemplos de notícias, extraídas de vários números do DN (1864-1867):

Em a noite de 16 do corrente [Dezembro de 1864], diz o periódico *Franche-Comté*, deu-se, junto a Vercel, uma tentativa de assassinio, acompanhada de roubo: Filippe Jeanner, antigo magistrado de Ecourotte, agente geral da companhia de seguros, a *França*, que como portador de uns 5 a 6 000 francos (12000\$000 réis) se dirigia a Vercel, foi assaltado, no bosque de Chamois, por três indivíduos de feia catadura, os quais, arrojando-o ao chão, lhe comprimiram fortemente as goelas e o despojaram de tudo que consigo levava. Chegado a Vercel, Jeanner referiu o caso à justiça e esta não colheu ainda, que o saibamos, resultado algum das suas pesquisas. (*Diário de Notícias*, 29 de dezembro de 1864)

A *Mocidade de Mirabeau*, delicada produção do ilustre autor dramático francês o sr. Aylie Langié, que tão aplaudida tem sido no teatro do Vaudeville, de Paris, acaba de ser representada com brilhante êxito no teatro Scribe, de Turim. À segunda representação, diz a *Italia*, assistiu a melhor sociedade daquela capital. Os artistas foram muito vitoriosos. (*Diário de Notícias*, 29 de dezembro de 1864)

Queixa-se um morador da rua do Mirante que num canto dela se junta toda a imundice resultante do despejo de um beco próximo, exalando miasmas tão asfiantes que é impossível passar por ali sem sofrer náuseas horríveis. Prevenimos disto a autoridade respectiva. (*Diário de Notícias*, 10 de julho de 1867)

A Ex.^{ma} Sr.^a D. comendadeira do real mosteiro de Nossa Senhora da Encarnação, da ordem militar de S. Bento de Aviz, que se achava gravemente enferma, está já convalescente, e começa a experimentar progressivas melhoras. Fazemos votos pelo completo restabelecimento de S. Ex.^a. (*Diário de Notícias*, 29 de dezembro de 1864)

Contém hoje a folha oficial alguns decretos de nomeação de empregados das alfândegas. O Sr. Conselheiro Palmeiro Pinto é promovido ao lugar de inspetor das alfândegas e encarregado de continuar a direção da alfândega grande. O Sr. Barão de Vila Cova é promovido ao lugar de inspetor das alfândegas e encarregado de continuar a dirigir a alfândega municipal.

O Sr. José Cândido d'Assumpção, cavalheiro muito ilustrado, foi promovido ao lugar de contador geral da contadoria da Junta do Crédito Público com um decreto muito honroso.

Chegou ao Porto, vindo de Baião, o Sr. general Lobo d'Ávila, irmão do Sr. ministro da Fazenda, e do qual a imprensa tem-se ocupado ultimamente.

A cultura do algodão na Itália aumenta e desenvolve-se a olhos vistos. No ano de 1863 elevou-se a sua receita à enorme cifra de 10 800 contos de reis e a produção da colheita de 1864 calcula-se em 27 mil contos de reis.

Acaba de organizar-se, em Lisboa, uma comissão mista de cavalheiros portugueses e espanhóis para promover os meios de acudir às vítimas da grande inundação que há pouco houve na cidade de Valência (Espanha).

Apesar da ambição noticiosa, também se nota no DN, na tradição do enciclopedismo iluminista e dos almanaques, a vontade de prover à “instrução pública”, mesmo que por detrás estivessem, também, intenções de entretenimento, para cativar o público, incluindo as mulheres. Note-se, por exemplo, o seguinte texto (que, no jornal, aparecia misturado com as notícias), extraído logo do número programa do DN, no qual se evoca, enciclopedicamente, a vida de São Tomás, devido à celebração da sua morte (celebração essa que serve de *cabide* e *pretexto* para a matéria em causa):

S. Tomás, arcebispo de Cantuária, nasceu em Londres. Foram seus pais Gilberto Belret e Mathilde, pessoas distintas por virtude e sangue. Mais por vontade própria, do que por conselhos de outrem, se fez familiar de Teobaldo, arcebispo de Cantuária, em cuja privança tanta consideração mereceu, que por suas mãos corriam os negócios mais importantes da cúria arcepiscopal. Elevado ao trono de Inglaterra o duque da Normandia e Aquitânia, Henrique, o arcebispo o propôs para chanceler do rei, lugar que desempenhou tanto a contento que por morte de Teobaldo, e sob proposta régia, foi eleito arcebispo de Cantuária. Nimamente empenhado na defesa das imunidades da Igreja, houve de sofrer o ódio dos grandes da hierarquia tanto eclesiástica como civil. (...) Resiste o prelado, até que um dia – foi a 29 de dezembro de 1174, há 690 anos – é procurado por quatro cavaleiros, os quais sendo expulsos do paço, invadem a Igreja onde o arcebispo se refugiara e aí o assassinam cortando-lhe a cabeça. A Igreja comemora hoje o martírio do santo prelado que em vida tanto se distinguiu na prática das virtudes cristãs. (*Diário de Notícias*, 29 de dezembro de 1864)

Apresentando, na realidade, uma proposta de jornalismo com interesse interclassista, sendo assinado e lido pela Família Real mas também pelo povo comum, o sucesso do DN foi enorme, tanto assim que, com uma tiragem inicial de cinco mil exemplares, passados cinco anos já tirava 17 mil, cerca de um terço dos 50 mil exemplares de jornais que todos os dias saíam para a rua em Lisboa (Cunha, 1891, pp. 57-58). Em 1885, tirava já 26 mil exemplares diários e apresentava-se perante o público com mais conteúdos (aumento dos números de letras e linhas) e mais anúncios (Cunha, 1891, pp. 57-58).

O aumento da tiragem e, portanto, da circulação, gerou, também, mais anúncios. Estes, por sua vez, trouxeram mais proventos e mais leitores, numa espécie de *círculo venturoso*. A empresa do *Diário de Notícias* tornou-se sólida e próspera. Consequentemente, tanto despertou invejas e críticas como inspirou imitadores. Cunha (1891, pp. 56-57) reconhece, assim, que o *Diário de Notícias* não foi bem recebido por todos:

É certo que nem todos reconhecem nesta revolução um verdadeiro progresso, e que, bem ao contrário, muitos lhe atribuem o que vulgarmente se chama “a crescente decadência do jornalismo”; mas não é menos certo também (...) que outros filiam essa mesma decadência, por um lado, na exploração da imprensa pelo desenfreado *affarismo* da política e da finança, que a escravizam a interesses pessoais, nem sempre escrupulosos, e por outro, no desbocamento das polémicas jornalísticas (...).

É facto, porém, que do mesmo modo que no jornalismo político e de combate, em Portugal, se perpetuou um nome — António Rodrigues Sampaio — ligado a duas folhas notabilíssimas — *O Espetro* e a *Revolução de Setembro*; do mesmo modo que, no jornalismo literário, avulta a memória do escritor que entre nós o criou (...) — António Augusto Teixeira de Vasconcelos; assim também do jornalismo popular e noticioso, imparcial e morigerado, inofensivo na propaganda e incolor em política, há de ficar (...) um modelo (...) — o *Diário de Notícias* — e um nome — o de Eduardo Coelho (...).

Na verdade, algumas elites viam no jornalismo não uma forma de providenciar informação isenta e independente ao público nem um negócio legítimo, mas sim um veículo de *fazer política* e um *prolongamento dos partidos*. Ora, quando um jornal diferente chegava a todos e lhes roubava a audiência; quando esse jornal falava, com independência, do que lhes era inconveniente; quando ouvia todos por igual e não apenas um determinado partido; quando, mais do que emitir uma opinião sobre um tema, procurava apresentar as diversas posições que existiam sobre ele; quando se tornava, por vezes, uma voz pública, livre e autónoma dos partidos, que, procurando não ofender, mas arrogando-se o direito de representar os cidadãos fora do Parlamento, chamava a atenção para os problemas do povo e exigia a adoção de medidas¹²⁴, em editoriais¹²⁵ inseridos na rubrica “Assuntos do Dia” e não em artigos de fundo (o primeiro editorial surge em 10 de setembro de 1868, na rubrica “Assuntos do Dia”, com a assinatura do diretor, e manifesta-se contra a ideia de união ibérica¹²⁶), naturalmente essas elites fizeram sentir o seu ressentimento.

Efetivamente, o *Diário de Notícias*, revelava-se, por vezes, incómodo. Apesar de independente e genericamente noticioso, também procurava, pontualmente, influenciar as políticas governamentais, arvorando-se em “voz dos governados”, de *todos os governados*, tal como aconteceu com a generalidade da imprensa do final de Oitocentos e princípios de Novecentos¹²⁷, conforme foi exemplificado no exemplo, já citado, de editorial a favor do investimento na marinha de guerra e da reforma do Arsenal, publicado no número de 11 de janeiro de 1904.

124 Alfredo da Cunha (1891, p. 66), que foi diretor do DN, precisa que a neutralidade e a independência política reveladas pelo periódico não o impediam de se posicionar como voz pública “nas questões de princípios, de ordem pública ou de utilidade geral”. Dá os exemplos da defesa da liberdade individual e de imprensa; do respeito pela inviolabilidade das pessoas; da defesa da independência e autonomia do País; da defesa de obras e iniciativas de interesse público, etc.

125 A denominação já é empregue por Alfredo da Cunha (1891). Interessantemente, o autor também já usa a palavra *medium* para se referir a meio de comunicação (Cunha, 1891, pp. 103-104).

126 “É necessário acordar o patriotismo popular adormecido, para que o povo desperte os poderes públicos, porque cada dia parece mais evidente que a pátria corre perigo e que não só a cobiça de estranhos a ameaça e pretende usurpar, mas até alguns degenerados filhos buscam pô-la em almoeda.” A 13 de setembro de 1868, novo editorial contra a união ibérica: “Sigamos, pois os passos aos apóstolos, aos agentes, aos caudilhos do iberismo. E entretanto vamos preparando para as eventualidades. Se os poderes públicos dormirem, não dormirá o povo. *Não queremos ser ibéricos*, é o grito que anda nos lábios, no coração e na consciência dele”. E ainda, a 13 de fevereiro de 1869, reagindo a um decreto que validava os diplomas do ensino superior português em Espanha, escrevia-se, intervindo o jornal como voz pública: “Amizade franca e sincera, fraternidade íntima entre os dois povos da Península, cordiais relações internacionais, proteção mútua ao comércio, à indústria, às ciências e artes dos dois países, para promover conjuntamente a prosperidade de ambos, mas dois reis, dois governos, duas bandeiras, duas histórias, duas famílias, duas nacionalidades, duas autonomias distintas e separadas pela fronteira do direito.”

127 O político progressista e jornalista António Cabral (1949, p.39) conta, por exemplo, que o diretor e proprietário de *O Primeiro de Janeiro*, Gaspar Ferreira Baltar, recomendava constantemente aos articulistas que afirmassem sempre que “nós nascemos do povo, viemos do povo, somos pelo povo [e] (...) vivemos para o povo”.

A política fugia, assim, cada vez mais, ao espaço “racional” das instituições políticas criadas pelos estados liberais, em especial do Parlamento, para se instalar na imprensa, transfigurada em novo espaço público. Consequentemente, ao mesmo tempo que a “Nação” se convertia em objeto discursivo, a integração de mais cidadãos, menos cultos, no espaço público e, portanto, nas discussões políticas, devido à força da imprensa, foi prejudicando a coerência e elevação do discurso político (Habermas, 1984).

Face a esse cenário, as elites clamaram, então, conforme muito bem dá conta Alfredo da Cunha (1891, p. 56), contra a “decadência do jornalismo” que o DN protagonizaria, ao prestar atenção ao crime, a trivialidades sociais e a outros assuntos do quotidiano das pessoas e ao encarar a notícia como mercadoria e o jornalismo como negócio, afastando-se do temário da alta política e da alta finança, mais próprio dos jornais doutrinários consumidos pelas elites.

De qualquer modo, face ao triunfo do modelo do *Diário de Notícias*, lembra Alfredo da Cunha (1891, p. 59), logo um mês e meio depois da fundação deste periódico um jornal de Lisboa adotava o subtítulo de *Jornal de Notícias* e procurava imitar o DN. E isso não foi o pior:

Simultaneamente, propalavam-se contra o *Diário* falsidades de toda a ordem (...) e a perseguição chegou a ponto de se pensar em constituir uma liga de todas as administrações dos principais periódicos de Lisboa, com o fim de publicarem uma folha igual ao *Diário de Notícias*, destinada a distribuição gratuita e cujo fim seria aniquilá-lo de vez. Malogrou-se o plano, denunciado pelo correspondente em Lisboa do *Diário Mercantil* do Porto (...), legitimamente classificado de “injusta falta de camaradagem”.

Em 27 de Março de 1866, a empresa preveniu os seus leitores do aparecimento de uma folha (*As Notícias*) “da mesma índole e de título que, pela semelhança, parecia escolhido para se confundir com o do *Diário*, e no dia seguinte noticiava que não só diversas pessoas haviam sido enganadas, mas até lhe haviam faltado vendedores, que a empresa do outro periódico conseguira assalar, para irem dar morras ao *Diário de Notícias* em frente das janelas dos escritórios. (Cunha, 1891, p. 60).

Apesar de tudo, era a questão do noticiário que mais irritava as elites, habituadas à polémica destemperada ou, pelo contrário, à séria gravidade do jornalismo doutrinário, que pouca atenção prestava a temas fora da política, da finança e das relações internacionais. Assim, por exemplo, o DN, no seu número 92, anunciava:

Sendo às vezes em extremo doloroso para alguns cidadãos o verem os seus nomes reproduzidos por extenso em notícias de casos policiais, resultado muitas vezes de incidentes inevitáveis, a redação do *Diário de Notícias* resolveu, de agora em diante, pôr apenas as iniciais dos indivíduos que

figurarem em casos de mínima importância, e nisto introduz no jornalismo português mais um ilustrado uso seguido há muito pelas principais folhas estrangeiras. A publicação era muitas vezes estímulo e corretivo, mas outras dava um resultado muito diverso e precário.

Uns “condenaram a inovação, “com o argumento de que “dizia de menos”, enquanto outros atacaram o *Diário* com “fundamento na publicidade que dava aos factos, que entendiam não dever chegar, por tal via, ao conhecimento do público” (Cunha, 1891, p. 91).

Em sua defesa, o *Diário de Notícias* respondia da seguinte maneira aos que o acusavam de dar informação a menos:

Conhecemos uma folha barata que foi muito agredida por ter adotado o sistema de designar apenas por iniciais, como se faz nas folhas estrangeiras, os operários e pessoas do povo presos por insignificantes delitos, a fim de não ficarem prejudicados (...). Chamaram por isso à tal folha uma folha que defende os *malandros* porque para certas pessoas (...) um pobre é (...) um homem de maus costumes. (*cit. in* Cunha, 1891, pp. 91-92)

Por outro lado, aos que o acusavam de dar informação a mais, o DN recordava:

Nos Estados Unidos, na Inglaterra, em França, na Itália e até na Alemanha, os jornais fazem registo diário, e muitas vezes aparatoso, de todos os crimes (...). A publicidade, disse um pensador, é o juiz (...) de todos os erros e crimes, de todas as ideias falsas e de todas as ações condenáveis. (...) Esconder as podridões, os vícios e as infâmias não é remediá-las. (...) A publicidade é a verdade, a luz e a instrução. (...) Thévenard escreveu (...): “um dia virá em que a publicidade será o único e o mais cruel castigo das más ações e das más doutrinas. (*cit. in* Cunha, 1891, p. 92)

Outra novidade introduzida pelo DN em Portugal foi a implementação de um sistema organizado de recolha de informações para o noticiário, por meio de uma rede de informadores que se estendia a vários correspondentes espalhados pelo País. Contemporâneo do telégrafo, das agências noticiosas, dos caminhos-de-ferro, o DN, efetivamente, chegava a todo o lado e de todo o lado lhe enviavam informações (tinha correspondentes em várias cidades portuguesas, no Brasil e em Espanha), o que não obstava a que também manifestasse iniciativa ao fabricar informação nova de produção própria. É ainda de realçar que a introdução da reportagem no jornalismo diário português muito deve ao *Diário de Notícias* (as primeiras foram sobre incêndios). O jornal chegou a enviar Eça de Queirós para cobrir a abertura do canal de Suez, em 1869. As crónicas-reportagem que Eça de Queirós enviou também ajudaram a popularizar o jornal.

Os folhetins também cedo fizeram a sua aparição no DN. Em 1867, por exemplo, teve grande sucesso o folhetim *A Bruxa do Vale*, de Jaime Moniz. Mas o mais importante e mais-bem sucedido folhetim do DN, que muito contribuiu para a popularização do jornal, foi

O Mistério da Estrada de Sintra, da autoria de Eça de Queirós e Ramalho Ortigão, publicado entre 24 de julho e 27 de setembro de 1870, sob a forma de cartas anónimas. *O Mistério da Estrada de Sintra*, primeiro romance policial da literatura portuguesa, teve um sucesso extraordinário.

Também contribuíram para o sucesso do jornal a introdução de rubricas de entretenimento e ilustração e de moda e assuntos femininos. O DN ia conquistando todos os públicos, incluindo as mulheres e os jovens, ao contrário do que sucedia com a imprensa doutrinária, que quase somente suscitava o interesse da elite masculina politizada.

5.4 As repercussões do *Diário de Notícias* e as transformações no jornalismo português

Quais foram, enfim, o significado e o efeito do *Diário de Notícias* na evolução da imprensa portuguesa?

Em primeiro lugar, o DN demonstrou que os leitores de jornais, eventualmente cansados e saturados da onnipresença da controvérsia política na imprensa, estavam ávidos de informação noticiosa factual, diversa, politicamente independente e imparcial.

Em segundo lugar, demonstrou, igualmente, que a imprensa popular, noticiosa, politicamente independente e imparcial, de baixo preço, aberta à publicação de anúncios e difusão massiva, podia ser um negócio lucrativo. Após a chegada do *Diário de Notícias*, a imprensa doutrinária e combativa, partidária, continuou a ter um lugar relevante no campo jornalístico português. Isso deveu-se, numa primeira fase, ao rotativismo dos principais partidos no Governo (os jornais da Oposição, que queria ser Governo, combatiam os jornais do partido de Governo e vice-versa); e numa segunda fase à agitação política detonada pelo Ultimato Inglês de 1890 e pelos republicanos. No entanto, é igualmente certo afirmar que mesmo os periódicos políticos de partido tiveram de mudar para darem atenção crescente ao noticiário, à captação de publicidade, tornada fonte fundamental de receitas para um jornal, e à sua organização como empresa.

O próprio Eduardo Coelho foi noticiarista do diário *Revolução de Setembro*, jornal paradigmático entre os jornais de partido. Durante algum tempo, chegou mesmo a acumular esse cargo com o de diretor do *Diário de Notícias*. Se antes da chegada do DN ao mercado já se adivinhava, portanto, um movimento para os jornais de partido abandonarem a retórica política oca em favor da notícia, mesmo quando comentada, após a chegada do DN essa tendência acentuou-se. Por mão da iniciativa privada Portugal viu, assim, transfigurar-se o cenário jornalístico. Inaugurou-se, em Portugal, a fase do jornalismo industrial, do jornal organizado empresarialmente, concebido para dar lucro, mas sem abdicar do papel fundamental de informar o público e de contribuir para a formação de correntes de opinião pública

fora da esfera dos partidos políticos e dos debates parlamentares. A imprensa podia, enfim, ser encarada como um negócio, como uma indústria semelhante às demais. Esse modelo foi a matriz para os tempos vindouros. Estava aberto o caminho para a imprensa jornalística se transformar — também em Portugal — numa *fábrica de notícias*.

Efetivamente, após a aparição do *Diário de Notícias*, a intenção comercial (o jornalismo voltado para o *negócio* e não para a política) e a ambição informativa da imprensa alastraram-se. O público estava ávido de notícias relevantes e interessantes, como prova a fundação de vários jornais dentro da mesma linha editorial noticiosa, como o *Diário Popular*, em Lisboa (1866), e um *Jornal de Notícias*¹²⁸, no Porto (1865-1866), relançado no ano seguinte, com idêntico título¹²⁹.

Alguns periódicos “de partido” também se reconverteram por influência do sucesso do DN e do relativo insucesso que, em comparação, tinha a imprensa política partidária. Por exemplo, *O Primeiro de Janeiro*, fundado em 1869, nasceu como órgão simultaneamente político e noticioso, mas evoluiu para um diário generalista comercial e, já no século XX, tornou-se o grande jornal de referência do Norte do país. O título desse diário evoca a Revolta da Janeirinha, no Porto (1 de janeiro de 1868), contra o imposto de consumo decretado pelo Governo.

Outro caso sintomático é o do jornal republicano *O Século* (1880-1977), que veio a ser o principal competidor do *Diário de Notícias*, em Lisboa. No século XX, tornou-se mesmo o jornal mais lido do país, com uma tiragem diária de 80 mil exemplares, suplantando o paradigmático *Diário de Notícias*, que se ficava pelos 70 mil (Carvalho, Cardoso e Figueiredo, 2005, p. 22).

Surgido como um diário republicano, política e partidariamente combativo, apoiante do Partido Republicano Português, *O Século* esbateu, efetivamente, esta linha editorial e transformou-se num periódico apartidário e informativo, organizado empresarialmente, aberto à publicação lucrativa de anúncios publicitários.

O espaço dado à informação noticiosa contribuiu, certamente, para o sucesso de *O Século*. Mas o grafismo inovador, o lançamento de edições ilustradas (como os números especiais ilustrados de oito páginas publicados aos domingos), a promoção de concursos e a edição de folhetins foram, igualmente, fundamentais para assegurar a competitividade e projeção do jornal (Tengarrinha, 1989, p. 237).

No Porto, o *Jornal de Notícias*, fundado como um diário político-partidário em 1888, também reconverteu a sua linha editorial, tornando-se um jornal generalista, popular e próximo das gentes da cidade e do Norte, cujos interesses sempre defendeu. O JN é o único diário histórico portuense que sobreviveu ao tempo.

128 Fundado por António Augusto Leal e Manuel Lourenço Rodrigues de Miranda.

129 Este segundo *Jornal de Notícias* ainda não é o *Jornal de Notícias* que subsiste até hoje. Trata-se de um *Jornal de Notícias* fundado por António Augusto Leal que desapareceu em 1869, ano em que se funde com *O Primeiro de Janeiro*. Em 1870, reaparece fugazmente, na sequência da saída de António Augusto Leal de *O Primeiro de Janeiro*.

O sucesso dos jornais noticiosos generalistas “industriais” obrigou, igualmente, alguma imprensa especializada em economia a adaptar-se à nova situação, reorientando a sua linha editorial. O *Comércio do Porto*, que tinha nascido, em 1854, essencialmente para veiculação de informação comercial e industrial, abriu-se a novos conteúdos noticiosos, transformando-se, gradualmente, num jornal de informação geral, que só sucumbiu em 2005. Também o lisboeta *Jornal do Comércio*, surgido em 1853, adquiriu, com o tempo, um perfil generalista.

O *Diário de Notícias* é, pois, o primeiro exemplo português de um jornal popular noticioso, direcionado para toda a sociedade, com meios técnicos (tipografias próprias equipadas com rotativas¹³⁰ a vapor) e financeiros que propiciavam grandes tiragens (à escala do Portugal de então), baixo preço por exemplar (custos sustentados pela publicidade), linguagem clara e acessível, que, normalmente, não discutia nem polemizava, que não seguia qualquer linha política definida, antes procurava, principalmente, relatar factos importantes ou simplesmente interessantes, com a verdade e a objetividade possíveis e, por vezes, com sensação e *interesse humano* à mistura.

Com o advento da imprensa industrialmente organizada, que o DN simboliza em Portugal, o trabalho nas redações alterou-se substancialmente. As redações “artesaniais” de dois ou três elementos, onde políticos metamorfoseados em “jornalistas” escreviam, maioritariamente, artigos políticos, ou onde literatos exibiam a sua prosa, por vezes ardente, outras vezes fastidiosa, deram, gradualmente, lugar a redações com numerosos profissionais, nas quais o *repórter* adquiriu importância crescente em contraponto ao “escritor de jornal” e ao “político de jornal”. Como *noticiar* era a principal incumbência dos jornais empresarialmente organizados, as técnicas de redação, mesmo em Portugal, rapidamente foram contaminadas pela busca da factualidade, pela separação entre informação e opinião, pelo predomínio do objeto sobre os sujeitos que o enunciam (*objetividade*). Essa opção editorial foi incrementada quer pelo telégrafo, implantado, em Portugal, em 1856, que incitava à manutenção de um estilo factual, simples e sintético, quer pela atividade das agências noticiosas internacionais¹³¹ (predominando, em Portugal, a Havas), quer ainda pelo caminho-de-ferro, igualmente inaugurado, em Portugal, em 1856, que propiciava não apenas a rápida circulação de informações, mas também a distribuição dos jornais e revistas por todo o País.

A rápida expansão do jornalismo noticioso politicamente independente em Portugal, depois de 1864, originou, ainda, outras consequências, como sejam:

130 Disponível após 1865.

131 Havas, França, 1835, hoje agência France-Presse — AFP, a agência de notícias internacional mais influente em Portugal ao tempo; Wolff, Alemanha, 1849, hoje agência Deutsche Welle (DW); Reuters, Império Britânico, 1851; Associated Press (AP), Estados Unidos, 1846.

1. A rápida expansão do número de jornalistas (noticiaristas e repórteres) profissionais, de perfil técnico, apesar do mais elevado estatuto que continuavam a ter os jornalistas “eruditos”, literatos ou políticos (casos de Emídio Navarro, António Enes, Mariano de Carvalho, Barbosa Colen, Eduardo Noronha, Cunha e Costa, António Rodrigues Sampaio e José d’Alpoim) e do trunfo que, ontem como hoje, consistia a colaboração dos grandes nomes das Letras, Artes, Ciências e Humanidades num determinado jornal;
2. A divisão de trabalho nas redações e a fixação de uma hierarquia profissional (diretor; editor — co-responsável pelo conteúdo à luz da Lei de Liberdade de Imprensa; secretário de redação; redatores; repórteres; informadores);
3. A fixação do vocabulário específico e das competências e conhecimentos técnicos associados à profissão, o que origina frequentes apelos à formação própria – e até superior – dos jornalistas (ver, por exemplo: Aranha *et al.*, 1894);
4. A diferenciação entre o “estilo literário, erudito ou persuasivo” e o “estilo jornalístico”, apesar da grande consideração pública que tiveram publicistas e jornalistas formados na escola do jornalismo combativo e partidário oitocentista, como França Borges, Raul Proença, Brito Camacho, Trindade Coelho, João Chagas e outros;
5. A fundação de organizações de classe, como as associações de jornalistas de Lisboa e do Porto, que seriam o embrião do sindicalismo jornalístico¹³²;

132 De acordo com Alfredo da Cunha (1941b, p. 34), entre 1880 e 1924 os jornalistas fundaram onze organizações de classe. Foi em 1880, por ocasião das comemorações do tricentenário da morte de Camões, que pela primeira vez se constituiu uma associação de jornalistas em Portugal: a Associação dos Jornalistas e Escritores Portugueses. A denominação dessa associação indica a grande identificação entre os que se diziam jornalistas e os escritores. Bastante elitista, foi presidida por António Rodrigues Sampaio. Entre os fundadores contavam-se Ramalho Ortigão, Magalhães Lima, Pinheiro Chagas e Eduardo Coelho e a ela aderiram, posteriormente, muitos dos jornalistas de elite lisboenses, como Emídio Navarro, Mariano de Carvalho, Brito Aranha, Latino Coelho, Mendes Leal e outros. A Associação dos Jornalistas e Escritores Portugueses, apesar de uma tentativa de revitalização desencadeada por uma revisão estatutária, em janeiro de 1885, acabou por desaparecer com poucos projetos realizados e sem conseguir cativar jornalistas de fora de Lisboa (Cunha, 1941b).

Outras associações “de classe” foram formadas no final do século XIX, dando conta da progressiva consciencialização profissional dos jornalistas e da sua crescente identificação como grupo profissional autónomo. A Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto, por exemplo, foi fundada em 1882, por jornalistas, literatos e publicistas como Henrique Carlos de Miranda, João de Oliveira Ramos, Gaspar Borges de Avelar e outros, fundindo, mais uma vez, o espírito do jornalismo com o da literatura. Sem rumo definido entre a cultura e a representação “sindical” da classe, a Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto, embora ainda exista, acabou por se tornar, com o tempo, essencialmente um grémio mutualista e cultural, tendo publicado, durante anos, o jornal *Gazeta Literária*.

Dentro do mesmo espírito de confluência entre o jornalismo e a literatura, foi fundada a Associação dos Jornalistas de Lisboa, em 1896, por Alfredo da Cunha, Trindade Coelho e Lourenço Cayolla, a que se juntaram Magalhães Lima e Brito Aranha. Também de carácter elitista, a Associação dos Jornalistas de Lisboa chegou a enviar delegados

6. A mobilidade dos jornalistas entre os órgãos de comunicação social, para ascenderem profissionalmente, por motivos salariais ou ainda porque, num país pobre e analfabeto era comum os projetos jornalísticos ruírem com facilidade.

No entanto, o aumento do número de noticiaristas e a diminuição proporcional do número dos restantes colaboradores dos periódicos fez decair o prestígio da profissão de jornalista, crescentemente encarada como uma profissão técnica, apesar da mais-valia que para o jornalismo representou, ao longo de todo o século XIX, a colaboração de vários nomes ilustres das Letras e das Humanidades portuguesas com os jornais, como comentadores políticos, cronistas, ou mesmo autores de folhetins¹³³. Enquanto os altos vultos da cultura e da política portuguesa tinham por missão persuadir eruditamente o público ou então entretê-lo, adornando os periódicos com crónicas e folhetins, os noticiaristas tinham, como se referiu, atribuições essencialmente técnicas, nomeadamente elaborar notícias e reportagens sobre a vida quotidiana e traduzir notícias relevantes publicadas na imprensa estrangeira ou que chegavam pelas agências — nomeadamente pelos serviços da Havas em Portugal. Assim, enquanto os altos vultos da cultura e da política praticavam, normalmente, um estilo profundo e complexo, por vezes de difícil apreensão, ou até quando praticavam um estilo destemperado, os noticiaristas, pelo contrário, cada vez mais se assumiam como os “verdadeiros”

a vários congressos internacionais de jornalistas, que então se iam realizando um pouco por toda a Europa e nos Estados Unidos. Como coroa de glória, essa associação organizou, em 1898, um Congresso Internacional da Imprensa, em Lisboa, certame que reuniu 343 jornalistas de 18 países e no qual se debateram temas profissionais que ainda hoje teriam grande atualidade, como o ensino universitário do jornalismo, os direitos de propriedade intelectual, o direito (e a liberdade) de imprensa, a criação de carteiras de identidade dos jornalistas, etc. (Cunha, 1941b). Apesar desses pontos altos, as atividades da Associação dos Jornalistas de Lisboa decaíram e nem a remodelação dos estatutos, em fevereiro de 1907, nem a alteração da denominação para (segunda) Associação dos Jornalistas e Escritores Portugueses, constante nos novos estatutos, nem sequer a realização de um congresso de jornalistas, em 1909, a salvaram da extinção, provocada, em grande medida, pelo seu carácter elitista, já que, como afirma Alfredo da Cunha (1941b, pp. 24-25), “só intentava congregar (...) escritores tirocinados e categorizados, de reputação feita no meio literário português — a aristocracia da imprensa.”

Em 1897, por iniciativa dos jornalistas Alberto Bessa, José de Lemos, Vieira Correia e Ludgero Viana, foi fundada a Associação da Imprensa Portuguesa. Ao contrário das outras organizações de classe, das quais se tornou rival, admitia informadores e repórteres entre os seus membros. De acordo com Alfredo da Cunha (1941b), distinguiu-se pelo mutualismo, pela luta pela liberdade de imprensa e ainda pela organização de eventos.

Em 1905, foi fundada a Associação de Classe dos Trabalhadores da Imprensa de Lisboa, depois renomeada Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa, em 1921, no rescaldo da primeira greve dos jornalistas (e tipógrafos), organizada por esta associação. No alvorecer do Estado Novo, o Sindicato, obrigado pela nova legislação corporativa do regime, teve de encerrar as suas portas, para dar lugar ao Sindicato Nacional dos Jornalistas.

A Associação de Classe dos Trabalhadores da Imprensa de Lisboa não atraiu as elites jornalísticas, mas, nas palavras de Alfredo da Cunha (1941b), foi a entidade que mais se distinguiu no socorro mútuo, tendo no seu seio nascido aquela que se viria a tornar a Casa da Imprensa, associação mutualista que ainda hoje subsiste. Os textos do *Boletim* da Associação/Sindicato contribuíram, no dizer de Alfredo da Cunha (1941b), para explicitar quem se devia considerar profissional da imprensa, por motivos de atribuição de carteira de identidade, mas também discutiam outras questões relevantes para os jornalistas da altura, como o contrato de trabalho, as condições de exercício da profissão, as condições de subsistência dos jornalistas ativos e aposentados, a criação de uma escola de jornalismo, etc.

133 Entre os vultos da cultura portuguesa oitocentista que colaboraram com jornais contabilizam-se, por exemplo, Oliveira Martins, Eça de Queirós, Ramalho Ortigão, Alexandre Herculano e Almeida Garrett, entre muitos outros.

jornalistas, já uma espécie de classe profissional autónoma, com um conjunto de competências, conhecimentos e atribuições sociais específicas. Os noticiaristas consolidavam-se, consequentemente, como um corpo de redatores técnicos, capazes de procurar, selecionar, processar e difundir ágil, rápida e eficazmente informações úteis e socialmente relevantes, em textos simples, urbanos e acessíveis. Eram autênticos *profissionais da comunicabilidade dos acontecimentos*. Eram, enfim, repórteres. Apesar do mérito individual de alguns desses novos intérpretes da produção jornalística, eram, todavia, operários assalariados da palavra ou da imagem. Não tinham o nível de formação educativa, a competência escrita e a independência (que só um elevado rendimento podia proporcionar) do escol da intelectualidade e da política que colaborava com os jornais políticos. Tornaram-se funcionários das organizações jornalísticas e tinham de seguir as suas regras. Eventualmente, obscureciam as suas debilidades formativas e expressivas pela prática de um jornalismo crescentemente baseado em declarações de fontes que muito contribuiu para a edificação de um certo conceito de objetividade jornalística, que Tuchman (1972) classifica como “ritual estratégico”¹³⁴.

A industrialização da imprensa e a profissionalização dos jornalistas também provocou mudanças no tecido empresarial da imprensa e na organização social do trabalho dentro dos órgãos de comunicação. O lançamento de novos periódicos passou, gradualmente, a ser da responsabilidade de grupos de indivíduos que, por motivos de negócio ou por comungarem das mesmas ideias políticas, constituíam sociedades por ações para o lançamento de jornais e revistas. O jornal lançado, romanticamente, pelo indivíduo isolado, que nele fazia quase tudo, ou por pequenos grupos, deixava, passo a passo, de ter condições para competir e subsistir, pelo menos por muito tempo¹³⁵, ainda que sempre tenha havido tentativas de lançar periódicos com poucos recursos, mesmo já no final do século XIX e início do século XX. As redações alargaram-se para albergar os noticiaristas, passando a necessitar, além do editor ou diretor, de um coordenador (o chefe de redação), a quem Tengarrinha (1989, p. 190) atribui o papel de alma do jornal português do final de Oitocentos. Normalmente, havia também nas redações um folhetinista, quase sempre uma personagem prestigiada das Letras, que elaborava os folhetins e redigia crónicas de literatura, artes e espetáculos. A redação completava-se com os colaboradores, incluindo os informadores, cuja missão era essencialmente o de informar do que acontecia. O crescimento das redações provocou, mais tarde, a sua divisão em secções.

134 A objetividade jornalística, segundo Tuchman (1972), mais não seria do que um “ritual estratégico” de defesa dos jornalistas contra críticas e contra a ultrapassagem dos prazos e assenta na utilização de aspas, na contrastação de fontes, no fornecimento de provas que corroboram afirmações e ainda na construção do relato noticioso com base na técnica da pirâmide invertida, que obriga o jornalista a hierarquizar os factos de acordo com a sua importância e a selecionar para o lead as respostas a “quem?”, “o quê?”, “quando?”, “onde?” e, eventualmente, “como?” e “porquê?”. De acordo com a autora, é ainda o método da objetividade jornalística que permite ao jornalista defender a sua legitimidade social.

135 Hoje em dia o meio de um homem só de algum modo voltou graças à Internet (websites, blogues, canais no You Tube, perfis em redes sociais...).

A orientação lucrativa das novas empresas jornalísticas “industriais” oitocentistas também obrigou os periódicos a terem, crescentemente, em conta os interesses e necessidades informativas dos leitores. O jornal já não era feito apenas para quem escrevia e seus mais próximos correligionários, mas sim para a generalidade dos cidadãos. Assim, o leitor passou a figurar na lista de preocupações dos jornalistas e dos jornais, sendo sintomática a crescente apetência dos periódicos para a publicação de notícias enviadas pelo público e para a abertura de espaço editorial dedicado às “cartas dos leitores”. Cada periódico estabelecia um *contrato implícito de leitura* com o seu público, para que também o público fosse fiel ao “seu” jornal.

5.5 A imprensa portuguesa no final do século XIX e início do século XX

No final de 1864 iniciou-se um tempo de intensa inovação e criatividade no jornalismo português, um tempo de mudança. Os principais diários portugueses, concentrados, especialmente, em Lisboa e no Porto, tornaram-se *máquinas de fabrico diário de informação*, independentemente desta surgir sobre a forma de notícias factuais e objetivas, de notícias comentadas, às vezes sensacionais, ou mesmo da exposição de ideias políticas em artigos de opinião. Alguns tentaram, igualmente, tornar-se *máquinas de fazer dinheiro*, mas, na verdade, operando num mercado limitado, poucos deles lograram significativo sucesso a este nível. De qualquer modo, os jornais, vespertinos ou matutinos, apregoados aos berros pelos ardinas, aumentavam as tiragens e a circulação¹³⁶ e viam as suas edições esgotarem rapidamente (Noronha 1911, pp. 57-61, 157-158).

No entanto, tendo conquistado as elites e os assalariados alfabetizados, as notícias tinham uma notável influência pessoal, social e política, contribuindo para moldar cognições, afetos e comportamentos. No final do romance *O Crime do Padre Amaro*, Eça de Queirós, contemporâneo da massificação da imprensa em Portugal, mostra bem como as notícias tinham impacto. Eça evoca, na obra, o ano de 1871. No Chiado, em Lisboa, à porta da célebre Casa Havaneza¹³⁷, colavam-se as notícias recebidas da Havas sobre a Comuna de Paris, provocando tremenda agitação entre os populares. Escreve Eça:

136 Tengarrinha (1989, p. 227) e Ramos (2001, p. 55) enfatizam que se por volta de 1870 as tiragens médias dos diários lisboetas, somadas, atingiam cerca de 50 mil exemplares diários, no final da Monarquia já chegavam a cerca de 300 mil. Entre 1880 e 1889, a média anual de novos títulos chega a alcançar 184 (Tengarrinha, 1989, p. 220). Em 1894, publicavam-se, em Portugal, 389 jornais; em 1900, e ascendiam já a 592 (Aranha, 1900, pp. 45-47; Coelho, 1881, pp. 5-6). Recorde-se, para se entenderem estes números, que também a população urbana portuguesa duplicou, de 475 mil habitantes para 810 mil, para um total de cerca de 5,5 milhões de habitantes. A de Lisboa, por exemplo, passou de 200 mil para 360 mil (Ramos, 2001, p. 36).

137 Eduardo de Noronha (1911, pp. 57-61, 157-158) identifica a Casa Havaneza como o ponto de encontro de políticos, literatos e boémios desse tempo.

Pessoas esbaforidas chegavam, rompiam pelos grupos que atulhavam a porta e, alçando-se em bicos de pés, esticavam o pescoço, por entre a massa dos chapéus, para a grade do balcão, onde, numa tabuleta suspensa, se colavam os telegramas da Agência Havas.

Folhear um jornal, uma revista, era, igualmente, para muitos, uma forma de entretenimento.

Acompanhando a passagem do capitalismo comercial para o capitalismo industrial provocada pela Revolução Industrial, que chegava, finalmente, a Portugal, essa “grande imprensa” pode ser conotada com o conceito de *indústria*.

A primeira ideia que assoma quando se pensa no conceito de *indústria* será a escala a que se produz alguma coisa. Efetivamente, o processo de industrialização da imprensa portuguesa conota-se com a dimensão impressionante que atingiu o setor da produção e difusão industrial de notícias e outras informações e ideias por meio da imprensa.

O cerne da indústria é a *empresa*. Os jornais e revistas eram detidos por empresas, de dimensão variável. A maioria destas empresas pertencia a pequenos ou grandes empresários. Ou seja, eram posse de um indivíduo, ou de pequenos grupos de indivíduos, que constituíam uma sociedade comercial. Outras, mais raras, eram sociedades por ações e a sua propriedade distribuía-se por vários acionistas. Mais tarde, algumas dessas empresas foram vendidas a grupos comerciais que operavam noutras áreas e que queriam deter a propriedade de jornais por motivos que podiam ir da influência social e do prestígio ao controlo sobre a informação ou mesmo a vontade de obterem lucro. A Companhia Industrial de Portugal e Colónias, um grande grupo moageiro que está na origem da atual empresa Nacional, a dado momento possuiu os dois principais diários portugueses — o *Diário de Notícias* e *O Século*.

A indústria caracteriza-se por transformar matéria-prima em mercadorias transacionáveis, usando meios humanos e mecânicos e energia. Ora, a indústria do jornalismo tinha por finalidade transformar factos salientes da realidade ou até mesmo ideias políticas, que constituíam a sua matéria-prima, num produto comercializável, o jornal ou a revista, tendo o lucro ou, pelo menos, o equilíbrio financeiro da *empresa jornalística*, por meta, utilizando força humana, máquinas e energia. Repartido entre a composição (primeiro por tipos, depois por linotipia) e a impressão, o setor da tipografia era vital para qualquer jornal diário de grande dimensão. As máquinas eram impressionantes, distinguindo-se as enormes rotativas (**figuras 58, 59 e 60**), que permitiam imprimir dezenas de milhar de exemplares por hora. Foram introduzidas no final do século XIX no País.

A linotipia (**figuras 61 e 62**) foi substituindo, a partir de 1886, a composição com tipos móveis (**figura 57**) pela composição a quente, que recorria a chumbo fundido. A sua introdução na imprensa portuguesa, a partir de 1904 (os pioneiros foram o *Diário de Notícias* e *A Vanguarda*, ambos de Lisboa, logo seguidos, em 1905, pelo *Jornal do Comércio*, também de Lisboa, e por *A Palavra*, do Porto), tornou mais rápido o processo de impressão de jornais e revistas. O *Diário de Notícias* passou, inclusivamente, a ser estereotipado, em março de 1900.

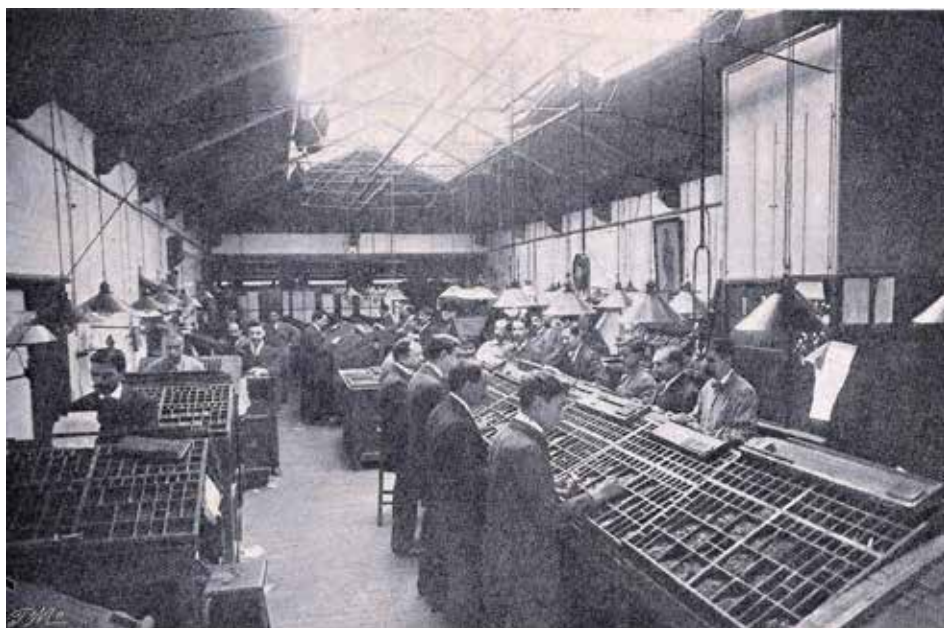


Figura 57
Setor da composição
do *Diário de Notícias* na
transição do século XIX para
o XX. Fonte: Cunha, 1914.

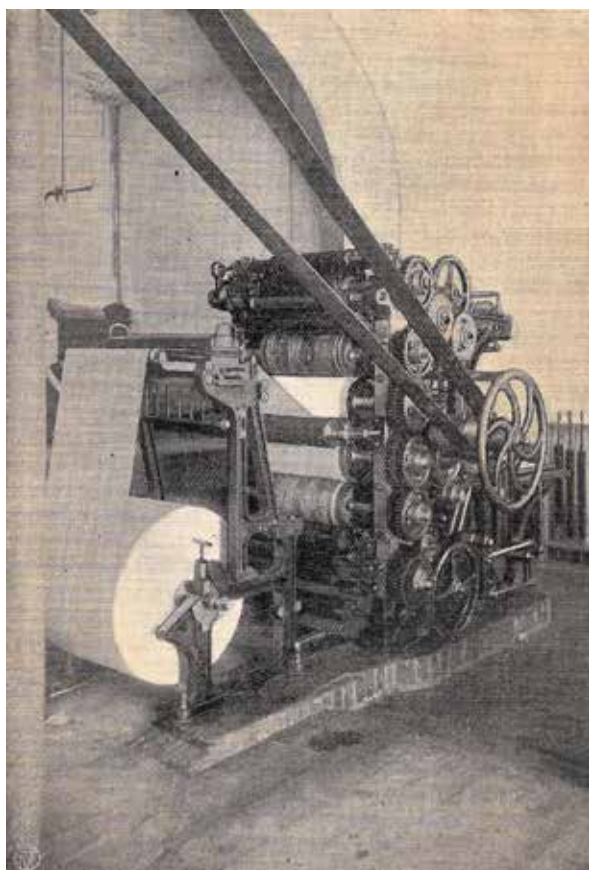


Figura 58
Máquina rotativa Marioni para jornais de grande
formato, do *Diário de Notícias*, introduzida em 1895.
Outras duas rotativas Marioni tinham sido introduzidas
em 1880 e 1890. Fonte: Cunha, 1914.

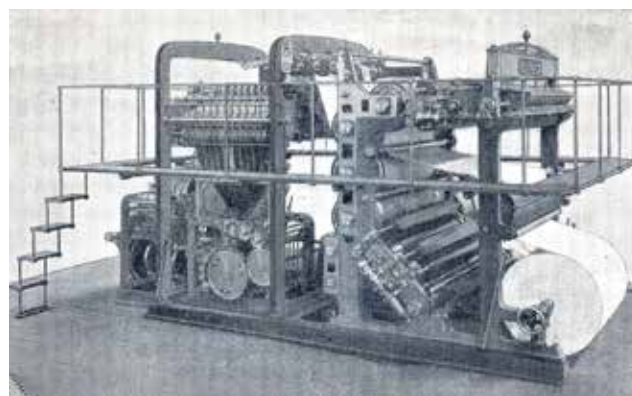


Figura 59
Rotativa de uma bobina Augsburg para jornais de duas a
doze páginas. Introduzida no *Diário de Notícias* a 14 de maio
de 1903. Fonte: Cunha, 1914.

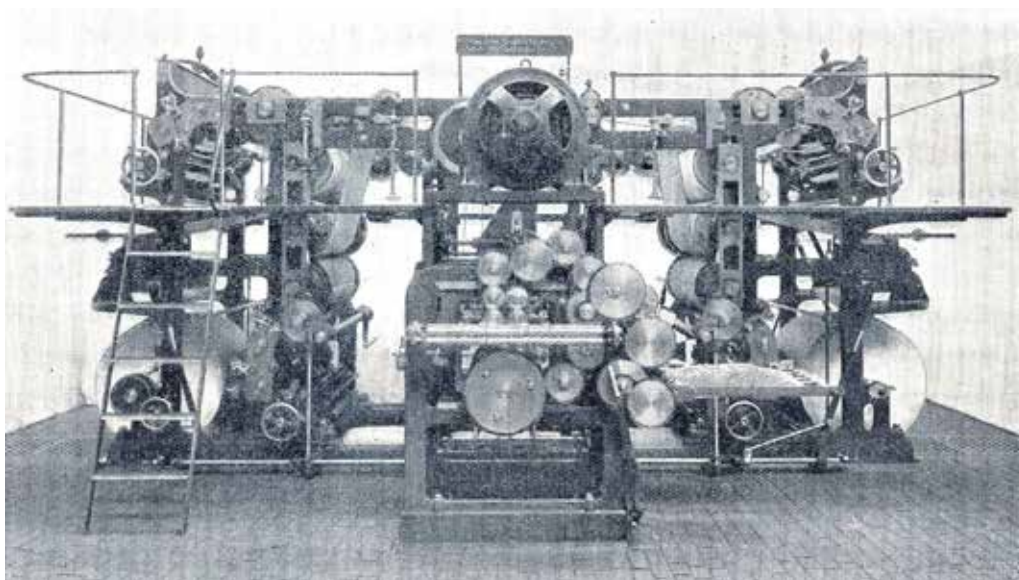


Figura 60

Rotativa de duas bobinas Augsburg para jornais de duas a dezasseis páginas e com capacidade para tirar até 48 mil exemplares por hora. Introduzida no *Diário de Notícias* a 30 de julho de 1910. Fonte: Cunha, 1914.

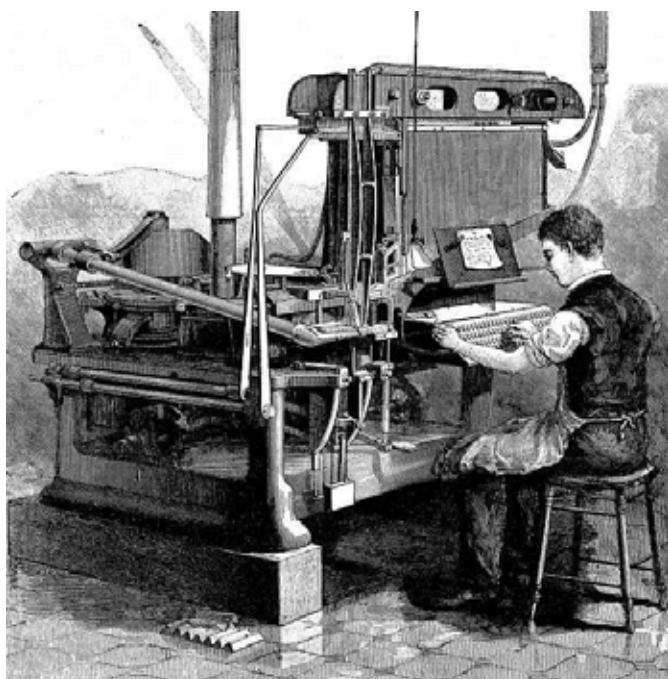


Figura 61

Linotipista a trabalhar numa das primeiras linotypes.



Figura 62

Linotipista de *O Comércio do Porto* (c. 1920).

Partindo de singularidades materiais e sociais relevantes, a notícia, a opinião, o comentário, a história folhetinesca, a gravura e a fotografia, a ironia e o humor, por vezes caricatural, transformavam-se, processavam-se e, depois, vendiam-se sob a forma de *gêneros jornalísticos*, em jornais e revistas, tornando-se *mercadorias transacionáveis*, ainda que discursivas, altamente simbólicas, “imateriais”.

Num tempo em que a imprensa era onnipresente entre as elites masculinas alfabetizadas, a opinião publicada e os restantes conteúdos da imprensa contribuíam para a edificação de referentes sociais simbólicos compartilhados que refletiam, artificialmente, as divergências entre as correntes de opinião pública. Num contexto competitivo simbólico, por ação da imprensa mais poderosa, as correntes de opinião mais fortes podiam erodir as mais fracas e tornarem-se dominantes devido ao fenómeno que Elizabeth Noelle-Neumann (1974) designou como “espiral do silêncio”. A representação simbólica das correntes de opinião pela imprensa podia, pois, influenciar enormemente e mesmo deturpar a identificação do clima de opinião real em cada momento e ter consequências reais na sociedade e na sua evolução. A “(ir)realidade simbólica” influenciava a “realidade física e social” e a marcha do tempo — como acontece ainda hoje, apesar de o jornalismo, nos tempos da Web e das redes sociais, já não ter a mesma preponderância que tinha antes na definição de correntes de opinião. Um coevo do tempo em que a imprensa exerceu uma influência nunca antes atingida e nunca depois repetida na sociedade portuguesa escrevia que o jornal “passa por todas as mãos”, era “lido por todos que sabem ler, quanto não seja por outro motivo, ao menos a título de passatempo”; e acrescenta que o jornal deteria “influência enorme (...) sobre a opinião pública”, observando:

Os leitores mais assíduos dos jornais são os chefes de família, os eleitores. É sobretudo pelo jornal que os eleitores formam as suas opiniões políticas. (Soares, 1910, p. 56)

Jornalistas e colaboradores literários e iconográficos concorriam para o sucesso dos jornais e das revistas. Ao tempo, porém, o conceito de jornalista ainda não se identificava com o profissional assalariado que produz conteúdos informativos e analíticos, sob a forma de *gêneros jornalísticos*, para a imprensa.

Jornalista, no final do século XIX, era, grosso modo, todo aquele que colaborava com a imprensa, ou mais concretamente, todo aquele que produzia textos para jornais e revistas. Podiam ser políticos de jornal, gente do mundo da política que usava os jornais para comentar ou opinar sobre a atualidade política e os assuntos públicos. Exibiam, nos jornais os seus dotes retóricos; convenciam terceiros; arregimentavam partidários; e assim alcançavam posições políticas de destaque e liderança. Podiam, também, ser escritores de jornal, literatos que exibiam os seus dotes publicando textos de pendor literário na imprensa, alguns destes sob a forma de *folhetins*. Mas também podiam ser aqueles que *fabricavam* notícias, entrevistas e reportagens a partir da atualidade. A “fauna” do “ecossistema impresso” apresentava,

na verdade, certa diversidade. Só mais tarde, no entanto, alguns repórteres fotográficos, sendo o primeiro Joshua Benoliel (**figura 63**), adquiriram idêntico estatuto conceitual — de *jornalista*, ou até, mais concretamente, de *repórter* — entre os seus pares e o público.



Figura 63
Joshua Benoliel, primeiro grande repórter fotográfico português, atuou na imprensa entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Fotografia de 1907.

Grandes figuras do pensamento, da política, das letras e das artes portuguesas eram, pois, no final do século XIX, colaboradores empenhados da imprensa política, configurada para as elites envolvidas nos assuntos públicos, mas também da nova imprensa noticiosa, apartidária e independente. Aliás, o sucesso político e literário andava, muitas vezes, ainda que não sempre, ligado à carreira jornalística dessas individualidades.

Ressalve-se que os jornais políticos portugueses do final do século XIX já não eram jornais estritamente políticos, mas sim jornais político-noticiosos, partidariamente alinhados, que faziam leituras políticas, ou especificamente partidárias, dos acontecimentos do quotidiano. Inclusivamente, alguns desses periódicos, nascidos com base em projetos editoriais notoriamente político-noticiosos, acabaram por se reconverter, com o tempo, em jornais predominantemente noticiosos, independentes e apartidários, no quadro de uma imprensa industrialmente organizada.

Apesar de tudo, nos jornais vivia-se modestamente. As redações eram mesmo relativamente indigentes e mal apetrechadas (**figura 64**). Na do DN, sinal do diferente estatuto, os redatores tinham secretárias individuais; os repórteres partilhavam a mesa central.



Figura 64

Sala de redação do *Diário de Notícias*. De pé, à esquerda, o redator principal José Rangel de Lima conversa com o fundador do jornal, Eduardo Coelho, que desempenhava o cargo de secretário de redação. Fonte: Cunha, 1914.

A captação de anúncios publicitários¹³⁸ pela imprensa, em que assentava todo o novo *modelo de negócio industrial* do jornalismo, dependia da tiragem e circulação alcançada por cada meio jornalístico e estas dependiam do interesse com que estes meios eram seguidos pelos leitores.

Os leitores compensavam os jornais e revistas da sua preferência com a fidelização, concretizada na assinatura, na compra de exemplares em banca ou aos numerosos ardinas que enxameavam os centros das principais cidades do País. Um *contrato de leitura* estava implícito: o leitor escolhia determinados jornais e revistas desde que estes lhe oferecessem, para consumo, os conteúdos julgados interessantes ou necessários ou ainda, a nível político, os que confirmassem a sua visão do mundo. Isso implicava, obviamente, que jornais e revistas adotassem linhas editoriais estáveis ao longo do tempo.

138 Essenciais para que bens, serviços e pessoas ganhassem notoriedade competitiva no contexto da sociedade industrial e de consumo.

Essa “imprensa de grande informação”, fosse ela essencialmente noticiosa ou fosse ela político-noticiosa, partilhava a paisagem jornalística com numerosos jornais locais e regionais, muitos deles também alinhados politicamente, e com periódicos especializados, como os culturais, os económico-comerciais, os musicais, os teatrais e de espetáculos e outros. Foram, igualmente, importantes, as revistas, frequentemente ilustradas. O ecossistema da imprensa portuguesa no final do século XIX era caracterizado pela diversidade, pelo dinamismo, pela competitividade, mesmo por alguma inovação, à qual correspondia uma certa *destruição criativa*, já que nem todos os jornais e revistas sobreviveram ao processo de *seleção sociocultural* que permitiu a determinados periódicos vingarem e outros não.

No final do século XIX, podem, assim, identificar-se quatro grandes segmentos na imprensa “de grande informação” em Portugal.

1. A imprensa política, alinhada com partidos ou ideologias, incluindo-se aqui os jornais alinhados com os principais partidos da Monarquia Liberal, os jornais republicanos, como *O Século* e *O Mundo*, e os jornais operários. Alguns destes jornais, no entanto, converteram-se, com o tempo, em periódicos informativo-noticiosos generalistas e apartidários, orientados para o lucro, como *O Século*, em Lisboa, e, no Porto, o *Primeiro de Janeiro* e o *Jornal de Notícias*.
2. A imprensa apartidária, independente e noticiosa, orientada para a obtenção de lucro pela exploração da notícia como mercadoria e captação de anúncios publicitários, da qual o *Diário de Notícias*, de 1864, é o melhor exemplo, embora outros pudessem ser citados, como o *Diário Popular*, de 1866¹³⁹.
3. A imprensa especializada, como os jornais económicos e comerciais e os jornais desportivos, que se iniciam, em Portugal, com *O Ginasta*, em 1878, um periódico destinado a divulgar a educação física. Alguns dos periódicos especializados converteram-se, no entanto, em generalistas — casos dos importantes *O Comércio do Porto* e *Jornal do Comércio*.
4. A imprensa ilustrada, representada por revistas ilustradas que oscilam entre a orientação cultural e a cobertura gráfica da atualidade, como *O Ocidente* e, mais tarde, a *Ilustração Portuguesa*, revista do jornal *O Século*.

139 Este *Diário Popular* vingaria até 1896. Em 1897, surgiu “outro” *Diário Popular*, de feição política.

A atenção crescente da imprensa à informação noticiosa — mesmo quando comentada — sobre as singularidades relevantes coevas trouxe consigo a formação de redações estáveis no qual um coordenador, o *chefe de redação* coadjuvado por um *secretário de redação*, assumiam posições centrais. O *editor* também podia ser uma peça importante na dinâmica da redação. Essas redações, inicialmente, agrupavam os *escritores e políticos de jornal* com os assalariados encarregues de produzir diariamente informação predominantemente noticiosa — os repórteres. Todos se consideravam jornalistas e todos se viam como jornalistas. Gradualmente, foi sobressaindo a noção de que uns eram *profissionais* que tinham na produção noticiosa e reportativa a sua ocupação principal, permanente e remunerada, enquanto outros eram apenas *colaboradores*, pagos ou não. É nesse ambiente que emergem a *reportagem*, género nobre do jornalismo, e o seu intérprete, o *repórter*. Novos géneros jornalísticos são ensaiados, como a *entrevista*. A incorporação gradual de informação iconográfica nos jornais, a exemplo do que já tinha acontecido nas revistas, primeiro sob a forma de gravuras desenhos fotogravados e, depois, de fotografias, trouxe a reportagem iconográfica às páginas dos impressos. A prática de fotografia de reportagem abriu, inclusivamente, como se disse as redações a outro tipo de repórter — o *repórter fotográfico*.

A sofisticação e a complexificação crescentes da empresa jornalística e do negócio jornalístico desencadearam formas de divisão do trabalho. As principais empresas jornalísticas que produziam os jornais e revistas de “grande informação” tinham, normalmente, cinco setores:

1. A *redação*, onde jornalistas transformavam a matéria-prima informativa em conteúdos apropriados à publicação no jornal ou revista, sob a direção de um diretor e a coordenação de um chefe-de-redação, sendo também assessorados por um secretário de redação;
2. A *oficina* ou *tipografia*, onde, mercê de processos tipográficos crescentemente sofisticados, se produziam, materialmente, os jornais e revistas;
3. O *setor comercial*, que zelava pela captação, receção e publicação dos anúncios publicitários e pelas vendas dos jornais e revistas. A captação de anúncios publicitários estava no cerne do novo *modelo de negócio industrial* do jornalismo;
4. A *distribuição*, setor encarregue, em articulação com o *setor comercial* e a *tipografia*, da distribuição dos periódicos;
5. O *setor administrativo*, para o expediente quotidiano, gestão e administração da empresa.

Neste quadro, o apetrechamento tecnológico das grandes empresas jornalísticas tornou-se fundamental para assegurar a sua viabilidade a longo prazo, sendo necessário um grande número de operários especializados, os tipógrafos, para operar os equipamentos. Os tipógrafos, normalmente recrutados entre indivíduos alfabetizados, foram um dos segmentos do operariado mais politizados. Segundo Tengarrinha (1989, pp. 227-228), que cita o *Inquérito Industrial de 1881*, a Tipografia Universal, onde se imprimia o *Diário de Notícias* e propriedade de Tomás Quintino, um dos donos do jornal, tinha, nesse ano, ao seu serviço, cem tipógrafos, que operavam uma impressora Marioni e dois prelos mecânicos, entre outro equipamento. Em 1890, conforme conta Cunha (1914), o DN começou a ser impresso numa rotativa Marioni de grande capacidade de tiragem, passando, em 1895, para outra, da mesma marca, que permitia tiragens em papel de grande formato. Em 1900, o *Novidades* tinha uma rotativa que, segundo Eduardo Noronha (1913, p. 340), imprimia um exemplar a cada três segundos. Em 1903, o DN adquiriu uma grande rotativa Augsburg e, em 1910, nova rotativa, da mesma marca, mas de duas bobinas. Esta nova rotativa permitia tiragens maiores em menos tempo. No Porto, de acordo com o mesmo *Inquérito Industrial de 1881*, citado por Tengarrinha (1989, p. 229), tinham tipografia própria os jornais *O Comercio do Porto* (20 tipógrafos, duas impressoras), o *Jornal do Porto* (15 tipógrafos), *O Primeiro de Janeiro* (17 tipógrafos, três impressoras), *A Palavra* (uma impressora, 13 tipógrafos), o *Jornal da Manhã* (22 tipógrafos, uma impressora) e o *Dez de Março* (uma impressora, nove tipógrafos).

Até 1904, a composição dos jornais era manual. Nesse ano, o *Diário de Notícias* introduziu a linotipia, uma tecnologia que permitia a composição mecânica em chumbo quente (**figuras 60 e 61**). Foi seguido pelo diário republicano *A Vanguarda*.

Os indicadores numéricos do DN tinham subido, em 1885, para os que são expressos na **tabela 32**.

Tabela 32

Números do *Diário de Notícias* em 1885.

	1885
Tiragem diária média	26 000
Tiragem mínima diária	26 000
Tiragem máxima diária	26 000
Número máximo de colunas	44
Número máximo de linhas	11 220
Número máximo de letras	260 000
Número de anúncios durante o ano	178 078
Média de anúncios por número	490
Mínimo de anúncios por número	201
Máximo de anúncios por número	686
Números publicados durante o ano	362

Fonte: Cunha, 1891: 58.

Apesar do sucesso que a imprensa noticiosa, apartidária e industrial, simbolizada pelo *Diário de Notícias*, teve, a partir 1864, em Portugal, o jornalismo político continuou a ter um lugar importante na paisagem jornalística portuguesa, situação que manteria até à Ditadura, imposta em 1926. Em 1870, por exemplo, além do *Diário de Notícias*, somente o *Diário Popular* (1866-1896) era um jornal predominantemente noticioso, apartidário e independente¹⁴⁰. O especializado *Jornal do Comércio* (1853-1989) era, essencialmente, situacionista. Os restantes jornais importantes da capital alinhavam mais ou menos às claras com os partidos políticos da Monarquia Liberal ou tinham tendências ideológicas nítidas. A *Revolução de Setembro* (1840-1892) era pró-regenerador. A *Nação* (1847-1928) era legitimista. E o *Gazeta do Povo* (1869-1872) era, à semelhança do *Revolução*, um diário pró-regenerador.

O diário *Gazeta do Povo* era dirigido por Joaquim Germano de Sousa Neves. Este jornalista e empresário de tipografia já tinha fundado e dirigido *A Pátria*, entre 1855 e 1856, e era proprietário da Tipografia Sousa Neves, onde o jornal se imprimia. Nessa mesma empresa congeminou-se e foi fundado o *Diário Ilustrado*¹⁴¹ (1872-1911) (**figura 65**), um jornal político-noticioso leve, alinhado com os regeneradores, bem mais longo e influente. Este jornal publicava, regularmente, iconografia informativa.

Um diário político-noticioso relativamente independente e de qualidade como o *Novidades* caracterizava-se por incluir, no final da Monarquia, nas suas quatro a seis páginas, um artigo de fundo, espaço editorial do jornal; os casos do dia, que incidiam na apresentação e discussão de temas candentes, polemizando, por vezes, com outros jornais e leitores; notícias soltas sobre os acontecimentos recentes; notícias do estrangeiro; crítica musical, literária, dramática e de artes plásticas, em parte depois reunida na secção “Ciência, artes, letras” e, ainda mais tarde, na secção “Letras”, que se autonomizou; o “Carnet Mondain”, com notícias e reportagens mundanas, rumores, aniversários de celebridades; folhetim; e anúncios.

Merecem especial destaque, no contexto da imprensa política oitocentista portuguesa, os jornais republicanos. Surgidos um pouco por todo o país, em especial a partir de 1873 (ano da proclamação da República em Espanha), terão contribuído para a propagação da causa republicana e, finalmente, já em 1910, para a imposição da República. O *Século* (de 1880) e O *Mundo* (de 1900), ambos da capital, foram os seus dois expoentes.

Apesar do lugar importante que a imprensa política — mais bem dito, político-noticiosa — continuou a ocupar em Portugal, pode afirmar-se que após a aparição do *Diário de Notícias*, a intenção comercial (o jornalismo voltado para o *negócio* e não para a política) e a ambição informativa da imprensa, mesmo na imprensa alinhada partidária ou ideologicamente, alastraram-se (**cf. tabela 33**). O público estava ávido de notícias relevantes e interessantes, como prova a fundação

140 Não confundir com o *Diário Popular* de 1897, um diário político.

141 Números digitalizados aqui: <http://purl.pt/14328>.

do *Diário Popular* (Lisboa, 1866-1896), somente dois anos depois do DN, e a reconversão do *Jornal de Notícias* (Porto, 1888 — em publicação), inicialmente afeto ao Partido Regenerador, num diário noticioso e popular, alinhado com a defesa das gentes do Porto e do Norte, que, no início do século XX, já era o mais bem-sucedido diário portuense em tiragens e circulação.

Em conjunto, a imprensa portuguesa alimentava e criava público leitor, ao mesmo tempo que garantia rendimento, subsistência e influência a escritores, políticos, publicistas e repórteres, todos considerados, ao tempo, “jornalistas”, e ainda a um conjunto numeroso de tipógrafos, ardinhas e suas famílias.

Tabela 33

Principais jornais portugueses no dealbar do século XX.

Título	Tiragem média	Apontamento histórico e tendência
Lisboa		
<i>O Século</i> (1880-1977)	80 000 (por ocasião do Regicídio, em 1908, tirou 160 mil exemplares diários)	Inicialmente republicano, fundado e dirigido por Magalhães Lima e outros políticos ligados ao Partido Republicano Português. Teve grande sucesso pela posição crítica que tomou por ocasião do Ultimato de 1890. Evolui, a partir de 1896, sob a liderança de Silva Graça, para um periódico independente e eminentemente noticioso, mas sem renegar, totalmente, a sua matriz ideológica original. Converteu-se no competidor direto do <i>Diário de Notícias</i> e ultrapassou-o em tiragem. Distingue-se por criar uma rede de correspondentes, iniciativa de Silva Graça, que dá ao jornal grande aceitação fora da capital, e pela aposta na iconografia informativa, na reportagem, na entrevista e nas gazetilhas (afastando-se do tom cada vez mais sorumbático do DN), bem como em publicações-satélite, como a revista <i>Ilustração Portuguesa</i> . Em 1902, a sua redação sofreu uma cisão provocada pelo apoio do diretor, Silva Graça, ao cronista desbocado Luís de Judicibus, um colaborador que, de certo modo, dava voz às campanhas que o próprio Silva Graça queria. Vários jornalistas — como os célebres Esculápio e Alberto Bessa — afastaram-se e fundaram um jornal concorrente, <i>O Diário</i> , que haveria de durar até 1906. <i>O Século</i> teve de refazer a redação. António Maria de Freitas assumiu a chefia da redação. Silva Graça recrutou nomes sonantes da imprensa para a redação do jornal — casos de Eduardo Schwalbach, Armando da Silva, Luís Cardoso e Manuel Guimarães. Com a extinção do <i>Diário</i> , em 1906, vários dos seus redatores, entre os quais Esculápio, voltaram à casa-mãe. Mais informações aqui: https://pt.wikipedia.org/wiki/O_S%C3%A9culo_(Portugal)
<i>Diário de Notícias</i> (1864-presente)	70 000	Independente e noticioso. Primeiro diário português industrialmente organizado. Fundado e dirigido por Eduardo Coelho, mentor do jornal, e pelo empresário de tipografia Tomás Quintino. Alfredo da Cunha, genro de Eduardo Coelho, assumiu a direção do jornal em 1889, após a morte do sogro. Link: https://www.dn.pt/ Há inúmeras referências ao <i>Diário de Notícias</i> na Web. Algumas podem ser encontradas aqui: https://pt.wikipedia.org/wiki/Di%C3%A1rio_de_Not%C3%ADcias_(Portugal) https://www.infopedia.pt/\$diario-de-noticias
<i>O Mundo</i> (1900-1936)	35 000	Republicano, político-informativo, alinhado com o Partido Republicano Português, fundado e dirigido por França Borges, na sequência de outros títulos, que desapareceram por causa de problemas com as autoridades da Monarquia: <i>O País</i> , <i>A Lanterna</i> e <i>A Pátria</i> . Foi um jornal sensacionalista, explorando os escândalos que pudessem prejudicar a Monarquia, os quais, não obstante, lhe valeram grandes tiragens, aproximando-se de 50 mil exemplares diários nas vésperas da República (Marques, 1991, p. 606).

<i>Jornal do Comércio</i> (1853-1976, relançado sem sucesso em 2015)	30 000	Fundado por um grupo de empresários, independente e noticioso, apartidário, tinha por foco os temas da economia e comércio, o que explica a sua longevidade. Defendia os interesses da burguesia comercial e industrial. Mudou o título, em 1911, para <i>Jornal do Comércio e Colónias</i> .
<i>Diário Ilustrado</i> (1872-1911)	15 000	Alinhado com os regeneradores-liberais, mas predominantemente noticioso. Distinguiu-se pelo noticiário sobre os famosos da época, a vida social e mundanidades, quase sempre pela pena de Luís Trigueiros. Fundado por Pedro Correia da Silva, teve por diretor, entre 1906 e 1910, Álvaro Pinheiro Chagas, filho de Manuel Pinheiro Chagas, e em 1910, até à imposição da República, Malheiro Reymão. Mário Galvão assumiu a direção do diário entre o final de 1910 e 1911, quando sucumbiu na pira de violência contra a imprensa tradicional monárquica fomentada pelos governantes radicais da I República. Fazia das notícias ilustradas e das notícias de sociedade uma mais-valia (figura 65). Diversificado nos conteúdos não políticos e nos géneros jornalísticos empregues, terá sido o primeiro diário a ter uma secção desportiva, a partir de outubro de 1893, da responsabilidade do jornalista António Bandeira, um dos primeiros jornalistas desportivos portugueses. Assumiu um design alinhado com exemplos estrangeiros, com títulos destacados a sobreporem-se a mais do que uma coluna e manchetes
<i>Novidades</i> (1885-1923)	8 000	Jornal independente, vagamente monárquico e alinhado com os progressistas e, depois, com os franquistas (adeptos de João Franco), mas muito noticioso, teve por diretores nomes grandes do jornalismo português, como Emídio Navarro, fundador do jornal (até 1905), José Barbosa Colen (1905-1907) e Eduardo Noronha. Para aumentar as vendas, em 1902 propõe ao leitor problemas de xadrez, com reprodução gráfica dos tabuleiros; em 1903, lançou um concurso literário. A partir de 1905, inclui um desenho humorístico na primeira página, para aligeirar o design e os conteúdos. Em 1906, começou a publicar-se com doze páginas (até aí tinha quatro a seis) e a oferecer brindes aos assinantes. O sucesso dessas práticas valeu-lhe um aumento da tiragem, da circulação e da afluência de anúncios, tal como anunciou no número de 2 de janeiro de 1907, ocasião em que os aumentou para 1500 réis a linha. Devido à imposição da República e à perseguição aos jornais mais ou menos conotados com a Monarquia, foi publicado, irregularmente, a partir de 27 de setembro de 1910 e, entre 1915 e 1923, teve periodicidade semestral para garantia de título. Ressurgiu em 1923, como jornal católico e órgão do Episcopado, tendo sucumbido, somente, em 1974, dada a situação política após o 25 de Abril.
Porto		
<i>Jornal de Notícias</i> (1888 - em publicação)	37 500	Inicialmente regenerador, tornou-se um jornal independente, popular e noticioso, um pouco sensacionalista, vinculado à defesa dos interesses do Porto e dos portuenses. Foi fundado por políticos regeneradores como José Guilherme Pacheco, à cabeça, João Marcelino Arroio, José Diogo Arroio, José Maria da Fonseca e Manuel Vaz de Miranda. José Arrojo tornou-se o primeiro diretor do jornal. Link: https://www.jn.pt/

<i>O Primeiro de Janeiro</i> (1868 - o título não foi oficialmente extinto, mas o periódico deixou de ter existência efetiva a partir de 2015, embora continue a ser publicado online)	20 000	Fundado na sequência da publicação de <i>A Revolta de Janeiro</i>, foi criado como órgão do Centro Eleitoral Portuense. Nasceu no dia 1 de dezembro de 1868. Quem o criou queria fazer dele um jornal político, à semelhança de muitos outros que não vingaram no tempo. O proprietário do jornal era o dono da tipografia que o imprimia, António Augusto Leal. Vendia pouco. Sobrevivia porque o financiava um dos seus fundadores, Gaspar Ferreira Baltar (1824-1899), brasileiro de “torna-viagem” que fizera fortuna no Brasil. A sua matriz ideológica era esquerdista e progressista. Logo em 1869, porém, Gaspar Ferreira Baltar, já que financiava o jornal, passou, também, a dirigi-lo. Assumiu, pois, a direção do <i>Janeiro</i>, partilhando, crescentemente, essa responsabilidade com o filho e homónimo, Gaspar Baltar, que se converteu em diretor do periódico após a morte do pai, em 1899. Guiado por Gaspar Baltar, pai e filho, a partir de 1869, o <i>Janeiro</i> evoluiu, gradualmente, para um diário noticioso industrialmente organizado independente. Em 1870, o <i>Janeiro</i>, que já passara pelas ruas do Almada e pela da Fábrica, instala-se na Rua de Santa Catarina, onde passa a dispor de tipografia própria. Por esta altura, tirava três mil exemplares. No final da década, já tirava 15 mil. Em 1884, adquire um telefone, algo inovador, à época, mesmo para os jornais. Circunspeto na cobertura dos acontecimentos, opção editorial que o distinguia do <i>Jornal de Notícias</i>, o <i>Janeiro</i> teve acolhimento muito favorável entre a intelectualidade burguesa liberal portuense e nortenha. Apesar de publicar artigos políticos, Gaspar Ferreira Baltar sujeitava-os à sua crítica e não se abstinha de solicitar correções aos autores — jornalistas e homens públicos como Latino Coelho, António Ennes, Emídio Navarro, Tomás Bastos, José de Alpoim, Joaquim Pacheco, João de Oliveira Ramos, Germano Meireles e Gualdino de Campos — quando considerava que extravasavam o admissível. Ao nível literário, o <i>Janeiro</i> gozou da colaboração, entre outros, de Camilo Castelo Branco, Antero de Quental, Eça de Queirós, Ramalho Ortigão, Gomes Leal e António Nobre. Com tão notável leque de colaboradores, a tiragem e circulação do <i>Janeiro</i> aumentaram, garantindo-lhe um afluxo notável de anúncios que deu solidez financeira à empresa. Assim, no final do século XIX, o <i>Janeiro</i> já tinha consolidada a imagem que manterá no século XX, até ao 25 de Abril: um jornal liberal, sem vinculações partidárias, centrado no noticiário político e na cultura. Mas também vinculado ao Porto e ao Norte, como se viu durante a epidemia de peste bubónica, durante a qual zurziu nos políticos de Lisboa por causa do (sensato) isolamento profilático imposto à cidade — o que, aliás, lhe garantiu instantâneo sucesso público. Reportagens e artigos assinados por nomes como João Chagas, que chegou a líder do Governo, e José Maria Alpoim, que veio a ser ministro da Justiça, fizeram escola no <i>Janeiro</i> e na grande imprensa da época. As grandes reportagens que publicou sobre o incêndio do Teatro Baquet, a revolta do 31 de Janeiro, a visita ao porto de Pedro II do Brasil ou as comemorações henriquinas de 1894 ainda hoje são dignas de serem revisitadas. Em 1907, o <i>Janeiro</i> foi suspenso pelo Governo durante uma semana. Fora isso, circulou ininterruptamente, em papel, até 3 de agosto de 2008, e mantém-se na web como uma pálida sombra do que já foi (chegou a tirar 120 mil exemplares). Talvez tenha sido o melhor diário do País, ou um dos seus melhores, nos seus anos de ouro, em meados do século XIX e inícios do século XX. Link: https://oprimeirodejaneiro.com.pt/
---	---------------	--

<i>O Comércio do Porto</i> (1854-2005)	18 000	Independente e noticioso. Defendia os interesses da burguesia comercial e industrial portuense, dando grande relevo à informação económica, agrícola e comercial. Para o seu sucesso foi fundamental o apoio da Associação Comercial do Porto. <i>O Comércio do Porto</i> foi fundado por Manuel de Sousa Carqueja e Henrique Carlos de Miranda, eventualmente a partir de ideia de Joaquim Xavier Pacheco. Francisco Carqueja, filho de Manuel de Sousa Carqueja, tornou-se, mais tarde, proprietário e diretor do jornal, sendo sucedido pelo seu sobrinho e genro Bento Carqueja, já no século XX. Só sucumbiu, mais do que centenário, em 2005. Vários números digitalizados aqui: https://arquivo.cm-gaia.pt/creators/13983/ E aqui: https://arquivo.cm-gaia.pt/units-of-description/series/215920/ Mais informações: https://pt.wikipedia.org/wiki/O_Com%C3%A9rcio_do_Porto
Aveiro		
<i>O Povo de Aveiro</i> (1882-1941)	30 000 (vendia-se em 74 localidades; em Lisboa vendia-se em 26 pontos de venda; vendia 3000 exemplares só na Tabacaria Mónaco, em Lisboa)	Inicialmente republicano, depois independente tornou-se o principal caso de sucesso entre a imprensa regional (vendia-se em todo o País), devido à exploração da polémica e do escândalo, independentemente do partido ou do setor da sociedade dos visados. Foi fundado e dirigido por Homem Cristo.

Fonte: elaboração própria a partir de fontes identificadas na bibliografia.



Figura 65
Página um de um número do *Diário Ilustrado*. Fonte: cópia do original (15 de março de 1896).

Os grandes jornais portugueses, para se distinguirem da concorrência, criarem notoriedade, melhorarem a imagem junto do público e aumentarem as vendas e a circulação, desenvolveram, desde o final do século XIX, várias iniciativas filantrópicas (**figuras 66 e 67**). Os jornalistas juntaram-se, aliás, aos jornais no desenvolvimento de atividades filantrópicas (**figura 68**). A filantropia era notícia e alimentava o interesse pelos jornais que a faziam. Ao mesmo tempo, permitia-lhes promoverem-se junto dos seus públicos e demonstrar responsabilidade social. Às vezes, porém, a filantropia resultava de acasos:

Uma das campanhas d'*O Século* — talvez a mais interessante e proveitosa (...) — foi o da assistência infantil (...). Esse movimento intenso de propaganda (...) foi despertado por um caso que rapidamente se descreve. Na redação do *Século* apareceu um dia atilado pequenito, de escassos palmos de altura, e dirigindo-se a Mariano Algeos, com desembaraço, lhe explicou que a família era muito pobre e ele queria estudar e não tinha livros. Ia ao *Século* para que o jornal, num apelo aos seus leitores, lhe conseguisse esses elementos de estudo. Deixou ficar uma nota dos livros que precisava e, no dia seguinte, ao chamamento do *Século*, acudiram, de várias procedências, beneméritos a satisfazerem o desejo do pequenito. Em menos de uma semana, os livros escolares (...) eram às dezenas. Com os donativos de livros (...) afluíram também os donativos em dinheiro (...). Entretanto, (...) ocorreu a ideia de ampliar aquela secção benemerente, lançando as bases de uma assistência infantil que se reconhecia de imperiosa necessidade. (Abreu, 1927, pp. 95-96).



Figura 66

Bairro popular construído em Benavente por subscrição aberta pelo *Diário de Notícias* e colónia balnear infantil do jornal *O Século* (esta foto data já de 1927).



Figura 67

Distribuição natalícia de brinquedos a crianças pobres organizada por *O Século*. Fonte: *Ilustração Portuguesa*, 31 de dezembro de 1921. Créditos: Arnaldo Garcês.

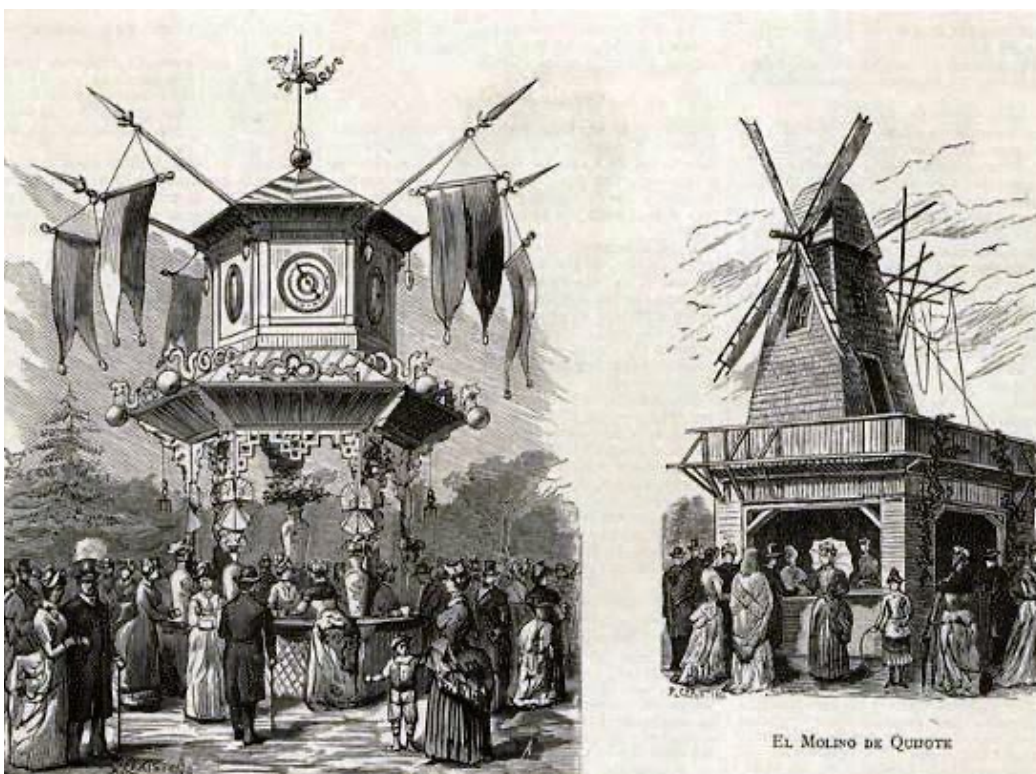


Figura 68

Pavilhões de uma quermesse beneficente dos jornalistas (1885). Fonte: *O Ocidente*, 11 de março de 1885.

Rui Ramos (1994, p. 57) enfatiza, no mesmo sentido, o importante papel filantrópico da grande imprensa portuguesa desde o final do século XIX:

Desde a década de 1890, o *Diário de Notícias* e *O Século* funcionavam como uma espécie de grandes fundações para a beneficência e o progresso. Era ao *Diário de Notícias* e a *O Século* que as viúvas e os desgraçados se dirigiam a pedir auxílio, e era na primeira página deles que se abriam as grandes campanhas de solidariedade. (...) No Porto, o *Comércio do Porto* (...), entre 1890 e 1900, recolheu cerca de 90 contos através da sua secção de caridade. Por ocasião de desastres mais memoráveis, habituou-se a lançar subscrições para acudir às vítimas. (...) *O Comércio do Porto* era uma grande empresa dotada com uma biblioteca de 40 000 volumes, um museu e uma banda de música. Em 1894 empreendeu a criação de creches, e em 1921 mantinha quatro. Em 1889 (...) construiu 95 habitações para operários (...). Desde 1880 que dava o Prémio Camões ao melhor aluno dos liceus. Em 1914 instaurou a “sopa económica” para aliviar os esfomeados da cidade. Entre 1901 e 1909 manteve no Norte (...) cursos de divulgação de conhecimentos agrícolas (...). O órgão desta instituição, o mensário *O Lavrador*, (...) chegou a tirar 400 000 exemplares¹⁴².

Além da filantropia, os periódicos notabilizavam-se pela organização de provas desportivas, exposições e outros certames. O *Diário de Notícias*, por exemplo, organizou o raide aéreo Bordéus-Lisboa-Paris, concursos diversos, as celebrações do primeiro centenário da morte de Camilo Castelo Branco, a primeira Volta a Portugal em Bicicleta (em parceria com *Os Sports*). Incentivava a leitura mercê da edição de livros oferecidos como “brindes” aos assinantes. *O Século* organizou um raide hípico por Portugal e concursos. Um concurso de *O Século*, em 1907, atraiu 76560 concorrentes a prémios milionários, como uma casa, automóveis e um iate. O *Jornal de Notícias* organizou o primeiro circuito do Minho para automóveis, motos e bicicletas e o primeiro salão automóvel do Porto. De qualquer modo,

Nenhum outro jornal (...) batia *O Século* em devoção pela comunidade. *O Século* especializou-se em campanhas de modernização, de “levantamento moral e físico da raça”, comportando-se como um ministério paralelo da cultura e desportos. Houve campanhas pela infância, pelas mães, pelo desporto, pela educação física, pela alimentação racional, pelas habitações para pobres e pelas escolas primárias. Estes temas eram propostos aos leitores no início de cada ano (...). A de 1908, por exemplo, centrava-se na mortalidade infantil. Em números sucessivos, *O Século* revelava que em cada mil mortos em Lisboa, 326 eram crianças (...). Sempre em busca de provas, (...) anunciava a oferta de 500 bilhetes de teatro às crianças que se dirigissem à redação. Nesta, escondido, estava o

142 Estes dados sobre a atividade filantrópica de *O Comércio do Porto* surgem no livro de Bento Carqueja (1934) intitulado *O Comércio do Porto ao Completar 80 Anos. Notas para a Sua História*.

operoso Dr. Samuel Maia, que, mal as criancinhas iam entrando, as despojava das roupas e examinava sem piedade. Com um ar de triunfo, *O Século* pôde assim revelar que, das 500 crianças, o olho esperto do Dr. Maia classificara apenas 72 como saudáveis e sem defeito (...). A primeira página do jornal do dia seguinte [7 de janeiro de 1908] vinha coberta de atormentadas fotografias de tórax de crianças raquíticas. (...) Era esta a função da imprensa na era da democracia de massas: não refletir o mundo, mas transformá-lo. (Ramos, 1994, p. 58)

Aspetto igualmente relevante da pujança do jornalismo português do final de Oitocentos foi o surgimento de jornais vespertinos. O primeiro a surgir foi o *Jornal da Noite* (figura 69), em 1871 (duraria até 1892)¹⁴³. Os vespertinos atraíam os funcionários urbanos que saíam do emprego e podiam ler o jornal no transporte para casa ou no próprio lar.



Figura 69
O *Jornal da Noite*, primeiro diário vespertino português. Fonte: cópia do original (2 de janeiro de 1871).

- 143 Cópia digitalizada aqui: <https://purl.pt/29689>. Houve um outro *Jornal da Noite*, afeto ao Partido Regenerador Liberal, com circulação registada entre 1903 e 1908, dirigido pelo jornalista monárquico Álvaro Pinheiro Chagas (1872-1935), filho do escritor, jornalista e político Manuel Pinheiro Chagas. É curioso que para acentuar a vertente informativa deste *Jornal da Noite*, Álvaro Pinheiro Chagas não hesitou em recrutar dois repórteres que se tinham distinguido na imprensa republicana: Rocha Martins, de *A Vanguarda*, e Mayer Garção, de *O Mundo*. O jornalista José Pontes assinava a secção desportiva desse vespertino. Álvaro Pinheiro Chagas foi redator do diário regenerador *Correio da Manhã* quando este era dirigido pelo seu pai e veio a colaborar, entre 1912 e 1913, no semanário monárquico *O Correio*. Aderiu à sublevação monárquica de Paiva Couceiro, o que o levou, durante anos, ao exílio em Espanha, França e Brasil.

A industrialização da imprensa e a profissionalização dos jornalistas também provocou mudanças no tecido empresarial da imprensa e na organização social do trabalho dentro dos órgãos de comunicação. O lançamento de novos periódicos, enfatize-se, passou, gradualmente, a ser da responsabilidade de grupos de indivíduos que, por motivos de negócio ou por comungarem das mesmas ideias políticas, constituíam sociedades por ações para o lançamento de jornais e revistas. O jornal lançado romanticamente pelo indivíduo isolado que nele fazia quase tudo deixou, passo a passo, de ter condições para competir e subsistir. As redações alargaram-se para albergar os noticiaristas e repórteres, passando a necessitar, além do editor ou diretor, de um coordenador (o chefe de redação ou redator principal), a quem Tengarrinha (1989, p. 190) atribui o papel de alma do jornal português do final de Oitocentos. Normalmente, havia também nas redações um folhetinista, quase sempre uma personagem prestigiada das Letras, que elaborava os folhetins (quando estes não eram da autoria de outrem, incluindo traduções de folhetins estrangeiros) e redigia crónicas de literatura, artes e espetáculos. A redação completava-se com os colaboradores, incluindo os informadores, cuja missão era, essencialmente, o de informar a redação do que acontecia. O crescimento das redações provocou, mais tarde, a sua divisão em secções. Mas o funcionamento das redações e a atitude dos repórteres, era criticável, conforme evoca Fialho de Almeida (1937, vol. IV, pp. 93-94) em *Os Gatos*, periódico de crítica social editado entre 1889 e 1894:

A depressão moral do jornalismo português é coisa assente, e urgiria remodelar os processos de fazer jornal, por maneira a pedir responsabilidades aos escritores pelo que escrevem, e a subordinar a fatura geral de cada número de periódico ao visto do redator principal, único fiador perante o indivíduo (...) de todas as doutrinas inseridas nele.

O que ainda assim faz conservar algum prestígio a certas redações, é ignorar-se o caos em que elas vivem e a qualidade dos elementos em que elas delegam a parte mais delicada dos seus inquéritos jornalísticos.

É deplorável! Tirando a redação política, onde se agrega o melhor do pessoal (...), o resto (...) é uma piolharia de irresponsáveis que fazem vida de aguardar emprego e enquanto esperam jantam e ceiam de andar pela cidade a disputarem-se uns aos outros os escândalos ocorridos, a ver qual no dia seguinte os dará mais picantes de nomes e detalhes. A falta de uma ingerência superior nos atos destes figurantes de polícia (que não pode haver em redações gratuitas, cheias de défices, em que a política absorve todo o labor dos cérebros lúcidos, como uma coisa digna de culto) deixa as restantes redações do jornal à mercê das anquiloses morais e mentais do pessoal inferior, para em breve torná-lo uma espécie de porto franco de tolices, de inexatidões e de denúncias. Esta exclusiva atenção dada pelos redatores principais à defesa ou à escalada de um governo, e esta tomada do jornal pelos plumitivos somenos [os repórteres] tornaram a imprensa (...) numa instituição (...) odiosa para o público, que receia a sua espionagem e, por outro lado, não a acata como tribunal moralizante. (...) Na mor das vezes, a única influência que o redator em chefe tem sobre o quadro

dos seus colaboradores consiste numa adaptação mais ou menos bem parodiada da linguagem que ele emprega nos artigos de fundo. (...) Percorram-se os jornais que atualmente correm (...). No fundo (...) é a mesma furiosa luta pela vida, sem escrúpulo nos meios de fazer leitores e apenas jogando com baralhos de cartas diferentes. E aqui detenho-me. Onde escrevi baralhos de cartas, peço que leiam baralhos de *repórteres*.

De qualquer modo, a orientação lucrativa das novas empresas jornalísticas “industriais” oitocentistas obrigou os periódicos a terem crescentemente em conta os interesses e as necessidades informativas dos leitores. O jornal, entendido como *mercadoria* cujo valor não ultrapassava umas horas, já não era feito apenas para quem escrevia e seus mais próximos correli-gionários, mas sim para a generalidade dos cidadãos, a quem tinha de agradar (Tengarrinha, 1989, p. 220). Isto é, o jornal era normalmente pensado e feito para o *público em geral*.

Assim, tornando-se o jornal não um *mestre* superior em moralidade e instrução ao público mas sim o “espelho lisonjeiro” e à “altura” deste (Antero de Quental, *cit. in* Tengarrinha, 1989, p. 220), o leitor passou a figurar na lista de preocupações dos jornalistas e dos jornais, sendo sintomática a crescente apetência dos periódicos para a publicação de notícias enviadas pelo público e para a abertura de espaços editoriais dedicados às “cartas dos leitores”.

Cada periódico estabelecia, conforme já se disse, uma espécie de contrato de leitura com o seu público, para que também o público fosse fiel ao “seu” jornal. Ainda assim, o jornalismo — o político e o noticioso — português da viragem do século XIX para o XX não se livrava das críticas corrosivas de alguns dos seus contemporâneos. Em 1889, o escritor Fialho de Almeida (2009, pp. 32-33), por exemplo, criticava, num texto que, na altura, se tornou célebre, quer o arrivismo daqueles que faziam do jornalismo um trampolim para o protagonismo político quer a forma atamancada e deformante de praticar um velho-novo género jornalístico — a *reportagem*:

Dos Barry Lindon¹⁴⁴ que vêm à capital tentar fortuna, o mais típico é o jornalista (...) pimpão, lesto em moral, intransigente em fórmulas de honra, desabusado porém de todas as crenças, batido de todas as misérias, esfomeado de todos os prazeres, (...) que (...) põe a sua fortuna num artigo (...), incorrendo na alternativa de acordar diretor-geral, ou ter de fazer saltar os miolos (...). Sob o consulado destes [jornalistas], a imprensa deixou de ser a voz da inquietação pública (...). Eles torceram o espírito de controvérsia de que vive o jornalismo (...) em testemunho falso e vilipêndio: a bela e calma linguagem falada outrora, nas pugnas vivas, porém nobres, do jornal, eles a tornaram (...) ódio, que se vomita (...) em inqualificáveis grosserias. E nem vislumbre de espírito alto, ironia pungente, ou dum ideal filosófico (...).

144 Personagem de um romance inglês que retrata a sorte de um arrivista.

Quanto aos jornalistas, dêem-me seis que tenham passado a vida a defender os interesses do povo, sem fazer da redação elevador para uma aposentadoria; dêem-me quatro onde eu escolha um grande homem de letras, ou simplesmente um grande homem de espírito (...). E a razão salta sem esforço. Os jornais (...) foram fundados para a aerostação política dum nome, para a defesa de um sindicato, ou para fazer ganhar dinheiro a um imbecil. (...) O jornalismo é um sítio de passagem (...) onde cada qual se demora o menos que pode. Todos (...) contam fazer nos jornais apenas uma estação de preparo para esta ou aquela tentativa de fortuna, (...) uma ocupação sem nobreza (...). Dada (...) a duração efémera da vida jornalística, nenhum homem de talento pode fazer do jornal a sua obra, nem convergir para artigos de transição, rápidos e destinados a viver vinte e quatro horas, o mais impressivo das suas faculdades (...).

O tirocínio destes famélicos é curto. Quase todos começam por imprimir atitudes de puros e de austeros; têm a palavra pronta, bravatas hábeis, apoplexias de cólera no argumento; e intransigentes na fórmula, esses homens surgem para a credence dos tolos como umas transfigurações da hombridade antiga e portuguesa. (...) Ninguém exige um passado a estes charlatães, como garantia de futuras responsabilidades. (...) Quatro ou cinco meses depois de mortos, não restará desses homens uma ideia, uma frase sequer, uma palavra. Serão lembrados (...) pelo crime de haverem desviado a consciência pública de (...) ideias justas (...); por haverem lançado (...) perturbações (...); por explorarem a tolice; pela lisonja; por haverem preterido o mérito ao empenho e formulado em evangelho a posse da riqueza (...). Quanto à *reportage* dos *faits divers*, essa abusa do escândalo, intervém nas deliberações dos magistrados, deturpa factos, reabilitando ou maculando, consoante as flatulências do génio em que amanhece.

A crítica mais sarcástica, e talvez também a mais engraçada, aos jornais portugueses de Oitocentos veio pela pena sempre corrosiva de Eça de Queirós e Ramalho Ortigão¹⁴⁵ (**figura 70**), logo no primeiro número do periódico de crítica social *As Farpas*, marcadamente irónico, lançado em maio de 1871¹⁴⁶. É um excerto longo, mas que vale a pena ler por completo, já que levanta uma questão central: seriam os jornais políticos românticos portugueses assim tão diferentes uns dos outros?

145 Eça e Ramalho foram dois assíduos colaboradores da imprensa portuguesa do final de Oitocentos. Escreveram juntos o folhetim *O mistério da estrada de Sintra*, tido por primeiro romance policial português, para o *Diário de Notícias*.

146 Diga-se que em *As Farpas*, Eça e Ramalho são pródigos a criticar com ironia a imprensa oitocentista portuguesa. No número de Outubro de 1871, por exemplo, revelam o seguinte: “Há um mês, (...) um telegrama do sr. visconde de S. Januário comunicou ao Governo a lívida notícia de uma sublevação em Goa (...). O telegrama (...) era como uma charada (...). Segundo a *Revolução de Setembro*, aquilo queria dizer *vitória*; segundo o *Diário Popular*, *catástrofe*. (...) Veio finalmente o correio trazendo resolvido o problema (...).

Vejam a imprensa. A imprensa é composta de duas ordens de periódicos: os noticiosos e os políticos.

Os políticos têm todos a mesma política:

A — quer ordem, economia e moralidade.

B — queixa-se de que não há economia nem moralidade, o que ele receia muito que venha a prejudicar a ordem.

C — diz que a ordem se não pode manter por mais tempo, porque ele nota que principia a faltar a moralidade e a economia.

D — observa que no estado em que vê a economia e a moralidade, lhe parece poder asseverar que será mantida a ordem.

Os periódicos noticiosos têm todos a mesma notícia:

A — noticia que o seu assinante, colaborador e amigo X partiu para as Caldas da Rainha.

B — refere que o seu amigo, colaborador e assinante que partiu para as Caldas da Rainha é X.

C — narra que para as Caldas da Rainha partiu X, seu colaborador, assinante e amigo.

D — que se esqueceu de contar oportunamente o caso, traz ao outro dia: “Querem alguns dizer que partira para as Caldas da Rainha o nosso amigo, assinante e colaborador. Não demos fé.”

Se a imprensa é assim harmónica na exposição da doutrina, nem sempre o é na apreciação dos factos.

Assim, por exemplo, o ministério *Fulano* propõe em Cortes que — atentos os serviços da ostra — o Governo seja autorizado a declarar que se considera a ostra como um verdadeiro pai!

Então, os jornais *Fulanistas* exclamam:

O Governo acaba de se declarar pai da ostra. É uma medida de grande alcance! É uma garantia para a ordem, é um penhor solene de zelo pelos serviços públicos. Quando um Governo assim procede, pode dizer-se que ampara com mão segura o leme do Estado, e que caminha na senda do progresso.

Mas no imediato, por qualquer coisa, o Ministério *Fulano* cai. Sobe o Ministério *Sicrano* e logo em seguida propõe em Cortes: — que de ora em diante, atentas grandes vantagens para a causa pública, o Governo se declare para todos os efeitos, em relação à ostra, mais do que um pai, uma verdadeira mãe.

Dizem os mesmos jornais *Fulanistas*: “O Ministério é ominoso, que com mão tão incerta dirige o leme da causa pública, declarou-se mãe da ostra, É mostrar um profundo desprezo pela ordem e pela economia! Quando um Ministério assim pratica é que vai no caminho da anarquia e leva-nos ao abismo. Que se acautele! Ficamos de atalaia a esta questão.”

Também não é igualmente harmónico o processo para julgar as pessoas.

O Sr. Fulano é feito presidente de ministros: vai à Câmara.

Ao outro dia, dizem os jornais ministeriais: “O nobre presidente do Conselho tinha ontem à sua entrada na Câmara umas magníficas botas de pelica. Que admirável pelica! Só quando se tem como Sua Ex.^a um tão grande zelo pelo bem do país e uma tão grande experiência das coisas públicas, se pode encontrar uma tão boa pelica.

Os jornais moderados, em expectativa, de meia oposição, dizem: — Não somos adutores do poder, dizemos-lhe em face a verdade: conhecemos a longa experiência, os altos dotes oratórios, do Sr. presidente do Conselho, mas apesar do seu tato político, S. Ex.^a tinha apenas umas botas moderadas de vitela francesa.

Os jornais de oposição feroz exclamam: — Insensatos! Quereis lançar-nos no abismo das revoluções? Desafiáis a cólera do povo? Que vindes vós falar na experiência, nas virtudes cívicas do Sr. presidente do Conselho? É um sujeito ominoso. Não! As suas botas não são de vitela francesa, como quer a oposição hipócrita, nem de pelica fina, como quer uma maioria venal. As suas botas demonstraram que caminhamos para a anarquia: são de coiro de Salvaterra!



Figura 70
Ramalho Ortigão e Eça de Queirós.
Fonte: Cunha (1914).

Mais à frente, Eça e Ramalho, no mesmo número das *Farpas* (maio de 1871), reforçam a ideia de que os jornais políticos seriam um tanto ou quanto insensatos e trabalhariam para a sua própria descredibilização, escrevendo o seguinte:

— E vós, jornais políticos, não confessais vós todos os dias a impotência dos vossos políticos? Não vos tendes dito uns aos outros os extremos insultos? Não vos tendes destruído uns aos outros? (...) Não é verdade que o *Diário Popular* tem dito dentro do sistema que o sr. Fontes é incapaz de organizar o país? É. — Não é verdade que a *Revolução [de Setembro]* tem provado à saciedade, dentro do sistema, que o sr. bispo de Viseu é incapaz de organizar o país? É. — Não é verdade que a *Gazeta do Povo* tem provado que ambos eles são incapazes? E não é verdade que a *Revolução* e o *Diário Popular* têm dito uniformemente que o incapaz é o Sr. Braamcamp? É. Por consequência, parece que estais inutilizados uns pelos outros. (*As Farpas*, n.º 1, maio de 1871)

Os próprios jornais não se tratavam com luvas de peliça. O vespertino *A Tarde*, por ocasião da publicação do seu primeiro número, datado de 22 de abril de 1889, saudava do seguinte modo, na página um, a restante imprensa lisboeta (é de notar o elevado número de jornais, um exemplo de polifonia que se foi perdendo com o tempo):

SAUDAÇÃO À IMPRENSA

Diário de Notícias — Burguês de bom-senso, mas um bocado mexeriqueiro. Nas traseiras do prédio há namoro que ferve.

Folha do Povo — A filha mais velha do *Trinta*. As ideias vermelhas do pai, temperadas pela exigência do sexo.

Revolução de Setembro — Era uma folha às direitas. Ultimamente sabe-se-nos de esquerda.

Século — O moço de forçado da República.

Gazeta de Portugal — O *Economista* regenerador [o Partido Regenerador alternava com o Partido Progressista no Governo].

Economista — A *Gazeta de Portugal* progressista.

O Dia — O seu redator principal declara que não sabe, nem entra. Se não sabe, nem entra, fica entre portas. Cuidado, não se constipe.

O Tempo — Quando muito, pode saber se o provável... parte amanhã.

O Globo — O beco do Fala-Só.

Jornal do Comércio — Folha acentuadamente política. Diabo, a política será um comércio?

A Crença Liberal — Símbolo vão sobre um sepulcro.

Correio da Manhã — Se em vez de escrito, fosse falado, ninguém entenderia três quintos do que ele dissesse.

A Época — Como artigo de agricultura, fez época uma descompostura do conde de Bretundos no governo.

Diário Ilustrado — Artigos de modas.

Esquerda Dinástica — Se ele não havia de escolher um título feminino para a gazeta. O coração está do lado esquerdo.

O Imparcial — Tira o cavalo da chuva.

Diário Popular — A cidadela do Sr. Mariano. É daí que ele arremessa há vinte anos toda a espécie de projéteis, desde o chumbo miúdo das biscoas até às granadas explosivas da calúnia. Durante largo tempo, toda a sua artilharia se assestou contra o Paço da Ajuda [palácio real]. Hoje, quando o Rei passa, em vez da famosa capa, que tantos anos tremulou ao vento, iça, respeitosamente, o pavilhão real e salva com vinte e um tiros.

Correio da Noite — Hospedaria de redatores.

Comércio de Portugal — Lençol para cama de casados.

Democracia Portuguesa — Capilé republicano.

Repórter — Cacharolete político.

Jornal da Noite — Um dissidente amigo da ordem.

Os Debates — Magalhães Lima tem bigodes loiros e o *Século* bigodes pretos. Consiglieri Pedroso tem bigodes pretos e *Os Debates* bigodes loiros.

Novidades:

CARNET MONDAIN

Arre, seus malandros!

Entre os géneros jornalísticos comuns da altura, o *suelto*, uma espécie de notícia breve bem-humorada ou de crítica, fazia escola, entre as notícias, as reportagens e os artigos políticos ou a crónica do social. Eis, igualmente, um *suelto* do primeiro número de *A Tarde* (22 de abril de 1889) que documenta como os jornais se espiçavam uns aos outros:

Diz *O Século*: Faleceu e sepultou-se ontem, em Tavira, o nosso correligionário Roque Faria. Era um republicano. Por isso sentimos a sua morte. Quer dizer, se o homem fosse monárquico, *O Século* até mandava deitar foguetes. Que fígados de gazeta!

Com um mercado restrito e com fraco poder de compra, num país endividado e em permanente crise financeira e económica, nos periódicos portugueses da viragem do século XIX para o XX trabalhava-se em condições precárias. Em 1927, o jornalista Jorge d'Abreu escrevia o seguinte sobre o jornal *A Tarde* (**figura 71**), no qual tinha trabalhado no final do século XIX:

Há 28 anos, a *Tarde* alcandorava-se no Bairro Alto, num segundo andar da rua da Barroca, esquina da travessa dos Fiéis de Deus. Escadas de pedra longas e soturnas conduziam até lá; de pedra eram atapetados os corredores escuros e as divisões do edifício, exceção feita ao gabinete do diretor, do gabinete do subdiretor, da *sala comum* e da sala da administração. O mobiliário reduzia-se a umas secretárias indispensáveis, a duas mesas e algumas cadeiras ameaçando ruína. As paredes da *sala comum*, onde o papel caía aos pedaços, tinham o simples ornamento de coleções de jornais dependuradas em réguas de madeira. Ao lado, num desvão, uma bilha de água e um copo. Sobre tudo isto, um ambiente morno e triste de casa velha, que nos sufocava durante as horas de serviço

e contra o qual tentávamos reagir, indo espaiar à *varanda do bom Teodoro*, contemplando por momentos uma nesga da vida tão característica e tão pitoresca do Bairro. (Abreu, 1927, p. 14)



Figura 71
Página um do jornal vespertino
A Tarde. Fonte: cópia do original
(22 de abril de 1889).

Por vezes, jornais como *A Tarde* dependiam de táticas específicas para conseguirem sobreviver. Sendo um vespertino, *A Tarde*, por exemplo, podia dar no próprio dia as listas completas dos prémios da lotaria:

Nos dias de lotaria, como saía à rua cerca das 3 horas [15 horas] e publicava a lista completa dos prémios, a *Tarde* fazia figura de jornal de certa tiragem e o bom Teodoro de Almeida, administrador e quase o único empregado da administração, não se eximia ao prazer de tomar o peso da caixa de folha onde o chefe de venda recolhia o dinheiro (...). Eram esses, os dias de lotaria, os de maior ventura do jornal. E o bom Teodoro esperava-os sempre com tanta impaciência que mal enfiávamos, os da redação, no estreito compartimento que era a *sala comum*, para iniciarmos a tarefa quotidiana, ele surgia à porta (...) e lançava esta recomendação:

— Hoje, vocês já sabem, anda à roda! Não se *estendam*!

Estender, claro, no sentido de demorar o trabalho tipográfico, de atrasar a impressão, de contribuir, por uma negligência no serviço, para uma diminuição na venda e, consequentemente, na receita do jornal.

E enquanto não via a *Tarde* a circular, apregoada por duas dúzias de vendedores, o bom Teodoro não cessava de percorrer todas as dependências da gazeta, nervoso (...). (Abreu, 1927, p. 14)

Se os meios eram escassos, os recursos humanos eram-no ainda mais e os processos produtivos e as rotinas manifestamente artesanais (embora os redatores tomassem providentes cuidados literários). Mas a vida no jornalismo era descontraída e boémia, embora, pontualmente, perigosa. Alguns conflitos resolviam-se em cenas de pugilato ou em duelos. Eis como Jorge d'Abreu (1927, pp. 14-15) narra a vida na redação de *A Tarde*, salientando o quanto a sociedade portuguesa de então estava espartilhada por uma rede de clientelismo:

Dos cinco redatores do jornal, o primeiro a aparecer, aí pelas 9 da manhã, era o Almeida Campos, sempre muito cuidado de vestuário (...), olhando um pouco de revés as pessoas que o procuravam e lhe pediam favores. E que porção de gente ele atendia diariamente no jornal, na Arcada, no americano a caminho de casa e, à noite, no botequim, onde pousava depois do jantar (...). Sabiam-no relacionado na polícia, nos ministérios, nos hospitais, nos quartéis, no pequeno comércio da Baixa. (...) Incumbido da reportagem da Arcada e do governo civil, Almeida Campos (...) pouco mais fazia do que mudar os tempos dos verbos numa ou noutra notícia dos grandes jornais matutinos. (...) Com espaçosos intervalos, publicava um artigo, geralmente de crítica literária. Geralmente também a produção rendia-lhe um desgosto. Da última vez que isso lhe sucedeu (...) teve de sustentar (...) um espalhafatoso pugilato. (...) Outro redator de *A Tarde* — o redator principal — Alberto Bramão (...), depois e antes de principiar a escrever (...), executava uma série de elevações a pulso numa travessa de madeira (...). A seu cargo estava o artigo político quando Urbano de Castro o não escrevia; e para desfazê-lo, treinar a pena e dar largas ao seu permanente bom humor, recortava uns *sueños* de comentário, em prosa e verso (...). Generoso (...), Alberto Bramão, mesmo quando o assediava um desengonçado moço frequentador do jornal, que gemia uns versos idiotas e moía uma prosa sonsa e infantil, não desdenhava aconselhá-lo (...). Que me lembre, apenas um dia não resistiu ao desejo de fazer uma *partidinha* a esse moço, que lhe confiara umas quadras (...) intituladas (...) *Sempre em Trevas*. Deixou que a prova de granel viesse da tipografia e que o autor a revisse, mas, ao restituí-la à composição para emendas, o título *Sempre em Trevas* passou a *Sempre em Trovas* e a assinatura do aspirante a poeta sofreu igualmente uma torção caricatural (...). Escusado será dizer que, no dia seguinte, a aparição do infeliz autor na *sala comum* teve qualquer coisa da entrada, na arena, de um touro (...).

Num balanço, poderá dizer-se que, num país pobre que ainda possuía 75% de analfabetos em 1900, segundo o recenseamento deste ano, a imprensa portuguesa de grande expansão logrou, ainda assim, desenvolver-se satisfatoriamente ao longo do século XIX, entrando no século XX mais profissionalizada, melhor apetrechada tecnologicamente e mais sólida. Trinta e quatro diários passaram do século XIX para o XX¹⁴⁷ e destes oito deles chegariam ao século XXI (**tabela 34**).

147 Caso se considere 1900 como o primeiro ano do século XX (sendo precisos, é o último ano do século XIX).

Tabela 34

Diários portugueses que transitaram de século.

Jornais	Século XX	Século XXI	Em publicação
<i>Açoriano Oriental</i> (1835 - em publicação)	X	X	X
<i>O Comércio do Porto</i> (1854-2005)	X	X	
<i>O Comércio Micaelense</i> (1894-1908)	X		
<i>Correio da Noite</i> (1881-1910)	X		
<i>Correio Nacional</i> (1893-1906)	X		
<i>O Dia</i> (1887-1927)	X		
<i>Diário da Tarde</i> (1898-1910)	X		
<i>Diário de Lisboa</i> (1896-1903)	X		
<i>Diário de Notícias</i> (1864 - em publicação)	X	X	X
<i>Diário de Notícias [do Funchal]</i> (1876 - em publicação)	X	X	X
<i>Diário do Comércio</i> (1896-1911)	X		
<i>Diário dos Açores</i> (1870 - em publicação)	X	X	
<i>Diário Ilustrado</i> (1872-1911)	X		
<i>Diário Popular</i> (1897-1911)	X		
<i>O Direito</i> (1859-1911)	X		
<i>A Folha do Povo [A Folha da Tarde, Jornal do Povo]</i> (1879-1906)	X		
<i>Jornal de Notícias</i> (1888 - em publicação)	X	X	X
<i>Jornal do Comércio</i> (1853-1976)	X		
<i>A Nação</i> (1847-1917)	X		
<i>Novidades</i> (1885-1910 e 1911-1913)	X		
<i>A Palavra</i> (1872-1911)	X		
<i>A Pátria</i> (1899-1900)	X		
<i>O Popular</i> (1896-1907)	X		
<i>O Primeiro de Janeiro</i> (1868-2015)	X	X	[Em publicação na Web]
<i>A Província</i> (1885-1904)	X		
<i>A República [A Voz Pública, A Pátria]</i> (1890-1911)	X		
<i>A Revolução de Setembro</i>	X		
<i>O Século</i> (1880-1977)	X		
<i>O Setubalense</i> (1896-1908)	X		
<i>A Tarde</i> (1892-1905)	X		
<i>O Telégrafo</i> (1893-1993)	X		
<i>O Tempo</i> (1895-1904)	X		
<i>A União</i> (1893 — em publicação)	X	X	X
<i>A Vanguarda</i> (1891-1911)	X		

Fonte: elaboração própria a partir de dados de Matos e Lemos (2006, pp. 641-642)



Figura 72
Caricatura dos jornais publicados no final do século XIX, por
Rafael Bordalo Pinheiro. Fonte: reprodução do original.

Segundo Eduardo Coelho (1880), existiam, em 1880, cerca de duzentos periódicos em Portugal, que tiravam, diariamente, cerca de cem mil exemplares; em 1894, eram, pelo menos, quatrocentos os periódicos publicados em Portugal, segundo um relatório de Brito Aranha *et al.* (1894) apresentado ao 1º Congresso Internacional da Imprensa, realizado em Antuérpia. Tais factos dão uma ideia da vitalidade da imprensa portuguesa no fim do século XIX. Ademais, Alfredo da Cunha (1898) afirmava que somente os três principais jornais de Lisboa já tiravam mais de cem mil exemplares diários, em 1898, numa comunicação ao Congresso Internacional da Imprensa, realizado em Lisboa. Segundo dados colhidos por Rui Ramos (1994, p. 52), em 1900 publicavam-se 416 títulos de periódicos de todo o género, 64% dos quais semanários e 67% dos quais de pequena tiragem (200 a 800 exemplares), sendo, maioritariamente, de cariz político e político-noticioso. Lisboa e Porto concentravam a imprensa diária (além das duas maiores cidades, só Évora e as ilhas tinham diários) e a maioria relativa das publicações (42%), sendo também as cidades onde a paisagem da imprensa era mais diversificada. Outra fonte, Brito Aranha (1900), afirma que em 1900 havia 583 jornais em Portugal, incluindo territórios ultramarinos, o que ajuda a explicar a diferença em relação à contabilização de Rui Ramos.

Apesar das assimetrias regionais, o jornalismo português era, então, uma força social e cultural relevante em todo o País, mas mais no Litoral do que no Interior e mais a Norte do que a Sul. Os semanários regionais tirariam cerca de 150 mil exemplares por semana, estando concentrados, principalmente, nos distritos de Braga, Aveiro, Coimbra e Viana do Castelo (36%). No distrito de Beja só havia dois periódicos e nos distritos de Bragança e de Castelo Branco havia cinco (Ramos, 1994, p. 52).

Em Braga, a imprensa seria representada por cerca de 23 mil exemplares por semana, o que daria um exemplar para 17 habitantes. Em Beja, os 1300 exemplares semanais significavam um exemplar para 148 habitantes. A população masculina capaz de ler era muito maior em Braga e no Noroeste (...). No entanto (...), não era só o analfabetismo que limitava a imprensa. Em Braga circulava semanalmente um exemplar para cada três homens alfabetizados e em Beja um para catorze. Quer dizer que Beja poderia ter pelo menos cinco vezes mais exemplares em circulação se os homens que aí sabiam ler tivessem pelos jornais o interesse que tinham os de Braga, ou se houvesse em Beja a tradição de publicar que aparentemente havia no distrito do Norte (Ramos, 1994, pp. 52-53).

No final do século XIX, assistiu-se, pois, não só ao aparecimento de um vasto número de jornais regionais e locais em Portugal, alguns de feição política, outros de orientação político-noticiosa e noticiosa, mas também ao aparecimento de periódicos especializados, nos mais diversos segmentos da imprensa. Apareceram, nas bancas, periódicos desportivos (**figura 73**); médicos e farmacêuticos; científicos; comerciais e industriais; literários; militares; satíricos (**figura 74**), sobressaindo o *António Maria*, no qual o seu criador, Rafael Bordalo Pinheiro, deu longa vida à caricatura coletiva do povo português — o Zé Povinho (**figura 75**); agrícolas; culturais, femininos, etc.



Figura 73

Página um do primeiro número de *O Sport*¹⁴⁸. Fonte: cópia do original (22 de janeiro de 1894).



Figura 74

O Ant6nio Maria, de Rafael Bordalo Pinheiro, importante peri6dico sat6irico do final do s6culo XIX. Fonte: c6pia do original (12 de junho de 1879).

¹⁴⁸ *O Sport*, lançado a 22 de janeiro de 1894 (acabaria pouco depois, a 23 de março deste mesmo ano), foi o primeiro jornal desportivo portugu6s criado de raiz. Dirigido por Henrique Pinto do Amaral, já publicava fotografias de eventos desportivos (no primeiro número, um instantâneo de um jogo de futebol), dando um impulso notável ao fotojornalismo de desporto.



Figura 75

Rafael Bordalo Pinheiro e o “seu” Zé Povinho, caricatura coletiva do povo português.

Não obstante o dinamismo evidenciado pela sociedade civil na fundação de jornais, pelo final do século XIX, até à implantação da República, em 1910, a liberdade de imprensa em Portugal foi cerceada, passo a passo, pelos últimos governos monárquicos, face ao aumento da instabilidade e ao desafio à Monarquia colocado pela ação de republicanos, socialistas, anarquistas, operários em luta e outros, por vezes reunidos em sociedades secretas, como a Maçonaria, a Carbonária Portuguesa e a Formiga Branca. O humilhante Ultimato inglês de 1890 contra as pretensões portuguesas de unir os territórios coloniais de Angola e de Moçambique contribuiu para acirrar os ânimos contra a Monarquia. Os periódicos faziam eco dessa situação. Os jornais políticos, ligados a partidos, propagavam as posições partidárias, alimentando a discussão pública.

A legislação de imprensa aprovada na fase final do período monárquico instituiu, de facto, um regime mais constrangedor da liberdade de imprensa. Uma portaria de 1881 impedia o acesso às notícias policiais. Um decreto de 29 de março de 1890 facilitava a repressão judicial sobre a imprensa e a prisão de jornalistas, ao suprimir a intervenção do júri nos julgamentos por abuso de liberdade de imprensa e ao alargar do autor ao editor ou, na sua falta, ao dono da tipografia a responsabilidade criminal em matéria de abuso de liberdade de imprensa. Um decreto de 1896 proibia que se noticiassem notícias sobre anarquistas. Em 1898, foi revogado o decreto de 1890, mas isso não impediu a continuação dos processos contra os jornais republicanos e os assaltos violentos da polícia ou de arruaceiros, com a cobertura das

autoridades, contra as suas sedes e contra as tipografias onde eram impressos. O juiz lisboeta Francisco António da Veiga tornou-se conhecido pela sua particular animosidade contra a imprensa e não se coibia de proibir os jornais de abordarem certos assuntos sob pena de suspensão, apreensão ou mesmo encerramento.

O início do século XX não trouxe melhorias à situação. O jornalismo português começou o século XX sob o signo da intensificação da censura à imprensa e da repressão sobre os jornalistas e jornais que desafiavam o poder, em particular sobre os republicanos. Os jornais incómodos eram judicialmente processados ou apreendidos, textos ou partes de textos censurados, alguns jornalistas e editores presos (por vezes em situação de incomunicabilidade) ou degredados. A vigilância policial parecia omnipresente. Continuaram a ocorrer assaltos violentos contra jornais republicanos e contra as tipografias em que eram impressos. *O Século*, *O Mundo*, *A Vanguarda* e *O Progresso* foram alguns dos periódicos vítimas dessa violência. Para protestarem contra a censura, em determinadas ocasiões os jornais deixavam em branco as partes censuradas (Tengarrinha, 1989, p. 254), para que o público se apercebesse dos cortes. Sucediavam-se, infrutiferamente, abaixo-assinados, manifestos, comícios e conferências a favor da liberdade de imprensa, alguns deles promovidos pelas várias associações de jornalistas de Lisboa e do Porto, fundadas no século XIX (indiciando a profissionalização da classe), bem como pela Liga das Empresas Jornalísticas de Lisboa, grémio dos editores.

A 11 de abril de 1907, durante o Governo autoritário de João Franco, um novo decreto alargou os delitos de abuso de liberdade de imprensa. Criaram-se os alcunhados “gabinetes negros”, reuniões semanais dos agentes do Ministério Público das comarcas judiciárias, destinadas a examinar os conteúdos dos jornais. Nesse mesmo ano, a 20 de junho, um novo decreto atribuiu aos governadores civis a faculdade de apreenderem e suspenderem jornais. Aprisionaram-se e degredaram-se alguns jornalistas, aplicaram-se multas, moveram-se processos judiciais contra jornalistas e jornais e alguns destes foram suspensos ou viram algumas das suas edições serem apreendidas. Entre outros casos, *O Primeiro de Janeiro*, por causa das crónicas de opinião “As minhas razões”, subscritas pelo republicano João Chagas, foi suspenso por oito dias, em junho de 1907; o insuspeito *Novidades* foi suspenso a 4 de setembro de 1907 e só voltou a circular a 18 do mesmo mês. Por causa da situação vigente em Portugal, alguns jornalistas exilaram-se, como aconteceu com o republicano Freitas Borges, que lançou, em Espanha, o jornal *O Espetro do Mundo*. Este jornal circulou clandestinamente em Portugal até 1908, ano em que Freitas Borges regressou ao País, sendo preso. Jorge d’Abreu (1927, p. 87) recorda, no entanto, que a censura à imprensa nessa fase da Monarquia era bastante mais subtil e suave do que tem sido descrita, e que, por vezes, os jornalistas a contornavam, graças aos laços que mantinham entre eles e com camaradas de outros países, designadamente do Brasil:

Já contei, num artigo publicado em Lisboa, que a censura à imprensa exercida durante o governo de João Franco se limitava a um simples recado telefónico dado pessoalmente pelo ditador. Exemplo:

— *O Século* não pode publicar isto ou aquilo...

E pronto. Cortava-se a comunicação e não havia que discutir a ordem breve e terminante.

Quando foi da explosão de bombas na rua do Carrião, em que perderam a vida o médico Gonçalves Lopes e o negociante Belmonte, o recado telefónico não tardou a aparecer:

— Desse caso das bombas, o *Século* só pode noticiar que *faleceram Cicrano e Beltrano*. Nada mais.

E eu que tinha o relato minucioso do sinistro, adornado de croquis de Gaspar Teles e *clichés* de Benoliel, fui forçado, para não perder o trabalho, a cedê-lo a Cunha e Costa, que o estampou daí a um mês num jornal do Rio de Janeiro.

A elevação de D. Manuel II ao trono, por causa do assassinato do Rei D. Carlos e do príncipe herdeiro, D. Luís Filipe, em 1908, por republicanos revolucionários, acabou por se tornar benéfica para a imprensa, que viu abrandar a censura e a repressão por força da política conciliatória promovida pelo novo e jovem soberano. Entre 1908 e 1909, houve, pois, um curto período de abrandamento da repressão sobre a imprensa e vários jornalistas presos foram amnistiados e postos em liberdade, mas em 1909, já sob o governo de Campos Henriques, restabeleceram-se algumas das medidas repressivas contra a imprensa, que se mantiveram até à queda da Monarquia, a 5 de outubro de 1910.

Alguns dos jornais generalistas desse tempo mantinham um formato próximo dos atuais tabloides (cerca de 50 cm x 35 cm), mas outros já exibiam o grande formato, cerca de 72cm x 50 cm (**figura 76**). Embora conservassem um design vitoriano, com as notícias a sucederem-se umas às outras, verticalmente, coluna a coluna, quase todos publicavam ilustrações. A informação visual tinha chegado já à imprensa diária noticiosa e generalista portuguesa. A adoção, a partir de 1890, de meios técnicos cada vez mais sofisticados, como as impressoras rotativas (**figuras 58 a 60**) e a linotipia (**figuras 61 e 62**) — composição a quente, com chumbo fundido –, a procura da informação e o lucro sustentaram a firme expansão da imprensa portuguesa na transição para o século XX.

Apesar das dificuldades sentidas pelo jornalismo português durante a Monarquia, a República, imposta, em 1910, por uma minoria urbana, vanguardista e revolucionária republicana, à revelia dos instrumentos do Estado de Direito e contra aquele que seria o sentimento da maioria da população do País (impedida de se pronunciar sobre a mudança de regime¹⁴⁹), foi significativamente mais repressiva e nociva para a imprensa, principalmente entre 1926 e 1974, do que o foi a Monarquia, entre 1834 e 1910.

149 Sob o lema de que o país poderia ser do povo, mas o estado era dos republicanos, estes apressaram-se a restringir o direito de voto e a liberdade de imprensa. A instabilidade republicana provocaria, inclusivamente, o colapso do regime e a instituição de um regime ditatorial — republicano — a partir de 1926 (até 25 de Abril de 1974), que trouxe de volta a censura prévia à imprensa e também trouxe a polícia política e outros dispositivos repressivos.

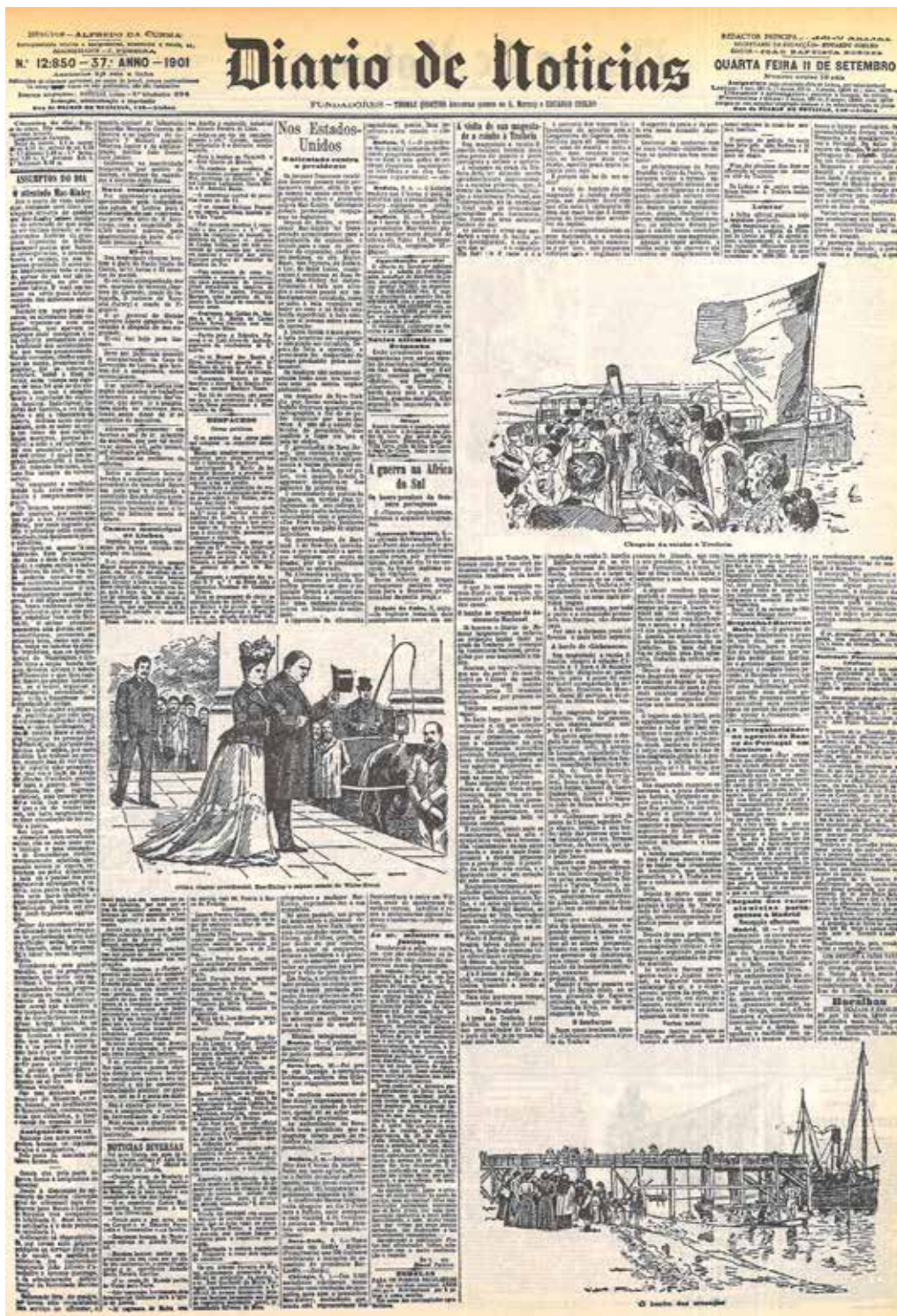


Figura 76
Primeira página do *Diário de Notícias* de 11 de setembro de 1901. Fonte: reprodução do original.

5.5.1 A grande imprensa no Porto no final do século XIX

A imprensa no Porto revelou, na segunda metade do século XIX, um enorme dinamismo. Entre 1850 e 1890 publicaram-se, pelo menos, cerca de 400 periódicos e pelo menos cerca de 90 circularam no distrito entre 1894 e 1900 (Tengarrinha, 1989; Silva, 1990; Pereira, 1998), ainda que muitos deles, devido à fragilidade das estruturas e do mercado, tivessem tido vidas curtas, cruzadas com algumas tentativas de ressurreição. No Porto, em 1888, ano de nascimento do *Jornal de Notícias* (**figura 77**), além deste, de *O Comércio do Porto* (**figura 43**) e de *O Primeiro de Janeiro* (**figura 80**), os três principais matutinos da cidade, publicavam-se onze diários politicamente alinhados (**cf. tabela 35**). Alimentavam um público consumidor de notícias e outras informações já relativamente alfabetizado — cerca de 65 % da população da cidade provavelmente já saberia ler, contrastando esta taxa de alfabetização com o analfabetismo que imperava no meio rural e que atingiria cerca de 80% da população (Alves, 1993).

Tabela 35

Diários políticos do Porto em 1888.

Título	Páginas	Dimensões (cm)	Preço (réis)	Tendência
<i>A Atualidade</i>	4	59x39	10	Republicano
<i>O Comércio Português</i>	4	59x39	10	Progressista
<i>O Dez de Março: Gazeta da Tarde</i> (1879-1886)	4	56x36	10	Progressista
Vespertino				
<i>A Folha Nova</i> (1881-1888)	4	50x33	10	Republicano Redator principal: Emídio de Oliveira Digitalizado em: http://purl.pt/30414
<i>Jornal da Manhã: Diário Político, Noticioso e Comercial</i> (1872-1888)	4	59x41	10	Regenerador. Progressista, a partir de setembro de 1888, quando, após o surgimento do <i>Jornal de Notícias</i> no campo regenerador, a propriedade do jornal foi adquirida por Emídio Navarro, Vieira de Castro e Gualdino de Campos.
<i>Jornal do Porto</i> (1859-1892)	4	63x44	20	Regenerador Propriedade: José Barbosa Leão. Digitalizado em: http://purl.pt/14338

<i>A Luta: Folha da Tarde</i> (1875-1890) Vespertino	2 a 4	45x31	10	Regenerador Redator principal: Urbano Loureiro A. A. Correia
<i>O Norte: Diário Político</i> (1888-1889)	4	50x34	10	Esquerda liberal
<i>A Palavra: Jornal Religioso, Literário, de Notícias e de Assuntos de Interesse Público</i> (1872-1911)	4	49x34	20	Católico e conservador Redator responsável: J. C. Pinto da Cruz
<i>O Porto Liberal</i>	4	50x34	10	Independente
<i>A Província</i> (1885-1904)	4	59x34	10	Progressista

Fonte: Sousa (1988, p. 34) e Porbase.

Os três principais e históricos diários portuenses ultrapassaram o século XIX e chegaram vivos quase até ao final do século XX. Dos três, no entanto, só o JN, vencendo o tempo, chegou aos dias de hoje, se não se considerar a presença residual de *O Primeiro de Janeiro* na Web.

Fundado por políticos regeneradores como José Guilherme Pacheco, à cabeça, João Marcelino Arroio, José Diogo Arroio, José Maria da Fonseca e Manuel Vaz de Miranda, o *Jornal de Notícias* (**figuras 77 e 78**) nasceu, a 2 de junho de 1888, como um periódico político-noticioso, afeto ao Partido Regenerador, mas, gradualmente, reconverteu-se num jornal eminentemente noticioso e popular, por vezes com alguns tiques sensacionalistas, e com uma organização própria da imprensa industrializada.

Afastando-se das discussões políticas, mas não da defesa — também ela, na verdade, política — do Porto e do Norte, o JN atingiu, 37500 exemplares de tiragem no início do século XX, sendo, conforme apregoava, o diário mais difundido no Norte. A sua rutura definitiva com o Partido Regenerador deu-se em 1907, quando, por acordo entre os seus proprietários, José Diogo Arroio, diretor, Aníbal de Moraes e Manuel Vaz de Miranda, se constituiu a Empresa do Jornal de Notícias.

No início do século XX, o JN já era o diário portuense de maior tiragem, condição que manteve até hoje, sobrevivendo aos seus rivais históricos, *O Primeiro de Janeiro* e *O Comércio do Porto*, que já desapareceram. Apesar de os jornais do Porto serem considerados, a partir da capital, jornais “da província”, tiveram enorme vitalidade e grandes tiragens e circulação quase até ao final do século XX.

Se os seus concorrentes se afirmaram pelo conservadorismo e pela advocacia das causas da burguesia mercantil e financeira do Porto (caso de *O Comércio do Porto*) e pela informação mais circunspeta e de qualidade (caso de *O Primeiro de Janeiro*), o *Jornal de Notícias*, sobretudo a partir do início do século XX, ganhou leitores e um vínculo extraordinário à cidade

do Porto, graças aos pequenos anúncios (os desempregados podiam, gratuitamente, publicar anúncios em que se ofereciam para trabalhar), à exploração noticiosa e, por vezes, dramática e moralista, dos pequenos acontecimentos e problemas que ocorriam na urbe (os crimes, os dramas humanos, a linguagem torpe...), à abundância da informação regional (alicerçada numa importante rede de correspondentes, sobretudo no Norte de Portugal) e à colagem às reivindicações populares dos portuenses, às quais servia de porta-voz, numa linguagem simples e popular. Por isso, em 1895, já tirava, diariamente, cerca de 16 mil exemplares.

Um dos casos mais relevantes da vinculação do *Jornal de Notícias* com a cidade do Porto foi a sua campanha, com farto eco popular, contra o isolamento sanitário do Porto, durante uma epidemia de peste bubónica que atingiu a cidade, em 1899. A veemência com que desenvolveu essa campanha, inclusivamente contra o seu rival mais circunspeto *O Primeiro de Janeiro*, levou à primeira de várias suspensões de publicação do JN, por imposição das autoridades, mas, para contornar, legalmente, o problema, o *Jornal de Notícias* fez uma coisa muito simples: durante os dias em que foi suspenso, publicou-se com outros títulos, devidamente registados: *Notícias* (19 de outubro de 1899) e *Diário da Manhã* (20 a 27 de outubro de 1899). Regressou ao seu título de sempre no dia 29 de outubro de 1899.

A atenção que deu ao desporto e os vínculos que criou com os clubes da cidade, nomeadamente com o Futebol Clube do Porto, foram outros dos fatores que levaram o *Jornal de Notícias* à posição de destaque que ocupou e ocupa no panorama da imprensa portuense e portuguesa. Ao JN se deveu, por exemplo, em 1912, a organização do primeiro circuito do Minho para automóveis, motos e bicicletas e, em 1914, a organização do primeiro salão automóvel do Porto.

As campanhas solidárias, como a do “Natal dos Pobres”, contribuíram para o tornar o periódico mais querido do povo portuense, incluindo-se aqui o público feminino, atraído pelo noticiário, mas também por rubricas como a “Crónica de Modas”.

Tendo-se convertido na empresa jornalística mais bem-sucedida e sólida do Porto, o *Jornal de Notícias* mudou a sua sede para a monumental Avenida dos Aliados, quando esta foi aberta, no que seria, aliás, acompanhado por *O Comércio do Porto* e por *A Palavra*. Era comum, ao tempo, os populares concentrarem-se junto às sedes dos jornais para saberem das notícias, muitas delas afixadas nas portas ou em placares dos respetivos edifícios (**figura 78**). Em 1971, o JN mudou, novamente, a sua sede, desta vez para o edifício emblemático da rua Gonçalo Cristóvão, à época um dos mais altos da cidade.

O Comércio do Porto e *O Primeiro de Janeiro*, estimulados pelo sucesso editorial do *Jornal de Notícias* e pelo modelo dos jornais noticiosos generalistas “industriais”, adaptaram-se à concorrência. Tinham na sua base empresas sólidas e estruturadas, conforme comprova o conjunto de fotografias da **figura 79**, mas as salas de redação eram pobres e despidas, tal como se nota nas mesmas fotos.



Figura 77
Primeira página do primeiro número do *Jornal de Notícias*. Fonte: reprodução do original.



Figura 78
Primitivo edifício-sede do *Jornal de Notícias*. Fonte: *Jornal de Notícias*.

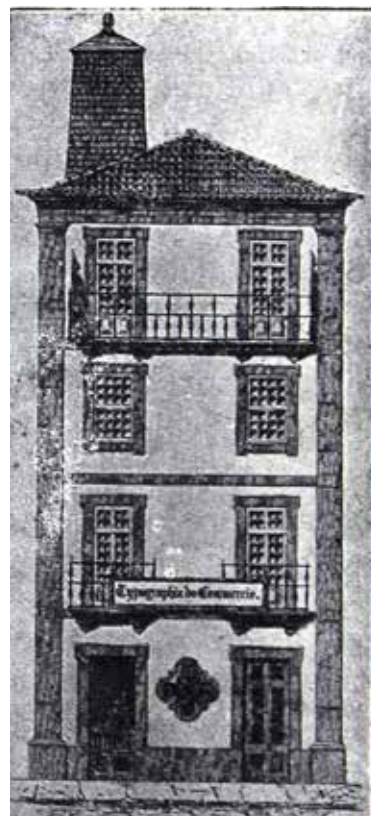
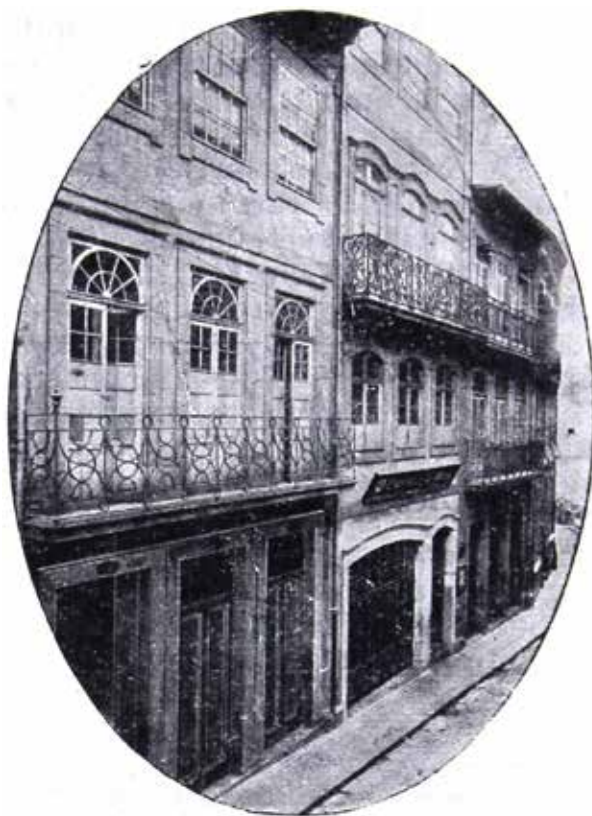
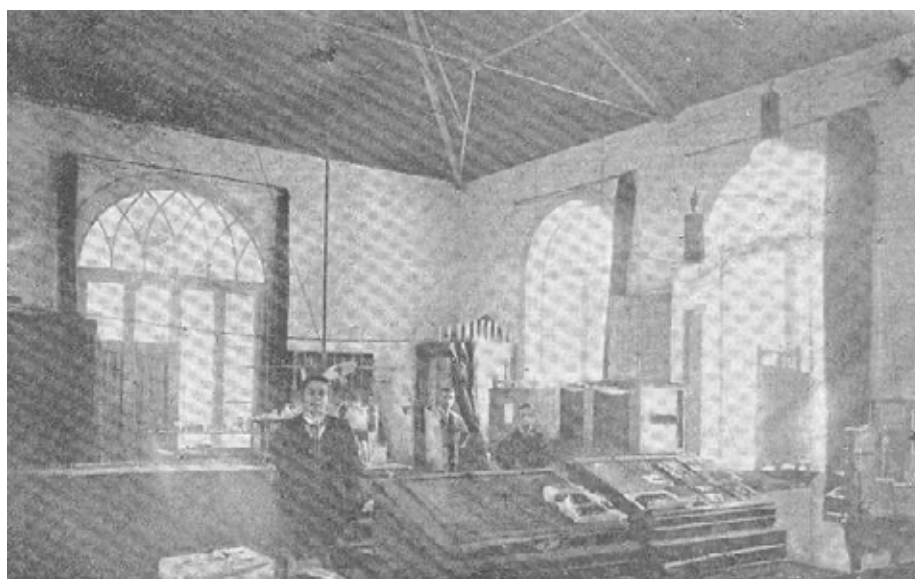
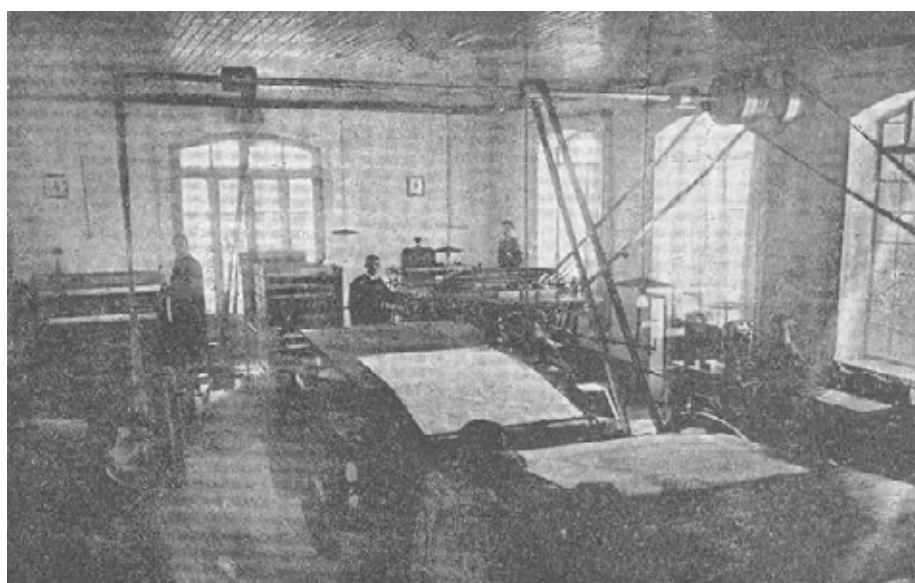
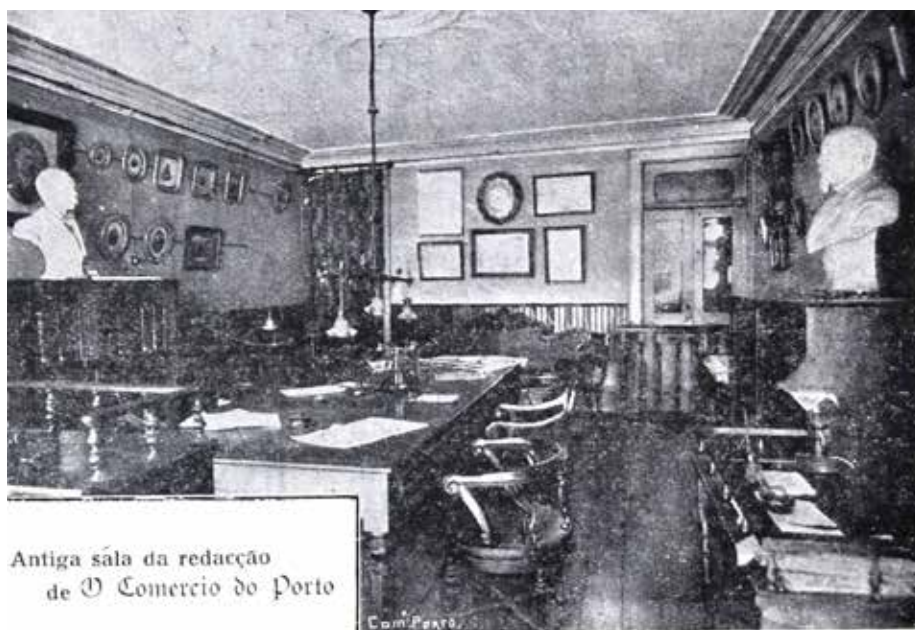


Figura 79
Primeiros edifícios-sedes, sala de redação
e tipografia de *O Comércio do Porto*. Fonte: *Branco
e Negro*, 7 de junho de 1896.



O Comércio do Porto nasceu a 2 de junho de 1854, por iniciativa de Henrique Carlos de Miranda e Manuel de Sousa Carqueja¹⁵⁰ (cf. **tabela 29**) e, minoritariamente, de Francisco de Sousa Carqueja. Surgiu para veiculação de informação económica, comercial e industrial à burguesia mercantil e financeira do Porto. O projeto singrou com o apoio da Associação Comercial do Porto. Converteu-se em diário, logo a 1 de janeiro de 1855, e apetrechou-se com tipografia própria, equipada com uma moderna impressora Marinoni, em 1863. Em 1856, no número de 2 de janeiro, apresentou-se já com o seu histórico e definitivo título — *O Comércio do Porto*.

Originalmente trissemanário, no primeiro número *O Comércio* apresentou-se como um periódico “de comércio, agricultura e indústria” onde se tratariam “matérias económicas, históricas e instrutivas”. Ideologicamente, manteve-se apartidário, mas defendia os interesses transversais da burguesia mercantil do Porto e, por isso, manteve uma linha editorial conservadora. Com ele colaboraram individualidades portuenses como José Luciano de Castro, Rodrigues de Freitas e um especialista em assuntos financeiros, José Joaquim de Pinto Coelho. Com o tempo, abriu-se, gradualmente, aos conteúdos noticiosos, transformando-se num jornal de informação geral, ainda que sempre ligado à defesa dos interesses da burguesia portuense. Implantou, ademais, uma rede de correspondentes consonante com os interesses do seu público-alvo: tinha-os na Europa e no Brasil e mesmo no Japão. Um contrato com a agência Havas deu-lhe uma feição antiprussiana que, devido às notícias falsas difundidas por esta agência noticiosa francesa, prejudicou gravemente a sua credibilidade durante a Guerra Franco-Prussiana (1870-1871). Ainda assim, recuperou a confiança do público e, no início do século XX, era um jornal sólido, conforme atesta a transferência da sua sede para um edifício imponente na avenida dos Aliados, no centro do Porto, em 1929. Pelo meio, em 1913, foi equipado com uma impressora de bobine e, em 1921, com a sua primeira rotativa, capaz de imprimir a três cores.

Júlio de Oliveira (1925, p. 78) evocou, da seguinte forma, o clima competitivo entre os jornais portuenses, a luta pela informação exclusiva em primeira mão e a forma de trabalhar de então:

O Comércio do Porto desde longe consagrou à informação os maiores cuidados. Assim, quando era necessário, qualquer redator abandonava a sua cadeira e saía a fazer o relato de uma conferência, duma reunião ou qualquer outro facto importante (...). E se conseguia sobressair face aos colegas dos outros jornais ou deixá-los em falta completa, era um dia de gáudio na redação.

150 O primeiro proprietário e redator do jornal terá sido, segundo Xavier da Silva Pereira, Joaquim Xavier Pacheco, escrivão do Tribunal do Comércio do Porto, que logo terá transferido a propriedade para Henrique Carlos de Miranda e Manuel de Sousa Carqueja, os quais surgirão, doravante, como fundadores do periódico, ao qual, efetivamente, deram forma e o qual fizeram singrar. Há ainda a possibilidade de António Joaquim Pacheco ter, igualmente, contribuído para a fundação do jornal.

Por seu turno, *O Primeiro de Janeiro*¹⁵¹, lançado a 1 de janeiro de 1868, na sequência dos acontecimentos motivados pela revolta da Janeirinha contra o imposto de sisa e contra o Governo do Partido Regenerador, nasceu como órgão simultaneamente político esquerdista e noticioso (nenhum jornal podia já passar sem notícias), de periodicidade bissemanal. Representava, então, o Círculo Eleitoral Portuense e os seus fundadores foram indivíduos ligados à revolta: Delfim Maia; António Ribeiro da Costa e Almeida; Joaquim António da Silva Guimarães; Gaspar Baltar, financiador principal do projeto, além de proprietário e dono da tipografia onde se imprimia; e António Augusto Leal (proprietário de um *Jornal de Notícias*¹⁵² que, então, se publicava no Porto, mas que não é o JN que hoje conhecemos).

O novo jornal estaria condenado a ser mais uma folha efémera. Mas sob a liderança de Gaspar Ferreira Baltar, um “brasileiro de torna-viagem” que tinha feito fortuna no Brasil e que assumiu as rédeas da publicação, no final de 1869, o *Primeiro de Janeiro* evoluiu para um diário generalista, tal como aconteceu com outros jornais portugueses.

Já no século XX, sob a liderança de Gaspar Baltar, filho de Gaspar Ferreira Baltar (faleceu em 1899), o *Janeiro* tornou-se, até ao final de Oitocentos, o grande jornal de referência da intelectualidade do Norte de Portugal. Concorria, diretamente, com *O Comércio do Porto* e com o *Jornal de Notícias*. As razões da sua aceitação pelos indivíduos com maior capital cultural prendem-se, possivelmente, não apenas com a qualidade dos colaboradores literários e não literários, mas também com a circunspeção evidenciada no discurso, conforme escreve redator anónimo no caderno especial do *Janeiro* intitulado “Pequena história de um grande jornal”, de 1968:

O (...) *Janeiro* possuía (...) leitura variada, atraente e curta. (...) Os editoriais (...) raro passavam de meia coluna (...). O noticiário (...) também se mostrava conciso. Só quando o acontecimento era sensacional ia além da coluna. Nunca, porém, era dado relevo a crimes ou outras humanas misérrias (...) [sendo o jornal] omissos ou lacónicos (...) no relato de assassinios e roubos, cenas de ciúmes ou suicídios que noutros jornais eram tratados com todas as minúcias (...).

Por essa reserva (...), não se infira ser o *Janeiro*, então, um jornal sisudo, pesado (...). Pelo contrário: era uma folha alegre, sorridente. Não desprezava o escandalozinho, a notícia curiosa (...), a gazetilha galhofeira, a caricatura (...) mordaz. Tudo isto fazia boa vizinhança com os artigos circunspectos, os comentários solenes e os protestos às vezes indignados.

151 O título do jornal evoca a revolta da Janeirinha, no Porto, contra o imposto sobre o consumo decretado pelo governo, que ocorreu a 1 de janeiro de 1868,

152 Este *Jornal de Notícias* foi publicado no Porto entre 3 de abril de 1865 e 23 de agosto de 1870. Era impresso na tipografia de António Augusto Leal, seu coproprietário, em conjunto com M. L. R de Miranda. O título foi popular, já que se associava com facilidade a um perfil editorial noticioso, havendo vários “jornais de notícias”, além do JN portuense, publicados ao longo da história em Portugal Continental, ilhas e antigas colónias. Um deles, por exemplo, foi o diário vespertino lisboeta *Jornal de Notícias: Diário da Tarde*, publicado entre 1887 e 1888 e digitalizado aqui: <http://purl.pt/29690>.

Folheando-se os primeiros números do jornal, fica-se com uma ideia aproximada do seu conteúdo político e noticioso, comum a grande parte dos jornais da época. Abria com um editorial político e com um folhetim; seguiam-se-lhes notícias do estrangeiro; noticiário local; noticiário de Lisboa; correspondência “da província”, secção na qual, mais do que notícias, se publicavam pequenos comentários políticos; comunicados políticos; e, para encerrar as quatro páginas da publicação, anúncios.

Para se credibilizar e atrair leitores, *O Primeiro de Janeiro* recrutou, como era timbre da época, vários colaboradores regulares e jornalistas entre a intelectualidade, casos de Júlio César Machado, João de Deus, Guerra Junqueiro, Antero de Quental, João Chagas, Mariano de Carvalho, Vieira de Meireles, Alberto Pimentel, João de Oliveira Ramos, José de Alpoim, Jorge de Abreu e Emídio Navarro (futuro diretor do diário *Novidades*), durante anos redator político em Lisboa.

O momento de afirmação do *Primeiro de Janeiro* como jornal de rigor informativo e qualidade decorreu entre 1870 e 1871, durante a Guerra Franco-Prussiana, numa altura em que já ocupava instalações na rua de Santa Catarina (transferir-se-ia, em 1920, para o edifício onde hoje está o shopping Via Catarina, no Porto — cujas dimensões dão uma ideia do “peso” que o jornal possuía na cidade). Enquanto a generalidade dos principais jornais portugueses difundia as notícias da agência noticiosa Havas, francesa, *O Primeiro de Janeiro* contratou os serviços da agência noticiosa alemã Wolff. A Havas camuflou, no noticiário que difundiu, as derrotas francesas. Quando se soube a verdade, os jornais portugueses francófilos que tinham difundido o noticiário da Havas viram a sua credibilidade afetada. Não foi o caso de *O Primeiro de Janeiro*, que, graças ao serviço da Wolff, noticiou as vitórias prussianas e a capitulação francesa, em primeira-mão.

Júlio de Oliveira (1925, pp. 69-70), num texto intitulado “Como eram feitos os jornais há cinquenta anos”, evocava deste modo a forma de trabalhar dos jornais do Porto e, ao mesmo tempo, explica as razões que levaram *O Primeiro de Janeiro* a ascender a um lugar de relevo entre a imprensa portuense:

Antigamente, os jornais matutinos compunham-se e imprimiam-se de dia, vindo a ser distribuídos lá para as 11 horas da manhã. As tiragens eram pequenas. As rotativas estavam por inventar, porque, mesmo lá fora, a sua necessidade não se tinha imposto. O jornal era feito de véspera na sua máxima parte, esperando-se pela carta política e notícias de Lisboa, que chegavam no correio da manhã, para completar a página onde o espaço ficara reservado. Só mais tarde *O Comércio do Porto* e *O Primeiro de Janeiro* investiram contra a rotina e prolongaram o serviço de composição até às primeiras horas da madrugada, podendo, portanto, aparecer a público das 8 para as 9 horas da manhã. Começaram a utilizar o serviço telegráfico, mas em medida assaz mesquinha. (...) *O Primeiro de Janeiro*, que por ocasião da guerra franco-prussiana (1871) conseguiu desenvolver consideravelmente a sua tiragem, foi o jornal que rompeu mais depressa com velhos hábitos e deu a todos

os seus serviços gráficos e de redação uma organização mais consentânea com as necessidades do momento. Era o interesse de fornecer ao público, primeiro que os outros colegas, as notícias palpitantes da guerra. (...) Apareceu por essa ocasião em Lisboa e no Porto o representante de uma agência alemã a oferecer os seus serviços, mas eles foram por todas as empresas jornalísticas recusados (...). Só uma empresa (...) os aceitou. Foi a do *Primeiro de Janeiro*. (...) Como se sabe, os fracassos franceses foram constantes até à completa derrota. Ao passo que a agência Havas escondia os sucessivos desastres franceses, a agência alemã fornecia ao *Janeiro* longo relato dessas derrotas, que ele era o único a inserir. E foi assim que o grande jornal do Norte começou a conquistar a situação primacial que tem mantido nas suas várias etapas.

Em 1901, já Gaspar Baltar liderava o jornal, a aquisição de uma rotativa e a modernização do parque gráfico do PJ permitiu que o diário desse um salto qualitativo e tivesse maiores tiragens, superando os 20 mil exemplares que até então tirava. Mas o episódio, assim contado por redator anónimo no caderno especial “Pequena história de um grande jornal”, de 1968, teve contornos rocambolescos:

A grande reforma que o Dr. Gaspar Baltar queria fazer era (...) a do seu próprio jornal. Viajava muito por toda a Europa (...) e visitava os mais importantes jornais, para se inteirar dos seus aperfeiçoamentos. Seguiu nisso o exemplo de Silva Graça [proprietário d’*O Século*], que foi seu amigo e, por vezes, companheiro de viagem (...). O que vira no estrangeiro e os resultados obtidos por Silva Graça com as suas (...) rotativas animaram o Dr. Gaspar Baltar a adquirir uma rotativa para o seu jornal (...) e entendeu-se em Lisboa com o representante da empresa alemã fabricante das (...) rotativas. Queria adquirir a melhor que houvesse, a mais moderna, superior mesmo às d’*O Século*, vindas anteriormente. Foi-lhe enviado um vendedor, para estudar, no local, o tipo de máquina que convinha (...) e firmou-se contrato (...).

O vendedor das máquinas quis, no entanto, (...) andou a oferecer o fornecimento de rotativas aos outros jornais do Porto, comprometendo-se que seriam entregues ao mesmo tempo que a do *Janeiro*. Soube disso o Dr. Gaspar Baltar, que protestou junto do agente, em Lisboa. Visto a iniciativa ter sido sua, queria a primazia da utilização no Porto da máquina rotativa. O agente do fabricante ofereceu-lhe a sua solidariedade (...). Passado tempo, chegaram (...) duas rotativas, mas enquanto a do *Janeiro* estava completa e podia começar a funcionar imediatamente, à outra faltavam algumas peças (...).

Como o contrato de fornecimento impunha que as duas máquinas comessem a funcionar simultaneamente, os montadores resolveram aguardar a vinda das peças que faltavam, para dar a última afinação às duas rotativas. O Dr. Gaspar Baltar não se conformou e foi a Lisboa buscar um mecânico habilíssimo, posto à sua disposição por Silva Graça, para montar a sua rotativa. Esse técnico, porém, verificou haverem os montadores alemães guardado peças essenciais (...) sem as quais a máquina não funcionaria. O lance teve episódios de romance policial, com telegramas

cominatórios para os fabricantes, ameaças de exigir pesadas indemnizações, etc. Finalmente, o Dr. Gaspar Baltar venceu: a sua máquina foi a primeira a ser montada e afinada e o *Janeiro* o primeiro jornal do Norte impresso em rotativa. (...) A 22 de novembro [de 1901] apareceu o primeiro jornal impresso em rotativa e abundantemente ilustrado com zincogravuras.

Júlio de Oliveira (1925, p. 71) dá conta do aspeto de *O Primeiro de Janeiro* e de como nele se trabalhava no início do século XX:

Não dava mais do que quatro páginas, (...) mas era já o primeiro jornal popular do Norte. Duas páginas eram de ordinário ocupadas pelos anúncios, tendo de se meter artigos, noticiário e informações no espaço restante. A redação era restrita. Redator principal (...), João de Oliveira Ramos (...). A completar o quadro redatorial, Luiz Botelho (...). Além de Luiz Botelho, o informador Rodrigo Gomes de Azevedo Torres, para os casos banais de polícia e restante informação de repartições policiais e administrativas; e para as reportagens de maior vulto — sessões camarárias, reuniões importantes, comícios, etc. — Eduardo de Abreu Gonçalves, que era também o diretor técnico da tipografia (...). Tal era a redação do *Primeiro de Janeiro* (...). Está claro que tinha colaboradores vários, sobretudo na sua parte literária e política — política não partidária, mas de pretendido interesse social.

A sala de redação do *Janeiro* era melhor apetrechada do que a de outros jornais portugueses. É o que se intui, por seu turno, pelas memórias de Jorge d'Abreu (1927, p. 71), diretor do diário entre 1919 e 1923 (tão dedicado que vivia, literalmente, nas instalações do periódico): “Disse-me uma vez Henrique Roldão, ao entrar nas modernas instalações do *Primeiro de Janeiro*: — Assim é que é... Mesmo quem não saiba escrever, senta-se a uma destas mesas e, sob a influência do conforto que o rodeia, desata logo a produzir...” E conclui o autor, tendo em mente as condições precárias em que trabalhavam os jornalistas portugueses de então: “Em verdade, deve ser mais apetecível trabalhar numa sala de redação limpa, bem cuidada e bem iluminada do que num cubículo tendo a aparência de uma cela prisional!” (Abreu, 1927, p. 71).

A partir de 1910, *O Primeiro de Janeiro* manifestou, com independência, alguma simpatia pelo ideal republicano.

5.5.2 O *Diário de Notícias*, *O Século* e *O Mundo* no panorama da grande imprensa de Lisboa no final do século XIX e início do século XX

No final do século XIX, o *Diário de Notícias*, cujo perfil editorial informativo-noticioso e independente se manteve (**figura 81**), encontrou competidores à altura na capital. Outros jornais lisboetas nascidos no final do século XIX adotaram, ou foram adotando, o tipo de organização industrial do *Diário de Notícias*, com destaque para *O Século* (**figura 82**), que se

tornou o mais importante competidor do DN, chegando a superá-lo em tiragens e circulação. Em conjunto, os jornais diários lisboetas poderiam tirar, nas vésperas da imposição da República, cerca de 300 mil exemplares diários, o que demonstra a vitalidade da imprensa¹⁵³. O *Século* e o *Diário de Notícias* eram responsáveis por metade desse número.

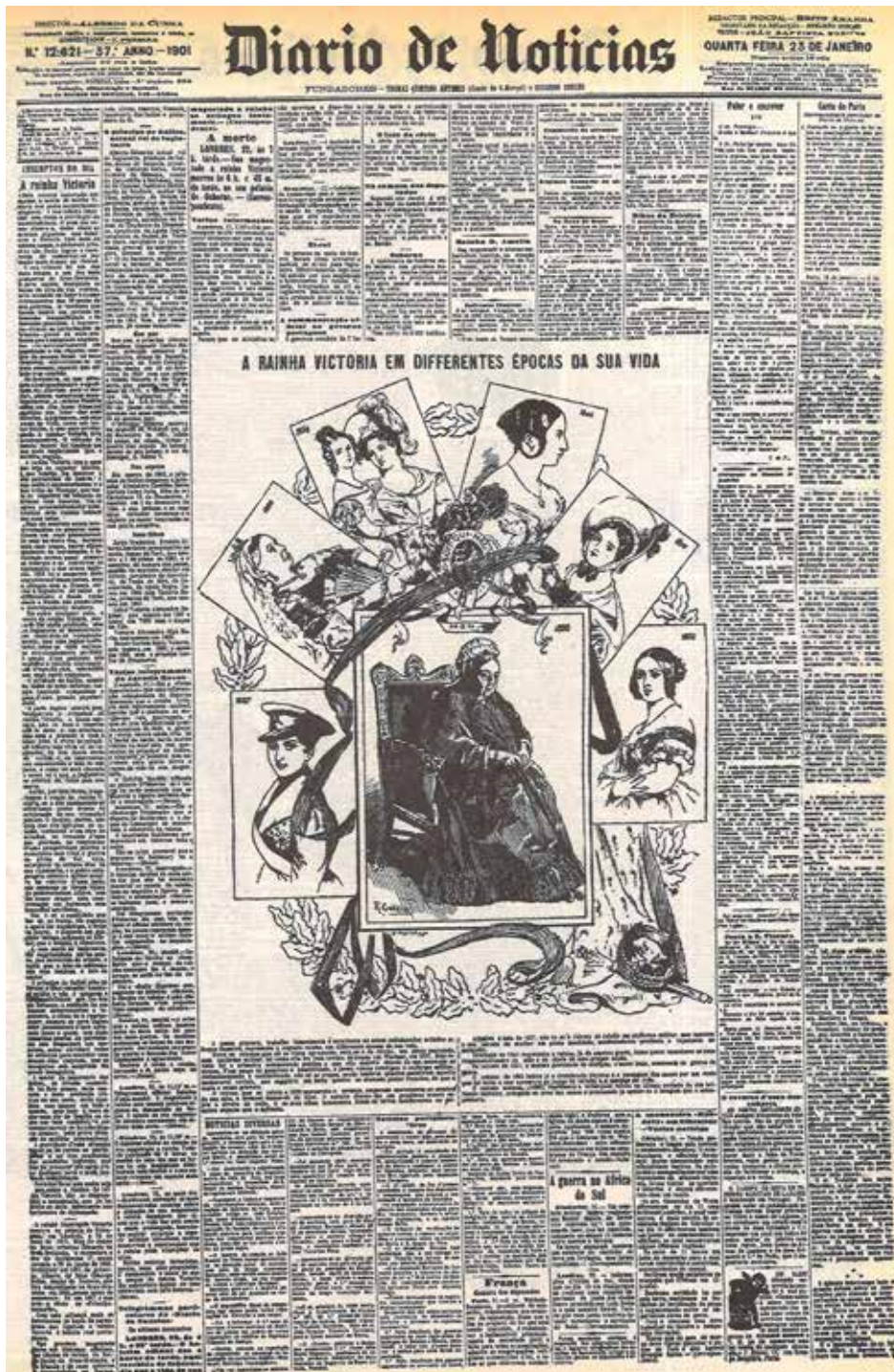


Figura 81
Primeira página do *Diário de Notícias* com evocação gráfica da rainha Vitória em diferentes fases da vida, em 1901. Fonte: *Diário de Notícias*, 23 de janeiro de 1901.

153 Lisboa teria cerca de 435 mil habitantes.

O Século começou a publicar-se, a 4 de janeiro de 1881, como um jornal de combate político e ideológico republicano. O jornal foi instituído por um grupo de republicanos, entre os quais o jornalista, advogado e maçom Sebastião de Magalhães Lima, seu primeiro redator-principal e mentor do projeto; o médico António Pinto Leão de Oliveira; o advogado Anselmo Xavier; o jornalista João de Almeida Pinto; e o proprietário José Campelo Trigueiros de Martel. Em 1888, começou a publicar-se, também, à segunda-feira, o que só o *Diário de Notícias* fazia, desde 1870. Os diários, normalmente, não se publicavam às segundas-feiras para permitir o descanso ao domingo, dia de guarda num País católico como Portugal.

No texto de apresentação ao público, *O Século* vinca bem o seu compromisso editorial entre a política e a notícia, propondo-se fazer leituras políticas da atualidade noticiada para mais facilmente influenciar o leitor, e, depreende-se, fazê-lo aderir aos ideais republicanos:

O povo que lê para apreciar, (...) recrear, o que lê por necessidade (...) poderá (...) esquecer o artigo político do jornal, o folhetim, mas não esquece a notícia (...) E se a notícia juntar (...) uma palavra de apreciação (...), esta palavra há de também insinuar-se no espírito do leitor.

Como diário republicano da manhã, mas apresentando, portanto, um perfil editorial simultaneamente político e informativo-noticioso, generalista, *O Século* teve grande sucesso. Em 1889, nas vésperas do Ultimato, já tiraria cerca de 20 mil exemplares diários. A cobertura do Ultimato inglês de 1890 impulsionou-lhe as tiragens e o acolhimento público, ao adotar um discurso alarmista (chegou a sugerir que Lisboa poderia ser bombardeada pela marinha britânica) e sensacionalista, vincadamente antibritânico e contra os partidos monárquicos situacionistas e a Monarquia.

O Século rapidamente se afirmou, em Lisboa, como o principal concorrente do *Diário de Notícias*. Já nesse tempo, em que o jornal progredia sob a liderança de Magalhães Lima, as capas das suas edições dominicais, cheias de imagens, encabeçadas por uma manchete, nunca se tinham visto em Portugal (**figura 82**). O suporte informativo iconográfico converteu-se num recurso fortemente usado pelo *Século*. No número de 8 de dezembro de 1905, publicou a sua primeira fotografia, um indício do que estava para vir, graças, sobretudo, à colaboração do pioneiro do fotojornalismo em Portugal, Joshua Benoliel. A fotografia era de tal forma importante para *O Século* que mesmo os repórteres da palavra escrita eram incentivados a obtê-las, antecipando em quase um século as competências multimédia exigidas aos jornalistas. Assim o conta Eduardo Fernandes (1940, pp. 191-192), o Esculápio, nas suas *Memórias*:

Criou-se o repórter fotográfico, de entre os quais o primeiro o célebre judeu Jos[h]ua Benoliel, que nunca teve quem o vencesse em esperteza e tino, quem o suplantasse em expedientes e habilidade, colega saudosos de quem eu disse quando fui com ele ao *front* na Grande Guerra, aludindo ao

facto de o nosso homem andar sempre a tirar retratos ao [Presidente] Bernardino Machado, como o fizera, em tempos da Monarquia, ao Rei:

Jos[h]ua Benoliel,
Retratista beduíno,
Tanto tira a D. Manuel,
Como tira ao Bernardino.

O Benoliel era tão cioso do seu ofício que não admitia que ninguém com ele competisse e só muito tarde se conformou em trabalhar com alguns colegas. O Silva Graça teimou uma vez comigo para eu ser também fotógrafo, porque — dizia ele — não fazia sentido que um repórter não soubesse tirar de repente uma prova de um assunto que estivesse explorando. Nesses termos, encarregou-me o Benoliel de me dar algumas instruções e ordenou-lhe que me fornecesse um Kodak para que eu experimentasse a minha habilidade como retratista *à la minute*.

A primeira vez que saí de Kodak para uma notícia foi para uma festa que se realizou no Mosteiro da Batalha, onde foi o Rei (...). Fartei-me de tirar *clichés* do edifício e das cerimónias (...), mas, quando cheguei a Lisboa e se foram a revelar, nada revelaram, tais as instruções que Benoliel me tinha dado. Pensei que fosse por ser a primeira vez, carreguei de novo a máquina e fui de manhã cedo, no dia seguinte, para a estação de Santa Apolónia esperar um assassino que fora preso na Azambuja. Foquei o criminoso, disparei e segui, radiante, com o *cliché* para o *Século*, vendo-se com espanto na chapa, ao ser revelada... o convento da Batalha. Era um *cliché* que sobejara da primeira tentativa, que eu não conseguira impressionar na segunda, tendo sido o único que escapara das *boas* lições do israelita.

A 2 de janeiro de 1891, impresso numa rotativa Koering & Bawel, *O Século* começou a publicar-se com oito páginas, imitando o *Diário de Notícias*. Já tirava, então, cerca de 35 mil exemplares diários e revelava-se um empreendimento jornalístico de sucesso.

Em 1896, José da Silva Graça (**figuras 85, 86 e 87**) tornou-se proprietário maioritário do *Século*. À frente do jornal, afirma a tendência de reconversão do periódico num grande diário de informação geral. Do grupo de fundadores, Trigueiros de Martel morreu em 1886; Leão de Oliveira e Magalhães Lima saíram do jornal, em 1896, cindindo com o novo rumo — mais noticioso e informativo e menos político — que o jornal levava.

Foi Silva Graça que conduziu *O Século* ao novo século, fazendo-o evoluir para um quotidiano generalista, industrialmente organizado, predominantemente noticioso e informativo, concebido para dar lucro. Foi com ele que o quotidiano se afastou, gradualmente, do Partido Republicano Português e do republicanismo militante e se tornou num quotidiano popular noticioso, sem, no entanto, renegar a sua matriz ideológica republicana. Foi também ele o impulsionador das inovações que viriam a tornar o diário no mais-bem sucedido jornal

português do final do século XIX e grande parte do século XX. No advento da República (**figura 84**), era já o diário mais bem-sucedido do País, considerando as tiragens e circulação (e não as receitas e os lucros, liderados pelo *Diário de Notícias*, por causa da publicidade). Detinha, aliás, uma sede impressionante, no Chiado, em pleno coração de Lisboa (**figura 88**). A complexidade da direção e gestão da empresa de *O Século* revela a complexidade do negócio jornalístico e a dimensão das estruturas empresariais dos principais diários — *O Século* tinha um diretor, dois subdiretores, um secretário-geral e um tesoureiro na sua cúpula (**figura 87**), e cada publicação autónoma da empresa tinha, em acréscimo, o seu próprio editor ou diretor.



Figura 82
Primeiro número de *O Século*.



Figura 83
Excerto de uma primeira página dominical de *O Século*. Créditos: Helena Lima.



Figura 84
Primeira página de *O Século* de 6 de outubro de 1910. Fonte: reprodução do original.



Figura 85
José da Silva Graça.



Figura 86
Silva Graça rodeado de José Silva Graça e João Pereira Rosa, subdiretores de *O Século*, jornalistas e outro pessoal do jornal. Fonte: *Ilustração Portuguesa*, 1919. Créditos: Serra Ribeiro.

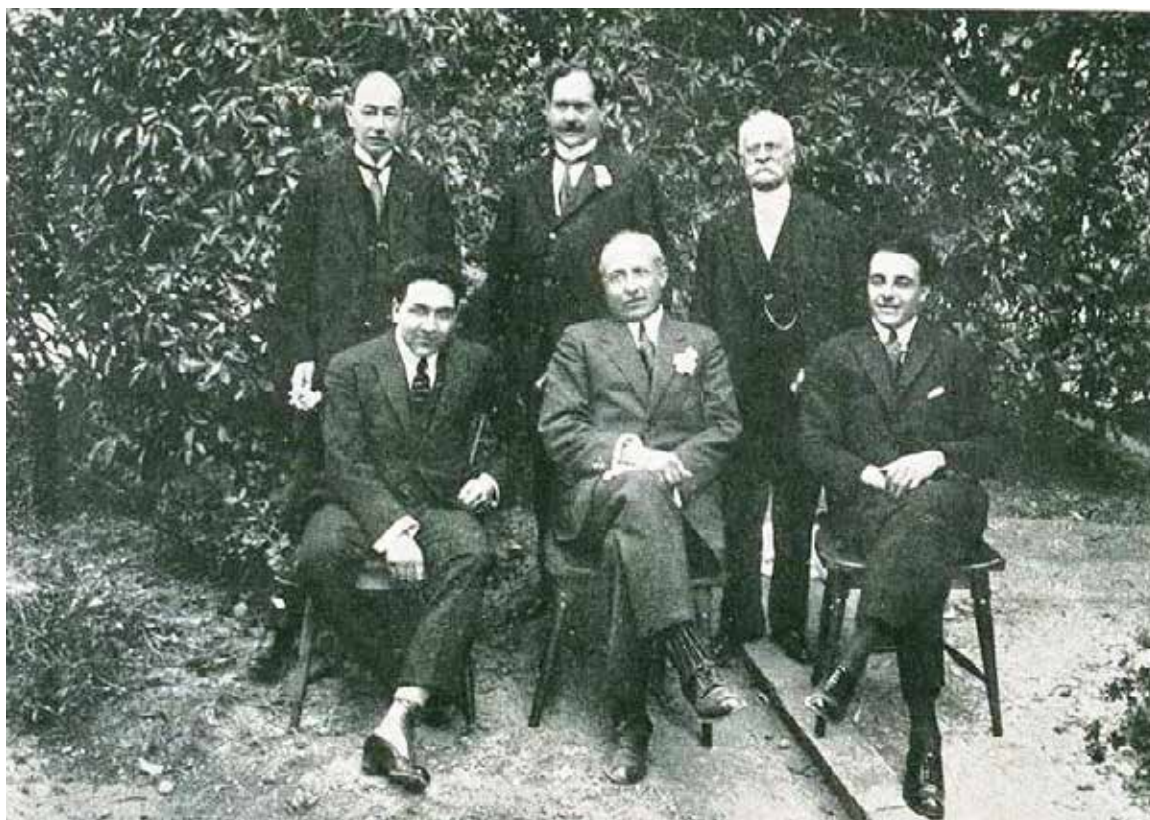


Figura 87

Silva Graça e outro pessoal de *O Século*. Na foto, sentado, ao centro, Silva Graça, diretor de *O Século*, rodeado pelos subdiretores José Silva Graça e João Pereira Rosa. De pé, Acácio de Paiva, diretor do *Século Cómico*, António Maria de Freitas, secretário-geral de *O Século*; e Ricardo Cardoso, tesoureiro da empresa. Fonte: *Ilustração Portuguesa*, 1919. Créditos: Serra Ribeiro.



Figura 88

Edifício-sede de *O Século*.

Silva Graça transformou *O Século*, sem abandonar o seu apoio implícito à causa republicana. Organizou uma ampla rede de correspondentes, introduziu suplementos e edições especiais e usou a empresa como suporte de publicações-satélite, como a revista ilustrada *Ilustração Portuguesa* (1903-1924) e o *Suplemento Humorístico*, embrião de *O Século Cómico* (1897). Em 1897, lançou o anuário *Almanaque de “O Século”*, que perduraria até 1971¹⁵⁴, prática que, aliás, outros periódicos já tinham — o *Diário de Notícias* lançou o seu em 1885¹⁵⁵.

Silva Graça revelou-se, efetivamente, um dos principais inovadores da imprensa portuguesa, imprimindo ao diário e à sua empresa um ritmo difícil de acompanhar pela concorrência, nomeadamente pelo *Diário de Notícias*, seu principal competidor. Além de promover iniciativas de solidariedade social (que depois podia publicitar nas páginas de *O Século*), como a célebre Colónia Balnear, e de promover concursos, a empresa liderada por Silva Graça lançou, ao longo do tempo, várias publicações importantes no contexto do mercado editorial português, casos do *Suplemento Brasil e Colónias* (1899), da *Revista Literária, Científica e Artística* (1902), de *Os Sports Ilustrados* (1910), de *O Século Agrícola* (1912), do *Suplemento de Modas e Bordados* (1912) e do vespertino *O Século da Noite* (1914), além, claro está, da *Ilustração Portuguesa*, surgida no dia 9 de novembro de 1903 e antecedida pelo *Suplemento Ilustrado d’O Século* (1900). Mais tarde, ainda surgiriam no universo de *O Século* as revistas *Pim Pam Pum* (1926), *O Cinéfilo* (1928), *A Joanhinha* (1936), *O Século Rádio Mundial* (1947), *O Século Desportivo* (1957), *Portugal de Lés-a-Lés* (1958), *O Século das Letras e das Artes* (1963) e *O Jato* (1971), além da famosa revista ilustrada de atualidades *O Século Ilustrado* (1938), que, de alguma forma, é herdeira da *Ilustração Portuguesa*.

O jornalista Eduardo Fernandes, o célebre Esculápio, regista, nas suas *Memórias*, como *O Século* procurava a informação policial exclusiva em primeira mão, para bater a concorrência:

O Século, para apanhar a notícia das últimas ocorrências, alugava três trens de praça, nos quais três repórteres expressamente contratados (...) percorriam as esquadras de Lisboa e recolhiam à 1 da madrugada aquelas ocorrências, deixando o *Diário de Notícias*, seu rival de sempre, e os outros jornais à minguagem de informações. (Fernandes, 1940, p. 84)

O jornalista, que nesse tempo trabalhava para o diário *Vanguarda*, procurou, no entanto, com o contributo de um camarada do *Correio da Manhã* e de outros jornais, frustrar essa tentativa dispendiosa de *O Século*. Dividiam o trabalho de recolha de informações junto das esquadras, encontravam-se e partilhavam-nas, pelo que podiam, assim, frustrar as

154 Cópias digitalizadas aqui: <https://purl.pt/24611>

155 O *Diário de Notícias* tinha o seu desde 1885. O *Diário da Tarde*, do Porto, publicou um *Almanaque* anual a partir de 1900; A *Capital* publicou o seu almanaque anual a partir de 1912, tal como o *Diário da Madeira*. O *Comércio* lançou o seu em 1932. O *Ocidente* já tinha o seu desde 1881; outra revista, a *Branco e Negro*, tinha o seu desde 1897.

tentativas de *O Século* para ter uma informação policial imbatível (Fernandes, 1940, p. 84). Reconhecendo-lhe os méritos da iniciativa, Silva Graça recrutou o Esculápio para *O Século*¹⁵⁶. Eis como este descreve o que encontrou:

A minha entrada no *Século* deu-me a nítida compreensão de que estava escrito nos livros do destino que não deixaria de ser escritor e jornalista. A redação estava instalada num casarão enorme do palácio do marquês, rodeado de magníficos azulejos da época, tendo ao centro uma enorme mesa a que nós chamávamos a *estiva*. Os redatores sentavam-se em volta, cada um com um maço de *linguados* feitos de costaneira de papel de impressão, um tinteiro de chumbo e uma peanha de madeira com um gancho onde se espetavam os papéis que se desprezavam, para que se não perdessem. A sala tinha luz elétrica, da primeira que houve no País, para o que *O Século* tinha motor próprio, e as lâmpadas pendiam do teto como refletores. Em volta da mesa, quando eu tomei posse, estavam vários conhecidos e, entre eles, o original Ferreira de Morais, antigo tipógrafo e amigo íntimo de Silva Graça, que assumira a chefia de redação e cortava a seu bel-prazer com um lápis azul a prosa dos redatores. Saíra há pouco a lei de imprensa (...) e era preciso, para que o jornal não sofresse, cortar as iras dos republicanos que o redigiam.

Depois, as tiragens do *Século* iam aumentando dia a dia e o jornal entrando na massa conservadora, pois que só os jacobinos o não sustentavam. Assim o compreendeu o talento jornalístico de Silva Graça, que não só moderou a linguagem da folha, tornando-a tolerante, como desenvolveu ainda mais a sua informação. Magalhães Lima só lá ia pelas tardes fazer o seu artigo, que também sofria a fiscalização do *lápiz azul* (...).

Em volta da *estiva*, sentavam-se Artur Melo, informador categorizado que pouco sabia escrever, mas que tinha um grande espírito de observação e notável habilidade de investigador; Eugénio Silveira, que era repórter muito considerado (...), antigo tipógrafo (...); Andrade Neves (...), Guilherme Sousa, o *Espessura* (...), que era uma espécie de *Larrousse*, sabendo tudo e tudo fazendo (...); o *Batalhinha*, que saíra comigo do *Vanguarda*; o Manuel Guimarães (...) que foi depois um grande jornalista, orientador de jornais¹⁵⁷ e chefe de redação de *O Século*, mas que nesse tempo fazia apenas notícias de reuniões; o Augusto Peixoto e o Feio Terenas¹⁵⁸ (...).

A pouco e pouco (...) foram saindo [de *O Século*] (...) todos os (...) republicanos assanhados, sendo substituídos por (...) Alberto Bessa¹⁵⁹ (...), José Sarmiento¹⁶⁰ (...).

Fez-me grande impressão o ar soturno da casa (...), muito diferente do da *Vanguarda*, onde havia

156 Embora, nas suas *Memórias*, o famoso jornalista admita, na verdade, que um camarada (Augusto Peixoto) intercedeu por ele junto de Silva Graça (Fernandes, 1940, p. 177). A “palavrinha” ao patrão era, evidentemente, ontem como hoje, um método de recrutamento.

157 Manuel Guimarães fundou *A Capital*, em 1910.

158 Veio a ser diretor do *Democracia* e do *Vanguarda*.

159 Tornou-se diretor do *Jornal do Comércio* e autor de uma história do jornalismo.

160 Veio a ser chefe de redação do *Diário de Notícias*.

permanentemente grande alegria e galhofa (...). Sentado à *estiva*, observei que, nessa noite, Silva Graça estava exaltadíssimo e furioso com o Ferreira de Moraes por faltarem, por seu desleixo, duas boas notícias (...). (Fernandes, 1940, pp. 130-134)

Silva Graça era, efetivamente, muito cioso do *Século* e comandava e dava reprimendas aos jornalistas, como um sargento. Relembra, mais uma vez, Eduardo Fernandes (1940, p. 177):

Estas chamadas ao gabinete de Silva Graça (...) eram sempre motivo para sustos, porque representavam um elogio ou uma descompostura, mais esta do que aquele. Na antecâmara do gabinete, estavam instalados o [Augusto] Peixoto (...) e o Francisco Vidal (...). Eram os censores do jornal, isto é, os encarregados de cotejar as notícias do *Século* com as doutros jornais e controlar as faltas e os desleixos, apurando também o que havia a fazer no dia seguinte para que à gazeta não faltasse a precisa informação.

À 1 hora da tarde, os redatores tinham de comparecer nessa antecâmara, que nós denominávamos o *quarto dos sargentos*, recebendo a ordem de serviço para esse dia e uma nota das faltas do serviço da véspera, que, quando eram muito graves, representavam passagem imediata ao gabinete do diretor para ouvir a descompostura.

Para Silva Graça, *O Século* tinha, efetivamente, de bater sempre a concorrência, especialmente a do sorumbático *Diário de Notícias*, apostando, como se nota, na reportagem de rua, que o jornal privilegiava, em palavras e fotografias (recorde-se Benoliel). Terá mesmo promovido um concurso para a entrada de informadores e redatores no jornal, por volta de 1900¹⁶¹.

O jornalista Jorge d'Abreu (1927, pp. 71-72) descreve, com alguma ironia, a redação de *O Século* nos finais do século XIX:

As redações dos jornais que há 30 anos frequentei caprichavam todas, ou quase todas, em ostentar a maior modéstia, vizinha da pelintrice. *O Século* não fugia à regra. A sala *comum* apenas se distinguia pela famosa cercadura de azulejos do tempo do marquês de Pombal, emprestando-lhe o ar de uma casa de banho. No resto, as mesmas secretárias que pareciam feitas em série, cada uma com sua lâmpada elétrica, onde, uma noite, o velho dançarino Justino Soares, muito míope, quis reacender o charuto — e ao meio da sala uma grande mesa, a da *estiva*, de que se utilizava o pessoal de menor categoria. Essa pobreza de mobiliário, ainda mais acentuada na *cabine* minúscula destinada aos revisores, não impedia que *O Século* fosse o primeiro jornal português na expansão, na

161 As fontes divergem. Eduardo Fernandes (1940, p. 190) refere-se a um concurso para informadores, sem precisar a data. Amadeu de Freitas (1925, pp. 24-25) situa em 1900 um concurso de *O Século* para a contratação de redatores habilitados, que se pode referir ao mesmo concurso referenciado pelo Esculápio.

tiragem, na prolixidade do noticiário. (...) O trabalho da revisão do *Século* alongava-se, geralmente, até manhã clara.

Dando espaço crescente à informação, após 1896, às vezes com um cunho sensacionalista, com um grafismo inovador e praticando receitas copiadas da imprensa estrangeira, como o lançamento de edições ilustradas e a promoção de concursos, *O Século* tornou-se, no século XX, o jornal mais lido do país, com uma tiragem diária, em 1906, de 80 mil exemplares (cf. **tabela 33**) — e é possível que na revolução republicana de 5 de outubro de 1910 tenha tirado, em impressões sucessivas, um milhão de exemplares, embora estes cálculos talvez pequem por inflação. Centenas de milhar de exemplares é certo que tirou. Insistia, igualmente, na autopromoção constante, pelas referências às ações de beneficência, concursos entre os leitores e mesmo por meio da publicação de reportagens, em 1898, sobre a atividade da empresa e de empresas satélite, caso da *Ilustração Portuguesa*¹⁶². Os folhetins publicados no diário complementavam — como noutros, aliás — o produto, de maneira a seduzir o público alfabetizado, quer o masculino, que comprava e lia os jornais e as revistas, quer o feminino, que, pelo menos, também os lia.

O *Século* suplantava, pois, ao encetar-se o século XX, as tiragens do paradigmático *Diário de Notícias*, que se ficava pelos 70 mil. No entanto, o *Século*, ainda que alinhando pelo mesmo diapasão do DN quanto à perspetiva do jornalismo como negócio, não atraía o mesmo número de anúncios publicitários que o DN (Abreu, 1927, p. 74), que beneficiava da tradição histórica, pelo que, em comparação com este último, o *Século* teria menos receitas. Aliás, conforme relembra Brito Aranha (1900, p. 6), a dimensão do jornal e o número de páginas iam-se adaptando ao afluxo de anúncios, sendo que, a 29 de dezembro de 1907, o DN saiu, pela primeira vez, com 24 páginas. O *Século* podia publicar idêntico número de páginas, mas tinha de recorrer a artigos extensos (Quartin, 1925, p. 178).

Ao *Século* e ao DN, os grandes competidores entre a imprensa de Lisboa, seguiam, em tiragens, entre os jornais lisboetas, *O Mundo* (35 mil exemplares diários em média), o *Jornal do Comércio* (politicamente independente, defendia os interesses da burguesia comercial e industrial e pertencia à família Burnay, tirando 30 mil exemplares diários), o *Diário Ilustrado* (noticioso e relativamente independente, apesar de tacitamente alinhado com os regeneradores, era o jornal onde se podiam encontrar mais notícias da sociedade, tirando 15 mil exemplares) e o *Novidades* (de tendência monárquica independente, relativamente alinhado com os progressistas, tirava oito mil exemplares — mais tarde, tornou-se um diário católico).

162 A 13 de fevereiro de 1898, reportagem sobre o trabalho na sala de redação; 20 de fevereiro de 1898, reportagem sobre a administração; 27 de fevereiro de 1898, reportagem sobre fotografia, zincogravura e tipografia; e a 13 de março de 1898, sobre a impressão. A *Ilustração Portuguesa*, publicação satélite de *O Século*, também publicou uma fotoreportagem sobre o processo de edição, a 13 de julho de 1908 (pp. 41-51).

Com tiragens menores surgiam vários jornais politicamente alinhados mas que davam grande espaço à informação, como *A Vanguarda* (republicano, sensacionalista, seguia a mesma linha de cobertura de escândalos de *O Mundo*), o *Correio da Noite* (progressista), o *Liberal* (progressista), o — segundo — *Diário Popular* (este, de 1897, primeiro, progressista, depois, regenerador), o *Notícias de Lisboa* (regenerador), o *Correio da Manhã* (regenerador), *O Dia* (progressista dissidente), *A Luta* (republicano) e mesmo o pequeno *A Nação* (monárquico, conservador e miguelista).

Neste cenário, para o sucesso do *Século* terão contribuído os folhetins e os números especiais ilustrados de oito páginas, aos domingos (Tengarrinha, 1989, p. 237), e as sinergias com outras publicações da mesma empresa, como *A Ilustração Portuguesa* (1903), principal revista portuguesa de fotojornalismo do início do século XX.

No campo da imprensa republicana, sobressaiu, como se disse, o diário *O Mundo*, fundado a 16 de setembro de 1900, pela mão de França Borges, na sequência da supressão do diário *Pátria*¹⁶³, do qual este jornalista e político republicano era secretário de redação (José Benevides era o diretor). Assumiu, desde o primeiro dia, uma orientação editorial político-ideológica, e foi, entre os diários republicanos radicais, o que mais sucesso teve até já bem entrado o século XX. O seu surgimento enquadra-se no clima de agitação política, por meio da imprensa, fomentado pela esquerda republicana radical:

O esquerdismo radical — mais como opinião do que como partido organizado — era uma corrente poderosa no estado liberal. Continha uma explicação simples para todos os males nacionais, atribuídos à monarquia e à igreja. Alimentado por uma imprensa especializada em boatos e insultos, dominava as escolas superiores e os cafés das cidades. (Ramos, 2001, p. 89)

O Mundo é um caso paradigmático do jornalismo político (na verdade, político-noticioso e sensacionalista) republicano português. Ligado ao Partido Republicano Português e ao seu mais proeminente líder, Afonso Costa, em 1906 tirava, como se disse, 35 mil exemplares por dia. Mas, em 1910, já tirava 50 mil exemplares diários (Ramos, 1994, p. 56). Deles, 15 por

163 O *Pátria* foi querelado 18 vezes e apreendido cinco vezes somente entre 11 e 18 de março de 1899, até ser encerrado, em setembro, sendo a sua sede trancada e selada. Os seus redatores (re)criaram *O País*, a 7 de setembro de 1899, que as autoridades suspenderam quase de imediato, selando as suas instalações (não confundir com outros *O País*, como, entre outros, um diário republicano publicado entre fevereiro e março de 1891, digitalizado aqui: <http://purl.pt/29559>; *O País: Jornal Republicano da Tarde* (1905-1933); *O País*, igualmente republicano, lançado e dirigido por Alves Correia, com o apoio de 25 associados da nova empresa, depois da saída polémica deste jornalista do diário *Vanguarda*, que foi publicado entre 1895 e 1898, digitalizado aqui: <https://purl.pt/14331>). A 10 de setembro, o mesmo grupo de jornalistas republicanos radicalizados relançou *A Lanterna*, retomando o título liderado por João Chagas e Júlio César Eustáquio dos Santos, publicado, na sequência de *O País* de Alves Correia, entre julho de 1898 e fevereiro de 1899 (digitalizado aqui: <https://purl.pt/14331>), que foi, igualmente, apreendido. Os seus redatores foram expulsos das instalações que ocupavam e estas foram seladas. Há, na verdade, uma sucessão entre *O País*, *A Lanterna*, *Pátria* e *O Mundo*, conforme o próprio França Borges reconhece no número de 1 de janeiro de 1906 de *O Mundo*.

cento era vendida por assinatura, 30 por cento era vendida avulso, em Lisboa, e mais de metade era vendida por agentes em todo o País (Marques, *cit. in* Ramos, 1994, p. 53).

Em Portugal, o jornalismo combativo, de cariz político (ou, mais propriamente, político-noticioso), perdurou, efetivamente, até à I República (1910-1926) e, clandestinamente (recorde-se o jornal comunista *Avante!*), mesmo durante a Ditadura Militar (1926-1933) e o Estado Novo (1933-1974). Se não existiu em Portugal, na viragem do século XIX para o XX, um verdadeiro “jornalismo amarelo”, ou um jornalismo de “sensibilidade social”, ou ainda um “jornalismo de investigação e exposição da corrupção”, nem jornalistas “lixeiros” (*mu-ckrackers*), como nos Estados Unidos, existiu, pelo menos, um *jornalismo de denúncia* com motivações políticas — os periódicos republicanos noticiavam, com sensacionalismo e falsa perplexidade, por exemplo, os gastos “extravagantes” e “excessivos” da família real. Acertadamente, enfatiza Rui Ramos:

O êxito da chamada ‘imprensa republicana’ em Portugal deve-se menos ao republicanismo do que ao facto de terem sido alguns destes jornalistas radicais a fundar em Portugal a imprensa sensacionalista”. (Ramos, 1994, pp. 50-51)

Com maior ou menor sensacionalismo, jornais republicanos como *O Mundo* (**figura 89**), já de grande formato, evidenciavam, efetivamente, uma enorme vontade de intervenção nos assuntos públicos e no governo do País, para mudarem o estado da situação e suscitarem uma revolução republicana. Mas só atingiam uma minoria da população portuguesa, por razões que iam do analfabetismo ao voto censitário, passando pelo preço dos jornais e mesmo pela ausência de identificação ideológica da maioria do povo português de então com o republicanismo e muito menos com o republicanismo radical e anticlerical exibido pelo Partido Republicano Português, do qual *O Mundo* era o principal braço simbólico na arena da imprensa. A esfera pública portuguesa ia transitando para o espaço simbólico dos jornais, mas a maioria da população do País primava pela ausência.

Nunca se compreenderá o que foi a imprensa desde meados do século XIX se se julgar que os jornais eram apenas algo que se acrescentara ao mundo tal como existia antes deles. A imprensa era o principal mecanismo de um universo em que os negócios públicos tinham saído do segredo das cortes para a praça pública por onde passava o povo soberano. A imprensa era a “democracia”, a nova medida de todas as coisas. Não só vulgarizava a informação até aí reservada (...) como produzia noticiários com o que acontecia ao povo (...), quando antes só para os “grandes” havia efemérides (...).

A imprensa era o espaço público em que a sociedade e o estado existiam e estava para a vida política como a bolsa para a vida económica. O que se dizia (...) nunca se poderia tornar opinião importante se não fosse publicado nos jornais. Os jornais pareciam tão poderosos que a principal organização dos partidos políticos eram os seus jornais, com a redação a servir de sede. Ora, a importância

da imprensa estava em que ela não queria apenas noticiar factos ou opiniões individuais, mas sobretudo estabelecer a boa opinião, aquela que correspondesse ao “espírito do século”. A isto se chamava o “apostolado” da imprensa. A parcialidade não fazia os jornais sentirem-se diminuídos. Pelo contrário, pensava-se que um bom jornal deveria estar alinhado (...). Não por acaso, todos os chefes republicanos de 1910 eram proprietários ou diretores de jornais. (Ramos, 1994, pp. 56-57)



Figura 89
Primeira página do primeiro número de *O Mundo*. Fonte: cópia do original (16 de setembro de 1900).

Efetivamente, o discurso de *O Mundo* era político, radicalmente republicano e, principalmente, sensacionalista e denunciante. Explorava os escândalos, particularmente se trouxessem embaraços à Monarquia ou aos governos do regime. Rui Ramos (1994, p. 56) sustenta mesmo que *O Mundo* era escrito “sem concessões à decência ou às boas maneiras”. E critica o jornal, chamando-lhe:

o cano de esgoto de todas as insinuações, calúnias e escândalos que a denúncia de uns e a imaginação de outros podiam arranjar contra altos personagens da sociedade portuguesa. Numa secção, “diz-se que”, espalhava os mais desbragados rumores. Em nome da moralidade republicana, estampava nas primeiras páginas correspondência íntima entre alunas de colégios, sugerindo estar-se perante uma orgia lésbica (...). Outra das suas especialidades era comprar e publicar documentos da casa real, atestando as despesas dos reis. O seu nome popular era adequado: chamavam-lhe “o *Mundo* imundo”. Era, evidentemente, um jornal que toda a gente corria a ler. (Ramos, 1994, p. 51)

Júlia Leitão de Barros (2021), que estudou com profundidade *O Mundo* no final do século XIX, faz um balanço diferente. Sem obscurecer a combatividade política desse e de outros jornais, reconhece na imprensa político-noticiosa do radicalismo republicano o principal instrumento quotidiano de efetiva vigilância e controlo do poder político. A autora enfatiza, inclusivamente, que mesmo o jornalismo combativo de natureza política, por vezes desbochado e injurioso, tinha regras, partilhadas, aliás, com o jornalismo noticioso independente, das quais a principal era o respeito pela verdade. O respeito pela verdade implicava, nomeadamente, a retificação de informações falsas, por vezes a instâncias de outros periódicos (Barros, 2021, pp. 294-321). Outras vezes, o respeito pela verdade — e também a atração pelo escândalo e pelo sensacional — levava os jornais a investigarem os assuntos e a deles darem conta em reportagens, um género jornalístico então cada vez mais cultivado transversalmente pela grande imprensa da época (Barros, 2021, pp. 321-353).

5.5.3 A expansão da iconografia informativa na imprensa, as revistas ilustradas e o surgimento do fotojornalismo

As revistas, muitas delas profusamente ilustradas (com fotografias e desenhos fotografados), foram outra das peças importantes do dispositivo jornalístico português durante a fase final da Monarquia e na I República (**tabela 36**). Embora várias ostentassem um perfil editorial cultural e literário, continham espaços dedicados à informação de atualidade, nos quais pontificavam notícias e reportagens gráficas. Os leitores podiam, assim, “ver” os acontecimentos e personalidades do mundo coevo. Essas revistas foram antepassadas das *news-magazines*, tendo contribuído, decisivamente, para o desenvolvimento e para a afirmação do fotojornalismo em Portugal.

O processo que haveria de conduzir ao surgimento das revistas ilustradas de atualidades e, posteriormente, à adoção do modelo de *newsmagazine*, em Portugal, foi, no entanto, gradativo. Portugal teve, segundo Sousa (2017):

1. Uma primeira geração de revistas ilustradas caracterizada pelo enciclopedismo, marcada por títulos relevantes como *O Panorama* (1837-1868) e *O Arquivo Pitoresco* (1857-1868), que, grosso modo, seguiam o modelo aberto pela revista britânica *Penny Magazine*;
2. Uma segunda geração de revistas ilustradas “de transição”). As revistas desta geração eram caracterizadas por se abrirem à cobertura gráfica da atualidade, sem, no entanto, abandonarem o seu carácter cultural e literário, aberto pela via enciclopedista da geração de revistas precedente. Há várias publicações que se podem enquadrar nesse modelo cultural e literário temperado pela cobertura gráfica da atualidade, como a primeira revista intitulada *A Ilustração Portuguesa* (1884-1890) e, mais tarde, a *Revista Ilustrada* (1890-1892), a *Revista Moderna* (1895-1897), a *Serões* (1901-1911), a *Passatempo* (1901-1904), a *Gazeta Ilustrada*, de 1901, e mesmo *O Ocidente* (1878-1915) (**figuras 91 a 97**), *Branco-e-Negro* (1896-1898) e *Brasil-Portugal* (1899-1914);
3. Uma terceira geração de revistas ilustradas, a das revistas ilustradas de atualidades, inspiradas no modelo da *Illustrated London News* e de outras revistas ilustradas subseqüentes, como a francesa *L’Illustration*. As revistas desta geração foram adquirindo, gradualmente, características sofisticadas e nelas aumentou o peso da cobertura gráfica da atualidade, a ponto de esta se tornar, em revistas como a *Ilustração Portuguesa* (1903-1924), o seu foco principal.

Tabela 36

Algumas revistas ilustradas ativas no final do século XIX e na I República.

Revista	Local de edição	Resumo informativo
<i>O Ocidente</i> (1878-1915)	Lisboa	Revista fundada por um dos principais gravadores em madeira portugueses, Caetano Alberto da Silva, e pelos seus associados Guilherme de Azevedo, Manuel de Macedo e Brito Rebelo, foi quinzenal (1878-1880) e trimensal (1881-1915). Embora a revista se distinguisse pela sua matriz cultural e algo elitista, a atualidade teve, nela, um espaço crescente, sendo notória a intensificação da preocupação pela cobertura gráfica da atualidade, por meio de gravuras, inicialmente, e depois por meio de desenhos fotogravados e fotografias, em especial após 1903, devido à concorrência da <i>Ilustração Portuguesa</i>. Mais informações aqui: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/FichasHistoricas/Ocidente.pdf https://pt.wikipedia.org/wiki/O_Ocidente Pode consultar-se aqui: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/Ocidente/Ocidente.htm
<i>Revista Ilustrada</i> (1890-1892)	Lisboa	A <i>Revista Ilustrada</i> foi uma publicação ilustrada de grande formato. Teve por proprietários Mariano Level e o editor e livreiro António Maria Pereira, gerente. Quinzenal, o primeiro número data de 15 de abril de 1890. O último, de 1892, não indica a data, mas é numerado: 60. Possuía, caso raro entre as revistas lisboetas, sucursal no Porto. Como outras publicações semelhantes da mesma época, a <i>Revista Ilustrada</i> seguiu, principalmente, uma linha editorial devotada ao que, hoje em dia, se consideraria cultura: literatura, belas-artes, teatro. No campo das belas-letras, a <i>Revista Ilustrada</i> publicava crítica literária, folhetins, poesia e prosa, incluindo crónicas sobre o quotidiano da época assinadas por nomes grandes da literatura portuguesa, tais como Fialho de Almeida, Ramalho Ortigão, Camilo Castelo Branco e outros.
<i>Revista Moderna</i> (1895-1897)	Lisboa	A <i>Revista Moderna</i> tanto surge com o subtítulo <i>Magazine Ilustrado</i> como com o subtítulo <i>Semanário Ilustrado</i>. Omissa quanto a tiragem e preços, percebe-se pelo subtítulo e pelo preâmbulo que tinha periodicidade semanal. Trata-se de uma revista publicada entre 1895 e 1897, em Lisboa. Foi seu diretor Emídio Monteiro. Tinha por lema “bom senso e bom gosto”. Especializou-se em temas culturais — principalmente literatura e belas-artes — apesar de ser eclética e, até certo ponto, enciclopédica. No entanto, trazia notícias da atualidade teatral e literária. Não deve ser confundida com a <i>Revista Moderna: Publicação Quinzenal Ilustrada</i>, editada e impressa em Paris entre 1897 e 1899, sendo dirigida por Martinho Botelho, um publicista brasileiro residente na capital francesa.

<i>Branco e Negro: Semanário Ilustrado</i> (1896-1898)	Lisboa	Revista lançada a 5 de abril de 1896, sob a chancela da Livraria António Maria Pereira, durou até 27 de março de 1898. Beneficiou da experiência anterior que o editor e livreiro António Maria Pereira e o médico Mariano Lever, seus promotores, adquiriram com a <i>Revista Ilustrada</i>. A <i>Branco e Negro</i> diferenciou-se no panorama editorial português por ser uma revista que já aponta para o modelo de <i>newsmagazine</i>. Sem renegar uma matriz editorial cultural e literária que correspondia às expectativas do seu público-alvo (as elites intelectuais do país), incorporou a cobertura gráfica de assuntos e acontecimentos da atualidade coeva, incluindo casos de polícia, tragédias, exercícios militares, visitas de cortesia de esquadras estrangeiras, aquisição e lançamento à água de novos navios de guerra portugueses (incluindo o célebre couraçado Adamastor), demonstrações políticas (compreendendo as manifestações do 1.º de Maio), acontecimentos políticos, festas populares e romarias, festas da sociedade, inauguração de estabelecimentos de saúde e de fábricas, funerais de pessoas ilustres, entre outros temas. Nas suas páginas desfilaram, igualmente, retratos de notáveis da época, portugueses e estrangeiros, abarcando estadistas e figuras reinantes, mas também artistas plásticos, escritores, atores de teatro e músicos. Os roteiros de localidades do País e do estrangeiro — incluindo as colónias portuguesas — constituíram outro dos pontos fortes da revista, do ponto de vista da produção iconográfica. A revista procurou, também, valorar a educação física (masculina), por meio da cobertura de atividades desportivas. Apesar dos seus pontos fortes, a iconografia da revista, em certos casos, foi vítima do bucolismo lírico romântico que, no âmago da arte, contrapunha a natureza e o meio rural à ideologia materialista e progressista que via na cidade, na construção de infraestruturas de transportes, na ferrovia, no vapor e nas fábricas a chave do futuro. Embora a revista não identifique os diretores, é possível que tenham estado à sua frente o jornalista e escritor José de Matos Sarmento Beja e o crítico teatral, literato e publicista Domingos Guimarães, já que o primeiro se despediu da revista a 7 de novembro de 1897 (p. 85). Mais informações aqui: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/FichasHistoricas/BrancoeNegro.pdf https://pt.wikipedia.org/wiki/Branco_e_Negro Pode consultar-se aqui: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/BrancoeNegro/BrancoeNegro.htm Houve uma revista <i>O Branco-e-Negro: Semanário Ilustrado</i>, de 1899, que poderá ter constituído uma tentativa de relançamento do título: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/OBrancoeNegro/OBrancoeNegro.htm
<i>Brasil-Portugal</i> (1899-1914)	Lisboa	Fundada pelo político e militar Augusto de Castilho, esta revista quinzenal, com um perfil editorial misto (cultural e de informação geral), resistiu, somente, dois anos à morte do seu fundador. Teve, sempre, uma grande preocupação pela cobertura do Brasil, país onde também circulava. Foi, entre as revistas ilustradas, a que primeiro concedeu grande atenção à cobertura gráfica do desporto. Optou, desde o início, pela fotografia como meio principal para a cobertura gráfica da atualidade. Mais informações aqui: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/FichasHistoricas/BrasilPortugal.pdf https://pt.wikipedia.org/wiki/Brasil%E2%80%93Portugal_(revista) Pode consultar-se aqui: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/BrasilPortugal/BrasilPortugal.htm

<i>Serões</i> (1901-1911)	Lisboa	Revista mensal eminentemente cultural e literária, idealizada pelo literato e jornalista Adrião de Seixas, procurou, porém, desde o início, dar atenção à atualidade, coberta graficamente, sobretudo, por meio de fotografias. Teve duas séries, a primeira até 1904 e a segunda a partir de julho de 1905 (esteve seis meses sem se publicar), dirigida por Henrique Lopes de Mendonça. A segunda série distingue-se da primeira pelo recurso à utilização de capas coloridas, semelhantes às da <i>Ilustração Portuguesa</i>. Mais informações: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/FichasHistoricas/Seroes.pdf https://pt.wikipedia.org/wiki/Ser%C3%B5es_(revista) Pode consultar-se aqui: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/Seroes/Seroes.htm
<i>Ilustração Portuguesa</i> (1903-1924)	Lisboa	Revista semanal de informação geral do grupo do jornal <i>O Século</i>, a <i>Ilustração Portuguesa</i> teve duas séries. A primeira durou até 12 de fevereiro de 1906 e a segunda terá começado a 26 de fevereiro de 1906, tendo terminado em abril de 1924. No entanto, foram publicados vários números da revista, para garantia de título, até 1993. Na primeira série, a <i>Ilustração Portuguesa</i> terá sido dirigida pelo jornalista Rocha Martins (Rocha Martins, 1942, p. 111) e tido por editor o jornalista José Joubert Chaves. O primeiro diretor da segunda série da <i>Ilustração Portuguesa</i> foi o jornalista, escritor e historiador luso-brasileiro Carlos Malheiro Dias (até 1912). Seguiram-se-lhe o próprio proprietário (até 1922), apesar deste ter delegado a direção da revista em António Maria de Freitas (1914-1919), Albino Forjaz de Sampaio (1919-1921) e António Ferro (1921-1922). Seguiram-se-lhe João Ameal (1922), novamente António Maria de Freitas (1922-1923) e Tito Martins (1923-1924). A <i>Ilustração Portuguesa</i> foi a revista de mais sucesso ao tempo da I República, tendo chegado a tirar cerca de 25 mil exemplares. Foi, verdadeiramente, o berço do fotojornalismo nacional, já foi nas suas páginas que se desenvolveu o fotojornalismo quotidiano. Entre os pioneiros do fotojornalismo português que colaboraram assiduamente com a <i>Ilustração Portuguesa</i> destaca-se, como intérprete mais consistente e pioneiro, Joshua Benoliel. Mais informações aqui: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/FichasHistoricas/IlustracaoPortuguesa.pdf https://pt.wikipedia.org/wiki/Illustra%C3%A7%C3%A3o_Portuguesa Pode consultar-se aqui: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/IlustracaoPort/IlustracaoPortuguesa.htm
<i>ABC: Revista Portuguesa</i> (1920-1931)	Lisboa	Revista semanal ilustrada, de informação geral, pensada e dirigida por Rocha Martins, deu espaço ao fotojornalismo quotidiano. Distinguiu-se pelas capas ilustradas por alguns dos melhores artistas gráficos modernistas portugueses, como Stuart Carvalhais (que também colaborou com outras publicações, como a <i>Ilustração Portuguesa</i>). Após 1931, foram publicados vários números para garantia de título.

<i>O Domingo Ilustrado</i> (1925-1927)	Lisboa	Revista semanal fundada por Eduardo Gomes, seu editor e gerente nos primeiros números, e dirigida (a partir do número 3) por José Leitão de Barros, um pintor, cineasta e especialista em artes gráficas que difundiu a heliogravura em Portugal, tecnologia que aplicou ao <i>Domingo Ilustrado</i>, e por Jaime Martins Barata, artista gráfico. Procurou dar conta de um Portugal que não se esgotava no confronto político. As suas páginas de “atualidades gráficas” concediam espaço à fotografia, com foco na vida cultural, social e desportiva lisboeta, nas suas personagens e nos acontecimentos oficiais. Contou com a colaboração de Carlos Malheiro Dias, que subscreve o programa (uma espécie de estatuto editorial) do periódico no seu primeiro número. O último número, de dezembro de 1927, faz referência ao final da revista para dar lugar a outra publicação — que seria, sem dúvida, o <i>Notícias Ilustrado</i> (março de 1928). Mais informações aqui: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/FichasHistoricas/DomingoI.pdf https://pt.wikipedia.org/wiki/O_Domingo_Ilustrado Pode consultar-se aqui: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/DOMINGOILUSTRADO/DomingoIlustrado.htm
<i>Ilustração</i> (1926-1939)	Lisboa	Lançada em janeiro de 1926, mesmo a tempo de ainda ser considerada uma revista da I República, <i>A Ilustração</i>, de periodicidade quinzenal, distinguiu-se pela cobertura de atos oficiais e de outros assuntos da atualidade nacional e estrangeira sob a forma de fotonoticiário. Foi fundada e dirigida por João da Cunha Eça (até 1928) e, depois, por João de Sousa Fonseca (foi seu diretor até 1931). Em 1931, a Empresa Nacional de Publicidade, detentora do <i>Diário de Notícias</i>, associou-se à editora Aillaud, proprietária inicial, e reconvertiu a revista, em especial depois da direção ter sido assumida por António Ferro, em agosto de 1931 (apenas por quatro números) e, finalmente, pelo editor e jornalista Arthur Brandão. Mais informações aqui: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/FichasHistoricas/Ilustracao.pdf https://pt.wikipedia.org/wiki/Ilustra%C3%A7%C3%A3o_(revista) Pode consultar-se aqui: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/Ilustracao/Ilustracao.htm

Fonte: Elaboração própria a partir de investigação do autor, dados mencionados na bibliografia, e nas referências Web fornecidas.

A imprensa ilustrada garantiu a colaboração dos artistas plásticos portugueses. Estes juntaram-se aos políticos, escritores e outros literatos que já colaboravam com jornais e revistas, por motivos financeiros ou, simplesmente, para obterem reconhecimento público. A imprensa portuguesa, em Oitocentos, reuniu, pois, muita da intelectualidade da época. Por isso, uma parte da imprensa continuou a ter por público-alvo essa intelectualidade interessada na cultura, na política, na economia e nas relações internacionais. As revistas ilustradas, a partir do miolo de Oitocentos, mesmo quando deram atenção à cobertura gráfica da atualidade, tiveram os interesses da intelectualidade da época em consideração, refletindo-o no temário e assegurando a publicação de matérias culturais, literárias, filosóficas, científicas e outras nas quais os intelectuais — ou os indivíduos que tinham pretensões a sê-lo ou desejavam ser vistos como tal — se viam representados e reconhecidos.

Apostando, essencialmente, no formato revista e numa periodicidade semanal, a imprensa ilustrada de atualidades contribuiu para abrir o jornalismo português a novos temas e para nele introduzir novos géneros jornalísticos, caracterizados pela junção de iconografia à palavra (Sousa, 2017).

Apesar dos títulos, as revistas ilustradas do final do século XIX e mesmo algumas do início século XX eram, por vezes, pouco ilustradas. Também eram, em geral, pouco centradas na atualidade. Seguiam, na verdade, um modelo híbrido, entre as revistas ilustradas de “conhecimentos úteis”, de recreio, de cultura e de literatura e as revistas ilustradas de atualidades, cujo primeiro verdadeiro representante em Portugal foi a revista *Ilustração Portuguesa* (1903-1924)¹⁶⁴. Eram, pois, mais revistas de amenidades e de recreio, ou mesmo de cultura e de literatura (o caso da revista *Serões*, por exemplo, é exemplificativo), do que revistas gráficas de atualidades.

A reprodução direta de fotografias na imprensa, por meio de processos fotoquímicos e, depois, fotomecânicos (meia-tinta ou *halftone*), começou, em Portugal, em 1890, com o pioneirismo a pertencer, com grande probabilidade, à *Revista Ilustrada*, em 1890 (**figura 90**). Tratou-se da reprodução fotográfica de um quadro. A fotografia é da autoria de João Francisco Camacho. O seu processamento para a imprensa deveu-se a José Pires Marinho.



Figura 90

Fotografia de um quadro, provavelmente a primeira reproduzida diretamente na imprensa portuguesa. Fonte: *Revista Ilustrada*, ano I, n.º 13, 15 de outubro de 1890.

¹⁶⁴ A denominação “Ilustração” ostentada no título da *Ilustração Portuguesa* e de outras “ilustrações” foi induzida pela revista francesa *L’Illustration* (a França era o farol cultural do mundo latino). O termo conotava-se quer com o recurso à imagem — à ilustração — como fonte de informação e de conhecimento, quer com o processo de enriquecimento cognitivo pessoal (a imprensa deveria servir para a formação de indivíduos ilustrados). As “ilustrações” antecederam a era das revistas de fotojornalismo e das *newsmagazines*.



Figura 91
Capa do primeiro número da revista ilustrada *O Ocidente*.
Fonte: reprodução do original (1 de janeiro de 1878).



Figura 92
O gravador e empresário Caetano Alberto da Silva, idealizador e fundador da revista *O Ocidente*. Fonte: *O Ocidente*, n.º 829, 10 e 20 de janeiro de 1902 (reprodução do original).

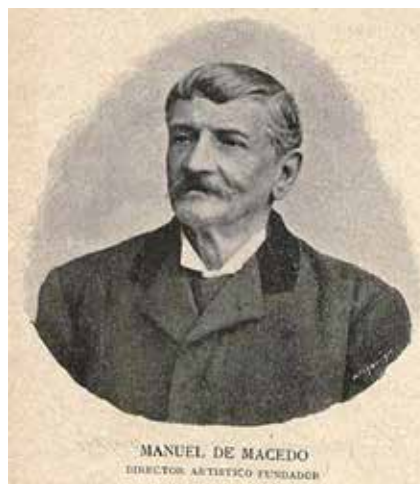


Figura 93
Guilherme de Azevedo, Manuel de Macedo e Brito Rebello, cofundadores da revista *O Ocidente*. Fonte: *O Ocidente*, n.º 829, 10 e 20 de janeiro de 1902: 4. Reprodução do original.



Figura 94
Gabinete do diretor da revista *O Ocidente* em janeiro de 1902. Fonte: *O Ocidente*, 10 e 20 de janeiro de 1902 (reprodução do original).



Figura 95
Sala da redação e administração da revista *O Ocidente* em janeiro de 1902. Fonte: *O Ocidente*, 10 e 20 de janeiro de 1902 (reprodução do original).

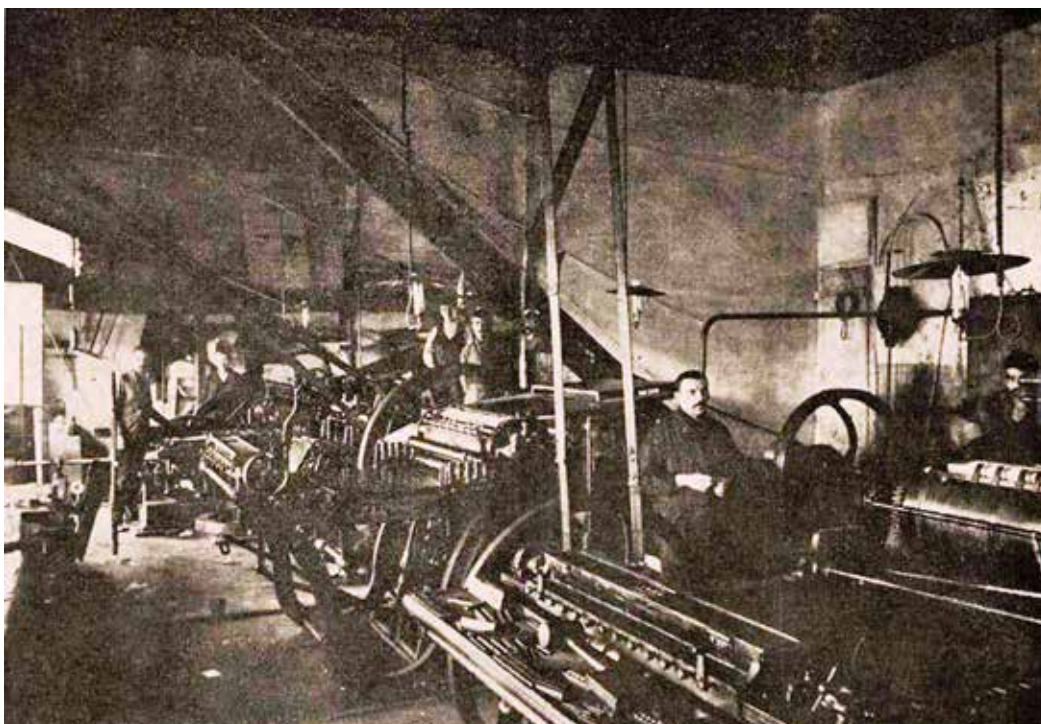


Figura 96
Tipografia da revista *O Ocidente* em janeiro de 1902. Fonte: *O Ocidente*, 10 e 20 de janeiro de 1902 (reprodução do original).



Figura 97
Edifício-sede da empresa de *O Ocidente*, em Lisboa (c. 1884). Fonte: *O Ocidente*.



Figura 98
Capa do primeiro número da revista ilustrada *Ilustração Portuguesa*, do grupo do jornal *O Século*. Fonte: reprodução do original (9 de novembro de 1903).

No último quartel do século XIX, a imprensa ilustrada expandiu-se. Em 1878, nasceu *O Ocidente* (1878-1915) (**figuras 91 a 97**), publicação importante para a expansão da fotografia documental no país; em 1884, surgiu, em Lisboa, *A Ilustração Universal* (1884-1885), seguida pela *Branco e Negro* (1896-1898), pela *Brasil-Portugal* (1899-1914) e pela *Ilustração Portuguesa* (1903-1924) (**figura 98**), lançada pela empresa do jornal *O Século*. Constituem um conjunto de revistas ilustradas que evidenciam a expansão do recurso à imagem informativa no jornalismo português, estendida, de resto, aos diários (**figuras 65, 76, 81, 83, 84**). Elas foram fundamentais para potenciar o recurso à informação visual (primeiro, sob a forma de gravuras e, depois, de fotografias) na imprensa portuguesa. Entre elas deve destacar-se a *Ilustração Portuguesa*, primeira revista ilustrada verdadeiramente devotada à cobertura gráfica da atualidade em Portugal.

O fotojornalismo profissional e o foto-repórter, ou fotojornalista, farão a sua aparição em Portugal nesta altura, alimentando quer as revistas semanais ilustradas, quer os jornais da mais variada índole. O pioneiro foi Joshua Benoliel, colaborador do diário *O Século*, da revista *Ilustração Portuguesa*, entre outras publicações. O “primeiro fotojornalista profissional português” legou à posteridade uma importante documentação fotográfica sobre a vida em Portugal no final do século XIX e nas primeiras duas décadas do século XX.

5.5.3.1 A *Ilustração Portuguesa* e o nascimento do fotojornalismo em Portugal

A revista semanal *Ilustração Portuguesa*¹⁶⁵, a segunda que, na história, surgiu, em Portugal, com esse título, nasceu, a 9 de novembro de 1903, no seio da empresa do jornal *O Século*. Vendida nas bancas por cem réis cada número, teve duas séries. A primeira começou em 1903 e terminou a 12 de fevereiro de 1906; a segunda série começou, provavelmente, a 26 de fevereiro de 1906.

Na primeira série, a *Ilustração Portuguesa* terá sido dirigida pelo jornalista Rocha Martins¹⁶⁶ e tido por editor o jornalista José Joubert Chaves. Impressa a três colunas, tinha, normalmente, 16 páginas, de grande formato (24,4 x 37,2 cm). Na segunda série, as dimensões da *Ilustração Portuguesa* reduziram-se substancialmente, para um formato aproximado de 18 x 28 cm. Mas a revista passou a ter 32 páginas. Foi publicada, semanalmente, até 12 de abril de 1924, tendo, ainda, sido publicados números para garantia de título, até 1993. Mas depois de 1924 a *Ilustração Portuguesa* já não era a “verdadeira” *Ilustração Portuguesa* que

165 Quando surgiu a revista, a palavra *Ilustração* grafava-se com dois l, passando a escrever-se com um único l a partir DO n.º 394, datado de 8 de setembro de 1913.

166 É o próprio que o afirma na sua *Pequena História da Imprensa Portuguesa* (Rocha Martins, 1942, p. 111). Não existe a referência a um diretor na primeira série da revista.

conquistou reputação e um lugar destacado na história do jornalismo português e das revistas ilustradas de atualidades.

O primeiro diretor da segunda série da *Ilustração Portuguesa* foi o jornalista, escritor e historiador luso-brasileiro Carlos Malheiro Dias¹⁶⁷. Segundo Rocha Martins (1942, p. 111), Malheiro Dias permaneceu no cargo até à proclamação da República (na verdade, o último número em que Malheiro Dias aparece como diretor é o que data de 12 de fevereiro de 1912), altura em que se exilou voluntariamente no Brasil, devido às suas convicções monárquicas¹⁶⁸. Seguiram-se-lhe como diretores, de acordo com Rocha Martins (1942, pp. 111-112), contemporâneo da revista, e com os dados constantes na publicação:

1. José Joaquim da Silva Graça, proprietário de *O Século* e da *Ilustração Portuguesa*, que, na capa da revista, aparece como diretor até ao número de 4 de novembro de 1922, e tê-lo-á sido, efetivamente, pelo menos entre fevereiro de 1912 e 1914.
2. O professor e jornalista António Maria de Freitas (1914-1919, voltando em 1922). Eduardo Fernandes, o “Esculápio”, revela nas suas memórias que António Maria de Freitas, que também usava o pseudónimo Nicolau Florentino, foi seu antecessor na direção da *Ilustração Portuguesa* (Fernandes, 1940, p. 182), pelo que, aparentemente, também terá dirigido a revista, eventualmente sendo uma espécie de diretor executivo do escritor Albino Forjaz de Sampaio.
3. O escritor Albino Forjaz de Sampaio (setembro de 1919 a setembro de 1921).
4. O jornalista António Ferro (de outubro de 1921¹⁶⁹ até junho de 1922). Ferro viria a ser, mais tarde, o primeiro responsável pela propaganda do Estado Novo.
5. O jornalista e escritor João Ameal, por pouco tempo, em 1922 (assina as Crónicas de 10 e 24 de junho de 1922).

167 A experiência acumulada à frente da *Ilustração Portuguesa* e a sua colaboração noutras revistas, como *O Domingo Ilustrado*, *Branco e Negro*, *Brasil-Portugal* e *Serões*, terá sido um dos fatores que terá levado Assis Chateaubriand a convidar Carlos Malheiro Dias para primeiro diretor da principal revista ilustrada brasileira da primeira metade do século XX: a revista *O Cruzeiro* (1928-1975).

168 Uma biografia completa em: Nunes, Teresa (2009): *Carlos Malheiro Dias: um monárquico entre dois regimes*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.

169 Numa peça intitulada “A entrevista da semana: A *Ilustração Portuguesa* entrevista a *Ilustração Portuguesa*” fica a saber-se que António Ferro assumia a direção da revista (8 de outubro de 1921: 232-234).

6. O professor e jornalista António Maria de Freitas (pelo menos de 8 de julho de 1922 até falecer, em setembro de 1923¹⁷⁰), pela segunda vez.
7. O jornalista Tito Martins, desde o final de 1923 (interinamente desde o momento em que António Maria de Freitas ficou doente, que poderá ter sido ainda em 1922) até ao número de 12 de abril de 1924, com que termina a publicação regular semanal da *Ilustração Portuguesa*. É Tito Martins que surge como diretor nos números semestrais, para manutenção de título, de 1931-1946.
8. O jornalista Guilherme Pereira da Rosa, nos números semestrais, para manutenção do título, de 1947-1972.
9. O jornalista Manuel Figueira, que surge como diretor interino da revista no número especial de oito páginas dedicado ao centenário de Joshua Benoliel, datado de 13 de janeiro de 1973 e distribuído com *O Século*, e diretor nos números semestrais seguintes, para manutenção de título, até 31 de janeiro de 1975.
10. Eduardo Scarlatti e João Gaspar Simões, 1976; Manuel Magro, 1977-1980, números de quatro páginas com o mesmo conteúdo, para manutenção do título.

A *Ilustração Portuguesa* foi, ao tempo, uma revista inovadora em Portugal. Os textos afastaram-se da pompa literária em que o periodismo português foi pródigo durante o século XIX. Impressa em papel *couché*, o seu design era mais arrojado do que o das revistas suas predecessoras e concorrentes. Ancorado nas imagens, rompeu com alguns dos formalismos anteriores, mas também seguiu alguns dos cânones dominantes da expressão gráfica à época, como o embelezamento de fotografias com molduras evocativas das pinturas.

A revista, em especial na sua segunda série, cultivou a fotografia de reportagem de atualidades, mas também a fotografia descritiva documental (monumentos, paisagens, animais e plantas, etnografia), de pendor informativo e testemunhal, e a fotografia pictorialista, frequentemente naturalista, correntes estéticas acarinhadas por muitos dos fotógrafos “artísticos” portugueses da viragem do século XIX para o XX, como Domingos Alvão (1872-1946) e Emílio Biel (1838-1915). As exposições fotográficas no salão da *Ilustração Portuguesa*, inclusivamente, tenderam a engrandecer a fotografia “artística” e a fotografia documental

170 Cf. números de 8 de julho de 1922, p. 25, no qual a Crónica é assinada por António Maria de Freitas, pela direção da revista, e de 15 de setembro de 1923, p. 347, no qual surge o seu epitáfio e, no mesmo, a referência a ter dirigido a *Ilustração Portuguesa*.

em detrimento do género, quiçá visto como menor, da fotorreportagem de atualidades.

De qualquer modo, ao aproveitar os novos processos de reprodução fotomecânica da imagem fotográfica, como a fotogravura a partir de fotografia tramada (*halftone*), a *Ilustração Portuguesa* tornou-se o palco nacional privilegiado para o desenvolvimento da fotografia de atualidades, nomeadamente da fotorreportagem, no país, muito embora se deva reconhecer, nesta matéria o pioneirismo das revistas ilustradas que a precederam, casos, nomeadamente de *O Ocidente* (embora só no século XX), da *Branco e Negro* e da *Brasil-Portugal*. Foi nessas revistas que, efetivamente, pela primeira vez, se assistiu, em Portugal, não apenas à subordinação do texto verbal às imagens, em várias peças, como também a uma redução substancial da reportagem ilustrada por meio de desenhos em favor da reportagem ilustrada com fotografias.

A primeira página do primeiro número da primeira série da *Ilustração Portuguesa* é integralmente ocupada com um desenho referente à recente visita da rainha D. Amélia a um sanatório, a 22 de outubro, onde distribuiu brinquedos às crianças internadas (**figura 98**). Aliás, na primeira série da *Ilustração Portuguesa* é mais notória do que na segunda a subordinação da palavra à imagem, em termos de espaço relativo ocupada pela iconografia face ao texto verbal.

Não existe, no número inicial, um texto formal de apresentação da nova revista ao público. No entanto, numa matéria intitulada “Crónica”, publicada logo na segunda página, Rocha Martins escrevia:

O desenho tornou-se uma arte (...), reproduziu tudo, aplicou-se a tudo, ao jornal e ao livro, por fim à revista, que veio completar o periódico.

Por isso, *O Século*, que sempre tem desenvolvido, em Portugal, a arte e o gosto, sentiu a necessidade de se completar com a *Ilustração* (...).

A arte de hoje, manifestamente superior, tudo alcança e tudo reproduz. Com ela se fabrica o álbum das grandes festas e dos casos triviais, que irão aproveitar tanto aos homens de hoje como às gerações vindouras.

O texto de Rocha Martins enfatiza a importância da imagem para o jornalismo, reconhecida pela empresa do diário *O Século* ao lançar uma publicação ilustrada como a *Ilustração Portuguesa*. Mas salienta o desenho em primeiro lugar. A fotografia ainda não era encarada como o meio de jornalismo visual por eleição na imprensa, que viria a ser, e na própria *Ilustração Portuguesa*, três anos mais tarde. Considera, igualmente, o autor que a *Ilustração Portuguesa* é uma revista e que, neste papel, complementa o diário. Rocha Martins admite — profeticamente — que uma revista ilustrada como a *Ilustração Portuguesa*, enquanto repositório memorialístico da iconografia dos acontecimentos, seria útil não apenas aos contemporâneos mas também aos “homens do futuro”. Nomeadamente, intui-se, aos homens que, no futuro, quisessem relembrar o passado e construir a história.

Na sua *Pequena História da Imprensa Portuguesa*, Rocha Martins (1942, p. 111) revela que o proprietário de *O Século*, Silva Graça, lhe deu instruções precisas sobre o modelo de revista a adotar pela *Ilustração Portuguesa*:

Silva Graça desejou publicar a *Ilustração Portuguesa*. Obrigou, terminantemente, o diretor da revista, Rocha Martins, a seguir as suas ideias no formato, desenhos, etc., quando se preconizava a redução do tamanho da revista e a fotografia. O semanário, cujos desenhos eram quase sempre maus, iniciou-se em 9 de novembro de 1903, e até nisso Silva Graça persistiu, não querendo começar em janeiro, visto já ter trabalhos feitos. O esforço periclitou.

Nessa altura, a revista tirava 6500 exemplares¹⁷¹. Rocha Martins terá, no entanto, conseguido convencer Silva Graça das debilidades que apresentava a *Ilustração Portuguesa* durante a sua primeira série. Tanto assim é que, em 1906, se avançou para uma segunda série, mais modesta no formato, mas com o dobro das páginas e cheia de fotografias. No número de 5 de fevereiro de 1906, o penúltimo da primeira série, a revista já anunciava a reformulação que iria sofrer, num documento que se poderia considerar um estatuto editorial e no qual, interessante, já se antecipava o importante papel historiográfico que a revista adquiriria:

Uma nova *Ilustração Portuguesa*

A contar do dia 26 de fevereiro

A *Ilustração Portuguesa* terá em cada número uma capa colorida e (...) original, relativa a um dos grandes acontecimentos da semana¹⁷².

A *Ilustração Portuguesa* terá semanalmente o mínimo de 32 páginas de texto profusamente ilustrado.

A *Ilustração Portuguesa* será a mais variada e palpitante revista dos acontecimentos mundanos, políticos, literários e artísticos, verdadeiro *magazine* semanal, onde ficarão arquivados pela fotografia, pelo desenho, pelo *interview* [entrevista] e pela descrição e reportagem literárias todos os aspetos da vida portuguesa contemporânea.

A *Ilustração Portuguesa* constituirá a mais documentada e minuciosa história dos atuais costumes portugueses (...).

A *Ilustração Portuguesa* abrirá (...) as suas colunas à colaboração de todos (...).

(...)

171 Referido no número de 13 de julho de 1908, pp. 41-51.

172 Nem sempre esta promessa foi cumprida. Na verdade, abundam as capas com retratos de atrizes célebres, motivos etnográficos, etc.

A *Ilustração Portuguesa* propõe-se (...) fixar e transmitir às gerações futuras a imagem da nossa existência contemporânea, em todos os seus campos de atividade, (...) coligindo os mais numerosos subsídios para a história dos homens e dos acontecimentos.

A *Ilustração Portuguesa* (...) custará (...) 100 réis [depois convertidos em dez centavos]. (5 de fevereiro de 1906, p. 93)

A revista prometia, pois, ser uma revista *magazine* semanal, generalista, aberta à colaboração espontânea do público. Prometia, ainda, valorizar a reportagem e a entrevista, por meio de texto, desenhos e fotografias. E aqui, confrontando-se com o texto de Rocha Martins no primeiro número da primeira série da *Ilustração Portuguesa*, que apenas se refere ao “desenho”, já surge a fotografia a anteceder simbolicamente o desenho na ordenação das palavras na frase.

No dia 12 de fevereiro de 1906, a revista acrescentou quatro pontos ao novo programa editorial. Definia-se, doravante, como uma publicação que se reportaria ao todo nacional, pertencente a uma empresa tecnologicamente avançada e inovadora:

A nova *Ilustração Portuguesa* não se restringirá apenas à (...) reportagem da capital, mas irá por uma rede completa e sistemática de informações buscar aos recantos longínquos da província tudo quanto às modestas vilas e aldeias de Portugal possa interessar, relativo aos seus acontecimentos, à sua política, aos seus costumes, à sua cronologia, à sua agricultura e às suas indústrias.

A nova *Ilustração Portuguesa* não apresenta apenas um novo programa. Inaugura notáveis melhoramentos, empregando os mais modernos e aperfeiçoados processos de reprodução gráfica e apresentando em cada número uma capa a cores (...).

A nova *Ilustração Portuguesa* iniciará uma série de inquéritos ao estado atual de progresso das indústrias e agricultura (...). (12 de fevereiro de 1906, p. 109)

A fórmula que a revista seguiu na segunda série logrou sucesso, pois a tiragem subiu para 11170 exemplares¹⁷³. Nessa segunda série, a revista apresentou-se com o lema “Revista semanal dos acontecimentos da vida portuguesa — Vida social, vida política, vida artística, vida literária, vida mundana, vida desportiva, vida doméstica”¹⁷⁴.

Por ocasião do final do primeiro semestre da 2ª série (número 23, de 30 de julho de 1906), a *Ilustração Portuguesa* já atingia uma tiragem de 15 mil exemplares, vendidos ao preço de 100 réis por exemplar¹⁷⁵, conforme se pode ler na contracapa:

173 Referido no número de 13 de julho de 1908, pp. 41-51.

174 Referido na folha de rosto do volume encadernado.

175 A título comparativo, um diário custava entre 12 a 15 réis e uma revista especializada, como o *Boletim Fotográfico*, 150 réis.

Ilustração Portuguesa

Tiragem para Portugal 15 000 exemplares, 16 [sic] números publicados, dos quais 3 já completamente esgotados.

Preço avulso 100 réis.

Nos seus 23 números até hoje publicados¹⁷⁶, a *Ilustração Portuguesa* inseriu em 736 páginas de texto 1347 gravuras e 113 artigos sobre história, literatura, teatro, usos e costumes portugueses, arte, política, genealogia, arquitetura, arqueologia e sport, representando a matéria de 5 volumes em 8º, de 250 páginas cada um. No pequeno espaço de três meses, o assinante da *Ilustração Portuguesa* adquiriu por um preço módico uma obra volumosa, com mais de 1500 gravuras [sic] (...).

Fiel ao seu programa, a *Ilustração Portuguesa* tornou-se o mais rico repositório dos factos sociais, políticos, artísticos, literários e mundanos para o exato e perfeito conhecimento da nossa história atual e retrospectiva, em todos os complexos aspetos da atividade humana, verdadeiro dicionário ilustrado da vida portuguesa (...).

Agitando sob uma forma literária e impressiva questões do mais alto interesse geral, como a da crise duriense no notável artigo “O Douro da crise e da fome”, como a da mobilização militar nos discutidíssimos artigos “Se rebentasse a guerra com Espanha”, como a dos melhoramentos de Lisboa nos sensacionais artigos “Lisboa no ano 2000”; abrindo e promovendo concursos da mais completa originalidade, como o da “Terra de mais lindas mulheres de Portugal”; acompanhando dia a dia os grandes acontecimentos; versando pela pena autorizada dos especialistas e escritores ilustres os mais palpitantes problemas, a *Ilustração Portuguesa* logrou, logo no seu início, em três breves meses de publicação, ver coroados de êxito os esforços dos seus iniciadores e dirigentes, obtendo a mais vasta publicidade que jamais atingiu no nosso meio uma revista de literatura e arte. Prestando-se pelo seu diminuído preço, pela comodidade das suas dimensões e volume, a ser não só o magazine que se coleciona mas a revista que se compra na tabacaria ou no meio da rua, no americano ou na gare, para folhear e ler durante uma viagem, a *Ilustração Portuguesa* procura tanto quanto possível interessar toda a espécie de leitores pela diversidade dos assuntos, novidade de informações e profusão das gravuras (...). Leiam a *Ilustração Portuguesa* (...), publicação semanal ilustrada, saindo regularmente às segundas-feiras.

Apesar de algumas contradições, como as que registam os números publicados e o número de gravuras inseridas ao longo dos primeiros números, o anterior texto de autopromoção da *Ilustração Portuguesa* permite compreender os assuntos mais valorizados por uma revista cujos redatores consideravam como sendo “de literatura e arte”: “factos sociais, políticos, artísticos, literários e mundanos”. Pretendia, pois, ser uma revista eclética, centrada em Portugal, tendo por fim proporcionar o “exato e perfeito conhecimento da nossa história

176 Trata-se dos números publicados da 2ª série.

atual e retrospectiva, em todos os complexos aspetos da atividade humana”. Pode associar-se, pressupõe-se, o seu carácter ilustrado com a exatidão que a revista proclamava ter no seu discurso; pode associar-se, igualmente, a enunciação, ou seja, a produção discursiva da revista, ao ato de *fazer história*, isto é, de *registar e dar a conhecer a história* — a história que os portugueses fizeram e a história que os portugueses faziam, quotidianamente. Por isso, não hesitava o redator do texto em classificar a *Ilustração Portuguesa* como o “dicionário ilustrado da vida portuguesa”. Não um qualquer dicionário, mas sim o “verdadeiro”.

O texto anterior também evoca o primeiro concurso fotográfico organizado, em 1906, pela *Ilustração Portuguesa*, com prémios de 200\$000 réis. O tema não podia ser mais apropriado a uma revista que privilegiava a informação leve e visual: “A terra de mais lindas mulheres de Portugal”. Do júri, curiosamente, não fez parte qualquer fotógrafo.

No número de 13 de julho de 1908 (pp. 41-51), a *Ilustração Portuguesa* publicou um texto, ilustrado por um conjunto de fotografias (**figura 99**) de Joshua Benoliel, no qual, ao mesmo tempo que lamentava não poder satisfazer a procura, descrevia os processos de produção na revista, cuja tiragem já ascendia a 24400 cópias, e a evolução da tiragem ao longo dos anos:

Há algumas semanas (...), os jornais diários publicaram uma informação referente à *Ilustração Portuguesa*, motivada por um conflito ocorrido com os respetivos vendedores, aos quais a nossa administração não pôde fornecer a quantidade de exemplares por eles exigidos. A extração do jornal havia subido tão rapidamente que, apesar da encomenda, realizada com antecedência, de uma nova máquina de impressão, não era, de modo algum, possível atender às grandes requisições de números, cada vez mais avultadas, feita pelo público.

Este facto surpreendeu muitas pessoas, que conhecem menos intimamente a organização de um jornal e que (...) não supunham (...) que uma revista (...) como (...) a *Ilustração Portuguesa* pudesse atingir no nosso meio, que tão avesso se mostrou sempre a todas as publicações de semelhante natureza, tão larga tiragem e venda (...).

Em cada semana (...) nenhum leitor da *Ilustração Portuguesa* pensa um momento na soma de árduos esforços (...) que custou cada número. Parece a todos a coisa mais fácil (...) a tarefa semanal de combinar e realizar essas páginas de modo a conquistarem o agrado transitório de um público caprichoso e de gostos tão diversos como volúveis (...).

Todas as dificuldades (...) acrescem (...) pela necessidade (...) de procurar a variedade, de achar novidades, para evitar (...) que o paladar do leitor se embote de (...) acompanhar a atualidade (...). Acrescente-se (...) as dificuldades (...) de carácter material, que numa publicação desta natureza (...) aumentam, pela maior complexidade do seu trabalho técnico, pela condição indispensável de nitidez, de cuidado artístico (...).

Não é, por isso, simples a confeção de uma magazine como a *Ilustração Portuguesa* (...).

Começa-se por combinar o menu (...). Quer dizer, trata-se, primeiro que tudo, de discriminar quais os assuntos que apresentam maior atualidade (...). Calcula-se quantas páginas exige a reportagem

fotográfica dos acontecimentos da semana e trata-se da ilustração dos artigos selecionados (...). Essa ilustração nem sempre é fácil. Se se trata de uma monografia histórica, por exemplo, é preciso procurar retratos e gravuras (...), obtendo reproduções de documentos da Biblioteca Nacional, ou das bibliotecas da Ajuda e da Academia [das Ciências de Lisboa], ou ainda da preciosa coleção de Aníbal Fernandes Tomás. Esboça-se o plano da respetiva folha num caderno e os desenhadores principiam os trabalhos da ornamentação e das orlas das páginas. É claro que essa parte decorativa tem de ser adequada à natureza dos assuntos. Há também que fazer a distribuição das gravuras correspondentes a cada artigo, calculando (...) o espaço que o texto e todo o conjunto demandam. Chegam as provas fotográficas relativas aos acontecimentos da semana e é preciso escolher as que convém aproveitar, fazer igualmente enquadramentos e orlas para elas. Há uma que vale a pena ampliar ao tamanho de uma página (...) ou de uma dupla página. Outras têm (...) de ser reduzidas, para se poder registar a maior quantidade de documentação gráfica.

Cada semana o repórter fotográfico da *Ilustração Portuguesa* [Joshua Benoliel] não faz regularmente menos de quinze dúzias de chapas. São cerca de 8640 chapas fotográficas empregadas por ano, e tomando o tamanho de 9x12 como medida, poderia com elas construir-se um amplo telhado de vidro com mais de novecentos metros quadrados.

Cortadas as fotografias e dispostas conforme devem compor as páginas, desenhadas estas, os respetivos originais são enviados à oficina da fotogravura enquanto o texto vai (...) para a oficina de composição tipográfica.

Desçamos (...) à oficina da fotogravura, onde vamos encontrar os originais, vindos da mão dos desenhadores, (...) [para] (...) assistir às diversas operações.

A primeira é a reprodução fotográfica, fazendo-se numa máquina a das fotografias e noutra a das orlas. Os clichés passam, em seguida, para a secção do peliculado, para serem invertidos. Enquanto secam, vai-se preparando a chapa de zinco com o esmalte fotográfico, e pondo depois este em contacto com o negativo, realiza-se, por meio da luz elétrica, a impressão (...). Seguem-se as operações necessárias para obter o desenvolvimento da imagem e a sua esmaltação com auxílio do fogo.

Nesta altura tira-se uma prova em papel Marion, que serve para o paginador fotográfico se guiar. É a primeira prova das gravuras (...), embora invertidas e naturalmente misturadas (...). Dentro de pouco, (...) a tesoura vai separá-las na redação e designar-lhes, no projeto definitivo de folha (...), a colocação que a cada uma é destinada (...).

A chapa de zinco passa seguidamente para as mãos dos gravadores a meia tinta [*halftone*], que executam esta parte da gravura, e após para os gravadores de linha, incumbidos da terminação da orla. Tira-se, então, uma segunda prova (...) e a chapa de zinco transita para a oficina de carpinteiro, a fim de ser montada sobre madeira.

Terminou a tarefa das oficinas de fotogravura. O zinco gravado e assente no seu calço de madeira é entregue à oficina tipográfica, que vai organizar a página do jornal, preenchendo com o texto já composto (...) o espaço que não é ocupado pelas gravuras.

E começam as torturas para que esse espaço disponível não sobeje nem escasseie (...).

A expansão progressivamente crescente da nossa revista, que se acentua, em especial, desde a transformação do formato realizada com a inauguração da segunda série, constitui um facto saliente na história do jornalismo nacional (...), visto que a *Ilustração Portuguesa* é hoje um dos dois ou três jornais de Lisboa de mais avultada tiragem, excedendo, portanto, a de quase todos os periódicos da capital (...).

Não há termo de comparação, naturalmente, entre (...) [O] *Século*, cuja tiragem é de 85 mil exemplares diários (...), e a *Ilustração Portuguesa*, com os seus atuais 24400 exemplares de tiragem. Estes representam, porém, aproximadamente metade da tiragem do semanário *A Voz do Operário*, que tem a maior depois da do *Século*. A nossa revista entrega (...) aos vendedores, a cada semana, 4800 exemplares, e distribui mais 2800 pelas tabacarias e quiosques, elevando-se (...) a sua venda avulso (...), em Lisboa, a (...) 7600 exemplares (...). No Porto, a venda avulsa (...) sobe a 3200 exemplares (...). Mais de 12 mil exemplares são absorvidos pela assinatura, o que supomos que não tenha acontecido (...) com qualquer outra revista do nosso país.

Desde o começo (...) até terminar a primeira série, a *Ilustração Portuguesa* conservou uma tiragem média de 6500 exemplares. Foi em 1906 que o formato do jornal se transformou, para o tornar mais cómodo, e que foram introduzidas as restantes modificações que caracterizam a segunda série. A média da tiragem desse ano foi de 11170 exemplares. No segundo ano, que foi o de 1907, a tiragem média foi de 10885 exemplares, começando (...) a acentuar-se.

A *Ilustração* francesa, fundada em 1843, tem uma tiragem de cem mil exemplares, o que, em relação à população da França, representa uma proporção de venda de 2700 exemplares por milhão de habitantes. Esta proporção é para a *Ilustração Portuguesa* de 6000 exemplares por milhão de habitantes (...). Concluiu já a paginação na tipografia. Tiraram-se as respetivas provas, para o revisor corrigir, e acabaram de emendar-se. As formas vão ser enviadas para a casa das máquinas, a fim de fazer-se a impressão (...).

Numa máquina especial corre a impressão das capas (...), feita a três cores. Noutra prossegue a tiragem da primeira folha de 16 páginas (...); proceder-se-á, de seguida, ao alceamento das gravuras e é vista uma última prova pela redação. A máquina principia a funcionar (...) produzindo os 24400 exemplares que são precisos para a venda e a expedição.

Depois de secas, as folhas que saem do prelo vão à máquina de dobragem e passam dali para a brochura (...).

Está o número pronto. Os dois cadernos que o constituem devidamente enfaixados e cosidos com a capa. Acumula-se um monte sob a faca de guilhotina para os aparar (...).

Chegou a hora da (...) venda. Os jornais, contados, empilhados em maços, estão prontos para serem entregues aos rapazes, que há muito esperam (...). Abre-se a porta da venda e precipitam-se todos com a ambição de serem os primeiros (...). Atualmente, são mais de trezentos vendedores que acodem todas as segundas-feiras para levarem cerca de cinco mil exemplares da *Ilustração Portuguesa* (...) [quase 17 exemplares por ardina].

E já agora dizemos também que (...), e não falando dos seus redatores, desenhadores e fotógrafos, a *Ilustração Portuguesa* possui o seguinte pessoal efetivo: (...) não anda longe de um cento (...).

Tal é a *Ilustração Portuguesa*, que, como se vê, possui uma vida própria e autónoma, uma autêntica prosperidade (...), a primeira vez que isto sucede em Portugal com uma revista ilustrada. Pelas suas páginas têm passado os nomes mais ilustres da literatura nacional (...). Além disso, (...) organizou concursos, exposições (...), concertos, e promoveu o famoso raide hípico (...). É na consecução do seu programa de constante aperfeiçoamento que vamos (...) ampliar o seu número de páginas de 32 para 40, de maneira a poder dar um maior desenvolvimento à parte literária sem prejuízo da (...) reportagem fotográfica, que passará a abranger também o acontecimento brasileiro (...). A *Ilustração Portuguesa* pretende (...) tornar-se o órgão oficioso de uma aproximação entre a mentalidade dos dois países (...).

Por alturas da Grande Guerra (1914-1918), a *Ilustração Portuguesa* atingiu a sua máxima tiragem: mais de 25 mil exemplares. Paradoxalmente, o aumento da tiragem foi visto com preocupação. No número de 2 de maio de 1917, explicava-se que o papel estava quatro vezes mais caro e que o zinco para a fotogravura estava seis vezes mais caro, pelo que o aumento das tiragens que a *Ilustração Portuguesa* registava não era motivo de celebração. A tiragem máxima foi, então, fixada em 25800 exemplares (p. 274). Aliás, durante o conflito, a *Ilustração Portuguesa* foi obrigada a recorrer a papel de menor qualidade e a reduzir o número de páginas, dando, a 10 de abril de 1916, a seguinte justificação aos leitores: “Como a todos os jornais (...) chegou à *Ilustração Portuguesa* (...) a crise do papel e do zinco (...). O primeiro custa cerca de três vezes mais caro e o segundo mais de quatro vezes!”. Por isso, “A *Ilustração* mantém o seu preço, mas [terá] (...) umas páginas menos” (p. 466). Diga-se, ainda, que entre 1916 e 1921 *O Século Cómico* publicou-se conjuntamente com a *Ilustração Portuguesa*.

Na *Ilustração Portuguesa* distinguiram-se, entre outros, fotógrafos como Joshua Benoliel (**figuras 63 e 100**), introdutor do fotojornalismo profissional em Portugal; Arnaldo Garcês, um *freelance* que acabaria por ser contratado pelo Governo para, integrado nas Forças Armadas, cobrir o treino e a atuação do Corpo Expedicionário Português, que combateu na I Guerra Mundial; Augusto Bobone, fotógrafo da Casa Real; Aurélio da Paz dos Reis, que, além de fotógrafo, era cineasta tendo realizado e projetado os primeiros filmes em Portugal; Alberto Carlos Lima; Anselmo Franco; António Novaes; José Artur Leitão Bárcia; Emílio Biel e Domingos Alvão.

Para a *Ilustração Portuguesa*, Joshua Benoliel, que trabalhou, quase em exclusivo, para esta revista¹⁷⁷ e para *O Século*, a partir de 1906/1907, foi, enquanto foto-repórter, o mais importante

177 Benoliel não trabalhava em exclusivo para as publicações do grupo de *O Século*. Procura quer o *scoop*, o instantâneo fotográfico único que condensa a simbologia de um acontecimento, quer a fotorreportagem, em que um conjunto de imagens exploram as várias nuances de um acontecimento. Mas não hesitava na produção de séries diferentes de fotografias de um mesmo acontecimento, para as poder enviar para mais do que uma revista. Num caso, pelo menos, falhando o instantâneo, o momento decisivo, fabricou a foto-informação. Passou-se o caso com o republicano João Chagas. Benoliel falhou o momento da sua libertação do Regimento dos Paulistas, onde estava preventivamente

Figura 99

Reportagem fotográfica sobre o processo de produção da *Ilustração Portuguesa* (excerto). Fonte: *Ilustração Portuguesa*, 13 de julho de 1908. Créditos: Joshua Benoliel.



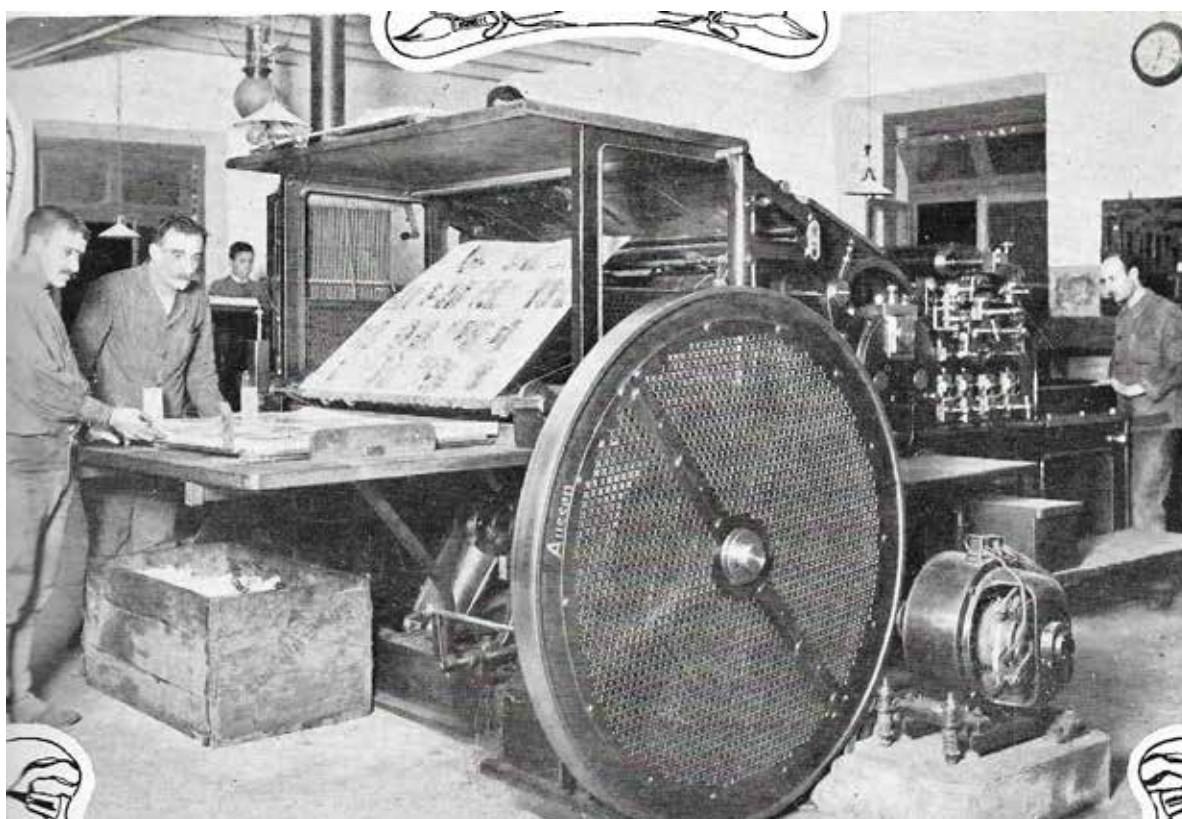
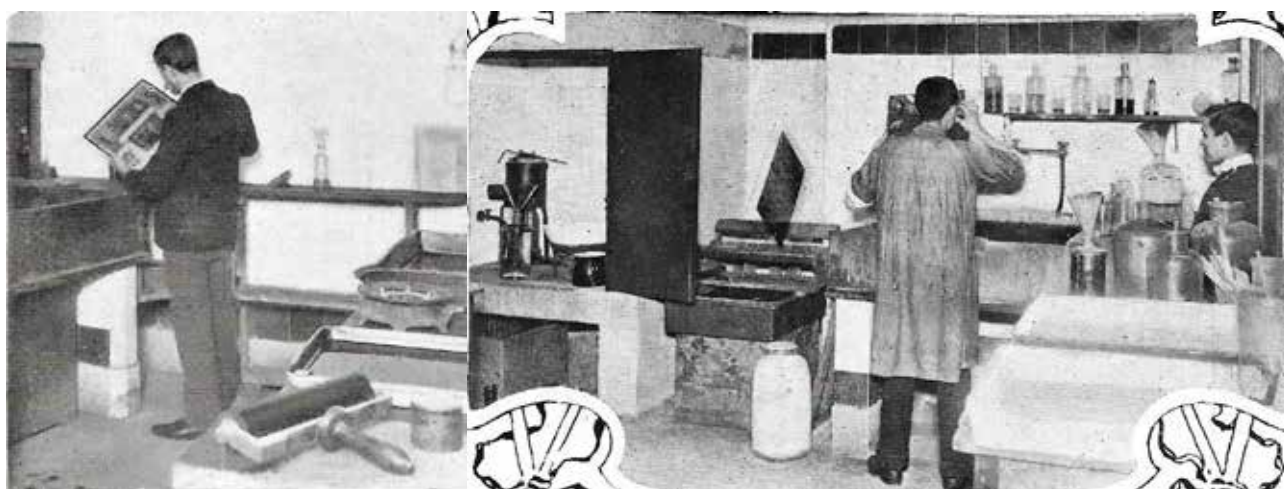




Figura 100
Joshua Benoliel.

entre todos os fotógrafos citados. Ele foi o primeiro foto-repórter português a quem foi possibilitada a possibilidade de trabalhar com autonomia, desenvolvendo a sua própria agenda. E a receita resultou. Abastecendo, continuamente, a *Ilustração Portuguesa*, revista da qual se tornou o principal colaborador fotográfico, com novas e vibrantes fotografias, Benoliel foi, sem dúvida, um dos principais responsáveis pelo sucesso obtido pela publicação depois de 1906.

Joshua Benoliel foi o primeiro fotógrafo português a ter como ocupação principal, permanente e remunerada a realização de fotografias de atualidades para a imprensa jornalística, razão pela qual se pode considerar o primeiro fotojornalista profissional português. Embora tenha iniciado a sua atividade em Junho de 1898, colaborando na revista *Tiro Civil* com imagens de uma regata, ter-se-á profissionalizado em 1902. Trabalhou para diversos órgãos jornalísticos de Lisboa, como *freelance*, mas foi em *O Século* e, em especial, na *Ilustração Portuguesa*, nos quais desenvolveu atividade entre 1903 e 1918¹⁷⁸ (regressou, em 1924, ao

encarcerado desde o regicídio. No entanto, encontrando Chagas já a caminho de casa, Benoliel pediu-lhe para voltar à porta do regimento, encenando o momento da sua libertação, para que Benoliel pudesse fotografá-lo. Noutras ocasiões, pedia às pessoas para pararem o que estavam a fazer, a fim de que ele pudesse fotografá-las em boas condições. Chegou, por exemplo, a pedir para pararem a procissão do Corpo de Deus, em Lisboa, para que pudesse obter boas fotografias do evento.

178 No número de 9 de dezembro de 1918, a *Ilustração Portuguesa* assinalou o fim da colaboração de Benoliel na rubrica “Figuras e Factos” (p. 476): “Joshua Benoliel — Benoliel abandonou a vida de repórter fotógrafo porque outra melhor lhe sorria e para a qual não lhe faltam também aptidões. A *Ilustração Portuguesa* a que ele deu durante tantos anos, como ao *Século*, o seu melhor esforço (...), lamenta ver-se privada da sua (...) colaboração e (...) camaradagem. Mas resta-nos uma esperança: é que ele, embora longe, há de enviar-nos uma ou outra fotografia interessante. Porque Benoliel vai para o estrangeiro (...) e ele não deixa a sua máquina fotográfica arrumada a um canto. A sua nova vida (...) nunca lhe sufocará o temperamento nem o desinteressará do que ele encontrar de sensacional no seu caminho. Mal se compreende que quem fez as mais ruidosas reportagens entre nós e não poucas vezes as foi fazer ao estrangeiro (...) se esqueça dos seus tempos de triunfo e fique indiferente diante do que ainda há pouco o tornava febril.” Curiosamente, a fotografia de Benoliel que ilustra o texto é de Vasquez.

Século, como chefe da secção de Fotografia), que mais se distinguiu enquanto pioneiro da fotografia profissional de reportagem em Portugal.

Especialista em fotografia de *fait-divers* (ou *features*), na representação fotográfica de histórias de interesse humano, Benoliel soube também captar, como poucos, por meio de fotografias, a atmosfera política da capital nos tempos instáveis do final da Monarquia e da I República, as lutas operárias ou a partida de soldados para a defesa das colónias e para a frente ocidental na Grande Guerra. Aquilino Ribeiro evocou-o em verso:

Joshua Benoliel
Fotógrafo beduíno
Tanto tira D. Manuel
Como tira o Bernardino

O jornalista Rocha Martins, que conviveu com Benoliel na *Ilustração Portuguesa* e em *O Século*, no prefácio que elaborou para o *Arquivo Gráfico da Vida Portuguesa*, obra em seis fascículos encadernáveis, publicada em 1933, que reúne fotografias de Benoliel do período 1903-1918, escrevia sobre este fotojornalista, com quem trabalhou durante seis anos, e a maneira como ele desempenhava a sua profissão:

Surgiu, então, o elemento gerador do triunfo (...) obtido (...) pela (...) *Ilustração Portuguesa*. Era um israelita, magro, cheio de viveza, de colarinhos muito altos a esconderem-lhe o pescoço, que o tinha esgrouviado, nesse tempo; vestia bem. Falava inglês, francês e espanhol; aparecia, ali, com um ar de quem não vinha por necessidade (...). Começara a fazer fotografia como amador. Dera-se-lhe com paixão. carecia-se do que entre nós não existia, ainda: o *repórter-gráfico*, o artista da objetiva capaz de todas as temeridades, de todas as audácias, de todos os movimentos hábeis e de não aparecer, depois de tudo isto, com as chapas estragadas.

A vida portuguesa ia entrar num dos seus mais convulsos períodos. Chegara, também, o seu imprescindível documentador. Era aquele israelita, cheio de vivacidade, inteligente e sabedor do seu ofício e das manhas a usar para o tornar eficaz. Chamava-se Joshua Benoliel; foi meu companheiro durante seis anos porque, ao cabo de algum tempo da direção nova, Malheiro Dias viajava ou reservava-se para os grandes artigos (...). Armando da Silva adoecera; José Sarmento demitira-se. Joshua Benoliel sabia tudo quanto se ia passar, desde os acontecimentos da política aos dos bastidores teatrais; averiguava as horas mais próprias para os focar e lá estava, infalível como o próprio destino (...). Assestava a máquina: sentia o homem do dia ou o assunto seu prisioneiro e mal os possuía largava de corrida, no elétrico ou no automóvel, levado pelo desejo enorme, dominador insaciável e incontável de “ver o que tinha dado”. Metido na câmara escura, com o ajudante, em mangas de camisa, os olhos ardentes de curiosidade, ele nem sempre ficava satisfeito (...), era um descontente (...). Benoliel possuía trajos para todas as modalidades do seu ofício; vestia a casaca como um

gentil-homem e envergava uns safões como um desbastador de mato; sabia fazer um laço de cerimónia e, ao mesmo tempo, dispensar a gravata. De Kodak em punho transformava-se.

É que Joshua Benoliel não era apenas um repórter fotográfico de salões e de realezas, de paradas ou de quermesses, contactava com o povo e, por vezes, em difíceis ocasiões. A sua fama de favorecido pela amizade do soberano prejudicava-o junto das classes populares, então delirantes (...); isso, porém, incomodava-o pouco. Sabia cativar as multidões dos comícios, detendo-as, gritando-lhes: — É para *O Século*!

Conheciam-no, aclamavam-no, ao verem-no trepado num candeeiro ou no tablado dos oradores a apontar-lhes a máquina consagradora. No dia seguinte iam todos ver “se vinham no *Século*”.

Diante da procissão da Senhora da Saúde, à qual assistia sempre o infante D. Afonso (...), o israelita, vendo um trecho do cortejo religioso, que lhe serviria como poucos para uma capa da *Ilustração*, ordenou como se fosse uma autoridade eclesiástica mas trovejando como um oficial da polícia:

— Parem lá!

Detiveram-se à sua voz; e ele (...) tirou o *cliché* e comandou de novo:

— Pode seguir!

Era sempre assim. Durante as desordens, às vezes sangrentas, do período franquista, ele aparecia; metendo-se por todos os lados, apanhava o acontecimento em toda a pujança e corria “a ver o que dava”. Deste modo ele conseguiu focar (...) toda a história contemporânea (...).

Os dramas pungentes desta terra portuguesa, desde as lutas das ruas à morte de el-rei D. Carlos e do príncipe real, até aos destroços produzidos pela explosão das bombas; as páginas vivas da revolução republicana (...), sob o tiroteio da rotunda e dos navios, as faces aflitivas da realeza em seus transe, representavam o epílogo das suas viagens ao estrangeiro, no séquito dos soberanos, quando tudo era pompa à sua volta, em vez de sangue e luto. Correria Portugal de lés a lés, obtendo trechos da sua paisagem e dos seus castelos, festas, arraiais, bailados, a alegria ebrifensiva das romarias (...) e (...) foi obrigado, após a proclamação da República, a seguir os exércitos que marchavam contra as guerrilhas de Couceiro. Jamais um homem de jornal teve tão difícil tarefa. A sua reputação de amigo dos reis (...) aparecia aos olhos da oficialidade adesiva como um crime (...). Trilhou ásperos caminhos, sentiu-se em terríveis situações, lidou como um bravo pela sua arte e pela sua profissão e, ao regressar dos conflitos, eram curiosas de ouvir as suas observações de análise perfeita, viva, completa, como se as focasse tendo uma objetiva no cérebro.

Quando foi do 14 de Maio¹⁷⁹, revolto o bairro de Alcântara (...), atreveu-se até lá. Apontaram contra ele as espingardas (...). Intemeratamente, ele, que talvez não fosse homem para uma pugna normal, gritou:

— Venho ganhar o meu pão! Isso que estão fazendo não é justo...

Queriam obrigá-lo a partir os *clichés* para que se o movimento se perdesse não pudessem ser

179 Revolta de 14 de maio de 1915 contra o governo de Pimenta de Castro,

reconhecidos mas salvou-se e a reportagem da revolução fê-la como as outras. Depois destes transe, se fosse preciso, vestia a casaca e ia fotografar uma reunião na embaixada de Inglaterra.

Nunca houvera, em Portugal, um repórter fotográfico digno desse nome. Foi o chefe, o animador, o rei da sua arte na junção do jornalismo. Deixou discípulos, imitadores, é certo, mas nenhum (...) o excedeu. Tinha como lema o seguinte: Primeiro o seu jornal. Amava *O Século* (...). Arvorava uma divisa: “Mais vale um bom *cliché* do que um ótimo artigo!”

Depois de realizar o seu trabalho, de saber com quanto podia contar do acontecimento, não era avarento das provas. Deixava aos colegas que falhavam as de menos importância (...).

Ao atravessar as ruas, apontavam-no:

— Lá vai o Benoliel!

Ia, farejava (...). Jamais foi necessário indicar-lhe um serviço. Ele é que os dirigia, gerando o pasmo dos próprios redatores.

Sem a sua presença não havia acontecimento de tomo na vida lisboeta.

Por isso, de tudo existe na sua galeria, desde as festas às tragédias da realeza, até às lutas e aos júbilos populares, desde as touradas famosas às alegres romarias, desde as procissões cheias de pompa ao desfile dos cortejos cívicos e, com estes, os retratos flagrantes de personagens ilustres (...). Nem uma só falha, nem uma figura de qualquer meio, tendo importância, ficou fora do seu álbum. Sabia conseguir o que os outros não obtinham. Era um singular repórter gráfico, usando (...) das habilidades necessárias para o seu triunfo (...).

A prosa de Rocha Martins é elucidativa das qualidades que se atribuíam a um bom fotojornalista (o termo, na verdade, ainda não era usado — Benoliel era considerado um repórter gráfico, não um verdadeiro jornalista) no início do século XX: estar no lugar certo à hora certa, antecipar-se à concorrência, ter um misto de coragem, manha e desfaçatez, em suma, corporizar o espírito desenrascado do português. Estranhamente, interpretando o texto de Rocha Martins, pode notar-se que Benoliel seria, para os seus contemporâneos, sempre um dos “outros”. Não um jornalista, mas um repórter. Gráfico. Além disso, Rocha Martins trata-o sempre por “israelita”, forma quiçá polida e politicamente correta para, naquele tempo, falar de um judeu. E um judeu, para os coevos, não seria, verdadeiramente, um português.

Benoliel foi, principalmente, um fotógrafo de rua, um fotógrafo do acontecimento. Não um fotógrafo de estúdio. O apuro técnico não era a sua principal preocupação, embora muitas das suas fotos sejam empáticas, graficamente ousadas e bem compostas (no enquadramento do motivo, no aproveitamento das linhas de força, no balanceamento do peso da imagem). Embora tenha produzido vários retratos das personalidades coevas, a sua fotografia distinguiu-se mais pelo impacto que provocava a representação de acontecimentos atuais e pelo seu conteúdo informativo do que pela sua beleza estética. Ele testemunhou um tempo tempestuoso: o da transição da Monarquia para a I República. Por isso, se captou em imagens vivas os eventos de sociedade, as procissões, as cerimónias públicas, as festas, as visitas

políticas institucionais e mesmo o dia-a-dia dos seus concidadãos (*features*), não é menos verdade que também documentou, fotograficamente, os comícios, as manifestações, as greves, as revoltas, deitando a mão, para invadir todos os espaços com a sua câmara, a inúmeros recursos, incluindo a notoriedade e também a manha.

A fotógrafos como Benoliel, Garcês, Novaes ou Anselmo Franco somaram-se dezenas de fotógrafos amadores e profissionais espalhados por todo o País, incluindo Açores e Madeira, pelas colónias e mesmo pelo Brasil, que abasteceram, espontaneamente, a *Ilustração Portuguesa* de fotografias, em busca do reconhecimento público, já que a revista, principalmente a partir da segunda série, identificava os autores das fotografias (em alguns casos, para agradecer o seu envio espontâneo). Representar todo o País, incluindo os seus territórios insulares e ultramarinos, e o Brasil nas páginas da revista também terá, a seu modo, contribuído para o êxito da *Ilustração Portuguesa*.

Uma grande parte do sucesso da *Ilustração Portuguesa* ter-se-á devido, precisamente, à capacidade que a revista revelou para construir uma galeria iconográfica do que acontecia um pouco por todo o país e pelo mundo e das gentes da época, mais do que pelas imagens da natureza, dos animais e plantas e dos lugares. No entanto, o tratamento fotográfico da atualidade, as fotonotícias e as fotorreportagens conviveram com outros géneros fotográficos. Surgiram, amiúde, nas páginas da *Ilustração Portuguesa* trabalhos fotográficos nos quais a estética e a forma prevaleceram sobre o conteúdo noticioso e mesmo informativo. Publicação recorrente tiveram, também, trabalhos fotográficos descritivos — constituídos, maioritariamente, por paisagens, lugares e monumentos — que não se afastam das tendências do século anterior. O esteticismo, nas suas diversas formas — pictorialismo naturalista, formalismo e descritivismo — foi, pois, bem acolhido nas páginas da *Ilustração Portuguesa*. Realce-se, no entanto, que apesar do destaque dado à fotografia descritiva e à fotografia etnográfica, que exploravam, normalmente, o formalismo estético, a *Ilustração Portuguesa* notabilizou-se, principalmente, pela cobertura fotojornalística da atualidade, que terá estado na base do seu êxito.

A *Ilustração Portuguesa* é um repositório documental da ascensão da fotografia a meio dileto da informação visual e âncora do design das revistas ilustradas. No entanto, o desenho continuou presente na revista até bastante tarde, quer como dispositivo de simples ilustração, quer como veículo de informação, até porque permitia “mostrar” o que a câmara fotográfica não tinha captado. Por isso, apesar de ter escapado à *Ilustração Portuguesa* — e a todos os fotojornalistas do reino — o regicídio de 1908, por exemplo, a revista apressou-se a substituir a ausência de fotografias por desenhos evocativos do acontecimento (**figura 101**), vários deles reproduzidos da imprensa estrangeira, que, por uma vez quase sem repetição, punha Portugal em evidência. Mas a *Ilustração Portuguesa*, curiosamente, pôs ela própria em evidência os problemas do desenho informativo, ou pretensamente informativo, ao criticar a iconografia do atentado na imprensa ilustrada estrangeira, feita — como acontecia geralmente — com base em descrições orais ou escritas do que tinha acontecido:

As composições que reproduzimos (...) dos (...) jornais austríacos (...) excedem em fantasia todas as demais (...). A reconstituição do atentado imaginada pelo desenhador anónimo do *Wiener Bilder* é (...) uma cena em que (...) não figuram personagens portuguesas. A *Illustrierte Kronen Zeitung* (...) não se contentou senão com a invenção de três fases sucessivas do atentado, qualquer delas mais imaginosa e todas flagrantemente inexatas. (...) A reconstituição de Molinari na *Tribuna Illustrata* de Roma foi impressa a cores e (...) a fantasia do colorista não quis ficar a dever nada à do desenhador. O príncipe real D. Luís Filipe (...) apresenta (...) uma banda encarnada do mais belo efeito decorativo. Nesta composição vê-se também um militar de fantasia a cavalo. (...) A origem do facto é fácil de atinar. As notícias falavam da intervenção de um oficial de cavalaria nos primeiros momentos do atentado e pareceu natural que um oficial de cavalaria estivesse a cavalo.¹⁸⁰



Figura 101
Ilustrações desenhadas do regicídio na *Ilustração Portuguesa*.
Fonte: *Ilustração Portuguesa*, 2 de março de 1908.

A *Ilustração Portuguesa* foi, pois, um álbum ilustrado da vida portuguesa e mundial do início do século XX, tendo-se destacado na descrição documental do mundo e do quotidiano das gentes

180 “Iconografia do atentado”, *Ilustração Portuguesa*, 2ª série, n.º 109, 23 de março de 1908, pp. 354-355.

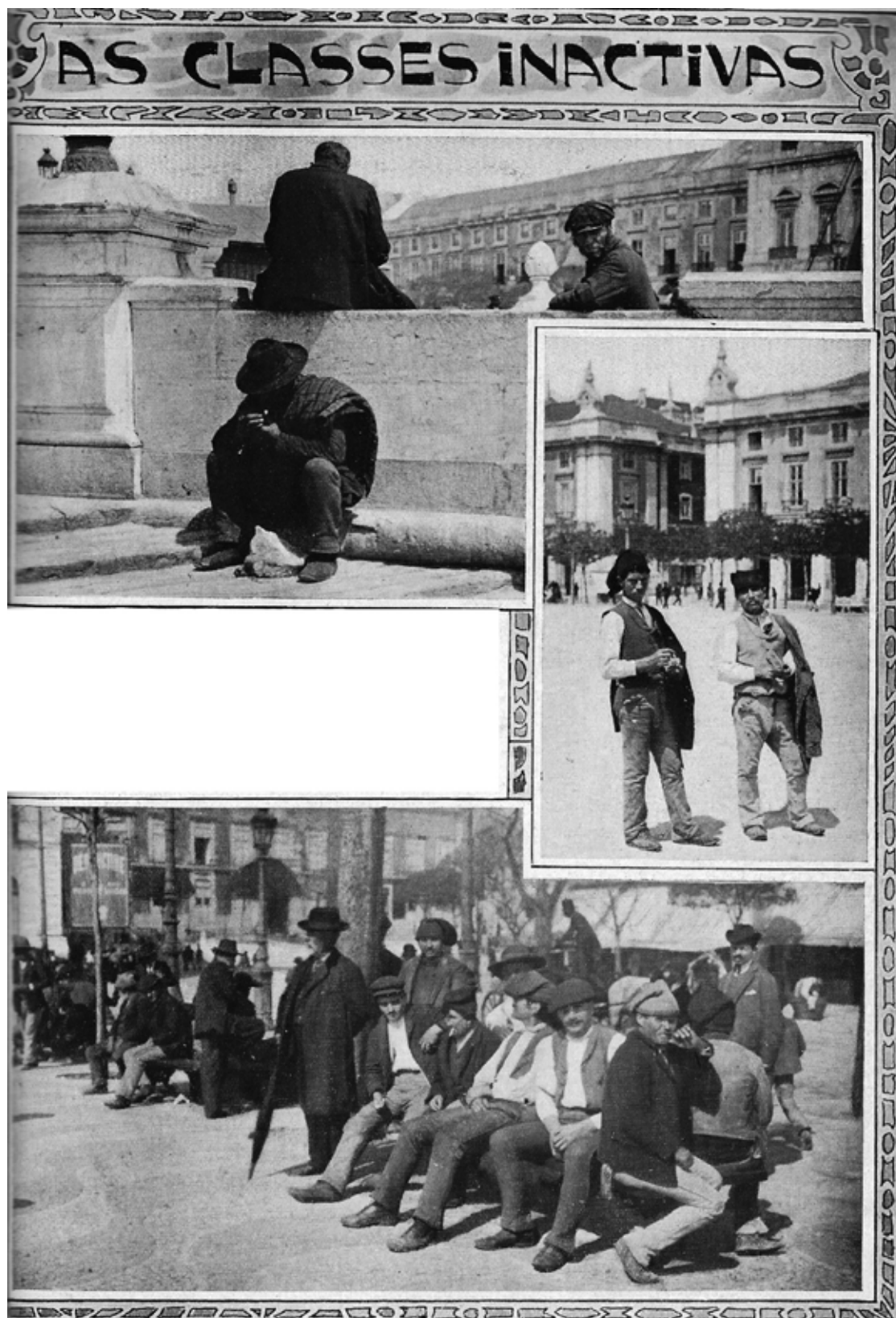


Figura 102
 Fotorreportagem sobre os indivíduos ociosos de Lisboa.
 Fonte: *Ilustração Portuguesa*, 16 de dezembro de 1907.
 Créditos: Joshua Benoliel.



Figura 103

Encontro entre os reis de Espanha e de Portugal.

Fonte: *Ilustração Portuguesa*, 22 de fevereiro de 1909.

Créditos: Joshua Benoliel.

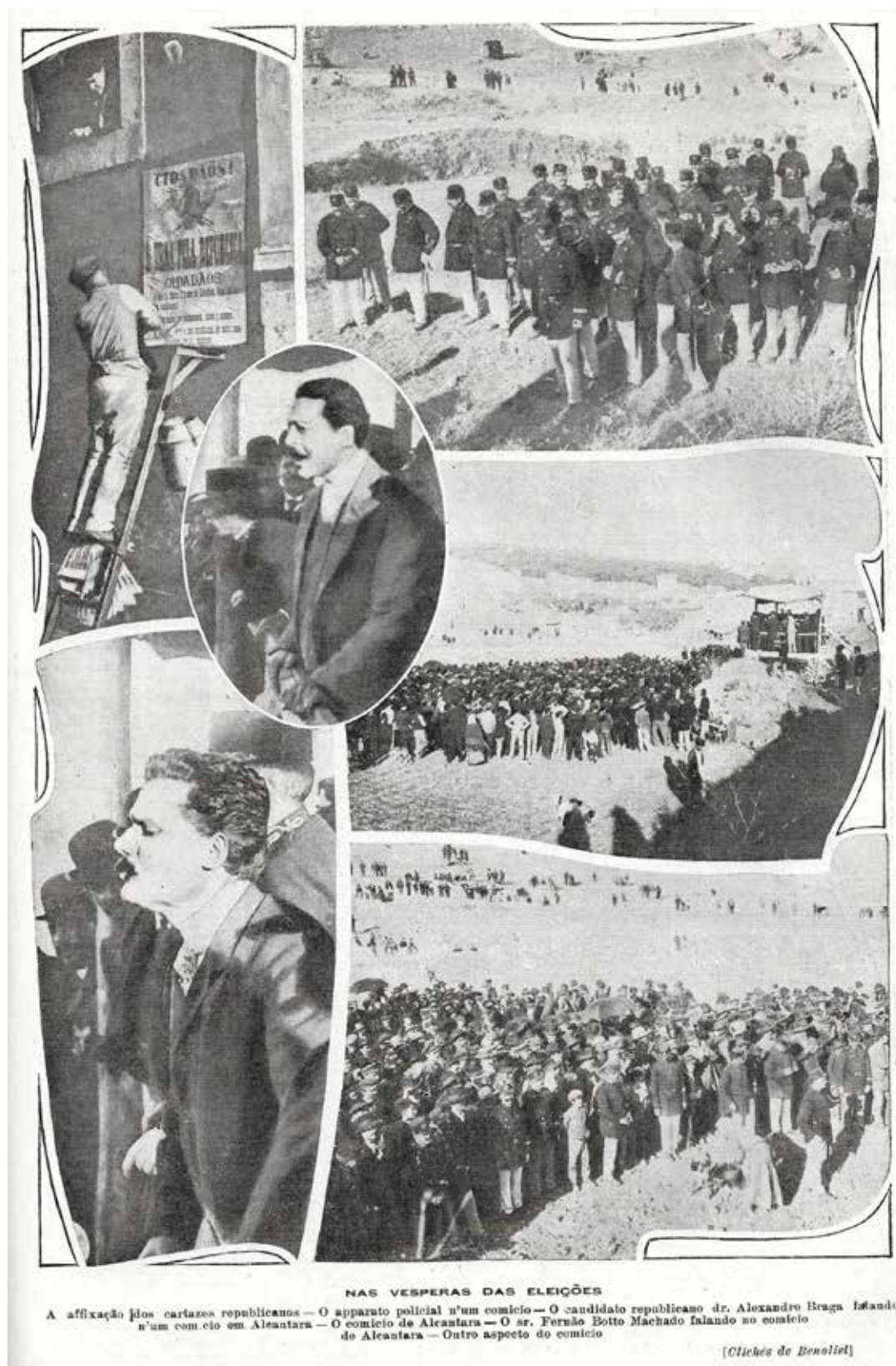


Figura 104
 Afixação de cartazes e comício do Partido Republicano Português. Fonte: *Ilustração Portuguesa*, 27 de agosto de 1906. Créditos: Joshua Benoliel.



Figura 108
Elétrico em Lisboa. Fonte: *Ilustração Portuguesa*, 24 de setembro de 1906. Créditos: Joshua Benoliel.



Figura 109
Cena de uma peça teatral. Fonte: *Ilustração Portuguesa*, 16 de abril de 1906.



Figura 110
Fotorreportagem sobre um jogo de futebol. Fonte: *Ilustração Portuguesa*, 1 de abril de 1907. Créditos: Joshua Benoliel.



Figura 111
O “milagre” de Fátima. Fonte:
Ilustração Portuguesa, 29 de novembro
de 1917. Créditos: Judah Benoliel.



Figura 112
Descarrilamento de um comboio. Fonte:
Ilustração Portuguesa, 10 de outubro de 1917.

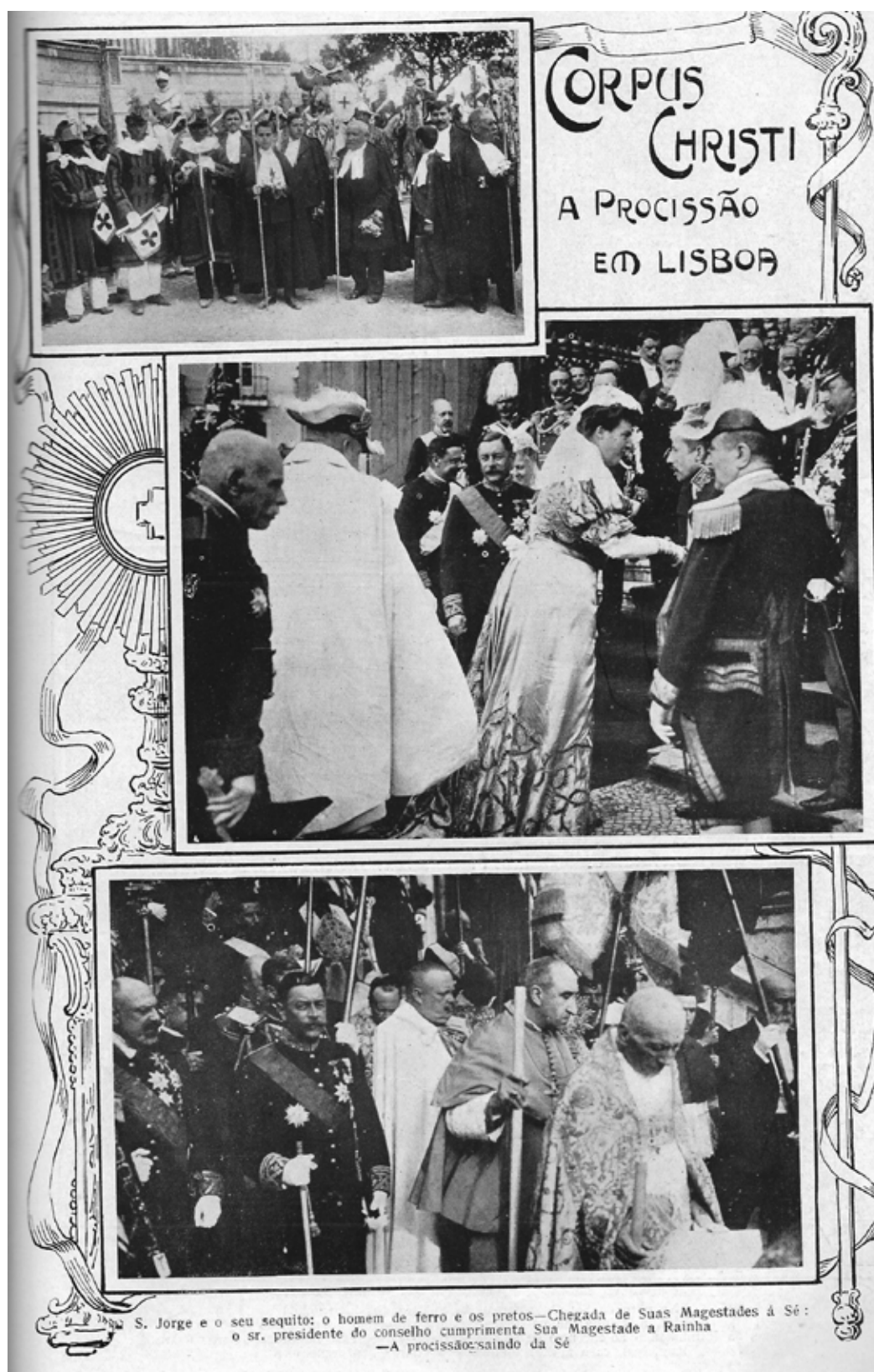


Figura 113
Procissão do Corpus Christi. Fonte: *Ilustração Portuguesa*,
10 de junho de 1907. Créditos: Joshua Benoliel.

(**figura 102**), na cobertura da sociedade e das suas celebridades (**figura 103**), da política (**figura 104**), dos acontecimentos (mais ou menos) secretos (**figura 105**), da guerra (**figura 106**), das revoluções e revoltas (**figura 107**), do progresso material (**figura 108**), da cultura (**figura 109**), do desporto (**figura 110**), do insólito (**figura 111**), de acidentes (**figura 112**) e de uma enorme diversidade de singularidades notáveis, cheias de valor-noticioso, da atualidade coeva (**figura 113**).

Em conclusão, a *Ilustração Portuguesa* já apresentava, pois, uma grande diversidade de conteúdos iconográficos, apontando para o modelo de revista de fotojornalismo de atualidade que emergiria depois e contribuiria para a edificação de um novo paradigma de revista — a *newsmagazine*. Por outro lado, o fotojornalismo tornou-se indispensável para a imprensa portuguesa graças à ação de repórteres fotográficos como Benoliel, Garcês e outros, acolhida e estimulada pelas revistas, primeiro, e depois pelos jornais. Fotografia e palavra, o visual e o verbal, conjugaram-se para dar à informação novos contornos, quicá mais interessantes e acessíveis. A fotografia jornalística tornou-se uma das marcas identitárias da imprensa, ao mesmo tempo que o fotojornalismo emergia como um ramo profissionalmente legitimado do jornalismo e o foto-repórter conquistava, de pleno direito, o seu lugar nas redações.

5.5.4 Alterações nos processos de produção de informação e no estatuto dos jornalistas no Portugal de Oitocentos

Apesar da sofisticação crescente, a imprensa portuguesa no final de Oitocentos não era rica, embora alguns jornais para lá caminhassem. Jorge de Abreu (1927, p. 71), lembre-se, escreveu o seguinte sobre as redações do final de Oitocentos e princípios de Novecentos: “caprichavam todas, ou quase todas, em ostentar a maior modéstia, vizinha da pelintrice”.

O secretário da redação e o redator principal (chefe de redação) eram, nesses tempos, os principais responsáveis pela organização e planificação do trabalho jornalístico e pela seleção editorial. Além dos redatores, espécies de “faz-tudo”, trabalhavam para o jornal vários informadores, que tinham por função avisar o jornal das ocorrências que presenciavam ou das quais tinham conhecimento. Contam livros de memórias de jornalistas da viragem do século XIX para o XX, como, entre outros, o de Jorge de Abreu (1927) — significativamente intitulado de *Boémia Jornalística*, o de Alberto Bramão (1936), o de Eduardo Fernandes (1940), o de Eduardo Schwalbach (1941), o de Rafael Ferreira (1945) e o de Acúrcio Pereira (s/d), que, embora a maioria dos periódicos fossem pobres, o ambiente era boémio e descontraído. A fotografia da **figura 114**, de jornalistas portugueses do último quartel do século XIX, fotografados no Bom Jesus do Monte, quando acompanhavam uma visita do Rei D. Luís ao norte de Portugal, evoca bem o espírito boémio e *dandy* que se vivia no jornalismo português na viragem do século XIX para o XX. Janotas, os jornalistas evidenciam uma pose que oscila entre a autoconfiança, o gozo desafiador, o leviano e a displicência.

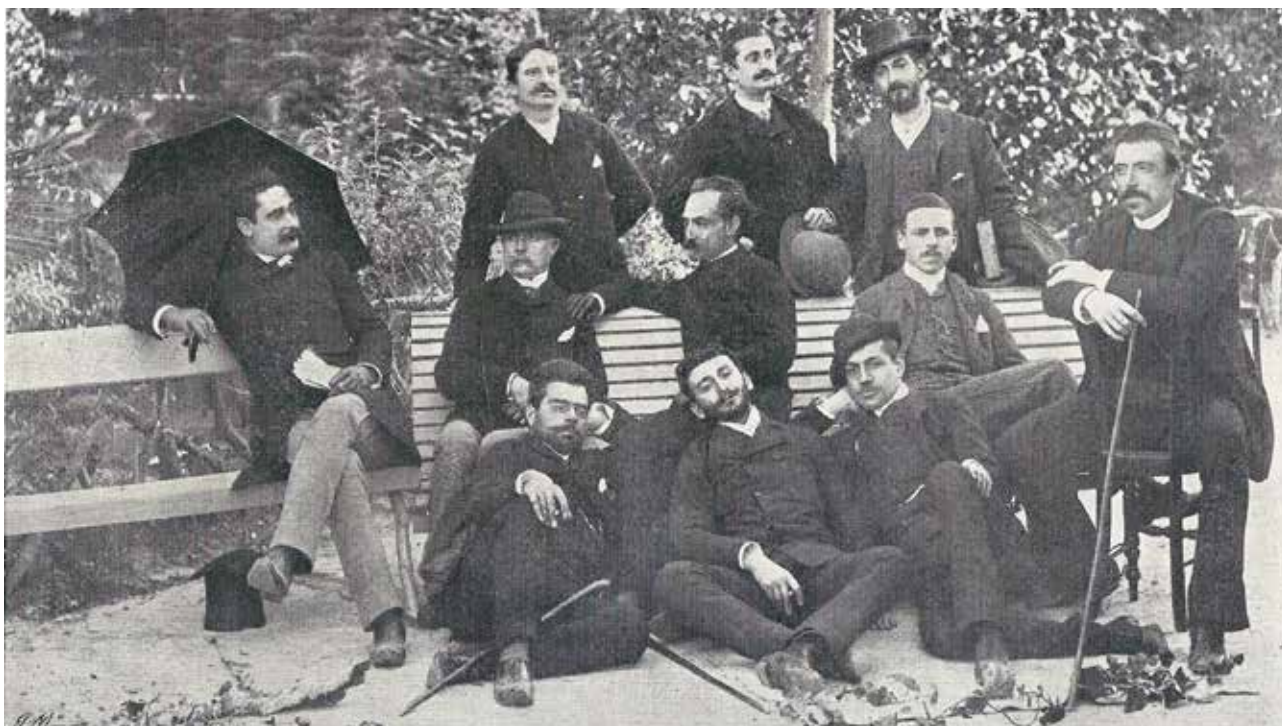


Figura 114

Momento de descontração entre os jornalistas que cobriam a visita real de D. Luís I ao Norte de Portugal. Na foto: Augusto Lobato, Eduardo Schwalbach Lucci e João Chagas, no chão. João Batista Borges, Luís de Araújo, Eugénio de Castilho, José Parreira e Fernando Maia, sentados; e António José Alves e Firmino Pereira, de pé, vendo-se ainda o aquarelista espanhol Casanova. Fonte: Cunha, 1914.

Os jornalistas ficavam, muitas vezes, até à madrugada a escrever os seus textos, no meio do fumo do tabaco (em alguns jornais havia uma sala de fumo), ocasionalmente bem acompanhados por bebidas alcoólicas.

As “farras” entre jornalistas e entre estes e os políticos (até porque muitos políticos eram “jornalistas por ocupação”) prolongavam-se, com frequência, pelas tabernas, cafés e botequins, onde se trocavam confidências e cultivavam fontes. Aliás, no final do século XIX, as sedes de um grande número de jornais lisboetas concentravam-se na mesma zona da capital onde tinham sede os partidos políticos — o Bairro Alto. Políticos (incluindo os que faziam do jornalismo uma ocupação) e jornalistas frequentavam os mesmos espaços boémios da capital portuguesa e conseguiam partilhar momentos de camaradagem, mesmo quando eram rivais. Num certo sentido, jornalismo rimava com vida boémia e alguma diversão, como dão conta as obras de jornalistas e publicistas como Brito Aranha (1907/1908), Sampaio Bruno (1906), Jorge d’Abreu (1927), Alberto Bramão (1936), Eduardo Fernandes (1940), Eduardo Schwalbach (1941) e Rafael Ferreira (1945), entre outros.

Se fosse repórter, o jornalista distinguia-se pelas capacidades de improviso e de obtenção de informações exclusivas em primeira mão; se fosse um articulista e, em especial, se

exercesse essa função num jornal político, distinguia-se pela capacidade retórica na redação dos “artigos de fundo” (o “fundo” era o artigo principal de um jornal político, sendo sempre redigido pelo redator principal, às vezes em colaboração com algum redator experiente, ou por alguém da sua confiança).

De qualquer modo, com o advento da imprensa industrial, o trabalho nas redações alterou-se substancialmente. As redações “artesaniais” de dois ou três elementos, que escreviam, maioritariamente, artigos políticos, deram, gradualmente, lugar a redações com dezenas de profissionais, nas quais o *repórter* adquiriu importância crescente, em contraponto ao “escritor de jornal”, isto é, ao “jornalista por ocupação”, ao plumitivo, “escritor público” que escrevia os artigos políticos ou peças eruditas e literárias.

Antigamente, com um pessoal muito restrito, o trabalho era intensíssimo, extenuante. Hoje cada jornal tem dois e três repórteres que, ordinariamente, pouco mais fazem do que copiar as participações policiais e colher informes superficialmente numa ou noutra repartição. Dantes era um só, e cada diretor de jornal porfiava em esmerar o seu serviço de informações, cotejando-o dia-a-dia com o dos colegas. (Oliveira, 1925, p. 78)

Com a fulgurante entrada em cena do repórter nas redações, o jornalista deixava de ter a sua razão de ser na atividade política, deixava de se confundir com o literato e com o político, para se transformar, gradualmente, num *profissional* da comunicabilidade dos acontecimentos e assuntos da atualidade, num *técnico* especializado na recolha, processamento e difusão de informações.

Noticiar e reportar, por meio de géneros jornalísticos verbais e visuais que se estendiam da notícia e da fotonotícia à reportagem e à fotorreportagem, à entrevista e ao retrato, à crónica, aos irónicos *sueños* e *gazetilhas*, tornaram-se as principais incumbências sociais esperadas da atividade dos jornais industrialmente organizados. Consequentemente, as técnicas de redação rapidamente foram contaminadas pela busca da factualidade, pela separação entre informação e opinião, pelo predomínio do objeto sobre os sujeitos que o enunciam (objetividade). Essa opção editorial foi incrementada quer pela omnipresença do telégrafo, que incitava à manutenção de um estilo fatual, simples e sintético, quer pela atividade das agências noticiosas, que davam, então, os primeiros passos. A agência francesa Havas, a agência alemã Wolff e a agência britânica Reuters desenvolveram atividade em Portugal nas últimas décadas do século XIX, alimentando os periódicos com notícias internacionais. Entre elas, a Havas foi a mais influente.

Folheando-se os jornais do final do século XIX e início do século XX é isso que se encontra: todos os grandes jornais, incluindo os periódicos alinhados politicamente, não prescindiam da reportagem, da notícia e mesmo da entrevista. Sucedem-se as reportagens de interesse humano, sobre crimes, acidentes e catástrofes, sobre casos insólitos, mesmo sobre

a pobreza e as condições de vida “da outra metade”, entre outros temas, quase sempre apresentadas com um recorte folhetinesco, fabricadas para chocarem, interessarem, seduzirem, enfim, o leitor. Várias delas eram ilustradas com fotografias. Algumas, com maior repercussão pública, eram publicadas em suplementos. Em certas reportagens, a imprensa republicana, em especial, não hesitava em denunciar casos sórdidos que colocavam em cheque a ordem social (**tabela 37**), incluindo alegados casos de corrupção nos tribunais, como fez a *Vanguarda*, numa série de peças articuladas, em 1900, ou a negociata de compêndios escolares promovida por reitores e funcionários de um liceu lisboeta em articulação com uma livraria (1896, *O País*). Por vezes, haveria excessos. Numa atitude de autorregulação deontológica, por exemplo, vários jornais lisboetas celebraram, a 6 de abril de 1895, um acordo para não noticiar suicídios com detalhe, seguindo o exemplo do *Diário de Notícias* — um acordo que rapidamente sucumbiria, dado o destaque concedido ao suicídio de Mouzinho de Albuquerque, em 1901. Outras vezes, era a própria Justiça que intervinha. O célebre juiz Veiga, no final da Monarquia, não hesitava em intervir pedindo à imprensa para não dar pormenores sobre assuntos delicados. Eduardo Fernandes (1940, p. 153), por exemplo, conta que ele interveio para impedirem os jornais de dar conta de pormenores do braço de ferro que o editor de *O Mundo*, França Borges, manteve com as autoridades judiciais, em 1900.

Informadores da imprensa e repórteres deambulavam cada vez mais pelas instituições, na sua busca incessante por informações em primeira mão e, de preferência, em exclusivo. Algumas instituições tiveram de colocar ordem na casa. Criaram, por exemplo, de gabinetes para os repórteres¹⁸¹, mas também os proibiram de aceder a zonas reservadas aos agentes políticos e funcionários.

Vários episódios jornalísticos evocam, a título exemplificativo, sucessos, insucessos e histórias divertidas do jornalismo português durante a Monarquia (**tabela 38**).

181 O Governo Civil de Lisboa manteve um gabinete para os repórteres até 1900. Tendo sido extinto, o *Diário de Notícias*, *O Século* e *A Vanguarda* montaram, perto, o seu próprio gabinete partilhado, mas desavenças sobre o arrendamento levaram ao fim da iniciativa.

Tabela 37

Episódios jornalísticos famosos na Monarquia.

1843 <i>Revolução de Setembro</i> Duelos	Por causa dos seus escritos n' <i>A Revolução de Setembro</i>, António Rodrigues Sampaio foi provocado para um duelo, pelo tenente-coronel Joaquim Bento, mas houve acordo entre as partes e o confronto acabou por não ter lugar. Foi o primeiro de três duelos para os quais Rodrigues Sampaio, expoente do jornalismo político oitocentista, foi desafiado por causa da sua ação jornalística. Houve vários duelos em Portugal por causa de rivalidades políticas expressas nos periódicos.
1891 Revolta republicana de 31 de janeiro <i>Jornal de Notícias, O Primeiro de Janeiro, O Comércio do Porto</i> , imprensa em geral	A revolta republicana de 31 de janeiro de 1891 foi acompanhada pela imprensa portuguesa em geral, em especial pela imprensa portuense, que pôde seguir de perto o acontecimento, que, inclusivamente, motivou reportagens gráficas em revistas como <i>O Ocidente</i> (vd. imagens). Fernando de Sousa (1990) estudou a reportagem do acontecimento no <i>Jornal de Notícias</i>, demonstrando como este jornal reportou minuciosamente a evolução da revolta, narrando pormenores como a “gritaria” feita pela “soldadesca insubordinada” e a proclamação da República por “um grupo de republicanos” que “invadiu o edifício da Câmara” e apareceu “às varandas do edifício”, onde içou uma “bandeira vermelha com caracteres verdes” que soldados e populares levaram. O <i>Jornal de Notícias</i>, segundo Sousa (1990), fez uma apreciação crítica do acontecimento, o qual enquadra como “crime”. O içar da bandeira no edifício do município seria “um símbolo de ódio”. Traçou, também, perfis muito negativos dos líderes da revolta, que reparte entre intriguistas, vítimas de boa-fé, oradores de comícios e ambiciosos. No entanto, solicitou clemência para os vencidos.

1891 <i>O Século</i> e outros jornais republicanos O caso Sara Matos	A misteriosa morte da jovem órfã Sara Pereira Pinto de Matos, com 14 anos, no convento das Trinas, provocou uma intensa campanha anticlerical na imprensa republicana, cujos ânimos tinham aumentado na sequência do humilhante Ultimato inglês de 1890. Oficialmente, a adolescente morreu com uma síncope cardíaca, mas tudo aponta para que a jovem tenha sido envenenada para encobrir uma violação, provavelmente cometida por um clérigo. Este caso sórdido apaixonou a opinião pública e transformou Sara Matos, a cujo túmulo rumaram, anualmente, os republicanos e anticlericais, num símbolo da luta contra a religião e as congregações religiosas, então na ordem do dia. O seu túmulo, um exemplo da arquitetura funerária maçónica, foi erigido por subscrição pública aberta por <i>O Século</i> e foi inaugurado em 1911, já durante a República.
1893 <i>A Vanguarda</i> O crime de Monsanto	Eduardo Fernandes, conhecido por O Esculápio, que então trabalhava no jornal <i>A Vanguarda</i>, um periódico republicano que, como se vê, também publicava reportagens, soube que uma mulher desconhecida tinha sido assassinada em Monsanto. As suas diligências levam-no a suspeitar de que a mulher seria Maria dos Anjos, mulher de um soldado da Guarda Municipal de Lisboa, desaparecida há vários dias. Convence, então, várias pessoas que se dirijam à morgue para identificarem o cadáver da assassinada. Confirmada a identidade da assassinada, depressa chegou ao suspeito — o marido da vítima. Maria dos Anjos fora vítima de violência doméstica e fora O Esculápio a desvendar o assassino nas páginas de <i>A Vanguarda</i>.
1893 <i>A Vanguarda</i> O comissário Pedroso Lima	Exemplo de jornalismo de investigação e denúncia, o diário republicano <i>A Vanguarda</i>, numa série de reportagens publicadas entre junho e agosto de 1893, denuncia o comissário de polícia Pedroso Lima, acusado de abuso de autoridade e cobranças coercivas ilegais a casas de penhores. O comissário seria exonerado. Estas reportagens, tal como a do crime de Monsanto, aumentaram as vendas do jornal e trouxeram-lhe algum desafogo. Os jornalistas pediram aumentos salariais (os salários tinham-lhes sido cortados com o argumento da necessidade de investimento em maquinário de impressão). Tendo-lhes sido recusados pelo diretor, Alves Correia, os jornalistas encetaram uma greve e outros saíram do jornal, como Eduardo Fernandes, o Esculápio, desvendador do crime de Monsanto.
1895 <i>Jornal de Notícias</i> O lobisomem de Paranhos	O popular <i>Jornal de Notícias</i> enceta a cobertura do caso de um rapaz portuense que, segundo a credence popular, alegadamente se transformava em lobisomem. A polícia envolveu-se no assunto, chegando a deter o rapaz e o seu pai. O <i>Notícias</i>, que então tiraria cerca de 16 mil exemplares, procurou combater a superstição com textos irónicos e divertidos.

1899 Surto de peste bubónica e cerca sanitária ao Porto Imprensa do Porto (<i>Jornal de Notícias</i>, <i>O Comércio do Porto</i>, <i>O Primeiro de Janeiro</i>, <i>Voz Pública</i> — fundado em 1891 com o título <i>República</i>, etc.) Imprensa de Lisboa (contra a imprensa portuense, tende a defender o cordão sanitário à Invicta)	Um surto de peste bubónica é detetado, no Porto, em julho de 1899. A partir de 7 de julho, os diários portuenses já se referiam à descoberta da doença e continuaram a noticiar os seus desenvolvimentos, referindo-se aos mortos, doentes, visitas sanitárias, desinfecções, vacinação... e, claro, à cerca sanitária imposta pelo Governo dos progressistas no fim de agosto, por entre os protestos das forças vivas locais. Comerciantes fecham as lojas e industriais fecham as fábricas em sinal de protesto. Os serviços encerram. Não há feiras nem mercados. Não há comboios. As ruas ficam desertas. Os jornais do Porto reportam o que se passa na cidade, tornando a peste o tema central (a ponto de as notícias sobre a epidemia, em agosto e setembro, ocuparem duas das quatro páginas usuais dos diários), mas tentam amenizar ou ocultar a gravidade da epidemia e colocam-se ao lado dos que defendiam o fim do isolamento sanitário, que paralisava a vida da urbe e dos seus cidadãos, mesmo contra a imprensa de Lisboa, que noticiava em letras gordas a epidemia de peste que grassava na Invicta. A imprensa ilustrada lisboeta fazia o mesmo (vd. imagem da capa da <i>Brasil Portugal</i>).  Os jornais portuenses denunciam o “aspeto lúgubre” do Porto (<i>O Comércio do Porto</i>, 4 de julho de 1899). O <i>Jornal de Notícias</i>, atacando, amiúde, o Governo progressista e o governador-civil, da mesma cor política, quer por causa da insalubridade, quer por causa do cerco sanitário à cidade, vendido a dez réis (contra 20 do mais elitista <i>O Comércio do Porto</i>), vê as suas tiragens subirem de 16 para 22 mil exemplares diários, ao domingo. Foi suspenso e obrigado a mudar o título duas vezes para poder sair (era uma tática que aproveitava um “buraco” da lei). A partir de 15 de agosto, coloca na um a manchete “A insalubridade do Porto — O assunto do dia”, título que manterá até 21 de janeiro de 1900. Os periódicos portuenses descrevem, efetivamente, a insalubridade das “ilhas”, onde os operários e suas famílias se acotovelvavam, referindo-se, por exemplo, aos “focos de imundice” e às “exalações”, mas também à “idiotice” dos governantes. (<i>Jornal de Notícias</i>, 9 de agosto; <i>Comércio do Porto</i>, 18 de julho). O médico Ricardo Jorge, que descobriu a epidemia, é forçado a sair da cidade por causa da contestação do povo e da imprensa — mas a ele se deverá a fundação de um sistema nacional de saúde em Portugal. Os republicanos — que tinham no <i>Voz Pública</i> um aliado — colhem benefícios da crise aberta e veem três deputados serem eleitos em 1900. <i>O Comércio do Porto</i>, apostando na solidariedade, lança uma subscrição para a construção de bairros operários que deem condições de vida dignas aos trabalhadores. Por seu turno, o <i>Jornal de Notícias</i> publicou pequenos anúncios gratuitos nos quais operários, criados, caixeiros e outros populares ofereciam os seus serviços. Sobre o assunto, consultar, em especial, Pontes (2012).
---	--

1900 <i>Pátria</i> O caso de Ana Costa	O diário republicano <i>Pátria</i> , antecessor de <i>O Mundo</i> , publica durante vários números, como reportagem, os resultados de uma investigação jornalística sobre uma violação de uma menor por um padre, no convento das Trinas, em Lisboa. A menor, Ana Costa, filha de uma criada, teria sido desvirginada, aos 13 anos, por um padre no referido convento, para o qual fora enviada com 7 anos. O caso acaba por detonar a exposição, por iniciativa dos repórteres de <i>A Pátria</i> , de mais alegadas violações de menores por membros do clero, especialmente jesuítas. Foi mais um exemplo de uso anticlerical da reportagem informativa de denúncia, muito praticada pelos jornais republicanos. Na sequência dos acontecimentos, a denunciante, Ana Costa, e o seu namorado são presos. O diário <i>Pátria</i> é apreendido e, depois, suprimido (fundando-se <i>O Mundo</i> na sequência). A imprensa monárquica sustenta a versão da polícia, segundo a qual Ana Costa, induzida pelo namorado, teria mentido.
1901 <i>O Mundo</i> O caso Calmon	<i>O Mundo</i> trata a decisão de se recolher a um convento tomada pela filha do cônsul brasileiro no Porto, Rosa Calmon, como um “rapto” perpetrado por membros do clero. Sintoma da força da imprensa à época, o caso originou manifestações e tumultos anticlericais.
1903 <i>O Século</i> e <i>O Diário</i> Notícia falsa de um suicídio numa prisão	Desconfiando que informações dirigidas ao jornal, por carta depositada na sua caixa postal, eram desviadas para <i>O Século</i> , redatores de <i>O Diário</i> , o jornal do célebre jornalista Esculápio, montam uma armadilha, endereçando ao seu jornal uma informação falsa sobre o suicídio, na prisão, de um suspeito de homicídio. A informação foi, efetivamente, desviada por <i>O Século</i> , que publicou a falsa notícia no dia seguinte. No dia posterior, <i>O Diário</i> — um jornal que tinha sido fundado por jornalistas de <i>O Século</i> desavindos com o diretor deste matutino, Silva Graça — revelou a verdade (ver relato de Jorge de Abreu, 1927, no texto principal).
1907 <i>Ocidente, Ilustração Portuguesa</i> Visita de Estado de D. Luís Filipe às colónias	O Príncipe Real, D. Luís Filipe, visita, durante três meses, as colónias africanas portuguesas, acompanhado pelo ministro da Marinha, Aires de Ornelas, naquela que foi, sobretudo, uma viagem de soberania. Amplamente coberta pela imprensa, em parte graças às próprias informações de Aires de Ornelas e ao envio de fotografias para Lisboa (vd. foto da <i>Ilustração Portuguesa</i>). A visita procurou legitimar, simultaneamente, a Monarquia, o Governo de João Franco e a própria colonização portuguesa e o domínio português, já que as colónias de Portugal eram cobiçadas pelas potências europeias da época. A cobertura visual, realçando os aspetos ligados ao progresso das colónias e à própria presença do Príncipe entre os súbditos, terá contribuído para reforçar essas ideias. A viagem foi, não obstante, usada pelos partidos — e respetiva imprensa — em função dos seus interesses específicos (Pedras, 2016). Sobre o assunto, consultar, nomeadamente, Pedras (2016) e Pereira (2021).



1907 <i>A Luta</i> O aviário para pegas	O jornal republicano <i>A Luta</i> noticia a aquisição, pelo rei D. Carlos, de uma propriedade na calçada das Necessidades para alojar uma das suas amantes e encontrar-se com ela à noite. O jornal ironizava que, na casa, se iria instalar um aviário para criação de pegas.
1908 <i>O Mundo</i> O funeral dos regicidas	O jornal republicano <i>O Mundo</i> , pela mão do jornalista Luís Derouet e do fotojornalista Augusto Rato, consegue noticiar, em exclusivo, os funerais dos regicidas Manuel Buiça e Alfredo Costa, que o governo da Monarquia queria manter secretos, para evitar romagens republicanas às campas dos assassinos.

Fonte: Rosa, 2015; 2017; outras fontes indicadas na bibliografia e fontes documentais.

Dois tipos de repórteres surgiram na imprensa portuguesa no final de Oitocentos e princípio de Novecentos: os *repórteres* verdadeiramente ditos, redatores, que, às vezes, nem saíam da sua mesa de trabalho; e os *informadores*, pessoas a quem estava atribuída, principalmente, a tarefa de trazerem informações à redação, podendo, ocasionalmente, redigir também alguns textos, para serem, posteriormente, revistos pelos redatores.

Antigamente, os redatores dos jornais não tinham tão estreito contacto com o grande público, como depois veio a acontecer dado o desenvolvimento dos serviços de informação. Esses redatores não saíam da sua banca (...). Os informadores ou noticiaristas é que faziam todo o serviço externo, de reuniões, conferências, casos policiais, etc. Eram os que andavam na rua. (Oliveira, 1925, p. 90)

O advento dos repórteres (**cf. tabela 39**) foi incompreendido e até malvisto por muita da intelectualidade portuguesa do final do século XIX, que via um abastardamento do jornalismo em periódicos de baixo preço cujos conteúdos editoriais se baseavam em notícias e reportagens e que sobreviviam recorrendo à publicação de anúncios publicitários:

O que é um repórter? O caixeiro de fora, do jornal. Um recetor e um transmissor de casos, sem outra missão além de os inquirir imparcialmente no local onde eles se produzem, e de os trazer a julgar perante o critério do corpo de redação. Pela subalternidade de ofício e pela classe vaga e incompleta de indivíduos de onde entre nós o repórter é tirado, pressupõe-se que este funcionário não exceda um nível de cultura abaixo do mediano, nem na maior parte dos casos possa gabar-se de um dom de penetração por aí além. Porque, entendamo-nos nisto, o repórter português não corresponde nitidamente ao repórter do jornalismo lá de fora. Sai dos *déclassés* que as escolas rejeitaram e dos tipos frustrados que se quiseram eximir às profissões francamente laboriosas e correntes. Não é um homem de letras, e por outro lado falta-lhe a educação que o transforme num crítico incisivo dos acontecimentos que desfilam; e literatiço falho, artigoleiro sem predicados de moralista, a posição especial que ele se fez no jornalismo (...) permite-lhe o gozo de imunidades de que ele

abusa e dá margem a exorbitâncias profissionais de que ele se vangloria. O facto de ele trabalhar muito e ganhar pouco leva a redação a deixar-lhe passar os dislates e excessos. O redator principal, entregue à política, é uma raridade percorrer o que ele escreve. Os imediatos, reservando-se certas especialidades, descarregam-lhe sobre as costas todo o labor de que deveriam desempenhar-se. E é o repórter, afinal, quem faz o jornal, senhor do campo, sabendo-se indispensável e exigindo em largueza de opiniões o que a empresa não lhe pode dar em libras esterlinas. Que admira então que tirando certas secções do periódico, o resto seja um amontoado de inconsequências, de perfídias, de baixezas e de calúnias? Do que se trata é de encher o número, custe o que custar. (Fialho de Almeida, 1937, pp. 94-95)

A progressiva profissionalização dos jornalistas portugueses (**cf. tabela 38**), detonada pelo aparecimento da “imprensa popular industrializada de massas”, noticiosa e independente ou político-noticiosa, foi, gradualmente, afastando os grandes vultos da intelectualidade e da literatura da prática jornalística quotidiana, circunscritos que foram às “cartas ao diretor”, que ganharam expressão desde 1834 (Tengarrinha, 1989, p. 189), e a crónicas, artigos e folhetins. As principais personalidades do mundo da imprensa no final do século XIX e início do século XX eram os diretores dos diários portugueses — casos de Silva Graça, Alfredo da Cunha, Emídio Navarro, França Borges, Magalhães Lima e outros; alguns escritores que colaboraram como cronistas e repórteres nos jornais da época — caso de Eça de Queirós, que, no entanto, também dirigiu, na sua entrada na vida adulta, *O Distrito de Évora*; e jornalistas que se distinguiram como repórteres, caso de Joshua Benoliel e Eduardo Fernandes, o “Esculápio”, ou por ocuparem cargos de chefia, direção e coordenação, como Avelino de Almeida, Carlos Malheiro Dias e Jorge de Abreu (**cf. tabela 38**).

Assim, por um lado, surgiram jornalistas de envergadura no seio do próprio jornalismo, inclusive no campo do jornalismo político. Um dos casos foi o de Emídio Navarro (**figura 115**), um político e jornalista conservador e católico que fundou e dirigiu o diário de tendência católica *Novidades* (1885-1974). Segundo Ramos (1994, p. 56), recusava os artigos longos porque os ardinas, conhecedores das reações do público, não apreciavam páginas com texto verbal denso.

Por outro lado, foi-se perdendo, desde o princípio de Novecentos, o contributo — em alguns casos brilhante — que escritores como Ramalho Ortigão e Eça de Queirós deram aos jornais portugueses.



Figura 115
Jornalista Emídio Navarro (1844-1905),
fundador do diário católico *Novidades*.

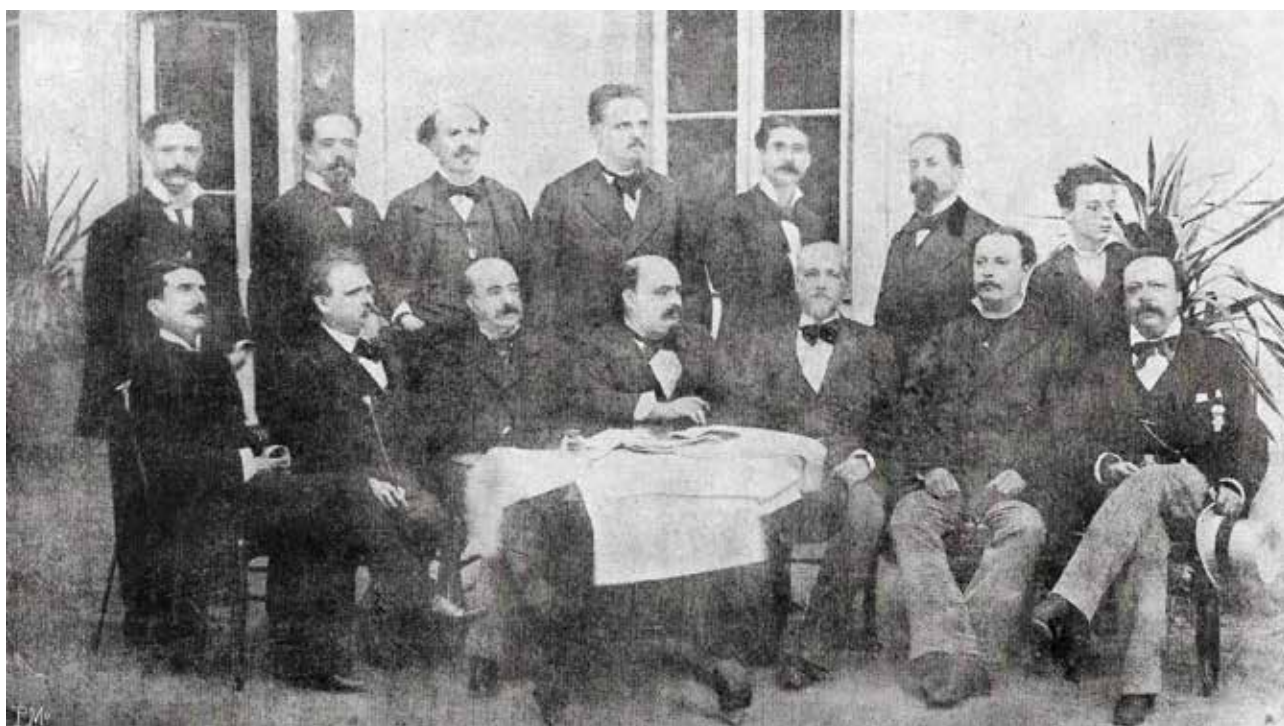


Figura 116
Proprietários, jornalistas (redatores) e colaboradores do *Diário de Notícias* (c. 1880).
Na foto: em primeiro plano, José Estêvão Clington, Pedro Venceslau de Brito Aranha,
Tomás Quintino Antunes, Eduardo Coelho, António Simas (gerente do jornal), João
de Mendonça e Júlio César Machado; em segundo plano, Albino Pimentel, Albano
Gourgelt, Eduardo Martins, José Estêvão de Moraes Sarmiento, Batista Borges, Henrique
Gorjão e Eduardo Coelho Júnior. Fonte: Cunha, 1914.



Figura 117

Jornalistas (redatores) e colaboradores do *Diário de Notícias* (c. 1885). Na foto: sentados, Eduardo Martins, Pedro Venceslau de Brito Aranha, Joaquim Pessoa, António Simas (gerente do jornal) e Leite Bastos; de pé, Mariano Flores, José Estêvão de Moraes Sarmiento, João da Silva Matos, Albino Pimentel, Júlio César Machado e João de Mendonça. Fonte: Cunha, 1914.

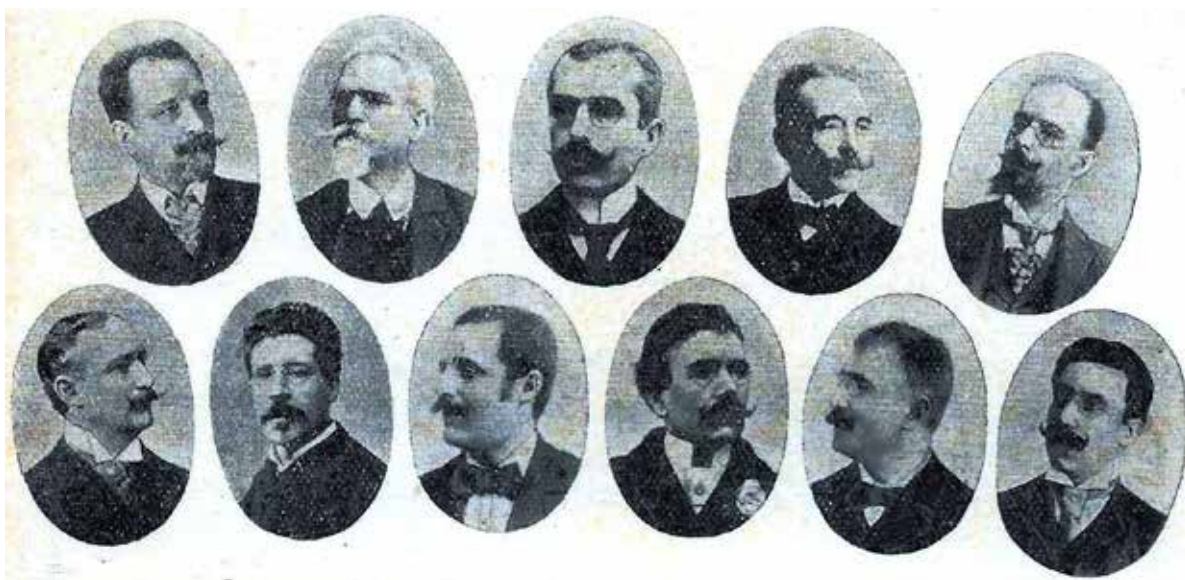


Figura 118

Redatores do *Diário de Notícias* em 1907. Nas fotos: José Rangel de Lima, redator principal em 1914; Pedro Venceslau de Brito Aranha, redator principal entre 1889 e 1914; Alfredo da Cunha, diretor em 1914; João Pereira (administrador) e Eduardo Coelho, secretário de redação em 1914, em cima; em baixo, Albino Pimentel, decano dos jornalistas em 1914; Sousa Viterbo, Joaquim Fraga Pery de Linde, Cândido de Figueiredo, Eduardo de Noronha e Francisco Vidal. Fonte: Cunha, 1914.

Tabela 38

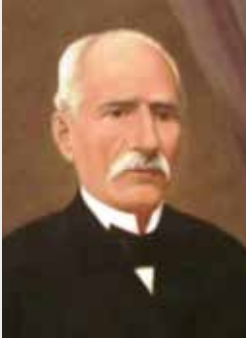
Alguns personagens da imprensa portuguesa do final do século XIX e início do século XX.

Alberto Bessa (1861-1938) 	Escritor e jornalista, começou a carreira com colaborações nos jornais <i>O Operário</i> e <i>Protesto Operário</i>. Como jornalista, destacou-se como redator e repórter de <i>O Século</i>. Em 1902, foi um dos jornalistas que saiu do <i>Século</i> em rutura com o diretor, Silva Graça, para fundar o jornal <i>Diário</i>, que haveria de durar até 1906 e foi uma “pedra no sapato” do poderoso <i>Século</i>. Com a extinção do <i>Diário</i>, em 1906, tornou-se redator do <i>Diário de Notícias</i>. Em 1910, transferiu-se para o <i>Jornal do Comércio e das Colónias</i>, onde teve carreira como redator principal (1917-1921) e diretor (1921-1932). No campo associativo, distinguiu-se como secretário da comissão instaladora da Associação da Imprensa Portuguesa, que, como grémio não elitista de jornalistas, estará na origem do movimento sindical dos jornalistas portugueses, que deu um impulso relevante à profissionalização do jornalismo no País. Deixou vários escritos, de que destaca o livro <i>O jornalismo - Esboço histórico da sua origem e desenvolvimento até aos nossos dias</i>, iniciado a partir de uma conferência que o jornalista deu na Sociedade Literária Almeida Garrett, em Lisboa. Link biográfico e bibliográfico: http://www.bocc.ubi.pt/pag/santos-rogerio-alberto-bessa-historia-jornalismo-memoria-cem-anos.pdf http://teoriadojornalismo.ufp.edu.pt/inventarios/bessa-a-1904
Alfredo da Cunha (1863-1942) 	Jornalista. Jurista. Diretor do <i>Diário de Notícias</i> de 1889 até 1919, altura em que vendeu a empresa por causa de uma escandalosa separação conjugal. Historiador da génese do jornalismo em Portugal, publicou <i>Elementos para a História da Imprensa Periódica Portuguesa</i> (1941), entre outros livros, incluindo uma biografia do fundador do DN, Eduardo Coelho, seu sogro. Link biográfico: https://pt.wikipedia.org/wiki/Alfredo_da_Cunha
Aníbal da Costa de Morais (1856-1934)	Jornalista. Colaborou com o <i>Jornal da Manhã</i> antes de participar na fundação do <i>Jornal de Notícias</i>, em 1888, do qual se tornou diretor, cargo que manteve até morrer, em 1934, com exceção do período entre 1907 e 1910, durante o qual o jornalista Alfredo de Figueiredo dirigiu o jornal. Guinou o JN à posição dominante entre os diários do Porto, imprimindo-lhe uma linha editorial popular e regionalista, que ainda constitui a matriz do jornal. Link biográfico: https://pt.wikipedia.org/wiki/An%C3%ADbal_de_Morais

António José da Orta Enes (1848-1901) 	Político. Deputado. Ministro. Escritor. Jornalista. Administrador de Moçambique. Bibliotecário-mor da Biblioteca Nacional. Licenciado em Letras. Colaborou com a <i>Gazeta do Povo</i> antes de se tornar diretor de <i>O País</i>, órgão do Partido Histórico. Na sequência do nascimento do Partido Progressista, a partir da fusão do Partido Histórico com o Partido reformista, <i>O País</i> mudou o nome para <i>O Progresso</i>, tendo Enes como redator principal. Foi fundador de <i>O Dia</i>, do qual foi diretor político e redator principal. Tem ainda colaborações na <i>Gazeta do Comércio</i> e no <i>Correio da Noite</i>, bem como nas revistas <i>Serões</i> e <i>Brasil-Portugal</i>. Foi fotógrafo amador, com interessante produção fotodocumental em Moçambique. É considerado um dos mais destacados jornalistas políticos, i. e., políticos jornalistas do final de Oitocentos em Portugal, a par de Mariano de Carvalho e Emídio Navarro. Link biográfico: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ant%C3%B3nio_Enes https://www.infopedia.pt/\$antonio-enes
António Vitorino da França Borges (1871-1915) 	Jornalista, político, escritor, funcionário público. Republicano, colaborou com jornais como <i>Vanguarda</i> e <i>País</i>, antes de fundar <i>A Pátria</i>. Fundou, em 1890, o principal diário republicano político-noticioso <i>O Mundo</i>, que converteu no órgão oficioso do Partido Republicano Português, dirigindo-o até à sua morte e imprimindo-lhe um tom simultaneamente sensacionalista, escandaloso, denunciador e violentamente crítico para com a Monarquia e as instituições conservadoras da sociedade da época, como a Igreja Católica. Depois da imposição da República e das cisões no PRP, tornou <i>O Mundo</i> no órgão oficioso dos democráticos, ala esquerda do republicanismo, alinhada com Afonso Costa. Link biográfico: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ant%C3%B3nio_Vitorino_da_Fran%C3%A7a_Borges_(escritor)
Avelino de Almeida (1873-1932) 	Jornalista, dramaturgo e cinéfilo, colaborou, principalmente, com o diário <i>O Século</i>, mas também com <i>A Capital</i>, <i>A Luta</i> e <i>O Primeiro de Janeiro</i>. Fundou <i>O Cinéfilo</i>, publicação que dirigiu até falecer. Link biográfico: https://pt.wikipedia.org/wiki/Avelino_de_Almeida

Bento de Sousa Carqueja (1860-1935) 	Professor da Universidade do Porto, empresário e jornalista. Foi diretor de <i>O Comércio do Porto</i>, no qual tinha ingressado em 1880, como revisor e colaborador, por convite do tio, Manuel de Sousa Carqueja, coproprietário do jornal. Colaborou com várias outras publicações jornalísticas, como a revista <i>Branco e Negro</i>. Entre outras obras, deixou escritos livros sobre a história do jornal de que foi diretor: <i>O Comércio do Porto. No Centenário de Camilo Castelo Branco 1825-1925</i>; e <i>O Comércio do Porto ao Completar 80 Anos: Notas Para a Sua História</i>. Link biográfico: https://pt.wikipedia.org/wiki/Bento_Carqueja https://etcetajornal.pt/j/2017/08/bento-de-sousa-carqueja/
Carlos Malheiro Dias (1875-1941) 	Jornalista, escritor, político e historiador. Licenciado em Letras. Filho de mãe brasileira e pai português, começou a sua carreira jornalística no Rio de Janeiro. Em Portugal, dirigiu a <i>Ilustração Portuguesa</i> e o <i>Domingo Ilustrado</i>. Colaborou noutras revistas, como a <i>Branco e Negro</i>, a <i>Brasil-Portugal</i> e a <i>Serões</i>. No Brasil, fundou e dirigiu a célebre revista <i>O Cruzeiro</i>. Link biográfico: https://pt.wikipedia.org/wiki/Carlos_Malheiro_Dias https://www.infopedia.pt/\$carlos-malheiro-dias http://livro.dglab.gov.pt/sites/DGLB/Portugues/autores/Paginas/PesquisaAutores1.aspx?AutorId=8826 https://www.e-cultura.pt/efemeride/609
Eduardo Fernandes (Esculápio) (1870-1945) 	Jornalista. Repórter. Começou a carreira no jornal <i>A Pátria</i>, em 1891, tendo, seguidamente, ingressado em <i>A Vanguarda</i>, um jornal político-noticioso republicano. Daí seguiu para <i>O Século</i>, de onde saiu, em 1902, com outros onze jornalistas desavindos com Silva Graça, para fundar <i>O Diário</i>. Encerrado <i>O Diário</i>, regressou ao <i>Século</i>, em 1906, onde se especializa como repórter de crime e autor de numerosas gazetilhas, um género jornalístico então em voga de comentário irónico e bem-humorado sobre a atualidade, que veio a coligir e publicar em <i>Dois Anos de Troça</i>. Deixou, também, um livro de memórias — <i>Memórias d'O Esculápio</i>. Relançou a revista <i>Os Ridículos</i>, em 1905. A forma com que, usualmente, se apresentava contribuiu para o tornar uma celebridade em Lisboa: de bengala, com um enorme chapéu de feltro preto e <i>lavalère</i> ao pescoço. Link biográfico: https://www.newsmuseum.pt/pt/imortais/eduardo-fernandes-esculapio

Emídio Navarro (1844-1905) 	Jornalista. Político. Parlamentar. Ministro. Jurista. Foi militante do Partido Progressista. Fundou e dirigiu o importante diário católico e conservador <i>Novidades</i>, entre outros, como <i>O Correio da Noite</i>. Colaborou em diversos outros órgãos da imprensa, como a revista <i>Brasil-Portugal</i>. Como polemista, foi um dos mais destacados políticos jornalistas do seu tempo, a par de Mariano de Carvalho e António Enes. Link biográfico: https://pt.wikipedia.org/wiki/Em%C3%ADdio_Navarro
Francisco Manuel Homem Cristo (1860-1943) 	Jornalista, militar, político republicano, deputado, professor, escritor. À frente do semanário <i>Povo de Aveiro</i>, que guindou a um dos jornais de maior circulação em Portugal no final da Monarquia, tornou-se um temido jornalista panfletário e polemista, que não hesitava em denunciar os mais variados escândalos, doesses a quem doesses, incluindo no rol outros políticos republicanos, designadamente Afonso Costa, que chegou a desafiá-lo para um duelo. Possuía a verve agressiva que foi marca, antes dele, do grande António Rodrigues Sampaio, ainda hoje considerado o modelo de político jornalista/jornalista político de Oitocentos em Portugal. Nomeado professor da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, em 1918, aí se desentendeu com o filósofo Leonardo Coimbra, que tinha liderado a fundação da faculdade. Em 1910, acusado de ter traído os ideais republicanos, fixou-se em França, onde publicou <i>O Povo de Aveiro no Exílio</i>. Regressado a Portugal, retomou a publicação do seu jornal, mas sob a denominação <i>Aveiro</i>. Links biográficos: https://pt.wikipedia.org/wiki/Francisco_Manuel_Homem_Cristo https://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?p_pagina=docentes%20e%20estudantes%20da%20primeira%20oflup%20-%20ofrancisco%20ohomem%20cristo https://www.infopedia.pt/\$homem-cristo Exemplares digitalizados de <i>O Povo de Aveiro</i> aqui: http://bibria.cm-aveiro.pt/Catalog/winlibsrch.
Francisco de Sande Mayer Garção (1872-1930) 	Jornalista e escritor. Republicano. Foi considerado “o príncipe do jornalismo” no seu tempo. Colaborou com a revista <i>Branco e Negro</i>, <i>A Capital</i>, <i>A Manhã</i> e <i>O Mundo</i>. Foi um dos grandes defensores da intervenção portuguesa na I Guerra Mundial. A sua vida foi pautada por um naufrágio no Tejo, em 1922, do qual se salvou com a família, e por um atropelamento por um camião, no largo do Intendente, em Lisboa, onde perdeu a vida, em 1930. Links biográficos: https://pt.wikipedia.org/wiki/Francisco_Mayer_Gar%C3%A7%C3%A3o

Francisco Marques de Sousa Viterbo (1845-1910) 	Jornalista, historiador, arqueólogo, professor, escritor, poeta, médico, Sousa Viterbo foi, como se vê, e tal como outros da mesma época, um homem multifacetado. Colaborou nas revistas <i>Mundo Elegante</i>, <i>Mosaico</i>, <i>Aurora</i>, <i>A Mocidade e Grinalda</i>, do Porto; <i>Boudoir</i>, <i>Branco e Negro</i>, <i>O Ocidente</i>, e <i>Serões</i>, de Lisboa; e <i>Chrysalida</i>, de Coimbra. Colaborou, também, com a revista literária <i>República das Letras</i>. No Porto, foi redator do <i>Jornal do Porto</i>; do <i>Jornal da Manhã</i>, do qual foi diretor político; de <i>O Progresso Comercial</i>; e de <i>O Comércio Português</i>. Em Coimbra, foi redator de <i>A Folha</i>. Em Lisboa, foi redator de <i>O Comércio de Lisboa</i>, tendo substituído Luciano Cordeiro na direção por alguns meses, em 1879. Também dirigiu o <i>Jornal do Comércio</i>, enquanto Eduardo Burnay, seu diretor, se ausentava em Paris, e colaborou no suplemento <i>A Semana de Lisboa</i>, deste periódico. Ainda colaborou com a <i>Revista de História</i>, com a revista <i>A Arte Musical</i>, com a <i>Revista de Arqueologia</i>, com a <i>Revista Arqueológica</i>, com <i>O Arqueólogo Português</i>, com o <i>Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa</i>, com o <i>Arquivo Histórico Português</i>, com a <i>Revista Militar</i> e ainda com o <i>Jornal da Sociedade de Ciências Médicas</i>. A partir de 1864, tornou-se redator do <i>Diário de Notícias</i>. Foi membro fundador da Associação de Jornalistas e Escritores Portugueses. A título póstumo, em 1911, e com o fim de angariar dinheiro para a construção de dois bustos em bronze, o <i>Diário de Notícias</i> publicou o livro <i>Cem artigos de jornal</i>, que reúne alguns dos seus trabalhos publicados no DN entre 1891 e 1911. Cegou nos últimos cinco anos da sua vida. Links biográficos: https://pt.wikipedia.org/wiki/Francisco_Marques_de_Sousa_Viterbo http://www.fmsoares.pt/aeb/crono/biografias?registo=Sousa+Viterbo https://www.infopedia.pt/\$francisco-marques-de-sousa-viterbo http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/RecursosInformativos/Biografias/Textos/SousaViterbo.pdf
Gaspar Ferreira Baltar (1824-1899) 	Comerciante e empresário. Brasileiro de “torna-viagem”. Cofundador de <i>O Primeiro de Janeiro</i> e seu diretor até ao ano da sua morte. Imprimiu ao jornal um ritmo que o levou a uma posição liderante entre os diários do Porto no final do século XIX e o preferido entre a intelectualidade da Invicta. Link biográfico: http://www.arqnet.pt/dicionario/baltar_gasparf.html https://www.cepese.pt/portal/pt/publicacoes/obras/portugal-e-as-migracoes-da-europa-do-sul-para-a-america-do-sul/gaspar-ferreira-baltar-um-201cbrasileiro201d-no-primeiro-de-janeiro
José Augusto Barbosa Colen (1849-1917) 	Jornalista, historiador, polemista e biógrafo, viveu entre 1849 e 1917. No <i>Novidades</i>, sucedeu a Emídio Navarro na direção do jornal. À frente deste diário, cultivou a produção de reportagens detalhadas sobre assuntos sensacionais, chegando, por vezes, à morbidez. Não obstante, graças, entre outros exemplos, a reportagens sobre um casamento simulado de Luz Soriano, a falência Moura Borges e o assassinio de um criminoso, o Perna Fria, por outro, o Ferruncho, fez aumentar a tiragem e circulação do jornal. Colaborou, como era normal à época, com outras publicações, encontrando-se peças da sua autoria nas revistas <i>Brasil-Portugal</i> e <i>Serões</i>. Link biográfico: https://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_Augusto_Barbosa_Colen

José Eduardo da Vasa César Alves de Noronha (1859-1948) 	Major de Infantaria. Escritor. Professor. Jornalista. Colaborou com vários periódicos, como o <i>Diário de Notícias</i>, mas distinguiu-se como secretário de redação e diretor do diário <i>Novidades</i> e da revista <i>Serões</i>. Links biográficos: https://pt.wikipedia.org/wiki/Eduardo_de_Noronha http://blx.cm-lisboa.pt/gca/index.php?id=1333
Jorge de Abreu (1878-1932) 	Jornalista. Dramaturgo. Estreou-se na profissão no jornal <i>A Tarde</i>, no qual começou como tipógrafo antes de ascender a redator. Passou pelo <i>Século</i>, do qual foi subchefe de redação, antes de rumar ao diário <i>A Capital</i>, quando este foi fundado por Manuel Guimarães, em 1910. De lá passou, em 1919, para o jornal <i>A Vitória</i>, do qual foi chefe de redação. Finalmente, foi convidado para dirigir <i>O Primeiro de Janeiro</i>, do Porto, onde terminou a carreira como diretor. Publicou um livro de memórias, intitulado <i>Boémia Jornalística</i>. Link biográfico: https://pt.wikipedia.org/wiki/Jorge_de_Abreu
José Joaquim da Silva Graça (1858-1931) 	De origens modestas e rurais (Pedrógão Grande), devido à sua militância republicana e à sua capacidade de escrita, exercitada, previamente, em periódicos republicanos como <i>Emancipação</i>, <i>Era Nova</i> e <i>Vanguarda</i>, foi convidado por Magalhães Lima a integrar a redação de <i>O Século</i>, em 1881. Envolveu-se cedo na gestão do jornal, já que os seus fundadores e redatores preferiam a luta política nas suas páginas, tornando-se no administrador da empresa. Promoveu a reconversão tecnológica do periódico e contas sadias e modernizou a redação. Aos poucos, com os seus rendimentos a aumentarem, foi comprando a maioria das ações da empresa. Em 1896, com a saída de Magalhães Lima da direção, tornou-se diretor, administrador e proprietário de <i>O Século</i>. Foi o responsável por ter imprimido ao jornal um cunho moderno e político-noticioso, afastando-o do republicanismo radical da sua matriz editorial inicial. Tornou <i>O Século</i> num notável empreendimento comercial e lucrativo, o “primeiro império mediático português”, mas também no principal (em tiragens e circulação) jornal português de grande informação, rival do <i>Diário de Notícias</i> (este gerava, não obstante, lucros maiores, por causa da afluência de anúncios publicitários). Notabilizou-se, por exemplo, pela rede de colaboradores que implantou por todo o território, pelo destaque dado à iconografia informativa, especialmente nas edições dominicais, e pelas publicações-satélite, como <i>A Ilustração Portuguesa</i>, antecessora de <i>O Século Ilustrado</i>. Ganhando importância pública graças ao seu jornal, cujas tiragens pareciam ir sempre em crescendo, Silva Graça tornou-se, também uma personalidade influente na política e nos negócios, não hesitando em recorrer a alguns redatores para fazer e destruir reputações, sabendo fazer a vida negra a jornalistas e outros funcionários quando as coisas não corriam como ele esperava, tal como revela, nomeadamente, Eduardo Fernandes (1940). Silva Graça esteve à frente de <i>O Século</i> até 1922, quando este jornal, após expor os abusos monopolistas da Companhia Portugal e Colónias, acabou por ser comprado, precisamente, por este grémio industrial, conhecido por Moagem. Links biográficos: https://www.aatt.org/site/index.php?op=Nucleo&id=1643 https://digitarq.arquivos.pt/details?id=1009215

José Maria de Eça de Queirós (1845-1900) 	Jurista, jornalista, diplomata e, claro, escritor. Excluindo uma passagem como folhetinista pela <i>Gazeta de Portugal</i>, em 1866, a carreira jornalística daquele que é o principal romancista português de Oitocentos começou cedo, no <i>Distrito de Évora</i>, jornal que foi convidado a fundar e dirigir, em janeiro de 1867, após terminar a sua licenciatura em Direito, e onde permanecerá por sete meses, naquela que foi a sua primeira experiência laboral. No jornal escreve um pouco de tudo — desde notícias a textos de opinião e, inevitavelmente, crónicas e folhetins, géneros para os quais estava mais talhado. Em novembro de 1869, Eça viajou para o Egito para a cobrir para o <i>Diário de Notícias</i>, em quatro crónicas, a inauguração do canal do Suez. Links biográficos: https://pt.wikipedia.org/wiki/E%C3%A7a_de_Queiroz https://feq.pt/o-escritor/ https://www.ebiografia.com/eca_queiroz/ https://www.infoescola.com/literatura/eca-de-queiros/ http://cvc.instituto-camoes.pt/seculo-xix/eca-de-queiros.html#.X6wuw_P7RaQ
Joshua Benoliel (1873-1932) 	Fotógrafo. Repórter fotográfico. É considerado o primeiro fotojornalista profissional português e pioneiro da fotorreportagem em Portugal. Trabalhou para várias publicações, mas distinguiu-se como colaborador do jornal <i>O Século</i> e da sua revista <i>Ilustração Portuguesa</i>, entre 1906 e 1918 e a partir de 1924, já como editor de Fotografia do jornal (chefe dos Serviços Fotográficos). Estima-se que tenha produzido cerca de 2600 reportagens fotográficas e 25 mil fotografias para a <i>Ilustração Portuguesa</i>. A sua primeira reportagem fotográfica terá sido publicada em <i>O Tiro Civil</i>, em 1898. Algumas das suas fotos encontram-se reunidas na obra <i>Arquivo Gráfico da Vida Portuguesa</i>, prefaciada pelo jornalista Rocha Martins. Links biográficos: https://pt.wikipedia.org/wiki/Joshua_Benoliel https://www.newsmuseum.pt/pt/imortais/joshua-benoliel http://www.arqnet.pt/portal/biografias/benoliel.html
Luís Dantas Ricaldes da Silva Rodrigues Trigueiros¹⁸² (1861-1934) 	Jornalista e escritor. Foi o introdutor do noticiário de famosos e mundanidades em Portugal, no <i>Diário Ilustrado</i>. Dirigiu, mais tarde, as revistas <i>Vida Mundana</i> (1913) e <i>Vida Elegante</i> (1925), das primeiras dedicadas ao jornalismo de mundanidades e famosos em Portugal. Começou a sua carreira no <i>Jornal de Santarém</i>, localidade onde fundou a revista <i>A Crónica</i>. Ido para Lisboa, foi redator do diário <i>Portugal</i>, dirigido por Marcelino Mesquita, onde trabalhou ao lado de outros importantes jornalistas, literatos e políticos, como Fialho de Almeida, Trindade Coelho, Júlio de Vilhena e João de Castro. Trabalhou, ainda, na <i>Gazeta da Tarde</i> e em <i>A Tarde</i>, antes de ingressar no <i>Correio da Noite</i> e, depois, no <i>Diário Ilustrado</i>. Amigo de Carlos Malheiro Dias, tornou-se colaborador da <i>Ilustração Portuguesa</i>, quando o primeiro a dirigia. Mais tarde, ingressou no <i>Diário Nacional</i>, dirigido por Aires de Ornelas. Entre 1910 e 1928, foi jornalista do <i>Diário de Notícias</i>. Colaborou com as revistas <i>ABC</i>, de Rocha Martins, e na <i>Civilização</i>. Foi um dos fundadores do Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa.

¹⁸² Não confundir com Luís Augusto de Sampaio Forjaz de Ricaldes Trigueiros (1915-2000), seu filho, também jornalista, que chegou a diretor do *Diário Popular*.

Manuel Joaquim Pinheiro Chagas (1842-1895) 	Jornalista, escritor, dramaturgo, historiador e político. Foi deputado e ministro. Foi sócio fundador da Sociedade de Geografia de Lisboa. Iniciou-se no jornalismo no diário regenerador <i>A Revolução de Setembro</i>, dirigido pelo célebre António Rodrigues Sampaio. Colaborou em diversas revistas, como articulista, folhetinista e crítico de literatura, teatro e artes, como <i>O Panorama</i>, <i>Arquivo Pitoresco</i>, <i>Revista Contemporânea de Portugal e Brasil</i>, <i>Gazeta Literária do Porto</i>, <i>O Ocidente</i>, <i>A Ilustração Portuguesa</i> (trata-se da primeira revista publicada com esta denominação, entre 1884 e 1890), <i>A Semana de Lisboa</i>, <i>Tiro Civil</i>, <i>Tiro e Sport</i> e na <i>Branco e Negro</i>. Ganhou notoriedade no jornal <i>A Discussão</i>, órgão oficioso do recém-fundado Partido Constituinte, liderado por José Dias Ferreira, cujo título seria alterado, em janeiro de 1876, para <i>Diário da Manhã</i>, com Pinheiro Chagas como seu diretor. Foi, ainda, diretor literário da revista <i>Jornal do Domingo</i>. Foi pai do jornalista monárquico Álvaro da Silva Pinheiro Chagas, que dirigiu o vespertino regenerador-liberal <i>Jornal da Noite</i> (1903-1908).
Mariano Cirilo de Carvalho (1836-1905) 	Professor. Primeiro tradutor das obras de Júlio Verne para português. Político. Deputado e ministro. Jornalista, conhecido pela sua capacidade como polemista. Estreou-se na <i>Gazeta de Portugal</i>, jornal fundado pelo escritor Teixeira de Vasconcelos. Colaborou com jornais como o <i>Novidades</i> e o <i>Diário Popular</i>. A par de António Enes e Emídio Navarro, foi, por muitos, considerado um dos paradigmas do jornalista político, ou de político jornalista, no Portugal do final do século XIX e início do século XX. Links biográficos: https://pt.wikipedia.org/wiki/Mariano_de_Carvalho https://www.infopedia.pt/\$mariano-de-carvalho http://www.arqnet.pt/dicionario/carvalho_mariano.html
Pedro Venceslau [Wenceslau] de Brito Aranha (1833-1914) 	Escritor. Bibliógrafo, continuador do trabalho de Inocêncio Francisco da Silva no monumental <i>Dicionário Bibliográfico Português</i>. Jornalista. Autodidata, começou a vida profissional como tipógrafo. Dirigiu, com o historiador e arqueólogo Inácio de Vilhena Barbosa, os últimos números da revista ilustrada <i>Arquivo Pitoresco</i>. Foi redator principal do <i>Diário de Notícias</i>. Colaborou, também, com a revista <i>O Ocidente</i>, com o <i>Jornal de Domingo</i> e com <i>A Imprensa</i>. Entre as suas obras, deixou <i>Subsídios para a História do Jornalismo nas Províncias Ultramarinas Portuguesas</i> (1885), <i>Mouvement de la press périodique en Portugal de 1894 a 1899</i> (1900) e o importante livro memorialístico <i>Factos e homens do meu tempo: memórias de um jornalista</i> (digitalizado em https://purl.pt/30447/3/), fonte importante para os estudos de história do jornalismo em Portugal. Presente no Congresso Internacional da Imprensa de Antuérpia, em 1894, escreveu o relatório <i>Rapport de la Section Portugaise, 1er Congrès International de la Presse, Anvers</i>. Links biográficos: https://pt.wikipedia.org/wiki/Pedro_Wenceslau_de_Brito_Aranha http://www.arquivoalbertosampaio.org/details?id=21089

Sebastião de Magalhães Lima (1850-1928) 	Jornalista, político e advogado republicano, foi um dos fundadores e primeiro diretor do jornal <i>O Século</i>, posição que manteve até 1896. Começou a sua carreira na imprensa colaborando com o semanário <i>A República Portuguesa</i>, em 1873, seguindo-se colaborações com outros periódicos, como o <i>Jornal de Lisboa</i> e o <i>Distrito de Aveiro</i>. Em 1879 fundou e dirigiu o jornal <i>Comércio de Portugal</i>, a que se seguiram as lideranças de <i>A Folha do Povo</i> e <i>A Vanguarda</i>. Em 1881, seria a vez de <i>O Século</i>, que fundou com o advogado Anselmo Xavier, o médico António Pinto Leão de Oliveira, o jornalista João de Almeida Pinto e o capitalista José Campelo Trigueiros de Martel. Esteve à frente do jornal até cerca de 1896, quando a direção e a propriedade passaram para Silva Graça. Como nota acerca da forma como os jornalistas militantes portugueses de Oitocentos lavavam a honra, bateu-se em duelo com o político monárquico Pinheiro Chagas, diretor do <i>Diário da Manhã</i>. Links biográficos: https://pt.wikipedia.org/wiki/Sebastião_de_Magalhães_Lima https://www.parlamento.pt/Documents/XIILEG/MagalhaesLima.pdf http://www.arqnet.pt/dicionario/magalhaeslima.html http://www.fmsoares.pt/aeb/crono/biografias?registo=Magalhães+Lima
---	--

Fonte: elaboração própria a partir das fontes referidas na bibliografia e fontes documentais.

Embora a rápida expansão do jornalismo noticioso independente esteja na origem do processo de *profissionalização* dos jornalistas, por outro lado fez decair o prestígio do jornalismo, à medida que os grandes nomes das letras e da política deixaram de escrever regularmente nos jornais. Mas os jornalistas “por ocupação” do século XIX tiveram um importante papel na autonomização dos jornalistas enquanto classe, conforme reconhecia Teixeira de Vasconcelos (1859, pp. 26-27):

A fundação dos periódicos políticos e de uma grande quantidade de folhas literárias criou a nova e importante classe dos jornalistas, na qual entraram, ou nela se formaram, poetas, historiadores, críticos, filósofos, economistas e homens de grande valia nas ciências e nas letras, e dela saíram para as cadeiras das câmaras ou do ministério e para os mais altos lugares do Estado. (...) Os escritores que são hoje o ornamento das letras nacionais, todos receberam o batismo na pia jornalística.

Refletindo a importância crescente do jornalismo e dos jornalistas — considerando-se quer os repórteres, quer os literatos e políticos que se ocupavam com a escrita de artigos para os jornais e revistas — na sociedade portuguesa, a partir de 1880 começaram a surgir organizações representativas da classe.

Foi em 1880 que foi fundada a primeira organização portuguesa de jornalistas, a Associação dos Jornalistas e Escritores Portugueses, que, em 1884, publicaria um boletim (**figura 119**), o primeiro órgão de comunicação português dirigido de jornalistas para jornalistas. Também organizou o primeiro “curso” de jornalismo, com a colaboração de Teófilo Braga¹⁸³, Adolfo Coelho¹⁸⁴, Consiglieri Pedroso¹⁸⁵ e Manuel Ferreira Ribeiro¹⁸⁶.

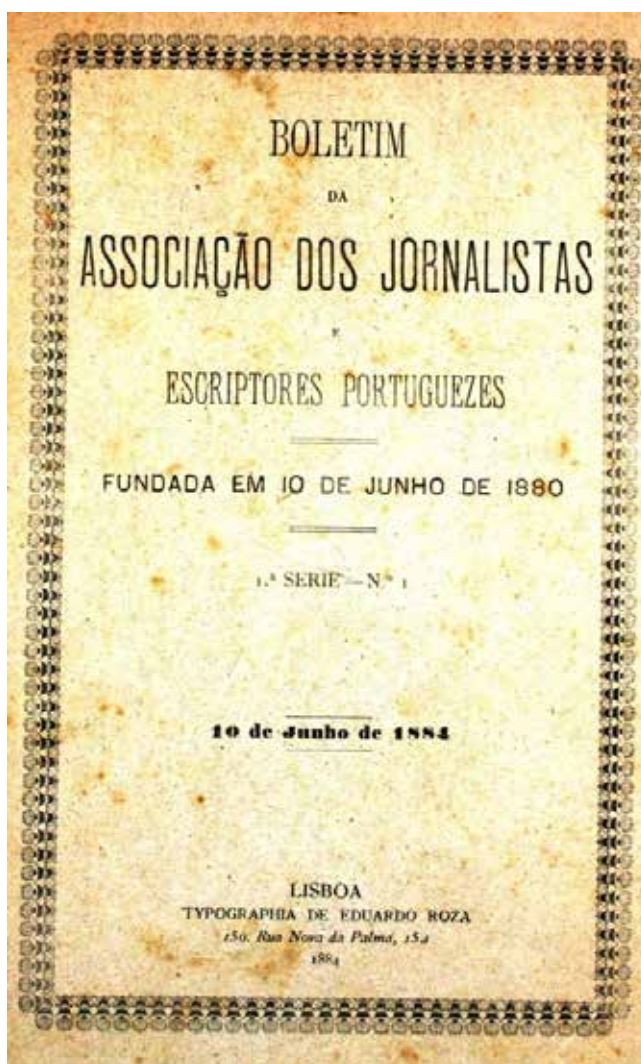


Figura 119
Capa do primeiro número do
*Boletim da Associação dos Jornalistas
e Escriitores Portuguezes* (1884).

- 183 Joaquim **Teófilo** Fernandes **Braga** (1843-1924) foi Presidente da República em 1915. Jurista de formação, doutor em Direito, foi político, professor universitário e investigador, tendo-se distinguido no campo das ciências sociais. Colaborou com várias publicações de índole jornalística, incluindo o jornal *República* e as revistas *Brasil-Portugal* e *Ilustração Portuguesa*.
- 184 Francisco **Adolfo Coelho** (1847-1919) distinguiu-se como pedagogo, professor universitário e filólogo e foi um dos vultos da intelectualidade portuguesa da transição do século XIX para o XX. Colaborou com vários periódicos, como as revistas *Branco e Negro* e *Serões*.
- 185 Zófimo **Consiglieri Pedroso** (1851-1910) foi político, ensaísta, escritor e professor universitário, distinguindo-se no domínio da antropologia. Colaborou com Teófilo Braga no jornal *República* e nas revistas *Brasil-Portugal* e *Serões*. Em 1882, foi eleito presidente da Associação de Jornalistas e Escritores Portugueses, tendo sido um dos seus representantes nos congressos internacionais da imprensa.
- 186 **Manuel Ferreira Ribeiro** (1839-1917). Médico, investigador, escritor e jornalista.



Figura 120

Jornalistas do Porto do final do século XIX e início do século XX. Na foto: Alfredo de Matos Angra (nasceu a 21 de junho de 1845), Catão Anastácio da Rosa Simões (nascido a 7 de fevereiro de 1851), José António de Sousa Moreira (nascido a 6 de dezembro de 1852, António Maria Lopes Teixeira, nascido a 30 de maio de 1856, Marcos da Silva Nunes Guedes (nascido a 30 de abril de 1858), Júlio de Oliveira (nascido a 28 de junho de 1863), Henrique António Guedes de Oliveira (nascido a 24 de janeiro de 1865) e Luís Ferreira Gomes (nascido a 19 de janeiro de 1874). Fonte: Gomes, 1925.

A criação da Associação dos Jornalistas e Escritores Portugueses demonstra, nas palavras do jornalista e antigo diretor do *Diário de Notícias* Alfredo da Cunha (1941b), que “só no século XIX o jornalismo chegou a ser verdadeira profissão e os jornalistas formaram classe e tiveram consciência (...) da força que representa a sua ação coletiva”. Todavia, a Associação dos Jornalistas e Escritores Portugueses não era uma agremiação que aceitasse como membros todos os jornalistas, nem todos os seus membros eram jornalistas “por profissão”; antes integrava, confusamente, “o escol da literatura, da ciência e do periodismo da capital” (Cunha, 1941b, p. 14), sinal de que o território do jornalismo em Portugal, no final de Oitocentos, ainda não se tinha desvinculado dos territórios do publicismo, da política e da literatura.

A associação desapareceu em poucos anos, quer por culpa do desinteresse dos sócios por uma associação inoperativa, quer por causa das rivalidades políticas entre os seus membros (Cunha, 1941b, pp. 16-17). Porém, em 1896, foi (re)fundada, sob a denominação Associação de Jornalistas. Esta (nova) associação organizou, em Lisboa, o congresso internacional da imprensa de 1898. Todavia, permanecia elitista e confusa, admitindo, segundo os estatutos, “os escritores com tirocínio na imprensa periódica, quer façam ou não do jornalismo a sua ocupação habitual e exclusiva”. Sintomática foi a sua redenominação, em 1907, como Associação dos Jornalistas e Escritores Portugueses, o que não a salvou da extinção.

No Porto, a atividade jornalística motivou a criação da Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto, em 1882, sinal da crescente consciência de classe que animava os jornalistas da segunda maior cidade portuguesa (na **figura 120**, alguns dos jornalistas portugueses sócios da instituição). A denominação dessa agremiação, porém, indicia as estreitas conexões mantidas entre jornalistas e literatos. Por esse motivo, a AJHLP, apesar das pressões internas, nunca se transformou em sindicato, existindo até hoje.

Sinal da crescente proletarização e profissionalização do jornalismo, a Associação da Imprensa Portuguesa, de 1898, foi a primeira organização portuguesa de jornalistas a incluir entre os seus membros a generalidade dos jornalistas (nomeadamente repórteres e informadores), tendo-se distinguido pela ação mutualista e pela intervenção pública de cariz sindical. A Associação de Classe dos Trabalhadores da Imprensa de Lisboa, fundada em 1904 e refundada como Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa, já em 1924, seguiu, precisamente, a mesma via.

Também importantes para o sentido de *corpo profissional* dos jornalistas foram os congressos internacionais da imprensa e de jornalistas nos quais participaram profissionais portugueses. O V Congresso Internacional da Imprensa, por exemplo, até foi realizado em Lisboa, em 1898. Sucedeu aos congressos de Londres (1893), Antuérpia (1894), Bordéus (1895), Budapeste (1896) e Estocolmo (1897). Haveria novos congressos em Roma (1899) e Paris (1900) antes de terminar o século XIX. O fundador e diretor do *Diário de Notícias*, Eduardo Coelho, participou no congresso de Antuérpia, em 1894, com uma pequena reflexão sobre os jornais portugueses intitulada *Le Portugal et Gutenberg: quelques indications abrégées sur le développement de la presse portugaise*. Curiosamente, também tinha participado num congresso literário internacional, em Lisboa, em 1880, com uma comunicação semelhante, sinal evidente de que havia uma fusão óbvia entre os mundos da literatura, do publicismo e do jornalismo nesses tempos. Alfredo da Cunha, genro e diretor do *Diário de Notícias* depois de Eduardo Coelho foi um dos organizadores do congresso da imprensa realizado em Lisboa, em 1898, tendo apresentado a comunicação, depois vertida em impresso, *La presse périodique en Portugal: bref mémoire présenté au cinquième congrès international de la presse à Lisbonne*.

Nas primeiras décadas do século XX, afirmava-se, pois, o *jornalista profissional*, emergindo a figura do *repórter*. A sua ação estava, no entanto, muitas vezes dependente dos *informadores*, uma das novas categorias que a deriva dos jornais para a informação gerou nas redações da imprensa industrial portuguesa, e das fontes, como reconhecia Júlio de Oliveira (1925, p. 70), ao falar do seu ingresso na profissão, ocorrido entre 1881 e 1882:

Eu entrei para a redação da *Atualidade* em 1881 ou 1882, como informador. Fracas qualidades tinha para o desempenho desse lugar (...). Nem a necessária educação literária, nem *le physique de l'emploi*. Um rapaz de cerca de dezanove anos (...), sem relações nos meios sociais onde tinha de agir. E o bom êxito de um repórter está muitas vezes no valor e na importância das suas fontes

de informação. Tive de desbravar caminho, apesar das dificuldades criadas por um monopólio de informação que então existia.

A acreditar em Fialho de Almeida (1934, pp. 96-98, texto original de 1890), a atuação dos *repórteres* nem sempre seria a melhor, facto que tornava o *profissional da reportagem* em personagem incompreendido e criticado:

Em tal dia, por exemplo, as partes de polícia vêm magríssimas: apenas sete prisões por bebedeira e três facadas. O bombeiro encarregado de fornecer incêndios não aparece. As ruas não têm drama. Não saiu ainda a ordem do exército. O informador mundano não trouxe bailes nem casamentos. Não se mata ninguém. As mulheres casadas não se deixam surpreender com os amantes (...). Mas o pior é que o assinante não espera, quer escândalos, nomes conhecidos (...). Nestas alturas é o repórter quem salva a situação.

Diz por exemplo a parte de polícia: “Preso F. (nome todo, morada, estado, quantos filhos e profissão) por embriaguez e distúrbios, na Rua Nova da Palma, às 7 horas da noite. Conduzido à esquadra, resistiu, etc. etc.”

Confessemos que para entreter o leitor despreocupado, esta simples notícia extratada do cadastro bastaria, riscando-lhe, claro está, o nome e a morada do preso, que nada acrescentam ao drama e, por outro lado, podem prejudicar gravemente uma família. Mas ao repórter nem já a simpatia rude da parte policial basta ao furor de novidades que o escanzela. Quer mais teatral, quer mais típico, e julgar-se-ia desonrado não tirando dessa pobre narração de rua um grande drama em três colunas de exageros e falsidades (...).

A (...) fantasia ou coscuvilhice odiosa do repórter tornaram a reputação do miserável como um trapo, escornando-a e transmutando-a em perpétua infâmia (...). Eis aí, geralmente, o papel da imprensa noticiosa (...): ver pela rama, sacrificar a verdade à nota pitoresca, inventar sendo preciso, caluniar, mentir, sem remorso pelos prejuízos causados (...). Quotidianamente os jornais vêm cheios destas torpezas, nomes por inteiro, moradas (...) e descrições da família e da casa, cômputo dos haveres e dos hábitos íntimos, criaturas aviltadas às vezes em dez ou vinte linhas, e tudo isto pelo simples pretexto de encher espaço, de o fazer palpitante e de vender o género ao freguês rapidamente.

Apesar do ambiente boémio que se vivia nas redações da época e do companheirismo profissional entre os jornalistas, por vezes a rivalidade emergia. Entre o *Diário de Notícias* e o *Século*, que lutavam pela liderança nas tiragens e na audiência, a competição, ocasionalmente, gerava episódios caricatos, que dizem muito da forma de fazer jornalismo na viragem do século XIX para o XX em Portugal. Jorge de Abreu (1927, pp. 76-78) conta o seguinte:

Para o *Diário* (...) fora um repórter de grande atividade e perspicácia, que nós apenas conhecíamos por esta alcunha: o *Saramago*. Relacionado nas diversas camadas sociais, muito embora o seu desmazelo no tocante a higiene e vestuário excedesse por vezes os limites que a boémia consagra, possuía habilidades e truques surpreendentes — era um *ás* na informação das ruas. Mas o *Saramago* não perdoava ao *Século* o resistir com êxito à ofensiva do *Diário* e decidiu fazer-lhe *partida grossa*. Escreveu a si próprio um bilhete, fingindo que um guarda da penitenciária de Lisboa lhe comunicava o suicídio do recluso que na véspera tentara assassinar o médico da prisão — e simulando um equívoco, introduziu esse bilhete no recetáculo que o *Século* tinha na Mónica.

Um conjunto de circunstâncias anormais ajudou-o no resto.

O bilhete foi parar às mãos de António Maria de Freitas que, não duvidando da autenticidade da comunicação, deliberou aproveitar no *Século* a preciosa *caixinha* aparentemente destinada ao *Diário*. Mas, em vez de confiar a um redator o cuidado de *controlar* o informe, ocultou cuidadosamente esse pedaço de papel — onde qualquer de nós teria reconhecido a caligrafia de *Saramago* e, portanto, descoberto a armadilha — e limitou-se a pedir a este e àquele que averiguassem do cerimonial em uso na penitenciária quando lá morria um preso. Tudo no vago, sem precisar o motivo da estranha averiguação, receoso de que alguém desse com a língua nos dentes e a *caixinha* se evaporasse. E aí por volta da meia-noite, com esses elementos e uma antiga descrição ilustrada das celas e corredores da penitenciária, confidenciou-me o suicídio do recluso, acrescentando:

— Agora faça do caso uma coluna e meia... pelo menos. A notícia é só do *Século*.

Tão bem ou tão mal cumpri a ordem que, no dia seguinte, o *Saramago*, ao ver o meu relato, chegou a rezear que, de facto, o suicídio se dera e a notícia do *Século* não tinha resultado do truque maldoso que ele pusera em prática.

Claro está, o *Diário*, narrando pormenorizadamente isto que deixámos exposto, (...) acusava-o [ao *Século*] de “surripiar-lhe o noticiário” e “para prova, dizia, vejam os leitores o aproveitamento, pelo *Século*, dum bilhete que não lhe era endereçado e que a lealdade e a boa-fé mandavam fosse imediatamente entregue ao seu legítimo destinatário...”

A partir de 1906/1907, a exemplo do que sucedeu com a deriva nacionalista da imprensa europeia continental e norte-americana, assistiu-se a uma radicalização das posições das diferentes tendências ideológicas existentes na sociedade portuguesa, o que teve eco nos jornais. O campo monárquico e conservador ganhou o importante apoio da Igreja Católica, enquanto pelo campo republicano alinhou a Maçonaria. Segundo Tengarrinha (1989, p. 239), os jornais republicanos, com *O Mundo* à cabeça, converteram-se, nessa época, em meios autenticamente revolucionários.

Pode, assim, dizer-se que a imprensa portuguesa da fase final da Monarquia, ecoava, fortemente, as tensões sociais de uma época em que se digladiavam os monárquicos, os republicanos, os socialistas, os trabalhistas (alguma imprensa operária) e os anarquistas. Esses campos nem sequer eram monolíticos, apresentando várias tendências que também

competiam umas com as outras na *arena pública* em que se tinha tornado o campo jornalístico. Por vezes, os duelos discursivos nos jornais davam origem a duelos reais. Há vários casos desses na história do jornalismo português. Por exemplo, o monárquico Pinheiro Chagas, do *Correio da Manhã*, bateu-se em duelo com o republicano Magalhães Lima, de *O Século*, a 8 de abril de 1883.

Nesse contexto, alguns jornais noticiosos, como o *Diário de Notícias*, procuravam assumir-se como independentes, enquanto outros equilibravam as notícias com uma postura ideológica bem determinada. Alguns jornais que nasceram, inicialmente, vinculados a um campo político, como *O Primeiro de Janeiro* e o *Jornal de Notícias*, do Porto, vinham já reorientando a sua linha editorial para uma postura predominantemente noticiosa e independente desde o final do século XIX, enquanto outros, como *O Século* suavizaram as suas posições políticas. O jornal republicano *O Mundo* é um bom exemplo deste tipo de periódicos políticos que não descurava o valor da notícia, do relato do que era notável e, de preferência, sensacional, ou escandaloso. Contudo, ideologicamente comprometido com o Partido Republicano Português, pelas suas páginas também passava muita da luta política dos republicanos, quer por meio de notícias sensacionalistas antimonárquicas, quer em textos opinativos vibrantes.

5.6 Outros jornanismos na viragem do século XIX para o XX

Embora não caibam exatamente dentro do conceito de “grande informação”, pode assinalar-se, para uma compreensão mais apurada da paisagem da imprensa portuguesa da viragem do século XIX para o XX, a aparição de jornais operários a partir do início da segunda metade do século XIX, como *A Federação*, *A Sementeira*, *O Pensamento Social*, *O Protesto Operário* e *A Voz do Operário* (**figura 121**), bem como, a partir da I República, de jornais de minorias, como a imprensa negra: *O Negro* (1911), *A Voz d'África* (1912-1913 e 1927-1930), *Tribuna d'África* (1913 e 1931-1932), *Portugal Novo* (1915), *A Nova Pátria* (1916-1918), *O Protesto Indígena* (1921), *Correio de África* (1921-1923 e 1924), *A Mocidade Africana* (1930-1932), *África Magazine* (1932) e *África* (1931 e 1932-1933). Estes jornais da minoria luso-africana serviam, aliás, de porta-vozes a organizações como a Associação de Estudantes Negros (1911) e a Liga das Mulheres Africanas (1929).



Figura 121
Títulos da imprensa operária. Fonte:
reproduções dos originais.

Os jornais operários eram, na sua essência, mais opinativos do que noticiosos. Estranhamente escritos, sobretudo, por burgueses ideologizados, e não por operários, visavam a adesão do operariado às lutas pela melhoria das condições salariais e profissionais e pela proteção social. Numa segunda fase, os jornais operários tentaram levar esta classe à militância socialista ou anarquista. Assim, esses jornais estavam, de algum modo, desalinha- dos com as principais correntes políticas na sociedade portuguesa de então: os republicanos, por um lado; e, por outro lado, os “partidos da situação”, de natureza liberal-conservadora e defensores da Monarquia. Prova disso está na discreta notícia que, já em outubro de 1910, dava conta, na *Voz do Operário*, da implantação da República, intitulada apenas “Os últimos acontecimentos na capital”. O título quase irrelevante talvez procurasse transmitir que viver em República ou em Monarquia era, ao tempo, perfeitamente inconsequente para o opera- riado. E nisso talvez estivesse cheio de razão.

5.7 A imprensa informativa e político-informativa na I República

A transição da Monarquia para a República não trouxe mudanças significativas ao jornalismo português. Este continuou o rumo traçado desde 1864/1865, no qual a imprensa artesanal e puramente política já não tinha lugar. As tendências evidenciadas pela imprensa portuguesa no início do século XX eram as seguintes:

1. Coexistência de uma imprensa político-noticiosa, que fazia leituras políticas dos acontecimentos sem, no entanto, deixar de prestar atenção noticiosa à atualidade, com uma imprensa independente, predominantemente noticiosa, que tinha o lucro por objetivo, mas que, por vezes, não hesitava em intervir no espaço público, fazendo-o, no entanto, não em nome de um partido ou facção mas sim em nome do País, dos portugueses ou da Nação. A atualidade impunha-se aos periódicos e alguns deles, nascidos com uma vocação genuinamente política, foram forçados a evoluir para uma linha editorial mais informativa e independente para subsistirem, desprendendo-se, gradualmente, das amarras partidárias (caso de *O Século*, por exemplo). Os principais diários portugueses, em tiragem, do início do século XX — *Diário de Notícias* e *O Século*, em Lisboa; *Primeiro de Janeiro*, *Jornal de Notícias* e *Comércio do Porto*, no Porto — eram apartidários ou tinham-se tornado apartidários, mesmo quando cultivavam, de forma vaga, a matriz ideológica no seio da qual nasceram, como sucedia com *O Século*. Vários dos periódicos associados a partidos políticos, como o republicano *O Mundo*, apresentavam um tom popular e sensacionalista, nas notícias e noutras matérias, condição que terá contribuído para a sua popularização. Assim, grosso modo, nas vésperas da República, a imprensa republicana contava, em Lisboa, com os diários *O Mundo*, *O País*, *A Luta*, *A Capital*, além dos semanários *A Vanguarda* e *Alma Nacional*. No Porto, contava com *A Pátria*. Os partidos e facções monárquicas, por seu turno, contavam com jornais como *O Correio da Manhã*, *O Liberal*, *Correio da Noite*, *Diário Popular*, *Novidades*, *O Dia*, *Notícias de Lisboa*, *O Imparcial* e *Diário Ilustrado*, em Lisboa. No Porto, contavam com *O Porto*, *Correio do Norte*, *Diário da Tarde* e *A Palavra*. Os restantes diários das duas principais cidades — *Diário de Notícias* e *O Século*, em Lisboa; *Comércio do Porto*, *O Primeiro de Janeiro* e *Jornal de Notícias*, no Porto — eram, ao tempo, tendencialmente independentes e noticiosos. *O Século*, que era o jornal português de maior circulação, por exemplo, cultivava uma difusa identificação com a causa republicana.
2. Existência de jornais de grande tiragem, em Lisboa e Porto, num quadro de crescente urbanização do País e de transferência da população do campo para as cidades, que, nos casos de Lisboa e Porto, viram a sua população duplicar entre 1851 e 1910 (Alves, 2012). Os grandes diários do País — *Diário de Notícias*, *O Século*, *O Primeiro de Janeiro*, *O Comércio do Porto* e *Jornal de Notícias*, a que se poderia juntar, pela dimensão que teve, *O Mundo* — eram vendidos nas duas principais cidades portuguesas, mas também na “província” (como então, em Lisboa, era chamado o resto do País). Coabitavam com uma imprensa regional e local de pequena tiragem, quase sempre politicamente alinhada. No entanto, os principais jornais de Lisboa vendiam-se, essencialmente, na capital, no centro interior e no sul do País, enquanto os grandes jornais do Porto vendiam-se, principalmente, na Cidade Invicta, no centro litoral (até

à zona de Aveiro), no Minho e ainda em Trás-os-Montes (ou seja, no Norte). Havia já, e continuará a verificar-se o mesmo durante o resto do século XX, uma espécie de fronteira simbólica entre as zonas de influência da grande imprensa lisboeta e as zonas de influência da grande imprensa portuense.

3. Coexistência de uma imprensa sensacionalista, por vezes alinhada politicamente (o caso de *O Mundo* é exemplificativo), com uma imprensa mais circunspeta na informação e na opinião — caso do *Diário de Notícias*. O sensacionalismo e o interesse humano, no entanto, vendiam tanto ontem como hoje. Contagiavam a imprensa e atraíam cada vez mais leitores. A reportagem policial, por exemplo, fez escola, tal como as reportagens de interesse social sobre a vida dos desafortunados. As redações começaram a organizar-se em secções, em função das áreas dos assuntos: política, cidade, polícia, desporto... A reportagem ganhou expressão e, por consequência, o *repórter* valorizou-se. As gravuras, as infografias (mapas, etc.) e, depois, as fotografias invadiram as páginas dos jornais, tal como tinham invadido as páginas das revistas, tornando a informação mais rica e o design mais apelativo e leve. O fotojornalismo afirmou-se. Aumentou, pois, a importância dos repórteres, foto-repórteres incluídos (relembre-se o caso paradigmático de Joshua Benoliel). Deu-se espaço crescente às reportagens, às entrevistas e aos géneros especificamente jornalísticos, à medida que a colaboração dos grandes vultos da literatura e do publicismo foi perdendo importância e impacto nos jornais. Os jornais tornaram-se mais comedidos na extensão dos textos, feitos, cada vez mais, para serem lidos, transversalmente, por indivíduos de todas as classes sociais, sobretudo nos meios urbanos. A expansão dos setores secundário (indústria) e terciário (serviços) nas cidades gerava novos públicos. Operários, funcionários e trabalhadores de serviços alfabetizados, comerciantes e outros pequenos burgueses e muitas mulheres juntaram-se às elites no consumo de publicações impressas, até porque a instabilidade da I República, agravada pela Grande Guerra, obrigava as pessoas a encontrarem fontes de informação que lhes permitissem familiarizar-se com o que se passava, sintonizarem-se com a atualidade, orientarem a sua vida e mobilizarem um repertório de conversa nas interações sociais. A mediatização informativa e propagandística da I Guerra Mundial contribuiu para, nesse ambiente, aumentar as tiragens e circulação dos jornais e revistas, havendo estimativas que colocam *O Século* a aumentar as suas tiragens, no espaço de uma década, de cerca de 85 mil exemplares em 1908 para cerca de 200 mil exemplares em 1918¹⁸⁷ (Dias, 2018).

187 Luís Augusto dos Santos Dias (2018) aponta as seguintes estimativas de tiragem para *O Século*, então o principal diário português em tiragem e circulação: 4 mil exemplares em 1881; 25 mil, em 1889; 50 mil, em 1895; 85 mil, em 1908;

4. Intensificação da organização industrial e empresarial da imprensa. As principais empresas jornalísticas, para vingarem, necessitavam de alicerces sólidos e de uma certa dimensão, organizando-se por setores: a redação, a administração, a tipografia, o setor comercial... O anúncio ganhou destaque e tornou-se a principal fonte de receitas dos principais jornais e revistas. Maior tiragem e mais circulação permitiam cobrar mais pela inserção de anúncios e, assim, enriquecer os proprietários, sendo sintomáticos os casos de *O Século* e do *Diário de Notícias*, especialmente do primeiro, cujas publicações associadas permitem dar ao grupo o estatuto de *império mediático*. Na alvorada da República, Silva Graça, de *O Século*, e Alfredo da Cunha, do *Diário de Notícias*, eram os principais barões da imprensa portuguesa, trazendo para Portugal, à pequena escala nacional, uma rivalidade semelhante à que existiu entre Pulitzer e Hearst, nos Estados Unidos, anos antes. Curiosamente, os dois principais patrões dos jornais portugueses venderam as suas empresas jornalísticas quase ao mesmo tempo e à mesma entidade — a Moagem.
5. Recurso crescente à tecnologia nas empresas jornalísticas. O telégrafo trazia as notícias das agências, dos correspondentes e dos jornalistas em reportagem¹⁸⁸ e permitia uma fluída e quase instantânea comunicação entre jornais e os fornecedores de informações distantes da sede. O telefone tornou-se essencial. As rotativas, primeiro as Marinoni, de uma bobine, depois as Augsburg, de duas bobines (**figura 60**), e as *linotypes* (**figuras 61 e 62**), aceleravam o processo de impressão, diminuía a necessidade de mão-de-obra e permitiam grandes tiragens, que podiam ultrapassar mais de uma centena de milhar de exemplares. Em grandes acontecimentos (como sucedeu a 5 de outubro de 1910), os principais jornais, cada um possuidor do seu parque gráfico, podiam fazer várias edições num único dia.
6. Aproveitamento das melhorias nos serviços de correio, o que, em parte, se deveu à expansão e melhoria da rede ferroviária e da rede viária, para a distribuição dos principais jornais fora das grandes cidades e para o contacto com os correspondentes e agentes.
7. Exacerbação das tentativas de controlo da imprensa por parte do poder. Embora não seja uma tendência intrínseca à República, mas sim conjuntural, a pressão para o controlo da imprensa por parte do poder, que já se adivinhava no final da Monarquia, manteve-se durante a I República. Embora cada vez mais industrializada

150 mil, em 1915; 200 mil, em 1918.

188 Eduardo Fernandes (1940, p. 256) conta nas suas memórias que a primeira reportagem telegrafada em Portugal — sobre um julgamento — foi enviada de Vila Franca de Xira para *O Século* em abril de 1900.

e profissionalizada, a imprensa portuguesa viu a censura, o licenciamento e as ações violentas contra periódicos e jornalistas constrangerem o seu desenvolvimento e o seu papel no País. O controlo da imprensa atingiu o auge depois da I República, durante a Ditadura Militar e o Estado Novo.

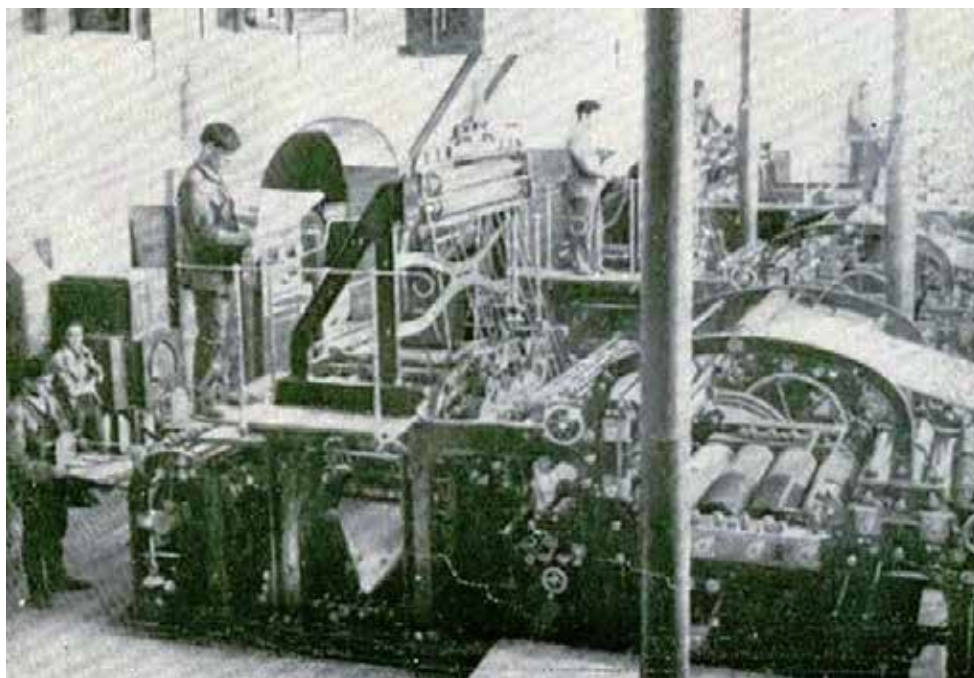


Figura 122

Impressora rotativa de *O Século*, em 1922. Fonte: *Ilustração Portuguesa*, 7 de outubro de 1922. Créditos: Diniz Salgado.

Pode intuir-se que a imprensa, efetivamente, exercia, desde as vésperas da República, um enorme poder na sociedade portuguesa, enquanto agente de opinião e intervenção no espaço público. Esse poder ter-se-á alimentado da, e terá alimentado a, progressiva politização da sociedade portuguesa a que se assistia desde o final do século XIX. A cultura política e a cultura geral das populações — mormente das populações urbanas — ia aumentando, o que, em parte, se devia, precisamente, à ação da imprensa. O analfabetismo ia diminuindo aos poucos, principalmente nos meios urbanos. Em Lisboa e Porto, a maioria das pessoas, principalmente as do sexo masculino, já sabia ler e escrever na I República (Dias, 1918). A imprensa funcionava, pois, por vezes, como uma espécie de extensão pública do Parlamento, amplificando as discussões que se travavam nas câmaras; outras vezes, dava voz pública aos movimentos que não tinham representação parlamentar; e outras vezes ainda, quando se afirmava independente dos partidos, intervinha no espaço público em nome do coletivo nacional: o País, a Nação, o Povo. Diz Fava (2010, pp. 308-309):

(...) os fatores que conferiram feição especial ao período histórico que designamos por Primeira República, foram, para além dos acontecimentos em si próprios, o ritmo, frequentemente vertiginoso, a que os mesmos ocorreram e, aspeto não menos importante, a intensa carga de dramatismo que efetivamente tiveram ou lhes foi emprestada pela opinião pública. Esta constituía então uma realidade forte e era alimentada, mormente nas cidades e vilas mais importantes, por uma comunicação social baseada principalmente em jornais e revistas, com abundância de texto e imagem. Para noticiar tantos e tão diferentes ocorrências, sucessos, factos e para defender tantos e tão variados pontos de vista, publicava-se diariamente uma infinidade de jornais, os quais, na grande maioria dos casos, não deixavam de estar intimamente ligados a interesses partidários e ideológicos. Em boa verdade, todos os centros e capelas partidárias queriam ter a sua folha, para dar a conhecer as suas especialíssimas visões das coisas e das pessoas e também para combater e contrariar as opiniões adversas, neste campo se travando, frequentemente, verdadeiras guerras de papel. (...)

Em torno desta intensa e frenética atividade jornalística agitava-se uma série longa de profissionais de imprensa, designadamente, cronistas, articulistas, caricaturistas, críticos, repórteres. A reportagem era então (como ainda hoje o é) a rainha das peças jornalísticas e, consequentemente, muitos eram os repórteres, sendo que as suas ferramentas eram, tão somente, a caneta e, por vezes, a máquina fotográfica.

O papel e a relevância social da imprensa em Portugal, desde o século XIX, levaram os sucessivos poderes a procurar controlá-la, mesmo quando, formal e legalmente, era proclamada a liberdade de expressão do pensamento. Mas apesar das tentativas de controlo, entre o final do século XIX e o início do século XX, os jornais republicanos, particularmente em Lisboa, conseguiram dar um contributo não negligenciável para a hostilização da Monarquia e para a sua substituição violenta por um regime republicano, o que viria a suceder a 5 de outubro de 1910.

Pode avaliar-se a força da imprensa, à época, pelos números.

Nos começos de 1900, publicavam-se em Portugal cerca de 368 periódicos de periodicidade inferior a um mês, embora a maioria com pequenas tiragens, às vezes de somente 200, 500 ou mil exemplares e vida curta; mas em 1906, os sete principais diários lisboetas extraíam, em conjunto, cerca de 253 mil exemplares, para um total diário de cerca de 300 mil exemplares no conjunto dos diários (Ramos, 1994, p. 52), números apenas digeríveis se pensarmos que os indivíduos que compravam jornais, nas bancas ou por assinatura, podiam comprar mais do que um título. No conto *Alves & C.^a*, de Eça de Queirós, situado no último quartel do século XIX, uma das personagens, um indivíduo da pequena burguesia comercial, comprava o *Jornal do Comércio* e o *Diário de Notícias* diariamente: “Então havia sempre flores sobre a mesa, e o seu *Diário de Notícias* e o seu *Jornal do Comércio*, esperando-o ao lado do prato”.

Estimativas de Dias (2018), a partir da lista de jornais portugueses do século XIX elaborada por Rafael e Santos (1998-2002), apontam, igualmente, para números crescentes de

jornais fundados ao longo do século XIX, evidenciando a importância da *cultura do impresso* que se estabelecia em torno de livros, jornais e revistas: 2865 periódicos criados no País entre 1881 e 1900; 1288, entre 1861 e 1880; 544, entre 1841 e 1860; 531, entre 1821 e 1840; e somente 84 entre 1801 e 1820.

Em 1910 já se publicavam 543 periódicos (**gráficos 3 e 4**) em todo o país (Ramos, 1994, p. 52), apesar de 70% da população portuguesa ser analfabeta, segundo os censos de 1911 (até 1930, o analfabetismo pouco decairia, sendo, segundo os censos, de 66 por cento em 1920 e de 62 por cento em 1930). Os analfabetos podiam, no entanto, inteirar-se dos conteúdos dos jornais pelas práticas de leitura pública que, vindas já do século XVII, ocorriam nas tabernas, cafés, clubes políticos e noutros espaços de sociabilidade (masculina). Além disso, a população urbana, concentrada, principalmente, na faixa litoral, entre Viana do Castelo e Setúbal, atingia percentagens mais significativas de alfabetizados, na ordem de 50 a 75% (Dias, 2018).

Conforme já Brito Aranha (1900) sustentava, em Portugal publicava-se um número significativo de jornais por habitante (1 para 6500), número mais relevante do que em países como a França e Inglaterra (1 para 23 000). Mas nestes países os jornais das capitais circulavam por todo o território, havendo menos jornais mas com grandes tiragens, enquanto, em Portugal, sucedia o inverso: mais jornais espalhados por todo o território, com pequenas tiragens, excluindo os casos dos grandes diários de Lisboa e Porto. Inclusivamente, em Lisboa e no Porto, o número de diários manteve-se relativamente estável entre o início e o final da primeira década do século XX, variando o seu número entre 20 e 23 títulos, em Lisboa, e os 7 e 9 títulos, no Porto, entre 1901 e 1909¹⁸⁹.

Em 1909, ano anterior ao da imposição da República, circulavam 39 diários em Portugal, dos quais 21 em Lisboa, oito no Porto, dois em Évora, quatro nos Açores e três na Madeira¹⁹⁰. Os restantes jornais eram semanários ou tinham uma periodicidade ainda mais dilatada e encontravam-se espalhados por todo o território. Somente cerca de uma dezena tinha tiragens superiores a três mil exemplares (Marques, 1991, p. 48).

Muitos dos jornais portugueses, por força dos constrangimentos económicos e financeiros ou outros, tinham vida curta, enquanto outros jornais se extinguiram por força dos condicionamentos políticos. O saldo entre diários fundados e extintos entre 1910 e 1926 (I República) é de apenas dois (**cf. gráfico 4**). Vários periódicos monárquicos e católicos, por exemplo, alvos de agressões violentas, foram extintos logo após a imposição da República ao País.

A estrutura do mercado da imprensa portuguesa era, pois, nesse aspeto, diferente do modelo existente nos mais importantes países europeus. Mas, tal como nesses países, o mercado da imprensa portuguesa era diversificado e segmentado — jornais de informação

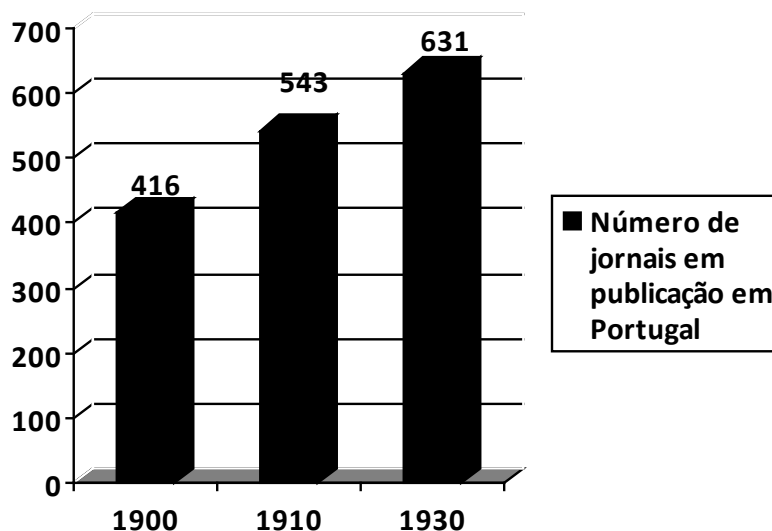
189 Cálculo a partir dos dados de Lemos (2004).

190 Cálculo a partir dos dados de Lemos (2004).

geral coexistiam com periódicos partidários, especializados, revistas e outros (cf. **tabela 40**). Sobretudo, o mercado era cada vez mais dependente do *anúncio publicitário*, primeira fonte de rendimento dos principais jornais, antes das assinaturas e vendas na rua (pelos famosos ardinhas, os “moços dos jornais”) e nos quiosques, tabacarias, livrarias e em lugares similares.

Gráfico 3

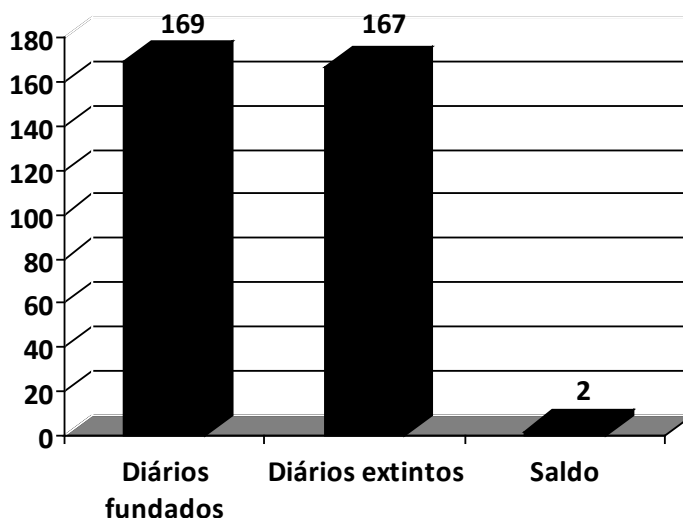
Número de jornais em publicação em Portugal (1900-1930).



Fonte: Elaboração própria a partir de dados coligidos por Serrão e Oliveira Marques, 1991; Ramos, 1994; e Matos e Lemos, 2006.

Gráfico 4

Diários fundados e extintos em Portugal (1910-1926).



Fonte: Elaboração própria a partir de dados coligidos por Matos e Lemos, 2006.

Alguns dos periódicos que circulavam ao tempo da I República eram encarados como um negócio pelos seus proprietários. As suas receitas advinham, predominantemente, da publicidade. Apartidários, informativos, noticiosos, eram feitos para dar lucro, ainda que pudessem gerar reconhecimento social e capacidade de influência aos seus donos — casos de Alfredo da Cunha, do DN; e Silva Graça, de *O Século*; Bento Carqueja, de *O Comércio do Porto*, e Gaspar Baltar, de *O Primeiro de Janeiro*. Alguns desses jornais tinham uma feição regionalista — como os diários portuenses *O Primeiro de Janeiro*, *O Comércio do Porto* e *Jornal de Notícias*; e vários deles não hesitavam em recorrer à exploração sensacionalista de certos acontecimentos. Foi neles que a organização empresarial, a profissionalização dos jornalistas e a afirmação dos repórteres mais se fez sentir. Foi neles que os “novos” valores jornalísticos da objetividade e da factualidade se foram introduzindo na cultura profissional. Atente-se no que escreveu o jornalista e repórter coetâneo Belo Redondo (193_, pp. 39-43) sobre a reportagem:

A reportagem é a arte mais nobre do jornalismo (...), a mais compensadora, porque tem maior poder de sugestão (...) sobre o leitor. A reportagem (...) suplanta a crónica porque é mais objetiva, mais real, mais dinâmica; supera a crítica, porque os seus conceitos assentam nos factos (...). Ela (...) é a fotografia animada da Vida, nos seus altos e baixos (...). Eis porque os grandes jornalistas foram sempre recrutados entre os grandes repórteres. A reportagem (...) não faz os acontecimentos: descreve-os e interpreta-os. Para dizer a vida com exatidão (...). O repórter é (...) o mais fiel intérprete da vida de hoje, porque da Vida só interessa o aspeto objetivo — a notícia (...), esta obsessão (...) pelo facto.

Jacinto Godinho (2009, pp. 142-143), numa arguta análise, realça que as principais correntes ideológico-filosóficas que, na I República, se digladiaram em Portugal — o Integralismo Lusitano e o idealismo realista republicano, esquerdista mas democrático, protagonizado pelo grupo de intelectuais que se agrupou em torno da revista *Seara Nova*¹⁹¹ — propunham um olhar “objetivo” para o mundo que apoiou a deriva do jornalismo para a cobertura da realidade e, conseqüentemente, a ascensão da reportagem:

(...) na primeira metade dos anos 20, dominaram duas correntes de pensamento opostas, que se sustentam de uma forte base de “Objetividade”. Para os pensadores (...), a “realidade” é um conceito de tal forma explícito e objetivo que o usavam profusamente (...) (...) O que explicará certamente esta “naturalização” da realidade (...) é (...) a “ocupação” do quotidiano feita pelas formas de “reportagem” (sobretudo a fotografia).

191 Tornou-se, durante o Estado Novo, uma das vozes críticas do regime, oposicionistas ao salazarismo.

Na paisagem jornalística portuguesa, foram os periódicos informativos e apartidários de informação geral que tiveram mais sucesso em tiragens e vendas, comandadas pelo *Diário de Notícias* e por *O Século*, na capital, e pelos três grandes diários portuenses: *Janeiro*, *Comércio e Notícias*; foram também estes órgãos de grande informação que viram a sua vida prolongar-se além da I República (**tabela 40**), embora não exclusivamente devido ao seu sucesso mercadológico (a Ditadura saída do golpe de 28 de maio de 1926 também teve a sua quota-parte de responsabilidade na aniquilação de jornais, tal e qual quanto a imposição violenta da República e a violência republicana provocaram o fim de vários jornais monárquicos).

Ainda assim, os periódicos político-noticiosos, frequentemente partidários de uma determinada organização ou facção política, tiveram forte implantação em Portugal durante a I República, tendo alguns cessado somente, conforme se sustentou acima, por causa da imposição da Ditadura Militar, a partir de 28 de maio de 1926 (**cf. tabela 40**). Tal como noutros países, qualquer grupo político que quisesse ter uma voz pública continuava a necessitar, na I República, de um jornal, havendo até casos de partidos que se constituíram por ação de indivíduos que se tinham juntado para publicar um jornal — caso de *A Luta*, jornal do qual emergiu a União Republicana.

Tabela 39

Exemplos de jornais ativos na I República.

Principais diários portugueses tendencialmente apartidários, independentes e informativos		
<i>O Século</i> (1880-1977)	Lisboa	Nas mãos de Silva Graça desde 1896 (manteve a direção até 1922), no início do século XX já era um diário apartidário, predominantemente informativo, popular e levemente sensacionalista. Apostava, bastante, na informação visual e em manchetes atraentes. Matutino, era o jornal de maior tiragem no País (poderá ter ultrapassado, pontualmente, o milhão de exemplares acumulados de tiragem, dias 5 e 6 de outubro de 1910), circulando, especialmente, na capital, no Centro e no Sul. Se, em 1881, tiraria cerca de 4 mil exemplares diários, nas vésperas da implantação da República já tiraria cerca de 85 mil exemplares diários e, no final da Grande Guerra, pode ter chegado aos 200 mil exemplares diários, segundo estimativa de Dias (2018, p. 45). <i>O Século</i> distinguiu-se pelas causas sociais, culturais e desportivas que cultivou e pela extraordinária rede de colaboradores e correspondentes que o mantinham bem fornecido de informações diversas. Em 1913, tornou-se o primeiro jornal português a abrir uma delegação no estrangeiro, em Paris, dirigida pelo jornalista Paulo Osório (figura 128). A delegação, no entanto, atuava noutras áreas além do jornalismo. A <i>Ilustração Portuguesa</i> de 3 de novembro de 1913, evocando notícia publicada em <i>O Século</i> três meses antes, assegurava que a agência procuraria ajudar a divulgar os produtos portugueses e que os portugueses que procurassem a agência teriam “reduções de preços” em casas comerciais parisienses e apoio ao usufruto da vida cultural da capital francesa. Em 1922, <i>O Século</i> caiu sob o controlo acionista da Companhia Industrial de Portugal e Colónias (conhecida por Moagem, antecessora da atual Nacional), que o desejava comprar desde que, algum tempo antes, o jornal tinha denunciado os abusos monopolistas desta empresa, que já dominava o <i>Diário de Notícias</i>, desde 1920. Beneficiou, para que tal pudesse ter sido possível, de desentendimentos entre Silva Graça e o seu filho. Cunha Leal tornou-se diretor, mantendo o cargo até março de 1923. Foi substituído por Trindade Coelho. Em 1925, o jornal foi novamente adquirido, desta feita pelos funcionários do jornal João Pereira da Rosa e Carlos Oliveira, que criaram, para o efeito, a Sociedade Nacional de Tipografia. O jornalista e diplomata Henrique Trindade Coelho manteve, porém, o cargo de diretor, que conservaria até 1926. Na posse dos novos donos, o periódico apoiou a Ditadura mas também se modernizou, já sob a liderança de João Pereira da Rosa, após a demissão de Trindade Coelho, em 1926. Links: https://pt.wikipedia.org/wiki/O_S%C3%A9culo_(Portugal) https://digitarq.arquivos.pt/details?id=1009215 https://www.aatt.org/site/index.php?op=Nucleo&id=1643

<i>Diário de Notícias</i> (1864 - em publicação)	Lisboa	Matutino em publicação, durante a I República foi dirigido por Alfredo da Cunha, genro de Eduardo Coelho, até 1919. Manteve, nesses primeiros tempos da I República, a linha de sempre: independente, apartidário e noticioso. A 30 de janeiro de 1918, face à crise do papel e de “subsistências”, o DN anunciou que recompraria os jornais usados por 25% do valor da edição diária, que custava 1 centavo (preço da maioria dos jornais industriais), correspondentes a 15 cêntimos, atualmente. Em 1918, a separação entre Alfredo da Cunha e a sua esposa, filha do fundador do periódico, Eduardo Coelho, gerou um grande escândalo para a época, que tornou insustentável a permanência de Alfredo da Cunha na direção do jornal. A empresa editora foi mesmo vendida pela família de Eduardo Coelho, com Alfredo da Cunha à cabeça, à Companhia Industrial de Portugal e Colónias, conhecida por Moagem (por ser resultante da fusão da Nova Companhia Nacional de Moagem com a Companhia Nacional de Alimentação), em 1920, passando a constituir uma sociedade anónima, que se tornaria na Empresa Nacional de Publicidade, em 1928, ainda sob o controlo da Companhia Industrial de Portugal e Colónias (que, em 1922, também obteve o controlo de <i>O Século</i>). Assumiu, então, a direção do DN o advogado e jornalista Augusto de Castro, amigo de Alfredo da Cunha, que tinha, ademais, intermediado o negócio. A partir de 1919, já sob a direção de Augusto de Castro, o <i>Diário de Notícias</i> teve uma viragem conservadora e de defesa da empresa proprietária e dos interesses que, em 1926, animaram a revolução que conduziu à Ditadura Militar. Em tiragem, era o segundo jornal português (em 1924, chegou a tirar mais de cem mil exemplares, por causa do concurso Terras de Portugal), depois de ter sido, por muitos anos, o primeiro, antes da concorrência de <i>O Século</i>. Circulava, tal como os restantes jornais de Lisboa, essencialmente na capital, no Centro e no Sul de Portugal. Em 1924, Augusto de Castro foi nomeado embaixador de Portugal em Londres, pelo que o chefe-de-redação, o jornalista Acúrcio Pereira, o substituiu interinamente, função na qual era acompanhado, frequentemente, por outro jornalista importante da época, Rocha Martins. Nesse mesmo ano, ocorreu um grave conflito na redação. Vários redatores entraram em conflito com a administração do jornal, que pretendia ser informada antecipadamente dos conteúdos a publicar e queria exercer a censura em matérias incómodas. Esses redatores (Rocha Júnior, José Paulo da Câmara, Jaime Leitão, Pereira Coelho, Eduardo de Oliveira, Norberto de Araújo, Cristóvão Aires, Abel Moutinho, Francisco de Paula Bastos, João Rosa, Paulo Freire, Gomes Monteiro, Lapas de Gusmão, Luís de Freitas Branco, Cândido de Oliveira, Carlos Neves, Sebastião Cardoso, Eugénio Gomes Vieira, João Meneses Ferreira, Jaime Silva, Acácio de Paiva e Albino Forjaz de Sampaio) passaram-se para o diário republicano <i>O Mundo</i>, de onde desencadearam uma campanha contra a Moagem e a administração do <i>Diário de Notícias</i>. Os jornalistas Júlio José Domingues, Luís Trigueiros e Manuel dos Santos saíram do jornal, mas não foram trabalhar para <i>O Mundo</i>. O conflito seria sanado pela intervenção de Augusto de Castro. Eduardo Schwalbach assumiu a direção do periódico, logo a seguir. Tal como <i>O Século</i>, o DN distinguiu-se pelas causas sociais e culturais que abraçou. Links: https://pt.wikipedia.org/wiki/Di%C3%A1rio_de_Not%C3%ADcias_(Portugal) Website: https://www.dn.pt/
<i>Jornal do Comércio</i> [depois, <i>Jornal do Comércio e Colónias</i>] (1853-1976 e 2015)	Lisboa	Matutino independente e apartidário, dirigido por João Augusto Melício (até 1917) e Alberto Bessa (1917-1932), este último autor de uma das primeiras histórias do jornalismo publicadas em Portugal, enfatizava as notícias económicas. Foi aderindo aos sucessivos regimes ou, pelo menos, não os hostilizou. Entre 1974 e 1976 teve uma deriva revolucionária que, descredibilizando-o, contribuiu para a sua extinção. Houve uma tentativa de relançar o título em 2015.

<i>Diário de Lisboa</i> (1921-1990)	Lisboa	Matutino moderno, independente e apartidário, instituído pelo banqueiro António Vieira Pinto, alinhado com o regime republicano e com o grupo de pensadores que editou a revista <i>Seara Nova</i>, mas predominantemente noticioso. Até ao final da I República distinguiu-se pela liberdade de crítica (ou seja, criticava todos por igual), o que lhe trouxe problemas com a censura e uma suspensão, em 1925. Regionalista, vinculou-se à defesa dos interesses da capital. Priorizava a informação sobre Lisboa, localidade onde mais circulava. Teve por diretor Joaquim Manso (até 1956). Links: https://pt.wikipedia.org/wiki/Di%C3%A1rio_de_Lisboa https://modernismo.pt/index.php/d/542-diario-de-lisboa-2 http://casacomum.org/cc/diario_de_lisboa/ [números digitalizados] http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/DiariodeLisboa/DiariodeLisboa_Indexe_Total.htm [números digitalizados]
<i>Jornal de Notícias</i> (1888 - em publicação)	Porto	Embora nascido como jornal ligado ao Partido Regenerador, ainda no tempo da Monarquia, converteu-se num matutino popular, noticioso, de tom levemente sensacionalista, independente e apartidário. Antes da implantação da República combateu a “ditadura” de João Franco e deu algum relevo às teses republicanas, mas, à época da I República, afirmava-se como um diário predominantemente defensor dos interesses do Porto e do Norte. Tornou-se, tal como hoje ainda sucede, o principal jornal do Porto e do Norte, em tiragem, circulação e influência, embora fosse vendido um pouco por todo o País. Durante a I República, foi dirigido por Aníbal de Morais (perdurou no cargo até 1934). Link: https://pt.wikipedia.org/wiki/Jornal_de_Not%C3%ADcias http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/JornaldeNoticias/Jornaldenoticias.htm [números digitalizados] Website: https://www.jn.pt/

<i>O Primeiro de Janeiro</i> (1868 — o título não foi extinto, mas deixou de ter existência efetiva a partir de 2015, mantendo, porém, presença na Web)	Porto	Surgiu, ainda durante a Monarquia, como jornal político, mas converteu-se rapidamente num matutino sóbrio e predominantemente noticioso, condição que manteve durante a I República. Dirigia-se, principalmente, aos meios intelectuais do Porto. Circulava, predominantemente, na Cidade Invicta e no Norte, embora fosse vendido em Lisboa, onde abriu uma delegação, e noutras localidades do Centro e do Sul do país. O primeiro diretor do <i>Janeiro</i> durante a I República foi Gaspar Baltar (filho). Dirigiu o jornal até 10 de setembro de 1919, data em que se demite das funções por carta dirigida ao sócio Joaquim Pacheco, que com ele partilhava a orientação e administração do diário. Nesse ano, a empresa foi vendida a um grupo de financeiros de Lisboa, que colocou na direção um jornalista vindo do <i>Século</i>, Jorge de Abreu. A nova administração do jornal dura apenas quatro anos, mas foi durante a sua gestão que o <i>Janeiro</i> se muda para um majestoso imóvel, na mesma rua onde era a sua sede, a Rua de Santa Catarina. Aí se manteve até ao início dos anos 90, quando o prédio, que ocupa quase um quarteirão, foi vendido à Sonae e convertido no shopping Via Catarina. Jorge de Abreu (1919-1923) foi um dos responsáveis máximos pela expansão do periódico, entre 1919 e 1923. Conta-se que <i>vivia</i>, literalmente, nas instalações do diário. Em 1923, o jornal foi de novo vendido, desta feita a Adriano Pimenta, Francisco Borges e Manuel Pinto de Azevedo, um grupo de empresários vagamente alinhados com Afonso Costa e os democráticos. Manuel Pinto de Azevedo converter-se-ia, depois, no principal acionista da empresa, condição herdada pelo seu filho, futuro diretor, Manuel Pinto de Azevedo Júnior. Adriano Pimenta assumiu, então, a direção do jornal, em 1923. Mas, com a sua morte, em 1926, Jorge de Abreu regressou ao cargo de diretor, partilhando da responsabilidade com Marques Guedes. Abreu, no entanto, morreu em 1932 e, em 1936, Marques Guedes deixou a direção. No dia 15 de setembro desse ano, Manuel Pinto de Azevedo Júnior assumiu a liderança do diário, cargo que manteve até 1976. Por alturas do 25 de Abril, o <i>Janeiro</i> era o jornal mais lido pelas classes média e alta do Porto e de todo o Norte do País. Reinaldo Ferreira, o famoso Repórter X, trabalhou para o jornal, contratado por Jorge de Abreu, em 1926. É no <i>Janeiro</i> que Reinaldo revela, acertadamente, o assassinato da atriz Maria Alves, sobre a revolta contra a Ditadura (fevereiro de 1927) e expõe um alegado romance entre duas mulheres. Sairá do <i>Janeiro</i> em 1928. Link: https://pt.wikipedia.org/wiki/O_Primeiro_de_Janeiro Website: https://oprimeirodejaneiro.com.pt/
<i>O Comércio do Porto</i> (1854-2005)	Porto	Matutino sóbrio, de informação geral, enfatizava, contudo, as notícias de economia e comércio. Defendia os interesses da Associação Comercial do Porto e da burguesia mercantil e industrial da cidade. Circulava, essencialmente, no Porto e no Norte do país. Ao tempo da I República, era dirigido por Bento Carqueja, seu proprietário (1908-1935). Teve uma edição da tarde entre 1921 e 1931. Link: https://pt.wikipedia.org/wiki/O_Com%C3%A9rcio_do_Porto https://www.infopedia.pt/\$o-comercio-do-porto https://arquivo.cm-gaia.pt/units-of-description/series/215920/ [números digitalizados] http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/UltimaEdicao/UltimaEdicao_ACapital_OComerciodoPorto.htm [números digitalizados]
Periódicos regionais e regionalistas tendencialmente apatidários e informativos		
<i>Diário de Coimbra</i> (1913)	Coimbra	Independente e noticioso, ainda que relativamente alinhado com os republicanos-evolucionistas. Fundado e dirigido por Miguel Braga. Enfatizava a informação sobre Coimbra e o cento e procurava defender os interesses da cidade. Mas durou pouco tempo, tendo o editor explicado, no último número, que o término da publicação se devia à impossibilidade de sustentação de um jornal diário na cidade. Em 1930 foi fundado, por José de Sousa Varela, um novo <i>Diário de Coimbra</i>, que perdura até hoje.

<i>O Setubalense</i> (1916-1945)	Setúbal	Independente e noticioso, regionalista, subtilmente alinhado com ideias republicanas e, depois, socialistas, dirigido por Luís Faria Trindade. Enfatizava a informação sobre Setúbal e procurava defender os interesses da cidade, da região e do Sul.
<i>Diário de Notícias</i> [do Funchal] (1876 - em publicação)	Funchal	Independente, apartidário e noticioso, foi seu diretor F. Conceição Rodrigues. Enfatizava a informação sobre a Madeira e defendia os interesses da região, para a qual desejava autonomia de governo.
<i>O Açoriano Oriental</i> (1835 - em publicação)	Ponta Delgada	Mais antigo jornal português de informação geral em publicação contínua. Regionalista, defendia a autonomia de governo dos Açores.
<i>Diário dos Açores</i> (1870 - em publicação)	Ponta Delgada	Independente, apartidário e noticioso. Enfatizava a informação sobre os Açores e procurava defender os interesses da região. Durante parte da I República, teve por diretor M. Rezende Carneiro.
<i>A União</i> (1893 - em publicação)	Angra do Heroísmo	Periódico regionalista, tendencialmente informativo, priorizava a informação sobre os Açores, designadamente sobre a ilha Terceira. Embora inicialmente alinhado com o regime republicano, tornou-se, a partir de 1924, um periódico católico, órgão oficioso da diocese de Angra do Heroísmo. Foi dirigido, durante a I República, por Manuel Vieira Mendes.
<i>O Telégrafo</i> (1893-1993)	Horta	Periódico regionalista faialense, predominantemente noticioso. Durou um século. Foi seu diretor Manuel Emídio Gonçalves.
Periódicos político-noticiosos republicanos		
<i>O Mundo</i> (1900-1927)	Lisboa	Diário matutino republicano político-noticioso alinhado, inicialmente, com o Partido Republicano Português e, depois, com o chamado Partido Democrático, radicalizou-se durante a I República, tornando-se uma espécie de porta-voz oficioso da ala mais à esquerda dos democráticos. Vendido a 10 réis, tal como os restantes diários que buscavam a popularização, o seu êxito durante a fase final da Monarquia ter-se-á devido, em grande medida, ao tom sensacionalista com que expunha os “escândalos” do regime, o que lhe logrou obter tiragens de 50 mil exemplares na alvorada da República (1910-1911). O periódico foi, de algum modo, simpático para com o último Governo da Monarquia Constitucional, já que entrevistou o seu líder, Teixeira de Sousa, e depois reproduziu declarações do chefe do Governo ao matutino francês <i>Le Matin</i> , por entre a perplexidade de alguns republicanos. Com a Ditadura Militar, o jornal extinguiu-se, na prática, em 1927, embora, para manter o título, tenha mantido edições irregulares até 1936. Foi dirigido por França Borges, seu fundador, até novembro de 1915; Amadeu de Freitas (1915-1917), Carlos Trilho (1917-1922) e Urbano Rodrigues (depois de 1922), mas a partir de 1915, aponta Baptista (1966), depois da doença de França Borges, o diário foi decaindo.
<i>A Luta</i> (1906-1923)	Lisboa	Criado por Brito Camacho, que o dirigiu até 1916 e depois de 1919, tornou-se, após 1912, o jornal da União Republicana, um dos partidos secessionistas do Partido Republicano Português. Foi matutino até 14 de junho 1916 e vespertino após o dia seguinte. Entre 1923 e 1935, publicou números ocasionais para garantia de título. Entre 1916 e 1918, o jornal <i>A Luta</i> foi dirigido por José Barbosa.
<i>República</i> (1911-1927)	Lisboa	Matutino criado por António José de Almeida, que o dirigiu até 1915, afirmou-se, a partir de 1912, como voz pública do Partido Republicano Evolucionista, um dos Partidos secessionistas do Partido Republicano Português. A partir de 1924, tornou-se um diário independente e noticioso. Cessou a publicação durante a Ditadura Militar (1927) e por causa dela. A partir de 1930, surgiu um novo jornal <i>República</i> , cuja vida se prolongaria até 1975, e que veio a público como uma 2.ª série do primitivo jornal fundado por António José de Almeida. Depois de António José de Almeida, o jornal teve vários diretores, casos de António Granjo (1920), Pereira Júnior, Ribeiro de Carvalho e Alberto Xavier.
<i>O Intransigente</i> (1910-1915)	Lisboa	Diário matutino republicano radical, foi porta-voz oficioso da Carbonária Lusitana. Dirigido pelo republicano Machado dos Santos.

<i>A Democracia</i> (1910-1911)	Lisboa	Matutino sucessor do <i>Diário Popular</i> (1907-1910), que foi órgão oficioso do Partido Regenerador, já tinha sucedido ao diário regenerador <i>O Popular</i> (1896-1907). <i>A Democracia</i> deu origem a um novo <i>Diário Popular</i> (1911) e este a um novo <i>O Popular</i> (1911-1912). Apesar das suas origens, o jornal <i>A Democracia</i> afirmou-se como um periódico republicano. Teve por diretor Feio Terenas.
<i>A Pátria</i> (1911-1914)	Lisboa	Diário vespertino republicano afeto ao Partido Democrático. Foi dirigido por Ramada Curto, sucedido por Estêvão de Vasconcelos.
<i>Vanguarda</i> (1891-1911)	Lisboa	Fundado e dirigido por Magalhães Lima, afirmou-se como um diário matutino republicano independente. Durante a fase inicial da I República foi um semanário defensor no novo regime e do “livre pensamento”. Quando cessou a publicação, era dirigido por Feio Terenas.
<i>O Povo</i> (1911-1916)	Lisboa	Diário matutino republicano até 8 de agosto de 1914, interrompeu a publicação por causa de dificuldades na obtenção de papel, regressando a 15 de março de 1915, como vespertino, terminando a publicação em fevereiro de 1916, devido, desta vez, a dificuldades financeiras. Foi dirigido por Ricardo Covões.
<i>A Manhã</i> (1917-1922)	Lisboa	Diário matutino criado e dirigido por Mayer Garção e antigos redatores de <i>O Mundo</i> , do qual foi uma espécie de <i>spin-off</i> , alinhou com a ala direita do Partido Democrático. Fundiu-se com <i>A Vitória</i> , outro jornal republicano, em 1919. Em 1921, durante a greve dos tipógrafos, suspendeu a publicação durante seis meses. A 3 de junho de 1922, anunciava que se fundiria com <i>O Mundo</i> , “de onde, pode dizer-se, saiu”.
<i>O Radical</i> (1920-1926)	Lisboa	Diário vespertino afeto às correntes radicais do republicanismo que estiveram na origem, em 1923, da fundação do Partido Republicano Radical, do qual o jornal foi porta-voz. Entre 1927 e 1931, já durante a Ditadura Militar, foram publicados, irregularmente, alguns números do jornal. Teve por diretores Augusto Marques e Nogueira Júnior.
<i>O Rebate</i> (1922-1930)	Lisboa	Órgão oficial do Partido Democrático. Teve duas séries, tendo a primeira findado em fevereiro de 1927, começando a segunda em outubro do mesmo ano. Surgiu, em grande medida, por causa dos desvios esquerdistas de <i>O Mundo</i> em relação à linha oficial do partido. Foi dirigido por Evaristo de Carvalho e António José Correia.
<i>A Montanha</i> (1911-1936)	Porto	Diário afeto ao Partido Democrático, começou como vespertino, mas logo se converteu em matutino. Foi dirigido por Seixas Júnior.
<i>A Capital</i> (1910-1926)	Lisboa	Diário vespertino político-noticioso moderno (figura 123), vagamente alinhado com a ala esquerda do Partido Democrático, mas muito orientado para a notícia e a reportagem tendo sido, por exemplo, uma vez que se publicava da parte da tarde, o primeiro diário português a dar a notícia do naufrágio do Titanic, em 1912. Dirigido por Manuel Guimarães, um diretor que admitia não saber redigir notícias mas que se distinguia nos textos de opinião e análise, o seu primeiro número data de 1 de julho de 1910. Na sala da redação, um letrado com o slogan resumia o seu programa: “Jornal do Povo, pelo Povo e para o Povo”. O jornal viu o seu fim em 1926, com a Ditadura Militar, embora tenham sido publicados vários números, para garantia de título, até 1938. O título foi relançado no Estado Novo, em 1968. Vários dos jornalistas de <i>A Capital</i> salientaram-se como repórteres, casos de Hermano Neves, Herculano Nunes e Rocha Júnior. Hermano Neves, pai do jornalista Mário Neves, foi, talvez, entre eles, o mais impactante (Mário Neves veio a ser diretor adjunto de <i>A Capital</i> quando o título foi relançado, em 1968, tendo Norberto Lopes como diretor). Além de ter sido enviado pelo jornal para cobrir a frente Ocidental na I Guerra Mundial (as autoridades francesas não o deixaram passar de Bordéus), Hermano Neves fez, entre outras, reportagens num balão e num submarino, descrevendo as sensações de voar e de estar no fundo do mar. Colaboraram, igualmente, com o jornal, Mayer Garção, Câmara Reis, Joaquim Manso, Reinaldo Ferreira, Avelino de Almeida, Júlio Dantas e André Brun, entre outros. Link: https://www.arqnet.pt/amoremportugal/acapital.html Exemplares digitalizados aqui: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/ACapital/ACapital.HTM

Periódicos operários (“trabalhistas”)		
<i>A Batalha</i> (1919-1927)	Lisboa	Órgão da Organização Operária Portuguesa. Dirigido pelos sindicalistas Alexandre Vieira, Manuel da Silva Campos e Joaquim de Sousa. Cessa a publicação no contexto da Ditadura Militar. Entre 1921 e 1923, atingiu uma tiragem de 40 mil exemplares. Pinto Quartim era o chefe de redação e Manuel Fróis de Figueiredo o administrador. Fortemente constrangido pela censura, cessou a publicação em 1927, já em plena Ditadura Militar.
<i>A Voz do Operário</i> (1879 - em publicação)	Lisboa	Criado pelo operariado tabaqueiro, foi, depois, absorvido pela sociedade A Voz do Operário, que se cria em seu torno.
Periódicos monárquicos		
<i>O Dia</i> (1887-1927)	Lisboa	Fundado por António Enes, nasceu como diário vespertino monárquico, ligado ao Partido Progressista, tendo-se associado à Dissidência Progressista, aquando da cisão ocorrida no Partido Progressista, em 1905. Após a implantação da República, afirmou-se como jornal monárquico, apesar de, por poucos meses, ter apoiado o novo regime. Ao longo da sua vida, suspendeu-se ou viu a sua publicação suspensa por várias vezes e teve vida difícil durante a I República, época em que, dirigido por João Moreira de Almeida e outros, foi alvo de apreensões, querelas e violência. Terminou a sua vida durante a Ditadura Militar, embora tenham saído números para garantia de título, até 1940.
<i>A Nação</i> (1847-1917)	Lisboa	Diário vespertino dirigido por Franco Monteiro. Resquício do miguelismo, incomodava o poder republicano, apesar da sua fraca tiragem. Vítima de querelas e violência, extinguiu-se durante a I República, apesar de o projeto ter continuado, por meros três meses, sob o título <i>O Universo</i> . Publicaram-se, no entanto, com irregularidade, alguns números do jornal, até 1928.
<i>Jornal da Noite</i> (1914-1915)	Lisboa	Terceira série do <i>Jornal da Noite</i> . Jornal dirigido por Rocha Martins, continua a 2. ^a série, terminada em 1908, quando era órgão do Partido Regenerador-Liberal. Diário vespertino.
<i>O Correio da Manhã</i> (1921-1928)	Lisboa	Diário matutino monárquico, órgão oficioso da Causa Monárquica, dirigido, sucessivamente, por Aníbal Soares e Lopo Vaz de Sampaio e Melo, a sua publicação representou uma tentativa de ressurgimento do diário matutino <i>Correio da Manhã</i> , extinto em 1911. Após 1928, já em plena Ditadura Militar, deixa de publicar-se com regularidade, embora tenham sido publicados, esporadicamente, alguns números, até 1936. Entre 1929 e 1936, já se afirmava como órgão da Causa Monárquica.
<i>Correio da Noite</i> (1924-1927)	Lisboa	Diário vespertino monárquico, retomou um título de dois jornais afetos ao Partido Progressista no tempo da Monarquia. Em abril de 1925, as suas instalações foram assaltadas a mando do senhorio, possivelmente por falta do pagamento de rendas. O material da composição foi sequestrado. A partir dessa data, o jornal atravessou forte instabilidade e nem sempre foi publicado com regularidade. A 7 de fevereiro de 1927, durante a revolta militar contra a Ditadura, a sede do jornal foi destruída e este já não recuperou. Apesar de ainda terem saído dois números, um em fevereiro e outro em outubro de 1927, o jornal cessou a sua publicação.
<i>Novidades</i> (1885-1910 e 1911-1913)	Lisboa	Nascido durante a Monarquia como diário vespertino independente (fundado por Emídio Navarro), foi contra o governo ditatorial de João Franco e apoiou, depois, o último governo da Monarquia, chefiado pelo regenerador António Teixeira de Sousa. Interrompeu a publicação entre 27 de setembro de 1910 e 9 de janeiro de 1911. Ressurge, nesta última data, como periódico independente, mas só dura até junho (17?) de 1913. No entanto, foi publicado, semestralmente, para garantia de título, até 29 de novembro de 1923. O “novo” diário <i>Novidades</i> (segunda série), católico, órgão do episcopado português, surgirá nas bancas a 15 de dezembro de 1923 [ver entrada específica nesta lista]. Entre 1911 e 1913, o <i>Novidades</i> foi dirigido por Melo Barreto.

Periódicos católicos		
<i>A Palavra</i> (1872-1911)	Porto	Primeiro grande diário católico português, afirmou-se como jornal oficioso da Igreja Católica, embora, depois de 1907, tenha ficado ligado ao Partido Nacionalista. Vespertino. As suas instalações foram atacadas durante e após a revolução republicana de 5 de outubro de 1910. A intimidação ao jornal por parte das novas autoridades e dos bandos republicanos continuou, liquidando a viabilidade do empreendimento. O jornal fechou portas a 15 de fevereiro de 1911, altura em que era dirigido por Alberto Pinheiro Torres.
<i>Correio do Norte</i> (1910-1911)	Porto	Matutino católico, dirigido por M. Abúndio da Silva, acatou a República, mas nem isso o salvaguardou de ser perseguido até ao seu último número, datado de 11 de fevereiro de 1911.
<i>Liberdade</i> (1914-1919)	Porto	Diário matutino portuense, católico e, depois, sidonista. Foi dirigido por Alberto Pinheiro Torres. A sua sede foi atacada e destruída a 18 de janeiro de 1919, no quadro da Monarquia do Norte, provocando o fim do jornal. Foi sucedido pelo diário <i>O Debate</i> .
<i>O Debate</i> (1919-1920)	Porto	Diário matutino portuense, de matriz católica e conservadora, dirigido por Artur Leite de Amorim, continua o diário <i>Liberdade</i> . Sob a coação permanente dos poderes republicanos, foi atacado em julho de 1919 por um bando que atingiu a tiro um colaborador. Essa situação insustentável e a necessidade de mudança do local da sede, em maio de 1920, acabaram por ditar o fim do periódico.
<i>Diário do Minho</i> (1919 — em publicação)	Braga	Diário católico de timbre regionalista, órgão da Arquidiocese de Braga. Predominantemente informativo, priorizava as notícias de Braga e do Minho, bem como, claro está, as notícias sobre a Igreja Católica. Durante a I República, teve por diretores Joaquim António Pereira Vilela, Cunha Barbosa, Artur Bivar, padre Manuel Domingues Basto, padre Ribeiro Braga e padre José A. Malheiro.
<i>Portugal</i> (1907-1910)	Lisboa	Diário matutino católico, depois trissemanário, viveu com dificuldades até à imposição da República. A revolução republicana em curso ditou o fim do jornal, que já não se publicou a 5 de outubro de 1910. Era dirigido, à data, pelo padre José Lourenço de Matos. O seu congénere portuense era <i>A Palavra</i> .
<i>A Ordem</i> (1916-1919)	Lisboa	Matutino católico e monárquico independente. A 13 de julho de 1917, o jornal foi apreendido e a sede invadida, tendo os redatores sido presos durante dois dias. Em 1918, converteu-se ao sidonismo. A Monarquia do Norte, em janeiro de 1919, provocou a proibição da circulação do periódico por alguns dias. Deixou, no entanto, de ter condições para continuar a publicar-se sob o mesmo título. O seu editor e diretor, José Fernando Sousa, fundou, nessa altura, o diário <i>A Época</i> , com a mesma linha editorial de <i>A Ordem</i> .
<i>A Época</i> (1919-1927)	Lisboa	Continuador do diário católico e monárquico independente <i>A Ordem</i> , com a mesma linha editorial e os mesmos colaboradores principais, tendo sido, nomeadamente, dirigido por J. Fernando de Sousa. Manteve divergências com o episcopado (e, portanto, com o jornal <i>Novidades</i>) e com o Centro Católico (representado pelo jornal <i>A União</i>). Foi suspenso por vários dias em abril de 1925, depois de uma revolta militar contra o Governo. Apoiou o golpe de 28 de maio de 1926. Cessou a publicação regular em 1927. Para garantia de título, o jornal publicou-se, semestral e anualmente, até 1950. Foi continuado pelo matutino <i>A Voz</i> , que se publicou até 1971.
<i>Novidades</i> (1923-1974)	Lisboa	Jornal do episcopado. Sucede ao primitivo <i>Novidades</i> , do qual pode ser considerado nova série, mas com nova propriedade, direção e orientação editorial.
<i>Jornal da Madeira</i> (1923-1926)	Funchal	Católico e regionalista, dirigido por Luís Vieira de Castro, trata-se de um diário matutino que enfatizava a informação sobre a Madeira e procurava defender os interesses da região.
Periódicos socialistas		
<i>Combate</i> (1919-1920)	Lisboa	Jornal do Partido Socialista Português. Dirigiram-no Alfredo Franco e Augusto Dias da Silva.
<i>A Vanguarda</i> (1912-1929) [Não confundir com o jornal republicano <i>Vanguarda</i> , de Magalhães Lima]	Lisboa	Jornal socialista e, depois de 1926, apenas defensor dos interesses coloniais, foi matutino até 7 de novembro de 1918 e vespertino depois desta data. Sucedeu ao jornal <i>O Socialista</i> . Teve vários problemas com as autoridades republicanas, que motivaram a sua suspensão em vários períodos, e noutros autossuspendeu-se por força das vicissitudes da sua vida interna. No início de 1926, reinventa-se como porta-voz dos interesses coloniais. Cessa a publicação em julho de 1929. Foi dirigido por Pedro Muralha.

Periódicos político-noticiosos independentes		
<i>O Povo de Aveiro</i> (1883-1941)	Aveiro	Jornal sensacionalista e “moralizador”, dirigido pelo grande polemista Homem Cristo, esteve, inicialmente, ligado ao Partido Republicano Português, mas, com o tempo, tornou-se independente, criticando tudo e todos. Afonso Costa teve com ele grandes desaguisados. Chegou a ser acusado de ter violado uma criada adolescente no próprio leito conjugal. Desbocado, <i>O Povo de Aveiro</i> denunciava e explorava tudo o que pudesse cheirar a escândalo. Teve, em consequência, inúmeros problemas com as autoridades e com os censores, que proibiram a sua publicação em várias ocasiões. Homem Cristo foi mesmo obrigado a exilar-se em Paris. Em compensação, o periódico granjeou grande sucesso e era vendido em todo o País.
Diários político-noticiosos dos partidos da Monarquia Constitucional desaparecidos na I República		
<i>Correio da Noite</i> (1881-1910)	Lisboa	Diário vespertino, órgão oficioso do Partido Progressista, desapareceu a 11 de outubro de 1910, depois de ter suspenso a publicação entre 5 e 10 de outubro do mesmo ano, por causa da revolução republicana. Era dirigido por Carlos Ferreira.
<i>Diário Popular</i> (1907-1910)	Lisboa	Órgão oficioso do Partido Regenerador, sucedeu ao diário <i>O Popular</i> (1896-1907). Converteu-se ao republicanismo após a imposição da República, tendo adotado, então, um novo título — <i>A Democracia</i> (1910-1911). Foi dirigido por Mariano de Carvalho e Claro da Ricca (sendo este último que aparece como diretor) e ainda pelo republicano Feio Terenas.
<i>Diário Ilustrado</i> (1872-1911)	Lisboa	Embora não fosse, oficialmente, um jornal partidário, durante a Monarquia alinhou pelos regeneradores-liberais. Era, porém, eminentemente noticioso. Na imprensa diária, foi, talvez, o jornal mais mundano — graças às crónicas e notícias da vida da alta sociedade — e, também, o mais ilustrado. Desapareceu depois da imposição da República, após a sua sede ter sido assaltada e destruída por republicanos, a 8 de janeiro de 1911. Quando desapareceu, era dirigido por Mário Galvão.
<i>O Liberal</i> (1902-1911 e 1916-1919)	Lisboa	Diário matutino até 4 de novembro de 1904 e vespertino depois de 16 de outubro de 1905 (período durante o qual suspendeu a publicação), representou, oficiosamente, o Partido Regenerador e, depois de 15 de março de 1909, o Partido Progressista, por se ter oposto à ditadura de João Franco. Tornou-se, simplesmente, um diário monárquico depois da implantação da República. Interrompeu a publicação na sequência da revolução republicana de outubro de 1910 e, quando se preparava para voltar às bancas, a sua sede foi atacada e invadida (10 de outubro de 1910), tendo os redatores sido sequestrados pela turba. Reapareceu a 31 de outubro, mas a sua sede foi novamente assaltada e, desta vez, destruída por agitadores republicanos, a 8 de janeiro de 1911, quando era dirigido por António Cabral. Esse acontecimento motivou a suspensão da publicação do jornal por alguns anos. No entanto, voltou a publicar-se, com a mesma linha editorial monárquica, entre 15 de novembro de 1916 e 18 de janeiro de 1919, apesar de ter sido, por várias vezes, suspenso e querelado e de o seu diretor, António Teles de Vasconcelos, ter sido preso e exilado em novembro de 1917. A proclamação da Monarquia do Norte, no Porto, em janeiro de 1919, tornou a vida praticamente insustentável para os jornais monárquicos de Lisboa. <i>O Liberal</i> findou, em consequência, a sua publicação. Nesta altura, era dirigido por Luís Teles de Vasconcelos, irmão do seu primeiro diretor.
<i>O Imparcial</i> (1910)	Lisboa	Diário vespertino afeto à facção de Venceslau de Lima do Partido Regenerador, converteu-se à República, como outros periódicos do tempo da Monarquia. Durou, somente, do início de janeiro ao final de dezembro de 1910, mas anuncia, no último número, que lhe sucederá um novo jornal intitulado <i>República</i> . <i>O Imparcial</i> teve por diretor José de Azevedo Castelo-Branco e por diretores políticos Carneiro de Mouta e Augusto Fuschini.
<i>Correio da Manhã</i> (1910-1911)	Lisboa	Diário matutino, surgiu, nos últimos meses da Monarquia, como órgão do Partido Regenerador-Liberal. A partir de 27 de outubro de 1910, afirmou-se, somente, como jornal monárquico. A sua sede foi assaltada e destruída por bandos republicanos a 8 de janeiro de 1911, causando a morte do jornal. À data, era dirigido por Álvaro Pinheiro Chagas.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados coligidos por Matos e Lemos, 2006; Matos, 2017 e outras fontes indicadas na bibliografia.

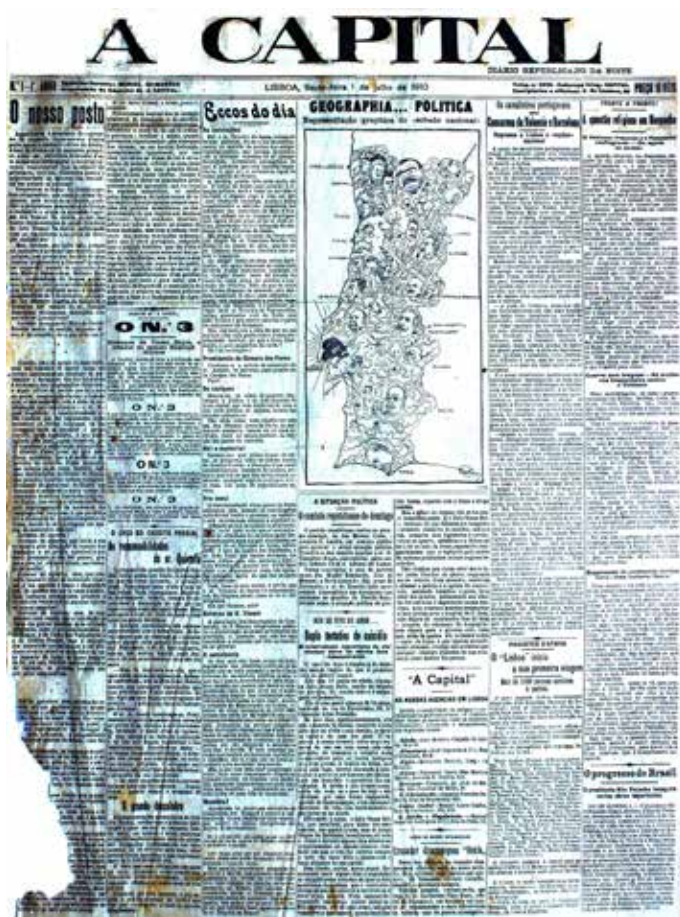


Figura 123
Primeira página do primeiro número de *A Capital* (1910-1926). Fonte: reprodução do original (1 de julho de 1910).

O elevado número de periódicos em publicação em Portugal ao tempo da instituição da República demonstra que muitos dos portugueses alfabetizados e com poder de compra, particularmente nas grandes cidades, tinham por hábito comprar e ler jornais, cujo preço rondava, desde a aparição do *Diário de Notícias*, os 10 réis (ou 1 centavo, após a reconversão da moeda no escudo republicano, quantia que, hoje em dia, equivaleria a cerca de 15 cêntimos). Desses 10 réis, 3 réis eram para o ardina e outros 3 réis para o papel, pelo que na empresa jornalística entrariam, somente 4 réis para todas as restantes despesas, estimava Eduardo de Noronha (1913), na sua biografia do jornalista Emídio Navarro. A crise do papel e de “subsistências” do final da I Guerra Mundial levou, porém, vários periódicos a aumentarem de preço para 2 centavos, no início de 1918, caso de *A Capital* e da edição vespertina de *O Século*. *O Mundo*, *O Século* (edição matutina) e o *Diário de Notícias* continuaram, porém, a ser vendidos por 1 centavo, mas por pouco tempo, subindo o preço para 2 centavos em fevereiro. Tal era a dimensão da crise do papel de jornal que o DN chegou mesmo a empreender uma campanha de recompra do jornal, depois de lido, por 25% do preço da edição diária, ou 80 centavos por cinco quilos ou ainda 2\$500 por cada arroba (15 quilos).

Os jornais e revistas eram, em Portugal, desde meados do XIX, um importante dispositivo social, presente no quotidiano das grandes cidades de Lisboa e Porto, mas que também

chegavam a espaços mais recônditos do país, beneficiando dos correios e do caminho-de-ferro. Quem tinha posses, normalmente assinava ou comprava e lia mais do que um periódico. “A imprensa fazia parte do quotidiano de praticamente todas as pessoas que sabiam ler”, assevera Luís Trindade (2014). As coletividades, as tabernas e os cafés também compravam jornais, que colocavam à disposição, respetivamente, dos sócios e clientes. Mesmo quem era analfabeto, podia assistir à leitura em voz alta dos periódicos, ou contemplar as gravuras, desenhos e fotografias que, crescentemente, inseriam. Em 1916, no total, os jornais de Lisboa tiravam, no conjunto, mais de 300 mil exemplares por dia (Trindade, 2014). Outro aspeto curioso: Eduardo de Noronha (1913), na sua biografia de Emídio Navarro, do *Novidades*, diz que um jornal, nesse tempo, demoraria cerca de quarenta minutos a ler e cinco horas a fazer. Seguramente, fazia-se mais rapidamente do que hoje, mas a sua leitura demorava mais tempo.

Os jornais tornaram-se, efetivamente, uma mercadoria apelativa para muita gente: traziam notícias, crónicas, entrevistas e reportagens importantes mas também interessantes, que falavam de política, escândalos, acidentes, suicídios, crimes e outros casos de polícia, conflitos, desporto e muitas outras matérias. Mesmo os jornais politicamente alinhados não prescindiam — nem podiam prescindir — da informação noticiosa, por vezes apresentada num tom sensacionalista ou enquadrada politicamente.

Olhe-se mais de perto para dois números de *A Capital*, um vespertino político-noticioso republicano característico desse tempo, escolhidos arbitrariamente.

O número de 1 de fevereiro de 1911, uma quarta-feira, tem quatro páginas. Depois do cabeçalho com o título e com as informações administrativas, na primeira página aparecem numa coluna à esquerda um artigo de fundo, de tom político, intitulado “Loucura”: uma reportagem, com entrada, sobre a prisão de moedeiros falsos; uma evocação pró-republicana do regicídio e da fuga de D. Manuel II; uma reportagem com fotografia sobre as celebrações da revolta republicana de 31 de janeiro de 1891 por todo o País. Na segunda página, surgem três anúncios de espetáculos a par de notícias diversas — crime (incluindo uma pequena reportagem sobre um polícia atacado por um bando de criminosos), teatro, saúde pública (cólera na Madeira), as celebrações do 31 de janeiro, notícias do estrangeiro, resumo da situação na praça de Lisboa e bolsa de Londres e Paris e uma miríade de outros temas — paginadas sem grande preocupação de ordem ou hierarquia. Na página 3, mais notícias soltas sobre temas diversos misturadas com anúncios, que ocupam mais de um terço da superfície das páginas. A página quatro é integralmente reservada à publicidade.

O número de 1 de fevereiro de 1924, sexta-feira, tinha, igualmente, quatro páginas (ocasionalmente, determinados números tinham seis páginas). Na primeira página, depois da linha de informações de cunho legal e administrativo, alinhavam-se vários assuntos. A coluna da esquerda foi reservada para um *fundo* que, à maneira de editorial político, apoiava uma medida do ministro da Guerra, seguida de notícias, uma sobre a França e outra sobre a visita de vasos da marinha de guerra grega a Lisboa, e um anúncio. Ainda na metade esquerda da

página, um artigo de análise, em reação a uma conferência de Fernando Emídio da Silva¹⁹², sobre a política financeira do Estado e dos governos, centrada nas questões do défice e do equilíbrio orçamental (o jornal, alinhado com a ala esquerda dos democráticos, pronunciava-se contra os “ataques das forças conservadoras” e contra o derrotismo da “bancocracia”). Ao artigo segue-se, na terceira coluna, a notícia de uma novidade literária e um pequeno anúncio. Nas últimas três colunas, aparecem uma entrevista ao diretor do jornal espanhol *La Libertad*; a notícia, em letras grossas, de alegados milagres experienciados por pessoas que visitavam o túmulo de Lenine, em Moscovo; notícias sobre um chá num paquete alemão fundeado no Tejo e o congresso socialista em França; o início de uma reportagem sobre o funeral de Teófilo Braga, que se prolonga pela segunda página; e uma pequena notícia sobre o regresso a Lisboa, desde Sevilha, de dois aviadores militares, que fizeram a viagem em duas horas. Na segunda página, a habitual ronda noticiosa pelos teatros e cinemas; a resposta do Ministério da Marinha a uma crítica jocosa do jornal acerca das previsões meteorológicas; notícias sobre a apreensão de bombas, uma greve dos telégrafos e correios, um acidente com arma de fogo, atividades políticas e a discussão da adoção de um horário de trabalho de oito horas; e anúncios diversos. Na página três, encimada por uma faixa de anúncios, surge mais um artigo de análise sobre a situação financeira do Estado, centrado na eventual demissão de funcionários públicos; e ainda notícias internacionais, crónica musical, e um texto sobre a diplomacia e os escritores, além de mais anúncios. A quarta e última página é ocupada, somente, por anúncios publicitários.

O telégrafo e a expansão dos serviços de correios, mais fiáveis e rápidos, facultavam aos jornais notícias das várias partes do mundo e do País, graças à ação das agências de notícias e dos correspondentes. Os jornais usavam o caminho-de-ferro e outros meios de transporte para serem rapidamente distribuídos, permitindo ao público, em tempo de instabilidade, acompanhar a atualidade, o que se ia passando, com mais ou menos respeito pelos factos e pela verdade. No entanto, à data da implantação da República, a maioria dos grandes jornais publicava-se em Lisboa (**cf. tabela 40**), centrando-se as suas sedes no Bairro Alto; e no Porto, localizando-se os jornais da *Invicta* na Baixa, entre a rua de Santa Catarina (*O Primeiro de Janeiro*), a Praça de D. Pedro e o Bairro do Laranjal, locais onde, futuramente, se abriria a Avenida dos Aliados, que viria a ser o espaço escolhido para *O Comércio do Porto* e o *Jornal de Notícias* instalarem as suas sedes. Este último mudar-se-ia para o arranha-céus da rua de Gonçalo Cristóvão, reconhecido pelo emblemático JN no topo, no final do Estado Novo; e o *Comércio* transferiu-se para um inestético andar de um edifício sem história da rua Fernandes Tomás, no início dos anos 1990.

192 Indivíduo conservador, jurista, banqueiro, administrador de empresas, professor universitário, foi deputado da União Nacional no tempo do Estado Novo.

Não é de subvalorizar, também, o importante papel económico e social da imprensa enquanto indústria. Calcula-se que *O Século* e o *Diário de Notícias* alimentavam mais de cinco mil famílias de jornalistas, tipógrafos, ardinhas, vendedores de espaço publicitário e outros profissionais, só em Lisboa (Soares, 2018). As grandes empresas jornalísticas de Lisboa e Porto lideravam, por outra parte, iniciativas de beneficência social, que depois noticiavam, publicitando-se e melhorando a sua imagem pública, cativando público (cf. figuras 124 e 125).



Figura 124

Crianças protegidas de *O Século* partem para a praia. Fonte: *Ilustração Portuguesa*, 2 de setembro de 1922. Créditos: Diniz Salgado.



Figura 125
Natal de *O Século*, em 1922. Fonte:
Ilustração Portuguesa, 30 de dezembro
de 1922. Créditos: Diniz Salgado.

No quadro da industrialização do jornalismo nacional, merece também destaque, a partir da segunda década do século XX, o surgimento das primeiras agências de notícias portuguesas, que, a par das suas congéneres estrangeiras, forneciam notícias “prontas” aos jornais. É o caso, por exemplo, da agência Rádio, fundada e dirigida pelo espanhol Alejo Carrera Muñoz, e que terá desenvolvido atividade no País desde 1919; da agência Latino-Americana, de 1924, fundada e dirigida por Virgínia Quaresma; e de uma obscura agência Lusitânia, com atividade, pelo menos, em 1923.

Como é que se trabalhava numa dessas pequenas agências? João de Sousa Fonseca (193_, pp. 72-74), que trabalhou, com o célebre jornalista Reinaldo Ferreira, o “Repórter X”, na Agência Americana, em Paris, enumerou, desta forma, as tarefas:

Traduções de comunicados, redação de notas encomiásticas ou necrológicas de personagens de alto metequismo, enfim, às vezes até o seu telegrama, porque para isso era aquilo uma agência (...),

a informação do dia... cortada de fantásticos jornais espanhóis do dia anterior... De repente, um *carbograma* autêntico.

Entre as agências internacionais com atividade no País ao tempo da I República deve assinalar-se a onnipresente Havas, mas também a United Press, cujas notícias eram, sobretudo, publicadas pelo *Diário de Lisboa*, e outras agências menores, como a Agência Americana de Notícias, uma agência brasileira que teve uma sucursal em Portugal a partir de 1919, dirigida pela jornalista Virgínia Quaresma, entre 1922 e 1924 (a experiência acumulada tê-la-á levado a fundar a agência Latino-Americana, em 1924).

5.8 Consequências da imposição da República para o jornalismo

A 5 de outubro de 1910, a República foi proclamada em Portugal. Implantado, violentamente, em Lisboa, o novo regime foi acolhido sem grandes percalços na “província”. A notícia chegou a todo o País pelo telégrafo, pelos caminhos-de-ferro e, claro, também pela imprensa (**figura 84**). Os jornais viveram dias de glória. *O Século*, por exemplo, já então significativamente ilustrado com fotografias, teve tiragens diárias de 150 mil exemplares nos dias 5 e 6 de outubro, mas algumas fontes sugerem números mais significativos, talvez exagerados, de várias centenas de milhar, ou mesmo um milhão, de exemplares somados em tiragens sucessivas.

Um dos primeiros atos do poder republicano, instituído pela revolução de 5 de outubro de 1910, foi a revogação da lei restritiva da liberdade de imprensa de 11 de abril de 1907. A 10 de outubro de 1910, a imprensa readquiriu, formalmente, as suas liberdades, reguladas por um decreto de 28 de outubro deste mesmo ano, que, grosso modo, vigorará até à imposição da Ditadura Militar, em 1926. O novo decreto estabelecia, entre outros aspetos, “o direito de expressão do pensamento pela imprensa, cujo exercício é livre, independente de caução, censura ou autorização prévia” (art.º 1.º), não proibia a crítica às leis, doutrinas políticas e religiosas, atos do governo, das corporações e de todos os que exerciam funções públicas (art.º 13.º) e previa tribunais de júri para os delitos de abuso de liberdade de imprensa (art.º 28.º). A Constituição de 1911, promulgada a 21 de agosto, reafirmava, no seu artigo 13.º, a ideia de que “a expressão do pensamento, seja qual for a sua forma, é completamente livre, sem dependência de caução, censura ou autorização prévia”, mas já acrescentava que o “abuso deste direito” seria “punível nos casos e pela forma que a lei determinar”. No entanto, logo a partir de 8 de outubro de 1910, o novo regime exerceu, por via direta ou indireta, ações violentas sobre os jornais católicos e monárquicos (**cf. tabela 40**), alguns dos quais deixaram mesmo de ser publicados, até porque os principais partidos do tempo da Monarquia Constitucional (excluindo, claro, o caso do Partido Republicano Português, triunfante) se extinguíram. Os

periódicos que escolheram resistir às arbitrariedades do poder republicano, como *O Dia*, tiveram uma vida difícil.

Tabela 40

Exemplos de violência sobre a imprensa na I República.

Data	Periódicos atingidos	Acontecimento
10 de outubro de 1910	<i>O Liberal</i> <i>O Portugal</i> *	Vandalização das instalações.
*O diário católico e monárquico <i>O Portugal</i> teve a sua última edição publicada a 4 de outubro de 1910, mas mesmo assim a sua sede foi vandalizada e destruída.		
6 de janeiro de 1911	<i>Diário Ilustrado</i> <i>Correio da Manhã</i> <i>O Liberal</i>	Destruição das instalações. Sequestro dos redatores de <i>O Liberal</i> por uma turba de republicanos exaltados. Exílio dos diretores. Fim dos jornais visados.
Janeiro de 1911	<i>A Folha</i>	Suspensão da publicação.
Maio de 1911	<i>O Dia</i>	Tentativa de assalto às instalações. Interrupção da publicação por seis meses e, depois, intermitentemente, até 24 de fevereiro de 1915.
25 de março de 1912	<i>Diário do Porto</i> <i>Jornal de Notícias</i>	Instalações assaltadas. <i>O Diário do Porto</i> não resiste aos ataques e terminará a sua publicação a 24 de abril de 1912.
21 de outubro de 1913	<i>A Nação</i> <i>O Dia</i>	Destruição das instalações de ambos os jornais, na sequência do fracasso de uma revolta monárquica. O jornal monárquico legitimista <i>A Nação</i> só voltará a publicar-se um mês depois. O diretor do jornal monárquico <i>O Dia</i> , Moreira de Almeida, foi implicado na sublevação. <i>O Intransigente</i> foi visado pela vingativa população republicana, mas a polícia interveio antes de as suas instalações serem destruídas.
Maio a agosto de 1914	<i>Diário da Manhã</i>	Suspensão da publicação por várias vezes dita o fim do periódico após quatro meses de publicação.
Junho de 1914	<i>Correio da Manhã</i> <i>O Dia</i> <i>Diário da Noite</i>	Apreensão e suspensão da publicação.
Julho de 1914 a setembro de 1915	<i>Jornal da Noite</i>	Apreensões dos jornais em várias ocasiões. Destruição das instalações (ver abaixo).
20 de outubro de 1914	<i>Jornal da Noite</i> <i>Restauração</i> <i>Os Ridículos</i> <i>Talassa</i> <i>Vanguarda</i>	Destruição das instalações. Os trabalhadores de <i>A Restauração</i> enfrentaram a multidão com jatos de água. O equipamento do jornal <i>Vanguarda</i> foi roubado e, posteriormente, resgatado em lojas de penhores.
20 de outubro de 1914	<i>A Restauração</i>	Tentativa de destruição das instalações.
23 de dezembro de 1914	<i>A Luta</i>	Impedido de sair por causa de um artigo contra a guerra, sai com o título <i>A Notícia</i> , mas sem o artigo em causa.
14 de maio de 1915	<i>O Intransigente</i>	Destruição das instalações. O seu diretor, Machado dos Santos, herói da revolução republicana de 5 de outubro de 1910, foi preso e exilado nos Açores.
1916 — 1919	<i>O Liberal de 1916</i> (Continuador de <i>O Liberal</i> destruído em 1911)	Suspensão da publicação e apreensão de jornais em várias ocasiões. Prisão de vários dos seus redatores. Diretor obrigado a exilar-se em Espanha.

13 de julho de 1917	<i>A Ordem</i>	Sede do jornal atacada e invadida. Colaboradores presos, apesar de libertados dois dias depois.
15 de novembro de 1917	<i>O Liberal</i>	Instalações seladas. Prisão e expulsão do país do diretor; redatores e colaboradores ameaçados de prisão e exílio.
5 a 7 de dezembro de 1917	<i>Portugal</i>	Sede assaltada no contexto dos ataques aos jornais afetos ao Partido Democrático durante a revolução sidonista. Interrupção da publicação até janeiro de 1920 (durará, somente, até abril de 1920).
13 de outubro de 1918	<i>A Montanha</i>	Ataques e destruição das instalações. Suspensão da publicação por seis meses.
16 de dezembro de 1918	<i>A Manhã</i> <i>A Capital</i>	Assalto às instalações após o assassinato de Sidónio Pais. Suspensão de <i>A Manhã</i> até 30 de novembro de 1919 e do vespertino <i>A Capital</i> , por duas semanas, até 30 de dezembro de 1918.
26 de setembro de 1918 a 15 de abril de 1919	<i>O Norte</i>	Suspensão da publicação.
18 de janeiro de 1919	<i>Liberdade</i>	Destruição das instalações e fim do jornal.
29 de janeiro de 1919	<i>A Ordem</i>	Proibição da circulação do jornal por vários dias.
1919-1927	<i>A Batalha</i>	Censura apertada e vigilância Suspensão entre abril e maio de 1920.
Janeiro de 1919 a 3 de abril de 1922	<i>O Dia</i>	Interrupção da publicação, devido, conforme denuncia, às “perseguições” de que foi alvo.
Janeiro a agosto de 1919 e depois	<i>A Monarquia</i>	Interrupção da publicação, no contexto da Monarquia do Norte. Apreensões repetidas do jornal após 1919. Impedimento da venda ambulante do jornal por arruaceiros.
12 de fevereiro de 1919	<i>Jornal de Notícias</i>	Diretor obrigado a exilar-se por causa do apoio dado à Monarquia do Norte.
12 de fevereiro de 1919	<i>O Tempo</i>	Sede assaltada. Suspensão da publicação
16 de julho de 1919	<i>O Debate</i>	Sede assaltada. Um colaborador foi atingido por uma bala.
25 de maio de 1920	<i>A Vanguarda</i>	Apreensão dos jornais. Suspensão da publicação por vários dias, entre abril e maio de 1920.
21 de outubro de 1921	Todos os jornais de Lisboa.	Censura prévia, na sequência da Noite Sangrenta.
10 de agosto 1922	<i>ABC — Revista Portuguesa</i>	Número impedido de circular. Apreensão dos exemplares.
4, 5 e 6 de outubro de 1922	<i>A Vanguarda</i> <i>A Palavra</i> <i>Correio da Manhã</i>	Suspensão da publicação por vários dias. Apreensão dos jornais. Assalto às instalações d’ <i>A Palavra</i> , que ficaram parcialmente destruídas.
Outubro de 1922	<i>O Radical</i>	Censura apertada na sequência da sua denúncia da suspensão e apreensão de <i>A Palavra</i> e do <i>Correio da Manhã</i> .
1924	<i>Diário de Lisboa</i>	Sujeito a censura prévia no Governo Civil de Lisboa.
18 a 20 de abril de 1925	<i>O Século</i> <i>Diário de Notícias</i> <i>Diário de Lisboa</i> <i>A Época</i>	Suspensão da publicação.

28 de maio de 1925	<i>O Radical</i>	Censura. Impedimento da venda.
28 de maio de 1926	<i>A Vanguarda</i>	Autossuspende a publicação, devido à censura e às pressões do governo do Partido Democrático, que viria a ser derrubado durante o golpe de estado que, iniciado a 28 de maio, instituiria uma ditadura militar em Portugal.
29 de maio de 1926	<i>Diário de Notícias</i>	Não se publicou por decisão interna, face às pressões do Governo oficialmente em funções, do Partido Democrático (derrubado na sequência dos acontecimentos detonados pela revolução de 28 de maio). Queixa-se das pressões do Governo para não sair com espaços em branco (a censura, posteriormente, impedirá que a imprensa seja publicada com espaços em branco).

Fonte: Elaboração própria a partir de dados coligidos por Matos e Lemos, 2006; Matos, 2017 e outras fontes indicadas na bibliografia.

Por outro lado, a partir do final de 1910 a legislação foi-se tornando crescentemente um instrumento de cerceamento da liberdade de imprensa (**cf. tabela 41**). Era a vez dos republicanos, antes tão ciosos da liberdade de imprensa, procurarem evitar a difusão de informações e ideias contrárias aos seus pontos de vista, quer dos monárquicos, quer da extrema-esquerda socialista e dos anarquistas.

Tabela 41

Controlo e regulamentação legal da imprensa na I República — exemplos.

10 de outubro de 1910	Decreto de revogação da lei restritiva da liberdade de imprensa de 11 de abril de 1907
28 de outubro de 1910	Lei assegura a liberdade de imprensa, o direito à crítica e a adoção de tribunais de júri para o julgamento de delitos de abuso da liberdade de imprensa.
29 de dezembro de 1910	Decreto prevê a prisão de quem, por escrito publicado, faltasse ao respeito à (nova) bandeira nacional.
21 de agosto de 1911	Constituição da República Portuguesa assegura a liberdade de expressão do pensamento, mas estatui que o abuso do direito seria “punível nos casos e pela forma que a lei determinar”.
Janeiro de 1912	Imposta a censura por trinta dias aos jornais de Lisboa, no rescaldo de uma greve geral.
15 de julho de 1912	Decreto faculta a apreensão de periódicos que ultrajassem as instituições republicanas ou fossem escritos em linguagem despejada e provocadora.
25 de julho de 1912	Decreto impõe a prisão a quem promovesse o não cumprimento dos deveres militares pelos portugueses ou atentasse contra a integridade e independência do país.
1 de setembro de 1913	Decreto ordena aos governadores civis a elaboração de listas das publicações dos respetivos distritos para apuramento do cumprimento das normas legais pelas mesmas.
30 de novembro de 1914	Decreto n.º 1117 proíbe notícias militares que não procedessem de fontes oficiais.
12 de março de 1916	Decreto prevê a apreensão e suspensão de periódicos nos quais se divulgassem boatos ou “informação capaz de alarmar o espírito público”, causassem “prejuízo ao estado” ou ameaçassem a sua segurança e interesses ou ainda divulgassem notícias de teor militar ou ofendessem a “dignidade” e o “decoro”.

28 de março de 1916	Lei impõe a censura prévia aos jornais e revistas em assuntos militares e de ordem pública. Como réplica, os periódicos passaram a ostentar espaços em branco no lugar dos cortes (esta prática de denúncia seria proibida no Estado Novo).
31 de março de 1916	Decreto 2308 determina que as publicações fossem apresentadas à censura em prova de página e em triplicado na localidade onde eram compostas e impressas, reforçando os poderes dos governadores civis para suspender a apreender as publicações não conformes à lei.
31 de julho de 1916	Decreto n.º 2538 alarga a censura prévia às colónias.
8 de agosto de 1917	Decreto n.º 3283 determina a composição e regula o funcionamento das comissões de censura, criadas em Lisboa, Porto, Braga, Évora e Viseu.
6 de setembro de 1917	Lei n.º 815, publicada sob pressão da imprensa, regula o poder dos censores, mas sublinha que estes detinham o poder de proibir matérias prejudiciais à defesa “militar ou económica” do país ou em que se exprimissem opiniões “contra a guerra”.
8 de setembro de 1917	Decreto n.º 3353 regula o número máximo de páginas por número de um jornal.
10 de novembro de 1917	Decreto n.º 3534 transfere para o Ministério da Guerra a jurisdição sobre as comissões de censura.
13 de novembro de 1917	Decreto n.º 3544 prevê a apreensão, destruição e/ou suspensão das “publicações periódicas, nacionais ou estrangeiras” nas quais se fizesse “propaganda sistemática em favor dos inimigos ou tendente a deprimir a alma da Nação ou a honra do seu Exército”.
9 de dezembro de 1917	Decreto da Junta Revolucionária sidonista aboliu a censura prévia e anulou as ordens de expulsão de jornalistas tomadas pelo Governo anterior.
28 de dezembro de 1917	Três portarias proíbem o reaparecimento de jornais que tivessem sido suspensos sem que fosse obtida nova licença para o seu funcionamento, “a divulgação de manifestos, moções, representações e deliberações” do Partido Democrático e a divulgação não autorizada de notícias sobre movimentações de navios e tropas, medidas de carácter militar e alterações da ordem pública. Mantém a possibilidade de se suspenderem publicações por motivos vagos, como o recurso a “linguagem despejada”.
9 de janeiro de 1918	Reforço das portarias de 28 de dezembro de 1918.
13 de abril de 1918	Restabelecida a censura prévia a notícias de natureza militar ou que pudessem afetar a segurança interna e a ordem pública.
22 de junho de 1918	Decreto limita a arbitrariedade dos censores, restringindo a ação das comissões de censura às matérias relativas à defesa nacional, militar e económica. Revogadas as leis de 28 de março de 1916 e de 6 de setembro de 1917.
28 de fevereiro de 1919	Abolida (teoricamente) a censura prévia.
19 de outubro de 1921	Estabelecida a censura prévia à imprensa de Lisboa, na sequência da Noite Sangrenta, revolta radical de marinheiros durante a qual foram assassinados o chefe do Governo, António Granjo; o líder das forças republicanas entrincheiradas na Rotunda no 5 de outubro de 1910, Machado dos Santos; o revolucionário republicano do 5 de outubro José Carlos Maia; o comandante Freitas da Silva, secretário do ministro da Marinha; e o coronel Botelho de Vasconcelos, antigo apoiante de Sidónio Pais.

Fonte: Elaboração própria a partir de fontes indicadas na bibliografia.

Assim, a 29 de dezembro de 1910, foi publicado um decreto que, no seu art.º 3.º previa prisão correcional para quem “por escrito publicado” faltasse “ao respeito devido à bandeira nacional”. A 15 de julho de 1912, novo decreto facultava a apreensão de periódicos que, entre outras condições, ultrajassem as instituições republicanas ou fossem escritos “em linguagem

despejada e provocadora”. A 25 de julho do mesmo ano, novo decreto ameaçava com prisão correcional quem “por qualquer meio de propaganda tendenciosa ou subversiva, verbal ou escrita, pública ou clandestina, aconselhar, instigar ou provocar os cidadãos portugueses ao não cumprimento dos seus deveres militares ou ao acometimento de atos atentatórios da integridade e independência da pátria”. A 1 de setembro de 1913, novo decreto ordenava aos governadores civis a organização de uma lista das publicações dos respetivos distritos para “se apurar o exato cumprimento da lei de imprensa”.

Além do controlo legal sobre a imprensa, os republicanos atacaram com violência as sedes dos periódicos oposicionistas, visando, particularmente, a imprensa católica e monárquica, que não teve vida fácil durante a I República. A 6 de janeiro de 1911, o *Diário Ilustrado*, o *Correio da Manhã* e o *Liberal* viram as suas instalações assaltadas e destruídas em pleno dia e acabaram por encerrar. Os seus diretores foram obrigados a exilar-se. Três dos seus redatores foram exilados. Em março de 1911, jornais católicos, como *A Folha*, da diocese de Viseu, foram suspensos.

No final de janeiro de 1912, foi suspensa a liberdade de imprensa e instituída a censura por 30 dias, devido à instauração do estado de sítio em Lisboa, na sequência de uma greve geral.

No rescaldo do golpe monárquico falhado de 21 de outubro de 1913, populares destruíram as instalações de *A Nação* (figura 126) e de *O Dia* (figura 127).



Figura 126

Rescaldo do assalto ao jornal monárquico *A Nação*, a 21 de outubro de 1913. Fonte: *Ilustração Portuguesa*, 27 de outubro de 1913. Créditos: Joshua Benoliel.



Figura 127

Rescaldo do assalto ao jornal monárquico *O Dia*, a 21 de outubro de 1913. Fonte: *Ilustração Portuguesa*, 27 de outubro de 1913. Créditos: Joshua Benoliel.

Em junho de 1914, foram suspensos o *Diário da Manhã*, *O Dia* e o *Diário da Noite*. Em agosto, o oposicionista *Diário da Manhã* foi apreendido quatro vezes, três das quais em dias seguidos, e o seu redator foi preso. Na sequência da revolta de Mafra, de 20 de outubro de 1914, as sedes dos jornais monárquicos em Lisboa (*Jornal da Noite*, *Restauração*, *Os Ridículos*, *Talassa*) foram assaltadas por grupos populares a soldo dos republicanos afetos ao já então designado Partido Democrático, principal grupo político formado a partir do Partido Republicano Português, depois da divisão de 1912 (na realidade, os democráticos eram o PRP, já que este nem sequer mudou de nome). No rescaldo da revolta de 14 de maio de 1915, que conduziu à destituição do Governo de Pimenta de Castro, foi destruída a sede de *O Intransigente*. Sempre que o Partido Republicano e o seu sucessor, o Partido Democrático, estiveram no poder, houve, de facto, casos de suspensões e apreensões de jornais — principalmente católicos, monárquicos, operários, socialistas e anarquistas — e de prisão e exílio de jornalistas (cf. **tabela 40**).

Ainda assim, novos periódicos politicamente alinhados, mas atentos à atualidade e com forte componente noticiosa, surgiram no início da década de 1910 (cf. **tabela 39, 40 e 41**), como o *República*, do líder republicano e futuro Presidente António José de Almeida, um dos mais moderados políticos republicanos do seu tempo.

Tabela 42

Jornais dos partidos originados do Partido Republicano Português.

Partido	Jornal	Líder
Partido Republicano Português (que nunca mudou de designação), mas a fação ficou conhecida por Partido Democrático.*	<i>O Mundo</i> (existia desde 1900)	Afonso Costa
Partido Republicano Evolucionista* [Moderado, ideologicamente situado à direita do PRP.]	<i>República</i> (existia desde 1911)	António José de Almeida
União Republicana (também designado por Partido Unionista) [Ideologicamente situado à direita do PRP e do PRE.]	<i>A Luta</i> (existia desde 1906)	Brito Camacho

Fonte: Elaboração própria.

*PRP e PRE fundir-se-ão no Partido Liberal Republicano, em 1919, que duraria somente até 1921.

Num momento de grande instabilidade política e social, em 1912, o campo republicano desagregou-se. Três partidos emergiram do PRP, cada um com o seu jornal (**cf. tabela 42**). Corolário: os partidos não sobreviviam sem um periódico que fosse a sua voz pública. Mas nenhum periódico, mesmo que erguido sobre bases empresariais sólidas, sobrevivia sem colocar o acento tónico na informação nova sobre assuntos notáveis, isto é, no que era *notícia*, mesmo que fizesse leituras políticas da atualidade.

5.9 A imprensa portuguesa ao tempo da Grande Guerra

Em 1914, rebentou a Grande Guerra. A imprensa portuguesa dedicou grande atenção ao conflito desde a primeira hora, devido à forte noticiabilidade do acontecimento e à probabilidade de envolvimento de Portugal. Os jornais eram alimentados pelas agências noticiosas, em particular pela Havas, e pelos enviados especiais e correspondentes, o que gerou um enviesamento noticioso a favor dos Aliados e a cedência à propaganda francesa e à propaganda inglesa. Não raras vezes, os jornais publicavam conjecturas despropositadas, o que levou Basílio Teles (1914, p. 10) a protestar contra os “generais das redações”. Notava-se, não obstante, por parte dos jornais portugueses, a intenção de seguir, noticiosamente, o conflito, que se tornou o assunto central dos principais jornais.

Folheando-se esses periódicos nota-se que, tal como ocorrera durante a Guerra Franco-Prussiana de 1870/1871, os diários nacionais noticiaram acriticamente as “notícias” (falsas) fabricadas pelo *Bureau de la Presse* francês e difundidas pela Havas que davam conta de infindáveis êxitos franceses e belgas e de inúmeras atrocidades cometidas pelos alemães. Por isso, foi, com surpresa, recebida a notícia que as tropas alemãs se encontravam próximo de Paris — onde foram travadas na hecatombe do Marne.

Só o *Comércio do Porto*, que tinha por correspondente em Berlim o académico alemão Edward Engel, destoou um pouco do unanimismo informativo da imprensa portuguesa, quando, a 16 de setembro de 1914, publicou uma carta de Engel na qual ele alertava para a necessidade de não se publicarem “sem comentários” as notícias oriundas de Londres e Paris, que punham os belgas e os franceses a vencer os alemães, mas somente “no papel”.

Mal o conflito começou, os principais jornais portugueses — dotados, já, de redes internacionais — acionaram os seus correspondentes e colaboradores internacionais. Luís da Câmara Reis [Reys]¹⁹³, correspondente de *A Capital* em Berlim; José Augusto Correia e outro indivíduo que assinava E. C., correspondentes do *Diário de Notícias* em Paris; Paulo Osório¹⁹⁴, correspondente de *O Século* em Paris, cidade onde este jornal tinha delegação (**figura 128**); um indivíduo que assinava J. M. e que, encontrando-se em Portugal, regressou, apressadamente, a Paris, quando a guerra rebentou, onde era correspondente de *O Comércio do Porto*; Henrique Coimbra, um colaborador de *O Primeiro de Janeiro* na Alemanha; Arnaldo Braga, um estudante de Medicina Dentária que era correspondente do mesmo jornal em Paris; um sujeito que assinava M. A. e colaborava com o *Comércio do Porto*, em Bruxelas; José Xavier de Carvalho¹⁹⁵, correspondente do *Jornal de Notícias* em Paris, narraram aos portugueses o que se sucedia nas capitais francesa, belga e alemã e, indiretamente, as notícias — frequentemente falsas — do que eles próprios iam sabendo pela imprensa dos países beligerantes em que residiam. Fizeram notar, não raras vezes, nas suas notícias, o aumento da desconfiança em relação aos estrangeiros e os ataques cometidos contra o seu património, especialmente se eram oriundos de países inimigos¹⁹⁶.

193 Luís da **Câmara Reis** (1885-1961), cujo nome se grafava, à época, Reys, foi um jornalista e professor português. Fez parte do grupo de fundadores da revista cultural *Seara Nova*. Dirigiu o jornal *A República Portuguesa* (1910-1911), colaborou com as revistas *Ilustração Portuguesa* e *Serões* e ainda com vários periódicos culturais. Link biográfico: https://pt.wikipedia.org/wiki/Lu%C3%ADs_da_C%C3%A2mara_Reis.

194 **Paulo Osório** (1882-1965) era estudante de Medicina quando se embrenhou no jornalismo. Foi diretor do jornal regenerador-liberal *Diário Ilustrado* nos finais da Monarquia e colaborou com outros periódicos. Em novembro de 1913, Silva Graça nomeou-o correspondente de *O Século* em Paris, tendo-lhe dado o encargo de criar uma agência do jornal — a primeira de jornais portugueses no estrangeiro — na capital francesa. Durante a Grande Guerra, desempenhou, também, as funções de adido de imprensa da Embaixada de Portugal em França. Depois da guerra, desempenhou funções de correspondente do *Diário de Notícias* em Paris e diretor do jornal *Paris-Notícias*, versão francesa do DN. Foi membro das direções da União Internacional da Imprensa e da Associação da Imprensa Latina, presidente do Comité Colonial Internacional da Imprensa e fundador da Associação de Jornalistas de Língua Portuguesa em França. Link biográfico: <http://livro.dglab.gov.pt/sites/DGLB/Portugues/autores/Paginas/PesquisaAutorres1.aspx?AutorId=8650>

195 **José Xavier de Carvalho** (1861-1919) foi um jornalista português. Na sua juventude, fundou e dirigiu vários periódicos republicanos (*O Norte Republicano*, *O Combate*, *Estado do Norte*), cada um mais radical do que o outro. Em 1886, partiu, com o jornalista Mariano Pina, para Paris. Tornou-se secretário redator da célebre revista ilustrada *L'Illustration* e correspondente de *A Província* (um jornal do Porto), mas, em breve, estendeu as suas colaborações a outros periódicos, entre os quais o *Jornal de Notícias*, *O Século* e *O Mundo*, onde assinou, sob o pseudónimo Otávio Mendes, várias “Cartas de Paris” no tempo da guerra. Guerrista convicto, soube que o seu filho, voluntário da Legião Francesa, tombara na frente de batalha, em 1915. Link biográfico: <http://arepublicano.blogspot.com/2009/10/xavier-de-carvalho.html>

196 Recorde-se que, em 1916, na sequência da declaração de guerra da Alemanha a Portugal, os cidadãos das Potências Centrais no País foram internados em campos de prisioneiros e os seus bens foram confiscados a favor do Estado. Assim se perdeu, por exemplo, parte do importante espólio fotográfico da Casa Biel, que tinha sido fundada pelo fotógrafo alemão Emílio Biel uns anos antes, no Porto.



Figura 128
Edifício da delegação de
O Século em Paris ao tempo da
Grande Guerra.

Nesse ambiente, Manuel Guimarães, fundador e diretor do diário vespertino *A Capital*, tomou uma decisão inédita: enviar o afamado repórter Hermano Neves (**cf. tabela 44**) para cobrir a guerra. Foi necessário, pedagogicamente, explicar a decisão aos leitores, no número de 29 de agosto, num texto que enfatiza aquele que se considerava ser, à época, o papel do repórter:

Hermano Neves dar-nos-á da guerra a visão portuguesa; dará movimento e vida aos seus factos, tornando-nos familiares os seus aspetos. (...) Será o anotador fiel das horas de alegria e dos instantes de desalentos. Comunicar-nos-á os entusiasmos de vitória e as enérgicas premeditações da desforra. E através do coração português sentiremos passar a epopeia da humanidade inteira. Só assim se faz história, e o jornalismo moderno é a história de todos os dias (...). Por isso mesmo, quando em qualquer país se dá um ato que interessa a todo o mundo, os jornais dos diversos países, não se contentando com a informação, embora escrupulosa, dos seus correspondentes (...), mandam, imediatamente, os seus redatores, como enviados especiais, ao teatro dos acontecimentos.

Infelizmente, Hermano Neves não foi autorizado a passar de Bordéus, de onde enviou uma crónica diária para Lisboa, dando conta do ambiente e das notícias que lhe iam chegando, mas nunca esteve na frente. Após alguns dias, voltou a Lisboa, desanimado.

Em junho de 1915, os franceses abriram a cobertura do conflito à imprensa dos países neutrais e convidaram *O Século* a mandar um enviado especial. O diretor, Silva Graça, nomeou-se a si mesmo enviado especial daquele que era o mais importante diário português em circulação e seguiu para a frente de batalha. Foi ele, portanto, verdadeiramente, o primeiro enviado especial de guerra português. Sempre acompanhado por militares franceses, integrou-se num grupo internacional com mais cinco repórteres, que foi conduzido, de carro e, depois, a pé, como uma excursão, até à frente de batalha. A sua reportagem publicada no *Século* de 18 de julho de 1915 (“*O Século* na guerra”) narra como partiu de uma zona calma onde a guerra não se notava e as tropas andavam descontraídas até começar a ouvir o som de fundo da fuzilaria e bombardeamentos, cada vez mais nítido, até chegar às trincheiras, onde as balas e obuses lhe passavam por cima e a terra tremia com o impacto dos explosivos. Atingiu a primeira trincheira, de face para os alemães. No regresso, porém, aguardava-o um bom repasto com oficiais franceses, regado a bom vinho e champanhe.

Até 1916, Portugal não se envolveu oficialmente no conflito que dilacerava a Europa, apesar dos combates travados entre tropas portuguesas e alemãs, em Angola e em Moçambique. No País, as opiniões sobre a guerra eram díspares, opondo os germanófilos aos anglófilos e francófilos, correntes que acentuavam as divisões já existentes entre republicanos, monárquicos, socialistas e outros, que se digladiavam na imprensa (e não só). No entanto, a I Guerra Mundial acabou por dar aos governos republicanos o pretexto para, em tempo de guerra, restringirem a liberdade de imprensa. Por causa dos confrontos em Angola e Moçambique, a 30 de novembro de 1914, o decreto n.º 1117 proibiu a publicação de notícias militares “sem (...) garantia de autenticidade e sem que seja guardada (...) discrição”, pelo que a imprensa ficou quase restrita à publicação das informações que lhe eram transmitidas pelo Governo. Vários jornais foram apreendidos, como aconteceu, a 23 de dezembro de 1914, com um número de *A Luta*, do “anti-guerrista” Brito Camacho, líder da União Republicana¹⁹⁷. Nesse dia, a polícia cercou o jornal de Brito Camacho. *A Luta* acabou por sair, embora sem o artigo em causa, e sob outro título¹⁹⁸: *A Notícia*. Não era caso único. O *Jornal de Notícias*, do Porto, por exemplo, tinha feito o mesmo em 1899, quando o Porto foi atingido por uma epidemia de peste bubónica.

A 9 de março de 1916, a Alemanha declarou guerra a Portugal, depois do Governo português, em conluio com o britânico, ter apreendido os navios alemães que estavam nos portos portugueses. A beligerância portuguesa serviu de pretexto ao reforço das medidas relativas à

197 *A Luta* defendia que a intervenção de Portugal na guerra deveria circunscrever-se à defesa das colónias.

198 Era uma estratégia comumente seguida pelos jornais: publicar-se com outro título para ludibriar a lei e os censores.

apreensão e suspensão de periódicos, pelo decreto n.º 2270, de 12 de março de 1916, e à imposição da censura prévia à imprensa, pela lei n.º 495, de 28 de março do mesmo ano.

A censura da imprensa teoricamente devia incidir somente sobre os segredos militares, de modo a impedir que o inimigo tomasse conhecimento de qualquer coisa que lhe pudesse ser útil. A verdade é que ela rapidamente se alarga, abarcando tudo o que contrarie o esforço de guerra e, como o Governo tem tendência a pensar que tudo o que seja contra ele é contra o esforço de guerra, a censura passa a assumir foros partidários. A prática seguida na altura era a de deixar um espaço em branco (...) onde tivesse sido feito um corte, pelo que, com o correr do tempo, os jornais não governamentais passam a ter cada vez mais espaços em branco — era a chamada “epidemia de bexigas” (...). (Telo, 2010, p. 339)

O Governo republicano terá visto na participação portuguesa no conflito não apenas uma maneira de unir e regenerar a Nação, dividida após a violenta deposição da Monarquia, mas também de manter as colónias, cobiçadas pelas grandes potências da época, obter empréstimos, candidatar-se a compensações de guerra, se a Alemanha fosse vencida, e evitar uma intervenção espanhola em Portugal para a reinstituição da Monarquia. Para assegurar esses propósitos, os sucessivos governos republicanos não só promoveram a propaganda de guerra junto das publicações mais permeáveis à sua influência, caso de *O Século* e da sua revista *Ilustração Portuguesa* (**figura 129**), como também promoveram publicações *guerristas*, como a revista *Portugal na Guerra* (**figura 130**), editada em Paris, e ainda apertaram o “cerco” legal à imprensa. O decreto 2308, de 31 de março de 1916, determinava que as publicações fossem apresentadas à censura em prova de página e em triplicado na localidade onde eram compostas e impressas; o decreto n.º 2538, de 31 de julho de 1916, alargava às colónias a censura prévia; o decreto n.º 3283, de 8 de agosto de 1917, determinava a composição e regulava o funcionamento das comissões de censura; a lei n.º 815, de 6 de setembro de 1917, regulava o poder dos censores, mas explicitava que a censura impediria a publicação de notícias prejudiciais à defesa “militar ou económica” ou em que se exprimissem opiniões “contra a guerra”; o decreto n.º 3353, de 8 de setembro de 1917, regulava o número máximo de páginas dos jornais, por dia da semana, sob o argumento da necessidade de diminuição do consumo de papel, dadas as “dificuldades (...) na sua importação e na de pasta para o seu fabrico”; o decreto n.º 3534, de 10 de novembro de 1917, transferiu para o Ministério da Guerra a jurisdição sobre os serviços de censura preventiva; finalmente, o decreto n.º 3544, de 13 de novembro de 1917, facultava a apreensão e destruição ou suspensão das “publicações periódicas, nacionais ou estrangeiras” nas quais se fizesse “propaganda sistemática em favor dos inimigos ou tendente a deprimir a alma da Nação ou a honra do seu Exército”. Na sequência desta lei, as instalações de *O Liberal* foram seladas e os seus responsáveis foram presos e ameaçados de degredo. Os jornais iam protestando e saíam, muitas vezes, com espaços em branco, devido à

ação da censura. A 19 de janeiro de 1917, por exemplo, o *Diário de Notícias* acusava a censura de lhe cortar “notícias de maior interesse e importância”, com a agravante de ter deixado passar, arbitrariamente, as mesmas notícias noutra jornal lisboeta.



Figura 129
Exemplo de infopropaganda iconográfica pró-guerra na revista *Ilustração Portuguesa*. Fonte: *Ilustração Portuguesa*, 11 de junho de 1917 (reprodução da capa). Créditos da foto: Joshua Benoliel.



Figura 130
Capa de um número da revista infopropagandística oficial *Portugal na Guerra*, editada em Paris. Fonte: *Portugal na Guerra*, novembro de 1917 (reprodução da capa). Créditos da foto: Arnaldo Garcês.

A preparação do Corpo Expedicionário Português, em Tancos, culminada na parada de Montalto, a 22 de julho de 1916, e os treinos das forças portuguesas foram cobertos por vários repórteres, como Oldemiro César, de *O Século*; Adelino Mendes e Hermano Neves, de *A Capital*; e os fotojornalistas Joshua Benoliel e Arnaldo Garcês, que trabalhavam para várias publicações, com destaque para a *Ilustração Portuguesa*. As reportagens dos dois primeiros seriam compiladas na apologética obra *Cooperação de Portugal na guerra europeia: o milagre de Tancos*, prefaciada pelo comandante naval Leote do Rego. Seria o jornalista Adelino Mendes a designar por “milagre” a preparação das forças portuguesas e por “paulona” o amontoado

de tendas de pau e lona das tropas portuguesas — epítetos que perduraram, para gáudio dos propagandistas do Governo da República, com o ministro Norton de Matos à cabeça. As fotografias de Benoliel e Garcês, publicadas na imprensa da época, em especial na *Ilustração Portuguesa*, enfatizaram, visualmente, o “milagre” da preparação para a guerra, em tempo recorde, das Forças Armadas portuguesas (**figuras 131 e 132**).

O envolvimento direto de Portugal na I Guerra Mundial e a partida do Corpo Expedicionário Português para o teatro de guerra europeu teve uma consequência positiva para a imprensa: o aumento generalizado das tiragens e da circulação de jornais e revistas informativas, embora as notícias da frente de batalha, em alguns casos elaboradas pelos enviados especiais e correspondentes, fossem sujeitas à censura militar. A instabilidade política, social e militar que agitou Portugal durante a I República aumentou o interesse do público pelos jornais e revistas e consolidou, consequentemente, a tendência para a aparição de novos periódicos e para o aumento sustentado das tiragens e da circulação de jornais.

No entanto, o aumento do preço do papel e da tinta, entre outros bens, gerou desentusiasmo quando se tratou de mandar enviados especiais cobrirem a ação do Corpo Expedicionário Português. Apenas *A Capital* e *O Século*, na sequência do que já haviam feito dois anos antes, mandaram jornalistas para o teatro dos acontecimentos.

O eleito de *A Capital* foi o repórter Adelino Mendes¹⁹⁹, que partiu para França no rigoroso Inverno de 1917. Em Brest, teve a sorte de encontrar um grupo de oficiais portugueses que o deixaram entrar no cais, para assistir ao desembarque do primeiro navio de tropas portuguesas, que descreve, em reportagem publicada a 14 de fevereiro de 1917, com algum empolgamento e sem os pormenores desagradáveis, apesar de se saber que os soldados, além de terem enfrentado condições tenebrosas de transporte, iam mal equipados, cheios de frio e, muitos deles, doentes — estes seguiram diretos do porto de Brest para os hospitais, facto, evidentemente, ocultado da peça (até porque a censura não autorizaria a sua publicação).

Noutra matéria, publicada a 18 de fevereiro, Mendes narra o seu encontro com prisioneiros de guerra austríacos e alemães que trabalhavam nas obras. Autorizado a visitar a frente de batalha, acompanhado por um oficial britânico, ainda se cruzou com tropas portuguesas (“Para o front”, 11 de março de 1917), que encontrou desalentadas e sem roupa suficiente para enfrentar o inverno, facto que também autocensurou e só revelou nas suas memórias (Mendes, 1956). Aliás, pouco ou nada escreveu mais sobre as tropas portuguesas,

199 **Adelino Mendes** foi jornalista de *A Capital* e, depois, de *O Século*, jornal para o qual cobriu, por exemplo, os Jogos Olímpicos de 1928. Dizia-se dele que era o homem que servia o patrão criando reputações aos seus amigos e destruindo, impunemente, as dos seus inimigos. Sinal da reputação que Mendes tinha entre os seus camaradas, o jornalista Artur Inês, subchefe de redação do jornal *República*, dá o nome Adelino Mendia a um personagem do seu romance policial *Torel-Norte*, 5853, que caracteriza como “um renegado, com algum talento e muitas ambições, que escrevia com a ponta de uma navalha, a coberto de uma impunidade infame”. Não é preciso muita imaginação para identificar a pessoa que inspirou a personagem.



Figura 131
Preparação do Corpo Expedicionário Português em Tancos. Fonte: *Ilustração Portuguesa*, 22 de maio de 1916. Créditos: Joshua Benoliel.

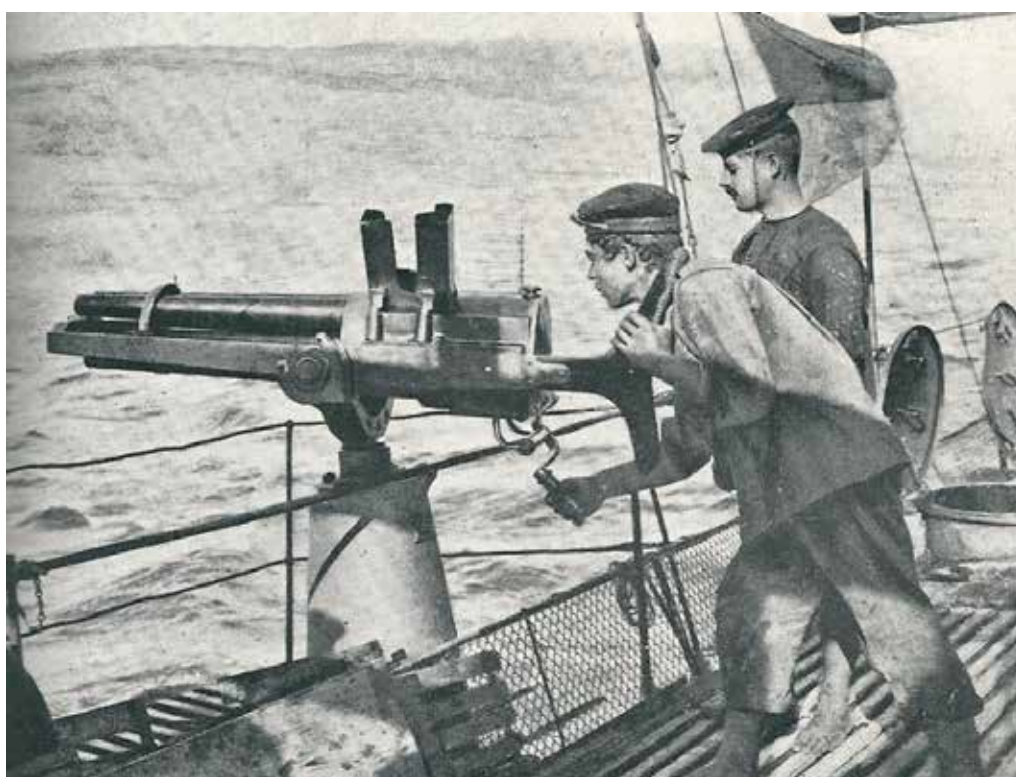


Figura 132
Exercícios da Armada. Fonte: *Ilustração Portuguesa*, 12 de junho de 1916. Créditos: Arnaldo Garcês.

possivelmente porque foi censurado pelo próprio comando português. Mas narrou, em várias reportagens sensacionais e cheias de interesse humano, para *A Capital*, a sua visita às trincheiras inglesas, incluindo as que tinham sido anteriormente ocupadas pelos alemães antes da sua retirada estratégica para a linha Siegfried. Por entre a descrição dos espaços, refere pormenores dramáticos e tenebrosos — a destruição, os obuses e balas sibilantes, as explosões, os bombardeamentos de artilharia, um tanque de guerra (recém-inventado), o sobrevoo dos aviões militares, os feridos e os cadáveres, os restos de corpos dilacerados (narra, inclusivamente, que escorregou e caiu por cima de um intestino humano) e os inúmeros cemitérios militares de todas as potências beligerantes.

O Século associou-se à Agência Americana de Notícias para mandar António de Almada Negreiros²⁰⁰ para França, como enviado especial do jornal. As suas reportagens, publicadas em *O Século* entre maio e agosto de 1917 e, mais tarde, compiladas no livro *Portugal na Grande Guerra — Crónicas dos campos de batalha* (Negreiros, 1917), não se afastam do diapasão fixado por Adelino Mendes, mas, ao contrário deste, Negreiros viu-se envolvido em vários combates de certa dimensão, que narrou em prosas impressionantes, chegou a ser alvejado pelos alemães (mas não ficou ferido) e conseguiu voar num avião militar, proeza e sensações que contou aos seus leitores. Contornou a censura dando uma imagem algo idílica da situação das forças portuguesas e aliadas em França. No final de 1918, quando a Grande Guerra se aproximava do fim, ainda foi enviado pelo *Século*, em articulação com a agência de notícias britânica Exchange Telegraph, para cobrir a frente italiana, onde a Itália se defrontava com o Império Austro-Húngaro na região montanhosa dos Alpes, um cenário da conflagração bastante diferente das trincheiras. Mas poucos dias permaneceu no local e já quase não presenciou combates que pudesse reportar. Curiosamente, já perto do final da guerra, o trabalho de Almada Negreiros para *O Século*, bem como o de outros enviados especiais, foi violentamente criticado pelo escritor, jornalista e militar combatente André Brun.

Augusto de Castro²⁰¹ substituiu Almada Negreiros como enviado especial de *O Século* a França, em outubro de 1917. Almada Negreiros foi destacado para acompanhar a visita de Estado do Presidente Bernardino Machado a França e a Londres, a primeira de um Presidente de Portugal ao estrangeiro, seguindo com o chefe de Estado. Essa viagem foi aproveitada pela propaganda portuguesa e teve grande repercussão na imprensa nacional.

As reportagens — igualmente impressionantes — que Augusto de Castro enviou para *O Século* não primam pela novidade em termos estruturais e estilísticos: a mesma descrição da viagem

200 **António Lobo de Almada Negreiros** (1868-1939), que não deve ser confundido com o artista homónimo, seu filho, foi jornalista, escritor, ensaísta, poeta e funcionário público. Teve a seu cargo os serviços da propaganda portuguesa em Paris, onde foi vice-cônsul de Portugal. Como jornalista, colaborou, designadamente, com *O Século*. Link biográfico: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ant%C3%B3nio_Lobo_de_Almada_Negreiros.

201 Ver nota biográfica na tabela 44.

até às trincheiras, controlada periodicamente por sentinelas, temperada pela descrição de pormenores como a camponesa francesa que namoriska um soldado português e lhe atira um “obrigado”; a mesma descrição do barulho surdo provocado pelo troar dos canhões que se ia intensificando à medida que a viagem progredia; o sobrevoo dos aviões militares; e a descrição das trincheiras à medida que, sempre acompanhado por militares — como os restantes repórteres — ia progredindo até à linha da frente. E também o onnipresente som das balas. E, à noite, a iluminação artificial por *very lights* e a intensificação do bombardeio da artilharia. No entanto, da sua prosa emergem expressões que a censura deixou passar e que revelam uma forte impressão negativa sobre as duras condições que, sem equipamento condigno, os soldados do Corpo Expedicionário Português enfrentavam. Chamou “tocas de trogloditas” aos abrigos escavados pelas tropas nas laterais das trincheiras e descreveu os soldados na lama das trincheiras como “vermes rastejando sobre o lodo”. Durante um minuto, com a cabeça entre as proteções de madeira sobre o parapeito, pôde observar a terra de ninguém e a linha da frente alemã. Descreveu, igualmente, um pequeno duelo entre a artilharia portuguesa e a alemã, iniciado pelas forças portuguesas somente para ele ver (!). Mais tarde, deter-se-ia na descrição da retaguarda. Refere-se aos imigrantes chineses que trabalhavam nas estradas e ferrovias; a uma estação de caminho-de-ferro erguida somente para escoar os contingentes para as trincheiras; aos acampamentos das tropas e à ação das organizações de apoio.

Também Augusto de Castro (1918) compilou em livro as reportagens que remeteu da frente para *O Século*, intitulando-o *Campo de ruínas — Impressões da guerra*. O título evocava a destruição que o comovera e a perspetiva impressionante — portanto, subjetiva — que adotou na narrativa.

Hermano Neves partiu, novamente, para França, em outubro de 1917, como enviado especial de *A Capital* e, desta segunda vez, também do *Diário de Notícias*. Pôde, finalmente, alcançar a linha da frente, impressionando-se, durante a viagem, com a ausência de sinais de guerra nas cidades e nos campos que ia atravessando até já estar bem próximo da frente de batalha, tal como Silva Graça também descrevera. Já perto da frente, descreve os balões antiaéreos, o fumo e o retumbar dos canhões. O som da guerra deve ter impressionado os repórteres portugueses que visitaram a frente de batalha, sem exceção, já que todos fazem referência ao barulho crescente da artilharia à medida que se aproximavam das trincheiras.

Neves acompanhou, seguidamente, a visita presidencial de Bernardino Machado, um trunfo diplomático e político do Governo da República Portuguesa, que teve bastante eco na imprensa do País. Descreve o cenário de destruição e conflagração que presenciou o Presidente de Portugal na sua visita à frente de batalha e ao setor português das trincheiras e os movimentos da aviação inimiga e aliada. Em certos momentos, analisa a situação — algo inédito entre os repórteres nacionais que visitaram a frente. Dá conta, nomeadamente, da estratégia defensiva das tropas portuguesas.

Em abril de 1918, o Corpo Expedicionário Português foi devastado por uma ofensiva alemã na batalha de La Lys, iniciada a 9 do mesmo mês. Almada Negreiros, que ainda se encontrava na frente de batalha, descreveu, falsamente, para *O Século*, a hecatombe, como um simples recuo estratégico das forças portuguesas, que teriam, no processo, infligido “grandes perdas ao inimigo” (“No setor português”, *O Século*, 12 de abril de 1918). Bem mais verdadeiro foi André Brun, que descreveu, cruamente, o que sucedeu ao CEP, a partir da sua própria experiência como oficial combatente na frente de batalha, num impressionante texto somente publicado quase no final da guerra (“O mosqueiro da batalha”, *A Capital*, 22 de outubro de 1918).

O último repórter português a visitar a frente de batalha foi o militar e jornalista Mário de Almeida²⁰², enviado especial de *A Capital*, já depois do desastre de la Lys. Teve no entanto de ultrapassar mil e uma dificuldades levantadas pelas autoridades portuguesas. Alimentando, propagandisticamente, a ficção de ainda existir um setor português na frente, quando, na verdade, o que restava do Corpo Expedicionário Português eram tropas dispersas, desalentadas e sempre perto da total insubordinação, obviamente não interessava às autoridades nacionais deixar um repórter coscuvilheiro desvelar o que se passava. Também ele reuniu as 32 crónicas (“Cartas de França”) que publicou em *A Capital* entre julho e dezembro de 1918 num livro, intitulado *O clarão da epopeia* (Almeida, 1919). Nas peças, descreve o ambiente na capital francesa e outras cidades da retaguarda, cheia de tropas francesas, inglesas e americanas. Narra a sua única visita à frente de batalha, igualmente com pormenores impressionantes, detendo-se nos sons da fuzilaria, na descrição das trincheiras e das personagens com que se cruzou, incluindo um esgazeado alemão capturado, levado para a retaguarda por dois camaradas ingleses quase tão destroçados quanto ele. As reportagens dos jornalistas portugueses que visitaram as trincheiras estão, efetivamente, cheias de detalhes que, adicionando-lhes *interesse humano*, comovem o leitor. Os jornalistas portugueses já dominavam perfeitamente técnicas de reportagem na alvorada do século XX.

Integrado nas Forças Armadas, Arnaldo Garcês²⁰³ documentou, fotograficamente, a presença das forças portuguesas em França, durante a I Guerra Mundial, e as visitas dos dignitários do Estado Português, tendo, nomeadamente, acompanhado o Presidente Bernardino Machado na sua visita de Estado a França e a Inglaterra — a primeira feita por um Presidente da República Portuguesa (**figuras 133, 134 e 135**). As suas fotografias, amplamente difundidas pela imprensa, nomeadamente pelas revistas *Ilustração Portuguesa* e *Portugal na Guerra*, terão contribuído, a seu modo, para, em consonância com os interesses propagandísticos dos

202 **Mário de Almeida** (1889-1922) foi oficial do Exército, escritor, professor e jornalista. Colaborou com *A Capital* e *A Vida Artística*. Esteve exilado no Brasil depois do assassinato de Sidónio Pais (dezembro de 1918) e regressou a Portugal, em 1920. Link biobibliográfico: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/EFEMERIDES/IGuerraMundial/IGuerraMundial_monografias_4OClaraodaEpopeia.htm

203 Ver nota biográfica na tabela 44.

governos republicanos, dar uma imagem positiva da intervenção militar portuguesa no teatro de guerra europeu e dos líderes do País e das tropas.



Figura 133

A cidade Paulona (de pau + lona), acantonamento de retaguarda das tropas portuguesas, e o quotidiano no *front*. Fonte: *Portugal na Guerra*, outubro e novembro de 1917. Créditos: Arnaldo Garcês.

Dois correspondentes da imprensa portuguesa merecem ser citados à parte, porque foram militares combatentes que verteram nas suas crónicas e reportagens a sua experiência direta do conflito.

O primeiro é Lapas de Gusmão²⁰⁴. Correspondente de *O Século*, abasteceu regularmente este diário com matérias da guerra em Angola e, depois, em França, onde combateu, que reuniu nos livros *Visão da guerra* (Gusmão, 1932) e *A guerra no Sertão* (Gusmão, 1935).

204 Militar, jornalista, ensaísta, dramaturgo, Joaquim **Lapas de Gusmão** nasceu em 1886 e faleceu em 1962. Colaborou com os jornais *A Pátria*, *A Capital*, *Luta*, *O Século* e *Diário de Notícias*, cuja redação integrou. Combateu em Angola e em França, com a patente de tenente, tendo-se tornado, durante a Grande Guerra, correspondente de *O Século*.



Figura 134

O ministro da Guerra, Norton de Matos, visita as trincheiras. Fonte: *Portugal na Guerra*, setembro de 1917. Créditos: Arnaldo Garcês.



Figura 135

O presidente da República, Bernardino Machado, e o primeiro-ministro, Afonso Costa, visitam combatentes portugueses feridos, em França. Fonte: *Portugal na Guerra*, novembro de 1917. Créditos: Arnaldo Garcês.

O segundo é André Brun²⁰⁵. Filho de franceses radicados em Lisboa, publicou, em revistas como a *Portugal na Guerra* e em jornais como *A Capital*, usualmente sob o pseudônimo “Capitão X”, várias crônicas sobre a vida nas trincheiras e a experiência de combate²⁰⁶. Deixou-as compiladas no livro *A malta das trincheiras — Migalhas da Grande Guerra*, lançado logo depois do término do conflito (Brun, 1919), até porque a sua voz foi bastante silenciada durante a conflagração. Vinque-se, aliás, que o comando português, baseado no artigo 12.º do regulamento da censura, proibia “todas as comunicações para a imprensa ao sujeito da guerra”. Nesse livro, acentua a diferença entre reportar a guerra comodamente instalado na retaguarda e reportá-la combatendo na frente: “É muito difícil para os que fizeram a guerra lutar nos campos das letras com os paisanos que a descrevem da retaguarda em livros ou (...) jornais” (Brun, 1919, p. 13).

Uma vez regressado a Portugal, André Brun contou-se entre as vozes mais críticas, quer das autoridades portuguesas que, ao contrário das forças francesas e britânicas, tinham dificultado ou mesmo impedido o trabalho dos jornalistas lusos, quer de alguns dos seus camaradas. No diário *A Manhã*, em texto opinativo sugestivamente intitulado “O suplício do silêncio”, publicado a 23 de setembro de 1918, escreveu:

Em vez de (...) uma missão de jornalistas portugueses cuidadosamente escolhidos que dissessem nas suas gazetas (...) os detalhes pitorescos da nossa²⁰⁷ existência, dificultou-se sempre, da forma mais antipática, a permanência de jornalistas no *front*.

É curioso nesse texto notar que André Brun entendia perfeitamente a necessidade de se usar a imprensa para se fazer propaganda de guerra. Infere-se das suas palavras que jornalistas portugueses “cuidadosamente escolhidos” poderiam ter feito bastante mais para propagandear o Corpo Expedicionário Português se tivessem obtido a cooperação das autoridades militares e políticas nacionais e tivessem tido fácil acesso ao setor português do *front*. Ora, um afastamento maior dos valores tradicionais da independência e neutralidade não poderia haver. Mas as circunstâncias favoreciam o posicionamento “patriótico” dos jornalistas, mesmo que, intui-se, à custa da verdade.

205 **André Francisco Brun** (1881-1926) foi um jornalista e escritor de grande relevo na sua época (*A vizinha do lado*, *A maluquinha de Arroios*, *A malta das trincheiras*...), dramaturgo e humorista. Com ascendência francesa, combateu na I Guerra Mundial com a patente de capitão, integrado no Corpo Expedicionário Português. Foi promovido a major e condecorado por feitos de guerra. Morreu vitimado por complicações da respiração de gases nas trincheiras. Link biográfico: https://pt.wikipedia.org/wiki/Andr%C3%A9_Brun e <https://www.wook.pt/autor/andre-brun/14500>

206 Integrado no Corpo Expedicionário Português em França, com a patente de capitão, Brun comandou tropas na frente de batalha.

207 Brun refere-se ao Corpo Expedicionário Português.

Na já referida matéria publicada a 23 de setembro de 1918 no diário *A Manhã*, com ironia criticou — provavelmente referindo-se a Almada Negreiros — os repórteres portugueses que teriam visitado o setor português na frente de batalha mas que ele não viu: “Constou-me que por lá tenham andado, jantando nos quartéis-generais e dando numa manhã tranquila um passeio até à segunda linha de um setor pacato”. Sobre Negreiros, especificamente, acrescentou:

restam ainda as crónicas humorísticas do Sr. Almada Negreiros, que está habituado a sentir “no aço do capacete o tamborilar dos estilhaços” — que grande pândego! — e que, na escola de gases asfixiantes, ouvia os soldados “rir e conversar alegremente dentro das máscaras” — que formidável patusco!

As críticas de André Brun aos seus superiores e ao Governo valeram-lhe a prisão, antes de ser rapidamente libertado, condecorado e promovido a major.

O poder governamental português, conforme se deduz da ofensiva propagandística e do cerco legal à imprensa que os diversos governos republicanos montaram, nunca deixou de tentar controlar o campo jornalístico, especialmente durante os duros tempos da mal-preparada participação portuguesa na I Guerra Mundial, que tão ambicionada fora pelos governos da República, na sua ânsia de legitimarem o novo regime, impedirem a reinstituição da Monarquia, protegerem as colónias e garantirem um lugar nas futuras conversações de paz. A imposição da censura prévia, por exemplo, ostracizou as posições contrárias à beligerância portuguesa e impediu a aparição pública legal de escritos que revelassem os problemas que os combatentes portugueses enfrentavam ou a atitude imoral dos oficiais das famílias do regime que em vez de permanecerem com as tropas nas trincheiras beneficiavam da boa-vida parisiense.

Intervir ou não na Grande Guerra — à escala europeia, entenda-se, já que a defesa das colónias merecia o consenso nacional — tornou-se um fator de discórdia nacional, como muito bem evoca o título do livro coletivo *Guerristas e Antiguerristas*, de 1986.

No imaginário político de então, era difícil perceber que, nas trincheiras da Flandres, se jogava a defesa da Pátria. Esta não era uma missão tradicional de defesa do território, era, em boa verdade (...), uma missão de apoio à política externa do Estado (...). (Teixeira, 2014)

Verdadeiramente, apesar dos desejos e das tentativas dos radicais republicanos do Partido Democrático — inclusivamente recorrendo à censura e à propaganda — em Portugal nunca se gerou o espírito de unidade contra um inimigo comum que se verificou em países como a França, a Inglaterra e a Alemanha.

Não foi consensual — pelo contrário e abriu clivagens profundas na sociedade portuguesa — a participação militar no teatro europeu. Estas clivagens podem sintetizar-se em três grandes fraturas: — A primeira, no seio do regime republicano, entre os partidos republicanos moderados, não intervencionistas, e o partido mais radical do republicanismo, intervencionista.

— A segunda linha de fratura, fora do sistema político, à direita do regime republicano, com os monárquicos divididos entre aliadófilos e germanófilos.

— E, finalmente, a terceira linha de fratura, também ela fora do sistema político mas à esquerda do regime republicano, com o movimento operário, o movimento socialista e o movimento anarquista, dividido entre, *guerristas* e pacifistas.

A estas clivagens na sociedade, acrescem as clivagens no interior do sistema político. E durante os anos da guerra, a República conheceu vários Governos. Todos eles com posições diferentes perante a guerra. Mais, os governos caem por causa da guerra e chegam ao poder para mudar a política de guerra. Todos com diferentes objetivos. Todos com diferentes estratégias. Sem que, por isso mesmo, Portugal pudesse ter uma estratégia nacional. (Teixeira, 2014)

Os *antiguerristas* “eram constituídos pela maioria dos monárquicos, pelos republicanos unionistas, por amplos setores do exército e (...) pela maioria do país, que se opunha (...) à participação num conflito cujas causas lhe escapavam” (Gonçalves, 1986, p. 35). Somavam-se-lhes os anarco-sindicalistas e socialistas que dominavam o movimento operário (Santos e Ribeiro, 1986; Ventura, 1986). De alguma forma, seria o campo *antiguerrista* a alimentar a revolta vencedora de Sidónio Pais, em dezembro de 1917. Entre os *antiguerristas* distinguir-se-ia o líder da União Republicana, Brito Camacho.

Entre os *guerristas* emergiam, por seu turno, os democráticos de Afonso Costa, incluindo o seu ministro da Guerra, Norton de Matos, e diplomatas e intelectuais como João Chagas, que desejavam a participação de Portugal na guerra europeia, ao lado dos aliados.

Participar na guerra ao lado da Inglaterra seria o reconhecimento da aliança e a consequente recuperação do prestígio internacional — desde que fosse a Inglaterra a enviar-nos o convite. Como a Inglaterra não estava nada interessada em fazê-lo, quer porque o nosso contributo militar seria mínimo, quer porque a nossa intervenção poderia modificar a posição neutral da Espanha (inclinando-a para o lado dos alemães), houve que forçá-la a fazer o convite. Foi uma luta diplomática que durou de agosto de 1914 a fevereiro de 1916, data em que o governo britânico — em consequência da enorme falta de navios — foi obrigado a solicitar a Portugal que, “ao abrigo da aliança”, requisitasse os barcos alemães estacionados no nosso país. (Gonçalves, 1986, p. 32)

Apesar da censura e das dificuldades, a imprensa *antiguerrista* procurou digladiar-se com a imprensa *guerrista*.

Os jornais *anti-intervencionistas* congratulam-se com os problemas do governo de *União Sagrada*. *O Dia*, monárquico, (...) é o jornal que mais provoca o governo (...), procurando evidenciar a incompatibilidade entre os evolucionistas e os democráticos, a contradição entre as leis publicadas e o espírito dos evolucionistas, explorando os fatores de oposição do exército ao governo e frisando o apoio aos monárquicos exilados, considerando que só o regresso de todos os monárquicos permitiria restabelecer a paz social em Portugal.

Os jornais *intervencionistas*, pelo contrário, continuam a apoiar ou, pelo menos, a dar o benefício da dúvida ao governo. *O Século*, por exemplo, reconhece a existência de problemas entre os pontos de vista dos partidos representados no governo, a inoperância governamental a alguns níveis, como a utilização dos navios aprendidos aos alemães e que (...) estão ao serviço dos britânicos. Mas apesar de criticar estas políticas governamentais, ou a ausência delas, continua a apoiar o governo. *O Mundo*, por seu lado, minimiza as divergências e as dificuldades, enaltecendo sempre o esforço de guerra (...) em volta do qual (...) toda a nação deve estar unida. *A Luta* que, entretanto, tem problemas com a censura (...), critica o governo e fala da necessidade de eleições. Na mesma linha acaba por atuar *O Século*, sempre favorável à política *intervencionista*, mas que, em finais de 1916, já clama por uma remodelação governamental (...). (Novais, 2013, p. 179)

A beligerância portuguesa e o envio de tropas para França indispueram grande número de militares contra os republicanos (Telo, 2010). Somadas à crise “de subsistências” e às divisões políticas que minavam o campo republicano, contribuíram para a eclosão da revolta de Sidónio Pais. O sidonismo foi, em 1917/1918, um dos sintomas do descontentamento popular, que contribuiria para o fim da I República e para a instauração de uma ditadura militar, em 1926.

Em fins de 1917, o Governo podia gabar-se de ter reunido contra si um muito vasto e anormal leque da oposição, que ia dos anarcossindicalistas mais radicais aos mais conservadores dos integralistas. O seu único apoio oficial era o Partido Democrático, mas este tinha perdido grande parte do apoio de rua das milícias civis e estava amplamente dividido. (...) O jornal *A Luta* apelava abertamente para a «libertação da tirania demagógica». (...) A enquadrar tudo isto, havia cada vez mais fome e chegavam as epidemias da pneumónica e do tifo (...). Na Cova de Iria (...) dezenas de milhares de crentes reuniam-se (...) para ouvir a mensagem que diziam ter sido transmitida por Nossa Senhora (...) ²⁰⁸. Havia uma sensação de «fim do mundo», de uma desgraça imensa que se tinha abatido sobre a terra de Santa Maria, mas havia igualmente no ar uma explosão de fé, a ideia (...) que era necessário reagir e encontrar um novo caminho. (Telo, 2010, p. 345)

208 O autor refere-se ao fenómeno de Fátima.

O novo caminho foi corporizado por um “messias” que se dispunha a implementar uma nova ordem. A 5 de dezembro de 1917, uma revolução elevou o antigo embaixador de Portugal em Berlim, major Sidónio Pais, ao poder. Norton de Matos, que liderava interinamente o governo, viu-se impotente para derrotar a revolução, que granjeou a simpatia do Povo e da Oposição. O Presidente da República, Bernardino Machado, ainda exonerou o Governo do Partido Democrático numa tentativa de evitar a divisão do exército em dois campos, mas foi destituído e exilado. O presidente do Ministério, Afonso Costa, que estava em Paris e logo regressou ao País, foi preso quando chegou a Lisboa e igualmente exilado. Foi Sidónio Pais a conduzir os destinos de Portugal até ser assassinado por um lunático, em dezembro de 1918, já depois do final da Grande Guerra.

Sidónio Pais suspendeu a Constituição de 1911, dissolveu o Parlamento e instituiu um regime presidencialista, fazendo-se eleger, posteriormente, Presidente da República, por sufrágio direto universal dos indivíduos maiores do sexo masculino²⁰⁹. A propaganda do seu regime autoritário, precursor dos autoritarismos europeus posteriores, assentou, como estes viriam a fazer, no culto da personalidade do líder, com o qual alguma imprensa colaborou (figura 136).



Figura 136
Sidónio Pais em capas da *Ilustração Portuguesa*.
Fonte: reproduções dos originais (*Ilustração Portuguesa*, 11 de fevereiro e 4 de março de 1918).

²⁰⁹ Por comparação, o Partido Republicano Português, quando subiu ao poder, na sequência da revolução republicana de 5 de outubro de 1910, reduziu o número de eleitores com o fito de manter “o estado para os republicanos” (Ramos, coord., Sousa e Monteiro, 2009, p. 584) e controlá-lo.

O governo de Sidónio Pais, por decreto datado de 9 dezembro de 1917, aboliu “as medidas tomadas pelo governo transato contra a livre publicação de jornais”, o que implicou o fim da censura prévia, e anulou as ordens de expulsão de jornalistas tomadas pelo governo anterior. Na prática, porém, manteve a pressão sobre a imprensa, por meio da repressão policial e de arruaceiros. Aliás, três portarias de 28 de dezembro de 1917, reforçadas por uma portaria, datada de 9 de janeiro de 1918, cercearam, de novo, a imprensa, já que impediam o reaparecimento de jornais que tivessem sido suspensos sem que fosse obtida nova licença para o seu funcionamento; proibiam, especificamente, “a divulgação de manifestos, moções, representações e deliberações” do Partido Democrático; proibiam a divulgação não autorizada de notícias sobre movimentações de navios e tropas, medidas de carácter militar e alterações da ordem pública; e mantinham a possibilidade de se suspenderem publicações por motivos vagos, como o recurso a “linguagem despejada”. Essas medidas dificultaram, em particular, a contrapropaganda contra o sidonismo, nomeadamente a do Partido Democrático.

A 13 de abril de 1918, na sequência da derrota de la Lys, foi restabelecida a censura prévia a notícias de natureza militar ou que pudessem afetar a segurança interna e a ordem pública. Esta legislação manter-se-á até 1919, por causa das incursões monárquicas e, em particular, da Monarquia do Norte, mas o seu alcance, dada a arbitrariedade dos censores, foi limitado por um novo decreto, datado em junho de 1918. Só a 28 de fevereiro de 1919 foi abolida, por lei, a censura prévia, mas, na verdade, ela continuava a ser aplicada em momentos de crise. Para salientarem a ação arbitrária da censura, os jornais não hesitavam em deixar as partes dos textos que eram cortadas em branco (**figura 137**).

O fim da Grande Guerra, o fim do sidonismo e o regresso ao parlamentarismo acabaram por reconduzir a imprensa, formalmente, às liberdades anteriores (**cf. tabela 42**), apesar de os jornais continuarem a ser alvo das represálias do poder.

A censura, efetivamente, continuou a ser exercida, desta feita pela Polícia de Segurança do Estado e pelos governos civis, particularmente em Lisboa, onde os ânimos políticos sempre foram mais exaltados. Os jornais operários foram particularmente visados. Em abril e maio de 1920, os periódicos *A Batalha* e *A Vanguarda*, por exemplo, foram suspensos por vários dias. *A Vanguarda* sê-lo-ia de novo em outubro de 1922, tendo por companhia os jornais monárquicos *A Palavra*²¹⁰ e *Correio da Manhã*, este fundado no ano anterior. Mesmo os poderosos *O Século* e *Diário de Notícias* foram suspensos por ocasião da tentativa de golpe de estado nacionalista de 18 de abril de 1925 (antecâmara do 28 de maio de 1926), e muitos dos jornais deste dia saíram com espaços em branco (**figura 137**) — uma estratégia usada para protestarem contra a censura.

210 Não confundir com o diário católico *A Palavra* (1872-1911), extinto na sequência da revolução republicana.

Figura 137
Primeira página do *Diário de Lisboa* de 18 de abril de 1925 com as partes censuradas a branco. Fonte: reprodução do original (*Diário de Lisboa*, 18 de abril de 1925).



Após vários conflitos com a censura, a 29 de maio de 1926, em pleno golpe militar, mas ainda com o Governo do Partido Democrático em funções oficiais, o *Diário de Notícias*, por decisão interna, não foi publicado.

Notava-se que os sucessivos governos republicanos não sabiam o que fazer com uma imprensa livre, nesse tempo verdadeiro “quarto poder”, com a qual a Monarquia (cujos governos promulgaram menos leis e decretos restritivos da liberdade de imprensa) tinha convivido, melhor ou pior, no período do rotativismo liberal, e que os republicanos sempre tinham declarado desejar, vertendo o princípio da liberdade de imprensa na Lei de Imprensa de 28 de outubro de 1910, uma das mais liberais de sempre, e na Constituição de 1911 (**cf. tabela 41**).

5.10 O interesse dos grandes grupos económicos pela imprensa

A partir de 1920, os grandes periódicos portugueses enfrentaram novo período de mudanças. A imprensa, cada vez mais um negócio, entrou na esfera dos investimentos de empresários e grupos económicos, ainda que nem sempre por motivos relacionados com a concretização de investimentos lucrativos e mais relacionados com a tentativa de controlo da

informação. Casos paradigmáticos aconteceram com *O Século* e o *Diário de Notícias*, os dois principais diários da capital e do País.

Em 1920, a empresa editora do *Diário de Notícias* foi vendida, na sequência de um escândalo social, por Alfredo da Cunha, que controlava a propriedade do jornal enquanto genro do falecido Eduardo Coelho, à Companhia Industrial de Portugal e Colónias, conhecida por Moagem (por ser resultante da fusão da Nova Companhia Nacional de Moagem com a Companhia Nacional de Alimentação), passando a constituir uma sociedade anónima, que se tornaria na Empresa Nacional de Publicidade, em 1928, ainda sob o controlo da Companhia Industrial de Portugal e Colónias. Esse controlo provocou, inclusivamente, uma crise grave na redação do DN, em 1924 (**cf. tabela 39**). Aquela corporação do ramo alimentar também assumiu, em 1922, a propriedade do jornal *O Século*, passando a controlar os dois principais diários portugueses.

Efetivamente, por volta da mesma altura em que o *Diário de Notícias* foi vendido aos moageiros, a empresa do jornal *O Século*, então a maior empresa jornalística do País, entrou em crise. Por um lado, o proprietário, Silva Graça, e o seu filho divergiram relativamente à orientação do jornal; por outro lado, a empresa foi alvo de uma ofensiva comercial conduzida pela mesma Companhia Industrial de Portugal e Colónias que tinha adquirido o DN, agastada pelas denúncias que o jornal fez dos seus abusos monopolistas. A Companhia de Portugal e Colónias haveria de obter a propriedade do matutino e restantes publicações do grupo de *O Século*, em 1922.

Entre 1922 e 1924, *O Século* teve vários diretores, entre os quais sobressaiu o jornalista e político Francisco Pinto da Cunha Leal. Em 1924, a empresa do jornal *O Século* foi vendida à União dos Interesses Económicos, uma agremiação que apoiava um golpe militar que pusesse fim ao caos político da I República. Assumiram, então, o controlo da empresa o industrial Carlos Oliveira, João Pereira da Rosa, funcionário do jornal, e o economista Mosés Amzalak, presidente da Associação Comercial de Lisboa, criando, para o efeito, a Sociedade Nacional de Tipografia. Assumiu a direção do jornal o jornalista e diplomata Henrique Trindade Coelho (manteria o cargo até 1926), ficando José Pereira da Rosa com o cargo de administrador-delegado.

Na posse da União dos Interesses Económicos, por intermédio da Sociedade Nacional de Tipografia, *O Século* apoiou o golpe de 28 de maio de 1926 e a Ditadura Militar. Mas, a 10 de novembro, a Sociedade Nacional de Tipografia desvinculou-se da União dos Interesses Económicos, assumindo, apesar dos protestos de várias das organizações representadas na União, o controlo da empresa do jornal *O Século* na totalidade.

Sob a liderança de João Pereira da Rosa, voltou o dinamismo à Sociedade Nacional de Tipografia e ao *Século*. A rede de correspondentes foi ampliada, abriram-se várias sucursais e lançaram-se novas publicações, entre as quais a *newsmagazine O Século Ilustrado* e a revista *Vida Mundial*. Ao mesmo tempo, a empresa envolveu-se em inúmeras iniciativas culturais,

populares, desportivas e de solidariedade, conforme se comprova pela reativação da Colónia Balnear de *O Século*, em 1927, e pela instalação da Feira Popular, em 1953, cujas receitas contribuíram para manter o jornal em funcionamento.

5.11 Os jornalistas e a produção de informação na I República: o triunfo do repórter

Durante a I República, prosseguiu o movimento de progressiva autonomização e profissionalização dos jornalistas portugueses, iniciada no final do século XIX. Em 1905, foi fundada a Associação de Classe dos Trabalhadores da Imprensa de Lisboa. Em 1921, essa associação organizou a primeira greve de jornalistas (e tipógrafos) em Portugal. No rescaldo da greve, reinstituiu-se como sindicato — o Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa.

A Associação de Classe dos Trabalhadores da Imprensa de Lisboa não atraiu as elites jornalísticas, mas, nas palavras de Alfredo da Cunha (1941b), foi a entidade que mais se distinguiu no socorro mútuo, tendo, no seu seio, nascido aquela que se viria a tornar a Casa da Imprensa, associação mutualista que ainda hoje subsiste. Os textos dos Boletins da Associação/Sindicato contribuíram, no dizer de Alfredo da Cunha (1941b), para explicitar quem se devia considerar profissional da imprensa, por motivos de atribuição de carteira de identidade, mas também discutiam outras questões relevantes para os jornalistas da altura, como o contrato de trabalho, as condições de exercício da profissão, as condições de subsistência dos jornalistas e jornalistas aposentados, a criação de uma escola de jornalismo, etc.

Segundo Cunha (1941b), no primeiro *Boletim do Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa*, datado de 1926, mostra-se que, segundo um documento da Direção dos Serviços das Associações Profissionais, apenas tinham existência legal, em junho de 1925, o próprio Sindicato e a Casa dos Jornalistas, que tinha sido fundada em 26 de março de 1921, devido a uma dissidência de sócios da Associação de Classe dos Trabalhadores da Imprensa de Lisboa, que se tinham oposto à sua transformação em sindicato. A Casa dos Jornalistas teve, porém, vida curta e acabou por fundir-se com a Caixa de Previdência do Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa, processo concluído em 1931.

De acordo com Alfredo da Cunha (1941, p. 34), entre 1880 e 1924 os jornalistas fundaram onze organizações de classe. Embora a maioria tenha durado pouco tempo, esse dado permite observar a crescente consciencialização profissional e de classe dos jornalistas portugueses entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Mais do que isso, a fundação de entidades como a Associação de Classe dos Trabalhadores da Imprensa de Lisboa/Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa documenta a crescente proletarização da profissão de jornalista, num quadro de industrialização da imprensa, e a preponderância, também ela crescente, dos repórteres sobre os articulistas. O êxito fulgurante do

“Repórter X”, pseudónimo do jornalista Reinaldo Ferreira e título do semanário sensacionalista e popular que ele criou, em 1930, não é alheio a essa receptividade ao repórter que se observava a par da tendência para a profissionalização do jornalismo e dos jornalistas. As reportagens do quotidiano (**figura 138**) e as reportagens de guerra, na I Guerra Mundial, contribuíram para sedimentar a supremacia crescente do repórter sobre o articulista e para erigir o primeiro como modelo profissional. A reportagem triunfava como género jornalístico por excelência, em detrimento do artigo de fundo.

A **tabela 43** dá conta de vários episódios jornalísticos ocorridos na I República.

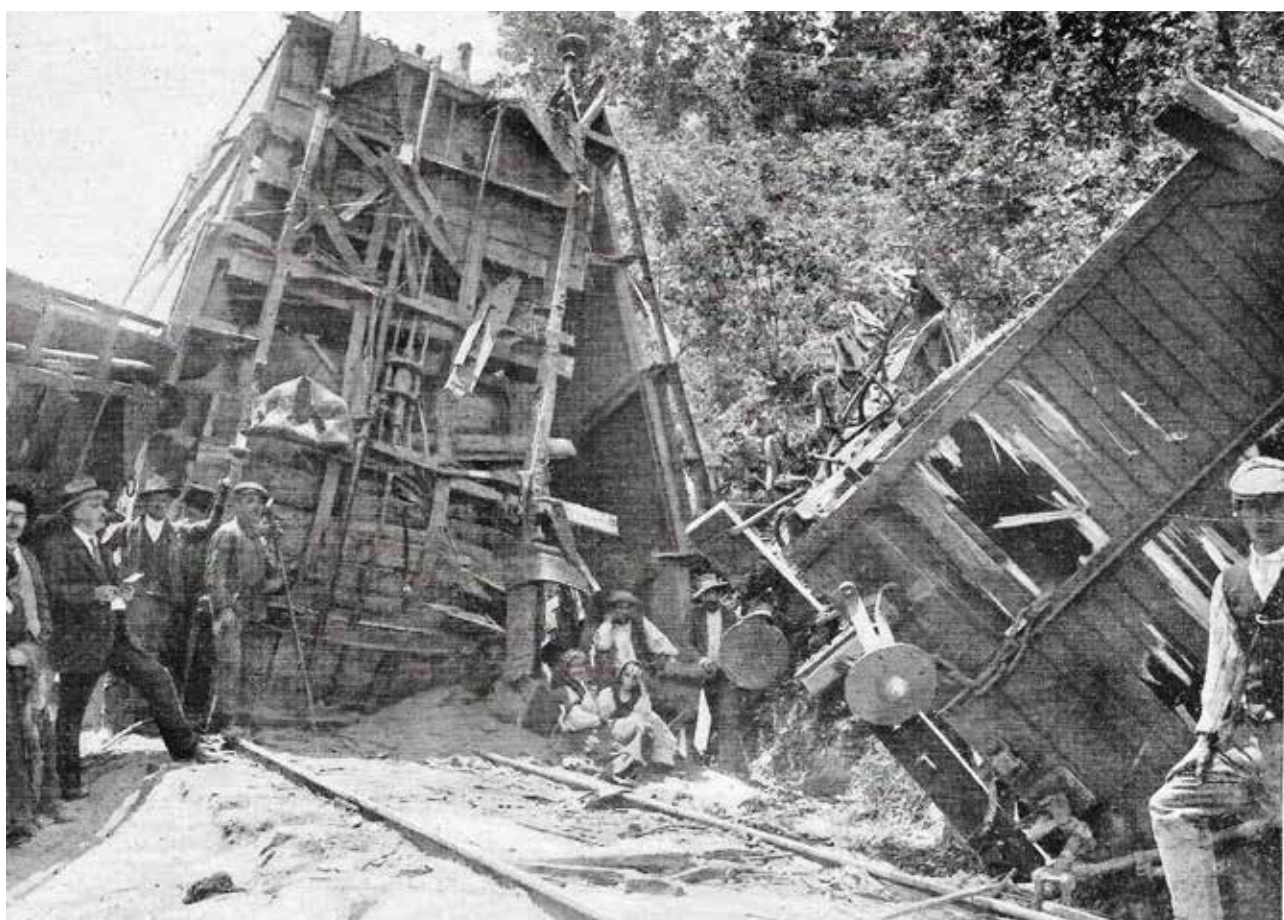


Figura 138

Repórter (à esquerda) toma notas para uma reportagem sobre um acidente ferroviário. Fonte: *Ilustração Portuguesa*, 29 de junho de 1914.

Tabela 43

Episódios jornalísticos famosos na I República.

1910 Vários A revolução de 5 de outubro de 1910	Os jornais e revistas de informação geral foram unânimes e extensos na narração da revolução republicana e no anúncio do triunfo da República ao País. O célebre jornalista e repórter Hermano Neves (pai de outro famoso jornalista, Mário Neves) — terá sido um dos primeiros jornalistas portugueses a voar num avião e em balão e a submergir num submarino da Armada, em 1915 e, novamente, em 1919, e a narrar estas aventuras — escreve uma reportagem colossal, mais tarde publicada em livro: <i>Como Triunfou a República</i>. O jornalista Jorge de Abreu, futuro diretor de <i>O Primeiro de Janeiro</i>, também deu à estampa um livro-reportagem intitulado <i>A Revolução Portuguesa — O 5 de Outubro</i>. Também o jornalista português Joaquim Leitão lançou, em livro, uma série de pequenas reportagens e entrevistas que fez para o <i>Correio da Manhã</i>, nas quais procurou mostrar como se viveu o 5 de Outubro e eventos subsequentes pelo lado monárquico. Intitulou o livro <i>Diário dos Vencidos</i>. Os jornais desse dia foram avidamente comprados e lidos. Vários lançaram sucessivas edições e suplementos. Outros não puderam publicar-se. O <i>Novidades</i>, <i>O Dia</i> e o <i>Notícias de Lisboa</i> não se imprimiram porque a Guarda Municipal impediu o trânsito das formas de composição para as tipografias. Jacinto Baptista (1966, p. 22) descreve que, ao longo do dia 5, as notícias que iam saindo eram frequentemente emotivas e inexatas, mas sensacionais. A imprensa republicana entrou em euforia; a monárquica, em disforia. O <i>Mundo</i> saudou a revolução com um enfático “Enfim!” a toda a largura da primeira página (era um jornal de grande formato com sete colunas). Nesse dia, este jornal republicano, obviamente o mais bem informado pelos seus correligionários, abriu, em primeira-mão, com o texto da proclamação da República, que ainda não tinha sido feita. Sucederam-lhe notícias diversas soltas sobre a revolução e o Governo provisório, uma reportagem cronológica, por vezes antecedida da hora precisa da informação, sobre a evolução dos acontecimentos em vários lugares, desde a perspectiva do lado vitorioso. Aparece, igualmente, uma lista de rumores relacionados com a revolução e notícias de Lisboa e vários lugares do País. Há também um apontamento de reportagem sobre a morte de Miguel Bombarda e a transcrição de inúmeros telegramas de condolências e outros conteúdos. A última página é reservada a publicidade. Uma análise detalhada de <i>O Mundo</i> e das circunstâncias históricas e jornalísticas da revolução republicana, além da transcrição integral do número de 5 de outubro de 1910 de <i>O Mundo</i>, encontra-se em Baptista (1966).
1910 <i>O Mundo, O Século e Ilustração Portuguesa</i> A fuga da Família Real	Na sequência da violenta imposição da República, a Família Real (o Rei D. Manuel II e as rainhas sua mãe e sua avó) abandonou o País, embarcando, na Ericeira, no iate “Amélia”. Um fotógrafo local, José Maria da Silva, cobriu o acontecimento. As fotografias testemunhais exclusivas que fez — as quais rapidamente vendeu a <i>O Mundo</i> e ao <i>Século</i> — foram publicadas nestes jornais republicanos e na revista <i>Ilustração Portuguesa</i>.
1914 <i>O Mundo</i> A falsa eleição de um papa português	O secretário do ministro dos Negócios Estrangeiros, cansado das fugas de informação para os jornais, nomeadamente para <i>A Capital</i> e para <i>O Mundo</i>, decidiu intoxicá-los. Encenou, então, especificamente para um funcionário do ministério, conhecido informador da imprensa, o recebimento de um telegrama noticiando a eleição de um papa português no conclave que então decorria. Deixou, ainda, os jornalistas Mário Salgueiro e Urbano Rodrigues, de <i>O Mundo</i>, que tinham ido ao ministério, escutarem um falso telefonema sobre o assunto. Na sequência desses acontecimentos, <i>O Mundo</i> deu a notícia falsa da eleição de um papa português em manchete.
1917 Vários jornais e revistas Cobertura da primeira viagem presidencial	O Presidente da República, Bernardino Machado, protagonizou a primeira viagem oficial de um Presidente português ao estrangeiro. A imprensa cobriu a deslocação do Presidente a França e a Inglaterra, no quadro da participação portuguesa na I Guerra Mundial. A <i>Ilustração Portuguesa</i> deu ampla cobertura fotográfica ao acontecimento, tal como, em França, a revista oficial <i>Portugal na Guerra</i>.

1919 <i>Diário de Notícias</i> A notícia falsa sobre ladrões de crianças em Lisboa	Um rapaz lisboeta fugiu da casa paterna durante um tempo. Uma vez identificado por um amigo da família, inventou, para justificar a sua ausência, a estranha história de que teria sido raptado por uma quadrilha que raptava crianças para as introduzir no mundo do crime. Acúrcio Pereira, então chefe de redação do <i>Diário de Notícias</i> , alertado para a história, que julgou verídica, fez com que o diário noticiasse, em primeira página, que tinha descoberto uma quadrilha de ladrões de crianças que operava na capital. Na madrugada do dia em que o jornal ia sair, convenceu a polícia a fazer uma rusga ao local onde, segundo o rapaz, a quadrilha se reunia — claro que sem sucesso.
1924 <i>Diário de Lisboa</i> A “noite sangrenta”	O jornalista Consiglieri Sá Pereira publica, no <i>Diário de Lisboa</i> , numa série de peças sequenciais, uma grande reportagem sobre a “noite sangrenta” de 19 de outubro de 1921, em Lisboa, narrando a sublevação de marinheiros que teve por desfecho o assassinato do presidente do Ministério (primeiro-ministro) António Granjo, dos históricos republicanos Machado Santos e José Carlos da Maia, do comandante Freitas da Silva, secretário do ministro da Marinha, e do coronel Botelho de Vasconcelos, antigo apoiante de Sidónio Pais, entre outros. A reportagem foi, mais tarde, publicada sob a forma de livro, em 1924, e é considerada a primeira grande reportagem realista em Portugal. A reportagem de Sá Pereira chocou os portugueses e terá contribuído, a seu modo, para legitimar o golpe de 28 de maio de 1926 e a posterior instauração da Ditadura Militar, que conduziria ao Estado Novo. “Venham ver de que cor é o sangue do porco!”, frase que, alegadamente, terá sido proferida por um dos sublevados, devidamente registada por Sá Pereira, é uma das que entrou no léxico nacional.

Fonte: elaboração própria a partir de Rosa, 2015 e 2017 e de outras fontes indicadas na bibliografia e fontes documentais.

Tengarrinha (1965, pp. 190-191) sustenta que foi o processo de industrialização do jornalismo e de gradual aumento de importância da informação sobre a opinião, conciliado com as atividades das agências noticiosas e da adoção de tecnologias como o telégrafo e o telefone, que permitiu que o repórter fosse ganhando importância sobre o redator:

Com os progressos técnicos e o melhoramento dos meios de comunicação e dos transportes, os jornais utilizam processos cada vez mais rápidos e seguros para a obtenção de notícias. À medida que se avança no terceiro quartel do século XIX, assiste-se a uma verdadeira revolução neste capítulo. Os jornais passam então a dispor de dois principais veículos informativos: para o noticiário do exterior, o telégrafo, que fora pela primeira vez utilizado ao serviço da imprensa periódica em 1845, pelo inglês *Morning Chronicle*, exemplo que foi depois seguido em todo o mundo e também em Portugal; para o noticiário local, o repórter, ou seja, já não o redator preso à sua secretária, aguardando que as notícias lhe venham cair nas mãos, mas o jornalista ágil, móvel, indo ao encontro do acontecimento para fornecer sobre ele a maior soma de pormenores possível. A grande imprensa europeia (...) inaugurara em meados do século o sistema de enviados especiais ao estrangeiro, o que só muito mais tarde é seguido pela portuguesa. Os mais importantes jornais alargam também as suas redes de correspondentes na província, os quais adquirem maior sentido de responsabilidade. Por tudo isto, o noticiário, ao mesmo tempo que alcança maior desenvolvimento, ganha exatidão e rigor.

Nesse quadro, as rivalidades internas às organizações ilustra a divisão entre aqueles que se consideravam jornalistas profissionais (“proletários”) e os que se consideravam “cidadãos jornalistas”, ou, mais concretamente, “escritores de jornal”, que se viam a si mesmo como uma espécie de “aristocratas” do jornalismo, uma elite de literatos e publicistas. Os segundos normalmente tinham algum rendimento que lhes possibilitava viver sem dependerem do jornalismo — muitos deles eram titulares de cargos políticos, professores e altos funcionários. Os primeiros, mal pagos, muitas vezes pagos à peça, para sobreviverem tinham de colaborar com vários periódicos e, frequentemente, tinham outras atividades que lhes permitiam engrossar os magros dividendos que colhiam do jornalismo. O caso do “Repórter X” pode, mais uma vez, ser citado como exemplo. Além de colaborar, simultaneamente, com vários periódicos — o que, na altura, era considerado *normal* —, Reinaldo Ferreira foi novelista e cineasta — sendo mesmo considerado um dos pioneiros da novela policial e de mistério em Portugal e do cinema português.

Sob a responsabilidade máxima do diretor, coordenadas pelo chefe de redação, secretariadas pelo secretário de redação, as redações, entretanto, foram-se sofisticando, alargando e hierarquizando. Em alguns dos grandes jornais, os jornalistas dividiam-se já por áreas específicas, ou seja, por secções, hoje também chamadas editorias. Alguns cobriam, com vários graus de especialização, a política; outros, o desporto; outros ainda, os casos de polícia e sociedade. Mas um grande número deles era indiferenciado, podendo estar hoje a cobrir a política e amanhã um caso de polícia.

Três grupos de jornalistas coexistiam nas redações. Os redatores, os seniores da profissão, jornalistas feitos, com uma longa carreira, constituíam o grupo mais importante e mais bem remunerado. Grosso modo, corresponderiam, hoje em dia, aos editores. Seguiam-se os repórteres, jornalistas mais novos, recrutados, frequentemente, entre os jovens colaboradores que mais se salientavam, entre candidatos espontâneos e, mais raramente, entre os informadores. Os repórteres encarregavam-se, sobretudo, da cobertura dos acontecimentos e trabalhavam debaixo da responsabilidade dos redatores e da chefia de redação. Recrutados entre as mais diversas profissões — nomeadamente funcionários públicos e das grandes empresas — os informadores eram o derradeiro grupo da redação. Não sendo, verdadeiramente, jornalistas, o seu papel era levarem informações soltas para a redação, para, depois de filtradas, serem aproveitadas pelos repórteres e redatores. João de Sousa Fonseca (193_, p. 72) escreveu, sobre eles, que eram uma “legião obscura”, “cozinheiros do papelucho que, dando apenas elementos aos demais, à força de não escrever, são os únicos que parecem saber de ortografia”.

Apesar de partilharem uma das profissões mais competitivas, os jornalistas portugueses iam estabelecendo laços identitários de camaradagem, cumplicidade e amizade que, independentemente da competição pela “catcha”, uniam este grupo profissional, na vida e na morte (**figuras 139 a 152**). A sua importância social, enquanto grupo profissional, pode aferir-se pelas honras com que eram brindados (**figura 139**). A greve dos jornalistas (“da

imprensa”) de 1921, que se prolongou por 104 dias, demonstra a intensificação desses sentimentos de solidariedade profissional e reivindicação.

Além disso, independentemente da forma como abordavam o seu *métier*, os jornalistas portugueses eram reconhecidos, alguns dos quais a nível internacional. Celebrou-se mesmo, em Portugal, o 2.º Congresso da Imprensa Latina, realizado, em 1924, em Lisboa (**figura 140**), dando sequência ao que já tinha ocorrido na Monarquia²¹¹.

A abertura ténue das redações às mulheres é outro ponto importante a reter sobre os jornalistas na I República: Virgínia Quaresma e Cármen Marques consagraram-se como jornalistas profissionais nesse tempo. No Porto, distinguiu-se, no *Jornal de Notícias*, a partir de 1925, a escritora e jornalista Aurora Jardim Aranha, que se dedicou, principalmente, às notícias sobre arte.



Figura 139

O Presidente António José de Almeida despede-se dos jornalistas no término do seu mandato. Fonte: *Ilustração Portuguesa*, 6 de outubro de 1923. Créditos: Diniz Salgado.

211 Conforme já se referiu — V Congresso Internacional da Imprensa, realizado em Lisboa, em 1898. Sucedeu aos congressos de Londres (1893), Antuérpia (1894), Bordéus (1895), Budapeste (1896), Estocolmo (1897). Haveria novos congressos em Roma (1899) e Paris (1900).



Figura 140
Abertura do 2.º Congresso da
Imprensa Latina, realizado em
Lisboa. Fonte: *Ilustração Portuguesa*,
23 de fevereiro de 1924.



Figura 141
Peça da *Ilustração Portuguesa* alusiva a um passeio-convívio de jornalistas do Porto ao Bom Jesus, em Braga. Fonte: *Ilustração Portuguesa*, 11 de agosto de 1919.



Figura 142
 Alguns jornalistas do tempo da I República (c. 1920). Na foto, da esquerda para a direita: Belo Redondo, J. Ribeiro Arrobas, Magalhães Fonseca, Jorge Gonçalves, Álvaro Maia e Moutinho Almeida. Fonte: *Ilustração Portuguesa*, 16 de fevereiro de 1920.



Figura 143
 Jornalistas do tempo da I República (c. 1920). Na foto, da esquerda para a direita: Norberto Lopes, Octaviano Sá, Mário Salgueiro, Rocha Júnior, António Leitão, França Amado, Norberto de Araújo, Albino Forjaz de Sampaio, Alberto Sousa, Gustavo Sequeira e Hermano Arrobas. Fonte: *Ilustração Portuguesa*, 16 de fevereiro de 1920.



Figura 144

Jornalistas do tempo da I República (c. 1920). Na foto, da esquerda para a direita: Norberto Lopes, Octaviano Sá, Norberto de Araújo, Hermano Arrobas, Gustavo Sequeira, Mário Salgueiro e Rocha Júnior. Fonte: *Ilustração Portuguesa*, 16 de fevereiro de 1920.

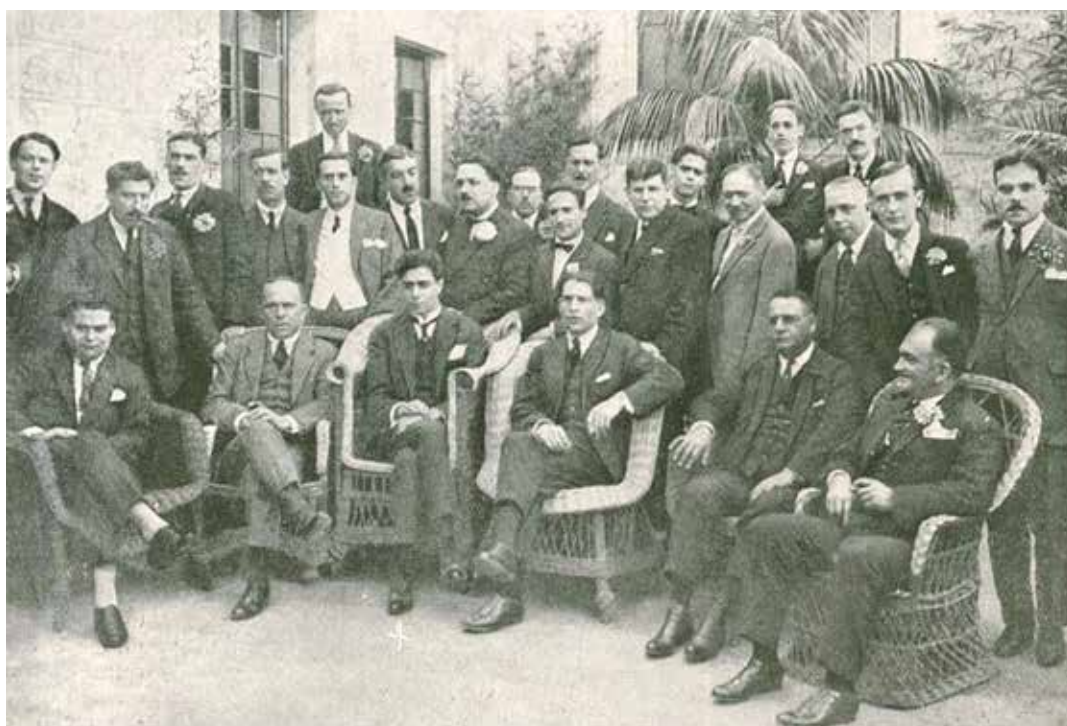


Figura 145

Almoço oferecido por outros jornalistas a Norberto Lopes. Na foto, em primeiro plano, ao centro, Norberto Lopes, rodeado, à sua direita, por Joaquim Manso, fundador e diretor do *Diário de Lisboa*, e, à sua esquerda, por Rocha Júnior²¹². Fonte: *Ilustração Portuguesa*, 2 de setembro de 1922.

212 Sobre Rocha Júnior, jornalista e mestre de jornalistas, veja-se este vídeo de uma rubrica de António Valdemar na RTP: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/rubrica-de-antonio-valdemar-sobre-rocha-junior/>



Figura 146

Elogio do jornalista Hermano Neves por motivo da publicação de *Guerra Civil*, o livro onde reúne algumas das suas reportagens sobre as incursões monárquicas. Fonte: *Ilustração Portuguesa*, 21 de agosto de 1911.



Figura 147

Almoço de homenagem dos jornalistas de *O Século* aos seus camaradas Avelino d'Almeida, Mário Salgueiro e Tito Martins, que foram ao Brasil cobrir a viagem presidencial do Presidente António José de Almeida. Fonte: *Ilustração Portuguesa*, 25 de novembro de 1922. Créditos: Diniz Salgado.



Figura 148

O jornalista Cunha Leal, diretor de *O Século*, ao centro, com Gago Coutinho e Sacadura Cabral. Fonte: *Ilustração Portuguesa*, novembro de 1922. Figura 149. Obituário do jornalista de *O Século* Francisco Inácio da Silva. Fonte: *Ilustração Portuguesa*, 18 de novembro de 1918.

Francisco Inacio da Silva

Francisco Inacio da Silva, correspondente do *Seculo* em Santarem e um dos seus mais devotados cooperadores, faleceu na madrugada de 7 d'este mez. Durante algum tempo trabalhou em Lisboa, na redação, onde se fez estimar devêras pela sua competência, atividade e caracter lealissimo, tendo de deixar o seu logar de *reporter* e de voltar ao de correspondente, que exercia n'aquella cidade, desde



Francisco Inacio da Silva

viajava no *Pio IX*, por telegrama para ali expedido pela policia hespanhola.

Pesava sobre o principe a accusação de se ter apropriado de um precioso album de estampilhas, pertencente a D. Manuel Castilhos.

O caso fez enorme ruido no nosso paiz, não só pelos antecedentes e pelas pessoas que n'ele figuravam, como pelas peripecias que se dêram desde que o principe desembarcou em terra por-



O principe Alexis, a bordo
(Cliché de F. I. da Silva, reproduzido por zincografia no *Seculo* de 18 de setembro de 1902.)

fundação do *Seculo*, porque a isso o obrigou o reumatismo. Mesmo de Santarem, Francisco Inacio da Silva nem um só dia deixou de mandar para o *Seculo* noticias. Quando não as havia na cidade, que ele amava com ardor, defendendo todos os seus interesses e pugnando pelos seus melhoramentos com uma tenacidade rara de encontrar, re-

buscava-as em todo o distrito para que o *Seculo* nunca deixasse de falar de Santarem. Entre a sua cidade querida e o *Seculo* dividia ele os seus melhores cuidados e todo o seu tempo.

Quando se encontrava com os seus antigos companheiros, a par das recordações dos trabalhos em comum, falava-se sempre das grandes reportagens do *Seculo* em que ele tomara parte. A primeira, que ele auxiliou com a sua pena e com a sua maquina fotografica, foi a do desembarque em Vila Real de Santo Antonio e condução para Lisboa do principe russo Alexis Crètchiet, preso em Las Palmas, quando

lugueza. A reportagem começada em Vila Real pelo distinto e dedicado correspondente do *Seculo* n'aquella vila, sr. João Severino Rocha da Conceição, foi continuada com grande successo por Luiz Cardoso, então redactor do *Seculo* e dos mais cotados jornalistas, hoje secretario da empresa do teatro «São Luiz», e por Francisco Inacio da Silva, *reporter*. A maneira, por que os dois se houveram, foi entusiasticamente apreciada, marcando nos annos da nossa reportagem jornalística. Em todos os seus triunfos de *reporter*, ninguém como ele conservava um ar sinceramente modesto e despretençioso, o que ainda mais estimado o tornava de quantos trabalhavam com ele e que, por isso mesmo, procuravam sempre pôr em relevo os seus meritos em vez de os depreciar. A *Ilustração Portuguesa* tambem perde no saudoso extinto um amigo e um colaborador. Por isso registamos essa perda com o mais profundo pesar.



Na estação do Barreiro
(Reproduzido do cliché de F. I. da Silva).



Em Vila Real de Santo Antonio
(Reprodução de um cliché do sr. João Severino Rocha da Conceição).

Figura 149

Obituário do jornalista de *O Século* Francisco Inácio da Silva.



Figura 150
Obituário do diretor de *A Vanguarda*, Faustino da Fonseca. Fonte: *Ilustração Portuguesa*, 11 de novembro de 1918.



Figura 151
Obituário do jornalista Gregório Fernandes, secretário de redação de *A Manhã*. Fonte: *Ilustração Portuguesa*, 27 de janeiro de 1919.



Figura 152
Funeral do coproprietário do *Diário de Notícias*, Eduardo Coelho (Jr.), em 1918. Fonte: *Ilustração Portuguesa*, 9 de dezembro de 1918. Na foto, à direita do caixão, surgem os jornalistas Rafael Ferreira, do *Jornal do Comércio*; Luís Trigueiros, do *Diário Nacional* (terceiro a contar da esquerda) e Luís Derouet, de *A Manhã*; à esquerda do caixão, posicionam-se Cruz Moreira, do periódico humorístico *Os Ridículos*; José (Silva) Graça, filho de Silva Graça, do *Século*; e António Santos, de *A Ordem* e *O Liberal*. Créditos: Diniz Salgado.

Tabela 44

Alguns personagens da imprensa portuguesa das primeiras décadas do século XX.

Acúrcio [Acúrsio] Pereira (1891-1978)	Jornalista. Começou a carreira no jornal <i>O País</i> e prosseguiu-a na <i>Capital</i>, um jornal político-noticioso arejado e moderno, republicano, mas pobre e relativamente malsucedido, antes de chegar ao <i>Diário de Notícias</i>, em 1911, do qual foi secretário de redação e chefe de redação. Em 1924, quando o diretor do DN, Augusto de Castro, foi nomeado enviado extraordinário e ministro plenipotenciário de Portugal em Londres, Acúrcio Pereira assumiu, interinamente, a direção do jornal. Saiu do DN nesse mesmo ano, para não ser cúmplice da administração nomeada pela Companhia Industrial de Portugal e Colónias, que o tinha comprado e queria controlar a informação. Prosseguiu a sua carreira jornalística no rival do DN, <i>O Século</i>, igualmente como chefe-de-redação, durante cerca de trinta anos, até se aposentar, nos anos 1950. Foi presidente da associação mutualista Casa da Imprensa. Deixou memórias escritas: <i>Uma no cravo, outra na ferradura</i>. Link biográfico: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ac%C3%B3rsio_Pereira Reportagem da RTP: https://arquivos.rtp.pt/conteudos/homenagem-a-acurcio-pereira/
Adolfo Norberto Lopes (1900-1989) 	Jornalista, licenciado em Direito, começou a sua carreira no <i>Século da Noite</i>, somente com 18 anos. Passou pelo <i>Pátria</i> antes de ingressar no <i>Diário de Lisboa</i>, em 1921, aquando da fundação deste jornal, do qual foi chefe-de-redação, após 1929, e diretor, apesar de ter colaboração espalhada por outras publicações, como a revista <i>Domingo Ilustrado</i>. Tornou-se notado com a reportagem sobre a primeira travessia aérea do Atlântico Sul, por Gago Coutinho e Sacadura Cabral, em 1922. Veio a distinguir-se, mais tarde, já no Estado Novo, com a cobertura da Guerra Civil de Espanha, desde Madrid. Link biográfico: https://www.newsmuseum.pt/pt/imortais/norberto-lopes https://pt.wikipedia.org/wiki/Adolfo_Norberto_Lopes https://arquivos.rtp.pt/conteudos/biografia-de-norberto-lopes/ Entrevista: http://www.casaldasletras.com/Textos/NORBERTO_LOPES.pdf

António Joaquim Tavares Ferro
(1895-1956)



Escritor. Político. Diplomata. Jornalista. Adepto do Estado Novo, é conhecido por ser o homem que construiu a imagem de Salazar junto dos portugueses e por ser o propagandista do Estado Novo na sua fase inicial, à frente do Secretariado de Propaganda Nacional/Secretariado Nacional de Informação, tendo congeminado a “Política do Espírito”. Nessas funções, dirigiu a Emissora Nacional. Foi o editor oficial da célebre revista literária modernista *Orpheu* antes de se tornar jornalista. Distinguiu-se como redator principal do diário *O Jornal*, jornal sidonista, e ainda como jornalista de *O Século*, tendo dirigido, por alguns meses, a revista *Ilustração Portuguesa*, e do *Diário de Lisboa*. Colaborou, igualmente, com a revista *Ilustração*. Entre os seus entrevistados estrangeiros encontram-se Mussolini e Primo de Rivera. Fracassou na tentativa de entrevistar Hitler, apesar de se ter cruzado com o chanceler alemão e de o ter tentado entrevistar, em novembro de 1930, tendo obtido umas breves palavras que motivaram uma inglória manchete do *Diário de Notícias*: “Agitada e sensacional entrevista com Adolf Hitler”. As entrevistas foram coligidas e republicadas no livro *Viagem à volta das ditaduras*, uma das suas numerosas obras.

Links biográficos:

https://pt.wikipedia.org/wiki/Ant%C3%B3nio_Ferro

[https://www.infopedia.pt/\\$antonio-ferro](https://www.infopedia.pt/$antonio-ferro)

<https://visao.sapo.pt/atualidade/politica/2020-06-08-antonio-ferro-a-vida-controversa-do-genio-na-sombra-de-salazar-que-inventou-o-galo-de-barcelos-e-as-marchas-populares/>

<https://www.newsmuseum.pt/pt/propaganda/marcas-de-ferro>

<https://reportersombra.com/antonio-ferro-senhor-do-regime-senhor-das-artes/>

<https://seculos.wordpress.com/2015/04/15/personalidades-antonio-ferro/>

Arnaldo Garcês (1885-1964)



Fotógrafo e fotojornalista, colaborou com várias publicações jornalísticas da sua época, designadamente com as revistas *Domingo Ilustrado*, *Ilustração Portuguesa* e *Portugal na Guerra* e com os jornais *O Século* e *Diário de Lisboa*. Integrado nas Forças Armadas, documentou, fotograficamente, a preparação do Corpo Expedicionário Português e a sua ação em França, tal como a visita de Estado do Presidente Bernardino Machado a este país e a Inglaterra. Como muitos outros fotógrafos da sua época, só fez a instrução primária e foi um autodidata.

Augusto de Castro de Sampaio Corte-Real (1883-1971) 	Jurista, advogado, político, diplomata. Foi diretor do diário <i>A Província</i>, no Porto, onde iniciou as lides jornalísticas. Assumindo, em Lisboa, o lugar de deputado do Partido Progressista, tornou-se redator da <i>Folha da Noite</i> (entre 1904 e 1905), redator principal do <i>Jornal do Comércio</i> (entre 1907 e 1909) e cronista de <i>O Século</i>, jornal no qual manteve a secção “Fumo do meu cigarro”, cujas melhores crónicas seriam publicadas em livro. Tornou-se diretor do <i>Diário de Notícias</i>, em 1919, quando, por seu intermédio, o jornal foi adquirido ao seu amigo Alfredo da Cunha pela Companhia Industrial de Portugal e Colónias, permanecendo no cargo até 1924. Voltou ao cargo entre 1939 e 1945 e entre 1947 até 1971, ano do seu falecimento. Em 1939, teve uma fugaz passagem pela direção do fugaz diário <i>A Noite</i>. Foi doutor honoris causa pela Universidade do Porto. Links biográficos: https://pt.wikipedia.org/wiki/Augusto_de_Castro https://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?p_pagina=doutores%20honoris%20causa%20pela%20ou.porto%20-%20augusto%20de%20castro https://toponimialisboa.wordpress.com/2013/01/17/augusto-de-castro-duas-vezes-diretor-do-diario-de-noticias/ https://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/OsProcuradoresdaCamaraCorporativa/html/pdf/c/corte_real_augusto_de_castro_sampaio.pdf Reportagem do funeral: https://arquivos.rtp.pt/conteudos/funeral-de-augusto-de-castro/
Eduardo Frederico Schwalbach Lucci (1860-1946) 	Jornalista. Escritor. Dramaturgo. Militar. Deputado regenerador. Procurador à Câmara Corporativa no Estado Novo. Frequentou a Escola do Exército e a Escola Politécnica. Conservador da Biblioteca Nacional. Diretor e inspetor do Conservatório de Lisboa. Fundou o diário <i>A Tarde</i>, em 1889. Dirigiu o <i>Notícias de Lisboa</i>. Foi também diretor do <i>Diário de Notícias</i> entre 1924 e 1939 e entre 1945 e 1946, contando-se que adorava as mordomias inerentes ao cargo e as longas noites pelos teatros, ópera e botequins mais do que gostava dos afazeres profissionais que o cargo exigia. Colaborou, também, nas revistas <i>Brasil-Portugal</i>, <i>O Ocidente</i> e noutros jornais e revistas. Deixou escrito um livro de memórias intitulado <i>A Lareira do Passado</i>. Links biográficos: https://pt.wikipedia.org/wiki/Eduardo_Schwalbach_Lucci https://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/OsProcuradoresdaCamaraCorporativa/html/pdf/l/lucci_eduardo_frederico_schwalbach.pdf
Ernesto Belo Redondo (1900-1957) 	Escritor e jornalista. Distinguiu-se, sobretudo, como dirigente sindical dos jornalistas portugueses — um dos primeiros. Integrou as redações do <i>Diário de Notícias</i> e da revista <i>Repórter X</i>, do seu amigo Reinaldo Ferreira. Link biográfico: https://pt.wikipedia.org/wiki/Belo_Redondo

Francisco José da Rocha Martins
(1879-1952)



Jornalista. Historiador com vasta obra historiográfica. Escritor. Licenciado em Letras. Monárquico liberal, foi eleito deputado em listas monárquicas durante o Sidonismo. Aderiu à Ditadura Militar e ao Estado Novo, do qual se tornou, porém, opositor. Iniciou-se no jornalismo no *Diário Popular*, dirigido por Mariano de Carvalho, tornando-se, depois, folhetinista do jornal *A Vanguarda*, por convite de Magalhães Lima. Foi redator do *Jornal da Noite* e colaborou com a revista *Serões* antes de ingressar nos quadros de *O Século*, onde assumiu a direção editorial da *Ilustração Portuguesa*. Depois da imposição da República, colaborou com o jornal monárquico de tendência regeneradora *O Liberal*, extinto em 1911. Editou, em 1914, *Os Fantoques*, uma publicação semanal de crónica política de cariz sensacionalista e escandalosa que contribuiu para o descrédito do regime republicano, de Afonso Costa e dos democráticos. Editou uma segunda série de *Os Fantoques*, entre 1923 e 1924. Fundou e dirigiu a revista semanal *ABC*, entre 1920 e 1930. Colaborou com a revista *Repórter X*, do seu amigo Reinaldo Ferreira. Colaborou, posteriormente, com o diário *A República*, onde se destacou como opositor ao salazarismo e ao Estado Novo. Redigiu, igualmente, alguns textos para a revista *Mundo Gráfico*. Sobre a história da imprensa, deixou o livro *Pequena História da Imprensa Portuguesa*.

Links biográficos:

https://pt.wikipedia.org/wiki/Francisco_Jos%C3%A9_da_Rocha_Martins
<https://ruascomhistoria.wordpress.com/2017/05/23/hoje-fala-o-rocha-rocha-martins-jornalista-e-historiador-faleceu-faz-hoje-65-anos/>
<http://www.arquivoalbertosampaio.org/details?id=21261>
<http://dichp.bnportugal.pt/imagens/martins.pdf>

Hermano António da Silva Neves
(1884-1929)



Embora licenciado em Medicina, na Alemanha, Hermano Neves distinguiu-se como jornalista e repórter, sendo, por muitos, considerado o introdutor da reportagem escrita moderna no País, tal e qual como Joshua Benoliel foi o pai da reportagem fotográfica nacional. A sua entrada no jornalismo deu-se, precisamente, quando, enquanto jovem estudante universitário em Berlim, começou a colaborar com o *Diário de Notícias*, como correspondente. Passou pelas redações de *O Dia*, *O Século* e *O Mundo*, para o qual cobriu a imposição da República, mas foi no diário *A Capital* que se consagrou. Cobriu, para *A Capital*, as inúmeras revoltas da I República e as incursões monárquicas. Chegou a ver a sua vida em perigo ao ser confundido com um espião monárquico pelos republicanos e como um espião republicano pelos monárquicos. Em 1914, foi para Bordéus, como correspondente de guerra do jornal *A Capital*, mas não pôde seguir para a frente ocidental, como era sua ambição, tendo-se ficado pela produção de reportagens e entrevistas, incluindo uma com Clemenceau. Mais tarde, cobriu a preparação do Corpo Expedicionário Português em Tancos e a visita de Bernardino Machado a França e Inglaterra. Viajou pela Europa, Brasil e África, de onde alimentou *A Capital* com reportagens e crónicas. Foi o primeiro repórter português a fazer reportagens de viagens em submarino, aeroplano e balão.

Participou, brevemente, na Grande Guerra como capitão-médico do Exército português.

Fundou, com o jornalista Herculano Nunes (com quem já tinha lançado um periódico panfletário republicano de curta duração, em 1915, o *Fora da Lei*), um jornal intitulado *A Vitória*, que é tido como uma escola da reportagem jornalística, extinto após menos de três anos de publicação.

Deixou três importantes livros-reportagem: *Como triunfou a República*, sobre a revolução republicana de 4 e 5 de outubro de 1910; *Guerra Civil*, sobre as incursões monárquicas; e *Três dias em Olivença*, sobre esta cidade espanhola, que já foi portuguesa. Outro jornalista seu amigo, Norberto Lopes, escreveu sobre ele o livro *Hermano Neves — A grande reportagem*.

Foi pai do jornalista e repórter Mário Neves, que integrou as redações de *O Século* e do *Diário de Lisboa*, sendo, também, cofundador de *A Capital*, depois do relançamento do título.

Links biográficos:

<https://www.newsmuseum.pt/pt/imortais/hermano-neves>
<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6707357>

João Paulo da Silva Veneno Freire (1885-1953) 	Escritor e jornalista. Poeta. Teve, inicialmente, formação militar, antes de se dedicar ao jornalismo, o que lhe valeu a mobilização para o Corpo Expedicionário Português na I Guerra Mundial, onde atingiu a patente de capitão. Como elemento da Cruz Vermelha, teve, no pós-guerra, oportunidade de viajar pela América do Sul, designadamente pelo Brasil, pela Argentina e pelo Uruguai. Começou a sua carreira em pequenos jornais como <i>Campo de Ourique</i> e <i>Distrito de Beja</i>. Foi redator e chefe de redação do <i>Diário Ilustrado</i>, passando, depois, para <i>A Capital</i>. Também colaborou com <i>A Ordem</i> e com a <i>Nação</i> e ainda com o <i>Jornal de Notícias</i>. Com o JN, aliás, manteria colaboração até ao final da vida. Depois da Grande Guerra, ingressou no <i>Diário de Notícias</i> e, depois, em 1925, no <i>Diário de Lisboa</i>, onde foi responsável pela cobertura do Parlamento. Uma entrevista que fez a Leonardo Coimbra, na altura ministro da Instrução, levou à demissão deste governante. Em 1932, fundou, com o coronel António Maria Coelho, o <i>Diário da Noite</i>. Reingressou, posteriormente, no <i>Diário de Notícias</i>, curiosamente não como redator, mas sim como administrador. Entre as suas obras merece destaque <i>Escolas de Jornalismo — Temas Profissionais</i> (1936), um dos primeiros livros a defender a introdução do ensino do jornalismo em Portugal (assumindo que, contrariamente ao pensamento dominante entre os jornalistas portugueses da sua época, que o jornalista pode <i>fazer-se</i> e raramente <i>nasce feito</i>). O livro também é importante porque descreve as redações ao tempo, já divididas em secções ou editoriais temáticas, e já chama a atenção para a necessidade de especialização dos jornalistas. Noutro dos seus livros, intitulado <i>Pela República — Dois anos de luta ao parapeito do Diário da Noite</i> (1934), compila alguns dos seus textos neste diário vespertino, incluindo um em que assume não ser um jornalista “independente”. Em 1939, publicou um livro comemorativo do 75.º aniversário do <i>Diário de Notícias</i>: <i>O Diário de Notícias. Da sua fundação às suas bodas de diamante</i>. Ainda publicou, em 1918, <i>Impressões de guerra — Notas de reportagem</i>, sobre a sua experiência na I Guerra Mundial e, em 1926, <i>Os margalhos da censura</i>.
Joaquim Martins Manso (1878-1956) 	Jornalista, escritor e ensaísta. Foi redator principal de <i>A Pátria</i> até 1921, ano em que fundou o <i>Diário de Lisboa</i>, jornal que dirigiu até à sua morte, em 1956. Deixou escrito <i>O Jornalismo</i>, um livro de 1942, no qual reflete sobre a imprensa. Links biográficos: https://pt.wikipedia.org/wiki/Joaquim_Manso http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Entidades/EntidadesConsultar.aspx?IdReg=68815 https://modernismo.pt/index.php/j/217-joaquim-manso-1878-1956

Mário Domingues (1899-1977) 	Jornalista e escritor, dramaturgo, tradutor, distinguiu-se, no entanto, mais pela sua atividade intelectual na defesa do anarquismo e pela produção literária, nomeadamente de romances policiais, do que pela atividade jornalística, embora fosse um repórter extraordinário. Trabalhou para a revista <i>Notícias Ilustrado</i>, do <i>Diário de Notícias</i>, na qual publicou, em três partes, a partir do número de 23 de março de 1930, uma célebre reportagem na qual, como anos antes fizera Reinaldo Ferreira, se vestiu de mendigo e palmilhou, assim, as ruas da capital, durante oito dias (sem ir a casa), para escrever sobre as duras condições de vida dos mais pobres (e ser fotografado, amiúde, para a peça). Os periódicos das primeiras décadas do século XX, antes da censura apertar, eram sensíveis aos temas sociais e o cineasta e jornalista Leitão de Barros, diretor da revista <i>Notícias Ilustrado</i>, compreendia bem o valor da reportagem participante de interesse humano, que encaixava na linha visual e dramática que tinha imprimido à publicação. Integrou a redação da revista <i>Repórter X</i>, do seu amigo Reinaldo Ferreira, da qual foi chefe. Na <i>Repórter X</i>, em 1931, levou o repórter Américo Faria a desenvolver uma reportagem como aquela que protagonizara na revista <i>Notícias Ilustrado</i>. Em 1932, tornou-se diretor da revista <i>O Detetive</i>, especializada em notícias e reportagens policiais e de crime, tendo construído, a partir desta experiência, uma profícua carreira como novelista e romancista policial. Integrou, mais tarde, a redação do diário <i>O Século</i>. Como escritor, pode apreciar-se, em especial, o seu <i>Recordações do Café Royal</i>, que frequentava, amiúde, com o seu amigo Reinaldo Ferreira. Link biográfico: https://pt.wikipedia.org/wiki/M%C3%A1rio_Domingues Ebook biográfico (autoria de Luís Dantas): https://en.calameo.com/read/000313794848aaf6bb641
Norberto Moreira de Araújo (1889-1952) 	Norberto de Araújo foi jornalista, escritor, dramaturgo, letrista de marchas populares, poeta e olisipógrafo. Frequentou o curso superior de Letras. Terá começado a sua carreira no diário republicano <i>O Mundo</i>. Integrou, posteriormente, os quadros de <i>A Manhã</i>, <i>Século da Noite</i>, <i>Diário de Notícias</i> e <i>Diário de Lisboa</i>. Colaborou, ainda, com as revistas <i>Ilustração</i> e <i>Repórter X</i>, entre outras publicações. Notabilizou-se com reportagens sobre as repercussões da Grande Guerra em Itália, o julgamento do burlão Alves dos Reis, as visitas presidenciais de António José de Almeida ao Brasil e de Óscar Carmona a Espanha, a visita a Portugal da Rainha D. Amélia. Cronista, foram da sua autoria as, ao tempo, célebres “Páginas de Quinta-Feira”, no <i>Diário de Lisboa</i>. Links biográficos: https://norbertoaraujo.org/ [website dedicado ao jornalista e escritor, com links para reportagens e outros escritos] http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/GazetaCF/1952/N1559/N1559_master/GazetaCFN1559.pdf https://pt.wikipedia.org/wiki/Norberto_de_Ara%C3%Bajo https://www.infopedia.pt/\$norberto-de-araujo https://arquivos.rtp.pt/conteudos/sabe-quem-foi-norberto-de-araujo/ http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/EFEMERIDES/NorbertodeAraujo/NorbertodeAraujo.htm https://www.wikiwand.com/pt/Norberto_de_Ara%C3%BAjo

Rafael Ferreira (1865-1952)	Jornalista. Repórter. Escritor. Funcionário da Biblioteca Nacional. Coursou o curso comercial e o curso livre de Jornalismo da Associação dos Jornalistas e Escritores Portugueses. Funcionário da administração do diário <i>O Dia</i>. Revisor de <i>A Capital</i> e de <i>O Correio Nacional</i>. Jornalista (repórter) dos diários <i>O Século</i>, <i>Jornal da Noite</i>, <i>Jornal do Comércio</i> e <i>Correio da Europa</i>. Colaborador de <i>O Comércio do Porto</i>. Deixou dois interessantes livros de memórias, intitulados <i>Nos Bastidores do Jornalismo — Memórias de Rafael Ferreira</i> e <i>Da Farsa à Tragédia</i>.
Urbano da Palma Rodrigues (1888-1971) 	Jornalista, republicano, foi jornalista e diretor de <i>O Mundo</i> no estertor da vida deste diário republicano. Mais tarde, ingressou no <i>Diário de Notícias</i>, onde teve uma brilhante carreira jornalística. Foi pai dos escritores Urbano Tavares Rodrigues, Miguel Urbano Rodrigues e Jorge Tavares Rodrigues. Link biográfico: https://pt.wikipedia.org/wiki/Urbano_Rodrigues
Virgínia Sofia Guerra Quaresma (1882-1973) 	Licenciada em Letras, Virgínia Quaresma foi a primeira grande repórter portuguesa do sexo feminino. Feminista e republicana, notabilizou-se, igualmente, pelo seu ativismo. Começou a carreira na secção “Jornal da Mulher” do diário republicano <i>O Mundo</i>, onde se notabilizou pela reivindicação de direitos para as mulheres. Foi, depois, redatora principal e secretária de redação da revista <i>Alma Feminina</i>, dirigida pela escritora Albertina Paraíso e que se tornou porta-voz oficioso do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas. Colaborou com o jornal <i>A Vanguarda</i> e com <i>O Século</i>. No <i>Século</i>, no qual ingressou, em 1908, por convite de Manuel Guimarães, notabilizou-se como repórter e chegou a chefe de Informações Gerais e Reportagens Especiais. Ao <i>Século</i> regressou, por várias vezes, ao longo da sua inconstante carreira. Foi também jornalista de <i>A Capital</i>, em 1910, quando Manuel Guimarães o fundou. Entre 1912 e 1917 residiu no Rio de Janeiro, mantendo a sua colaboração com a imprensa portuguesa e alargando-a à imprensa brasileira e luso-brasileira. A convite do diretor, Óscar de Carvalho Azevedo, dirigiu, entre 1922 e 1924, a sucursal de Lisboa da Agência Americana de Notícias, uma agência noticiosa brasileira que tinha sido criada por Olavo Bilac. Fundou uma nova agência de notícias, em 1924 — a agência Latino-Americana. Foi mentora de outras mulheres do jornalismo português, como Maria Lamas, a quem deu emprego como jornalista na Agência Americana de Notícias. Links biográficos: https://pt.wikipedia.org/wiki/Virg%C3%ADnia_Quaresma http://silenciosememorias.blogspot.com/2010/12/296.html https://www.cdofeminista.org/virginia-quaresma/ https://toponimialisboa.wordpress.com/2012/11/29/a-primeira-jornalista-portuguesa-numa-rua-de-caselas/

Fonte: elaboração própria a partir das fontes referidas na bibliografia e fontes documentais.

5.11.1 Um caso paradigmático: Reinaldo Ferreira, o “Repórter X”

Evocar Reinaldo Ferreira, mais conhecido pelo seu pseudónimo “Repórter X” (**figura 153**), é evocar a forma de se *ser jornalista* e de se *fazer jornalismo* nos tempos da I República e da Ditadura. Ele foi, aliás, com grande probabilidade, o mais famoso repórter português de sempre. Seguramente, era o mais famoso no seu tempo. Dele disse Jacinto Godinho (2011, p. 10) que era “a imagem pública e simbólica do repórter em Portugal”. João Soares (1998, p. 5) justificou a fama alcançada pelo “Repórter X” nos seguintes termos:

Numa época em que alguns temas eram tabu e o ambiente cultural teimava em marginalizar temas, estilos e universos artísticos, Reinaldo Ferreira soube abrir caminho para a dignificação de alguns deles.

E deu à reportagem jornalística uma dimensão nova que outros (...) mais tarde seguiram e a que deram o estatuto de maioridade.

Curiosamente, por muito que já se tenha escrito sobre Reinaldo Ferreira (Sucena, 1996; Rocha, 2001; Lima, 2004; Godinho, 2009: 135-170; Fava, 2010; Lima, 2017; Lima, 2018), o interesse sobre a vida e obra desta figura ímpar, complexa e polémica do jornalismo português mantém-se vivo. São vários os sinais da imortalidade simbólica que ele e a sua obra adquiriram. Por exemplo, em 1998, a Câmara Municipal de Lisboa organizou uma exposição sobre a vida e obra de Reinaldo Ferreira. E Gonçalo Pereira Rosa (2015, pp. 73-84; 2017, pp. 73-82), ainda mais recentemente, narra dois dos episódios protagonizados pelo “Repórter X” nos seus livros que narram casos históricos do jornalismo português. E as suas obras continuam a ser editadas. Em 2017, foi reeditado *O Mistério da Rua Saraiva de Carvalho*²¹³; em 2018, foi reeditada a novela policial *Punhais Misteriosos*²¹⁴; em 2019, foram reeditados os contos policiais, género que introduziu em Portugal, protagonizados pelo herói Jim Joyce, numa coletânea intitulada *As sensacionais aventuras de Jim Joyce — O ás dos detetives americanos*. Diga-se que Reinaldo Ferreira criou a personagem e ambientou os contos sem nunca ter viajado aos Estados Unidos.

Reinaldo Ferreira nasceu a 10 de agosto de 1897, em Lisboa. Apaixonou-se pelo cinema, então emergente. Com 12 anos, em 1909, já colaborava com a revista *Mundo Cinematográfico*. Em 1914, com 17 anos, entrou no diário *A Capital*, onde fez a sua primeira reportagem, sobre um incêndio. Assinou-a como R. F. Conforme escreveu Eduardo Sucena (1996, p. 29), com

213 Trata-se de uma novela policial publicada por Reinaldo Ferreira, sob o pseudónimo de Gil Góis, em 1917, em jeito de folhetim, no matutino *O Século*, ao tempo o diário de maior circulação em Portugal. A edição de 2017 é antecedida por um estudo do principal biógrafo do autor, Joel Lima.

214 Trata-se de uma novela policial escrita em Barcelona e publicada, por Reinaldo Ferreira, sob o pseudónimo de Edgar Duque, entre agosto e novembro de 1924, como folhetim, no matutino *Correio da Manhã*. Reinaldo Ferreira adaptou a obra ao cinema, mas o filme não sobreviveu.

Reinaldo Ferreira “a reportagem iria adquirir, em Portugal, uma dinâmica, um colorido, uma emoção que nunca antes conhecera”.



Figura 153

Reinaldo Ferreira, o “Repórter X”.

No diário *A Capital*, Reinaldo Ferreira criou uma secção de crítica de cinema. Em 1917, somente com 19 anos, publicou, sob o pseudónimo Gil Goes, a sua primeira “reinaldice”, uma novela policial (não se sabe se inicialmente congeminada como uma reportagem... *ficcional*), posteriormente intitulada *O Mistério da Rua Saraiva de Carvalho*, publicada, em jeito de folhetim, em *O Século*. Os leitores tomaram-na por verdadeira até o jornal revelar a verdade. A partir daí, a sua carreira estava lançada e em crescendo, permanentemente alicerçada em várias “reinaldices” (**tabela 45**), ou seja, reportagens e outras peças cheias da livre e fervilhante imaginação ficcional do “Repórter X”, que, embora lhe tenham dado uma fama ímpar no seu tempo, se afastavam, por vezes, do valor central do jornalismo — a verdade. Por alguma razão parodiavam as iniciais do seu nome como Realidade Fictícia.

Tabela 45

Algumas “Reinaldices” do “Repórter X”.

1917 O Mistério da Rua Saraiva de Carvalho	Publica, em <i>O Século</i> , sob o pseudónimo Gil Goes, a novela folhetinesca policial <i>O Mistério da Rua Saraiva de Carvalho</i> , cuja trama os leitores tomam por verdadeira até o jornal revelar a verdade. Poderá ter sido imaginada por Reinaldo Ferreira como uma “reportagem” sensacional... ainda que fictícia.
1917 Mata Hari em Lisboa	Entrevista inventada a Mata Hari. A hipotética espia teria estado em Lisboa e, claro, Reinaldo Ferreira ter-se-ia cruzado com ela. A espia ter-lhe-ia tentado fazer revelar segredos militares portugueses (o que pressupõe, necessariamente, que o repórter seria alguém muito bem informado). (<i>O Mundo</i> , 1917) Antes da publicação do fantasioso relato da passagem da espia dançarina por Lisboa (8 de novembro), Reinaldo Ferreira já tinha subscrito em <i>O Mundo</i> uma crónica sensacional sobre “A espionagem alemã — Como e por quem ela é exercida” (31 de agosto).
1918 Inquérito à mendicidade	Relata as suas supostas deambulações por Lisboa (provavelmente, não saiu da redação) disfarçado de mendigo e faz-se fotografar disfarçado, para credibilizar a história. Aparece o seu nome por extenso — Reinaldo Ferreira — na primeira reportagem da série, intitulada “O Mendigo de Santa Justa” (28 de março de 1918). (<i>A Manhã</i> , 1918)
1918 O crime da rua dos Fanqueiros	Encenação de um assassinato de uma estrangeira numa pensão lisboeta, para provar que os donos de estabelecimentos hoteleiros encobriam os crimes aí perpetrados. A “reportagem provocada” é publicada entre 25 de setembro e 2 de outubro de 1918, em <i>O Século</i> , sob títulos como “Lisboa sangrenta — Um crime misterioso”, “ <i>O Século</i> investiga — o mistério da rua dos Fanqueiros” e “Novas revelações — o crime da rua dos Fanqueiros”. Começa por uma alegada carta anónima enviada ao diretor do jornal denunciando um assassinio numa pensão da rua dos Fanqueiros, em Lisboa. Na segunda parte, já em jeito de reportagem no terreno, regista-se a contradição entre a dona da pensão, que dizia não ter alugado o quarto onde, supostamente, o crime ocorrera, e o guarda-noturno, que afirmava que tinha visto um casal de estrangeiros entrar na pensão. Na terceira parte, nova testemunha afirma ter indicado a pensão ao casal. A trama evolui e, na última peça, noticiase: “O misterioso crime da Rua dos Fanqueiros / houve, realmente, uma cena de sangue / Stuart Carvalhais: o assassino / Reinaldo Ferreira: a vítima.” Reinaldo Ferreira escreve que a encenação — em que ele se fantasiou de mulher e Stuart de homem (o suposto assassino) — se destinava a denunciar o silêncio sobre os crimes cometidos em hotéis e pensões pelos seus proprietários, que não queriam ver os seus estabelecimentos expostos. (<i>O Século</i> , 1918)
1918 A tragédia de amor	Sob o título interrogativo “Uma tragédia de amor?”, Reinaldo Ferreira efabula uma história de amor entre dois amantes a partir do suposto achado de dois esqueletos, lado a lado, no convento do Carmo. Insinua, na trama, a existência de uma passagem secreta entre o convento e o antigo palácio da Inquisição [atualmente, o teatro D. Maria II]. A peça mereceu honras de primeira página em <i>O Século</i> , a 10 e 13 de outubro de 1918. (<i>O Século</i> , 1918)
1918 Falsas últimas palavras de Sidónio Pais	Diz que registou as últimas palavras de Sidónio Pais após este ser baleado: “Morro, mas morro bem. Salve-se a Pátria”. Na verdade, Ferreira não terá, sequer, presenciado o assassinato, ocorrido a 14 de dezembro de 1918. (<i>O Século</i> , 15 de dezembro de 1918)
1919 Intentona monárquica	Cobre, para <i>O Século</i> , a sublevação monárquica.
1921-1922 Crónicas de Paris	Trabalhando em Espanha, Bélgica e França, envia várias peças para a imprensa portuguesa. Faz, nomeadamente, várias reportagens sobre a “outra metade” de Paris, revelando a vida noturna, mas, também, denunciando a miséria dos portugueses emigrados. Faz também entrevistas, eventualmente fictícias, a estadistas e outras individualidades: o príncipe do Montenegro, o rei da Sérvia, o xá da Pérsia...
1923 Desde Espanha	O jornal <i>A Tarde</i> começa a publicar artigos sobre alegadas atrocidades cometidas em Espanha pela ditadura de Primo de Rivera, assinados por um misterioso “Repórter X”. Era Reinaldo Ferreira. Para permanecer anónimo, teria assinado o texto apenas como “Repórter”. Mas um rabisco a seguir a essa palavra foi confundida, por um tipógrafo, com um X. E assim nasceu o “Repórter X”.
1925 Tensão na Alemanha	Cobre para <i>A Tarde</i> , em 18 peças, os conflitos políticos — e nas ruas — na República de Weimar. Assiste à ascensão dos nazis e ao seu controlo das ruas por meio dos <i>freikorps</i> .

1925	Anúncio da partida para a Rússia, como enviado da revista semanal ABC, a 19 de agosto.
1925-1926 A Rússia depois de Lenine ("Crónicas da Rússia")	Envia, entre dezembro de 1925 e junho de 1926, possivelmente desde Paris, 24 reportagens que o colocariam em Moscovo, para onde a revista ABC o tinha enviado. Nas crónicas relata supostas conversas com uma infindável série de portugueses que habitariam em Moscovo, incluindo o porteiro do Kremlin e o embalsamador de Lenine. As "crónicas da Rússia" foram, mais tarde, publicadas na coletânea <i>A Rússia dos Sovietes — Inferno? Paraíso?</i> (ABC, 1925)
1925 Entrevista a Conan Doyle	Enviado pela revista ABC à Rússia, manda, desde Paris, uma entrevista inventada a Arthur Conan Doyle. (ABC, 1925)
1925 Reinaldo Ferreira entrevista o "Repórter X"	Faz uma entrevista a si mesmo, na qual revela que, no auge da sua produtividade, trabalhava para onze jornais e revistas ao mesmo tempo: ABC, <i>O Século</i> , <i>A Tarde</i> , <i>Diário da Tarde</i> , <i>Época</i> , <i>O Mundo</i> , <i>Informação</i> , <i>O Primeiro de Janeiro</i> , <i>Diário do Minho</i> , <i>Diário dos Açores</i> , <i>Libertad</i> (Madrid).“ Escreve: “Não sou funcionário público, não recebo um centavo que não seja a troco de um papel escrito. E - detalhe que muito me satisfaz - em doze anos de jornalismo nunca recebi nada do Estado nem tive essa cousa tão desejada pelos mortais: um ordenado. Faço artigos; e cada artigo vale tanto... E nada mais. Chamam-me louco por isso, mas eu assim trabalho como quero e quando quero. (...) Juro(-lhe) que sou mandrião! Se trabalho muito é porque sou mais gastador do que mandrião.” Revela que fumava, todos os dias, em média, três onças (quase 90 gramas) de tabaco francês, já que quando se acabava o tabaco parava de escrever. Dormia cinco horas. Levantava-se, habitualmente, às 9 horas e escrevia até às 13 horas, altura em que saía para entregar os artigos. A seguir tomava café e almoçava, dava voltas para “saber coisas”, pelas 19 horas regressava a casa e voltava a escrever. À noite saía e escrevia. (ABC, 1925)
1925 Alves dos Reis	Cobertura da burla de Alves dos Reis, o “falsário” das “verdadeiras” notas de 500 escudos, caso detonado pelo jornal <i>O Século</i> .
1926 O assassinato da atriz Maria Alves	No final de março de 1926, o corpo da atriz Maria Alves apareceu numa rua de Lisboa. Faltando a carteira e as joias da atriz, a polícia deduziu tratar-se de assalto, com asfixia da vítima. Mas, em <i>O Primeiro de Janeiro</i> , Reinaldo Ferreira apresenta uma versão alternativa, na qual deduz que o culpado seria o ex-empresário e amante da atriz. Investigando, descobre, mesmo, que, no passado do eventual assassino, duas outras mulheres tinham morrido em circunstâncias misteriosas: a sua mulher e uma amante. Acerta! (<i>O Primeiro de Janeiro</i> , 1926) Dá origem ao folhetim policial <i>O Táxi n.º 9297</i> , publicado no <i>Janeiro</i> e, posteriormente, editado em livro, e a um filme com o mesmo título, dirigido pelo próprio Reinaldo Ferreira.
1926 Ditadura	Cobre, em Lisboa, os acontecimentos pós-28 de maio de 1926, que conduziram à Ditadura Militar e à Ditadura Nacional.
1927 Revolta contra a Ditadura	Reportagens para <i>O Primeiro de Janeiro</i> da revolta militar contra a Ditadura. (<i>O Primeiro de Janeiro</i> , 2 a 8 de fevereiro de 1927)
1927 O julgamento de Marang van Ysselvere	Ao serviço da revista ABC, cobre, em Haia, o julgamento de Marang van Ysselvere, um dos implicados na burla de Alves dos Reis, o burlão e falsário das “verdadeiras falsas notas de 500 escudos”.
1927 Homem ou mulher?	Ao serviço d’ <i>O Primeiro de Janeiro</i> , no início de 1927 revela, sensacionalissimamente, uma suposta relação, cheia de peripécias, cenas de ciúmes e violência, entre a chefe da estação de correios e telégrafos de Vagos, que aparentava ser homem, e uma médica da Palhaça. Na verdade, tratava-se de uma presumível relação lésbica entre Rita Figueira, a funcionária, e Ambrosina Leite de Almeida, a médica. (<i>O Primeiro de Janeiro</i> , 1927) Inspirou o filme <i>Rito ou Rita?</i>

1929 As libras falsas	Anuncia, bombasticamente, no jornal <i>O Povo</i> , um vespertino republicano lisboeta com o qual colaborava, que em Portugal, ao tempo da I Guerra Mundial, se tinham usado libras inglesas falsas, feitas de porcelana, pelos alemães, para pagar géneros alimentícios que, depois, seriam transportados por submarinos alemães. Denuncia que teria existido em Portugal e na Galiza uma rede de colaboracionistas da Alemanha que adquiriam os bens e disseminavam as libras falsas, enriquecendo. Diz ainda que um cambista de Valença, alcunhado “Cinco Minutos”, controlaria as operações, que envolveriam comerciantes do Porto. Misturando na trama um dos acionistas do <i>Janeiro</i> , o banqueiro Francisco Borges, do Banco Borges & Irmão, Reinaldo Ferreira acabou por ser despedido deste diário matutino. (<i>O Povo</i> , 1929)
1930 Ainda a burla de Alves dos Reis	Vai a Vigo para se encontrar “secretamente” com um cúmplice da burla Alves dos Reis, o alemão Adolf Doring (nomeado como Adolf Hennies), que tinha sido condenado, à revelia, em Portugal, a oito anos de prisão. Depois de várias peripécias, um “desconhecido” entrega uma suposta carta de Hennies a Reinaldo Ferreira, numa esplanada viguesa. O momento é fotografado, para credibilizar a história. A suposta carta dizia, alegadamente, que o visado não podia conceder a entrevista porque estaria a ser seguido pela polícia.
1930 Julgamento de sir William Waterlow	Cobre, em Londres, o julgamento de sir William Waterlow, da firma Waterlow & Sons, que, em boa-fé, tinha colaborado na burla de Alves dos Reis. [Reinaldo Ferreira terá estado sempre doente e regressou a Portugal fisicamente debilitado.]
1931 Os lisboetas das profundezas	Publica na revista <i>Repórter X</i> uma delirante peça sobre lisboetas que viveriam no subsolo desde o terramoto de 1755. Este delírio imaginativo deu um golpe fatal à credibilidade que ainda lhe restava como repórter.

Fonte: elaboração própria a partir de fontes referidas na bibliografia e fontes documentais.

Em 1919, Reinaldo Ferreira deixou Portugal pela primeira vez. Instalou-se em Paris, onde começou a trabalhar para a agência de notícias Americana. Como se trabalhava numa pequena agência de notícias incumbida de fornecer notícias aos periódicos iberoamericanos sobre o que se passava no coração da Europa? O jornalista João de Sousa Fonseca (193_, pp. 72-73), coetâneo de Reinaldo Ferreira e seu colega na agência, em Paris, revela que faziam “Traduções de comunicados, redação de notas encomiásticas ou necrológicas de personagens de alto *metequisimo*, enfim, às vezes até o seu telegrama [notícia importante de produção própria enviada por telégrafo], porque para isso era aquilo uma agência (...).”.

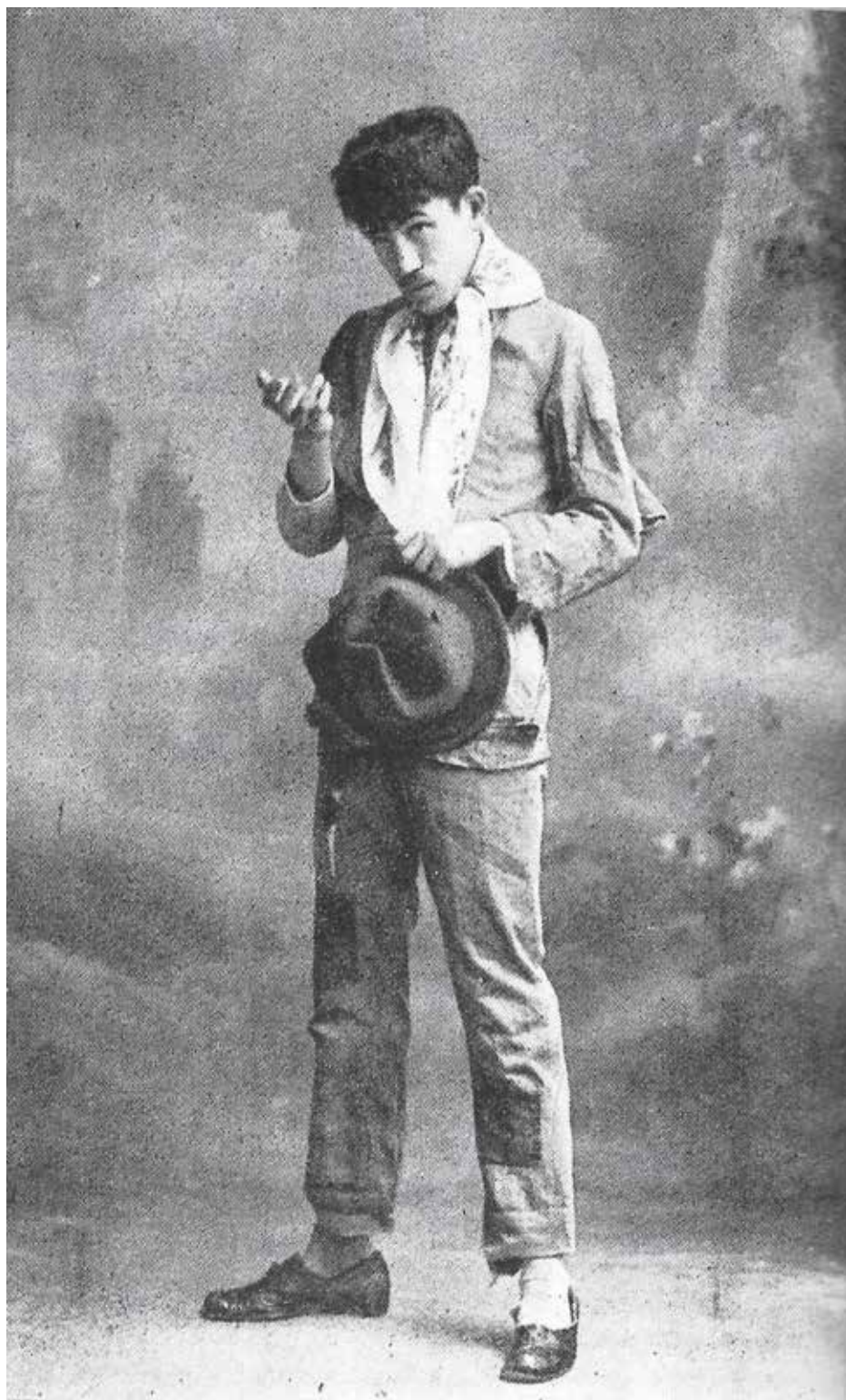


Figura 154

Reinaldo Ferreira fotografa-se fantasiado de mendigo para credibilizar uma reportagem, hipoteticamente fictícia, sobre a mendicidade nas ruas de Lisboa, publicada em *A Manhã* (1918).



Figura 155
Primeira página de *O Século* de 23 de setembro de 1918, com a primeira notícia da série do “Crime da rua dos Fanqueiros”. Fonte: reprodução do original.

Reinaldo Ferreira foi, então, incumbido de fundar sucursais da agência em Madrid, Barcelona e Bruxelas, cidades onde residirá e onde colaborará com a imprensa local. Regressou a Paris, em 1922, para assumir a direção da agência em França. Mas nesse mesmo ano, mudou-se para Barcelona, começando, aí, a colaborar com a indústria cinematográfica, sua primitiva paixão. Em 1923, mudou-se para Madrid, mas foi obrigado a regressar a Portugal por causa dos seus escritos contra a ditadura de Primo de Rivera. Nesse ano começou uma frutuosa colaboração com a revista *ABC*, dirigida pelo seu amigo e camarada Rocha Martins, que o enviou para a Rússia, em 1925, como enviado especial. Porém, Reinaldo Ferreira terá ficado em Paris, cidade que já conhecia bem e na qual tinha muitos contactos no meio jornalístico. Envia, então, provavelmente sem sair da capital francesa, várias “crónicas da Rússia” para a revista *ABC*, mais tarde inseridas na coletânea *Rússia dos Sovietes — Inferno? Paraíso?* Ter-se-ia baseado nas peças de Henri Bérau, correspondente de *Le Journal*, em Moscovo. As “crónicas” são publicadas entre 17 de dezembro de 1925 e 24 de junho de 1926. Aparentemente, Moscovo estaria cheia de portugueses, com quem o “Repórter X” se iria cruzando, entre os quais o porteiro do Kremlin e o embalsamador de Lenine. Quando regressou a Lisboa, em 1926, fez uma conferência sobre “O jornalismo na Rússia”, na sede do Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa.

Em 1926, Reinaldo Ferreira mudou-se para o Porto para ingressar no histórico diário *O Primeiro de Janeiro*, dirigido pelo seu amigo Jorge de Abreu. Mas continuou a colaborar com a revista *ABC*. Nesse mesmo ano, Apesar de estar em Haia, a cobrir o julgamento de um indivíduo envolvido na burla de Alves dos Reis, escreveu para o *Janeiro* peças onde criticou a morosidade da polícia e identificou o provável assassino da atriz Maria Alves, estrangulada num táxi e atirada para a rua. O assassino — o agente e amante da atriz, Augusto Gomes — terá ficado com a convicção de que Reinaldo o seguira e assistira a tudo, de tal modo a intuição de Reinaldo Ferreira se moldava aos factos, conforme revelou em entrevista concedida ao próprio “Repórter X”, na prisão do Limoeiro, já depois de ter sido preso e condenado. Nessa altura, a fama de Reinaldo Ferreira, o “Repórter X”, atingiu o pico. Fez, então, uma famosa entrevista a si mesmo, publicada na revista *ABC*, a 26 de agosto de 1926.

No Porto, ao serviço de *O Primeiro de Janeiro*, Reinaldo Ferreira cobriu a revolta contra a Ditadura, entre 2 e 8 de fevereiro de 1927, e revelou, sensacionalissimamente, um alegado romance lésbico, cheio de peripécias e com alguma violência à mistura, entre uma funcionária dos correios e uma médica da região de Aveiro. Nesse mesmo ano, tornou-se precursor dos livros-reportagem em Portugal, com o lançamento das suas *Reportagens da Semana* (1927), em parceria com *O Primeiro de Janeiro*. No ano seguinte, foi homenageado por cerca de 200 jornalistas e personalidades da política e da economia num célebre banquete realizado no Palácio de Cristal, no Porto — mais um sinal da sua fama. Criou, então, no *Janeiro*, uma rubrica cujo título levará, futuramente, para outras publicações: “Homens e Factos do Dia”. Deu, inclusivamente, esse título à primeira revista que planeou e editou, já em 1929, ano em que também deu à estampa a

revista *Jornal do Repórter X*. Ambas foram, todavia, publicações efêmeras — da primeira foram publicados dois números e da segunda três números. Constituíram, de qualquer modo, ensaios para a revista *Repórter X*, que idealizou e fundou em 1930. Nas palavras do jornalista Mário Domingues (193_, p. 116), que foi chefe de redação da *Repórter X*, esta revista foi “o semanário que mais popularidade alcançou em Portugal”, alcançando rapidamente uma tiragem de 20 mil exemplares (Domingues, 193_, p. 118). Pelo meio, em 1932, Reinaldo Ferreira publicou um único número de uma revista intitulada *Detetive X — Semanário de Grandes Reportagens*. Nesse mesmo ano, foi internado para se desintoxicar da morfinomania. Quando se sentiu recuperado, publicou o livro *Memórias de um Ex-Morfinómano*. Entre 1934 e 1935, congeminou e dirigiu o *X — Semanário de Grandes Reportagens*.

Voltando a cair na toxicodependência, Reinaldo Ferreira morreu, prematuramente, em 1935.



Figura 156

Reinaldo Ferreira entrevista o “Repórter X”.

Fonte: ABC, 26 de agosto de 1926.



Figura 157

Reinaldo Ferreira (à esquerda) e outros jornalista do Porto que cobriram a revolta contra a Ditadura em fevereiro de 1927, durante a qual foi morto o jornalista António Maria Lopes Teixeira, diretor do *Diário do Porto*.



Figura 158

Jornalistas Mário Domingues (à esquerda), chefe de redação, e Reinaldo Ferreira (ao centro), diretor, fotografados na sede da revista *Repórter X*. À direita, o cronista e poeta António Botto, convertido em administrador da revista.

Reinaldo Ferreira foi, sem dúvida, personagem fascinante para os seus coetâneos e para as gentes hodiernas e um caso incrível de produtividade na literatura popular — popular, político e de mistério, no teatro, no cinema e, claro, no jornalismo.

Centenas de crónicas e artigos e muitos milhares de reportagens mostram bem o seu esforço. Os seus cem volumes de todos os formatos ficaram para se avaliar o grau das suas grandes qualidades de produtor, cuja fecundidade nos deu para cima de dez mil trabalhos jornalísticos. (Escaleira, 193_, p. 29)

No entanto, as práticas “jornalísticas” de Reinaldo Ferreira, tal como se sustentou anteriormente, nem sempre se colam aos valores que definem — e já então definiam — o jornalismo. Efetivamente, da sua fervilhante imaginação, brotaram inúmeros elementos ficcionais que, em algumas das suas “reportagens”, ele fazia passar por verdadeiros. Jacinto Godinho (2011, p. 10), enfatiza-o:

O caso Reinaldo Ferreira é um bom exemplo de como foi desbaratada a credibilidade dos repórteres enquanto observadores ambulantes da vida. Reinaldo Ferreira, o Repórter X, era a imagem pública e simbólica do repórter em Portugal. A invenção de “falsas reportagens de escândalo” nas páginas da publicação que dirigia — *X: Semanário de Grandes Reportagens* — contribuiu para pôr em crise a autoridade do repórter, que reside sempre de forma frágil apenas na responsabilidade e na ética.

Tratava-se de uma visão da reportagem que já então colidia com os valores de objetividade e factualidade apregoados pelos repórteres (cf. Redondo, 193_, pp. 39-43). Hoje, provavelmente, classificar-se-ia Reinaldo Ferreira como um produtor de notícias falsas (*fake news*), um criador de pseudofactos, alguém que se situaria na fronteira, por vezes ténue, entre o jornalismo literário e a literatura assumidamente ficcional — personagem fascinante, sem dúvida, mas dificilmente um jornalista. A sua forma de ser e fazer expô-lo, aliás, a críticas, por vezes violentas²¹⁵ (cf. Araújo, 1931; Ferreira, 1932), dos seus coevos.

Paradoxalmente, para os seus pares coetâneos — e para a história do jornalismo português — Reinaldo Ferreira era, enquanto repórter, um jornalista. De corpo inteiro. Sucena (1996, pp. 34-35) sustenta, nomeadamente, que Reinaldo Ferreira lançou na imprensa portuguesa “um género de reportagem à altura da sua carreira de grande repórter, criando um

215 Alfredo d’ Assunção Araújo (1931), colaborador do burlão Alves Reis, acusou Reinaldo Ferreira e o seu adjunto, Mário Domingues (“O Negro da Batalha”), de terem recebido mais de 30 contos de Alves dos Reis, a fim de atacarem, na revista *Repórter X*, a posição do banco de Portugal. Idílio Ferreira (1932) criticou as reportagens “mentirosas” publicadas, pela mão de Reinaldo Ferreira e Mário Domingues, na revista *Repórter X*, da qual fora jornalista. Anuncia que iria fundar o *Alerta! Semanário de Todas as Reportagens* (sairiam somente 11 números, entre 5 de março e 11 de junho de 1932), para concorrer com a *Repórter X*.

ambiente de *suspense* para extrair do caso determinadas ilações”. Manuel João Coutinho (2015, pp. 37-38) salienta o carácter “inovador” das reportagens de Reinaldo Ferreira, que “influenciaram” e “mudaram” o “paradigma português de reportagem”, notando nelas a proposta de “imersividade” do leitor na narrativa, própria do jornalismo literário, embora também reconheça a “ficcionalização literária” com que o autor as “embelezava”. Igual juízo manifesta Jacinto Godinho (2009, p. 137):

as reportagens de Reinaldo Ferreira são de tal forma desmesuradas e invulgares, que (...) são um excesso que desafia todas as interpretações. O que é interessante no caso “Repórter X” é exatamente aquilo que nele se condena — a facilidade com que “inventa” reportagens. Só “inventa” reportagens quem domina muito bem os seus mecanismos ocultos.

Reinaldo Ferreira teve uma curta carreira, num tempo em que ainda se matizava pejorativamente a palavra repórter “neste país de literariomania jornalística” (Fonseca, 193_, p. 71), mas marcou a sua época. Sinal do reconhecimento que obteve entre os seus amigos e camaradas de profissão, pouco tempo após a sua prematura morte foi publicado, homenageando-o postumamente, *O Livro do Repórter X* (193_), organizado por outro famoso jornalista, seu contemporâneo, Mário Domingues. Esse livro reúne textos de vários jornalistas que se cruzaram com Reinaldo Ferreira. Embora o tom da prosa deva ser enquadrado no objetivo do livro, nele encontram-se testemunhos do impacto que teve Reinaldo Ferreira no meio jornalístico português do seu tempo. Aguinaldo Escalera (193_, pp. 25-26), por exemplo, escreveu, recordando o “Repórter X”: “perdeu Portugal (...) a força mais poderosa do seu jornalismo contemporâneo (...), (...) jornalista brilhante, (...) repórter do imprevisto e do sensacional (...). Todos os seus camaradas jamais conheceram (...) repórter mais vivo e interessante”. Belo Redondo (193_, p. 43) acrescentou que as suas reportagens “tinham um alto sentido de humanidade”. E João de Sousa Fonseca (193_, p. 71) realçou que Reinaldo Ferreira foi “o melhor repórter, (...) pelo exemplo da sua vida profissional e pela força do seu talento”.

Conclusões

Ao longo desta narrativa verificou-se que, com mais ou menos vicissitudes, o jornalismo nacional acompanhou, genericamente, o desenvolvimento do jornalismo no mundo ocidental até ao final do primeiro quartel do século XX.

Assim, tal como na restante Europa, Portugal teve, nos séculos XVI e XVII publicações informativas ocasionais, seriadas (unidas por um título) e periódicas. O País adotou, à época, o modelo francês de jornalismo, autoritário. Era um modelo de controlo da imprensa alicerçado na censura e no licenciamento. Algumas das notícias difundidas nos primeiros periódicos portugueses tinham objetivos propagandísticos — do poder régio ou da causa da restauração da independência.

Começando noticioso, o jornalismo português segmentou-se, a partir do século XVIII, acompanhando uma tendência que se desenhava na Europa desde o século anterior. Indo ao encontro das ideias iluministas e enciclopedistas, começaram a surgir, em Portugal, periódicos culturais e científicos. Apareceram, ainda, jornais económicos e femininos. A paisagem mediática portuguesa diversificou-se, atendendo a novas demandas e novos públicos.

Depois da Revolução Liberal de 24 de agosto de 1820, o País experimentou, por breves anos, um modelo de jornalismo ocidental, criado na Inglaterra seiscentista e assente na liberdade de imprensa. Surgiu, em Portugal, conforme já tinha ocorrido noutros países europeus, uma imprensa puramente política, artesanal, obra de indivíduos isolados, que se impôs na paisagem mediática.

O breve período absolutista, sob D. Miguel, implicou o regresso, anacrónico e breve, ao modelo autoritário de jornalismo. Mas o modelo ocidental normativo e funcional de jornalismo, que permite a livre expressão do pensamento por meio da imprensa, foi retomado depois do triunfo liberal na guerra civil, em 1834, tendo, com mais ou menos vicissitudes, perdurado até 28 de maio de 1926.

Ao longo desse tempo, a imprensa puramente política e artesanal sofisticou-se, especialmente depois da Regeneração. Na segunda metade do século XIX, surgiram, em Portugal, periódicos ligados aos partidos políticos, que, embora noticiassem o que se passava, tinham por objetivo fundamental fazer leituras políticas da atualidade. Esses periódicos dominaram o jornalismo português até às últimas décadas do século XIX, altura em que apareceram, no país, periódicos noticiosos organizados industrialmente, de baixo preço, sustentados pela publicação de anúncios publicitários. Estes novos periódicos, que, na prática, recuperavam a tradição noticiosa das publicações seiscentistas que estiveram na origem do jornalismo em

Portugal, transformaram a imprensa. Vários jornais políticos converteram-se ao modelo noticioso; e outros, ainda que eminentemente políticos, já que faziam leituras políticas — ou mesmo estritamente partidárias — dos acontecimentos da atualidade, foram obrigados a não descurar a informação noticiosa, não hesitando, alguns deles, em enveredar pelo sensacionalismo para atrair leitores para as causas que defendiam. Também aqui os periódicos portugueses acompanharam o movimento norte-americano e europeu de popularização e democratização da imprensa, que obrigou a uma reconversão do discurso jornalístico para o tornar mais acessível e atraente — o chamado Novo Jornalismo do final do século XIX.

A primeira conclusão que se pode tirar desta narrativa sobre a história do jornalismo e dos jornalistas em Portugal é a de que Portugal foi acompanhando, com maior ou menor atraso, as tendências que se iam notando no jornalismo no mundo ocidental. Não passou, nomeadamente, ao lado do fenómeno da industrialização, popularização (massificação) e profissionalização da imprensa, ainda no século XIX, e por todas as vicissitudes, discussões e traumas que este fenómeno gerou entre os jornalistas da “velha guarda” (“pesados”, opinativos, elitistas, literários e com “garra” partidária) e os primeiros “novos jornalistas”, verdadeiros repórteres, mais ágeis, que faziam da notícia, da informação, o seu modo de vida. Mas, ao longo do tempo, outros e variados fatores estimularam ou condicionaram o desenvolvimento do jornalismo português até ao presente.

Fatores que aceleraram o desenvolvimento do jornalismo português

1. Evolução das tecnologias e adoção, mesmo quando tardia, das inovações tecnológicas pelas empresas jornalísticas portuguesas.
2. Capital disponível para investimento em projetos jornalísticos ou iniciativa estatal com idêntico fim.
3. Empreendedorismo individual, coletivo ou estatal, pelos mais variados motivos (desejo de lucro, vontade de intervenção na esfera pública, sedimentação de redes sociais, fins políticos e propagandísticos...), suportado, depois de concretizados os projetos jornalísticos, pelo mercado ou por subvenções e patrocínios públicos e privados ou mesmo pela cobrança coerciva de taxas (casos da rádio e televisão públicas).

4. Formação de públicos mediáticos, primeiro em torno das publicações impressas. Estes públicos tornaram-se, com o tempo, recetivos a diversos géneros de imprensa, denotando o aumento gradual do interesse pelos assuntos públicos que se verificou ao nível sociocultural e político. Os públicos, inicialmente circunscritos à elite masculina cortesã e à alta burguesia predominantemente lisboeta, foram-se alargando, sobretudo durante o século XIX, à pequena e média burguesia, aos operários e aos funcionários públicos e do setor dos serviços, aos artistas, académicos e homens de letras, às mulheres e, enfim, no século XX à população em geral.
5. Melhoria crescente da infraestrutura nacional de transportes e comunicações, em particular a partir do século XIX. Os correios foram vitais para a imprensa, quer para alimentar as publicações com matéria-prima informativa, quer para difundir as cópias impressas. O telégrafo e o telefone, por seu turno, aceleraram os processos jornalísticos de recolha, apuramento, processamento e verificação da informação.
6. Melhoria nos índices de alfabetização e aumento gradual do poder de compra e da qualidade de vida da generalidade da população. A partir de meados do século XIX, operários, funcionários públicos, funcionários do setor dos serviços alfabetizados e as mulheres, entre outros segmentos sociais, tornaram-se leitores regulares de jornais e revistas.
7. Urbanização — a concentração da população em cidades foi vital, embora mais no passado do que no presente, para que os projetos jornalísticos que foram surgindo pudessem singrar, estabelecendo públicos.
8. Industrialização, com reflexos, desde logo, na estrutura das empresas jornalísticas, que se sintonizaram, a partir da segunda metade do século XIX, com a dinâmica industrial e económica do país.
9. Crescimento do mercado publicitário, a partir do século XIX, em sintonia com as transformações sofridas na economia, na sociedade e na cultura. O afluxo de publicidade aos meios jornalísticos e as receitas que daí advinham foi vital para o estabelecimento de um modelo de negócio jornalístico que possibilitou — no caso da imprensa — o embaratecimento do preço dos impressos e a democratização do seu consumo.
10. As mudanças na sociedade e nos sistemas políticos, a democratização pluralista do País no século XIX (ainda que se tratasse de uma democracia censitária), a formação de partidos políticos, a circulação de novas ideias, o número crescente de descobertas

e invenções, a dinâmica comercial e industrial e um ambiente cultural cada vez mais rico ampliaram os fluxos de informação e tornaram os cidadãos crescentemente dependentes do fornecimento de informações e de argumentos prontos a serem usados na conversação. As pessoas, uma vez atraídas para o consumo de conteúdos jornalísticos, nunca mais o abandonaram.

Fatores que retardaram o desenvolvimento do jornalismo português

1. Censura e instrumentalização do jornalismo. Inexistência de liberdade de imprensa por certos períodos de tempo.
2. Obstáculos legais à promoção, edição e direção de publicações e à posse de tipografias.
3. Violência contra jornalistas e jornais, em especial entre meados do século XIX e o final da I República.
4. Índices de analfabetismo elevados e baixo poder de compra de grande parte da população até meados do século XX.
5. Insuficiente capacidade de investimento e mesmo falta de conhecimentos suscetíveis de permitirem o surgimento de projetos jornalísticos organizados e sólidos.
6. Centralismo macrocéfalo lisboeta. Na capital circularam os principais jornais em tiragem e influência.
7. Mercado publicitário de reduzidas dimensões até ao século XIX (enquanto que em Inglaterra desde o século XVIII se cobrava rotineiramente pela inserção de anúncios publicitários, em Portugal, até meados do século XIX, ainda era preciso pedir diretamente ao editor para este se dignar a publicar um anúncio).
8. Dependência do poder político e/ou do poder económico, que fragiliza o jornalismo. A sobrevivência de alguns meios jornalísticos dependeu mais de subvenções públicas e privadas e patrocínios, encobertos ou às claras, do que do mercado.

Os dados sustentam uma segunda conclusão — a segmentação e a competição acompanharam a evolução do jornalismo português a partir do século XVIII (embora esta tendência se tenha notado, principalmente, já nas últimas décadas do século XIX), pois os empreendedores do setor da informação compreenderam que havia vários nichos de mercado a satisfazer e que era necessário oferecer um produto melhor e diferente para bater a concorrência. A segmentação e a competição propiciaram uma paisagem jornalística diversificada, moldada em função da satisfação das necessidades e interesses informativos de cada segmento do público. Por isso, logo no século XVIII surgiram, em Portugal, publicações informativas especializadas ou vocacionadas para um segmento do mercado.

Terceira conclusão: acompanhando a tendência para a profissionalização do jornalismo, detonada pela crescente sofisticação das empresas jornalísticas e complexificação da atividade, desde os finais do século XIX que se foi inculcando a ideia da criação de cursos de jornalismo em Portugal.

Como quarta e última conclusão, mas não menos importante, os dados documentam que, conforme se propôs, em tese, na introdução a este livro, é possível propor a definição de uma periodização da história do jornalismo português, pois podem identificar-se, nesta caleidoscópica história, certas regularidades e certas sequências de regularidades, que se podem, com abertura de espírito, considerar períodos históricos. Esses períodos foram-se sucedendo uns aos outros, embora isso não signifique que a evolução do jornalismo registada em Portugal aponte para uma certa direção ou que esta evolução seja linear.

Cada período da história do jornalismo manifestar-se-ia e distinguir-se-ia, assim, pela existência, ao longo de determinado tempo, de certas regularidades no modo dominante de produção jornalística, nas questões associadas ao poder e controle sobre o jornalismo e na interação entre jornalismo e sociedade.

Podem, pois, considerar-se os seguintes períodos na história do jornalismo português até ao surgimento das atividades regulares de radiodifusão informativa no País:

- 1) O período da *imprensa artesanal*, o mais longo, dura do século XVI a meio do século XIX, comportando três fases: a fase em que o jornalismo nacional tem a sua génese; a fase de diversificação e segmentação dos periódicos; finalmente, a fase em que se assiste ao surgimento e domínio dos jornais políticos rudimentares;
- 2) O período caracterizado pela *organização industrial da imprensa* de grande informação, fosse ela independente e apartidária ou fosse ela político-noticiosa e partidária, aberto, simbolicamente, pelo nascimento do *Diário de Notícias*, no final de 1864, e encerrado, simbolicamente, em 1933/1934, com o surgimento dos noticiários de rádio (na Emissora Nacional) e do primeiro cinejornal importante em Portugal, o *Jornal Português* (1935), que já apontam para um novo período na história do jornalismo português — o da *segmentação mediática*;

Finalmente, cumpre enfatizar que o jornalismo deve muito à liberdade, seja à liberdade de pensamento e de expressão, seja à liberdade de empresa e à liberdade de posse de propriedade individual. O jornalismo resultou da vontade de alguns empreendedores que decidiram editar publicações ocasionais e periódicas de cariz informativo. Resultou da vontade e do espírito de iniciativa que alguns denotaram em favor da produção, difusão e contraposição de informações e ideias por meio de publicações jornalísticas, tornadas em instrumentos essenciais para o enriquecimento cultural e material das pessoas e das sociedades; resultou da luta pela liberdade que vários portugueses encetaram e mantiveram — com recurso a jornais e revistas — ao longo da história.

O jornalismo é, todo ele, um hino à liberdade. A história do jornalismo em Portugal é, portanto, uma história de afirmação da liberdade, uma história de afirmação da legitimidade de informar, informar-se e ser informado; uma história de afirmação da possibilidade de confronto de ideias e de formas de fazer e de ver as coisas; uma história que relembra, constantemente, que a melhor forma de os cidadãos se protegerem da tirania e da ditadura reside na capacidade de vigiar e controlar os poderes, com atos e também com palavras. Ou seja, com informação. Jornalística.

Bibliografia

- Abreu, J. (1912). *Julgamento de um jornalista no Tribunal Marcial de Cabeceiras de Basto*. Imprensa Henriquina.
- Abreu, J. (1927). *Boémia jornalística*. Livraria Editora Guimarães & C.^a.
- Agee, W. K., & Traquina, N. (1987). *O quarto poder frustrado: Os meios de comunicação social no Portugal Pós-Revolucionário*. Veja.
- Aguiar, A. R. (2015). *Evolução da imprensa desportiva portuguesa (1946-2006). Estudo do Caso: O Jornal "A Bola" e a Volta a Portugal em Bicicleta* [Dissertação de Mestrado, Universidade Fernando Pessoa]. <http://hdl.handle.net/10284/4658>
- Aires, E. F. V. C. S (2006). *A estrutura gráfica das primeiras páginas dos jornais O Comércio do Porto, O Primeiro de Janeiro e Jornal de Notícias entre o início da publicação e final do século XX. Contributos para uma ferramenta operacional e analítica para a prática do design editorial* [Tese de Doutoramento, Universidade do Porto]. <https://hdl.handle.net/10216/77858>
- Alcântara, M. L. S. (1998). *"O Povo de Aveiro" (1882-1941): subsídios para a história de um jornal* [Dissertação de mestrado, Universidade de Aveiro]. <http://hdl.handle.net/10773/3956>
- Alexandre, V. (1993). *Os sentidos do império*. Afrontamento.
- Alfaia, J. (1983). *Modernizar e garantir a liberdade: a comunicação social de 1981-82*. Grafiarte.
- Almeida, D. (1875). *A reforma das pautas: Cartas aos redatores da Revolução de Setembro*. Tipografia Universal.
- Almeida, F. (1890). *Pasquinadas. Jornal dum vagabundo*. Chardon.
- Almeida, M. (1919). *O clarão da epopeia*. Portugalíia.
- Almeida, P. T. (2001). *Nos bastidores das eleições de 1881 e 1901. Correspondência política de José Luciano Castro*. Livros Horizonte.
- Almeida, Padre R. A. (1854). *Novo sem exemplo ou o meu ajuste de contas com o correspondente da Revolução de Setembro* J. P. de T. N. Imprensa de Francisco Xavier de Sousa.
- Alves, D. (2012). *A República atrás do balcão: os lojistas de Lisboa e o fim da Monarquia (1870-1910)*. Cosmos.
- Alves, J. A. S. (1987). O Português e o discurso de saber/poder. *Cultura - Revista de História e Teoria das Ideias*, 6, 699-724.
- Alves, J. A. S. (2000). *A opinião pública em Portugal (1780-1820)*. Universidade Autónoma de Lisboa.
- Alves, J. A. S. (2002). *Almeida Garrett e a opinião pública em Portugal na terceira década do século XIX*. Separata de *Cultura*, 14. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- Alves, J. A. S. (2005a). *Glória, memória e mito: o periodismo vintista (1820-1823)*. Media XXI.
- Alves, J. A. S. (2005b). *Ideologia e política na imprensa do exílio. "O Português" (1814-1826)*. Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Alves, J. A. S. (2005c). *O periodismo político da pós-Vilafranca ao Setembrismo (1824-1836): um mundo cativante e multifacetado*. Media XXI.
- Alves, J. A. S. (2005d). *O poder da comunicação*. Casa das Letras.
- Alves, J. F. (1993). Analfabetismo e emigração - o caso do distrito do Porto no século XIX. *Revista da Faculdade de Letras - História*, 10, 271-288. <https://ojs.letras.up.pt/index.php/historia/article/view/5686>
- Alves, L. A. M. (1983). *Subsídios para a história da imprensa em Portugal*. S.E.C./Centro de Estudos Humanísticos.
- Alves, P. B. P. P. (2012). *A imprensa católica na Primeira República: do fim do jornal A Palavra (1911) ao Concílio Plenário Português (1926)*. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Amaral, A. D. (1932). *Depoimento de um jornalista que ce-gou. Recordações do passado*. Sociedade Industrial de Tipografia.
- Amaral, A. F. C. P. (1949). *As minhas memórias de jornalista*. Gráfica Santelmo.
- Amaral, J. J. F. S. (1822). *Discurso apologético a favor dos mártires contra as erróneas proposições do artigo "Tolerância" inserto no periódico "Independente"*. Tipografia de António Rodrigues Galhardo.
- Andrade, A. (1937). *Dos Jornais*. Rotary Club de Lisboa.
- Andrade, J. N. (1822). *Carta apologética e analítica ao redator do periódico intitulado O Português impresso em Londres*. Tipografia Rollandiana.
- Anjo, A. C. (1969). Política do espírito: Asfixia da imprensa republicana no distrito de Viseu. In *Congresso Republicano de Aveiro: teses e documentos* (vol. II). Seara Nova.
- Anónimo (1821a). *A Forja dos periódicos ou o exame do aprendiz periodiqueiro*. Nova Imprensa da Viúva Neves.
- Anónimo (1821b). *Carta do compadre de Lisboa em resposta a outra do compadre de Belém ou juízo crítico pela opinião pública dirigida pelo Astro da Lusitânia*. Imprensa de Alcobia.
- Anónimo (1822a). *Reforço patriótico ao Censor Lusitano na interessante tarefa que se propôs de combater os periódicos*. Tipografia Maignrense.
- Anónimo (1822b). *Suplemento de qualquer periódico*. Tipografia de Bulhões.
- Anónimo (1832). *Introdução de um artigo inserido no periódico de Filadélfia intitulado Banner of the Constitution*. Imprensa Régia.
- Anónimo (1832). *Introdução de um artigo inserido no periódico de Filadélfia intitulado Banner of the Constitution*. Imprensa Régia.
- Anónimo (1840). *Processo d'arresto na tipografia onde se imprime o "Atleta" ou alguns monstruosos atentados do Ministério Público contra a liberdade de imprensa no Porto em 1840*. Tipografia de Faria & Silva.
- Anónimo (1850). *Defesa do jornal legitimista "A Pátria"*. Tipografia de Faria Guimarães.
- Anónimo (1857). *Coelho em latim. Jornalista*. Tipografia do Progresso.
- Anónimo (1861). *Réplica a uma correspondência de Paris na Revolução de Setembro em resposta ao folheto Um novo título de soberania*. S/e.
- Anónimo (1889). *Coleção completa da legislação sobre liberdade de imprensa desde 1834 até hoje, acompanhada dos acórdãos do supremo tribunal de justiça proferidos por abuso de liberdade de imprensa*. A. G. Vieira Paiva.
- Anónimo (1898). *La presse periodique au Portugal - Gazeta*. S/e.
- Anónimo (1957). *Noticiário das principais rádio-emissoras do mundo*. Olavo Correia.
- Anónimo (1959). *História do Rádio Clube de Moçambique*. S/e.
- Anónimo (1967). *Tu cá tu lá com a Cidália*. Tipocromia Aguiar.

- Anselmo, A. (1864). Apontamentos para a história dos jornais portugueses em 1863. In *Anuário Português Científico, Literário e Artístico 1864* (pp. 183-189). Tipografia Universal.
- Anselmo, A. (1882). *António Rodrigues Sampaio. Homenagem prestada à sua memória pela imprensa do Porto*. Real Tipografia Lusitana.
- Aragão, M. (1900). *A Imprensa no Distrito de Viseu. Fragmento histórico*. Tipografia Popular d'A Liberdade.
- Aragão, M. (1911). *Minuta de agravo do jornalista cruz preso na cadeia de Viseu como conspirador e do ferrador Jaime indiciado e afixado como boateiro*. Tipografia do Correio da Beira.
- Aranha, [P. V.] B. (1885). *Subsídios para a história do jornalismo nas Províncias Ultramarinas Portuguesas*. Imprensa Nacional.
- Aranha, [P. V.] B. (1887). *Mendes Leal. Memórias políticas e literárias*. S/e.
- Aranha, [P. V.] B. (1898). *A Imprensa em Portugal nos séculos XV e XVI. As Ordenações d'El Rei D. Manuel*. Imprensa Nacional.
- Aranha, [P. V.] B. (1900). *Mouvement de la presse périodique en Portugal de 1894 a 1899*. Imprensa Nacional.
- Aranha, [P. V.] B. (1900). Periódicos (Movimento Jornalístico em Portugal). In *Dicionário bibliográfico português* (Tomo XVII, 10º do suplemento, pp. 249-271). Imprensa Nacional.
- Aranha, [P. V.] B. (1907/1908). *Factos e homens do meu tempo. Memórias de um jornalista* (3º Vol.). Parceria António Maria Pereira.
- Aranha, [P. V.] B. (1908). *Resenha sucinta ou guia do que se contém nos volumes de miscelâneas apresentados na exposição do Rio de Janeiro, como amostra da bagagem de um jornalista*. Tipografia Universal.
- Aranha, [P. V.] B.. (1894). *Rapport de la Section Portugaise, 1er Congrès International de la Presse, Anvers*. Imprensa Universal.
- Aranha, P. B. (1933). *Filosofia elementar da rádio*. Imprensa Nacional de Publicidade.
- Araújo, A. d'A. (1931). *O repórter Xiça (com X)*. Imprensa Beleza.
- Araújo, M. R. (1946). *A reportagem como género. Gênese do jornalismo através da constante histórico-literária* [Monografia de licenciatura, Universidade de Lisboa].
- Araújo, N. (1941). Das Relações e da Gazeta de 1641 ao jornalismo do século XX. *Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas*, 4 (Comemorativo do Tricentenário da Gazeta), 119-124.
- Armelim Jr., M. V. (1909). *Papel da imprensa na grande obra de regeneração nacional. Alvitres práticos. Memória da Associação de Jornalistas e Escritores Portugueses*. Imprensa Lucas.
- Associação de Jornalistas de Lisboa (1903). *Relatório dos delegados da Associação dos Jornalistas de Lisboa Alfredo Mesquita, José Parreira e L. de Mendonça e Costa ao 8º Congresso Internacional da Imprensa - Berna, 1902*. Associação de Jornalistas de Lisboa.
- Associação dos Jornalistas (1902). *Das violações da liberdade de imprensa. Consulta da Associação de Jornalistas*. S/e.
- Associação dos Jornalistas de Lisboa (1902). *Apreensão de periódicos. Consulta da Associação dos Jornalistas de Lisboa e proposta da Associação dos Advogados de Lisboa*. Associação de Jornalistas de Lisboa.
- Associação dos Jornalistas e Escritores Portugueses (1884 - 1885). *Boletim da Associação dos Jornalistas e Escritores Portugueses*. Associação de Jornalistas e Escritores Portugueses.
- Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto (1896). *Relatório dos atos da direção da Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto*. Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto.
- Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto. (s.d.). *A carteira de identidade de profissional de imprensa e a Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto*. Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto.
- Ávila, A. (1936). *Cocktail. tipos, casos, notas, apontamentos. meditações e nostalgias de um jornalista profissional*. Tipografia Angrense.
- Azevedo, C. (1999). *A censura de Salazar e Marcelo Caetano*. Caminho.
- Azevedo, C. (2016). Cultura e fatores económicos: mudanças no modelo de jornalismo cultural em Portugal. In C. Baptista (Ed.), *Cultural na primeira página: Uma década de jornalismo cultural na imprensa em Portugal (2000-2010)* (pp. 171-190). Escritório Editora.
- Azevedo, J. L. (1926). *Cartas do Padre António Vieira, coordenadas e anotadas por José Lúcio d'Azevedo* (Vol. 2). Imprensa da Universidade.
- Azevedo, M. (1969). O jornal, o jornalista e a função informativa da imprensa. In *Congresso Republicano de Aveiro: Teses e Documentos* (vol. I). Seara Nova.
- Balsemão, F. P. (1971). *Informar ou depender? Ática*.
- Baltar, G. (1934). *À hora do chá*. Livraria Lello.
- Baptista, C. (2012). *Apogeu, morte e ressurreição da política nos jornais portugueses - Do século XIX ao Marcelismo*. Escritório.
- Baptista, J. (1965). *A imprensa no tempo da implantação da República*. Sociedade Nacional de Belas Artes.
- Baptista, J. (1966). *Um jornal na revolução: "O Mundo" de 5 de Outubro de 1910*. Seara Nova.
- Baptista, J. (1977). *Alexandre Herculano: jornalista*. Bertrand.
- Barbosa, J. E., & Pio, M. (1942). *Primeiras notícias*. Tipografia União.
- Barbosa, M. J. (2006). *Imprensa e rituais políticos através dos tempos: as tomadas de posse dos Presidentes da República na imprensa escrita (1911-2001)* [Dissertação de mestrado, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa].
- Barman, R. (1988). *Brazil. The forging of a Nation (1798-1852)*. Stanford University Press.
- Barreto, A. (1999). Fotógrafos. In A. Barreto, & M. F. Mónica. (Eds.). *Dicionário de História de Portugal* (Vol. 8, pp. 61-63). Figueirinhas.
- Barreto, J. A. G. (1861). *O noticiário do jornal A Liberdade e o autor do presente opúsculo*. Imprensa Nacional.
- Barrocas, A. J. B. C. (2014). *Sais de sangue. O corpo fotografado. Teoria e prática da fotografia em Portugal (1839-1930)* [Tese de doutoramento, Universidade de Lisboa]. <http://hdl.handle.net/10451/15632>
- Barros, J. L. (1993). *O fenómeno de opinião em Portugal durante a Segunda Guerra Mundial* [Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa]. <http://hdl.handle.net/10362/116176>

- Barros, J. L. (2014). *O jornalismo político republicano radical - O Mundo (1900-1907)* [Tese de doutoramento, Universidade de Lisboa]. <http://hdl.handle.net/10400.21/13139>
- Barros, J. L. (2015). O jornalismo político d'O Século e do *Diário de Notícias*. *Comunicação Pública*, (10)17, 1-22. <https://doi.org/10.4000/cp.928>
- Barros, J. L. (2021). *O jornalismo político republicano radical. O Mundo, 1900-1907*. Instituto Politécnico de Lisboa.
- Barros, P. A. M. (1944). *Emídio Navarro*. Separata de *Discursos pronunciados na sessão comemorativa dos centenários de Anselmo de Andrade e de Emídio Navarro*. Instituto Superior Técnico.
- Basto, A. M. (1940). *Três fases do jornalismo portuense*. Câmara Municipal do Porto.
- Bastos, H. (2000). *Jornalismo eletrónico: Internet e reconfiguração de práticas nas redações*. MinervaCoimbra.
- Bastos, H. (2009). Da implementação à estagnação: os primeiros doze anos de ciberjornalismo em Portugal. In *Sociedade dos Media: Comunicação, Política e Tecnologia. Atas Digitais do VI Congresso SOPCOM* (pp. 2513-2527). Universidade Lusófona.
- Bastos, H. (2010). *Origens e evolução do ciberjornalismo em Portugal: os primeiros quinze anos (1995-2010)*. Afrontamento.
- Bastos, H. (2011). *Ciberjornalistas em Portugal: práticas, papéis e ética*. Livros Horizonte.
- Bastos, H., Lima, H., & Moutinho, N. (2012). A influência da Internet na imprensa portuguesa. In H. Bastos, & F. Zamith (Eds.). *Ciberjornalismo: modelos de negócio e redes sociais* (pp. 69-82). Edições Afrontamento.
- Bastos, J. T. S. (1926). *História da censura intelectual em Portugal. Ensaio sobre a compreensão do pensamento português*. Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Batalha, L. (1876). *A nova inquisição ou o diretório republicano e os seus atos perante a opinião pública*. Nova Livraria Internacional.
- Belo, A. (2001). *As gazetas e os livros; a gazeta de Lisboa e a vulgarização do impresso (1715-1760)*. Imprensa de Ciências Sociais.
- Bergel, A. J. A. (2005). As relações de sucessos nas origens do jornalismo. Aproximação ao mercado informativo na Lisboa do século XVII. *Leituras - Revista da Biblioteca Nacional*, S.3(14-15), 1-28.
- Bernardo, M. A. (1996). *Marcelo e Spínola: a rutura: As Forças Armadas e a imprensa na queda do Estado Novo, 1973-1974*. Estampa.
- Bessa, A. (1898). *A Associação de Imprensa Portuguesa. Sua fundação e atos da comissão instaladora e da comissão especial de socorros desde setembro de 1897 a março de 1898*. Imprensa de Libânio da Silva.
- Bessa, A. (1899). *A Associação da Imprensa Portuguesa no segundo ano da sua existência. Relatório elaborado para ser presente à assembleia-geral*. Tipografia de O Expresso.
- Bessa, A. (1904). *O jornalismo. Esboço histórico da sua origem e desenvolvimento até aos nossos dias*. Viúva Tavares Cardoso.
- Boisvert, G. (1982). *Un pionnier de la propagande liberale au Portugal. João Bernardo da Rocha Loureiro (1778-1853)*. Fundação Calouste Gulbenkian/Centro Cultural Português.
- Bonifácio, M. de F. (1993). O abençoado retorno da velha história, *Análise Social*, XXVIII(122), 623-630.
- Borges, F. (1900). *A imprensa em Portugal. Notas de um jornalista*. Imprensa Literária e Tipográfica.
- Borges, J. P. A. (1984). *Joshua Benoliel: Rei dos fotógrafos* [Dissertação de mestrado, Universidade Nova de Lisboa].
- Botta, M. G. (2013). A imprensa pioneira em língua portuguesa e os gêneros jornalísticos no século XVIII. *Revista Comunicação Midiática*, 8(2), 149-168. <https://www2.faac.unesp.br/comunicacaomidiatica/index.php/CM/article/view/237>
- Bramão, A. (1899). *O jornalismo*. Tipografia da Rua da Barroca.
- Bramão, A. A. P. S. (1936). *Recordações do jornalismo, da política, da literatura e do mundanismo*. Livraria Central Editora.
- Branco, Capitão V. (1938). *Subsídios para a história da imprensa algarvia de 1833 aos nossos dias*. Tipografia Caetano.
- Branco, F. C. (1956). O primeiro semanário lisboeta e português. *Revista Municipal [de Lisboa]*, 17(69), 19-25.
- Braojos Garrido, A. (1999). De los antecedentes a la conquista de la libertad de expresión. In J. L. Gómez Mompert, & E. Marín Otto (Eds.), *Historia del Periodismo Universal* (pp. 13-48). Síntesis.
- Brinca, P. (2006). *Setúbal da Rede: o caso de um projeto pioneiro. Comunicação e Sociedade*, 9, 147-150. [https://doi.org/10.17231/comsoc.9\(2006\).2458](https://doi.org/10.17231/comsoc.9(2006).2458)
- Brochado, I. F. C. (1960). *O problema da liberdade de imprensa. Conferência realizada no Porto em 19 de fevereiro de 1960 perante as comissões políticas da União Nacional do Distrito do Porto*. Companhia Nacional Editora.
- Brownlees, N., Freitas, E. S. L. F., Tuna, S., & Sousa, J. P. (Eds.). (2018). *Shaping reality in news reporting from early modern English to the dawn of the twentieth century*. Media XXI.
- Brun, A. (1919). *A malta das trincheiras* (2.^a edição ampliada). Guimarães Editora.
- Bruno, S. (1906). *Os modernos publicistas portugueses*. Chardron.
- Burke, P. (1992). A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa. In P. Burke (Org.), *A escrita da história* (pp. 327-348). UNESP.
- Cabral, A. (1949). *As minhas memórias de jornalista. Casos da política, lutas da política, cartas inéditas*. Edições Gama.
- Cabral, A. (1949). *As minhas memórias de jornalista. Cenas da política, lutas da imprensa, cartas inéditas*. Gráfica Santelmo.
- Cabrera, A. (2006a). *Marcello Caetano: poder e imprensa*. Livros Horizonte.
- Cabrera, A. (2006b). Os jornalistas no Marcelismo – dinâmicas sociais e reivindicativas. *Media & Jornalismo*, (9), 9-22. <http://fabricadesites.fcsh.unl.pt/polocicdigital/wp-content/uploads/sites/8/2017/03/n9-01-Ana-Cabrera.pdf>
- Cabrera, A. (2010). Os jornalistas no marcelismo: dinâmicas sociais e reivindicativas. In N. Traquina (Org.), *Do chumbo à era digital. 13 leituras do jornalismo em Portugal* (pp. 71-84). Livros Horizonte e Centro de Investigação Media e Jornalismo.

- Cabrera, A. (2013). Censura e estratégias censurantes na sociedade contemporânea. In A. Cabrera (Org.), *Censura nunca mais: a censura ao teatro e cinema no Estado Novo* (pp. 15-38). Alêtheia Editores.
- Cabrera, A. (2014). The press, censorship, family-owned business and corporate groups under the New State. In J. P. Sousa, H. Lima, A. Hohlfeldt, & M. Barbosa (Eds.), *A history of the press in the Portuguese-Speaking Countries* (pp. 261-322). Media XXI.
- Cabrera, A. (Org.). (2011). *Jornais, jornalistas e jornalismo (séculos XIX e XX)*. Livros Horizonte.
- Cadernos de Jornalismo*. Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Cádima, F. R. (1996). *Salazar, Caetano e a televisão portuguesa*. Editorial Presença.
- Cádima, F. R. (1999). Os media na Revolução (1974-1976). In J. M. B. Brito (Coord.), *O país em revolução* (pp. 321-358). Editorial Notícias.
- Cádima, F. R. (2002). *História e crítica da comunicação*. Edições Séclo XXI.
- Cádima, F. R. (2006). Jornalismo e jornalistas em Portugal: desafios, limites e responsabilidade. *Revista Estudos do Século XX*, (7), 147-165. http://dx.doi.org/10.14195/1647-8622_7_8
- Caetano, M. (1965). *A opinião pública no estado moderno*. Gráfica Manuel A. Pacheco.
- Caetano, M. (1968). *"O Direito" e a imprensa portuguesa*. Coimbra Editora.
- Camponês, C. (2002). *Jornalismo de proximidade. Rituais de comunicação na imprensa regional*. MinervaCoimbra.
- Campos, A., & Mendonça, Z. (1906). *O livro de um jornalista. ciência, política, moral, religião*. Livraria Viúva Tavares Cardoso.
- Candeias, A., & Simões, E. (1999). Alfabetização e escola em Portugal no século XX: Censos nacionais e estudos de caso. *Análise Psicológica*, 1(17), 163-194. https://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/5867/1/1999_1_163.pdf
- Canga Larequi, J. (1994). *El diseño periodístico en prensa diaria*. Bosch.
- Cardoso, C. R. (2012). *Seduzir ou informar? A newsmagazine como dispositivo de comunicação*. MinervaCoimbra.
- Cardoso, C. R. (2014). *A newsmagazine em Portugal: 70 anos até à consolidação do conceito* [Tese de doutoramento, Universidade Nova de Lisboa]. <http://hdl.handle.net/10362/20009>
- Cardoso, J. P. (1941). *O problema da radiodifusão em Portugal. Alguns aspetos*. Tipografia do Comércio e das Colónias.
- Cardoso, M. F. L. (2015). *A fotografia documental na imprensa nacional: o real e o verosímil* [Tese de doutoramento, Universidade Nova de Lisboa.]. <http://hdl.handle.net/10362/14494>
- Cardoso, R. (2017). *O 25 de Novembro e os media estatizados. Uma história por contar*. Caminho.
- Cardoso, R., Ramalho, M. M., & Marques, R. (2014). *A Primeira Guerra Mundial* (vol. VII). A Esfera dos Livros.
- Carneiro, Á. (1973). *Para a história do jornalismo em Braga*. S/e.
- Carneiro, A. L. (1955). *Imprensa periódica tirsense*. Tipografia Imprensa Portuguesa.
- Carneiro, G. (1972). *Um repórter no mundo português*. S/e.
- Carmo, A. (1846). *Ao tribunal da opinião pública de 1843 a 1845*. Tipografia de Manuel de J. Coelho.
- Carqueja, B. (1893). *A liberdade de imprensa*. Tipografia de O Comércio do Porto.
- Carqueja, B. (1924). *O Comércio do Porto ao completar setenta anos. Notas para a sua história*. O Comércio do Porto.
- Carqueja, B. (1925). *O Comércio do Porto. No centenário de Camilo Castelo Branco 1825-1925*. O Comércio do Porto.
- Carqueja, B. (1934). *O Comércio do Porto ao completar 80 anos. Notas para a sua história*. O Comércio do Porto.
- Carrasco, C., Cunha, C., & Pintassilgo, J. (1983). O mais célebre jornal clandestino português. *História*, 56, 58-69.
- Carregal, J. C. (1940). *Gutenberg e a civilização. Conferência*. Grémio Nacional dos Industriais de Tipografia e Fotogravura.
- Carvalho, A. A. (1973). *A censura e as leis de imprensa*. Seara Nova.
- Carvalho, A. A. (1986). *A liberdade de informação e o Conselho de Imprensa: 1975-1985*. Direção Geral da Comunicação Social.
- Carvalho, A. A. (1999). *A censura à imprensa na Época Marcelista*. MinervaCoimbra.
- Carvalho, A. A., & Cardoso, A. M. (1971). *Da liberdade de imprensa*. Editorial Meridiano.
- Carvalho, A. A., Cardoso, A. M., & Figueiredo, J. P. (2005). *Direito da comunicação social. O regime jurídico da comunicação social em Portugal* (2ª ed.). Casa das Letras.
- Carvalho, A. J. T. (1931). *Notas para a história do jornalismo em Elvas*. Tipografia Progresso.
- Carvalho, A. M. (1924). *Joaquim Martins de Carvalho. Apontamentos biográficos*. Imprensa Académica.
- Carvalho, A. S. (1932). *O jornalismo médico português e a Medicina Contemporânea*. Separata de *A Medicina Contemporânea*, 1. Tipografia Labor.
- Carvalho, F. T. (1940). *A opinião pública. Palestra proferida ao microfone da Emissora Nacional*. Tipografia Empresa do Anuário Comercial.
- Carvalho, J. L. F. (1855). *Memórias da vida de José Liberato Freitas de Carvahlo*. Tipografia José Baptista Morando.
- Casares, F. (1952). Periodistas de Portugal y de España. *Gazeta Literária*, 4, 78.
- Cascais, F. (2008). Ensino do jornalismo em Portugal: História de um fracasso dos jornalistas. *Media & Jornalismo*, (13), 55-76. <http://fabricadesites.fcsh.unl.pt/polocicdigital/wp-content/uploads/sites/8/2017/04/13artigos.pdf>
- Castelo Branco, G. (1954). *Páginas de jornalismo*. Imprensa Artística.
- Castro, A. (1918). *Campo de ruínas. Impressões da guerra*. Santos & Vieira e Empresa Literária Fluminense.
- Castro, F. (1988). *Ao fim da memória* (vols. I e II). Verbo.
- Castro, J. L. (1859). *Coleção da legislação reguladora da liberdade de imprensa seguida de vários acórdãos dos tribunais superiores e precedida de uma introdução*. Tipografia F. Gomes da Fonseca.
- Castro, J. L. (1897). *Catálogo do jornalismo português, antigo e moderno, ou publicações periódicas, políticas, científicas, literárias, religiosas, etc.* Livraria de João Pereira da Silva & Filhos.
- Castro, L. F. O. (1972). *Comunicação*. S/e.
- Castro, V. (1868). *Cartas ao Senhor Conselheiro António Rodrigues Sampaio e ao Senhor Filipe de Carvalho*. Tipografia Lusitana.

- Castro, Z. O. (1993). A independência do Brasil na imprensa periódica portuguesa. *Revista de História das ideias*, 15, 663-679. https://doi.org/10.14195/2183-8925_15_16
- Castro, Z. O. (1995). História e tradição: o liberalismo de O Padre Amaro. *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, 2(8), 63-76.
- Cavaco, S. (2012). *Mercado media em Portugal no período marcelista*. Edições Colibri.
- Cavalheiro, A. R. (1959). *Carlos Lobo d'Ávila. Jornalista, orador e político*. S/e.
- Cavroé, P. A. (1821). *Resposta ao papel intitulado Exorcismos Contra Periódicos e Outros Malefícios com o responso de Santo António contra a descoberta da malignidade dos aleijões solapados*. Imprensa Nacional.
- Cawley, A., Lima, H., Kruglikova, O., & Birkner, T. (2019). The “new” newspapers: the popular press in Britain, Portugal, Russia, and Germany. In K. Arnold, P. Preston, & S. Kinnebrock (Eds.), *The handbook of European communication history* (pp. 43-59). Wiley Blackwell.
- Cayolla, L. (1929). *Revivendo o passado*. Imprensa Limitada.
- Cayolla, L. (1934). *Cenas delidas pelo tempo. Recordações do passado*. Sociedade Industrial de Tipografia.
- Centro de História da Universidade de Lisboa. (1986b). *Guerristas e antigueristas*. Centro de História da Universidade de Lisboa e Instituto Nacional de Investigação Científica.
- Cerqueira, E. (1952). O centenário do “Campeão do Vouga”. *Notas de recordação do primeiro jornal aveirense*. Separata de Arquivo do Distrito de Aveiro, 18. S/e.
- Chagas, J. (1900). *Trabalhos forçados*, I. S/e.
- Chagas, J. (1905). *Homens e factos, 1902-1904*. França Amado Editor.
- Chalabi, J. K. (1998). *The invention of journalism*. MacMillan Press.
- Chaves, L. (1927). *Subsídios para a história da gravura em Portugal*. Imprensa da Universidade.
- Cloclet, A. R. (2006). *Intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do Antigo Regime português (1750-1822)*. Hucitec.
- Clube de Jornalistas (2000-...). *JJ - Jornalismo & Jornalistas*. Clube de Jornalistas. <http://www.clubedejornalistas.pt/?cat=21>
- CODAM. (1973). *Contribuição para a história da imprensa em Moçambique*. CODAM SARL.
- Coelho, A. A. F. M. (1891). *Questão de abuso de liberdade de imprensa contra Heliodoro Salgado por uns artigos publicados no jornal Os Debates. Minuta de apelação*. Tipografia Phenyx.
- Coelho, E. (1871). *Opressão e liberdade*. Tipografia Universal.
- Coelho, E. (1877). *Histórias de hoje*. Tipografia Universal.
- Coelho, E. (1881). *Notice présentée au Congrès Littéraire International de Lisbonne, avec fac-simile de la première gazette publiée en Portugal, offert au Congrès Littéraire International de Lisbonne*. S/e.
- Coelho, E. (1898). *Le Portugal et Gutenberg: quelques indications abrégées sur le développement de la presse portugaise, offertes aux membres du 5ème Congrès International de la Presse*. Tipografia do Jornal do Comércio.
- Coelho, J. F. T. (1897). *Liberdade de imprensa. Proposições apresentadas ao Congresso da União Internacional de Direito Penal*. Antiga Casa Bertrand-José Bastos.
- Cohen, I. S. (2008). Diversificação e segmentação dos impressos. In A. L. Martins, & T. R. Luca (Orgs.), *História da imprensa no Brasil* (pp. 103-130). Contexto.
- Coimbra, A. (1934). *Jornalismo escolar figueirense*. Tipografia Popular.
- Conboy, M. (2010). *The language of newspapers: socio-historical perspectives*. Continuum.
- Conde de Rio Maior (1880). *Inquérito às secretarias de Estado: artigos publicados na Revolução de Setembro: Ofícios e declarações do sr. conde de Rio Maior*. Lallemand Frères.
- Correia, F. (1997). *Os jornalistas e as notícias. A autonomia jornalística em questão*. Caminho.
- Correia, F. (2000). *Jornalismo e sociedade. Introdução ao estudo e à prática do jornalismo enquanto fenómeno social*. Avante!
- Correia, F. (2006). *Jornalismo, grupos económicos e democracia*. Caminho.
- Correia, F., & Baptista, C. (2005). Anos 60: um período de viragem no jornalismo português. In *Livro de Atas - 4º SOPCOM* (pp. 1191-1202). Sopcom.
- Correia, F., & Baptista, C. (2006a). Anos 60: Um período de viragem no jornalismo português. *Media & Jornalismo*, 9, 23-39.
- Correia, F., & Baptista, C. (2006b). *Jornalistas: do ofício à profissão. Mudanças no jornalismo português 1956-1968*. Caminho.
- Correia, F., & Baptista, C. (2010a). Anos 60: um período de viragem no jornalismo português. In N. Traquina (Org.), *Do Chumbo à Era Digital. 13 Leituras do Jornalismo em Portugal* (pp. 53-70). Livros Horizonte e Centro de Investigação Media e Jornalismo.
- Correia, F., & Baptista, C. (2010b). *Memórias vivas do jornalismo*. Caminho.
- Correia, F., & Baptista, C. (2011). O papel modernizador dos jornais *Diário Ilustrado*, *Diário Popular*, *Diário de Lisboa* e *A Capital* durante a década de 60 do século XX. In A. Cabrera (Org.), *Jornais, Jornalistas e Jornalismo. Séculos XIX -XX* (pp. 151-204). Livros Horizonte e Centro de Investigação Media e Jornalismo.
- Correia, H. F. O. (1912). *Relatório da visita ao jornal O Século*. Imprensa Nacional.
- Correia, J. C. (2008). História do jornalismo em Portugal: o pós-25 de Abril. In J. P. Sousa (Org.), *Jornalismo: história, teoria e metodologia da pesquisa* (pp. 367-378). Edições Universidade Fernando Pessoa.
- Correia, J. C. (2011). *O admirável mundo das notícias: teoria e métodos*. Livros LabCom.
- Correia, J.C. (1998). *Jornalismo e espaço público*. Universidade da Beira Interior.
- Correia, L. (2005). *Direito da comunicação social*. Almedina.
- Correia, R. Fichas históricas de: *Branco e Negro: Semanário Ilustrado* (2012); *O Branco e o Negro*. *Revista Semanal Ilustrada para Portugal e Brasil* (2012); *Brasil-Portugal* (2009); *O Domingo Ilustrado* (2007); *Ilustração* (2009); *A Ilustração Luso-Brasileira: Jornal Universal* (2008); *Ilustração Portuguesa* (2009); *A Ilustração Portuguesa: Semanário: Revista Literária e Artística* (2012); *Jornal do Domingo: Revista Universal* (2007); *O Ocidente* (2008, atualizada em 2012); *O Panorama* (2012); *Serões* (2012). Disponíveis na Hemeroteca Municipal de Lisboa: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/index.htm>

- Cortesão, J. (1969). *Memórias da Grande Guerra (1916-1919)*. Portugália Editora [edição original de 1919].
- Costa, A. (1954). *Breve história da imprensa cinematográfica em Portugal*. Separata de *Gazeta Literária*, 11-18.
- Costa, F. (2004). Os antecedentes da Ilustração Portuguesa. In *Ilustração Portuguesa* (pp. 6-48). Centro Português de Fotografia/Ministério da Cultura.
- Costa, F. A. A. C. (1963). *No primeiro centenário da introdução do jornalismo e da imprensa em Vila Franca do Campo*. Separata de *Insulana*, 17. Tipografia Diário dos Açores.
- Costa, F. S., & Valente, L. (2015). *O Independente. A máquina de triturar políticos. Como um jornal sacudia o país e atormentava o poder*. Matéria-Prima.
- Costa, J. D. R. (1826a). *O avô dos periódicos*. Imprensa Régia.
- Costa, J. D. R. (1826b). *Segunda parte do avô dos periódicos dirigida ao Espelho dos Jornalistas*. Imprensa Régia.
- Costa, L. F., Lains, P., & Miranda, S. M. (2011). *História económica de Portugal*. A Esfera dos Livros.
- Coutinho, A. B. (1969). Breve comparação dos regimes jurídicos da imprensa em Portugal. Últimos tempos da Monarquia, República, Estado Novo. In *Congresso Republicano de Aveiro: teses e documentos* (vol. II). Seara Nova.
- Coutinho, M. J. de C. (2015). *Jornalismo literário em Portugal e no mundo. Abordagem jornalística e técnicas da escrita* [Dissertação de mestrado, Universidade Nova de Lisboa]. <http://hdl.handle.net/10362/14769>
- Cristo, D. (2001). A rádio no tempo de Salazar e Caetano: censura, propaganda e resistência, *Observatório*, 3, 9-32.
- Cristo, D. (2005). *A rádio em Portugal e o declínio do regime de Salazar e Caetano (1958 - 1974)*. MinervaCoimbra.
- Cruz, F. (1964). *Antologia do jornalismo português*. Instituto de Angola.
- Cruz, M. B. (1978). A informação popular anti-salazarista. Da cripto-informação à contrainformação. *Economia e Socialismo*, (32-33), 53-63.
- Cruzeiro, M. R. (1969). *Televisão*. Porto Editora.
- Cunha, A. (1891). *Eduardo Coelho. A sua vida e a sua obra. Alguns factos para a história do jornalismo*. Tipografia Universal.
- Cunha, A. (1898). *La presse périodique en Portugal: bref mémoire présenté au Cinquième Congrès International de la Presse à Lisbonne*. Diário de Notícias.
- Cunha, A. (1913). *O Portuense Sousa Viterbo. Elogio lido na sessão solene no Ateneu Comercial do Porto em 29 de Dezembro de 1913*. Tipografia Universal.
- Cunha, A. (1914). *O Diário de Notícias. A sua fundação e os seus fundadores. Alguns factos para a história do jornalismo português*. Diário de Notícias/Tipografia Universal.
- Cunha, A. (1925). *Camilo Castelo Branco, jornalista*. Casa Ventura Arantes.
- Cunha, A. (1930). *O tricentenário da publicação do primeiro periódico português. As Relações de Manuel Severim de Faria e as Gazetas da Restauração. Comunicação que o sócio correspondente Sr. Alfredo da Cunha fez na sessão da 2ª Classe em 10 de abril de 1930*. Separata do *Boletim da Academia das Ciências de Lisboa* (nova série, vols. I e II, pp. 358-371). Imprensa da Universidade.
- Cunha, A. (1932). O jornalismo. As *Relações de Manuel Severim de Faria e as Gazetas da Restauração*. Os mercúrios. Quem foi o primeiro periodista português. In A. F. Sampaio (Ed.), *História da Literatura Portuguesa Ilustrada* (vol. 3, pp. 220-236). Bertrand.
- Cunha, A. (1939). *“Olisipo”: berço do periodismo português: O tricentenário da “Gazeta” cognominada “da Restauração”*. Amigos de Lisboa.
- Cunha, A. (1941a). *Elementos para a história da imprensa periódica portuguesa (1641-1821)*. Separata das *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa*, 4 (classe Letras). Academia das Ciências de Lisboa.
- Cunha, A. (1941b). *Jornalismo nacional: das malogradas associações de imprensa à alvitrada Ordem dos Jornalistas Portugueses*. Separata do *Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas*, 2. Sindicato Nacional dos Jornalistas.
- Cunha, A. (1941c). *Relances sobre os três séculos de jornalismo português*. Separata do *Boletim do Sindicato Nacional de Jornalistas*, 4. Gráfica Santelmo.
- Cunha, A. (1941d). *Periódicos e relações, periodistas e noticiários*. Separata do *Boletim da Academia das Ciências de Lisboa* (vol. 13). Academia das Ciências de Lisboa.
- Cunha, A. M. (1929). *A evolução do jornalismo na Índia Portuguesa*. Imprensa Nacional.
- Cunha, J. G. (1974). *Jornalismo no distrito de Castelo Branco. Resenha histórica*. Tipografia da Beira Baixa.
- Daciano, B. (1958). *Um jornalista portuense do século passado. Manuel Fernandes Reis*. Separata da revista *O Tripeiro*, 10. Tipografia Empresa Guedes.
- Dantas, J. (1942). *Discurso proferido na sessão comemorativa do tricentenário da fundação do primeiro periódico português*. Ottosgráfica LTD.
- Dantas, J. (1968). *Páginas da memória*. Portugália.
- Dantas, L. (s/d). *Mário Domingues*. Gráfica da Graciosa. <https://en.calameo.com/read/000313794848aaf6bb641>
- Delicato, M. O. (2014). *Revoluções no Fotorjornalismo: O Caso d'O Comércio do Porto* [Tese de doutoramento, Universidade Fernando Pessoa]. <http://hdl.handle.net/10284/4543>
- Diário de Notícias do Funchal. (1908). *Resenha cronológica do jornalismo madeirense*. Tipografia do Diário de Notícias.
- Diário de Notícias. (1865). *Diário de Notícias. Exposição Internacional do Porto*. Tipografia Universal.
- Diário de Notícias. (1925). *Diário de Notícias: O grande jornal português*. Diário de Notícias.
- Diário Popular. (1962). *Diário Popular: o jornal de maior expansão no mundo português*. Diário Popular.
- Dias, A. C. (1918). *Sobre um decreto; uma campanha jornalística*. Lamas, Moita & C^a.
- Dias, A. C. (1966). *Discursos sobre a liberdade de imprensa no primeiro parlamento português 1821: Textos Integrais*. Portugália.
- Dias, E. G. (2006). *Gazetas da Restauração [1641-1648]: uma revisão das estratégias diplomático-militares portuguesas* (edição transcrita). Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- Dias, E. G. (2010). *Olhares sobre o Mercúrio Português [1663-1667]. Transcrição e comentários* (vols. I e II). Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- Dias, E. G. (2017). *Representações da Idade Média na imprensa periódica portuguesa entre a Restauração e a Revolução Liberal*. Caleidoscópio.

- Dias, J. A. (1996). *Craesbeeck. uma dinastia de impressores em Portugal*. APLA.
- Dias, J. L. (1936). *A Beira Baixa ao microfone da Emissora Nacional de Radiodifusão*. Féris.
- Dias, J. S. (1968). *A radiodifusão na sequência dos meios de comunicação*. Emissora Nacional.
- Dias, L. (1953). *A casa dos jornalistas*. Separata de *A Gazeta Literária*, 1-3. Marânus.
- Dias, L. A. C. (2007). O papel do impresso. A imprensa e a transformação do espaço público em Portugal (último quartel do século XIX-primeiro quartel do século XX). *Estudos do Século XX*, 7, 307-317.
- Dias, L. A. C. (2014a). Imprensa e espaço público. In M. F. Rollo (Coord.), *Dicionário de história da I República e do Republicanismo II* (pp. 370-373). Assembleia da República.
- Dias, L. A. C. (2014b). Jornalismo moderno. In M. F. Rollo (Coord.), *Dicionário de história da I República e do Republicanismo II* (pp. 539-541). Assembleia da República.
- Dias, L. A. C. (2018). Personagens inventadas: jornalismo e ficção na I Grande Guerra Mediática (1914-1918). *Mediapolis*, (6), 41-59. https://doi.org/10.14195/2183-6019_6_3
- Dias, M. (1999). *Do 31 de Janeiro ao 25 de Abril. A história e o testemunho da imprensa*. Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto.
- Dias, R. N., & Eça, F. G. A. (1957). *A imprensa periódica em Moçambique (1854-1954)*. Imprensa Nacional de Moçambique.
- Direção do Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa (Ed.). (1928). *Uma hora de jornalismo. Aspetos, anedotas e inconfidências da vida profissional*. CPSPIL.
- Domingues, A. (2006). Notícias do Brasil colonial - a imprensa científica e política ao serviço das elites (Portugal, Brasil e Inglaterra). *Varia Historia*, 22(35), 150-174. <https://doi.org/10.1590/S0104-87752006000100009>
- Domingues, M. (1959). *Recordações do café Royal*. S/e.
- Domingues, M. (Org.). (s.d.b). *O Livro do Repórter X*. Agência Editorial Brasileira.
- Domingues, M. (s.d.a). Vinte e quatro anos de vida intensa e tumultuosa. In M. Domingues (Org), *O livro do Repórter X* (pp. 83-127). Agência Editorial Brasileira.
- Dooley, B. (2001). Introduction. In B. Dooley & S. Baron (Eds.), *The politics of information in Early Modern Europe* (pp. 1-16). Routledge.
- Dourado, M. (1957). *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*. Bibliex.
- Drowning, J. (2000). *Radical media: Rebellious communication and social movements*. Sage.
- Escaleira, A. (s.d.). Reinaldo Ferreira, émulo de Alberto Londres. In M. Domingues (Org.), *O livro do Repórter X* (pp. 23-35). Agência Editorial Brasileira.
- Espejo, C. (2011). European communication networks in the Early Modern Age: A new framework of interpretation for the birth of journalism. *Media History*, 17(2), 189-202. <https://doi.org/10.1080/13688804.2011.554730>
- Estatuto da Imprensa*. (1972). Coimbra Editora.
- Esteves, E. (2018). 1968-69 *A voz de uma geração: A Capital, memórias de um tempo*. Âncora.
- Esteves, R. (s.d.). Ficha histórica de *Arquivo Pitoresco: Semanário Ilustrado*. Hemeroteca Municipal de Lisboa. <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/FichasHistoricas/ArquivoPitoresco.pdf>
- Faria, D. (1972). *Imperador e jornalista*. Orbis.
- Faria, F. A. (2015). *Circulações internacionais e Liberalismo. O exílio liberal português, 1828-1832* [Dissertação de mestrado, Iscte - Instituto Universitário de Lisboa]. <http://hdl.handle.net/10071/10440>
- Faria, F. A. (2016). O exílio liberal português de 1828-1832, um fenómeno multidimensional: práticas sociais e culturais. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 16, 271-292. https://doi.org/10.14195/1645-2259_16_12
- Faustino, P. (2004). *A imprensa em Portugal: transformações e tendências*. Media XXI.
- Fava, F. M. (2010). Repórter X: o artesão do fingimento. *Biblos*, VIII, 307-335.
- Feio, V. B. (1849). *Duas palavras à Revolução de Setembro e primeiro alerta aos portugueses*. Tipografia Lucas Evangelista.
- Fernandes, E. ("O Esculápio"). (1940). *Memórias do "Esculápio". Das mãos da parteira ao ano da República*. Parceria António Maria Pereira.
- Fernandes, J. (1993). *Gazeta Literária* (1761-62): reflexos e sombras de um jornal das "Luzes". *Revista da Faculdade de Letras - História*, X, 205-231. <https://ojs.letras.up.pt/index.php/historia/article/view/5683>
- Fernandes, J. G. B. (s.d.). *O Jornalismo em Macau*. Separata do *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Sociedade de Geografia de Lisboa.
- Fernandes, J. L., & Cascais, F. (2006). A digitalização no setor da comunicação: um desafio europeu. www.cen-jor.pt/relatorio.pdf
- Ferrão, C. (1990). A história de um jornal quase secular: o *Século* (1880-1977). In J. Medina (Dir.), *História contemporânea de Portugal. O Estado Novo II* (pp. 197-211). Universidade Aberta.
- Ferrão, F. A. F. S. (1850). *O uso e abuso da imprensa ou considerações sobre a proposta de lei regulamentar do § 3 do art.º 145º da Carta Constitucional*. Tipografia do Panorama.
- Ferreira, C. (2013). *Os media na Guerra Colonial: A manipulação da Emissora Nacional como altifalante do regime*. MinervaCoimbra.
- Ferreira, I. (1932). *Carta aberta aos leitores do "Repórter X"* [Folheto]. S/e.
- Ferreira, J. D. (1895). *Elogio histórico do visconde de Seabra na Associação dos Advogados de Lisboa aos 4 de Dezembro de 1895*. Imprensa Nacional.
- Ferreira, J. P. R. (1992). *O jornalismo na emigração. Ideologia e política no Correio Braziliense (1808-1822)*. Instituto Nacional de Investigação Científica.
- Ferreira, M. (1968). *Uma vista de olhos pelo "Esboçeto": Crítica jornalística*. Gráfica Açoriana.
- Ferreira, R. (1945). *Nos Bastidores do Jornalismo. Memórias de Rafael Ferreira*. Romano Torres.
- Ferro, A. (1927). *Viagem à volta das ditaduras*. Tipografia da Empresa do Anuário Comercial.
- Ferro, A. (1933). *Salazar, o homem e a sua obra*. Empresa Nacional de Publicidade.
- Ferro, A. (1935). *A Política do Espírito e os prémios literários do S.P.N.* Edição do Secretariado da Propaganda Nacional.

- Ferro, A. (1943). *Dez anos de Política do Espírito (1933-1943)*. Edições SPN.
- Ferro, A. (1949a). *Imprensa Estrangeira*. SNI.
- Ferro, A. (1949b). *Jogos florais*. Emissora Nacional.
- Ferro, A. (1950). *Problemas da rádio 1941-1950*. SNI.
- Ferro, A. (s.d). *Homens e multidões*. Livraria Bertrand.
- Fidalgo, J. (2006). Imprensa gratuita “veio para ficar”. In M. Pinto, & J. Fidalgo (Coords.), *Anuário 2006 – A comunicação e os media em análise*. Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho.
- Fidalgo, J. (2008). *O jornalista em construção*. Porto Editora.
- Fiedler, A., Lima, H., Heretakis, E., Sipos, B., García Galindo, J. A., & Cuartero, A. (2019). Authoritarian media control in Eastern Europe, Spain, Portugal, and Greece after World War II. In K. Arnold, P. Preston, & S. Kinnebrock (Eds.), *Handbook of European Communication History* (pp. 221-238). Wiley Blackwell.
- Figueira, F. S. (1882). *Discurso que nas solenes exéquias pela alma do insigne patriota António Rodrigues Sampaio*. Tipografia Universal.
- Figueira, J. (2007). *Os jornais como atores políticos: O Diário de Notícias, o Expresso e o Jornal Novo no Verão Quente de 1975*. MinervaCoimbra.
- Figueira, J. (2010). *Jornalismo em liberdade*. Edições Almedina.
- Figueira, J. (2012). *O essencial sobre a imprensa portuguesa (1974-2010)*. Angelus Novus.
- Filho, A. M. (1965). *A moderna imprensa médica portuguesa*. Separata de *O Médico*, 739.
- Finberg, H. I., & Itule, B. D. (1990). *Visual editing. A graphic guide for journalists*. Wadsworth.
- Flores, G. B. (2020). Os sentidos de nação e independência do Brasil e a imprensa portuguesa do século XIX (1820-1823). In J. P. Sousa (Coord.), *Imprensa e mudança: Portugal e Brasil no primeiro quartel de Oitocentos* (pp. 193-231). Livros ICNOVA – Instituto de Comunicação da Nova.
- Fonseca, A. A. (1902). *Um novo recurso para a opinião pública*. França Amado.
- Fonseca, G. (1874). *Carta de um solitário ao primeiro jornalista português António Rodrigues Sampaio*. Tipografia Progressista.
- Fonseca, I. A. (2014). *A imprensa e o Império na África Portuguesa* [Tese de doutoramento, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa]. <http://hdl.handle.net/10451/15605>
- Fonseca, J. S. (s.d.). Rapsódia em saudade. In M. Domingues (Org.), *O livro do Repórter X* (pp. 71-84). Agência Editorial Brasileira.
- Fonseca, M. (1956). *Na fogueira do jornalismo*. Moçambique Editora.
- Fonseca, P. (2007). A pioneira Flama. *Jornalismo e Jornalistas*, 30, 54-66.
- Fonseca, T. (1949). *Memórias dum chefe de gabinete*. S/e.
- Fonseca, W. (1995). *À sombra do poder: a história da Lusitânia 1944-1974*. Edições Memória do Tempo.
- Fonseca, W., & Carvalho, M. (2016). *Heróis Anónimos - Jornalismo de Agência. História da ANOP e da NP (1975-1986)* (vol. 1). Perfil Criativo.
- Fontes, S. F. P. A. (2013). *Gazeta de Lisboa: Estudo informático-linguístico*. Centro de Estudos em Letras/ Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
- Forte, I. (2000). *A censura de Salazar no Jornal de Notícias*. MinervaCoimbra.
- Foto-Jornal (1986). *Grandes Repórteres Portugueses da I República*. Foto-Jornal.
- Foyos, P. (2015). O “Grande Jornalzinho” da Rua dos Calafates. *História do Diário de Notícias nos primórdios da publicação*. Prelo.
- Fraga, G. (1958). *As técnicas de informação e o pensamento contemporâneo*. Separata da revista *Filosofia*, 5. S/e.
- Fragoso, A. M. de B. A. P. (2009). *Formas e expressões da comunicação visual em Portugal: Contributo para o estudo da cultura visual do século XX através das publicações periódicas* [Tese de doutoramento Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa]. <http://hdl.handle.net/10400.5/1440>
- Franco, G. (1993). *A censura à imprensa (1820-1974)*. Symbolon/ Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Freire, J. P. (1918). *Impressões de guerra. Notas de reportagem*. Cruz Vermelha.
- Freire, J. P. (1926). *Os margalhos da censura*. Centro Tipográfico Colonial.
- Freire, J. P. (1934). *Pela República. Dois anos de luta ao rapaite do “Diário da Noite”*. Livraria Central Editora.
- Freire, J. P. (1936). *Escolas de jornalismo. Temas profissionais*. Educação Nacional.
- Freire, J. P. (1939). *O Diário de Notícias. Da sua fundação às suas bodas de diamante* (vols. I e II). Empresa Nacional de Publicidade.
- Freitas, A. (1925). Redator habilitado, precisa-se. In Direção da Caixa de Previdência do Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa (Ed.), *Uma hora de jornalismo: aspetos, anedotas e inconfidências da vida profissional* (pp. 23-25). Caixa de Previdência do Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa.
- Freitas, E., & Tuna, S. (2018). A study in multimodality: Captions, text and images in the Portuguese popular newspaper António Maria and in the British *The Punch*. In N. Brownlees, E. S. L. Freitas, S. G. Tuna, & J. P. Sousa (Eds.), *Shaping realities in news reporting. From Modern English to the Dawn of the Twentieth Century* (pp. 75-84). Media XXI.
- Freitas, H. S. (2008). Imprensa gratuita – Um admirável mundo novo? *Jornalismo e Jornalistas*, 34, 6-16.
- Freitas, H. S. (2011). *DN Jovem. entre o papel e a net. História e memórias de uma transição*. Esfera do Caos.
- Freitas, J. A. (1908). *Resenha cronológica do jornalismo madeirense*. Empresa do Diário de Notícias.
- Furna-Uxoá, F. F. F. (1862). *O Pára-Raios ou a graciosa pena de tilião imposta aos redatores dos periódicos burlescos*. S/e.
- Galope, F. (2014). *O herói português da I Guerra Mundial*. Matéria-Prima.
- Galvão, C. (1937). *Imprensa regional: concelho de Maфра. Comunicação apresentada ao Congresso Nacional da Imprensa Regionalista*. Tipografia Liberty.
- Galvão, H. (1939). *Clima de guerra ao microfone da Emissora Nacional*. S/e.
- Gama, E. (1956). *Jornalismo campomaiorense*. Coimbra Editora.
- Gândara, A. (1956). *A imprensa regional ao serviço da Nação*. Tipografia Silvas.
- Garcia, J. L. (Org.). (2009). *Estudos sobre os jornalistas portugueses*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

- Garcia, J. L., Alves, T., & Léonard, Y. (Eds.). (2017). *Salazar, o Estado Novo e os media*. Edições 70.
- Garmes, H. (1999). *A Convenção Formadora: uma contribuição para a história do periodismo literário nas colónias portuguesas* [Tese de doutoramento, Universidade de São Paulo]. <https://pos.fflch.usp.br/node/44348>
- Gastão, M. (1959). *A nobre condição do jornalista distante da literatura*. S/e.
- Gastão, M. (1970). *Do "carnet" do repórter. Evocações de dezoito anos de jornalismo num aeroporto internacional*. Companhia Nacional Editora.
- Gilbert, M. (2007). *A Primeira Guerra Mundial*. Esfera dos Livros.
- Godinho, J. (2009). *As origens da reportagem – Imprensa*. Livros Horizonte.
- Godinho, J. (2011). *As origens da reportagem – Televisão*. Livros Horizonte.
- Godinho, J. M. (1971). *Lei de Imprensa. Crítica ao projeto e proposta apresentados à assembleia nacional e respetivos textos*. Excelsior.
- Gomes, A. S., & Fonseca, W. (2017). *Heróis anónimos - Jornalismo de agência* (vol.2). *História da Lusitânia e da ANI (1944-1975)*. Perfil Criativo.
- Gomes, J. A. M. (1897). "O Conimbricense" e a história contemporânea. *Publicação comemorativa do 50º aniversário do nosso jornal*. O Conimbricense.
- Gomes, J. C. (2006a). Álvaro Salvação Barreto: oficial e censor do salazarismo. *Media & Jornalismo*, 9, 57-88.
- Gomes, J. C. (2006b). *Os militares e a censura. A censura à imprensa na Ditadura Militar e Estado Novo (1926-1945)*. Livros Horizonte e Centro de Investigação Media e Jornalismo.
- Gomes, J. C. (2013). Os censores do 25 de abril: o pessoal político da censura à imprensa. *Media & Jornalismo*, 23, 77-103. <http://fabricadesites.fcsh.unl.pt/polocicdigital/wp-content/uploads/sites/8/2017/03/rmj23jc.pdf>
- Gomes, J. C. (2014). Os censores do 25 de abril: o pessoal político da censura à imprensa. *Jornalismo & Jornalistas*, (57), 6-34.
- Gomes, J. C. (2016a). Jornais, livros e os seus censores. *Jornalismo & Jornalistas*, 62, 63-66.
- Gomes, J. C. (2016b). Visado pela Comissão de Censura. *Visão História*, 35, 52-55.
- Gomes, J. C. (2017). A censura no Estado Novo: o caso da imprensa de província (1936-1945). In J.L. Garcia, T. Alves & Y. Léonard (Coords.), *Salazar, o Estado Novo e os Media* (pp. 69-100). Edições 70.
- Gomes, J. C. (2019). Gravação de telefonemas de censores – uma questão política no marcelismo. *Media & Jornalismo*, 19(35), 37-50. https://doi.org/10.14195/2183-5462_35_3
- Gomes, J.C. (1997). *A censura na Ditadura Militar e no Estado Novo (1926-1939): estrutura e pessoal político*. Inclui Anexo 1 *Biografias dos oficiais censores (1926-1939)* [Dissertação de mestrado, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa].
- Gomes, L. F. (Compil.). (1925). *Jornalistas do Porto e a sua Associação*. Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto.
- Gomes, M. (2007). *Comunicação política na Revolução de Abril (1974-1976)* [Dissertação de mestrado, Universidade de Coimbra]. <http://id.bnportugal.gov.pt/bib/bibnacional/1776602>
- Gomes, P. M. (2013). O *Jornal Novo*, a revolução e a liberdade de imprensa. *Media & Jornalismo*, 12(23), 63-76.
- Gomes, P. M. (2014). *Os saneamentos políticos no Diário de Notícias no Verão Quente de 1975*. Alêtheia Editores.
- Gomes, P. M. (2018). *Jornais, jornalistas e poder: a imprensa que nasce na Revolução e as lutas políticas de 1975* [Tese de doutoramento, Universidade Nova de Lisboa]. <http://hdl.handle.net/10362/49837>
- Gomes, R. M. (2012). *A queda da reportagem e os contributos da Internet para o sedentarismo da prática jornalística* [Tese de doutoramento, Universidade Nova de Lisboa]. <http://hdl.handle.net/10362/7470>
- Gonçalves, J. A. S. (1986). O coronel João Ortigão Peres – Adido militar português em França. In *Guerristas e Antiguerristas* (pp. 11-42). Centro de História da Universidade de Lisboa e Instituto Nacional de Investigação Científica.
- Gonçalves, J. J. (1961). *Técnicas de propaganda. Elites, estados e outros estudos*. S/e.
- Gonçalves, J. J. (1962). *Sociologia da informação*. Junta de Investigação do Ultramar.
- Gonçalves, J. J. (1963). *Política de informação: ensaios*. Junta de Investigação do Ultramar.
- Gonçalves, J. J. (1964). *A informação em Angola. Elementos para o seu estudo*. S/e.
- Gonçalves, J. J. (1965a). *A informação em Moçambique. Contribuição para o seu estudo*. Companhia Nacional Editora.
- Gonçalves, J. J. (1965b). *Leis da informação. Portugal: 1627-1965*. Pax.
- Gonçalves, J. J. (1966). *A informação na Guiné, em Cabo Verde e em São Tomé e Príncipe*. Separata do Curso de Extensão Universitária Cabo Verde, Guiné e São Tomé e Príncipe. ISCSPU.
- Gonçalves, J. J. (1966/1967). *A informação nas províncias do Oriente. Elementos para o seu estudo*. Separata de *Províncias Portuguesas do Oriente – curso de extensão universitária*. Universidade Técnica de Lisboa/ISCSPU.
- Gonçalves, J. J. (1972a). *Os portugueses e a introdução da imprensa em África*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Gonçalves, J. J. (1972b). *Alguns aspetos e problemas da evolução e condicionamento da imprensa em Portugal*. Separata do *Boletim da Academia Internacional da Cultura Portuguesa*, 5. Academia Internacional da Cultura Portuguesa.
- Gonçalves, J. J. (1972c). *Efeitos dos modernos meios de comunicação nas sociedades plurais*. Separata de *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, 27. S/e.
- Gonçalves, J. J. (1972d). *Os meios de comunicação social à luz da Sociologia*. Separata do *Boletim da Academia Internacional da Cultura Portuguesa*, 7. Academia Internacional da Cultura Portuguesa.
- Gonçalves, L. C. (1936). *O jornal e a sua vida jurídica: lições proferidas em outubro de 1936*. Academia das Ciências de Lisboa.
- Gouveia, H. B. (1933). *Páginas de jornalismo*. Pap. Minerva.
- Gracias, J. A. I. (1880). *A imprensa em Goa nos séculos XVI, XVII e XVIII. Apontamentos bistorico-Bibliográficos*. Imprensa Nacional.
- Granado, A. (2002). Os media portugueses na Internet. <http://ciberjornalismo.com/mediaportugueses.htm>
- Grave, J. M. (1929). *A imprensa no distrito de Castelo Branco*. Tipografia Minerva.

- Groth, O. (1960). *Die unerkannte kulturmacht: grundlegung der zeitungswissenschaft* (6 vols.). Walter de Gruyter.
- GT de História da Comunicação da SOPCOM (2017-...). *Revista Portuguesa de História da Comunicação* (<http://revistahc.sopcom.pt/pag/principal>)
- Guedes, F. (1997). *António Ferro e a sua Política do Espírito*. Academia Portuguesa de História.
- Guillamet, J. (2004). De las gacetas del siglo XVII a la libertad de imprenta del XIX. In C. Barrera (Coord.), *Historia del periodismo universal* (pp. 43-76). Ariel.
- Gürtler, A. (2005). *Historia del periódico y su evolución tipográfica*. Campgràfic.
- Gusmão, L. (1932). *Visão da guerra*. Empresa Nacional de Publicidade.
- Gusmão, L. (1935). *A guerra no Sertão. Sul de Angola*. Empresa Nacional de Publicidade.
- Habermas, J. (1984). *Mudança estrutural da esfera pública*. Tempo Brasileiro.
- Henriques, L. N. P. (2015). *Ilustração: imagem da Modernidade em Portugal* [Tese de doutoramento, Universidade de Barcelona]. <http://hdl.handle.net/2445/66422>
- Henriques, R. P. (1990). *António Ferro – Estudo e antologia*. Alfa.
- Herculano, A. (1838, março 31). Origem das Gazetas em Portugal. *O Panorama*, 1(48), 101-102.
- Herculano, A. (1907). *Opúsculos* 8. José Bastos & C.^a Editores.
- Hogan Teves, V. (1998). *História da televisão em Portugal (1957-1975)*. TV Guia Editora.
- <http://fabricadesites.fcsh.unl.pt/polocicdigital/wp-content/uploads/sites/8/2017/03/rv23-5.pdf>
- Imprensa Nacional (1954). *1º centenário da imprensa em Moçambique. Conferências proferidas no salão dos organismos económicos em 13 de maio de 1954*. Imprensa Nacional.
- Inglês, A. L. A. (1930). *O rádio em Portugal*. Tipografia Empresa do Anuário Comercial.
- Jeanneney, J.-N. (1996). *Uma história da comunicação social*. Terramar.
- Jerónimo, P. (2015). *Ciberjornalismo de proximidade. Redações, jornalistas e notícias online*. Livros LabCom.
- Jesus, F. H. (1955). *Subsídios para a história do jornalismo setubalense*. C. M. de Setúbal.
- Jorge, A. R. (1979). *O Diário do Porto – 1809. Um jornal pró-francês no tempo de Soult*. Separata da *Revista de História* (vol. II).
- Jorge, M. F. R. (2003). *O “Senhor Chantre de Évora”: Manuel Severim de Faria, o homem e o seu tempo nas Notícias de Portugal* [Dissertação de mestrado, Universidade Aberta]. <https://catalogo.biblioteca.uab.pt/cgi-bin/koha/opac-detail.pl?biblionumber=23225>
- Jornal de Notícias. (1963). *Jornal de Notícias 1888-1963*. Jornal de Notícias.
- Judicibus, F. (1843). *Resposta ao papel intitulado carta para qualquer periódico desta capital*. Tipografia Comercial.
- Júnior, J. X. (1938). *Águas passadas*. Jornalismo luso-brasileiro. Papelaria Mesquita.
- Júnior, M. V. d’A. (1909). *Papel da imprensa na grande obra de regeneração nacional. Alvitres práticos. Memória da Associação de Jornalistas e Escritores Portugueses*. Imprensa Lucas.
- Junta de Investigações do Ultramar (1963). *Curso de jornalismo*. Coleção Estudos de Ciências Políticas e Sociais, 60. Junta de Investigações do Ultramar/Centro de Estudos Políticos e Sociais.
- Kemmler, R. (2010). A perda da inocência na imprensa periódica portuguesa: a Primeira Invasão Francesa na *Gazeta de Lisboa* de 1808. In C. Döll, S. Große, C. Hundt, & A. Schönberger (Eds.), *De Arte Grammatical: Festschrift für Eberhard Gärtner zu seinem 65. Geburtstag* (pp. 271-298). Valentia.
- Lacerda, A. (1904). *A irradiação do pensamento (nas bodas de oiro do Comércio do Porto)*. O Comércio do Porto.
- Lacerda, J. J. A. A. C. (1811). *Observações do Dr. Vicente José Ferreira Cardoso da Costa sobre um artigo da Gazeta de Lisboa*. W. Lewis.
- Ladeiro, D. H. A. C. (2017). *A comunicação visual e gráfica como uma chave de leitura da identidade nacional portuguesa no século XIX* [Tese de doutoramento, Universidade de Lisboa]. <http://hdl.handle.net/10400.5/14519>
- Lapa, A. S. (1956). *A palavra Lisboa na história do jornalismo português*. Tipografia Editorial Império.
- Lasswell, H. (1971). *Propaganda technique in the World War* (reprinted). The MIT Press [edição original de 1927].
- Leal, G. (1881). *O Renegado. A António Rodrigues Sampaio. Carta ao velho panfletário sobre a perseguição da imprensa*. Tipografia Largo dos Inglesinhos.
- Leal, J. S. M. (1889). *O jornalismo português. Resenha dos jornais publicados de 1628 até Outubro de 1889*. S/e.
- Leal, J. S. M. (1890). *Legislação ditatorial. Decretos sobre as leis da imprensa*. Tipografia Comércio e Indústria.
- Leal, S. S. (1898). *Jornais Indo-Portugueses. Publicação comemorativa da Exposição da Imprensa realizada em maio de 1898 Contendo e descrição dos jornais publicados em Goa, Damão, Diu e Bombaim desde 1821 até ao presente*. Imprensa de Libano da Silva.
- Leitão, J. A. (2011). *Ilustração fotográfica: a fotografia e a revista Ilustração Portuguesa (1903-1924)*. [Conferência]. Centenário da República. Casa da Cerca, Almada, Portugal. <http://imagensda-republica.ipt.pt/wp-content/uploads/2011/05/Ilustra%C3%A7%C3%A3o-Fotogr%C3%A1fica1.pdf>.
- Leite, A. P., & Lepierre, C. (1933). *A indústria do rádio em Portugal*. Instituto Francês de Portugal.
- Leite, C. V. B. L. (2016). *O Expresso e as temáticas de opinião no período Marcelista. Análise do “Visto”, a coluna assinada por Francisco Sá Carneiro* [Dissertação de mestrado, Universidade do Porto]. <https://hdl.handle.net/10216/88312>
- Leme, J. C. (1970). *Repórter no Vietname*. Bertrand.
- Lemos, M. M. (1964). *Liberdade de Imprensa em Portugal. Mundo Novo e Universidade Portuguesa. Para a formação da Europa*. Autor.
- Lemos, M. M. (1966). *A “Seara Nova” e o pensamento da Revolução Nacional*. Panorama.
- Lemos, M. M. (1974). *Um vespertino do Porto*. Autor/Tipografia António Coelho Dias.
- Lemos, M. M. (2006). *Jornais diários portugueses do século XX: Um dicionário*. Ariadne.
- Lemos, M. M., & Ramires, A. (2008). *José Henriques de Mello: O primeiro fotógrafo de guerra português: Guiné, campanhas de 1907-1908*. Imprensa da Universidade de Coimbra.

- Lester, P. M. (1995). *Visual communication. Images with messages*. Wadsworth Publishing Company.
- Levy, B. (1974). *Em defesa própria. Subsídios para uma história do jornalismo em Cabo Verde*. Imprensa Nacional.
- Lima, A. (1911). *Magalhães Lima e a sua obra. Notas e impressões*. Tipografia de “A Editora”.
- Lima, H. & Sousa, J. P. (2013). A cobertura da I Guerra Mundial (1914-1918) pela imprensa ilustrada portuguesa - o caso da *Ilustração Portuguesa*. In M. Ledo Andión, M., & M. I. V. Lopes (Eds.), *Comunicación, cultura e esferas de poder. Libro de actas: XIII Congreso Internacional Ibercom* (pp. 2953-2970). Universidad de Santiago de Compostela & IBERCOM.
- Lima, H. & Sousa, J. P. (2015). A Ilustração Portuguesa e a cobertura da Primeira Guerra Mundial (1914-1918): Imagens de guerra em contextos de censura e propaganda. In G. M. Pereira, J. F. Alves, L. A. Alves, & M. C. Meireles (Eds.), *A Grande Guerra (1914-1918): Problemáticas e representações* (pp. 283-298). CITCEM.
- Lima, H. (1997). A colaboração de Rodrigues de Freitas na revista da companhia de seguros *A Previdente*. In A. Almodovar, J. F. Alves, & M. P. Garcia (Eds.), *Rodrigues de Freitas: a obra e os contextos: Atas do Colóquio* (pp. 119-121). Centro Leonardo Coimbra, de Investigação Científica, de apoio Técnico e dos Serviços da Faculdade de Letras da Universidade - CLC-FLUP.
- Lima, H. (1999). *A Previdente: uma revista de seguros (1864-1870): Para a história da imprensa especializada* [Dissertação de mestrado, Universidade do Porto]. https://sigarra.up.pt/fpceup/pt/pub_geral.pub_view?pi_pub_base_id=28165
- Lima, H. (2005). *O Zodíaco Lusitano e o Diário Universal de Medicina: pioneiros do publicismo especializado em português*. In J. P. Sousa, & R. J. Pinto (Eds.), *Atas do II Congresso Luso-Brasileiro de Estudos Jornalísticos/IV Congresso Luso-Galego de Estudos Jornalísticos*. Edições Universidade Fernando Pessoa.
- Lima, H. (2008). *Os diários portuenses e os desafios da atualidade na imprensa: Tradição e ruturas* [Tese de doutoramento, Universidade do Porto]. <https://hdl.handle.net/10216/25675>
- Lima, H. (2012a). *A Imprensa Portuense e os Desafios da Modernização*. Livros Horizonte e Centro de Investigação Media e Jornalismo.
- Lima, H. (2012b). O *Jornal de Notícias* no Portugal Democrático: luta política, deriva editorial e processo de renovação e conquista de públicos. In A. Cabrera (Ed.), *Jornais, Jornalistas e Jornalismo - Séculos XIX e XX* (pp. 205-233). Livros Horizonte e Centro de Investigação Media e Jornalismo.
- Lima, H. (2013a). Oporto newspapers and the city readers: the construction of editorial and audiences identities. *RIHC - Revista Internacional de Historia de la Comunicación*, 1(1), 75-92. <https://doi.org/10.12795/RiHC.2013.i01.04>
- Lima, H. (2013b). Meios de censura e formas de condicionamento do jornalismo na Ditadura Portuguesa. *Media & Jornalismo*, 12(23), 165-188. <http://fabricadesites.fcsh.unl.pt/polocicdigital/wp-content/uploads/sites/8/2017/03/rv23-7.pdf>
- Lima, H. (2014a). Portuguese democracy and patterns of transformation in national newspapers: a comparative model approach. *Media Watch*, 5(3), 345-357. <https://www.mediawatchjournal.in/#archive>
- Lima, H. (2014b). The Portuguese press in the 3rd Republic. In J. P. Sousa, H. Lima, A. Hohlfeldt, & M. Barbosa (Eds.), *History of the press in the Portuguese-Speaking Countries* (pp. 325-391). Media XXI.
- Lima, H. (2014c). Elementos de censura na prensa na la transición democrática portuguesa. La lucha por el poder editorial en *O Século y República*. In J. Gillaumet, & F. Salgado (Eds.), *El periodismo en las transiciones políticas. Desde la revolución portuguesa hasta la primavera árabe* (pp. 21-34). Biblioteca Nueva.
- Lima, H. (2014d). O 25 de Abril e a imprensa portuguesa: impactos da revolução nas primeiras páginas dos jornais. In M. L. Martins, & M. Oliveira (Eds.), *Atas do II Congresso da Confibercom Comunicação ibero-americana: os desafios da Internacionalização* (pp. 2381-2390). Universidade do Minho/Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS).
- Lima, H. (2016a). A imprensa na 3ª República. In J. P. Sousa, H. Lima, A. Hohlfeldt, & M. Barbosa (Eds.), *Uma história da imprensa lusófona. Portugal* (vol. II, pp. 385-472). Media XXI.
- Lima, H. (2016b). *Jornal de Notícias* el periódico popular de Oporto: dramatización y sensacionalismo en las temáticas noticiosas. In C. A. Fernandez, R. M. Guardía, & J. V. Pelaz Lopez (Eds.), *Sensacionalismo y amarillismo en la Historia de la Comunicación* (pp. 55-64). Editorial Fragua.
- Lima, H. (2017a). A «queda» de Salazar: a doença e morte do ditador na imprensa portuguesa. In J. L. Garcia, T. Alves, & Y. Léonard (Eds.), *Salazar, o Estado Novo e os Media* (pp. 363-380). Edições 70.
- Lima, H. (2017b). A evolução editorial do *Jornal de Notícias* e a inclusão de elementos de jornalismo popular. *Revista Portuguesa de História Da Comunicação*, 1, 23-34. <http://revistahc.sopcom.pt/edicao/199>
- Lima, H. (2017c). Informação e espetáculo na morte de Salazar: estratégias discursivas da imprensa portuguesa. In H. Lima, A. I. Reis, & P. Costa (Eds.), *Comunicación y espectáculo: Actas del XV Congreso de la Asociación de Historiadores de la Comunicación* (pp. 259-273). Universidade do Porto.
- Lima, H. (2018a). Estratégias noticiosas e enquadramentos discursivos da morte de Salazar na imprensa. In J. P. Sousa (Ed.), *Notícias em Portugal: estudos sobre a imprensa informativa (séculos XVI-XX)* (pp. 313-329). ICNOVA - Instituto de Comunicação da Nova.
- Lima, H. (2018b). O *Jornal de Notícias*: tradição e evolução para o modelo de imprensa popular. In J. P. Sousa (Ed.), *Notícias em Portugal: estudos sobre a imprensa informativa (séculos XVI-XX)* (pp. 239-251). ICNOVA - Instituto de Comunicação da Nova.
- Lima, H. (2018c). Oporto newspapers and the city readers. The construction of editorial and audiences identities. *RIHC - Revista Internacional de Historia de La Comunicación*, 1(1), 74-91. <https://doi.org/10.12795/RiHC.2013.i01.04>
- Lima, H., & Luís, R. (2018). Coverage of the elections of April, 1975 in the *Diário de Notícias* and the *Jornal Novo*: a case study. *RIHC - Revista Internacional de Historia de La Comunicación*, 2(11), 23-40. <https://doi.org/10.12795/RiHC.2018.i11.03>

- Lima, H., & Pestana, O. (2019). A perda das colónias portuguesas na Índia: enquadramentos noticiosos no Diário de Notícias e Jornal do Comércio. In T. Antas de Barros, S. Ferreira, P. Lobo, S. Morais, P. Rodrigues, F. Sobral, & L. Sousa (Eds.), *Atas do 10º Congresso SOPCOM: Ciências da comunicação: vinte anos de investigação em Portugal* (pp. 615-624). SOPCOM & Instituto Politécnico de Viseu.
- Lima, H., & Reis, A. I. (2012). TVI and SIC news websites: Public participation and editorial criteria. *Observatorio (OBS*)*, 6(2), 177-200. <https://doi.org/10.15847/obsOBS622012552>
- Lima, H., & Sousa, J. P. (2017). O Espelho: infopropaganda britânica para Portugal e para o Brasil durante a I Guerra Mundial. In I. Coutinho, & A. Pereira (Eds.), *Comunicação, guerra e paz* (vol. 24, pp. 135-152). Intercom.
- Lima, H., & Sousa, J. P. (2018). Illustrated press and British propaganda in Portugal and Brazil: O Espelho. In N. Brownlees, E. Freitas, S. Tuna, & J. P. Sousa (Eds.), *CHINED V: Shaping reality in news reporting from early modern English to the dawn of the twentieth century* (pp. 85-99). Media XXI.
- Lima, H., & Teixeira, P. (2015). Impactos da revolução de 1974 nas primeiras páginas dos diários portugueses. *Media & Jornalismo*, N.º Especial-V Seminário CIMJ, 329-342. http://fabricadesites.fcsh.unl.pt/polocidigital/wp-content/uploads/sites/8/2017/03/2015_22_impactos-da-revolucao-de-1974-2.pdf
- Lima, H., Reis, A. I., & Costa, P. (Orgs.). (2017). *Comunicación y espectáculo: Actas del XV Congreso de la Asociación de Historiadores de la Comunicación*. Universidade do Porto.
- Lima, J. (2004). *O Porto do Repórter X*. Campo das Letras.
- Lima, J. (2007). Reinaldo Ferreira, “Repórter X” e primeiro autor português de novelas policiais. In R. Ferreira, *Memórias de um Chauffeur de Táxi* (pp. 7-18). Livros do Brasil.
- Lima, J. (2017). Introdução. In R. Ferreira [sob o pseudónimo Gil Góis], *O Mistério da Rua Saraiva de Carvalho. Versão integral* (pp. 7-30). Pim Edições.
- Lima, J. (2018). Introdução. In R. Ferreira [sob o pseudónimo Edgar Duque], *Punhais Misteriosos. Versão integral* (pp. 7-30). Pim Edições.
- Lima, P. (2012). *A Corte no Brasil e os periódicos portugueses 1808-1821* [Tese de doutoramento, Universidade Nova de Lisboa]. <http://hdl.handle.net/10451/7692>
- Lima, S. M. (1927). *Episódios da minha vida. Memórias documentadas*. Livraria Universal.
- Lisboa, J. L. (2006). As primeiras gazetas em Portugal: uma apresentação. In E. G. Dias (Ed.), *Gazetas da Restauração: [1641-1648]. Uma revisão das estratégias diplomático-militares portuguesas (edição transcrita) (XIII-XVII)*. Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- Lisboa, J. L., Miranda, T. C. P. R., & Olival, F. (2002). *Gazetas manuscritas da Biblioteca Pública de Évora (1729-1731)* (2 vols.). Edições Colibri.
- Lobo, M. C., & Mendes, C. (1937). *A Imprensa e as Artes Gráficas. Tese apresentada ao Congresso da Imprensa Regionalista*. Editorial Império.
- Lopes, A. L. (Coord.). (1897). *Resenha bibliográfica e cronológica dos jornais portugueses de medicina e cirurgia*. Tipografia do “Dia”.
- Lopes, A. M. (1971). *Imprensa de Goa*. Comissariado do Governo para os Assuntos do Estado da Índia.
- Lopes, N. (1975). *Visado pela censura*. Editora Aster.
- Lopes, N. (1985). *Hermano Neves. A grande reportagem*. Bertrand.
- Lopes, V. S. (1960). *Iniciação ao Jornalismo*. Centro do Livro Brasileiro.
- Lopo, J. C. (1952). *Para a história do jornalismo de Angola*. Museu de Angola.
- Lopo, J. C. (1964). *Jornalismo de Angola. Subsídios para a sua história*. Centro de Informação e Turismo de Angola.
- Lopo, J. C. (1965). *Algumas coisas sobre jornalismo*. Fundo de Turismo e Publicidade.
- Loureiro, P. (1931). *Jornais e revistas de Coimbra. Tentativa de dicionário. Resenha cronológica, bibliográfica jornalística portuguesa*. Separata do Arquivo Coimbrão. Biblioteca Municipal.
- Luca, T. R. & Martins, A. L. (Orgs.). (2008). *História da imprensa no Brasil*. Contexto.
- Luca, T. R. (2017). *A Ilustração* (paris, 1884-1892) e a *Revista de Portugal* (Porto, 1889-1892): diálogos entre projetos editoriais e possibilidades técnicas. *Topoi*, (18)34, 91-115. <https://doi.org/10.1590/2237-101X0183405>
- Lupi, L. C. (1944). *Consolidação da unidade portuguesa através do noticiário internacional na imprensa e na rádio*. Tipografia Liga dos Combatentes da Grande Guerra.
- Lupi, L. C. (1958). *A informação e a formação da opinião pública no Ultramar Português*. Separata da coleção *Estudos de Ciências Políticas e Sociais* (vol. VII). Junta de Investigações do Ultramar.
- Luz, S. J. (1854). *A quadrilha dos Senhores António Rodrigues Sampaio, Francisco Tavares de Almeida, António Pedro de Carvalho e António dos Santos Monteiro ou duas cartas ao redator da imprensa e Lei, com uma introdução sobre a defesa do deputado por Angola*. S/e.
- Macedo, J. A. (1812). *Resposta aos dois do Investigador Português em Londres*. Imprensa Régia.
- Macedo, J. A. (1821a). *Carta ao senhor redator do Patriota*. Imprensa Liberal.
- Macedo, J. A. (1821b). *Carta ao senhor redator do Diário do Governo e aos outros contadores de patranhas d'ambas as Índias e d'ambas as Espanhas*. Imprensa Liberal.
- Macedo, J. A. (1821c). *Carta escrita ao sr. redator de A Gazeta Universal*. Oficina de António Rodrigues Galhardo.
- Macedo, J. A. (1821d). *Cordão da peste ou medidas contra o contágio periodiqueiro*. Oficina da Viúva de Lino da Silva Godinho.
- Macedo, J. A. (1821e). *Reforço ao cordão da peste*. Oficina da Viúva de Lino da Silva Godinho.
- Macedo, J. A. (1821f). *Exorcismos contra periódicos e outros malefícios*. Oficina da Viúva de Lino da Silva Godinho.
- Macedo, J. A. (1825). *Resposta aos colaboradores do infame papel intitulado Correio Intercetado n.º 6 impresso em Londres*. Tipografia de Bulhões.
- Machado, A. (1998). *O Investigador Português em Inglaterra nos primeiros anos de publicação (1811-1813) – uma apresentação. Cultura – Revista de História e Teoria das Ideias*, X, 473-491.
- Machado, A. M. V. (2020). O primeiro diário em Portugal: o *Diário Lisbonense* (1809-1813). *Via Atlântica*, (37), 16-33. <https://doi.org/10.11606/va.voi37.170191>

- Machado, F. B. (s.d.). *A liberdade de imprensa. Carta aberta e minuta extra-processual (...) a propósito do processo instaurado sobre a penúltima apreensão do jornal republicano O Mundo*. Tipografia Bayard.
- Machado, L. M. (2010). *30 Anos de reportagem na imprensa escrita do Porto. O caso do Jornal de Notícias, O Primeiro de Janeiro e o Comércio do Porto (1974-2004)* [Dissertação de Mestrado, Universidade Fernando Pessoa]. <http://hdl.handle.net/10284/1565>
- Macieira, A. (1907). *O Governo e a imprensa: conferência*. Tipografia Lusitana.
- Maciel, A. (1958). *Viagem de cem anos. História da Aurora do Lima*. Câmara Municipal.
- Magalhães, A. P. D. (1941). *A Rua de Santo António e a indisposição de um jornalista*. Imprensa Portuguesa.
- Maia, J. A. (1974). A informação em Portugal – Monopólio de uma minoria dominante e uma arma ao serviço do Governo para envenenar a opinião pública. In *3º Congresso da Oposição Democrática de Aveiro: teses: 7ª secção*. Seara Nova.
- Maia, J. M. (2009). *A telefonia: memórias da rádio*. Âncora Editora.
- Maia, M. (1995). *Telefonia*. Círculo de Leitores.
- Maia, M. (1996). *A invasão dos marçianos*. Dom Quixote.
- Manso, J. (1942). *O jornalismo*. Separata do *Boletim da Academia das Ciências de Lisboa* (vol. XIII). S/e.
- Manuel, J. A. da C. (1943). *Subsídios para o estudo do jornalismo eborense*. Câmara Municipal de Évora.
- Marques de Melo, J. (2003). *História social da imprensa*. Edipucrs.
- Marques de Melo, J. (2006). *Teoria do Jornalismo*. Paulus.
- Marques Gomes et al. (1882). *António Rodrigues Sampaio: Homenagem prestada à sua memória pela imprensa do Porto*. Real Tipografia Lusitana.
- Marques, A. H. O. (1991). Portugal da Monarquia para a República. In J. Serrão, & A. H. de Oliveira Marques (Dir.), *História de Portugal*, XI. Presença.
- Marques, A. H. O. (2006). *Breve História de Portugal* (6ª ed.). Presença.
- Marques, H. (1935). *Memórias de um editor*. Tipografia Minerva.
- Marques, I. P. (2002). *Os Portugueses nas trincheiras – Um quotidiano de guerra*. Comissão Portuguesa de História Militar.
- Marques, J. S. (1959). *A caução legal e a imprensa*. Temas da I Reunião da Imprensa Regional. Separata de *O Desforço*. S/e.
- Marques, J. S. (1959). *A Imprensa e nós*. Separata de *O Desforço*. S/e.
- Marques, J. S. (1960). *A imprensa e a sua dignificação*. Coleção Depoimento. Autor/Cadernos Depoimento.
- Marques, R. (2005). *Timor-Leste: O agendamento mediático*. Porto Editora.
- Marta, M. C. (1921). *Jornalismo figueirense*. Tipografia Popular.
- Martins, A. do C. (1936). *Lei de imprensa e outros diplomas*. Autor.
- Martins, A. L. (1969). R.C.P Noticiários. Vitória da informação. *Nova Antena*, 14.
- Martins, C. (2007). *30 Anos de Jornalismo Económico em Portugal (1974-2004)*. Livros Horizonte e Centro de Investigação Media e Jornalismo.
- Martins, G. O. (2017). *O essencial sobre o Diário da República*. Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Martins, H. (1964). *Manuel de Galhegos. Um poeta entre a Monarquia Dual e a Restauração*. Tipografia Cisal.
- Martins, J. C. (1982). O 5 de Outubro na imprensa da época. *Análise Social*, XVIII(72/73/74), 687-710.
- Martins, J. P. O. (1958). *O repórter* (2 vols). Guimarães & Cª.
- Martins, L. P. (2012). *Um império de papel. Imagens do colonialismo português na imprensa periódica ilustrada (1875-1940)*. Edições 70.
- Martins, R. (1933). Prefácio. In *Arquivo Gráfico da Vida Portuguesa 1903-1918* [coleção em fascículos de fotografias de Joshua Benoliel]. Bertrand.
- Martins, R. (1942). *Pequena história da imprensa portuguesa*. Inquérito.
- Mata, M. J. P. (2015). *Criar memória. As imagens no jornalismo* [Tese de doutoramento, Universidade Nova de Lisboa]. Repositório RUN. <http://hdl.handle.net/10362/20199>
- Matos, Á. C. (2017). A Imprensa na I República Portuguesa: constantes e linhas de força (1910-1926). In J. P. Sousa, H. Lima, A. Hohlfeldt, & M. Barbosa (Eds.), *Uma História da Imprensa Lusófona. Portugal* (vol. II, pp. 233-312). Media XXI.
- Matos, Á. C. (2006). Revistas políticas no Estado Novo: uma primeira aproximação histórica ao problema. *Media & Jornalismo*, (9), 41-56. <http://fabricadesites.fcsh.unl.pt/polocidigital/wp-content/uploads/sites/8/2017/03/n9-03-Avaro-Matos.pdf>
- Matos, Á. C. (2010). Revistas políticas no Estado Novo: uma primeira aproximação histórica ao problema. In N. Traquina (Org.), *Do chumbo à era digital. 13 leituras do jornalismo em Portugal* (pp. 37-52). Livros Horizonte e Centro de Investigação Media e Jornalismo.
- Matos, Á. C. (2014). The press in the First Portuguese Republic: Constants and guiding principles (1910-1926). In J. P. Sousa, H. Lima, A. Hohlfeldt, & M. Barbosa (Eds.), *A history of the press in the Portuguese-Speaking Countries* (pp. 113-172). Media XXI.
- Matos, Á. C., & Barbosa, M. M. P. (2005). *A Rolha, Bordalo: política e imprensa na obra humorística de Rafael Bordalo Pinheiro*. Câmara Municipal de Lisboa.
- Medeiros, G. B. (1956). *Retalhos da vida de um jornal*. S/e.
- Meditsch, E. (1992). *O conhecimento do jornalismo*. Editora da UFSC.
- Megiani, A. P. T. (2007). Das palavras e coisas curiosas: correspondência e escrita na coleção de notícias de Manuel Severim de Faria. *Topoi*, 8(15), 24-48. <https://doi.org/10.1590/2237-101X008015002>
- Meirelles, J. G. (2008). *A Gazeta do Rio de Janeiro e o impacto na circulação de Ideias no Império Luso-Brasileiro (1808-1821)*. Arquivo Nacional.
- Mello, M. C. N. L. (1971). *O Panorama. História de um jornal* [Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa].
- Melo, C. (2009). *O design dos jornais diários e generalistas portugueses* [Tese de Doutoramento, Universidade de Aveiro]. RIA. <http://hdl.handle.net/10773/1266>
- Mendes, A. & César, O. (s/d). *A cooperação de Portugal na guerra europeia: o milagre de Tancos*. Empresa Lusitana Editora.
- Mendes, A. (1956). *Poeira de uma vida*. S/e.
- Mendes, C. G. (2016). “Por ser nova de grande alegria para este Reino, se pôs nessa Gazeta”. A circulação de notícias e a *Gazeta “da Restauração”* em Portugal (1641-1647). *Labor Histórico*, 2(1), 124-136. <https://doi.org/10.24206/lh.v2i1.4812>

- Mendes, C. G. (2018). *Gazetas, mercúrios e relações de sucesso: a produção e a circulação de notícias impressas na Península Ibérica na segunda metade do século XVII* [Tese de doutoramento, Universidade de São Paulo]. <https://doi.org/10.11606/T.8.2019.tde-31072019-113033>
- Mendes, C. G. (2019). As relações de sucessos e os periódicos da Península Ibérica na segunda metade do século XVII: imprimir, vender e aparecer nos materiais de notícias sobre a guerra. *Cantareira*, (30), 44-57. <https://periodicos.uff.br/cantareira/article/view/30792>
- Mendes, F. M. (2008). *Memórias de notícias de jornal*. Jornal de Notícias/Câmara Municipal de Matosinhos.
- Mendes, R. (2012). *Os jornalistas e a primeira licenciatura em Comunicação Social em Portugal* (1979). Escritório.
- Mendonça, F. A. (1823). *Carta a sua majestade a opinião pública rainha do mundo sobre a acusação do 5 folheto da facecia*. Imprensa Liberal.
- Mendonça, S., Castro, D., Cavaco, P., & Lopes, G. (2007). A imprensa sob pressão – As dinâmicas competitivas no mercado da imprensa escrita portuguesa entre 1985 e 2007. *OberCom*. https://www.researchgate.net/publication/302040105_Imprensa_sob_pressao_As_dinamicas_competitivas_no_mercado_da_imprensa_escrita_portuguesa_entre_1985_e_2007
- Meneses, F. R. (2000). *União Sagrada e Sidonismo. Portugal em guerra* (1916-18). Cosmos.
- Menezes, A. D. de. (2018). *Os discursos de O Occidente, Revista Illustrada de Portugal e do Estrangeiro* (1878-1915) [Tese de doutoramento, Universidade Fernando Pessoa]. Repositório Institucional da Universidade Fernando Pessoa. <http://hdl.handle.net/10284/6916>
- Mesquita, M. & Rebelo, J. R. (Orgs.). (1994). *O 25 de Abril nos media internacionais*. Edições Afrontamento.
- Mesquita, M. (1994a). O caso “República”: um incidente crítico. *Revista de História das Ideias*, 16, 507-554. https://doi.org/10.14195/2183-8925_16_17
- Mesquita, M. (1994b). Os meios de comunicação social: O universo dos media entre 1974 e 1986. In A. Reis (Coord.), *Portugal: 20 anos de democracia* (pp. 60-405). Círculo de Leitores.
- Mesquita, M. (2003). *O quarto equívoco – O poder dos media na sociedade contemporânea*. MinervaCoimbra.
- Mesquita, M. (2004). *Teorias e práticas do jornalismo: do télégrafo ao hipertexto*. Universidade dos Açores.
- Mesquita, J. C. V. C. (1997). *A ilustração nas publicações periódicas portuguesas (1820-1850)* [Dissertação de mestrado, Universidade do Porto]. Repositório Aberto da Universidade do Porto. <https://hdl.handle.net/10216/19448>
- Ministério das Colónias (1937). *Liberdade de imprensa nas colónias*. Imprensa Nacional.
- Ministério das Colónias (1937). *Macau: diploma regulador da liberdade de imprensa nas colónias*. Imprensa Nacional.
- Miranda, F. P. (1960). *A televisão em Moçambique*. Associação dos Naturais de Moçambique.
- Miranda, P. C. G. M. (2002). *As origens da imprensa de massas em Portugal: o Diário de Notícias (1864-1889)* [Tese de doutoramento, Universidade de Évora]. Repositório Universidade de Évora. <http://hdl.handle.net/10174/15086>
- Miranda, P. C. G. M. (2007). As origens do jornalismo profissional em Portugal: uma incursão pelas estruturas empresariais (1865-1925). In M. L. Martins, & M. Pinto (Orgs.), *Comunicação e cidadania. Atas do 5.º congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação*. Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade / SOPCOM.
- Miranda, P. G. (2002). *As origens da imprensa de massas em Portugal: o Diário de Notícias (1864-1889)* [Dissertação de mestrado, Universidade de Évora]. Repositório Universidade de Évora. <http://hdl.handle.net/10174/15086>
- Miranda, P. G. (2014). *De políticos e escritores a jornalistas profissionais: jogos de identidade (1865-1925). As origens do arquiteto da informação*. Chiado Editora.
- Monte, G. (1955). *O jornalismo eborense 1846-1954*. Minerva Comercial.
- Monteiro, G. F. (1887). *Coleção de jornais portugueses*. Tipografia de M. C. da Silva.
- Montes, A. (1944). Imprensa distrital. A fundação do semanário *Distrito de Leiria*. In *I Congresso de Atividades do Distrito de Leiria, Livro do I Congresso de Atividades do Distrito de Leiria. 23 a 26 de Setembro de 1943*. Instituto para a Alta Cultura.
- Morais, C. A. (1941). *Lourenço de Anvers, Primeiro Impressor da “Gazeta” Cognominada da Restauração*. Tipografia Empresa do Anuário Comercial.
- Morais, T. (1941). *Comemoração do tricentenário do 1º periódico português. Gazeta de 1641*. Separata da *Revista Militar*. Tipografia da Liga dos Combatentes da Grande Guerra.
- Moreira, C. (2012). *O Mercúrio Português (1663-1667): Uma Arma na Guerra da Restauração* [Dissertação de mestrado, Universidade Fernando Pessoa]. <http://hdl.handle.net/10284/3282>
- Moreira, C., & Pernes, D. (2012). Análise formal e do discurso do *Mercúrio Português* (1663-1667). In J. P. Sousa (Ed.), *Estudos sobre o Mercúrio Português (1663-1667). Discurso e contexto* (pp. 159-358). Livros LabCom.
- Moreira, V., & Domingues, J. (2019, 1 de junho). A primeira “Constituição Política” que vigorou em Portugal. *História: Jornal de Notícias*, (20), 34-47.
- Morel, M. & Barros, M. M. (2003). *Palavra, imagem e poder. O surgimento da imprensa no Brasil no século XIX*. DP&A.
- Moura, F. P., Neves, M., Fernandes, R., & Zenha, S. (1968). *O estatuto da imprensa*. Debate. Prelo.
- Moura, R. L. (2018). *O jornalismo nas narrativas das crónicas de Raquel de Queirós e Maria Judite de Carvalho* [Tese de doutoramento, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul]. <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/8110>
- Moutinho, J. V. (1971). *Imprensa: informar ou deformar?* Ática.
- Munaro, L. F. (2013). *O jornalismo luso-brasileiro em Londres (1808-1822)* [Tese de doutoramento, Universidade Federal Fluminense]. <https://app.uff.br/riuff/handle/1/15171>
- Munaro, L. F. (2020). A construção do público lusófono e a contribuição dos jornalistas portugueses para a consolidação do jornalismo (1808-1822). In J. P. Sousa (Coord.), *Imprensa e mudança: Portugal e Brasil no primeiro quartel de Oitocentos* (pp. 41-82). Livros ICNOVA – Instituto de Comunicação da Nova.

- Natário, A., Nery, I., & Branco, S. (2017). *Tudo por uma boa história*. A Esfera dos Livros.
- Navarro, F. (dir.) et al. (2005). *História universal* (20 vols.). Salvat/Promoway/Público.
- Negreiros, A. L. A. (1917). *Portugal na Grande Guerra – Crônicas dos campos de batalha*. Garnier Frères.
- Nemésio, V. (1946). *Exilados 1828-1832. História sentimental e política do liberalismo na emigração*. Bertrand.
- Neto, A. (2014). Gaspar Ferreira Baltar, um “brasileiro” n’O Primeiro de Janeiro. In F. Sousa, (Coord.), *Portugal e as Migrações da Europa do Sul para a América do Sul* (pp. 218 - 237). CEPESE – Centro de Estudos da População.
- Neves, J. A. (1969). *Pêro Vaz de Caminha, poeta e repórter*. Separata da revista *Ocidente* (vol. 76).
- Neves, J. A. (1989). *História breve da imprensa de língua portuguesa no mundo*. Direção-Geral da Comunicação Social.
- Neves, N. T. (1969). *Liberdade de imprensa e dignificação da palavra*. Edição do autor.
- Noelle-Neumann, E. (1973). Return to the concept of powerful mass media. In E. Dennis, A. H. Ismach, & D. M. Gillmor (Eds.), *Enduring issues in mass communication* (pp. 65-75). West Publishing.
- Nogueira, C. (1934). *Esboço biográfico de Azedo Gneco*. António Francisco Pereira/Grupo Editorial “O Protesto”.
- Nogueira, H. (1945). *Jornalismo médico e publicidade*. Separata *Jornal do Médico*, 5. Costa Carregal.
- Noronha, E. (1911). À porta da Havanesa. *Da Thomarada à República*. Magalhães & Godinho.
- Noronha, E. (1912). *O passado. Reminiscências anedóticas de tempos idos*. Magalhães & Godinho.
- Noronha, E. (1913). À esquina do Chiado. Magalhães & Godinho.
- Noronha, E. (1913). *Vinte e cinco anos nos bastidores da política. Emídio Navarro e as “Novidades”*. A sua vida e a sua obra política e jornalística. Companhia Portuguesa Editora.
- Noronha, T. (1857). *Ensaio sobre a história da imprensa*. Tipografia Franco-Portuguesa de Lallemand.
- Novais, N. M. (2013). *A imprensa portuguesa e a Guerra. 1914-1918. Os jornais intervencionistas e anti-intervencionistas. A ação da censura e da propaganda* [Tese de doutoramento, Universidade Nova de Lisboa]. RUN. <http://hdl.handle.net/10362/10797>
- Nunes, J. A. (1962). Jornais, homens e factos de Portimão. *Estudos Algarvios*, 8. Casa do Algarve.
- Nunes, J.M., & Reis, A. (1994). Breve síntese sobre a evolução dos media no período 87-94. In A. Reis (Coord.), *Portugal: 20 anos de democracia* (pp. 360-405). Círculo de Leitores.
- Nunes, M. (2000). *Diário de Coimbra: 70 anos de história. 1930-2000*. Diário de Coimbra.
- Nunes, T. (2009). *Carlos Malheiro Dias: Um monárquico entre dois regimes*. Caleidoscópio.
- O Comércio do Porto (1924). *Bento Carqueja. Jornalista, professor e benemérito*. O Comércio do Porto.
- O Primeiro de Janeiro (1943). *Pequena história de um grande jornal. O Primeiro de Janeiro desde a sua fundação até entrar no 75.º ano de existência*. O Primeiro de Janeiro.
- Olavo, C. (1938). *A Vida turbulenta do padre José Agostinho de Macedo*. Lisboa: Livraria Editora Guimarães.
- Oliveira, A. L. (1969). *Jornais e jornalistas madeirenses*. Editorial Pax.
- Oliveira, C. (1973). *Imprensa operária no Portugal Oitocentista (1825-1905)*. Separata de *Análise Social*, X(39).
- Oliveira, C. (1976). *A Revolução Russa na imprensa portuguesa da época*. Diabril.
- Oliveira, J. M. P. (1988). *As formas de “censura oculta” na imprensa escrita em Portugal no pós-25 de Abril (1974-1987)* [Tese de doutoramento, Universidade Técnica de Lisboa/Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa].
- Oliveira, J. M. P., & Garcia, J. L. (1991). *Jornalista português: O que é? Inquérito e perfil socioprofissional*. Lisboa: Sindicato dos Jornalistas.
- Oliveira, J., & Martins, R. (1948). *Pequena história de um grande jornal: O Primeiro de Janeiro desde a sua fundação até entrar no 75º ano de existência*. O Primeiro de Janeiro.
- Oliveira, L. C. (1958). *Imprensa clandestina em Coimbra. Apontamento Histórico*. Gráfica Boa Nova.
- Oliveira, M. (1973). *Diário de um jornalista*. Autor.
- Oliveira, P. M. A., & Gonçalves, L. P. (2016). Martinho Nobre de Mello e a União dos Interesses Económicos: a defesa da representação profissional no jornal *O Século*. *Historiae*, 7(2), 9-27. <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/6719>
- Oliveira, Z. (1956). *A imprensa católica. Conferência lida em Fátima no 1º Encontro Nacional da UCIDT*. Tipografia da Atlântica.
- Ortigão, R. (1944). A nova lei de imprensa. Um jornalista condenado à cadeia. História do processo. In *As Farpas – O País e a Sociedade Portuguesa (Edição Integral)* (pp. 17-64). Livraria Clássica Editora.
- Pacheco [Paxeco], Ó. (1964). *Pequena história de um grande jornal. I Congresso do Diário de Notícias*. Empresa Nacional de Publicidade/Diário de Notícias.
- Paiva, V. F. N. (1850). *Defesa da representação dos lentes da Universidade de Coimbra contra o projeto de lei acerca da liberdade de imprensa*. S/e.
- Palla, M. A. (1992). A liberdade de imprensa entre o poder e a independência. In A. Reis (Coord.), *Portugal: 20 anos de democracia* (pp. 271-280). Círculo de Leitores.
- Paulo, Z. F. (1944a). *Periódicos Portugueses de Medicina e Ciências Subsidiárias*. Instituto para a Alta Cultura.
- Paulo, Z. F. (1944b). *Periódicos portugueses de medicina e ciências subsidiárias. Lista alfabética dos diferentes géneros de publicações periódicas referentes a matérias médicas, afins e tributárias*. Jornal do Médico.
- Pedras, M. R. (2016). A imprensa e o Império na viagem do príncipe D. Luís Filipe a África. *Revista Brasileira de História da Mídia*, (5)1, 33-43. <https://doi.org/10.26664/issn.2238-5126.5120164515>
- Peixinho, A. T. (2007). Textos jornalísticos de Eça de Queirós: o jornalismo oitocentista olhado pelo escritor/jornalista. *Estudos do Século XX*, (7), 15-38. http://dx.doi.org/10.14195/1647-8622_7_1
- Peixinho, A. T., & Dias, L. A. C. (2015). A cidade e os seus personagens na emergência de uma cultura de massas em Portugal. *Mediapolis*, (1), 101-115. http://dx.doi.org/10.14195/2183-6019_1_6
- Pena-Rodríguez, A. (2017d). *Salazar y Franco. La alianza del fascismo ibérico contra la España Republicana: diplomacia, prensa y propaganda*. Editorial Trea.

- Pena-Rodríguez, A. & Rocha, N. (1996). História do jornalismo português. In A. Pizarroso Quintero (Coord.), *História da imprensa* (pp. 351-377). Planeta Editora.
- Pena-Rodríguez, A. (1994). Historia del periodismo portugués. In A. Pizarroso Quintero (Coord.), *Historia de la prensa* (pp. 331-351). Editorial Centro de Estudios Ramón Areces.
- Pena-Rodríguez, A. (1996). A comunicação social em Portugal: da censura salazarista à revolução mediática (1928-1995). In M. Ledo Andión (Ed.), *A Comunicação na periferia atlântica* (pp. 201-207). Universidad de Santiago de Compostela.
- Pena-Rodríguez, A. (1998). *El gran aliado de Franco. Portugal y la Guerra Civil española: prensa, radio, cine y propaganda*. Edición do Castro.
- Pena-Rodríguez, A. (1999). *Galicia, Franco y Salazar. La emigración gallega en Portugal y el intercambio ideológico entre el franquismo y el salazarismo (1936-1939)*. Servicio de Publicaciones de la Universidad de Vigo.
- Pena-Rodríguez, A. (2002). La imagen de Franco y Salazar en la prensa portuguesa: las dos caras de una misma moneda. In J. A. García Galindo, J. F. Gutiérrez Lozano, & I. Sánchez Alarcón (Eds.), *La comunicación social durante el franquismo* (pp. 17-32). CEDMA.
- Pena-Rodríguez, A. (2003). A guerra de propaganda de Salazar: os correspondentes portugueses e a Guerra Civil de Espanha. *Media & Jornalismo*, (3), 9-22. <http://fabricadesites.fcsh.unl.pt/polocidigital/wp-content/uploads/sites/8/2017/02/n3-01-Alberto-Pena-Rodriguez.pdf>
- Pena-Rodríguez, A. (2007). *Salazar, a imprensa e a Guerra Civil de Espanha*. MinervaCoimbra.
- Pena-Rodríguez, A. (2009a). *O que parece é: Salazar, Franco e a propaganda contra a Espanha Tinta-da-China*.
- Pena-Rodríguez, A. (2009b). A batalha das ideias. A forja do discurso salazarista na grande imprensa portuguesa. In C. Cordeiro, & S. Serpa Silva (Coords.), *A história da imprensa e a imprensa na história. O contributo dos Açores* (pp. 497-517). Centro de Estudos Gaspar Frutuoso e Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX.
- Pena-Rodríguez, A. (2010a). Comunicação e liberação. A representação mediática da loita pola autodeterminação timorense. In M. Lemos Martins, & R. Cabecinhas (Eds.), *Memória Social e Dinâmicas Identitárias. Anuário Internacional de Comunicação Lusófona 2009* (pp. 25-36). Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade-Universidade do Minho.
- Pena-Rodríguez, A. (2010b). Portugal, España y la historia del Estado Novo. Las relaciones ibéricas y los medios de comunicación salazaristas en los años treinta. In M. Tavares Ribeiro (Coord.), *Outros combates pela história* (pp. 429-453). Imprensa da Universidade.
- Pena-Rodríguez, A. (2011). La Propaganda de la historia. La relación entre la historia y la comunicación en el entorno ibérico contemporáneo. *Estudios do Século XX*, (11), 5-28. http://dx.doi.org/10.14195/1647-8622_11_1
- Pena-Rodríguez, A. (2012a). Periodismo, guerra y propaganda. La censura de prensa en Portugal y la Guerra Civil de España. *Estudios sobre el Mensaje Periodístico*, 18(2), 563-576. https://doi.org/10.5209/rev_ESMP.2012.v18.n2.41032
- Pena-Rodríguez, A. (2012b). Tudo pela Nação, nada contra a Nação. Salazar, la creación del Secretariado de Propaganda Nacional y la censura. *Hispania: Revista Española de Historia*, 72(240), 183-210. <https://doi.org/10.3989/hispania.2012.v72.i240.368>
- Pena-Rodríguez, A. (2013). Los grandes héroes ibéricos. Salazar, Franco y la Guerra Civil española: prensa y propaganda. *Journal of Spanish Cultural Studies*, 14(1), 36-51. <https://doi.org/10.1080/14636204.2013.841048>
- Pena-Rodríguez, A. (2014a). Mensaje del verdadero Portugal. Los intelectuales portugueses, la IIª República española y el fascismo ibérico: prensa y propaganda. *Arbor: Ciencia, Pensamiento y Cultura*, 190(766), 85-98. <https://doi.org/10.3989/arbor.2014.766n2008>
- Pena-Rodríguez, A. (2014b). *A guerra de propaganda. Portugal, Brasil e a Guerra Civil de Espanha: diplomacia, imprensa e fascismo*. Edipucrs.
- Pena-Rodríguez, A. (2015a). El *Portuguese Times* y la Revolución de los Claveles en Portugal. In J. A. García Galindo, P. P. Gregorio, N. Ludec, & N. Meléndez Malavé (Coords.), *El estatuto del acontecimiento (1)* (pp. 263-277). Université Rennes 2.
- Pena-Rodríguez, A. (2015b). Salazar y los viriatos. Los combatientes portugueses en la Guerra Civil española: prensa y propaganda. *Spagna Contemporanea*, 47, a.XXIV, 7-24. <https://www.spagnacontemporanea.it/index.php/spacon/article/view/175>
- Pena-Rodríguez, A. (2015c). Sintonía de combate. La propaganda del *Rádio Club Português* en la Guerra Civil española (1936-1939). *Historia Crítica*, (58), 95-115. <https://doi.org/10.7440/histcrit58.2015.05>
- Pena-Rodríguez, A. (2016a). La prensa portuguesa ante la II República y la Guerra Civil española: salazarismo, diplomacia y propaganda. *El Argonauta Español. Revue Bilingue Franco-Espagnole d'Histoire Moderne et Contemporaine Consacrée à l'Étude de la Presse Espagnole*, (13). <https://doi.org/10.4000/argonauta.2462>
- Pena-Rodríguez, A. (2016b). Noticias del diálogo transatlántico. Una mirada sobre la presencia ibérica en Estados Unidos a través de la prensa inmigrante portuguesa. *TSN-Transatlantic Studies Network. Revista de Estudios Internacionales*, (1), 65-75. <https://transatlanticstudies-network.uma.es/tsn-ano-i-no1-enero-junio-2016-monografico-espana-y-america-miradas-cruzadas/>
- Pena-Rodríguez, A. (2016c). O juiz do momento. Portugal y la política de no-intervención en la Guerra Civil Española: diplomacia, prensa y propaganda. In N. Ludec (Ed.), *El estatuto del acontecimiento (2)* (pp. 109-122). Université de Rennes II.
- Pena-Rodríguez, A. (2017a). Los inicios de la prensa portuguesa en los Estados Unidos de América. *Revista Famecos. Mídia, Cultura e Tecnologia*, 24(2), ID25558. <http://dx.doi.org/10.15448/1980-3729.2017.2.25558>
- Pena-Rodríguez, A. (2017b). Salazar, contra o terror vermelho. A imprensa portuguesa e as relações luso-espanholas no início da Guerra Civil Espanhola. In J. L. García, T. Alves, & Y. Léonard (Coords.), *Salazar, o Estado Novo e os media* (pp. 101-125). Almedina.
- Pena-Rodríguez, A. (2017c). *Salazar y el fascismo español. Propaganda franquista y salazarista en la colonia española en Portugal (1933-1939)*. Imprensa da Universidade.

- Pena-Rodríguez, A. (2018a). *For the good of the colony*. El nacimiento y expansión de la prensa portuguesa en los Estados Unidos de América (1877-1909). In J. A. García Galindo, & L. López Romero (Eds.), *Los medios en lengua extranjera: diversidad cultural e integración* (pp. 119-127). Editorial Comares.
- Pena-Rodríguez, A. (2018b). Manipulaciones del fascismo portugués: diplomacia, censura y propaganda salazarista en la comunidad lusa de Estados Unidos. *Revista Brasileira de História da Mídia*, 7(1), 31-51. <https://ojs.ufpi.br/index.php/rbhm/article/view/6934/4276>
- Pena-Rodríguez, A. (2018c). Sentinelas da verdade. O *Boletim da Legião Portuguesa* e outras publicações salazaristas no tempo da guerra de Espanha. In J. P. Sousa (Ed.), *Notícias em Portugal. Estudos sobre a imprensa informativa (séculos XVI-XX)* (pp. 281-300). ICNOVA - Instituto de Comunicação da Nova
- Pena-Rodríguez, A. (2019). Notícias de América. Reflexiones sobre el valor de la prensa inmigrante como fuente histórica: el caso de la comunidad portuguesa en Estados Unidos. In A. R. Rêgo, António Hohlfeldt, Maria Berenice Machado, Jaume Guillamet, Alberto Pena-Rodríguez, Jorge Pedro Sousa (Orgs.), *Os desafios da pesquisa em história da comunicação: entre a historicidade e as lacunas da historiografia* (pp. 331-354). EdIPUCRS.
- Pena-Rodríguez, A. (2019a). Contra la revolución 'satánica'. Propaganda católica y legitimación del franquismo en Portugal durante la Guerra Civil española. *Revista de Estudios Sociales*, (69), 41-52. <https://doi.org/10.7440/res69.2019.04>
- Pereira, A. X. da S. (1895b). *O jornalismo português. Resenha cronológica de todos os periódicos portugueses impressos e publicados no Reino e no estrangeiro desde meados do século XVI Até à morte do saudoso Rei Senhor D. Luís I, bem como os jornais em língua estrangeira publicados em Portugal durante o mesmo tempo. Extraída do Dicionário Jornalístico Português*. Tipografia Soares.
- Pereira, A. X. da S. (1897). *Os jornais portugueses. Sua filiação e metamorfoses. Notícia suplementar alfabética de todos os periódicos mencionados na Resenha Cronológica do Jornalismo Português recentemente publicada pelo mesmo autor e agora correta e aumentada*. Imprensa de Libano da Silva.
- Pereira, A. X. da S. (1901). *Leis de imprensa promulgadas em Portugal. Memória oferecida ao Exmº Senhor Conselheiro Bernardino Machado*. Imprensa da Universidade.
- Pereira, A. X. S. (1901). *As leis de imprensa*. Imprensa da Universidade.
- Pereira, H. S. (2021). Uma ideia de Império no final da Monarquia Constitucional: as fotos da viagem de D. Luís Filipe às colónias em 1907. *Revista de história das ideias*, 39, 245-274. https://doi.org/10.14195/2183-8925_39_10
- Pereira, J. A. (1960). *Homenagem a Eduardo de Noronha*. Separata da *Revista Municipal*, 20. Câmara Municipal de Lisboa.
- Pereira, J. P. (2013). *As armas de papel. Publicações periódicas clandestinas e do exílio ligadas a movimentos radicais de esquerda cultural e política (1963-1974)*. Círculo de Leitores.
- Pereira, M. C. M. (1998). *Jornais, editores e tipografias do Porto (1866-1898)*. Centro Leonardo Coimbra da Faculdade de Letras do Porto.
- Pereira, M. H. (2012). *Do Estado Liberal ao Estado Providência: um século em Portugal*. EDUSC.
- Pereira, X. (1887). *Origem do jornalismo em Portugal. Ocidente*. S/e.
- Peucer, T. (2000). Os relatos jornalísticos. *Comunicação e Sociedade*, (33), 199-214. (Tradução de *De relationibus novellis*. Tese de doutoramento, Universidade de Leipzig, 1690)
- Piazza, W. (1955). *Roteiro de um jornalista açoriano*. Separata de *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, 13. S/e.
- Piçarra, M. C. (2006). *Salazar vai ao cinema*. O *Jornal Português de Atualidades Filmadas*. MinervaCoimbra.
- Pimenta, A. (1946). *Processos jornalísticos*. Imprensa Portuguesa.
- Pimenta, A. (1948). *Nos escombros de A Nação*. Tip. Gráfica.
- Pimentel, F. A. V. (1937). *Acusando um padre. Um jornalista no banco dos réus como caluniador*. Tipografia Atlântida.
- Pina, L. (Luís José de Pina Guimarães) (1950). *Um pioneiro portuense no jornalismo médico português*. Separata de *O Tripeiro*, 8. Tipografia Empresa Guedes.
- Pina, L. de (1945). *Isagoge histórica do jornalismo médico*. Separata do *Jornal do Médico*, 5. Costa Carregal.
- Pina, M. (1894). *O caso do "Diário Popular"*. Imprensa de Libano da Silva.
- Pina, M. (1894). *O caso do Diário Popular*. Imprensa de Libano da Silva.
- Pina, S. (1997). *A deontologia dos jornalistas portugueses*. MinervaCoimbra.
- Pinheiro, F. (2005). Imprensa desportiva portuguesa: do nascimento à consolidação (1893-1945). *Ler História*, (49), 171-190.
- Pinheiro, F. (2006). *A Europa e Portugal na imprensa desportiva (1893-1945)*. MinervaCoimbra.
- Pinheiro, F. (2011). *História da imprensa desportiva em Portugal*. Porto: Afrontamento.
- Pinheiro, J. E. M. (1971). *Notícias históricas de Lisboa na época da Restauração. Extractos da Gazeta e do Mercúrio Português*. Câmara Municipal de Lisboa.
- Pinheiro, N. A. (2006). *O teatro da sociedade. Fotografia e distinção social*. CEHCP.
- Pinto, A. M. F. C. (2015). *Portugal (1928-1968): Um filme de J. Leitão de Barros* [Tese de doutoramento, Universidade Nova de Lisboa]. RUN. <http://hdl.handle.net/10362/17368>
- Pinto, F. (1998). *As folhas de combate: imprensa diária do Porto (1915-1921) na história da I República. Projetos editoriais, conteúdos jornalísticos e intervenção política* [Dissertação de mestrado, Universidade do Porto].
- Pinto, J. F. (2011). *Segredos do império da Lusitânia. A Censura na Metrópole e em Angola*. Almedina.
- Pinto, M. de S. (1915). *Raphael Bordallo Pinheiro: o caricaturista*. Livraria Ferreira.
- Pinto, M., Sousa, H., Fidalgo, J., Gonçalves, H., Lopes, F., Pires, H. & Marinho, S. (2000). *A comunicação e os media em Portugal (1995-1999): Cronologia e leituras de tendências*. Universidade do Minho.
- Pinto, R. (2014). *Discurso jornalístico em períodos de mudança: O caso Jornal de Notícias de 1974 a 1976* [Dissertação de mestrado, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro]. Repositório UTAD. <http://hdl.handle.net/10348/3249>

- Pinto, S. (1872). *Sobre a questão da imprensa. Aos Jornalistas futuros*. Imprensa de Joaquim Germano de Sousa Neves.
- Pires, D. (1996). *Dicionário da imprensa periódica literária portuguesa do século XX (1900-1940)*. Grifo.
- Pires, G. (2007). O tempo dos gratuitos. *Media XXI*, 90, 36-40.
- Pizarroso Quintero, A. (1993). *História da propaganda política*. Planeta Editora.
- Pizarroso Quintero, A. (1994). La revolución de la imprenta. In A. Pizarroso Quintero (Ed.), *Historia de la prensa* (pp. 29-54). Editorial Centro de Estudios Ramón Areces.
- Pizarroso Quintero, A. (Coord.). (1996). *História da imprensa*. Planeta Editora.
- Pontes, D. (2012). *O cerco da peste no Porto, Cidade, imprensa e saúde pública na crise sanitária de 1899*. [Dissertação de mestrado, Universidade do Porto]. https://sigarra.up.pt/fcup/pt/pub_geral.pub_view?pi_pub_base_id=28279
- Portela, A. (1943). *Os mortos falam*. Editorial Inquérito.
- Portela, A. (1953). *Norberto de Araújo: O jornalista e o escritor*. Gazeta dos Caminhos-de-Ferro.
- Portugal, J. M. B. (1949). *A vida complexa e grandiosa do jornal*. Sociedade Nacional de Tipografia.
- Portugal, J. M. B. (1954). *Para um mais certo conceito da profissão jornalística*. Casa da Imprensa.
- Portugal, J. M. B. (1971). *Uma nova ética da informação*. S/e.
- Prazeres, M. A. G. (1972). *Regulamento ou estatuto da imprensa*. Athena.
- Príncipe, M. dos R. (1973). *O papel da rádio no estado moderno*. S/e.
- Proença, C., & Manique, A. P. (1990). *Ilustração Portuguesa*. Alfa.
- Prostes, H. C. (1848). *O Rabecão no júri. Sessão do júri de liberdade de imprensa por querela dada pelo Ministério Público*. S/e.
- Quadros, L. (1949). *Falta uma escola de jornalismo em Portugal?* Tipografia Gazeta dos Caminhos-de-ferro.
- Quartin, P. (1925). Um homem persistente. In Direção da Caixa de Previdência do Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa (Ed.), *Uma hora de jornalismo: aspetos, anedotas e inconfiências da vida profissional* (pp. 177-180). Caixa de Previdência do Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa.
- Queirós, J. M. Eça de (Autor), C. Reis. (Coord.), & A. T. Peixinho (Eds.). (2019). *Textos de Imprensa. II. (Do Distrito de Évora)*. Edição crítica das obras de Eça de Queirós. Imprensa Nacional.
- Queirós, M. M. (1966). *Rádio Altitude: ao serviço do regionalismo das Beiras. Contribuição para a Política de Radiodifusão Nacional*. S/e.
- Rádio Clube Português (1965). *Rádio Clube Português*. Rádio Clube Português.
- Rádio Televisão Portuguesa – RTP (1964-...). *Anuário RTP*. RTP.
- Rafael, G., & Santos, M. (1998-2002). *Jornais e revistas portuguesas do século XIX*. Biblioteca Nacional de Portugal.
- Ramalheira, A. M. P. (1994). *Imagens da Alemanha em O Ocidente – Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro (1878-1915)*. Biblos, LXX, 389-448.
- Ramos, R. (1988). Culturas da alfabetização e culturas do analfabetismo em Portugal: uma introdução à história da alfabetização no Portugal contemporâneo. *Análise Social*, XXIV(4-5), 1067-1145. http://analisesocial.ics.ul.pt/?page_id=12
- Ramos, R. (1994). A segunda fundação (1890-1926). In J. Mattoso (Dir.), *História de Portugal*, VI. Círculo de Leitores.
- Ramos, R. (2001). *João Franco e o fracasso do Reformismo Liberal (1884-1908)*. Instituto de Ciências Sociais.
- Ramos, R. (2004). Os intelectuais no estado liberal (segunda metade do século XIX). In B. D. Vieira (Org.), *Grupos sociais e estratificação social em Portugal no século XIX* (pp. 107-133). CEHCP-ISCTE.
- Ramos, R. (Coord.), Sousa, B. V., & Monteiro, N. G. (2009). *História de Portugal*. A Esfera dos Livros.
- Ramos, R. (Coord.). (2001). A segunda fundação. In J. Mattoso, J. (Dir.), *História de Portugal* (vol. 6). Editorial Estampa.
- Ramos, V. (1972). *A edição de língua portuguesa em França (1800-1850)*. Fundação Calouste Gulbenkian/ Centro Cultural Português.
- Rangel, J. (1957). *A imprensa em Goa*. Autor.
- Raposo, H. (2013). *História politicamente incorreta do Portugal Contemporâneo (de Salazar a Soares)*. Guerra & Paz.
- Rau, F. (1965). *Reportagem gráfica no século XIX*. Editora Gráfica Portuguesa.
- Redondo, B. (s.d.). O “repórter” Reinaldo Ferreira. In M. M. Domingues (Ed.), *O livro do Repórter X* (pp. 37-47). Agência Editorial Brasileira.
- Rêgo, M., & Sá, L. (1998). *Reinaldo Ferreira (1897-1935)*. Câmara Municipal de Lisboa.
- Reis, A. (Coord.). (1999). *Portugal: 20 Anos de democracia*. Círculo de Leitores.
- Reis, A. C. (2000). *A imprensa do Porto romântico (1836-1850). Cartismo e Setembrismo*. Livros Horizonte.
- Reis, A. I. & Lima, H. (2019). The radio and the Portuguese 1974 Revolution: the military, the radio personnel and a successful cooperation. *Journal of Radio & Audio Media*, 26(1), 153 -166. <https://doi.org/10.1080/19376529.2018.1431889>
- Reis, A. I., & Lima, H. (2014). Os militares da Revolução de abril de 1974 e a rádio: “Aqui Posto de Comando do MFA”. In M. C. S. Barbosa, A. C. P. Fernandes, & M. R.S. Fernandes (Eds.), *Anais do XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Comunicação guerra e paz*. Intercom.
- Reis, F. (1943). *O jornalismo colonial na Metrópole*. Separata do *Boletim Geral das Colónias*, 220. Agência Geral das Colónias.
- Reis, F. E. (2005). *Felicidade, utilidade e instrução: a divulgação científica no Jornal Enciclopédico Dedicado à Rainha 1779; 1788-1793; 1806*. Porto Editora.
- Reis, F. E. (2007). *Os periódicos portugueses de emigração (1808-1822). As ciências e a transformação do país* [Tese de doutoramento, Universidade Nova de Lisboa]. RUN - Repositório da Universidade Nova de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10362/1384>
- Revista Militar. (1948). *Homenagem da imprensa portuguesa à Revista Militar. Comemorando o seu centenário 1848-1948*. Separata da *Revista Militar*, de 7 de Julho de 1948. Revista Militar.

- Ribas, J. C. (1953). *Fundamentos psicológicos do jornalismo*. Separata da *Gazeta Médica Portuguesa*, 6(2). S/e.
- Ribeiro, A. M. (2014). *O museu de imagens na imprensa do Romantismo. Património arquitetónico e artístico nas ilustrações e textos do Archivo Pittoresco (1857-1868)*. Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Ribeiro, F. C. (1964). *Rádio: produção, realização, estética*. Arcádia.
- Ribeiro, G. Q. (Relator). (1898). *Relatório e projeto de lei sobre liberdade de imprensa apresentados à Câmara dos Senhores Deputados por parte da Comissão de Legislação Criminal na sessão de 12 de Fevereiro de 1898*. Imprensa Nacional.
- Ribeiro, J. L. (1851). *Carta do conselheiro Luís José Ribeiro em resposta ao que acerca da Junta do Crédito Público escreveu o jornal denominado Revolução de Setembro*. Tipografia da Revista Universal.
- Ribeiro, J. M. C. (1850). *A imprensa e o conde de Tomar*. Tipografia da Rua da Bica de Duarte Belo.
- Ribeiro, J. R. & Bento, A. C. (2004). *Imagens da Península da Arrábida no século XIX: O Panorama (1837-1868) e Archivo Pittoresco (1857-1868)*. LASA – Liga dos Amigos de Setúbal e Azeitão.
- Ribeiro, J. S. (1871-1886). *História dos estabelecimentos científicos, literários e artísticos de Portugal*. Academia Real das Ciências de Lisboa.
- Ribeiro, L. (2011). *A popularização da cultura republicana, 1881-1910*. Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Ribeiro, M. F. (1884). *Homenagem a António Rodrigues Sampaio*. Lalléman Frères.
- Ribeiro, M. M. T. (1984). Subsídios para a história da liberdade de imprensa: meados do século XIX. *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, VI, 461-529.
- Ribeiro, M. M. T. (1988). A imprensa portuguesa e as revoluções europeias de 1848. *Cultura, História e Filosofia*, VI, 413-452.
- Ribeiro, N. (2002). *A Rádio Renascença e o 25 de Abril*. Universidade Católica Portuguesa.
- Ribeiro, N. (2005). *A Emissora Nacional nos primeiros anos do Estado Novo (1933-1945)*. Quimera.
- Ribeiro, N. (2007). A Emissora Nacional: das emissões experimentais à oficialização (1933-1936). *Comunicação & Cultura*, (3), 175-199. <https://doi.org/10.34632/comunicacaoecultura.2007.446>
- Ribeiro, N. (2014a). Broadcasting to the Portuguese Empire in Africa: Salazar's Singular Broadcasting Policy. *Critical Arts: South-North Cultural and Media Studies*, 28(6), 920-937. <https://doi.org/10.1080/02560046.2014.990630>
- Ribeiro, N. (2014b). *Salazar e a BBC na IIª Guerra Mundial: informação e propaganda*. Almeida.
- Ribeiro, N. (2014c). Using a new medium for propaganda: The role of transborder broadcasts during the Spanish Civil War. *Media, War & Conflict*, 7(1), 37-50. <https://doi.org/10.1177/1750635213512252>
- Ribeiro, N. (2015). Censorship and Scarcity. Controlling new and old media in Portugal, 1936-1945. *Media History*, 21(1), 74-88. <https://doi.org/10.1080/13688804.2014.950951>
- Ribeiro, N. (2017a). Colonization through Broadcasting. Radio Clube de Moçambique and the Promotion of Portuguese Colonial Policy, 1932-1964. In J. L. Garcia, F. Subtil, & C. Kaul (Eds.), *Media & Portuguese Empire*. Palgrave Macmillan.
- Ribeiro, N. (2017b). Reporting an alternative reality: The 'patriotic role' of the Portuguese press during World War II. *Media History*, 23(3-4), 360-375. <https://doi.org/10.1080/13688804.2017.1312318>
- Ribeiro, N. (2017c). Um novo medium ao serviço da ditadura: a rádio e a difusão do ideário salazarista, 1933-1945. In J. L. Garcia, & T. Alves (Eds.), *Salazar e os media*. Almedina.
- Ribeiro, S. (2008). *Infografia de imprensa: história e análise ibérica comparada*. MinervaCoimbra.
- Ribeiro, V. (2014). Os primeiros passos da comunicação política democrática em Portugal: A 5.ª Divisão do MFA como motor da propaganda revolucionária no PREC. *História: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 4, 79-91. <https://ojs.letras.up.pt/index.php/historia/article/view/1204>
- Ribeiro, V. (2017). A "Informação da Arcada" – o primeiro gabinete de imprensa política português (do reinado de D. Luís I até à Ditadura Nacional). In A. Moreira, E. Araújo, & H. Sousa (Eds.), *Comunicação e política: tempos, contextos e desafios* (pp. 121-141). Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho.
- Rivara, J. H. C. (1839). Manuel Severim de Faria. *Revista Literária*, Vol. III (2º ano, XVIII), 353-362.
- Rizzini, C. (1957). *Hipólito da Costa e o Correio Brasiliense*. Companhia Editora Nacional.
- Rocha, H. (1946). *Jornalistas*. Liga Portuguesa de Profilaxia Social.
- Rocha, I. (2001). *O Repórter X e os Futuristas*. Câmara Municipal de Lisboa.
- Rocha, J. L. M. (1998). *A imprensa em Portugal*. Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Rocha, M. M. M. (1999). *A promoção da imagem do Rei D. Afonso VI e do Governo de Castelo Melhor no Mercúrio Português* [Dissertação de mestrado, Universidade Nova de Lisboa].
- Rocha, N. (1975). *Memórias de um ano de revolução*. Somuna.
- Rodrigues, A. D. (1988). O acontecimento. *Comunicação e Linguagens*, (8), 9-16.
- Rodrigues, E. (2008). Imprensa portuguesa de Oitocentos que interessa ao Brasil. *Navegações*, 1(1), 26-34. <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/navegacoes/article/view/3681>
- Rodrigues, J. O. (1936). *Atualidade. Número único comemorativo do 5º passeio do Grupo Recreativo da Imprensa Portuguesa*. GRIP.
- Rodrigues, M. (1955). *Os Estados Unidos vistos por jornalistas portugueses*. Bertrand.
- Romero Higes, M. (2016). A publicidade nos jornais portugueses no final da Monarquia: corporativismo profissional e publicidade perante a liberdade de imprensa. *Estudos do Século XX*, (16), 130-144. https://doi.org/10.14195/1647-8622_16_7
- Rosa, D. S. (2014). *Joaquim Letria sem papas na língua*. Ancora.
- Rosa, G. P. (2015). *Parem as máquinas! Glórias, peripécias e embustes do jornalismo português*. Parsifal.
- Rosa, G. P. (2017). *O inspetor da Pide que morreu duas vezes e outras gaffes, triunfos e episódios memoráveis do século XX da imprensa portuguesa*. Planeta.
- Rosado, N. (1966). *A imprensa*. Ministério da Educação Nacional/Direcção-Geral do Ensino Primário.

- Sacadura, C. (1944). *Exposição de jornais portugueses e brasileiros de medicina e ciências afins*. Imprensa Médica.
- Sacadura, C. (1945). *Facetas do jornalismo médico português*. Imprensa Médica.
- Salgado, J. (1945). *Virtudes e malefícios da imprensa. Escorço histórico sobre a origem, evolução e ética do jornalismo*. Portucalense Editora.
- Salvadori, M. L. (Coord.). (2005). *História Universal*. Planeta de Agostini/Cofina.
- Sampaio, F. L. S. F. (1866). *O tabelião Francisco Ludovico de Sousa Freitas Sampaio perante a opinião pública e a imprensa ilustrada*. Tipografia O Panorama.
- Sant'anna, B. C. L. (2007). *Ilustração Brasileira (1854-1855) e a Ilustração Luso-Brasileira (1856, 1858, 1859): Uma contribuição para o estudo da imprensa literária em Língua Portuguesa* [Tese de doutoramento, Universidade de São Paulo]. <https://doi.org/10.11606/T.8.2007.tde-02102007-141548>
- Santa'Anna, B. C. L. (2009). O Panorama (1837-1868): História de um jornal. *Patrimônio e Memória*, 4(2), 236-254.
- Santo Agostinho, Frei J. (1809). *Reflexões sobre o "Correio Braziliense"* (6 números). Imprensa Régia.
- Santos, A. (2009). *O Occidente, imagens e representações da Europa* [Dissertação de mestrado, Universidade de Coimbra]. Repositório científico da UC. <http://hdl.handle.net/10316/13384>
- Santos, J. A. (Dir.), & Batista, J. (Coord.). *Agências de notícias de Portugal. Portuguese news agencies*. Agência Lusa.
- Santos, J. R. (2003). *A verdade da guerra*. Círculo de Leitores.
- Santos, M. H. C. (1980). Imprensa periódica clandestina no século XIX: O *Portuguez* e a Constituição. *Análise Social*, XVI(61/62), 429-445. http://analisesocial.ics.ul.pt/?page_id=12
- Santos, M. L. C. L. (1985). *Intelectuais portugueses na primeira metade de Oitocentos*. Editorial Presença.
- Santos, M. L. C. L. dos (1979). Sobre os intelectuais portugueses no século XIX (do Vintismo à Regeneração). *Análise Social*, XV(57), 69-115. http://analisesocial.ics.ul.pt/?page_id=9
- Santos, M. M. L., & Ribeiro, O. M. V. (1986). A Aurora e o antiguerrismo. In *Guerristas e antiguerristas* (pp. 11-42). Centro de História da Universidade de Lisboa e Instituto Nacional de Investigação Científica.
- Santos, R. (2000). Nos 75 anos de emissões regulares de rádio. Histórias de pioneiros. *Observatório*, 2, 127-136.
- Santos, R. (2004). Alberto Bessa e a sua história do jornalismo. Uma memória de cem anos. *Jornalismo e Jornalistas*, (19), 58-64.
- Santos, R. (2005a). *As vozes da rádio (1924-1939)*. Caminho.
- Santos, R. (2005b). Jornalismo português em finais do século XIX. Da identificação partidária à liberdade de reportar. *Media & Jornalismo*, (6), 83-94.
- Santos, R. (2005c). O jornalismo na transição do século XIX para o XX. O caso do diário *Novidades* (1885-1913). *Media & Jornalismo*, (9), 89-104. <http://fabricadesites.fcsh.unl.pt/polocidigital/wp-content/uploads/sites/8/2017/03/n9-05-Rogério-Santos.pdf>
- Santos, R. (2010). *Do jornalismo aos media: estudos sobre a realidade portuguesa*. Universidade Católica Portuguesa.
- Santos, R. (2014). *A rádio em Portugal, 1941-1968*. Colibri.
- Santos, R. (2015). História da rádio em Portugal: dos pioneiros à rádio nova (1924-1974). In M. Oliveira, & N. Prata (Org.), *Rádio em Portugal e no Brasil: trajetória e cenários* (pp. 21-34). Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade.
- Santos, V. J. M. (2020). *António Macieira (1875-1918): Do ideário republicano no jornal "Vanguarda" à reedição de "O Tempo"*. [Dissertação de mestrado, Universidade de Coimbra]. Repositório científico da UC. <http://hdl.handle.net/10316/93800>
- Saraiva, A. J., & Lopes, Ó. (1979). *História da literatura portuguesa* (11ª ed.). Porto Editora.
- Saraiva, D. M. P. (2006). A *Gazeta*: intelectuais e espaço público na Restauração. *Intelectus*, 5(2). <http://www.intelectus.uerj.br/coloquio/Daniel%20Saraiva.pdf>
- Sardica, J. M. (2000). Poderes políticos e liberdade de expressão no século XIX. Censuras à imprensa durante a Monarquia. *Ler História*, 23, 28-37.
- Sardica, J. M. (2009). O jornalismo e a Intelligentsia portuguesa nos finais da Monarquia Constitucional. *Comunicação & Cultura*, (7), 17-38. <https://doi.org/10.34632/comunicacaoecultura.2009.473>
- Sardica, J. M. (2012). O poder visível: D. Carlos, a imprensa e a opinião pública no final da Monarquia Constitucional. *Análise Social*, XLVII(203), 345-368. <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1341933211N8jUA9pk3Cj-10SO1.pdf>
- Sarmiento, O. M. (1948). *As minhas memórias*. Portugália Editora.
- Schwalbach, E. (1944). *A lareira do passado*. Edição do Autor.
- Seixas, M. A. (2004). *Virgínia Quaresma (1882-1973): a primeira jornalista portuguesa* [Dissertação de mestrado, Universidade de Coimbra].
- Sena, A. (1991). *Uma história de fotografia*. Imprensa Nacional- Casa da Moeda.
- Sena, A. (1998). *História da imagem fotográfica em Portugal, 1839-1997*. Porto Editora.
- Serén, M. C. (2004). Ilustração Portuguesa. In *Ilustração Portuguesa* (pp. 68-119). Centro Português de Fotografia/Ministério da Cultura.
- Serra, A. (1965). *Coletânea jornalística*. Oficina da União Gráfica.
- Serra, A., & Branco, M. (2006). *Casa da Imprensa: 100 anos de história, 1905-2005*. Campo das Letras/Casa da Imprensa.
- Serrano, C. I. (2017). *A arte de falar e a arte de estar calado. Augusto de Castro. Jornalismo e diplomacia* [Tese de doutoramento, Universidade de Coimbra]. <http://hdl.handle.net/10316/23775>
- Shapiro, B. J. (2000). *A culture of fact. England 1550-1720*. Cornell University Press.
- Silva, A. (2008). *Censura e liberdade de imprensa em Portugal (1907-1911)* [Dissertação de mestrado, Universidade de Coimbra].
- Silva, A. A. C. C. (1974). *Subsídios para a história da imprensa farmacêutica portuguesa*. Separata do *Boletim da Faculdade de Farmácia*, 34. Faculdade de Farmácia.
- Silva, A. C. (1947). *Jornais e revistas do Distrito de Coimbra*. Biblioteca Municipal.
- Silva, A. J. L. (2006). *Os diários generalistas portugueses em papel e online*. Livros Horizonte.

- Silva, A. M. (1998). A vitória definitiva do liberalismo e a instabilidade constitucional: Cartismo, Setembrismo e Cabralismo. In J. Mattoso (Dir.), L. R. Torgal, & J. L. Roque (Coord.), *História de Portugal – O Liberalismo* (vol. V, pp. 77-89). Estampa.
- Silva, E. C. (2004). *Os donos da notícia: concentração da propriedade dos media em Portugal*. Porto Editora.
- Silva, F. A. (1922). Jornalismo. In *Elucidário Madeirense* (vol. II, pp. 19-21). Tipografia Esperança.
- Silva, F. J. (1852). *Alegação oral que em defesa do periódico A Nação proferiu Francisco Jerónimo da Silva perante o júri de liberdade de imprensa em sessão de 28 de fevereiro de 1852*. Tipografia de António Henriques de Pontes.
- Silva, F. R. (1990). Jornais e revistas do Porto no tempo de Camilo. *Bibliotheca Portucalensis*, 2-ª série, 5. Separata.
- Silva, G., Silva, N., Delicato, M., & Sousa, J. P. (2007). Manuel Severim de Faria: vida de um noticiário interventor. *Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa*, (3), 167-178. <http://hdl.handle.net/10284/599>
- Silva, I. F. (1870). *Dicionário bibliográfico português*. Imprensa Nacional.
- Silva, I. F., & Braga, T. (Compil.). (1899). *Memórias para a vida íntima de José Agostinho de Macedo*. Academia Real das Ciências de Lisboa.
- Silva, J. C. (1944). *A união da província através da sua imprensa*. Oficinas Gráficas Minerva.
- Silva, J. L. M. S. L. (2006). *O diário A Revolução de Setembro (1840-1857): Música, poder e construção social da realidade em Portugal nos meados do século XIX* [Dissertação de mestrado, Universidade Nova de Lisboa].
- Silva, J. L. R. O., & Sousa, J. P. (2011). O Brasil no *Mercúrio Português* (1663-1667): Entre a esperança e o empolgamento. In *Anais do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação* (pp. 1-14). Universidade Católica de Pernambuco & Intercom - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação.
- Silva, J. L. R. O. (2014). *O Panorama (1837 - 1844). Jornalismo e ilustração em Portugal na primeira metade de oitocentos*. LabCom
- Silva, J. P. (1892). *Catálogo do jornalismo português*. S/e.
- Silva, J. P. (2003). Manuel Severim de Faria, “o mais douto português do seu tempo”. *Ensaio biográfico*. A Defesa.
- Silva, J. P., & Livraria de João Pereira da Silva & Filhos (1897). *Catálogo do jornalismo português. antigo e moderno ou publicações periódicas, científicas, literárias, religiosas, etc.* Livraria de João Pereira da Silva & Filhos.
- Silva, R. (1932). *O meu jornal*. Imprensa Libânio da Silva.
- Silva, S. M. P. (s.d.). *Contributo para uma história das agências noticiosas portuguesas*. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação - BOCC: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/silva-sonia-agencias-noticiosas-portugal.html>
- Silva, V. L. (2001). A rádio nos anos 20. *Observatório*, 3, 33-64.
- Silveira, J. (2011). *A construção do sistema informativo em Portugal no século XX. O sistema de media português e a transição do autoritarismo para a democracia*. Colibri/ Instituto Politécnico de Lisboa.
- Silveirinha, M. J. (2012). As mulheres e a afirmação histórica da profissão jornalística: contributos para uma não-ossificação da história do jornalismo. *Comunicação e Sociedade*, 21, 165-182. [https://doi.org/10.17231/comsoc.21\(2012\).707](https://doi.org/10.17231/comsoc.21(2012).707)
- Sindicato dos Jornalistas (1982). *1º Congresso dos Jornalistas Portugueses*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Sindicato dos Jornalistas (1986). *2º Congresso dos Jornalistas Portugueses: Conclusões, teses, documentos, deontologia*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa (1933). *Bases para um contrato coletivo de trabalho jornalístico*. Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa.
- Sindicato Nacional dos Jornalistas (1941-1945). *Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas*. <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/BoletimdoSindicatodeJornalistas/BoletimdoSindicatodeJornalistas.htm>
- Sindicato Nacional dos Jornalistas (1967-...). *Jornalismo. Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas*. Sindicato Nacional dos Jornalistas.
- Sindicato Nacional dos Jornalistas (1971). *A lei de imprensa e os jornalistas*. Editorial Estampa e Sindicato Nacional dos Jornalistas.
- Sindicato Nacional dos Jornalistas (1971). *Projeto de ensino de jornalismo em Portugal*. Separata do boletim *Jornalismo*, II Série(4). Nova Lisboa Gráfica.
- Sindicato Nacional dos Jornalistas (1972a). *Projeto do Código de Deontologia do Jornalista*. Autor.
- Sindicato Nacional dos Jornalistas (1972b). *Regime de exercício da atividade de jornalista*. Autor.
- Sindicato Nacional dos Tipógrafos (1941). *Jornais: No tricentenário da Gazeta*. Sindicato Nacional dos Tipógrafos, Litógrafos e Ofícios Correlativos do Distrito de Lisboa.
- Soares F. N. (1982). *António Rodrigues de Sampaio. 1806-1882. Antologia*. Câmara Municipal de Lisboa.
- Soares, A. M. (1910). *Propaganda da higiene pela imprensa política*. Imprensa Nacional.
- Soares, E. (1940/1941). *História da gravura artística em Portugal. Os artistas e as suas obras* (2 vols.). Instituto de Alta Cultura.
- Soares, E. (1951). *Evolução da gravura de madeira em Portugal: Séculos XV a XIX*. Câmara Municipal de Lisboa.
- Soares, E., Carneiro, P. D., Santos, P. M. dos, Meireles, C., & Rosas, L. (1999). *As Belas-Artes do Romantismo em Portugal*. Instituto Português dos Museus/Ministério da Cultura.
- Soares, J. (1998). Apresentação. In M. Rêgo, & L. Sá (Coords.), *Reinaldo Ferreira (1897-1935)* (p.5). Câmara Municipal de Lisboa.
- Soares, M. G. (2018, 31 de janeiro). Guardem os jornais depois de lidos. Eles valem dinheiro. *Expresso Diário*. <http://leitor.expresso.pt/#library/expressodia-rio/30-01-2018/caderno-1/temas-principais/guardem-os-jornais-depois-de-lidos-eles-valem-dinheiro>
- Sobreira, R. M. (2003). *Os jornalistas portugueses 1933-1974. Uma profissão em construção*. Livros Horizonte.
- Sobreira, R. M. (2010). O ensino do jornalismo e a profissionalização dos jornalistas em Portugal (1933-1974). In N. Traquina (Org.), *Do chumbo à era digital. 13 leituras do jornalismo em Portugal* (pp. 17-36). Livros Horizonte e Centro de Investigação Media e Jornalismo.

- Sociedade de Publicações Nova Antena (1968-1970). *Nova Antena. Revista de Televisão e Rádio*. Sociedade de Publicações Nova Antena.
- Soriano, S. J. L. (1854). *A quadrilha dos senhores António Rodrigues Sampaio, Francisco Tavares de Almeida, António Pedro de Carvalho e António dos Santos Monteiro ou duas cartas ao redator da "Imprensa e Lei" com uma introdução da defesa do deputado por Angola Simão José da Luz Soriano*. Tipografia da Rua dos Douradores n.º 31.
- Sousa, A. de (1904). *Eduardo Coelho. Homenagem de um grupo de conimbricenses à memória do fundador do Diário de Notícias*. Minerva Central.
- Sousa, F. (1988). *Jornal de Notícias: a memória de um século (1888-1988)*. Empresa do Jornal de Notícias.
- Sousa, F. (1990). *O Jornal de Notícias e a revolta de 31 de janeiro de 1891*. *Revista da Faculdade de Letras*, 7, 255-264. <https://ojs.letras.up.pt/index.php/historia/article/view/5756>
- Sousa, F. (Ed.). (2020). *Os jornais oficiais em Portugal e no Mundo. Da história impressa à memória digital*. CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade.
- Sousa, J. F. (1942). *Discurso proferido na sessão comemorativa do tricentenário da fundação do primeiro periódico português*. Ottosgráfica.
- Sousa, J. M. C. (1938). *Notícias do passado*. Empresa Nacional de Publicidade.
- Sousa, J. M. M., & Veloso, L. M. M. (1987). *História da imprensa periódica portuguesa: subsídios para uma bibliografia*. Coimbra Editora.
- Sousa, J. P. (2000). *Uma história crítica do fotojornalismo ocidental*. Letras Contemporâneas.
- Sousa, J. P. (2004). *Forças por trás da câmara. Uma perspectiva sobre a história do fotojornalismo das origens até ao final do século XX*. MinervaCoimbra.
- Sousa, J. P. (2006a). Uma reportagem antes da reportagem: A “Relação da Muito Notável Perda do Galeão Grande São João”. *Comunicação Midiática*, (5), 33- 62.
- Sousa, J. P. (2006b). *Elementos de teoria e pesquisa da comunicação e dos media* (2ª ed.). Edições Universidade Fernando Pessoa.
- Sousa, J. P. (2008a). História do jornalismo em Portugal até ao 25 de Abril de 1974. In J. P. Sousa (Org.), *Jornalismo: história, teoria e metodologia da pesquisa* (pp. 93-118). Edições Universidade Fernando Pessoa.
- Sousa, J. P. (2008b). Uma história breve do jornalismo no Ocidente. In J. P. Sousa (Org.), *Jornalismo: história, teoria e metodologia da pesquisa* (pp. 12-92). Edições Universidade Fernando Pessoa.
- Sousa, J. P. (2013a). *Jornalismo em Portugal no alvorecer da Modernidade*. Media XXI.
- Sousa, J. P. (2013b). *A Grande Guerra: uma crónica visual (Parte I). Estudo do discurso em imagens da Ilustração Portuguesa (1914-1918)*. Media XXI.
- Sousa, J. P. (2015a). *A Grande Guerra: uma crónica visual (Parte II). Estudo do discurso iconográfico da Ilustração Portuguesa (1914-1918)*. Media XXI.
- Sousa, J. P. (2015b). *O Espelho: Infopropaganda ilustrada britânica para Portugal e para o Brasil durante a I Guerra Mundial*. In J. P. Sousa (Org.), *Balas de papel. A imprensa ilustrada e a Grande Guerra (1914-1918). Estudos sobre revistas de Portugal, Brasil e Espanha* (pp. 11-206). Media XXI.
- Sousa, J. P. (2015c). *Portugal na Guerra: infopropaganda ilustrada portuguesa na I Guerra Mundial*. In J. P. Sousa (Org.), *Balas de papel. A imprensa ilustrada e a Grande Guerra (1914-1918). Estudos sobre revistas de Portugal, Brasil e Espanha* (pp. 207-316). Media XXI.
- Sousa, J. P. (2017a). A imprensa portuguesa durante a Monarquia: das origens a 1910. In J. P. Sousa, H. Lima, A. Hohlfeldt, & M. Barbosa (Orgs.), *Uma história da imprensa lusófona. Portugal* (Vol. II, pp.13-210). Media XXI.
- Sousa, J. P. (2017b). *Veja! Nas origens do jornalismo iconográfico em Portugal: um contributo para uma história das revistas ilustradas portuguesas (1835-1914)*. Media XXI.
- Sousa, J. P. (2018a). Eduardo Coelho e a fundação do *Diário de Notícias*. In J. P. Sousa (Org.), *Notícias em Portugal: estudos sobre a imprensa informativa (séculos XVI-XX)* (pp. 163-192). Livros ICNOVA – Instituto de Comunicação da Nova.
- Sousa, J. P. (2018b). O jornalismo político português em Oitocentos: notas biográficas e jornalísticas sobre António Rodrigues Sampaio. In J. P. Sousa (Org.), *Notícias em Portugal: estudos sobre a imprensa informativa (séculos XVI-XX)* (pp. 103-140). Livros ICNOVA – Instituto de Comunicação da Nova.
- Sousa, J. P. (2018c). O jornalismo iconográfico em Portugal na viragem dos séculos XIX para o XX: O Ocidente (1875-1915). In J. P. Sousa (Org.), *Notícias em Portugal: estudos sobre a imprensa informativa (séculos XVI-XX)* (pp. 215-238). Livros ICNOVA – Instituto de Comunicação da Nova.
- Sousa, J. P. (2018d). Antes do periodismo, as publicações ocasionais: a Relação da Muito Notável Perda do Galeão Grande São João. In J. P. Sousa (Ed.), *Notícias em Portugal: Estudos sobre a imprensa informativa (séculos XVI-XX)* (pp. 27-50). Livros ICNOVA. <http://www.icnova.fcsh.unl.pt/noticias-em-portugal/>
- Sousa, J. P. (2020a). A imprensa portuguesa sob o signo da mudança: a *Gazeta de Lisboa* antes e depois da Revolução Liberal de 24 de agosto de 1820. In J. P. Sousa (Coord.), *Imprensa e mudança: Portugal e Brasil no primeiro quartel de Oitocentos* (pp. 139-192). Livros ICNOVA.
- Sousa, J. P. (Coord.) (2007). *As Relações de Manuel Severim de Faria e a génese do jornalismo lusófono*. Edições Universidade Fernando Pessoa.
- Sousa, J. P. (Coord.) (2011a). *A Gazeta “da Restauração”, primeiro periódico português: uma análise do discurso*. Livros LabCom/Universidade da Beira Interior.
- Sousa, J. P. (Coord.) (2011b). *António Rodrigues Sampaio: jornalista (e) político no Portugal oitocentista*. Livros LabCom/Universidade da Beira Interior.
- Sousa, J. P. (Coord.) (2020b). *Imprensa e mudança: Portugal e Brasil no primeiro quartel de Oitocentos*. Lisboa: Livros ICNOVA – Instituto de Comunicação da Nova.
- Sousa, J. P. (Org.). (2013c). *Estudos sobre o Mercúrio Português (1663-1667). Discurso e contexto*. Livros LabCom/Universidade da Beira Interior.
- Sousa, J. P. (Org.). (2018d). *Notícias em Portugal: Estudos sobre a imprensa informativa (séculos XVI-XX)*. Livros ICNOVA – Instituto de Comunicação da Nova.

- Sousa, J. P. et al. (2014). The Portuguese press during the Monarchy: From its origins to 1910. In J. P. Sousa, Jorge Pedro, H. Lima, A. Hohlfeldt, & M. Barbosa (Orgs.). *A History of the Press in the Portuguese-Speaking Countries* (pp. 11-112). Media XXI.
- Sousa, J. P., Tuna, S., & Lima, M. E. O. (2012). Propaganda e informação no *Mercúrio Português* (1663-1667): representações discursivas do poder régio e do Governo de Castelo Melhor. *Culturas Midiáticas*, 5(1). <https://periodicos.ufpb.br/index.php/cm/article/view/12789>
- Sousa, O. (1998-2002). *História da arte da caricatura de imprensa em Portugal* (5 vols.). Humorgrafe/SECS.
- Stephens, M. (1988). *A history of news. from the drum to the satellite*. Penguin Books.
- Sucena, E. (1996). *O fabuloso Repórter X*. Vega.
- Tambosi, O. (2007). Jornalismo e teorias da verdade. *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, 30(1), 35-48. <http://dx.doi.org/10.1590/rbcc.v30i1.279>
- Tavares, A. G. (1927). *Prateleira de insignificâncias. Um ano modesto de jornalismo*. Empresa Industrial Gráfica.
- Teixeira, L. (1932). *Reportagem*. Edições Paulo Guedes.
- Teixeira, L. (1941). *O Diário de Notícias e o século XIX*. Grupo Amigos de Lisboa.
- Teixeira, N. S. (1996). *O poder e a guerra. 1914-1918. Objetivos nacionais e estratégias políticas na entrada de Portugal na Grande Guerra*. Editorial Estampa.
- Teixeira, N. S. (2014, 25 de agosto). Portugal na Grande Guerra: Memória do passado e desafios do futuro. *Público*. <http://www.publico.pt/culturaipsilon/noticia/portugal-na-grande-guerra-memoria-do-passado-de-safios-do-futuro-1667312>
- Teixeira, P. O., Machado, L. M., & Sousa, J. P. (2011). Discurso metajornalístico em *Jornalismo*, o boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas. In J. P. Sousa (Ed.), *Achegas à construção do pensamento jornalístico português* (pp. 145-356). Livros LaBcom.
- Teixeira, P. O. (2010). *O ensino do jornalismo em Portugal - Uma história e análise dos planos curriculares* [Dissertação de Mestrado, Universidade Fernando Pessoa]. <http://hdl.handle.net/10284/1681>
- Teixeira, P. O. (2013). *Os sistemas jornalísticos europeus no século XVII e a génese do jornalismo - Uma comparação entre Portugal, Espanha e França* [Tese de doutoramento, Universidade Fernando Pessoa]. <http://hdl.handle.net/10284/4235>
- Teixeira, P. O., & Sousa, J. P. (2016). A discussão do princípio da liberdade de imprensa pelos jornalistas portugueses nos seus periódicos sindicais e culturais: os casos *Boletim* (1941-1945), *Jornalismo* (1967-1971) e *Gazeta Literária* (1952-1971). *Pauta Geral - Estudos Em Jornalismo*, 3(1), 3-19. <https://revistas2.uepg.br/index.php/pauta/article/view/8200>
- Teixeira, P., & Sousa, J. P. (2015). *Contar o mundo no século XVII. O discurso dos dois primeiros jornais portugueses: A Gazeta "da Restauração" (1641-1647) e o Mercúrio Português (1663-1667)*. Media XXI.
- Teles, B. (1914). *A guerra. Notas e dúvidas*. Chardron.
- Teles, J. J. de S. (1864). Apontamentos para a história dos jornais portugueses em 1863. In *Anuário Português Científico, Literário e Artístico*, 1863 (pp. 183-192). S/e.
- Telo, A. (2007). *História contemporânea de Portugal: do 25 de Abril à atualidade*. Presença.
- Telo, A. J. (2010). *Primeira República I: do sonho à realidade*. Presença.
- Tengarrinha, J. (1963). António Rodrigues Sampaio, desconhecido: a vida apaixonante do maior jornalista português. *Gazeta Literária*, X (5,9,18).
- Tengarrinha, J. (1963). Uma importante obra inédita sobre o jornalismo português. *Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira*, IV(2), 342-352.
- Tengarrinha, J. (1965). *História da imprensa periódica portuguesa*. Portugalia.
- Tengarrinha, J. (1966). La presse illégale portugaise pendant la Guerre Civile de 1846-1847. *Bulletin des Études Portugaises*, XXVII, 137-156.
- Tengarrinha, J. (1974). A oratória e o jornalismo no Romantismo. In *Estética do Romantismo em Portugal. 1º Colóquio. Lisboa, 1970*. Grémio Literário/Centro de Estudos do Século XIX do Grémio Literário.
- Tengarrinha, J. (1984). Imprensa. In J. Serrão (Dir.), *Dicionário de história de Portugal* (vol. 3, pp. 266-272). Figueirinhas.
- Tengarrinha, J. (1989). *História da imprensa periódica portuguesa* (2ª ed.). Caminho.
- Tengarrinha, J. (1993). *Da liberdade mitificada à liberdade subvertida*. Edições Colibri.
- Tengarrinha, J. (1999). Imprensa. In A. Barreto, & M. F. Mónica (Dir.), *Dicionário de história de Portugal* (vol. VIII, pp. 245-247). Figueirinhas.
- Tengarrinha, J. (2006). *Imprensa e opinião pública em Portugal*. MinervaCoimbra.
- Tengarrinha, J. (2013). *Nova história da imprensa portuguesa: das origens a 1865*. Temas e Debates/Círculo de Leitores.
- Teotónio, O. (1970). *Imprensa, rádio-TV e cinema: cérebros do grande público*. S/e.
- Teves, V. H. (1998). *História da televisão em Portugal (1957-1975)*. TV Guia Editora.
- Torgal, L. R. (1980). A contrarrevolução e a sua imprensa no vintismo: notas de uma investigação. *Análise Social*, XVI (61-62), 279-292. http://analisesocial.ics.ul.pt/?page_id=12
- Torgal, L. R., & Vargues, I. N. (1998). Produção e reprodução cultural. In J. Mattoso (Dir.), L. R. Torgal, & J. L. Roque (Coord.). *História de Portugal - O Liberalismo* (vol. V, pp. 575-583). Estampa.
- Torres, S. (Org.). (2016). *O Jornalismo português e a Guerra Colonial*. Guerra & Paz.
- Traquina, N. (2002). *Jornalismo*. Quimera Editores.
- Traquina, N. (Org.). (2010). *Do chumbo à era digital: 13 leituras do jornalismo em Portugal*. Livros Horizonte.
- Trigueiros, L. (1912). *Notas à margem do Diário de Notícias. Tipos e casos. O consultório da nota. Cartas à condessa Irene*. Tipografia Universal.
- Trigueiros, L. F. (1963). *Função social e cultural dos meios audiovisuais na informação*. Agência Geral do Ultramar.
- Trindade, L. (2005). O jornalismo como modernismo. In A. Pita, & L. Trindade (Orgs.), *Transformações estruturais do campo cultural português 1900-1950*. Adriadne.
- Trindade, L. (2010). *Primeiras páginas: o século XX nos jornais portugueses*. Tinta-da-China.
- Trindade, L. (2014). Um país de palavras num mundo de imagens. In N. S. Teixeira (Dir.), *História de Portugal* (vol. III). Objectiva.
- Trindade, L. (2016). *Narratives in motion. Journalism and modernist events in 1920s Portugal*. Berghahn Books.

- Tuchman, G. (1972). Objectivity as strategic ritual: An examination of newsmen's notions of objectivity. *American Journal of Sociology*, 77(4), 660-679. <https://doi.org/10.1086/225193>
- Túlio, S. (1866). Introdução bibliológica. In *Brinde Aos Senhores Assinantes do Diário de Notícias* (I-XIII). Tipografia Universal/Diário de Notícias.
- V. B. D. M. (1823). *A mania de escrever ou o anão dos periódicos*. Imprensa da Universidade.
- Valente, J. C. (1998). *Elementos para a história do sindicalismo dos jornalistas portugueses - I Parte (1834-1934)*. Sindicato dos Jornalistas.
- Varela, A. (1973). *Estatuto da imprensa*. Coimbra Editora.
- Vargues, I. N. (1997). *A aprendizagem da cidadania em Portugal (1820-1823)*. MinervaCoimbra.
- Vargues, I. N. (2003). A afirmação da profissão de jornalista em Portugal: um poder entre poderes? *Revista de História das Ideias*, 24, 157-175. http://www1.ci.uc.pt/ihti/portugues/rev/det_livros/24.html
- Vargues, I. N., & Torgal, L. R. (1993-1994). Da revolução à contrarrevolução: vintismo, cartismo, absolutismo. O exílio político. In J. Mattoso (Dir.), *História de Portugal* (Vol. 5, pp. 65-87). Círculo de Leitores.
- Vasconcelos, A. A. T. (1858). *Les contemporains Portugais, Espagnols et Brésiliens*. Galerie Portugais. António Rodrigues Sampaio, journaliste. Gyraudet.
- Vasconcelos, A. A. T. (1859). *O Sampaio da Revolução de Setembro*. S/e.
- Vasconcelos, J. C. (1972). *Liberdade de imprensa. Lei de imprensa*. Prelo.
- Vasconcelos, J. L. (1917). *Severim de Faria. 2ª memória*. Imprensa da Universidade.
- Vasconcelos, J. L. (1914). *Severim de Faria - Notas biográfico-literárias*. Separata do *Boletim da Segunda Classe da Academia das Ciências de Lisboa*, VIII. Imprensa da Universidade.
- Vaz, M. P. (1823). *Discurso sobre a liberdade de imprensa*. Real Imprensa da Universidade.
- Veloso, C. S. (1963). *A rádio, a tv e a imprensa no desenvolvimento do mundo rural*. S/e.
- Veloso, R. (1910a). *Jornalistas portugueses I. António Rodrigues Sampaio*. Tipografia Minerva.
- Veloso, R. (1910b). *Jornalistas portugueses II. Emídio Navarro*. Tipografia Minerva.
- Veloso, R. (1911a). *Jornalistas portugueses III. Conselheiro Mariano de Carvalho*. Tipografia Minerva.
- Veloso, R. (1911b). *Jornalistas portugueses IV. Barbosa Collen*. Tipografia Minerva.
- Veloso, R. (1911c). *Jornalistas portugueses V. Conselheiro José d'Alpoim*. Tipografia Minerva.
- Veloso, R. (1911d). *Jornalistas portugueses VI. Dr. Cunha e Costa (José Soares da)*. Tipografia Minerva.
- Ventura, A. (1986). Guerristas e antigueristas - análise retrospectiva de um conflito. In J. Medina (Ed.), *Guerristas e Antigueristas* (pp. 11-42). Centro de História da Universidade de Lisboa e Instituto Nacional de Investigação Científica.
- Ventura, I. (2012). *As primeiras mulheres repórteres: Portugal nos anos 60 e 70*. Tinta-da-China.
- Veríssimo, H. A. (2003). *Os jornalistas nos anos 30/40. Elite do Estado Novo*. MinervaCoimbra.
- Vicente, A. P. (2000). *Arnaldo Garcez: um repórter fotográfico na 1ª Grande Guerra*. Centro Português de Fotografia.
- Vieira, A. (1950). *Em volta da minha profissão - Subsídios para a história do movimento operário no Portugal Continental*. Autor.
- Vieira, A. T. (1960). *Memórias de um repórter*. S/e.
- Vieira, C. J. (1848). *Um, alguns e todos ou a história de um absurdo*. Tipografia na Rua do Bonjardim, 649.
- Vieira, C. J. (1850). *A imprensa e a resistência legal. Dever de todos os cidadãos e principalmente dos que protestaram contra a lei repressiva da liberdade de imprensa*. Tipografia do Nacional.
- Vieira, J. (1874). *O garoto dos jornais*. Tipografia José Coelho Ferreira.
- Vieira, J. (2001). *O jornalismo setecentista. A Inglaterra e a Gazeta de Lisboa (1715-1720)*. Palas Editores, Lda.
- Vieira, J. (2006). *Imprensa gratuita: o contributo para o aumento dos hábitos de leitura. Ameaça ou desafio à imprensa tradicional?* Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação - BOCC: <http://bocc.ubi.pt/pag/vieira-joao-imprensa-gratuita.pdf>
- Vieira, J. (2009). *Joshua Benoliel*. Círculo de Leitores.
- Vieira, J. (Ed.). (2010). *A nossa telefonia. 75 anos de rádio pública em Portugal*. Tinta-da-China.
- Vilela, M. (1977). *A Alma Nacional, revista republicana, 1910. Linhagem e ideologia*. Civilização.
- Ward, S. J. A. (2004). *The invention of journalism ethics. The path to objectivity and beyond*. McGill-Queen's University Press.
- Wasburn, P. C. (1992). *Broadcasting propaganda. International radio broadcasting and the construction of political reality*. Praeger.
- Winston, B. (1998). *Media, technology and society. A history: from the telegraph to the Internet*. Routledge.
- Woolf, D. (2001). News, history and the construction of the present in early modern England. In B. Dooley, & S. Baron (Eds.), *The politics of information in Early Modern Europe* (pp. 80-118). Routledge.
- Zamith, F. (2008). *Ciberjornalismo: As potencialidades da Internet nos sites noticiosos portugueses*. Edições Afrontamento.

Bases de dados

Porbase — Base Nacional de Dados Bibliográficos. <http://porbase.bnportugal.pt/ipac20/ipac.jsp?profile=>

Websites e Blogs

Centro de Estudos de História Religiosa. (s.d). *Crença e cidadania*. <http://portal.cehr.ft.lisboa.ucp.pt/BeliefAndCitizenship/>

Rosa, G. P. (s.d). *Ecosfera*. <http://ecosferaportuguesa.blogspot.com/>

Sousa, J. P. (s.d) Teorização do jornalismo em Portugal: das origens a abril de 1974. <http://teoriadojornalismo.ufp.edu.pt/>

Coleção ICNOVA